

12e

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA

N.º 165

Janeiro, Fevereiro e Março

AVEIRO

1976

ARQVIVO

OFERTA

DO DISTRITO DE

AVEIRO

bibRIA

VOLUME XLII

AVEIRO

1976

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECTOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DIRECTORES-ADJUNTOS

JOSÉ PEREIRA TAVARES

EDUARDO ALA CERQUEIRA

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES

FRANCISCO FERREIRA NEVES

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

CARTAS

DE ANTERO DE QUENTAL

A JAIME DE MAGALHÃES LIMA

SEGUNDO O TEXTO ORIGINAL

HA recordações que dificilmente se apagam da memória, tão profundo é o sentimento que despertam e tão indelével a impressão que gravam.

Não posso esquecer, ainda hoje, o que senti ao ver nas minhas mãos uma colecção de cartas de Antero de Quental para Jaime de Magalhães Lima. Um misto de surpresa e respeito não tardou a transformar-se em espontânea e irreprimível admiração, impondo-se ao meu espírito com uma fascinação que não admitia críticas nem provocava reservas. Parecia descobrir um tesouro escondido, que apenas fora possuído pelo seu destinatário e se encontrava, de repente, em meu poder, oferecido magnanimamente à minha cobiça intelectual.

A caligrafia de Antero, clara e uniforme, permitiu uma rápida leitura e pôs-me, de súbito, em contacto com um dos mais consagrados valores do século XIX. Esta impressionante experiência, que fazia pela primeira vez, fixou-se-me na lembrança de modo inconfundível.

Uma pergunta surgiu então no meu espírito, ainda surpreso e hesitante: — estariam já publicadas aquelas cartas extraordinárias? Se não estivessem, impunha-se, sem demora, dá-las à luz da publicidade, para honra do seu autor, regalo espiritual dos seus admiradores e glória da epistolografia nacional.

Entre esta primeira revelação e o actual trabalho, várias vicissitudes e preocupações foram absorvendo os raros momentos disponíveis, obrigando a adiar o presente estudo para ocasião mais oportuna e livre de compromissos urgentes.

Ao pensamento inicial de uma edição das cartas antecedidas de um estudo preliminar e muito simples, em breve se

sucedeu uma ideia mais ambiciosa e de maior projecção. É certo que uma colectânea destas cartas justificava-se por si mesma, quer porque facilitava uma consulta até agora quase impossível, quer porque o seu conteúdo ideológico, moral e literário merecia plenamente as honras duma publicação própria.

Um estudo mais aturado das cartas cedo veio aumentar o alto conceito em que as tinha, como manifestação invulgar do escritor e síntese superior do poeta-filósofo na última fase da sua vida, que foi a mais pacífica e fecunda.

O relevo que a estas cartas dão os estudiosos de Antero, desde os magníficos ensaios de Joaquim de Carvalho, António Sardinha e Lúcio Craveiro da Silva até aos trabalhos mais desenvolvidos de António Sérgio, Hernâni Cidade e, sobretudo, de José Bruno Carreiro, veio confirmar de modo absoluto as minhas convicções pessoais, eliminando qualquer vestígio de incerteza ou assomo de hesitação.

*

Com a humildade que lhe é característica, ao ser informado do projecto de um número da Revista de Portugal exclusivamente dedicado a Antero, Jaime de Magalhães Lima deu à simpática iniciativa todo o seu apoio, prometeu colaborar nessa justa homenagem e referiu-se às cartas que recebera de Antero nestes termos: — «Pensei em publicar quase todas as cartas na íntegra, mas algumas delas têm palavras tão boas para mim que poderia parecer que venho em louvor próprio e não no engrandecimento alheio. Terei de fazer uma selecção dos diferentes trechos que forem interessantes. Uma das cartas vale quase tanto, creio eu, como a que ele escreveu ao Storck» (1).

A crítica mais objectiva e competente havia de consagrar o fundamento desta apreciação e reconhecer plenamente a justiça que o destinatário fez à valiosa colecção que se honrava de possuir.

Como exemplo, basta referir a opinião autorizada de José Bruno Carreiro acerca da primeira carta de Antero para Jaime de Magalhães Lima: — «documento de valor inestimável e da maior importância em qualquer estudo sobre os Sonetos» (2). A respeito da carta de 22 de Maio de 1888 diz José

(1) Carta inédita a Luís de Magalhães existente no precioso arquivo da Família Magalhães, em Moreira da Maia, e generosamente posto à disposição do autor.

(2) In ANTERO DE QUENTAL, *Subsídios para a sua Biografia*, vol. II, pág. 374, em nota.

CARTAS DE ANTERO DE QUENTAL

Bruno Carreiro que é «sem dúvida uma das mais interessantes do seu epistolário», e acrescenta: — «Pensamos que a esta importante carta não tem sido até agora prestada a atenção que merece. Escrita três anos apenas antes da sua morte, nela se deve encontrar a última expressão do pensamento político de Antero, como no artigo O Socialismo e a Moral (...) escrito no ano seguinte, se encontra a última expressão do seu pensamento socialista. A importância da carta não escapou a António Sardinha, que a comentou no ensaio O verdadeiro Antero»⁽¹⁾.

*

Antero escreveu nove cartas a Jaime de Magalhães Lima. Feliz ou infelizmente, já se encontram todas publicadas na íntegra, embora algumas apresentem lacunas importantes e outros defeitos de certa gravidade. Seis estão publicadas na primeira e segunda edição das Cartas de Antero de Quental, editadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1915 e 1921, respectivamente. Estas mesmas cartas já vinham incluídas em Antero de Quental — In Memoriam, condigna homenagem em que iria transformar-se o projecto de um número especial da Revista de Portugal, que se deve praticamente a Luís de Magalhães. O grosso e valiosíssimo volume foi editado por Mathieu Lugan no Porto, em 1896. Das outras três cartas, uma foi publicada pela primeira vez no Correio dos Açores, de 11 de Novembro de 1934, outra na Revista de Portugal, de 2 de Janeiro de 1938 e a última nos Subsídios já citados, de José Bruno Carreiro, em 1948.

*

Antero é conhecido no grande público principalmente pela sua sublime obra poética e, de modo particularíssimo, pelos Sonetos. O próprio Antero, na carta autobiográfica a Wilhelm Storck, considera os Sonetos como um «diário íntimo», «uma espécie de autobiografia de um pensamento e como que as memórias de uma consciência». Sem desmerecer em nada esta preciosa autocrítica, convém não esquecer a fina observação de António Sardinha⁽²⁾ ao sublinhar o inestimável valor das cartas: — «Onde Antero está bem vivo, nos traços vigorosos da sua extraordinária psicologia, é na sua Correspondência. Mais do que nos Sonetos, mais do que em tanto farrapo avulso do seu poderosíssimo génio, é ali que Antero nos aparece, tal como ele foi, fundamentalmente diverso das composições lite-

(1) *Ob. cit.*, vol. I, pág. 353.

(2) *In Ao Princípio era o Verbo*, pág. 98.

rárias que lhe adulteraram a figura, cercando-a duma falsa lenda de desespero e insubmissão.»

Joaquim de Araújo ⁽¹⁾ depois de dizer que nas cartas de Antero estava, como num tesouro íntimo, toda a sua alma, continua: — «O homem íntimo transparece ali cristalinamente: as cruciantes lutas do seu espírito, buscando, quase alucinadamente, a Verdade e a Certeza; o estoicismo da sua grande alma, sempre vencedora dos sofrimentos físicos e sempre resignada e forte, afirmando o Bem entre todos os males e todas as dores; a ternura, quase feminina, do seu coração, para quem o amor não teve limites e para quem a amizade foi uma coisa santa — tudo isso se verá, vivo e palpitante, nesse maço de cartas que abrimos perante os leitores, justificando, para quem o não conheceu de perto, a lenda de grandeza moral que se fez em volta do seu nome e a adoração que lhe votavam os seus mais íntimos amigos. Sob outro ponto de vista, porém, essas cartas são ainda do máximo interesse. O pensamento do filósofo, as opiniões do crítico, a estética do poeta, as ideias do moralista — deixam-se apreender aí em muitas passagens e em páginas que, escritas corrente calamo, são, contudo, verdadeiras jóias de Prosa e Estilo. Todos os grandes assuntos do nosso tempo, na Filosofia, na Arte, na Política, na Ética — têm, nestas inigualáveis palestras escritas, uma nota, um comentário, por vezes uma exposição magistral e superior.»

*

Alfredo Pimenta ⁽²⁾ não hesita em classificar as cartas de Antero como «das mais belas páginas da Epistolografia portuguesa», e Feliciano Ramos ⁽³⁾ não só considera Antero como «um dos mais fecundos epistológrafos do seu século e o maior de Portugal», mas também diz das cartas que são um «notável documento autobiográfico da literatura nacional» e fornecem um contributo imprescindível para a história das ideias estéticas e literárias em Portugal, na segunda metade do século XIX, concluindo: — «As Cartas constituem, portanto, um testemunho valioso para o estudo da época e valem como documento histórico. São, além disso, textos de subido valor para a reconstituição integral da psicologia e do pensamento de Antero, assim como para a análise da estrutura da sua obra poética.»

É ainda Feliciano Ramos quem se refere concretamente às relações epistolares de Antero e Magalhães Lima ⁽⁴⁾, afirmando

⁽¹⁾ In *Memoriam*, no apêndice, págs. I e II.

⁽²⁾ Cit. in *Subsídios*, vol. I, pág. 410.

⁽³⁾ In *História da Literatura Portuguesa*, 4.ª edição, págs. 704-707.

⁽⁴⁾ In *Estudos de História Literária do Século XX*, pág. 23.

CARTAS DE ANTERO DE QUENTAL

que as cartas do poeta-filósofo para o escritor aveirense «ficaram então como originaes documentos da nossa literatura epistolar e como balizas de um pensamento revolucionário.»

Em 1965, *Andrée Crabbé Rocha* procedeu à selecção de algumas cartas de Antero, num excelente livro sob a epistolografia em Portugal, com esta crítica certa: — «Não deve haver em Portugal outra correspondência tão idealista, tão rica de implicações de ordem geral e, ao mesmo tempo, tão reveladora dum drama interior como a de Antero de Quental»⁽¹⁾.

Os categóricos testemunhos acima citados, tanto pela variedade dos seus autores como pelo valor da sua competência, são suficientemente comprovantes para dispensarem qualquer aditamento ou consentirem qualquer comentário.

Com a autoridade de tais mestres, o estudo das cartas de Antero a *Jaime Lima* reveste-se de um interesse muito particular para melhor podermos compreender o pensamento e a psicologia do poeta açoriano e, ao mesmo tempo, para apreciarmos com mais fundamento as ideias filosóficas, estéticas e morais da segunda metade do século XIX.

bibRIA

ANÍBAL RAMOS

CARTAS

I

Vila do Conde, 13 de Outubro de 1886.

Meu caro Magalhães Lima

Consinta-me este tratamento familiar, e deixemos as excelências para aqueles com quem não temos outra comunhão senão a de pertencermos à mesma sociedade em geral — muito em geral. O seu escrito sobre os meus Sonetos causou-me verdadeira satisfação, por ver que a unidade moral e a vida íntima, que fazem com que a meus olhos aquela colecção de versos seja mais do que uma colecção, existe de facto, pois assim é tão bem percebida e compreendida por uma pessoa desprevenida. Hesitei por algum tempo em publicar aquela colecção, justamente por ter dúvidas sobre este ponto: receava que se não sentisse ali distintamente a evolução dum espírito que procurava ansiosamente

(1) *A Epistolografia em Portugal*, pág. 309, Coimbra, 1965.

e quase freneticamente a razão de ser da existência, nem se destacassem suficientemente as soluções mentais, morais, sentimentais, que fecharam para mim o círculo da ansiedade e agitação de espírito. Com efeito, se o livrinho não fosse isso e não dissesse isso, não seria nada, uma colecção de versos mais ou menos bem feitos — e na minha idade e com o meu feitio, parecia-me indecoroso vir a exhibir-me ao público como acrobata de rimas. A opinião de dois ou três amigos, em cujas mãos pus a resolução das minhas dúvidas, sossegou-me o suficiente para me resolver a publicar. Entretanto, podiam estar mais ou menos prevenidos — o que não sucede com o meu amigo; e por isso me causou verdadeira satisfação ver como encarou o meu livrinho pelo lado para mim único verdadeiramente importante. Dir-me-á agora: mas porque é que não deu à parte afirmativa do seu livro um desenvolvimento proporcional à importância dela, tornando-a dominante pelo número das composições, pela variedade de aspectos da sua ideia ou do seu sentimento? Tenho feito a mim mesmo, por várias vezes, essa pergunta, e não encontro outra resposta senão esta: pela mesma razão por que o pinheiro, embora transplantado para outra terra e outro clima, nunca dará senão pinhas, ou não dará coisa alguma. Não se podem viver duas vidas — e a poesia só é verdadeira sendo a expressão da vida, na sua unidade, na sua harmonia e plenitude. A natureza tinha-me talhado para romântico descabeitado, pessimista, satânico, que sei eu? mas tinha-me dado, ao mesmo tempo, por singular contradição, razão e sentimento moral para muito mais e melhor. Daí conflito, guerra civil, luta interior. Essa luta foi a minha vida, e é o que explica a aparente singularidade (que reconheço ser grande) e a esterilidade dela. O que venceu em mim foi a razão e o sentimento moral; mas a imaginação e a paixão, embora vencidas, não se submeteram. Ora não é a razão, mas a imaginação e a paixão que fazem o poeta. Se lhes quisesse ceder, sei que daria (para continuar a comparação de há pouco) inúmeras pinhas e seria um pinheiro dos mais altos. Mas não quero: e na impossibilidade de dar outros frutos senão aqueles amargos e resinosos, tenho de me tornar voluntariamente estéril. Os últimos versos do meu livrinho são uma coisa nova, a nota cristalina duma nova poesia, de verdadeira poesia (ousou dizê-lo) do futuro. Mas tirar dessa pobre nota o mundo de harmonias que ela virtualmente encerra, desdobrá-la, desenvolvê-la nos mil aspectos de que ela é capaz, isso, meu amigo, não é para mim, não o poderia fazer. Requerer-se-ia para isso a frescura, a virgindade de imaginação e sentimento, a calma unidade moral de quem entra na vida por uma porta brilhante, não a dolorosa e sombria imaginação de quem chega a essa porta de luz arrastando-se com terrível esforço através dum matagal

CARTAS DE ANTERO DE QUENTAL

povoado de criações nocturnas. Para mim, amigo, essa porta luminosa não pode ser agora senão a porta da saída. E já não é pouco. Outros virão, cheios duma vida fresca e ágil, receberão sem esforço o tesouro do novo idealismo, tão dolorosamente desentranhado das profundezas da Razão, por nós outros, seus antecessores; e, ricos sem trabalho, poderão ser pródigos de cantos, fecundos como tudo que brote fácil e espontaneamente. Nós outros não. Um profundo suspiro, um suspiro de infinita doçura mas de infinita melancolia, eis todo o nosso canto. Creio que foi isso o que o impressionou nalguns dos meus Sonetos. Com efeito, é tudo quanto aí há de durável. E adeus. Creia-me

Muito amigo
Antero de Quental



ANTERO DE QUENTAL
(1842-1891)

II

Vila do Conde, 14 de Novembro de 1886.

Meu caro Amigo

Os temporais não me têm deixado escrever — mas, agora que me acho um pouco melhor, não quero deixar de responder à sua boa e muito boa carta. Nunca julguei que coisa minha pudesse *fazer bem* a ninguém, mas, quando muito, a alguns, agradar e *parecer bem*. A sua carta, em que me diz que os meus versos lhe *fizeram bem*, foi pois para mim uma bênção. O tom dos seus artigos na *Província* e muitas frases deles tinham-me já indicado o seu estado de espírito: via-o pensar por si, mas receava que a sua evolução parasse na fase negativa e ficasse pessimista, isto é, ficasse a meio caminho. Felizmente não é assim: e uma vez que galgou esse barranco, creia que há-de ir até ao fim. O pessimismo não é um ponto de chegada, mas um caminho. É preciso passar por ele, mas justamente para sair dele. O pessimismo é a redução ao absurdo do naturalismo e das mil ilusões filhas dele, ou para melhor dizer (porque se trata de sistemas simplesmente) filhas do espírito humano na sua fase naturalista. Mas, sobre essas ruínas acumuladas pelo pessimismo, o que triunfa não é a negação, o que resta não é o vácuo. O que triunfa e o que fica é aquilo que está para além do naturalismo, aquilo que no homem não é já filho da natureza, mas superior a ela e autónomo: a vida de consciência e a sua mais alta expressão, o sentimento moral. Aos poderosíssimos dissolventes e reagentes da crítica (essa química da razão) só isso pode resistir, porque é *um facto*, um facto evidente e, para o homem, o mais positivo dos factos, porque o sente em si e o verifica a cada instante; e não se dissolveu, porque é um elemento *simples*, o núcleo da coisa complicadíssima chamada homem, o seu ser íntimo e *verdadeiro*. E, chegada a este ponto, a inteligência olha para trás, olha para a grande máquina da natureza, que o pessimismo lhe fez ver como uma coisa bruta e por si inexpressiva e sinistra, e pergunta a si mesma se porventura aquele princípio que ela descobriu no homem, aquele núcleo não natural desse ser aliás natural, não será também o princípio oculto da confusa natureza, e se o universo não gravitará, obscuramente, inconscientemente, para onde gravita o homem com um pouco de luz e um pouco de consciência? Se não é assim, o universo é uma monstruosidade e a consciência humana a mais inexplicável de todas as ilusões: o que equivale a dizer, o Ser, sob todas as suas formas, é um absurdo. Mas pode isto ser assim? não chamaria o senso comum e o sentir geral da humanidade *louco* simplesmente a quem tal pretendesse? Toda a actividade dos homens, há muitos milhares de

anos, a sua actividade superior, que é só a que afinal se vê e fica, manifestada em todas as suas obras e instituições, afirma implicitamente a autonomia da vida moral e a identidade fundamental dela com o princípio oculto da actividade do universo: afirma-a, porque a pressupõe; pois se a não pressupusesse, se não partisse dessa como que evidência inconsciente, para que trabalhar? para que sacrificar-se? para que viver? O facto, pois, o simples facto da história prova (com uma força probante *sui generis* mas invencível para quem se reconhece homem) a identidade da vida moral e do princípio do universo. Sobre isto mil sistemas se têm feito e continuarão a fazer-se, porque *tradidit mundum disputationibus eorum*. É necessário que se façam, porque o sentimento moral (talvez por não ter ainda atingido ou não poder nunca atingir um grau superior de afirmação e uma tal plenitude que ele só baste a si mesmo) precisa desse auxílio da razão especulativa, que lhe é como um estímulo, para se possuir melhor. Afora isto, a inteligência, como toda a faculdade e, em geral, toda a força, precisa invencivelmente de se manifestar duma maneira adequada. Mas, praticamente, é muito certo que não são os sistemas que nos salvam e nos põem no bom caminho. O que nos salva é a obediência cada vez maior às sugestões daquele *demónio* interior, é a união cada vez maior do nosso ser *natural* com o seu princípio *não natural*, é o alargamento crescente da nossa vida *moral* nas nossas outras vidas *não morais*, é a fé na *espiritualidade* latente mas fundamental do universo, é o amor e a prática do bem, para tudo dizer numa palavra. É por isso que a melhor filosofia será sempre aquela que melhor auxiliar a compreensão e a prática da virtude. É por isso ainda que um ignorante, que for justo e bom, pesará realmente na balança transcendente das coisas incomparavelmente mais do que o maior sábio, se não for bom nem justo. Diz algures o Renan que na procissão da humanidade o filósofo é que vai na frente, e depois o homem de acção. Eu não penso assim, e mais sou filósofo! e parece-me que o Renan peca, como tanta gente hoje (é uma doença do século) por aquilo a que o Lange chamou «o excesso do princípio da inteligência». Quem vai na frente é o santo, filósofo a seu modo, como os que o são, e homem de acção por excelência, por isso que a sua acção é toda no sentido do bem. De resto (e era isso o que eu quisera dizer ao Renan) os que fundaram as coisas vitais das sociedades tinham muito mais de santos, quando o não eram completamente, do que de filósofos.

Tudo isto, meu caro Magalhães Lima, veio, não sei bem como, para lhe dizer uma coisa muito simples, e é que o que mais me alegrou na sua carta foi o dizer-me que começava a sentir, nestes últimos tempos, um renascimento dos antigos sentimentos religiosos, embora transformados, e uma inven-

cível necessidade de idealismo. Alegrou-me isto e queria simplesmente dizer-lhe que cultivasse e cuidasse com amor esse novo rebento da profunda raiz, que cuidava morta, porque essa será a árvore de bênção, que lhe há-de dar sombra para o resto da vida. Para lhe dizer isto, alarguei-me em considerações que talvez lhe tenham parecido demasiadas e pouco claras. Mas, preocupado como ando há anos com a evolução ulterior do pensamento moderno, que eu entendo caminhar para uma compreensão sintética das coisas, ao mesmo tempo idealista e naturalista, isto é, idealista *dentro* do naturalismo, e optimista *dentro* do pessimismo, e tendo eu mesmo trabalhado muito para achar as fórmulas, ainda hoje tão indecisas, dessa grande síntese, fui insensivelmente levado a dar-lhe uma ideia da orientação dos meus pensamentos, e mostrar-lhe como é que concebo que sem se *sair* do naturalismo (quero dizer *sair* para o sobrenaturalismo) se pode, pela aprofundação da natureza humana (e, por analogia invencível, de toda a natureza) chegar ao mais completo espiritualismo, a um *pampsiquismo* que se acomoda perfeitamente, ou antes, harmoniza necessariamente, com o determinismo, e ainda materialismo das ciências naturais e a concepção do mundo natural que delas sai, sem sacrificar nenhum daqueles princípios que fizeram sempre do espiritualismo, ainda nas suas formas mais imperfeitas, a filosofia por excelência popular entre os homens. O Oliveira Martins chamou a isso o meu misticismo, mas de facto não é misticismo (pelo menos no sentido histórico da palavra), mas, sem arredar pé do terreno do espírito moderno, chegar teoricamente até àquela profundidade de compreensão do «homem interior», como eles diziam, a que os místicos chegaram.

Se eu conseguisse expor aos outros, com a mesma força probante com que elas se apresentam à minha inteligência, as soluções a que tenho chegado sobre estes problemas, creio que seria o primeiro filósofo da época... Mas é muito certo que nunca o conseguirei. Entretanto, tomemos para nós como mote e divisa a grande palavra de S. Bento ao noviço impaciente: «labora et noli contristari».

E adeus, meu caro Jaime. Creia-me seu

Muito Amigo
Antero de Q.

III

Vila do Conde, 20 de Janeiro de 1887.

Meu caro Amigo

Acabo de ler o seu livro e, desde a primeira até à última página, sempre com interesse e gosto. Há em todas elas pen-

samento e esse pensamento é conexo; há, além disso, uma maneira pessoal de ver as coisas e de se exprimir: vê-se, finalmente, que o autor não quis brilhar, mas simplesmente dizer alguma coisa que merecia ser dita. Por tudo isto não deve estar descontente com o seu livro e pode estar certo de que está muito longe de ser uma publicação inútil. — Compreendo entretanto essa espécie de dúvida e de desgosto, que a sua carta acusa, mas não o aprovo. Convém mirar sempre à perfeição, mas nunca afligirmo-nos porque não a alcançámos, desde que trabalhámos com ânimo limpo de vaidade e que fizemos como melhor soubemos e pudemos. Nesta impaciência e desconsolação, que eu desaprovo, quando não entra inconscientemente um certo orgulho, entra uma certa inquietação parente dos *escrúpulos*, que são uma verdadeira doença moral. Não devemos exigir de nós mesmos mais do que é justo exigir-se da natureza humana: isto é, não devemos em coisa alguma exigir a perfeição, mas contentarmo-nos com a bondade e rectidão das intenções. Banir a vaidade das nossas obras, isso é que está inteiramente na nossa mão; torná-las perfeitas, não. Mas a obra concebida e executada sem vaidade tem já por isso mesmo e nisso mesmo uma espécie de perfeição. E a quem trabalha assim muitos outros dons lhe serão dados sem que os procure. Depois, deixe-me dizer uma coisa: e é que não está tudo em sermões caridosos com os outros: é necessário sê-lo com nós mesmos. Deitar aos ombros do pobre jumento carga maior do que aquela com que ele pode, implica mais dum pecado: ou soberba, ou desarrazoada impaciência ou, pelo menos, o desconhecimento da harmonia e ponderação natural das coisas. A justiça perfeita para com os outros chama-se caridade; a justiça perfeita para com nós mesmos chama-se humildade. Aquele homem incomparável e maravilhoso, que foi S. Francisco de Assis, quando, novo ainda, se achou quebrado, extenuado e quase cego, em virtude das muitas penitências e jejuns, reconheceu que tinha errado e disse esta palavra notável: «Reconheço que pequei muito contra meu pobre irmão corpo».

Do seu do coração

Antero de Q.

IV

Vila do Conde, 5 de Maio de 1888.

Meu caro Amigo

Li com prazer o seu volumezinho. O escrito de Maine, até onde pude apreciar pela sua análise e extractos, prova mais uma vez que *non omnes omnia possumus*, e que quem

passou a vida a estudar as sociedades primitivas dificilmente e mal compreenderá as idades complexas e requintadas. O que há de necessário na democracia escapa-lhe, assim como as provas históricas que aduz em favor da pretendida tendência das sociedades para a imobilidade não colhem, pois a China, até ao tempo de Confúcio, e os povos maometanos, até ao predomínio dos Turcos, mexeram-se e mudaram muitíssimo. De resto, faltava ainda indagar porque é que essas gentes, de certa época em diante, se imobilizaram, e isso seria até muito mais interessante e nos colocaria no coração do problema. Seja como for, a mobilidade das sociedades aríacas é um facto constante, nunca desmentido e pode dizer-se que de ordem natural. Um simples erro de teoria política parece-me explicação mínima e insuficiente para facto de tal constância e magnitude. As raças, que param, são as que chegaram até onde podiam chegar: as que se movem, movem-se porque ainda lá não chegaram, porque o seu ideal vai muito além da realidade social que construíram e não podem parar enquanto não tiverem realizado essa equação do seu ideal com as suas instituições, ainda correndo o risco de se agitarem indefinidamente, se, com efeito, esse ideal for irrealizável. A tendência para o movimento e mudança é tanto maior quanto mais rico e forte for o génio da raça, quanto de mais alto ela pairar com o seu pensamento sobre a realidade. Este ponto de vista explica ao mesmo tempo o facto de certas nações ou raças se terem imobilizado e de outras continuarem a transformar-se, ao mesmo tempo que exclui a quimera dum progresso indefinido, visto que o ideal, que estimula as sociedades ao movimento, é definido e limitado pelas faculdades de cada raça, que são constantes e fixas. Mas tudo isto é filosofia mais ou menos curiosa apenas, em face da urgência de organizar o poder político nas sociedades democráticas. Confesso-lhe que não me parece isso coisa que se resolva do pé para a mão, nem creio que tamanha obra dependa simplesmente da aceitação de certas doutrinas. As da representação *adequada e efectiva* da nação, dos seus órgãos naturais e não de entidades abstractas, acho-a perfeita e é há muito a minha. Mas como dar consciência, a esses órgãos, da sua realidade e autonomia? por meio da lei? mas a lei é impotente para isso, impotente para criar seja o que for naquela esfera profunda que só depende da espontaneidade social. Creio que é questão de tempo, da evolução lenta e surda dessa tal espontaneidade. Porventura será necessário que a desagregação social vá ainda muito mais longe, chegue até àquele ponto em que a existência da mesma sociedade pareça ameaçada, para se dar então a reacção. Quem vir no individualismo moderno simplesmente o resultado de certas instituições, da legislação política e civil, parece-me que vê as coisas muito superficialmente.

CARTAS DE ANTERO DE QUENTAL

ca. do mundo romano, e assim se deve
 aqui uma nova Idade clássica. Quem
 sabe o que sahirá d'ella, quando elle se
 a honra da sua Renascença? O talvez que
 se' então valham a tambem utilidade
 de applicação as doutrinas dos Philosophos
 e publicista de hoje. Foi assim que as
 ideias de Aristotela. e do Socratico se re-
 vivam a realisar e a adquirem valor
 social, no seculo 15.º e 17.º!!

Essa, talvez tudo isto, seja apenas
 hypthico e muito elevado da phantasia
 incorrigivel do poeta. Algum dia fal-
 remos com mais razão de tudo isto, e
 e' p: fazer conversas. E' um livro de
 em todo o caso, interessante e oportuno: jun-
 te a isso que está bem escrito e veri-
 f. não perden o seu tempo.

Do seu m.º Amigo.

Antero de Q.

(Reprodução de uma página da carta de ANTERO DE QUENTAL de 5-5-1888)

A mim afigura-se-me um grandioso fenómeno de psicologia colectiva — uma fase no sentir íntimo da nossa raça e que afecta a própria feição do seu ideal — lento por isso na sua evolução, independente da legislação, independente das escolas de filosofia política ou de ciência social, um facto do *inconsciente*, como diria Hartmann, invencível a qualquer outra força que não seja a da dialéctica imanente na sua mesma evolução. Parece-me que estamos num período análogo ao da dissolução do mundo romano, ao qual se deve seguir uma nova Idade Média. Quem sabe o que sairá dela, quando lhe soar a hora da sua Renascença? E talvez que só então valham e tenham utilidade de aplicação as doutrinas dos filósofos e publicistas de hoje. Foi assim que muitas ideias de Aristóteles e dos Estóicos só se vieram a realizar e a adquirir valor social no século 16.º e 17.º!!

Mas talvez tudo isto lhe pareça apocalíptico e muito eivado da fantasia incorrigível do poeta. Algum dia falaremos com mais vagar de tudo isto, que é para largas conversas. O seu livrinho é, em todo o caso, interessante e oportuno: junte a isto que está bem escrito e verá que não perdeu o seu tempo.

bibRIA

Do seu muito amigo

Antero de Q.

Vila do Conde, 22 de Maio de 1888.

Meu caro Amigo

Não tenho prevenção alguma contra as fotografias, pelo contrário. Quando uma pessoa me agrada, agrada-me também naturalmente a effigie da mesma. Obrigado, pois, pela sua: e aí vai a minha.

O seu livrinho e a sua carta fizeram-me pensar novamente no problema da organização política da Democracia, assunto sobre que noutro tempo tinha meditado bastante, mas depois posto de parte, pelo julgar resolvido. Agora, sob o seu impulso, como que dei balanço às minhas ideias sobre o ponto, e vi que, sem dar por mim, tinha, não mudado, mas entrevisto horizontes desconhecidos. Tinha ficado, naquele tempo, em que, sendo a sociedade um organismo, a sua forma política deve ser orgânica, efectiva e não abstracta, natural e não matemática; e que, se uma sociedade, por ser democrática, nem por isso deixa de ser sociedade, isto é, um todo orgânico, toda a questão para as democracias, está em conhecer quais são os seus órgãos naturais, e partir daí para a

remodelação política. São as ideias do O. Martins, do Laveleye e já hoje de muitos mais, entre os quais, está também o meu amigo. Achei pois que são também ainda hoje as minhas, e persisto em crer que esse ponto de vista naturalista e realista deve vir combinar-se com o jurídico e abstracto da Filosofia do Direito clássica, para dessa união sair a verdadeira teoria do Direito Público. Mas achava eu então, como vocemecês acham, que determinado isto, não havia mais do que passar à prática e aplicação: ou, por outras palavras, dava como subentendido que a sociedade moderna estava apta para essa reorganização, ou que a teoria, por isso mesmo que era verdadeira, as impunha irresistivelmente à sociedade. Ora, foi esse justamente o tal horizonte que encontrei aberto. Será isso assim? Os da Revolução Francesa e os das diversas revoluções liberais assim o entendiam. Nós é que temos obrigação de pensar de outro modo, e de examinar ainda esta segunda questão: Presta-se a sociedade actual, ou não se presta, a essa reorganização? e, por conseguinte: quais são os elementos que a condicionam? — É no exame desta segunda questão que se me oferecem graves dúvidas. Porque aquelas 2 interrogações podem ser transformadas nesta outra: Quer a sociedade actual reorganizar-se? Sem essa vontade toda a obra legislatória é vã, pois tudo quanto é orgânico pressupõe um princípio interno ou força vital, único que dá plasticidade às transformações do organismo. Submeto pois este segundo ponto às suas reflexões. O que é que impede verdadeiramente a reorganização das nossas sociedades? É apenas a ignorância de uma teoria, do sistema salvador? ou será um facto íntimo, o *individualismo*, elemento psicológico, que condiciona tudo mais? mas, se é, com efeito, este segundo, facto imenso, superior a todas as leis, antes gerador delas, e com fundas raízes ao mesmo tempo na natureza humana e na história da nossa civilização, pergunta-se: Estará a evolução psicológico-social do Individualismo terminada, de sorte que, naturalmente, espontaneamente, tenha chegado o momento de reacção, ou antes, novo desdobramento dos elementos psicológicos da sociedade — a reorganização? Esta pergunta traz consigo esta outra: Terá a consciência humana, nas modernas sociedades, chegado àquele grau de síntese, em que o indivíduo, reconhecido soberano, reconheça ao mesmo tempo, racionalmente, livremente, a necessidade (não material, mas jurídica) de abdicar voluntariamente uma parte daquela soberania, em proveito da ordem universal, ou melhor, desta síntese de indivíduos presentes e futuros, a sociedade? Isto implica muito mais do que uma reforma política: implica uma reforma moral: implica, como disse, o termo da evolução histórico-psicológica, que veio dar o individualismo moderno, e a entrada da raça ariaca na fase última da sua Odisseia

de 3 000 anos. Se assim não é, o factor psicológico dominante, o Individualismo, continuará na sua evolução, a pulverização social continuará, abatendo-se ainda o que resta das velhas instituições e reduzindo-se a sociedade ao mínimo de laços e obrigações indispensável para não se dissolver materialmente. Considero este momento como o da grande crise da civilização ariaca, por conseguinte, da humanidade, que a nossa raça representa eminentemente. O trabalho de trinta séculos produziu este resultado, enorme mas incompleto: o Individualismo; resta saber se a raça que tal produziu terá ainda força e condições convenientes para completar a sua grande obra, juntando àquele primeiro elemento este outro: a harmonia das vontades e a livre organização.

Eis, meu caro amigo, muito atrapalhadamente, porque quis resumir-me, a sùmula dos pensamentos que a leitura do seu folheto veio despertar em mim e que lhe comunico como *à qui de droit*. Oxalá não lhe pareça que me vou tornando apocalíptico!

Do seu muito Amigo

Antero de Q.

bibRIA VI

Vila do Conde, 3 de Janeiro de 1889.

Meu caro Amigo

Li com prazer — ou melhor reli, porque já as conhecia da *Província* — as suas impressões de viagem. São notas fugitivas, mas não são banais, que é o que importa: dizem sempre alguma coisa e às vezes com bastante originalidade. Quanto ao seu estilo, parece-me agora feito: a frase corre-lhe fácil, natural, à vontade, e vê-se que esse estilo é seu próprio. Tenho pena de que se não tivesse demorado mais na Rússia, para nos poder dar mais algumas impressões daquela nação destinada a exercer influência decisiva na futura civilização. Que espécie de influência? Confesso-lhe que tenho graves apreensões a tal respeito e que desconfio bastante de gente de tanta imaginação. O Tolstoi é certamente admirável como individuo: mas que significa e pode dar de si aquela renovação do Evangelismo? O pensamento da Rússia, até agora, parece-me perfeitamente caótico. Mas o mundo começa a estar tão cansado de lógica, de ciência, de análise, que talvez se deixe levar mais uma vez pelos entusiastas e visionários. Creio que é isto o que explica o *engouement* actual pelos russos. Mas, em suma, será sempre necessário voltar à razão e aos seus processos severos. O período sentimental da huma-

CARTAS DE ANTERO DE QUENTAL

nidade passou. Só a razão consciente e a virtude racional podem resolver os problemas duma idade adulta da humanidade. É verdade que, quando a dita razão, como já tem sucedido, se mostra inferior à sua tarefa, hesita e abdica, o inconsciente, o instinto, o sentimento voltam a entrar em cena. Mas não posso considerar tal facto senão como um retrocesso. Foi isso o Cristianismo. Pode ser que um semelhante retrocesso esteja em preparação: então os russos, como os entusiastas e instintivos por excelência, representarão um papel proeminente. Mas creio que isso será equivalente à destruição do espírito moderno.

E adeus.

Do seu do c.

Antero de Q.

VII

Vila do Conde, 2 de Fevereiro de 1889.

Meu caro Amigo

Quem me dera viver sempre com *doidos* como o conde Tolstoi! Não é só um santo, é também um sábio. Depois de se ter descrito um círculo em vista das ideias e sentimentos, quem é capaz de *sabedoria* chega àquilo, a não apreciar da vida senão o que ela tem de mais simples e a pôr na renúncia a maior das conquistas. A única ilusão do nosso admirável apóstolo é supor que o que é um resultado possa ser um ponto de partida, e que os que não experimentaram a vida nem se despiram, por experiência própria, das ilusões dela, possam a ela e a elas renunciar de boa mente. O conde Tolstoi chegou àquilo porque viveu: quisera perguntar-lhe se supõe que os seus filhos, criados naquela ignorância e afastamento do mundo, renunciarão a experimentar e a viverem por si, e aceitarão como própria a experiência de seu pai? A vida espiritual é só dada aos homens espirituais. Ora, a maioria dos homens é e será sempre natural. A vida natural com as suas paixões, as suas ilusões, o seu tumultuar de esperanças e decepção, há-de sempre atrair a maioria dos homens, e apenas desse meio sairão, por uma verdadeira selecção, o pequeno número daqueles que renunciam por gosto e vontade, por terem chegado ao convencimento de que o verdadeiro ser, o espiritual, consiste justamente num não-ser natural, e que um homem vive tanto mais da verdadeira vida, quanto mais despreza a vida dos sentidos, dos instintos e da imaginação. Entretanto, acho que não há entre

estes dois pontos extremos opposição absoluta, mas sim escala, gradação e transição; são os dois pólos da natureza humana; e foi isso o que eu quis significar com a minha fórmula do «Helenismo coroado por um Budismo»: o Helenismo, isto é, a vida natural, nos seus diversíssimos tipos, na riqueza da sua evolução, aproximando-se ou afastando-se mais ou menos da compreensão transcendente, cuja expressão é o Budismo, que propriamente se lhe não opõe, mas o completa superiormente. O Budismo é um estado psicológico puro, que, por isso que pressupõe os anteriores menos puros, não os pode negar absolutamente. Por outras palavras: cada um tem a sabedoria que pode ter e ocupa na escala da perfeição o lugar que pode ocupar: mas ninguém, salvo os monstros, está fora da humanidade, e os mais perfeitos, longe de condenarem os menos perfeitos, verão neles ao menos uma possibilidade de perfeição, como nós vemos nos animais uma espécie de rudimento da humanidade, e, sem nos confundirmos com eles, não nos sentimos todavia absolutamente distintos deles, antes a eles nos sentimos ligados por uma íntima piedade. O despreendimento pois do Budista será só interno, mas a sua vida será activa, somente a mola dessa actividade é que terá mudado, de pessoal (em) impessoal, de egoísta (em) desinteressada. Mas com o grande vento que faz hoje vejo que não consigo exprimir-me com clareza e ir até ao fundo. Fica para outra ocasião.

Dos meus Sonetos alemães não possuo senão o exemplar que me ofereceu o tradutor. Mas, como os livreiros de Paris têm todas relações com a Alemanha, será fácil, por meio de Paris, mandar vir da Alemanha um exemplar. O título é o seguinte: «Ausgewählte Sonette von Anthero de Quental, verdeutscht von Wilhelm Storck: Paderborn und Münster, 1887; Verlag von Ferdinand Schöningh.»

Do seu m.^{to} ad.

Anthero de Q.

VIII

Cartaxo, 28 de Maio de 1889.

Meu caro Amigo

Já me tardava vê-lo casado — e posso dizer-lhe agora que mais de uma vez tinha pensado nisso, e sentido até a tentação de lhe dar esse conselho; mas achava a matéria tão delicada, tão absolutamente do foro íntimo, que nunca me atrevi. Veja pois com que prazer recebi a notícia, que me dá! O dia do seu

casamento será para mim um de verdadeira alegria. Não lhe citarei o famoso «não é bom que o homem esteja só» da Bíblia, ainda que há uma grande verdade nesse conceito; mas, tomando a coisa por outro lado, dir-lhe-ei que só é verdadeiramente livre aquele que sabe limitar voluntariamente a própria liberdade. A liberdade é um ideal, que, como todos os ideais, precisa ser corrigido pela realidade e pelo sentimento moral, que só na realidade tem a sua pedra de toque. Os ideais da nossa mocidade, absolutos e no fundo muito egoístas, são fantásticos, e é por isso que nos atormentam tanto. E quando cerceamos, em proveito dos outros, uma parte dessas desmedidas ambições, reconhecemos então com pasmo que essa amputação, em vez de nos diminuir, nos engradeceu. Parece-me dever concluir daqui que a nossa verdadeira grandeza é toda interior e subjectiva; o que somos e fazemos importa relativamente pouco: a relação da nossa vontade consigo mesma é que é o essencial. Chegados a um certo estado de espírito, não de cepticismo ou de abatimento, mas de verdadeira compreensão da nossa natureza e do nosso fim (*regnum meum non est hoc mundo*), aquelas imensas ambições da mocidade fazem-nos sorrir. Não compreendo, pois, porque emprega duas vezes a palavra *resignação*: quisera que a riscasse do vocabulário dos seus sentimentos. A transição do egoísmo idealista e da falsa liberdade, para a realidade moral e a verdadeira liberdade, é um progresso e até, em meu conceito, o máximo progresso: não pode ser pois matéria de *resignação*; antes, de exultação. Mas talvez lhe esteja fazendo aqui uma chicana de palavras, por causa duma que provavelmente empregou num sentido diverso daquele em que eu a tomei. Por isso não insisto. Entrou, meu caro amigo, num caminho em que todos os dias irá sentir o chão mais firme debaixo dos pés, mais lúcido o pensamento, mais serena a consciência. Vivendo cada vez mais para os outros, sentindo morrer em cada dia dentro de si mais uma parcela do *eu* egoísta que tanto nos ilude, tanto nos faz sofrer e errar, irá entrando gradualmente naquela região da *impersonalidade* que é a verdadeira beatitude.

Mas agora reparo que *je prêche à un converti*. O meu amigo sabe isto tão bem como eu, ou melhor, porque o descobriu aos 30 anos, e eu só com mais de 40 — leva-me pois grande dianteira na sabedoria, e não me cabe a mim, que toda a vida fiz acto de insensato, dar-me estes ares de doutor *in sapientia*. Desculpe-me pois o bocado de prédica desnecessária que aí fica, e aceite simplesmente os emboras muito cordiais do seu

Muito amigo
Antero de Q.

IX

Vila do Conde, Sábado, 9 de Fevereiro de 1890.

Meu querido Amigo

Vou exigir de si um sacrificio — não sei se será grande ou pequeno — mas sei que o fará. Preciso *absolutamente* de si no Porto durante 6 meses. A Liga vai naufragar por falta dum homem — o secretário geral, tão *único* como o presidente, senão mais. O Porto não o tem! há 4 dias que penso nisto e já desesperava, quando me lembro do Jaime! O Jaime é o *homem*, é o *único*. Há-de vir. O que se vai passar em Portugal é seriíssimo. Faça cada um o seu sacrificio no altar da Pátria. Eu sacrifico a minha saúde, que naufragará de todo no meio disto, e muito provavelmente o meu nome, que antes de 6 meses estará manchado. Não importa. Quero sacrificar a vida, e morrerei contente se tiver vivido 6 meses ao menos da verdadeira vida de homem que é a da acção por uma grande causa. O Jaime fará também à Pátria e ao Bem o seu sacrificio. Venha.

Um abraço infinito do seu
Antero

bibRIA

ALGUNS DADOS SOBRE O CONTRIBUTO
DE AVEIRO PARA O COMÉRCIO MARÍ-
TIMO DE IMPORTAÇÃO ENTRE A
ZELÂNDIA HOLANDESA E A PENÍNSULA
IBÉRICA NOS MEADOS DO SÉCULO XVI
(1543-44), SEGUNDO DADOS EXTRAÍDOS
DAS “CONTAS PÚBLICAS” DO PORTO
ZELANDÊS DE MIDELBURGO

- 1 — Breves nótulas histórico-geográficas sobre Midelburgo (e Arnemuiden, seu anteporto). Causas, directas e indirectas, da sua grande prosperidade comercial nos séculos XVI e XVII. Principais artigos do seu comércio.

A O leitor menos familiarizado com a história e geografia dos Países-Baixos talvez interesse saber que Midelburgo, cidade a que se faz referência no título do presente estudo, é a capital da província holandesa da Zelândia («zee-land» = *terra de mar*), «fria plaga de Gelanda», no dizer pitoresco de Camões⁽¹⁾. A Zelândia consta de várias ilhas e da parte setentrional do antigo condado da Flandres. Uma dessas ilhas chama-se Walcheren e nesta, mais ou menos ao centro, encontra-se situado o porto de Midelburgo, de que se trata neste artigo.

Não obstante não contar actualmente (1976) mais de uns modestos 25 000 habitantes, é cidade muito antiga, pois que, juridicamente, nasceu em 1217, data em que recebeu direitos de cidade, contando, por conseguinte, três longos quartos de milénio.

Alguns historiadores neerlandeses fidedignos opinam, porém, que a verdadeira data da fundação de Midelburgo

(1) *Os Lusíadas*, canto VII, estr. 61.

recuaria ao ano de 836, ou, pelo menos, a 880⁽²⁾, sendo o povoado de origem carolíngia. Nesta hipótese, a cidade haveria surgido de um dos três pontos fortificados (o do meio: *Midelburgo* = «burgo do meio»:) erigidos ao longo do litoral de Walcheren, como defesa contra eventuais ataques e predações dos temíveis Normandos, muito activos nessa época.

Em todo o caso, em 1103 já devia gozar de certa importância local como povoação. Com efeito, nesta data um abade neerlandês, Thiofried van Echternach, ao redigir a biografia do famoso «Apóstolo da Neerlândia», Willibrord, já se lhe refere como «*Mittelburgensis portus*».

No correr dos séculos XIII e XIV, durante as chamadas Guerras Flamengas, tanto os condes da Holanda como os da Flandres disputam violentamente entre si o senhorio de Midelburgo. Por fim, em 1325, este cai definitivamente sob a alçada dos primeiros.

Durante a última parte da Idade Média, mas sobretudo no decorrer de todo o século XVI, o volume do tráfico marítimo de exportação e importação de Midelburgo desenvolveu-se tão notavelmente, e com isso a riqueza e as Artes, que o famoso pintor e esteta alemão Albrecht Dürer, por ocasião da sua visita aos Países-Baixos de Carlos V, em 1520-21, pôde deixar escrito no seu conhecido *Diário de Viagem*: «Midelburgo é uma boa cidade. Possui magnífica Câmara Municipal, com uma torre soberba. Tudo ali é muito artístico».

Foi, porém, só na primeira metade do século XVII que atingiu o zénite da sua importância e prestígio, contando-se então entre os portos norte-europeus de maior relevo comercial, «muito provavelmente o mais notável concorrente de Amsterdão»⁽³⁾.

Para atingir este período de esplendor setecentista concorreram vários factores históricos decisivos, uns directos, outros indirectos. Entre estes, avulta a decadência de Bruges, nos séculos XIV e XV, de que Midelburgo muito beneficiou. Depois, nos fins do século XVI, a conquista de Antuérpia

(²) Sobre esta questão poder-se-á consultar:

J. FLORQUIN, *Ten huize van...*, VI, Lovaina, 1970, pág. 166.

Além da bibliografia que sobre o assunto cito noutra meu trabalho, paralelo deste, intitulado: *Alguns dados sobre o contributo de Vila do Conde para o comércio marítimo de importação entre Midelburgo-Arnhemuiden (Zelândia) e a Península Ibérica nos meados do século XVI (1543-44)*, in: «Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila do Conde», n.º 6, 1968, págs. 11-49.

(³) Opinião do historiador holandês, lente na Universidade de Leiden, J. G. VAN DILLEN, na sua monumental obra: *Bronnen tot de geschiedenis van het bedrijfsleven en het gildewezen van Amsterdam*, Haia, 1933, vol. I, pág. XXIV.

em 1585 pela «intolerante e furiosa soldadesca» espanhola do duque de Parma leva muitos ricos e dinâmicos mercadores antuerpianos a fugirem da cidade do Escalda, escolhendo, como refúgio e novo centro comercial, não só Amesterdão, como também a capital zelandesa.

Acrescente-se ainda o facto de, em 1582, se ter ido estabelecer em Midelburgo uma sucursal da poderosa corporação dos «Merchant Adventurers» ingleses.

Finalmente, last, not the least, convém referir que muitos navios da riquíssima Companhia das Índias Orientais, fundada pelos Holandeses em 1602, tinham no porto de Midelburgo a sua base comercial predilecta, utilizando-a como entreposto de múltiplos produtos coloniais que ali descarregavam.

Propiciamente postada na encruzilhada de várias e importantes rotas marítimas do comércio interportuário norte-europeu, comércio que, por assim dizer, se polarizava no famoso delta do Escalda, e dispondo ainda de óptimos acessos ao rio Reno — esse «grande eixo de circulação que penetra, nos Alpes, até ao coração da Europa, unindo-o ao mar do Norte»⁽⁴⁾ — Midelburgo constituía, portanto, invejável porto de trânsito desses outros dois mais famosos centros de tráfico que foram, primeiro, Bruges, e mais tarde, no século XVI, em pleno Século de Ouro da Flandres, o grande empório de Antuérpia.

Curiosamente, porém, Midelburgo só por via indirecta comunicava com o mar, pois que, para o efeito, era obrigada a servir-se do pequeno e mui sinuoso rio Arne, que a banhava. Desde o início da sua existência, a cidade lutou incessantemente com os graves problemas de assoreamento do seu porto. Assim, há notícia de que, logo no ano de 1100, Midelburgo teve de rasgar um canal de acesso ao mar, ficando, desta forma, ligada directamente a Arnemuiden, povoado costeiro, a dois quilómetros da cidade, que, na sua qualidade de indispensável anteporto da capital zelandesa, logrou considerável notoriedade comercial nos séculos XVI e XVII.

De resto, mais tarde, em 1535, apenas 8 anos antes da data (1543-44) a que diz respeito este artigo, e dado o enorme crescimento do tráfico midelburguês, acabou por verificar-se a insuficiência dessa primitiva e desactualizada via de intercomunicação com Arnemuiden. E, para manter a cidade «aberta», em contacto directo e vital com o mar, novo e melhor canal houve de se cavar⁽⁵⁾. Através dele arribavam os nautas aveirenses a Midelburgo.

(4) JEAN RITTER, *Le Rhin*, coll. «Que sais-je?», Paris, 1963, pág. 5.

(5) Vid. JAAP KRAMER & THEO KAMPA, *Zee Land*, Bussum, 1976, pág. 21.

COMÉRCIO MARÍTIMO DE IMPORTAÇÃO

Primitivamente, no decurso do século XIII, os panos da indústria neerlandesa e inglesa e os vinhos importados da Europa Ocidental constituíam os artigos fundamentais do comércio da capital zelandesa. No século XIV, mais propriamente em 1383, conseguiu mesmo conquistar para o seu porto o mui cobiçado, porque mui rendoso, direito de «etapa» ou entreposto de todos os panos e lãs vindos da Inglaterra. Posteriormente, logra ir ainda mais longe, e obtém o invejável privilégio de se tornar, para todos os Países-Baixos, o local obrigatório da armazenagem dos vinhos importados de França.

Não admira, portanto, que, na primeira metade do século XVII, Século de Ouro da Holanda, Midelburgo se tenha alcançado à notável posição de segundo porto, em importância de tráfico, da República das 7 Províncias Unidas, muito embora a grande distância da sua rival Amesterdão.

Só o irremediável assoreamento do seu porto e ancoradouro, por volta de 1650, é que viria a vibrar golpe funesto na extraordinária prosperidade comercial de Midelburgo.

Note-se, no entanto, que, apesar de tudo, ainda hoje a cidade do Arne se escalona como terceiro porto da Holanda, posto que a enorme distância de Roterdão (o maior porto do mundo!) e de Amesterdão, a capital do país.

2 — Privilégios concedidos por Midelburgo aos Portugueses.

Desde cedo, após a data liminar de 1217, Midelburgo foi tomando as medidas oficiais adequadas, conducentes a atrair ao seu porto mercadores e navegantes estrangeiros. Contudo, é só a partir dos fins do século XIV que, na base dos tradicionais banquetes de sondagem e prospectivos «vinhos de honra» calculistamente ofertados pelas autoridades, vão surgindo sucessivos diplomas governamentais midelburgueses, a expressar claramente uma política sistemática de atracção de comerciantes estrangeiros à capital da ilha de Walcheren.

No que respeita directamente a Portugal, convém registar aqui, em resumo esquemático^(*), e segundo ordem cronológica, as seguintes etapas significativas:

a) Em 3 de Abril de 1390, dia de Páscoa, Alberto da Baviera, na sua qualidade de conde da Holanda e da Zelândia, houve por bem (dada a rivalidade reinante entre Bruges e a Zelândia relativamente ao comércio português) garantir aos mercadores de Portugal o direito de «livre tráfico» no

(*) Para mais pormenores relativos a esta questão dos privilégios concedidos por Midelburgo aos Portugueses, vid. o meu artigo, citado na nota 2 do presente trabalho.

porto de Midelburgo, concedendo-lhes, logo nessa altura, alguns importantes e tentadores privilégios, na esperança de que os lusos traficantes ali viessem fixar o seu entreposto comercial («etapa»), que então pousava em Bruges. Segundo a letra do documento, os interesses comerciais portugueses em Midelburgo, nesta data, incidiam sobre: ferro, mel, azeite, cera e peles de coelho (7).

b) Em 1406, segundo a opinião do historiador belga Charles Verlinden (8), já haveria «uma colónia portuguesa permanente em Midelburgo» e bastantes probabilidades de «existência duma etapa».

c) Um pouco mais tarde, em 1433, Filipe da Borgonha, e em 1490, Maximiliano e Filipe da Áustria, concedem e confirmam os privilégios já existentes, alargando-os a todas as «nações» que negociam em Midelburgo (9).

d) Na esteira da mesma política de atracção comercial, Filipe II da Áustria, por «sentença declaratória» de 27 de Novembro de 1500, limita-se a ratificar, recordando-as, as numerosas regalias concedidas aos mercadores estrangeiros pelos seus predecessores (10).

e) Em 1501, considera-se com interesse a hipótese — aparentemente gorada — do estabelecimento em Midelburgo duma «nação portuguesa» (11).

f) Em 1529, conclui-se um acordo ou convénio, em cinco parágrafos, entre as autoridades locais e o «factor» do «alto, poderoso e excellentissimo» rei de Portugal (D. João III), Rui Fernandes, onde se exaram vários e aliciantes privilégios a conceder, daí em diante, a todos os «factores» de nacionalidade portuguesa (12).

g) Em data incerta, mas certamente algures entre 1501 e 1530-35, estabelece-se, finalmente, em Midelburgo a tão longamente desejada «nação portuguesa». Todavia, verdade é também que algures entre os mesmos anos de 1530-35 a mesma «nação portuguesa» abandona a cidade, como represália, ou

(7) Desconhece-se, no entanto, se esta carta de privilégio conseguiu tornar realidade o habilidoso plano de etapa portuguesa em Midelburgo preconizado pelo conde. (Para uma análise pormenorizada deste relevante documento, vid. CHARLES VERLINDEN, *Deux aspects de l'expansion commerciale du Portugal au moyen âge (Harfleur au XIV^e siècle. Middelbourg au XVI^e et au XV^e)*, in: «Revista Portuguesa de História», tomo IV, Coimbra 1949, págs. 202-206).

(8) CHARLES VERLINDEN, *art. cit.*, pág. 206.

(9) J. H. STOPPELAAR, *Inventaris van het Oud Archief der stad Middelburgh*, 1217-1581, Midelburgo, 1883, págs. 160-161, registo n.º 850.

(10) J. H. STOPPELAAR, *ob. cit.*, pág. 227, registo n.º 850.

(11) W. S. UNGER, *Middelburg als handelsstad (XIII^e tot XVI^e eeuw)*, Midelburgo, 1935, pág. 104.

(12) W. S. UNGER, *Bronnen*, págs. 346-347. Para mais pormenores, vid. o meu artigo citado, pág. 16, nota 16.

sob pretexto, de exorbitantes impostos de portagem lançados sobre certos caixotes de açúcar de mercadorias portuguesas⁽¹³⁾. Queixosos, decidem trasladar-se para a próspera e mais propícia Antuérpia. Isto apesar de novos e sugestivos privilégios, sobretudo de foro judicial, com que, pouco depois (1 de Julho de 1538), o imperador Carlos V acena aos mercadores portugueses da velha cidade do Arne⁽¹⁴⁾.

3 — Nautas aveirenses em Midelburgo.

Das liberdades e regalias proteccionistas concedidas pelas autoridades neerlandesas aos mercadores idos de Portugal se aproveitou a navegação de vários portos nacionais, entre eles, o de Aveiro.

Durante a primeira metade do século XVI, época em que se situam os dados numéricos mais à frente analisados, as relações comerciais portuguesas com Midelburgo intensificam-se de maneira verdadeiramente notável e sobe a centenas o número de embarcações nacionais que demandam o porto zelandês⁽¹⁵⁾.

Lamentavelmente, ignoro — por falta da indispensável documentação comprovativa — a data certa em que nautas aveirenses, pela primeira vez, aportaram aos cais de Midelburgo ou de Arnemuïden, seu anteporto. No brevíssimo rol das *Contas* que adiante transcrevo e sumariamente analiso, o primeiro nome, cronologicamente falando, que aparece citado é o dum «Jorge Fernandes d'Avero», mestre (dono?) de um barco que, em 9 de Junho de 1544, carregou, na capital zelandesa, com destino a Portugal (sem especificação do porto de destino), certa quantidade de chumbo e cera, no valor total de 10 libras (flamengas), 12 escalins e 6 dinheiros de «grosos»⁽¹⁶⁾.

Isto, porém, não exclui, como é óbvio, a probabilidade de outros mestres aveirenses terem demandado Midelburgo em data anterior a 1544. Só o levantamento integral — tão dese-

⁽¹³⁾ W. S. UNGER, *Bronnen*, pág. 376, nota 1.

⁽¹⁴⁾ W. S. UNGER, *Bronnen*, vol. III, págs. 376-377.

⁽¹⁵⁾ Só entre 10 de Fevereiro de 1528 e 31 de Outubro de 1529 nada menos de 208 navios portugueses aportam a Arnemuïden, anteporto de Midelburgo, como se disse. De notar que, dentre esses navios, 33 eram provenientes de Vila do Conde, que era nessa altura o porto do Reino que mais intensamente traficava com a capital zelandesa. (Vid. L. C. FABIÃO, *art. cit.* e CH. VERLINDEN, *art. cit.*).

⁽¹⁶⁾ A libra flamenga ou libra de Flandres subdividia-se em: 20 escalins ou xelins, iguais a 240 dinheiros, iguais a 720 esterlinos, iguais, por sua vez, a 5760 mitas. (Vid., por ex., L. GILLIODTS-VAN SEVEREN, *Cartulaire de l'ancienne estaple de Bruges*, Bruges, 1904, t. I, pág. 322).

jável! — de toda a documentação holandesa relativa ao comércio marítimo português com a capital zelandesa permitiria fixar uma «certeza histórica» satisfatória e definitiva⁽¹⁷⁾.

4 — Método seguido na compilação dos elementos relativos ao porto de Aveiro extraídos das Contas dos recebedores de Midelburgo e Arnemuiden (entre 9 de Junho e 12 de Dezembro do ano de 1544).

É sobejamente conhecida⁽¹⁸⁾ a utilidade do exame das *Contas Públicas* duma cidade, pelo acervo de dados e pormenores informativos de vária natureza que nos fornecem sobre determinados sectores da história dum país ou duma certa região económica.

Referindo-se em particular às *Contas* de Midelburgo e Arnemuiden dos meados do século xvi, o historiador holandês Unger pôde escrever com razão: «Em parte alguma melhor do que nesses dados verificamos em que larga medida a bacia de Walcheren foi o ponto focal do tráfico marítimo europeu em geral dessa época»⁽¹⁹⁾. Também, indirectamente, para a história económica de Aveiro do tempo essas *Contas* são, por vezes, preciosas de informação.

Antes de entrarmos, porém, na breve análise dos elementos aveirenses (aliás, infelizmente muito poucos) colhidos em tais fontes, é conveniente tomar em conta os seguintes esclarecimentos preliminares:

1.º Os excertos das ditas *Contas*, que seleccionámos, traduzimos e à frente transcrevemos, dizem respeito exclusivamente a informes sobre o comércio marítimo de importação praticado entre Midelburgo e a Península dentro do sobredito período restrito de 9 de Junho e 12 de Dezembro do ano de 1544, isto é, aproximadamente um semestre.

2.º Nesse joeiramento selectivo, circunscrevemo-nos estritamente às entradas do «recebedor» que não deixam margem de dúvida referirem-se a mestres-de-navios aveirenses. Isso significa, na prática, que, em termos numéricos absolutos, se obteriam possivelmente totais mais abundantes, em certas

(17) Entretanto, a mais antiga notícia relativa ao interesse de navegantes-mercadores portugueses por Midelburgo data de 28 de Fevereiro de 1384. (Vid. meu *art. cit.*, pág. 18).

(18) Por compreensíveis razões de comodidade de redacção, o texto deste capítulo é transcrito quase literalmente, embora *mutatis mutandis*, do meu *cit. art. Alguns dados sobre o contributo de Vila do Conde, etc.*, a págs. 19-20, porquanto a doutrina e o método seguido são exactamente os mesmos.

(19) W. S. UNGER, *Bronnen*, III, pág. xi.

COMÉRCIO MARÍTIMO DE IMPORTAÇÃO

epígrafes, se tivéssemos aproveitado, para efeitos estatísticos, as entradas das *Contas* em que aparecem nomes de mestres *muito provavelmente* originários de Aveiro. Nessas, porém, o escriturário-recebedor foi omisso em anotar a terra de origem, motivo por que aqui não foram tomadas em consideração estatística. Os resultados finais obtidos, à frente publicados, bastante escassos, devem, pois, interpretar-se à luz destas ponderáveis reservas e limitações.

3.º Como era de esperar, dada a natural dificuldade da língua portuguesa para os escriturários zelandeses, a grafia dos antropónimos é, em geral, deficiente e, por vezes, até inextricável. Cremos, no entanto, que os nomes apresentados estão correctamente transcritos.

4.º O símbolo £ representa *libra-dinheiro*. A *libra-peso* vai sempre por extenso: *libra*. A abreviatura *gr.* traduz: *grossos*.

5 — Mestres de Aveiro que aparecem citados nas «Contas». Tipo, valor e destino das mercadorias por eles importadas de Midelburgo para a Península no período aproximado de seis meses mediante entre 9 de Junho de 1544 e 12 de Dezembro do mesmo ano.

Dados extraídos das *Contas* do recebedor do imposto chamado «honderdste penning»⁽²⁰⁾, cobrável sobre as mercadorias embarcadas:

9 de Junho de 1544

1 — JORGE FERNANDES, de Aveiro.

Carregou: 18 «demy wagues» de chumbo(s) (?)⁽²¹⁾
e 25 libras de cera.

Valor total: 10 £ 12 escalins e 6 dinheiros de gr.⁽²²⁾.

Destino: Portugal⁽²³⁾.

⁽²⁰⁾ O «honderdste penning» consistia no imposto de 1 % cobrável sobre o valor de todas as mercadorias exportadas.

⁽²¹⁾ «Wagues» (do Neerlandês *wagen*, «carro?»), julgo poder interpretar-se como «carros, carradas». Assim, lê-se em J. SAVARY DES BRUSLONS (*Dictionnaire Universel de Commerce*, Paris, 1723, t. II, pág. 1947, s. v. WAGE ou CHARIOI):

«Peso de que se servem em Amiens, correspondente a 165 libras desta cidade, o que vem a dar 145 libras e 3 onças de Paris, de Estrasburgo e de Amesterdão, uma vez que os pesos destas quatro cidades são iguais.»

⁽²²⁾ Vid. nota 16.

⁽²³⁾ Nas *Contas* raramente aparece o porto de destino especificado. Em geral, só se dá o país para onde vai rumar o navio, e às vezes, nem mesmo esse dado vem registado.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

10 de Junho de 1544

2 — PEDRO FERNANDES, de Aveiro.

Carregou: 10 tonéis de pez.
Valor total: 3 £ 6 escalins 8 dinheiros de gr.
Destino: ?

3 — PEDRO JORGE, de Aveiro.

Carregou: 2 «lastz»⁽²⁴⁾ de breu, ao valor de 8 £ de grossos e 300 libras de plumas, no valor de 20 escalins de gr.
Valor total: 8 £ 20 escalins de gr.
Destino: Portugal.

18 de Junho de 1544

4 — JORGE FERNANDES, de Aveiro⁽²⁵⁾.

Carregou: 6 tonéis⁽²⁶⁾ de ervilhas e 1 600 libras de fio de cânhamo.
Valor total: 10 £ 6 escalins de gr.
Destino: Portugal.

20 de Janeiro de 1544

5 — JORGE FERNANDES, de Aveiro?⁽²⁷⁾.

Carregou: 200 libras de linho e 200 libras de estopa.
Valor conjunto dos dois produtos (sem discriminação individual de preços): 2 £ 8 escalins de gr.
Destino: Portugal.

⁽²⁴⁾ Qual o peso certo de 1 «lastz»? Dificil dizer-se. De várias obras especializadas consultadas distila-se que este peso variava muito conforme o tipo de mercadoria, oscilando aproximadamente entre 1 e 2 toneladas.

⁽²⁵⁾ e ⁽²⁷⁾ Trata-se provavelmente do mesmo Jorge Fernandes anteriormente citado. Este nome aparece, portanto, 3 vezes nas *Contas* deste período. No terceiro caso, a conta não traz indicação do porto de origem. Considerando, porém, que um Jorge Fernandes, dois dias antes, se encontrava em Midelburgo, parece fora de dúvida que se trata sempre do mesmo navegante aveirense. Sabe-se que a aquisição e carga dos produtos importados se realizava geralmente ao longo de vários dias de permanência no porto.

⁽²⁶⁾ No original vem o termo francês «touneaulx».

COMÉRCIO MARÍTIMO DE IMPORTAÇÃO

13 de Novembro de 1544

6 — MATEO (MATEUS?) FERNANDES, de Aveiro.

Carregou: 1 «last» de pez⁽²⁸⁾.

Valor: 7 ½ £ de gr.

Destino: Lisboa.

29 de Novembro de 1544

7 — ANDRÉ DIAS, de Aveiro.

Carregou: 800 libras de estopa.

Valor: 30 escalins.

Destino: Aveiro.

12 de Dezembro de 1544

8 — MATEO (MATEUS?) FERNANDES, de Aveiro⁽²⁹⁾.

Carregou («para si próprio»): 200 libras de estopa.

Valor: 10 escalins.

Destino: Aveiro.

6 — Breve exame estatístico dos dados mais salientes fornecidos pelas «Contas» transcritas.

Analisando agora e reduzindo a algumas conclusões numéricas os escassos, mas, em todo o caso, curiosos elementos colhidos nos 8 lançamentos de *Contas* acima transcritos, podemos alinhavar, entre outras, as seguintes informações relativas a uma cooperação, embora modesta, dada ao comércio de importação quinhentista português pela comunidade navegadora do porto de Aveiro:

a) OS MESTRES

No que respeita a *mestres-de-navios*, verifica-se que, no brevíssimo período de 6 meses entre 27 de Junho de 1544 e 12 de Dezembro do mesmo ano, saíram do porto de Midel-

⁽²⁸⁾ Vid. nota 24.

⁽²⁹⁾ É verosímil que se trate do mesmo Mateo (Mateus?) Fernandes citado anteriormente no n.º 6.

burgo, capital da Zelândia holandesa, com diversas mercadorias importadas, 5 mestres cuja naturalidade é expressamente atribuída à cidade de Aveiro. Com destinos por vezes diferentes, rumaram todos nos seus navios em direitura da Península Ibérica.

Não são muitos, com efeito, os 5 mestres. No entanto, e por motivos que desconhecemos, a situação numérica, cerca de 15 anos antes, era muito diferente, ocupando Aveiro o primeiro lugar entre os portos portugueses interessados na Zelândia. Assim, da impressionante cifra de 208 navios portugueses que entre 10 de Fevereiro de 1528 e 31 de Outubro de 1528 (20 meses) pagaram direitos de ancoragem em Arnemuiden, anteporto de Midelburgo, 44 provinham de Aveiro, 34 de Viana, 33 de Vila do Conde, 17 de Setúbal, 16 de Lisboa, 12 do Porto e apenas 7 de Faro⁽³⁰⁾.

Se alinharmos agora os nomes dos 5 «mestres» supramencionados, a saber:

Jorge Fernandes,
Pedro Fernandes,
Pedro Fernandes,
Mateus Fernandes,
André Dias,

ocorre a tentação de nos perguntarmos se, curiosamente, os três Fernandes não proviriam todos do mesmo tronco familiar, o que, numa pequena comunidade populacional marítima, não seria inverosímil.

b) NOMES DAS EMBARCAÇÕES AVEIRENSES

Infelizmente, nenhures nas *Contas* midelburguesas em questão se regista o *nome* de qualquer embarcação governada por mestres quer portugueses, quer estrangeiros. Aparentemente, tal elemento informativo, que também seria útil e curioso conhecer, não interessava ao cobrador zelandês do imposto do «honderdste penning». Cotejando, porém, outros documentos coevos, tanto portugueses como neerlandeses, seria quiçá possível identificar pelo menos alguns navios conjugando-os com os respectivos mestres aveirenses⁽³¹⁾.

⁽³⁰⁾ Vid. W. S. UNGER, *Middelburg als handelsstad*, pág. 105, nota 3.

⁽³¹⁾ Através, por exemplo, das estatísticas elaboradas com elementos colhidos no livro dos róis das avarias da Feitoria Portuguesa de Antuérpia, no séc. XVI. A título ilustrativo, vid. meu art. cit., págs. 38-40 e VIRGÍNIA RAU, *A exploração e o comércio do sal de Setúbal*, secção dos «Apêndices» relativos a 1535-1551.

COMÉRCIO MARÍTIMO DE IMPORTAÇÃO

c) TIPO E QUANTIDADE DAS MERCADORIAS IMPORTADAS

O quadro geral das mercadorias importadas de Midelburgo, embora extremamente exíguo por constituir apenas uma espécie de amostragem-sondagem de escasso meio-ano de faina comercial marítima entre Aveiro e a Zelândia, não deixa de revelar meia dúzia de elementos sugestivos quanto à natureza e quantidade dos produtos que, nessa data (1544) suscitavam o interesse mercantil dos nautas (e patrões-mercadores?) do porto de Aveiro, no campo da importação.

Assim, inventariando as breves e lacónicas «entradas» das *Contas* do recebedor midelburguês dos impostos de exportação acima apresentadas, obtém-se o seguinte quadro dos produtos de importação marítima aveirense na capital zelandesa, no sobredito período de 9 de Junho de 1544 a 12 de Dezembro do mesmo ano:

1) <i>Estopa</i> 1 000 libras	2) <i>Pez</i> 10 tonéis 1 «lastz»	3) <i>Plumas</i> 300 libras	4) <i>Breu</i> 2 «lastz»
5) <i>Ervilhas</i> 6 tonéis	6) <i>Chumbo(s)</i> 18 ««demy wagues»»	7) <i>Cera</i> 25 libras	8) <i>Fio de cânhamo</i> 1 600 libras
9) <i>Linho</i> 200 libras			

Observando o quadro anterior, ressaltam breves considerações que parece interessante frisar:

1.º *As quantidades individuais do produto importado eram relativamente modestas, quase diminutas.*

Os motivos desta situação podem ser vários. Seria muito pequeno o calado das naves aveirenses? Ignoro. Contudo, para viagem de tão longo curso (Aveiro-Holanda e volta) não poderiam por certo ser de tão reduzido porte.

Em todo o caso, sabe-se que ao porto de Midelburgo podiam, nessa época, acostar até navios de 500 a 600 toneladas⁽³²⁾. Por outro lado, numa relação de naus que vão ser

⁽³²⁾ CHARLES DE LANNOY & H. VANDER LINDEN, *Histoire de l'expansion coloniale des peuples européens (Néerlande et Danemark — XVII^e et XVIII^e siècles)*, Paris-Bruxelas, 1911, pág. 9).

reparadas no porto de Lisboa, em 1537, a nau de maior porte não excede os 610 tonéis (1 tonel = 840 kg.)⁽³³⁾.

Um dos maiores carregamentos é o do mestre Jorge Fernandes que, em 18 de Junho de 1544, paga direitos de exportação em Midelburgo por 6 tonéis de ervilhas e 1 600 libras de fio de cânhamo. Por outro lado, outros mestres aveienses carregam quantidades por vezes diminutas (por ex., em 1 de Dezembro de 1544, Mateo Fernandes compra apenas 200 libras de estopa, mercadoria por que paga apenas magros 10 escalins).

Todavia, julgo que a explicação dos pequenos carregamentos midelburgueses deve antes buscar-se no facto de os mestres lusitanos preferirem compor a sua carga total de torna-viagem com produtos adquiridos quer em diferentes portos fornecedores neerlandeses, quer no mesmo porto, mas em diferentes dias, conforme as conveniências da conjuntura local ou temporal.

2.º As mercadorias de importação procuradas foram de tipo preponderantemente industrial: *linho, estopa, pez, breu, chumbo e fio de cânhamo*. Parece óbvio que a aquisição deste tipo de produtos deve estar relacionada com a activa construção naval portuguesa da época.

3.º Afigura-se-me intrincado interpretar correcta e seguramente, em termos comparativos modernos, numa correspondência numérica satisfatória, o *preço* e o *valor* (absoluto e relativo) das mercancias importadas pelos aveienses e que o contador midelburguês regista nas suas *Contas*.

É verdade que as estimativas ali vêm exaradas em libras e escalins (xelins), mas é necessário, mesmo assim, relativar tais cifras. Na opinião do abalizado historiador-economista Jacques Heers: «As alfândegas eram muitas vezes demasiado complacentes, e as estimativas dos funcionários públicos por vezes artificiais, esquemáticas em demasia, e até tendenciosas»⁽³⁴⁾.

E assim, o problema revela-se complexo, sujeito a múltiplos e variados factores passíveis de correcção e ajustamento, tais como: questões de crédito, sistema dos consignatários, vicissitudes da guerra e da pirataria, riscos do mar, tipo de seguros, etc. Daí que qualquer tentativa séria de interpretação das *Contas* deva tomar em consideração as reservas apontadas, e outras.

⁽³³⁾ Entretanto, anote-se que, já em 1521, na frota portuguesa que levou à Itália a infanta D. Beatriz, filha de D. Manuel, noiva do duque de Sabóia, a nau capitânia, «Santa Catarina do Monte Sinai», deslocava 880 tonéis!

⁽³⁴⁾ J. HEERS, *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles*, Paris, 1963, pág. 287.

4.º Em que época do ano visitariam habitualmente os nautas aveirenses o porto zelandês de Midelburgo? Impossível afirmá-lo à ténue luz dos reduzidos dados fornecidos por um curto semestre de *Contas*. Examinando as datas de embarque das mercadorias importadas, observa-se que aparece citado 4 vezes o mês de Junho, 2 vezes o mês de Novembro e 1 só vez o mês de Dezembro. Aparentemente, portanto, em Julho, Agosto e Setembro, nenhum navio aveirense haverá aportado à capital da ilha de Walcheren. Alguma razão (meteorológica?) para este hiato temporal?

Note-se, a propósito, que o mesmo facto verifiquei para o ano de 1543, relativamente a Vila do Conde⁽³⁵⁾. Com efeito, entre Julho de 1543 e Dezembro do mesmo ano, exclusive, nenhum barco vilacondense aparece registado nas *Contas* do recebedor midelburguês.

Entretanto, numa «memória» da governança de Midelburgo (em 1562), refere-se que, antes da «nação» portuguesa dali haver partido (algures entre 1530 e 1535), a capital da Zelândia fazia, com os *Portugaloisers* grande soma de comércio, duas vezes por ano⁽³⁶⁾.

Atente-se, contudo, e a propósito da expressão «duas vezes por ano», no que informa Oskar de Smedt, no seu livro *De Engelse Natie te Antwerpen in de 16 de eeuw* [A «nação» inglesa em Antuérpia no século XVI]⁽³⁷⁾, embora referindo-se ao Brabante, vizinho de Midelburgo: «As cifras mais elevadas relativas ao movimento de barcos registam-se na Primavera e nos princípios do Outono. A influência das feiras anuais é nitidamente perceptível, em especial a do Pentecostes. A sua tradicional importância reflecte-se no facto de o tráfico dos três meses de Junho, Julho e Agosto constituir, em média, 37 % do movimento total anual. Verifica-se que um mesmo mestre de navio não aparece nas listas [de ancoragem] mais de três vezes por ano». A ausência de arrais aveirenses em Midelburgo nos meses de Julho, Agosto e Setembro significará que preferiam, para essa época do ano, visitar outros portos neerlandeses onde se celebravam feiras anuais porventura mais favoráveis aos seus desígnios comerciais? É provável.

5.º De acordo com as *Contas* atrás registadas, o *montante global* das mercadorias importadas de Midelburgo para Portugal (em dois casos nomeadamente com destino a Aveiro) por mestres de navios aveirenses, no breve período de 27 de Junho de 1544 a 12 de Dezembro do mesmo ano (um semestre

⁽³⁵⁾ Vid. meu *art. cit.*, pág. 47.

⁽³⁶⁾ W. S. UNGER, *Bronnen*, III, pág. 376, nota 1.

⁽³⁷⁾ Antuérpia, 1954, 2.ª parte, pág. 276.

aproximadamente), atinge a cifra interessante, mas pouco significativa, por diminuta, de:

44 £ (*flamengas*), 2 *escalins* (*xelins*) e 14 *dinheiros*.

Comparativamente, e a título de curiosidade, note-se que o montante global das transacções importadoras levadas a cabo por mestres de barcos vilacondenses, de Midelburgo-Arnhemuiden para a Península, no ano médio de 1543-44, mas relativo a 74 (setenta e quatro!) «entradas» das mesmas *Contas* midelburguesas, contra apenas as 8 «entradas» aveirenses consideradas neste estudo, e referentes, como se sabe, só a um escasso semestre, não ultrapassou a cifra de:

696 £ (*flamengas*) e 12 *dinheiros* ⁽³⁸⁾

assim distribuída entre Midelburgo e seu anteporto:

Midelburgo: 566 £ 15 *escalins* e 8 *dinheiros*.

Arnhemuiden: 64 £ 5 *escalins* e 10 *dinheiros*.

É evidente que outras considerações, porventura mais instrutivas e interessantes, se poderiam bordar em redor dos magros dados estatísticos fornecidos pela análise das oito *Contas* zelandesas acima transcritas ⁽³⁹⁾. No entanto, julgo que, através das breves anotações ali registadas — minúsculas peças soltas fragmentárias, a integrar num grande conjunto panorâmico — se poderá razoavelmente «entrever» como, a partir de Aveiro (e de outros portos do Reino), já se realizava, nos meados do século XVI, certo movimento comercial com o porto zelandês de Midelburgo ⁽⁴⁰⁾. Este,

⁽³⁸⁾ Vid. meu *art. cit.*, pág. 48. Igualmente a título comparativo, é interessante saber-se que o total dos totais do referido imposto «honderste penning» (1%), cobrado em Midelburgo no ano anterior, de 10 de Fevereiro de 1543 a 10 de Agosto do mesmo ano (um semestre), foi de: 312 £ 11 esc. 4 d. (UNGER, *Bronnen*, III). Donde, o valor total das mercadorias exportadas de Midelburgo, e assim colectadas, nesse período de tempo, seria de: 31 256 £ 13 esc.

⁽³⁹⁾ Fruto de viagem-de-estudo recente feita à Bélgica, possui um ficheiro e «dossier» com documentos mais abundantes sobre a actividade marítima-comercial dos aveirenses nos fins do século XVI e princípios do século XVII, em portos flamengos e holandeses. Ficarão para outro estudo, se houver tempo meu e interesse dos leitores...

⁽⁴⁰⁾ Registe-se a propósito a triste realidade apontada pela medievalista VIRGÍNIA RAU (in: *Estudos de História Económica*, Lisboa, 1961, pág. 66): «... o estudo do movimento marítimo e mercantil dos nossos portos até ao século XVIII apresenta-se como problema bem árduo de resolver e até mesmo, na maioria dos casos, insolúvel», porquanto «os arquivos portugueses são particularmente pobres no que respeita à

COMÉRCIO MARÍTIMO DE IMPORTAÇÃO

embora relevante estação de visita e trânsito do movimentado tráfico marítimo lusitano, constituía apenas um elo na cadeia e encruzilhada das rotas de interesse mercantil que então atraíam os nautas portugueses para portos do Norte da Europa ⁽⁴¹⁾.

Lisboa, Fevereiro de 1976.

L. CRESPO FABIÃO

bibRIA

documentação referente ao tráfico marítimo dos nossos portos. Até cerca dos meados do século XVI, pouco ou nada é conhecido das colecções dos principais arquivos do País que possa contribuir para uma avaliação precisa, contínua e quantitativa desse tráfico». (*Id.*, pág. 65).

⁽⁴¹⁾ Opinava o citado grande historiador holandês W. S UNGER (no seu livro *Middelburg als handelsstad*, pág. 109): «O tráfico de e para a Península Ibérica teve, no século XVI, grande significado para a vida económica de Middelburgo e Arnemuiden». Neste tráfico, Aveiro terá tido a sua quota-parte relativamente significativa.

INCONVENIENTES DE UMA APARENTE INCONGRUÊNCIA — O AVEIRENSE LUGAR DE SÁ, NO CONCELHO DE ÍLHAVO, ATÉ 1835

DESDE muito remota data se verificava a incongruência de o concelho de Ílhavo possuir, a distância de uma estrada légua da sua sede e sem contiguidade com a sua demais área de autárquica jurisdição, um enclave, entre os concelhos de Aveiro e de Esgueira. Circunscrevia-se a uma exígua superfície, mas daria ao erário municipal ilhavense réditos certamente superiores, em proporção às dimensões, ao que o reduzido tamanho levaria a crer. E, como veremos, porque um intenso comércio de carne e vinhos — intenso para a época, é bem de ver — ali se registava, e não deixaria de reflectir-se nas correspondentes cobranças de taxas para os cofres da Câmara de Ílhavo.

Já as «Inquirições Paroquiais de Ílhavo» de 1756 ⁽¹⁾ nos remetem, acerca dessa aparente anomalia de distribuição do território nacional, para o muito mais remoto foral de Ílhavo:

Há mais anexo a Ílhavo, na jurisdição do lugar de Sá que he um troço e pedaço da villa de Aveyro, aonde há Juiz pedâneo, e os Juizes ordinarios de Ílhavo, e officiaes da Camara e Juiz dos orphaons vão exercitar todos os actos das suas respectivas jurisdições, advirtindo que este lugar he totalmente separado de todo o demais termo da villa de Ílhavo, e fica entre os termos das villas de Aveyro, e Esgueira.

«Nelle se acha um Nobre, e Magestoso Convento de Religiosas Terceyras com o titulo da Madre de Deos, sujeitas ao Provincial dos Terceyros do Convento de Jesus de Lixboa. Nelle se acha também o sumptuoso Templo do Senhor das

⁽¹⁾ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, pág. 303.

UMA APARENTE INCONGRUÊNCIA

Barrocas, ou dos Milagres com uma competente casa de Novena de que deve fazer descrição o Reverendo Parrocho (sic) de Santo André de Esgueira, a cuja freguezia pertence, e todo o mais resto do dito lugar à freguezia da vera Cruz da villa de Aveyro.»

Era assim em meados do século XVIII, mas já assim sucedia, com efeito muito antes.

O esclarecido e pertinaz esmerilhador do passado da região aveirense, e que, ilhavense de nascimento, a Ilhavo consagrava a mais desvelada atenção no estudo e patrocínio dos valores e aspirações, investigador e historiógrafo de relevantes predicados que foi Rocha Madahil, atribui a essa «anomalia» de arranjo administrativo, uma data remontante há mais de seis séculos.

Escreve precisamente que «a ligação de Sá a Ilhavo remonta, pelo menos, a 1.354, ano em que D. Afonso IV doou os dois lugares a sua neta, a Infanta D. Maria, que casou com o Infante D. Fernando de Aragão»⁽¹⁾.

E, conquanto no «Estormento de posse que lhe foy dada (A ho Iffante dom Fernando daragão) dos lugares de Ilhavo e Villa de Milho e prestamo darcos e doutros que lhe foram dados em dote e casamento com dona Maria, neta del Rey Dom Afomssso, Rey deste Regno»⁽²⁾, datado de trinta de Janeiro do referido ano, não refira propriamente a inclusão de Sá no concelho de Ilhavo, de algum modo pode admitir-se que a sugira.

Na verdade, na escritura de posse a D. Fernando de Aragão, precedente ao casamento com a infeliz filha de D. Pedro I e de D. Constança — de quem Frei Rafael de Jesus, cronista beneditino escreve: «nasceu para ver morrer a Princeza Dona Constança, sua Mãy; casou para chorar a morte de seu espozto, o Infante D. Fernando; viveu amortalhada no capello de viuva para acabar sem sucessão»⁽³⁾ — a entrega dos casais de Sá, onde aquele instrumento é lavrado, vem na sequência da dos lugares de Ilhavo e Vila de Milho (actual Verdemilho, como de sobejo é sabido) mas sempre sem alusão a qualquer subalternidade administrativa. E para a entrega daquelas, aliás, lavra-se documento exclusivo, sem que Sá seja mencionado, embora se refira em relação a esses «logares dilhavo e Villa de Milho e termhos delles».

⁽¹⁾ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, 1939, pág. 183.

⁽²⁾ Vid. *Brotéria*, vol. LIX, n.º 2-3, Lisboa, 1954, págs. 166 e segs., artigo de J. M. Cordeiro de Sousa, «Três hipóteses acerca de um túmulo».

⁽³⁾ Morreu em Aveiro, em data que se ignora, onde viveu em «honesto retiro», tendo tomado o hábito de clarissa, a desventurada Infanta.

Quanto a Sá, as palavras precisas, por exemplo, são as seguintes: ... «estando presente Gil de Saa que diziam que trazia os casaes que el Rey avia em Saa e outro si estando presentes Joham Salvadorez e Domingos Dominguez, filho de Minginhos, moradores em o dito logo de Saa, que o dito almo-xirife e escripuaem lhe comprissem a dicta carta como ella era contheudo, e que ho metessem logo em poder dos dictos cassaes de Ssaa em nome do dicto Iffante dom Fernando, assi como na dicta carta (he) contheudo».

Mas, de facto, o Foral de Ílhavo, era datado de 8 de Março de 1514, e, ainda que breve, faz a alusão a essa descontinuidade do concelho de Ílhavo: «E Em saa anexo a Ilhavo na Juridyca ha huũ cassal e meo e medesse de todo o paã o quinto. E uinho e linho oitauo».

Segue-se o rasto desta ligação, de aparências incongruentes e artificiosas, encarada através do prisma com que consideramos hoje a divisão administrativa — aliás, ainda muito salpicada de distribuições se não erróneas ao menos de pouco convincente justificação em alguns povoados de maior ou menor importância.

Assim, o escrivão Jorge Fernandes, ao desobrigar-se do encargo que lhe estava cometido para execução da carta régia expedida por D. João III, de Coimbra, em 17 de Julho de 1527, no censo de fogos e, conseqüente registo da densidade populacional, refere precisamente, no «Título do termo da vila da Ilhavo», a «Aldea de Sá», com seus 47 fogos⁽¹⁾. Quase o duplo dos que aponta para Vale de Ílhavo — apenas nove — e muito próximo dos dezanove indicados para Alqueidão.

A artificialidade deste enclave territorial era manifesta. E, logo no século XIII se evidencia com a criação da confraria dos pescadores e mareantes aveirenses, que, em Sá, estabelecem, na Capela de Nossa Senhora de Sá, no coração dessa mesma povoação erradicada da égide natural da vila de Aveiro, mais próxima e mais importante, a sede oficial — e talvez mais legal que efectiva — da sua importante corporação, relevante, indubitavelmente, num agregado populacional em fase de crescimento, com características eminentemente comerciais-marítimas.

Somente acontece que, tendo persistido o nome do lugar desde o século nono⁽²⁾ até aos nossos dias, já que o topónimo persiste numa rua e para a área citadina correspondente a uma parcela nuclear do medievo lugar, a denominação da capela mudou. E, conquanto, Marques Gomes supusesse que

⁽¹⁾ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, art. cit., pág. 181.

⁽²⁾ Vid. Francisco Ferreira Neves — «A Confraria dos Pescadores e Mareantes de Aveiro», in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIX, 1973, pág. 261.

essa alteração da ermida irridenta da vila de Aveiro, com a qual fazia, íntima e constante, a vida social, se houvesse verificado no século XVIII. O Sr. Dr. Francisco Ferreira Neves ⁽¹⁾, mostra e comprova documentalmente que já em fins da centúria precedente — com mais precisão, em 1681, se lhe chamava de Nossa Senhora da Alegria e não de Nossa Senhora de Sá, como desde muito recuados tempos era designada.

Frei Agostinho de Santa Maria, no seu *Santuário Mariano* ⁽²⁾, depois de uma breve descrição da ermida e de registar que a festividade em honra de Nossa Senhora nela se regista «em o dia da Assumpção», como que filia a mudança de invocação, ao escrever: «... neste dia concorrem assim os de Aveyro como de Esgueyra, quasi todos a servir, a venerar aquela soberana Senhora, que he a Alegria do mundo todo, como a intitula S. Germano: Gaudium Cômune mundi».

E, na mesma obra adianta que a Igreja de Santa Maria de Sá (de que Marques Gomes diz haverem desaparecido todos os vestígios ⁽³⁾), mas que foi a predecessora da capela que ainda subsiste) servia de freguesia, no tempo de D. Dinis, que teria dado foral a este lugar, e conjuntamente a Ilhavo e Verdemilho, em Coimbra, a 13 de Outubro de 1296.

Aí se nota, todavia, que o velho lugar, nas primeiras referências que se lhe conhecem na forma latina ou alatinada de «Sala», aparece uma vez mais de parceria com Ilhavo, e com Verdemilho.

E no âmbito concelhio de Ilhavo se manterá até 1835, em que um reajustamento de áreas administrativas, devido, ao que supomos, ao então administrador-geral de Aveiro, Joaquim José Lopes de Lima, o integrou na, já nessa altura, cidade.

Mas ainda na «audiência» da Câmara Municipal de Ilhavo de 28 de Junho de 1834, se deliberava, em plena jurisdição administrativa sobre o desgarrado lugar.

Com referência a esse dia, se escreveu na acta respectiva:

«Nesta nomeação para juiz de Vintena do lugar de Sá, termo desta villa, a Caetano Marques do mesmo lugar o qual comparecendo e estando presente o Presidente da Comissão — lhe tomando o seu juramento e elle juiz o tomou de cumprir bem e fielmente com as suas obrigações e obedecer ao Governo de S. M. F. a Senhora Dona Maria Segunda de fazer manter a Carta Constitucional da Monarquia Portugueza e de como assim prometia de Cumprir e guardar assignou o seu juramento.»

Assinou é como quem diz. Desenhou a cruz, junto ao nome escrito por outrem. Porque o juiz de vintena homem

⁽¹⁾ *Idem, idem*, pág. 242.

⁽²⁾ Lisboa, 1712, pág. 423, IV vol.

⁽³⁾ Marques Gomes, in *Memórias de Aveiro*, 1875, pág. 103.

bom, que fosse em toda a extensão da palavra, ponderado e com o melhor sentido de justiça e equilíbrio, era mesmo analfabeto.

*

* * *

Ora, como com os textos que adiante publicamos e que supomos inéditos, verifica-se que o facto de o velho lugar de Sá se encontrar administrativamente integrado no concelho de Ílhavo, mesmo não considerando os proveitos que este dele tiraria, tinha mesmo para Aveiro vantagens e inconvenientes.

Os benefícios colhiam-nos os indivíduos, singularmente ou como membros de suas famílias, consumidores de vinho, aquartilhado, ao copo, e de carne, que ali eram mais baratos que na cidade. E já o eram no tempo em que Aveiro era vila.

Os prejuízos sofriam-nos os comerciantes desses dois artigos de generalizado consumo, vítimas da concorrência de colegas do mesmo ramo — ramo de negócio que não só do emblemático ramo de loureiro evidenciador das tabernas —, e a Municipalidade que, com a menor renda consequente, na cidade, via o montante das taxas cobradas, nesse tempo de receitas mínguasíssimas, consideravelmente reduzido.

O conselheiro José Ferreira da Cunha e Sousa — que por estranho que pareça faleceu, longevo de quase uma centúria de anos, como governador civil aposentado — na sua «Memória de Aveiro no Século XIX» ⁽¹⁾, precioso repositório de informações sobre a cidade de há centena e meia de anos para cá, que o Sr. Dr. Ferreira Neves em boa hora exumou, deixou sobre esse antigo lugar, destacado do burgo de que se não era parte alíquota, socialmente era um satélite, informações interessantes e elucidativas:

... «havia ali muitas tabernas que vendiam vinho em quantidade, por ser muito mais barato do que o vendido na cidade, e isto pela razão da diferença do imposto de consumo, que em Ílhavo era muito menor. Em consequência, famílias da cidade dali se sortiam, e Sá era muito frequentado à noite e nos dias feriados por todos os devotos de Baco, sendo por isso frequentes ali as desordens e os malefícios; os empresários destas tabernas eram negociantes da cidade.»

Embora nem todos tivessem um pé cá e outro lá, aquém e além das barreiras da cidade e, assim, submetidos a encargos fiscais de larga diferença, os que não curavam, digamos, a mordedura do cão com o pelo dele eram sobretudo os talhanes, como pelas suas próprias queixas teremos ocasião de documentar.

⁽¹⁾ *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936, pág. 263.

Mas já com o vinho se imagina o que acontecia. A menos de um quilómetro encontravam a pinga bairradina ou do mais próximo redor, uns reais mais barata, e nos excessos de libações nem sequer tinham que recear a repressão da «ronda», que tinha por missão, depois que o sino próprio da torre dos Paços do Conselho badalava ao ritmo convencional, convidar os noctívagos a, morigeradamente, recolher a penates. E, porventura, se o espírito rebelde, exacerbado pela bebida levasse os beberões a ser renitentes no desacato das determinações, a impor-lhas coercivamente.

Mais do que o vinho, todavia, afectaria os réditos camarários e os negociantes do ramo o que se passava com a carne, também essa mais barata e com grande atracção por motivo, de os habitantes da cidade, nesse tempo, possuírem um espírito de economia muito mais geral e pronunciado do que hoje. E agora, quando a chamada inflação atinge níveis há muito não alcançados, ainda há quem faça sondagens de preços em diversos estabelecimentos para poupar alguns eventuais escudos. Há século e meio, claro, a moeda e, concomitantemente, os preços eram outros. E então procuravam poupar-se uns quantos «reais», mesmo calcorreando à volta de um quilómetro — dobrado pelo regresso — para comprar algum quilo, ou seu múltiplo — ou antes, algum arrátel de carne.

Ora o lugar de Sá, não só possuía talho para venda ao público — e muito mais o da cidade, que o local, composto «de muito poucos moradores, quase todos jornaleiros, e gente muito pobre que não gastavam carne»... — mas mesmo um açougue. E este matava as rezes sem, na generalidade das vezes, as submeter à apreciação dos almotacés ilhavenses, que viviam longe e não estariam para a maçada de longas caminhadas frequentes — até ao aludido açougue.

Este, como se consignou no termo de vereação de 2 de Junho de 1813, adiante transcrito, encontra-se «desamparado das autoridades competentes que o superintendessem, em o qual por isso os marchantes dele cortavam não só vacas contra as ordens do governo, mas quase sempre rezes, que, por achaques, ou cansaços, os donos delas passavam para o dito açougue por preços insignificantes».

Havia, porém, mais e mais grave. Casos que podiam ter muito nefastas consequências na saúde pública, pois teria, como se lê no texto da acta da referida reunião da edilidade aveirense, «até acontecido, por muitas vezes, o cortarem, e venderem no mesmo rezes que haviam morrido de doença, com grave dano da saúde pública».

Todos estes factores permitiam que naquele enclave ilhavense, à ilharga de Aveiro, a carne pudesse ter «uma dimi-

nuição do preço de cinco reis em arrátel» — nada mais nada menos. E cinco réis, nesse tempo, e por largos decénios depois, era dinheiro — bem mais do que os nossos quase desprezíveis cinquenta centavos de hoje.

Ora, pois, não obstante essa «isca» dada ao povo «para obter e ganhar grandes lucros, e fazer à custa da saúde pública uma sórdida negociação» e, segundo claramente ficou expresso, porque no lugar «só havia um Juiz da Vintena, que também servia de almotacé, homem da ínfima plebe, a que o marchante do tal açougue com um copo de vinho em cada talho dispunha a seu favor, sendo todos estes Juizes e Almotacés de carácter de irem de companhia com os marchantes beber à taberna, como todos sabem e têm visto — o Doutor Corregedor da Comarca mandou encerrar, e reiterou a resolução referente àquele «prejudicial açougue de Sá».

A título de curiosidade e para estabelecer confronto entre o que sucedia em Sá, e as condições que se obrigava a cumprir o arrematante da exploração do açougue municipal da Rua de Santa Catarina — popularmente denominada mesmo do Açougue, na época, e hoje chamada Rua de 31 de Janeiro — publicamos, adiante também, o auto de arrematação respectivo do ano de 1811.

Assim ficam documentados os inconvenientes que tinha para Aveiro a exclusão da sua área do velhíssimo lugar de Sá, até à sua lógica incorporação no concelho que tinha, e mantém, a cidade por capital.

EDUARDO CERQUEIRA

DOCUMENTOS

Tr.º de Vereação de 2 de Junho de 1813

Aos dois de Junho de mil oito cento e treze annos nesta cidade de Aveiro na caza da Camara della onde se acharaõ [...].

Nesta foi apresentado um requerimento de Joaquim Francisco de Carvalho Rematante do Assougue da Vila de Ilhavo, no qual requeria ao Meretissimo Doutor Corregedor desta Comarca levantasse a prohibiçaõ que em consequencia de hum officio desta Camara de vinte nove de Abril deste anno, tinha mandado fazer do lugar de Sá termo desta Villa no qual requerimento o dito ministro fora servido mandar ouvir e responder a esta Camara e tomados os votos a todos os Vereadores e Officiaes dela for uniformemente respondido = que aquelle Assougue estabelecido no lugar de Sá era em todas as consideraçõs prejudicial ao bem publico e boa adminis-

tração dos Assougues desta cidade porque estando o lugar de Sá na distancia de huma grande legua da Villa de Ilhavo, e compoundose de muitos poucos moradores quazi todos jornalheiros, e gente muito pobre que não gastavaõ carne do dito Assouge, e sendo aquelle lugar de Sá immediato desta cidade acontecia que do estabelecimento daquelle Assouge rezultavaõ os maiores e mais consequentes prejuizos ao Bem commum; não só por estar aquelle Assouge dezamparado das Autoridades competentes que o superintendessem, em o qual por isso os Marchantes delle cortavaõ não só Vacas contra as ordens do Governo, mas quaze sempre rezes, que por achaves, ou cansassos os donos dellas passavaõ para o dito Assouge por preços insignificantes, tendo athé acontecido por vezes o cortarem, e venderem no mesmo Rezes que haviam morrido de doença, com grave danno da saude publica, mas tambem porque podendo vender-se semelhante e por menor preço que a do Assouge desta cidade ainda lucrando muito o Marchante, antaõ o Povo atrahido da deminuição do preço de cinco reis em arratel ficando-lhe a mam o dito Assouge concorriaõ em grande número ao mesmo com grave prejuizo da arrematação do Assouge desta cidade, ficando assim illudida a arrematação, que a Camara fazia, e sempre infalivel a perda do Arrematante, sendo por isso que os Marchantes que concorrem á arrematação dos Assougues desta cidade receiaõ dar hum lanço racional; pelo grande prejuizo que lhes resulta daquelle Assouge de Sá, nascendo daqui muitas vezes o conloio de huns com outros Marchantes com grave danno do Bem publico; e sendo por essa razão, e com toda a razão prohibidos pelo Regimento da Vereação da Corte no § 44.º no pilouro das carnes semelhantes Assougues; que os antecedentes vereadores desta Camara convencidos de ser taõ prejudicial aquelle Assouge he que tinhaõ representado ao dito Senhor Doutor Corregedor a urgente necessidade que havia de ser fechado aquelle e prohibido: E que estes mesmos prejuizos que tanto affectaõ a cauza publica tenhaõ já levado á Augusta Presença de S. A. R. a quem se achava affecto esse serio negocio, [...] que elles tinhaõ dado os Assougues publicos desta cidade a Manoel de Souza, a cento e sessenta reis por arratel, e já com a clauzula de não haver aquelle Assouge de Sá, como lhes havia respondido o dito Senhor Corregedor, achando-se o publico muito bem servido, assim pela boa qualidade da carne, como pela exactidão do pezo: Que o offercimento do Suplicante de menos cinco reis em arratel só servia para illudir a arrematação desta Camara e para enganar o publico sendo os cinco reis de (baixa?) — como a isca dada ao povo para obter e ganhar grandes lucros, e fazer á custa da Saude publica huma sordida negociação, que o mesmo Supplicante tendo andado em praça os Assougues desta cidade

nunca chegou a lançar menor preço que o de cento e outenta reis por arratel; que os Almota, fses da Villa de Ilhavo, distantes do lugar de Sá huma grande legua nunca assistiaõ a ver matar, e cortar as rezes naquelle Assougue de Sá em o qual logar só havia hum Juiz da Vintena, que tambem servia Almota, fse, homem da infima plebe, a que o Marchante de tal Assougue com hum copo de vinho em cada talho dispunha a seu favor, sendo todos estes Juizes e Almota, fses de character de hirem de companhia com os Marchantes beber á taberna como todos sabem e tem visto [...].

Que á vista das razões expostas, elles V.^o confiavaõ muito da inteireza do Mereti, fssimo Senhor Doutor Corregedor não atendesse a este requerimento do Supplicante quanto á pretendida abertura daquelle prejudicial Assougue de Sá.»

*

Auto de aRematação da carne do Asougue desta cidade pelo Anno prez.¹

Anno do Na, fssimento de No, fso Senhor Jezus Christo de mil outo centos e onze aos vinte e sete de Março do dito anno nesta cidade de Aveiro, na Casa da Camara onde se achavaõ o Doutor Juiz de Fora Presidente Joze Manuel do Rego Abranches e os Vereadores actuais Joze Antonio de Oliveira Pinto, Domingos Joze de Oliveira, o Doutor Antonio Joze Ferreira e o Procurador do Concelho Joaõ Dionizio da Fonseca Lopes ahi mandaraõ ao Official de Porteiro Joze Antonio trazer em pregaõ para se arematar a carne do Asougue publico desta cidade transferida a arematação para este dia do de vinte e tres do corrente, declarado nos Editaes que se pasaraõ para esta cidade, Porto, Coimbra, Figueira e Villa da Feira a esperar lançaõ mais util ao povo do que o de cento e vinte reis que tinha oferecido Manuel Joze de Sousa, do lugar de Muris (?) assistente nesta cidade, por cada arratel de Vaca, com cujo lançaõ mandaraõ ao dito Porteiro trouce, fse em pregaõ a mesma carne, ao que satisfes na Praça e no Patio desta Casa da Camara, e havendo varios lançaõs, o ultimo e mais deminuto foi o de noventa reis os primeiros seis Mezes, e de noventa e cinco reis os ultimos seis mezes, que offerecia o dito Manuel Joze de Souza que por tanto se obriga a dar cada arratel de Vaca todo o anno ficando elle a administrar por si o mesmo Asougue, e nunca introduzir nesta Administraçaõ outra alguma Pe, fsoa para responder por qualquer falta, e pagar o novo real para as obras publicas sem o haver do Povo e com as condiçaões seguintes que lhe foram declaradas: Que surtirá o Povo por todo o Anno de carne de Bois gordos, sem que po, fsa introduzir Vacas, e Vitellas pela prohibiçaõ que há de as mata-

UMA APARENTE INCONGRUÊNCIA

rem nos Asougues segundo as Ordens da Intendencia Geral da Policia = Que se não venderão nos Talhos Cabeças, nem pés, e forsuras dos ditos bois, e só se venderão fora por preços mais deminutos, e que porá dois talhos sendo a tudo obrigado por tempo de hum anno, que principiará em sabado de Aleluia do prezente anno, e ha de findar em outro tal dia do anno futuro de mil oito centos e honze, digo, de mil oito centos e doze = Que pagaria mil e duzentos reis de foro da Casa do Asougue ao Administrador da Capela de Santa Catherina em dia de Sam Miguel, tendo sempre a mesma casa limpa, e sem mau cheiro, dando ao Povo nos dias do costume carne em abastança, e seraõ as Rezes, aprovadas pelos officiaes da Camara ou Almota.fes, os quais poderiam mandar comprar Bois á custa d'elle lançador para se cortarem no Assougue, quando falte carne para surtimento do Povo, e no caso de contravenção destas condiçoens seria condenado em seis mil reis por cada rês, que for compreendido, e trinta dias de cadeia no cazo de dar carne que venha dos Asougues da Excellentissima Mitra, Sá, ou do Senhor das Barrocas, pela má fama de se não notarem nelles Rezes boas por não haver quem os vegie: e com o dito lanço, e na dita forma mandaraõ trazer em Praça a dita carne do Asougue; e sendo Apreguado nella, e Ruas publicas por não haver outro lanço de que deo fé o Porteiro a este mandaraõ afrontasse e aRemata.fse, ao que satisfes, e entregou o Ramo ao dito lançador Manuel Joze de Souza, a quem o Menistro e os Officiaes da Camara houveraõ por aRematada a dita carne, e ao estipulado se obrigou o Arrematante por sua Pessoa, e bens e a afiançar em três dias pena de remoção á sua custa, de que mandaraõ fazer este Auto, que assignaraõ com o arrematante que o fes de crus por não sober escrever, com as testemunhas presentes o Alcaide Joaõ Antonio de Deos, e o carcereiro Joaõ Ferreira da Silva, ambos desta mesma cidade e com o Porteiro que por também não saber escrever assignou de crus, lido este por mim António Joze das Neves Escrivaõ da Camara que o escrevi e assignei.

PESCAS E PEIXES

UMA NOTA RELATIVA À PESCA E AOS PEIXES DA RIA DE AVEIRO

NINGUÉM que tenha atentado na proveniência dos recursos de que dispõe o nosso país, desconhece a importância considerável que tem para Portugal a sua situação geográfica, e a vizinhança de mar, que limitando-lhe por dois dos seus lados a área territorial, lhe acrescenta todavia um domínio, o das águas que não é menos rico que o solo. Nelas exerce uma grande população afanosa a indústria da pesca, e nas águas conquista com o seu duro labor, para o Estado, anualmente, alguns contos de réis.

O sal, as algas, a lagosta, o pilado (crustáceo), os moluscos, etc., são explorados pela indústria ou pela agricultura, e o imposto que se lhes lança, concorre para satisfazer os encargos públicos; mas são principalmente os peixes, que pela sua extrema abundância, grande variedade e excelente qualidade de algumas espécies, que mais nos interessam, e que pela circunstância de produzirem importantíssimo rendimento para o Estado, mais acuradamente nos importa velar e acrisoladamente defender.

A pesca tem sido exercida em Portugal quase sem se atender a qualquer preceito ou regra dimanada de estudos científicos destinados a proteger a enorme riqueza piscícola das nossas costas, pode afoitamente dizer-se que os governos têm assistido indiferentes à exploração bárbara, quase selvagem, que se tem executado nas águas que banham o litoral português.

Nenhuma preocupação para evitar a decadência, cada vez mais sensível, de esse enorme tesouro com que a natureza liberalmente nos dotou; nem sequer o despovoamento e a emigração completa de povoações de pescadores, que foram exercer o mister em regiões longínquas, tem pungido a inércia dos governantes; quando muito, uma ou outra vez, se o clamor

é grande e os avisos de desgraça próxima se repetem, toma-se uma resolução muitas vezes tardia, e que muitas vezes se não cumpre, ou irrisoriamente se cumpre, porque são lesados os interesses embora ilegítimos, condenáveis, dos manipuladores da política. As determinações dos governos, fundadas nos pareceres desinteressados e ponderados, e nas opiniões dos homens competentes, não se cumprem ou são ardilosamente iludidas; fica persistindo o que se pretendeu remediar.

A pesca embora intensiva era executada ainda há poucos anos com redes e aparelhos de malha tão larga, ou por processos tão pouco nocivos, que não determinavam, como os de agora, o despovoamento das águas. Actualmente as redes, destinadas a arrastar pelo fundo dos mares, que revolvem e arrancam na sua passagem dos abrigos de plantas dos oceanos, muitas espécies que nelas se resguardam e acolhem, vão continuando todos os dias a destruição. Empregam-se no mar e empregam-se nas rias, como por exemplo na de Aveiro, redes prejudicialísimas.

No mar os peixes novos, os embriões, são tirados do fundo dos oceanos para a tolda dos navios. Quando se procede à escolha dos exemplares que pelas suas dimensões podem alcançar um preço bastante remunerador no mercado, são lançados ao mar, às pás, todos os peixes que por serem pequenos não são vendáveis, exterminam-se, sem vantagens para ninguém, muitos milhares de peixes que só depois de mortos, esmagados, desfeitos voltam para o oceano.

Anulam-se, e talvez todos os dias se cometa este grande crime contra a sociedade humana, milhares, muitos milhões de organismos, que se não fossem mortos, mais tarde alimentariam muitas criaturas que por esta forma, são expoliadas, cruelmente roubadas, porque é verdade que os alimentos ainda não chegam para todos. Quem contribui para que rareiem as espécies evidentemente dificulta também o repovoamento dos mares. Mas não é só destruída pela ignorância ou pela cobiça a alimentação de muitos, os próprios alimentos dos peixes são inconsideradamente aniquilados.

Conta um dos mais amáveis naturalistas, um dos mais exactos pintores de quadros da natureza, Bernardin de Saint-Pierre, no seu livro *Tableaux de la Nature*, que determinadas espécies de peixes deixaram de visitar uma região onde outrora eram abundantes, porque dela tinham sido arrancadas as plantas de que se alimentavam (1).

(1) *Loc. cit.*, págs, 11 e 12.

Se citamos, não é porque no nosso espírito não exista a convicção fixada por outros factos, de que o arrancamento desordenado das plantas marítimas, sem método, nem cautela, tem contribuído para o desaparecimento ou pelo menos para a diminuição da pesca de determinadas espécies de peixes.

Se citamos é principalmente com o fim de persuadir a quem ler, que não são meras visões de um espírito, as ideias exaradas neste escrito.

Mas que importa isto aos que revelam talvez uma inconsciência análoga à dos indígenas de algumas regiões do globo, que deitam abaixo a árvore que levou muitos anos a desenvolver, para aproveitarem apenas os frutos que lhes saciam a fome por algumas horas.

Ainda não há muito, o ilustre professor da Universidade de Coimbra Dr. Júlio Henriques, se referia numa das suas cartas que a respeito de peixes colhidos na ilha de S. Tomé me escreveu, que os peixes pequeníssimos, tendo apenas dois a três centímetros de comprimento e de que me mandou exemplares, eram empregados pelos naturais para fabricarem uma massa alimentar.

Milhões de peixes que poderiam, se fossem poupados, espalhando-se, difundir a riqueza pelas diversas regiões cortadas pelas trezentas correntes de água que em todas as direcções sulcam a ilha, são devorados quando são tão pequenos que mal podem condimentar-se e preparar-se para a alimentação a não ser em massa informe.

É lamentável não é verdade?

Pois uma devastação semelhante vai pelos rios e rias de Portugal, contribuindo para agravar a situação miseranda de muita gente pobre, a quem o mar já não consente uma alimentação barata.

Tivemos a paciência de contar o número de peixes que no mercado de Ílhavo foram vendidos à medida. Um litro continha 2 123 (!) peixes, 67 dos quais eram tainhas. As maiores mediam 0^m,03. Os outros peixes pertenciam quase todos a uma única espécie a que o povo chama *galiota*, cientificamente *Ammodytes cicerellus*, Rafin, espécie incluída por este escrito, pela primeira vez na fauna de Portugal.

O peixe a que acabamos de aludir é excelente; se não soubéssemos que em Aveiro (o único lugar do país onde até agora nos consta que aparece) é apreciado, poderíamos aproveitar a indicação de Moreau que nos informa na sua *Histoire naturelle des poissons*, t. III, pág. 231, que um notável naturalista italiano, Boccone, escrevia a alguém as seguintes palavras a respeito do peixe a que nos referimos: «Si j'avais la commodité de vous en envoyer, vous goûteriez da ce poisson, le

plus délicat qui soit au tour de la Sicile». E diz mais, que, *les équilles*, nome vulgar do peixe em França, *sont regardées, et à juste titre, comme d'excellents poissons*.

Este peixe que até agora se julgava confinado no Mediterrâneo, mais particularmente nos mares italianos, aparece ali principalmente nos meses de Fevereiro, Março e Abril, isto é, na Primavera, como em Aveiro, e aparece em grande abundância, porque Moreau também diz que a ⁽¹⁾ *certaines époques de l'année ce poisson est assez abondant pour fournir une large part à la nourriture des habitants de Messine*.

O peixe adquire 0^m,15 de comprimento máximo, o triplo do comprimento dos maiores exemplares que encontrei no litro de peixe adquiridos em Ilhavo! Não falando nas 67 tainhas inutilmente sacrificadas, o consumo de um peixe de boa qualidade, em tão grande atraso de desenvolvimento, representa uma perda considerável pelo menos para os habitantes da região.

O peixe aludido *galiota* (nome vulgar), é colhido com redes chamadas *chinchas*, de malha apertadíssima, e se são milhares os *litros* vendidos pode calcular-se a importância da devastação produzida empregando esta rede.

Mas a *chinha* não colhe apenas as galiotas e pequenos muges ou tainhas das dimensões que citei, colhe muitos outros peixes; existe no pequeno museu da *Comissão central de pescarias* prova incontestável desta afirmativa.

Num frasco que não chega a ter um decímetro cúbico de capacidade, e que está apenas mais de meio de peixes, existem além de outros animais marítimos que não têm valor alimentar para o homem, 191 tainhas, entre 0^m,06 e 0^m,03 de comprimento, exemplares de *Atherina*, peixe a que mais adiante me referirei, exemplares de *Gobius minutus* de 0^m,005 (pode atingir 0^m,08 de comprimento), uma lampreia, 0^m,14, etc., camarões, etc.

A *chinha* tinha sido lançada a 10^m a jusante da ponte de Ilhavo e os peixes a que me refiro, de tão exíguas dimensões, foram escolhidos em dez litros de *escasso* vendido a 60 réis o litro!

Mas não digamos apenas o que resulta do emprego da *chinha*. Vejamos qual o resultado do emprego do *botirão*. Basta um argumento para mostrar a sua nocividade. Fornece-o um outro frasco pertencente igualmente ao Museu da comissão de pescarias.

(1) *Histoire naturelle des poissons*, I, III, pág. 221.

Contém um litro de *escasso* proveniente dum lanço de *botirão* lançado a 200 metros para o sul do cais de Aveiro (Cale da cidade). Nessa medida encontrámos 679 peixes e 107 crustáceos. Entre os peixes 17 tainhas que não excediam 0^m,02 de comprimento, lampreias a maior das quais media 0^m,15, diferentes exemplares de *atherina* (*peixe rei* em Lisboa, *camarão branco* em Aveiro) o resto dos peixes eram *galeotas* e *gobius*, podendo dizer-se que a grande maioria deles, quase a totalidade, era formada por exemplares da espécie *Gobius minutus*, cujo comprimento máximo é o que acima dissemos; mas o comprimento dos exemplares contidos no frasco não excedia 0^m,05 e muitos eram muito mais pequenos.

Os exemplares de *Atherina* mediam 0^m,055. O desenvolvimento máximo destes peixes varia entre 0^m,10 e 0^m,15.

Os crustáceos, 108, pertenciam a duas espécies que também atingem maiores dimensões de que as que apresentam os exemplares a que nos referimos.

Se nem todos os peixes que encontrámos no *escasso* que vimos, são comestíveis, como por exemplo os que pertencem ao género *Syngnatus*, todavia outros o são, e até muito apreciados noutros países, talvez por não serem tão ricos de peixes como nós somos, dando por este motivo muito valor a alimentos que nós quase que desdenhamos ou que pelo menos, até hoje, não encarecemos nem louvamos. Basta-nos porém admitir que seja esta a razão por que os peixes do género *Atherina* não figuram habitualmente nas mesas dos ricos nem mesmo na das pessoas remediadas. Não sei atinar com as razões por que estes peixes são tão desconhecidos em Portugal.

A *Atherina presbyter* é o peixe a que alguns franceses chamam *éperlan*, *faux éperlan* (Seine inférieure) (1) e que se não é talvez tão apreciado como o *éperlan* verdadeiro *Osmerus eperlanus*, Lacep (2) é entretanto muito apreciado, não só em França, mas em Inglaterra onde em certas épocas do ano, segundo um dos mais notáveis ictiologistas ingleses, Yarrell, se consomem grandes quantidades como vamos demonstrar.

No tomo II, *A History of British Fishes*, pág. 71, encontramos o seguinte período: *The Atherina is a common fish at Brighton, where it is called Sandsmelt. Large quantities of it are eaten by the inhabitants and visitors during the winter*

(1) Moreau, *Poiss. de la France*, I, III, pág. 207.

(2) *Ibid.*, pág. 541.

months. It possesses very little of the cucumber smell and flavour of the true Smelt, but as it is very pretty, from the fine broad silver stripe a long the side, it looks attractive when arranged in fish manger's shops, and obtains à ready sale.

Uma outra espécie de *Aterina*, muito vizinha daquela que acabamos de citar, a *Aterina Risso*, C. V. que Moreau diz que é muito rara no Mediterrâneo, mas que é muito vulgar em Málaga é um alimento muito estimado nesta cidade espanhola aonde lhe chamam *Boquerona* e depois de preparada para a alimentação *anchou* ou *anchova* (1).

Em Portugal existem duas espécies do género *Atherina*, uma parece que é apenas vulgar para o norte, pois encontrei-a até agora somente na Figueira da Foz; a outra parece que é tão comum no norte como no sul, pois possuímos exemplares colhidos na Baía de Setúbal, no rio Sado, no Alentejo, na Lagoa de Óbidos, na Figueira da Foz, na Ria de Aveiro, e Capelo no catálogo de peixes de Portugal, diz que é vulgar.

A espécie que se colhe em Málaga não se encontra em Portugal, mas é natural pensar que a outra espécie que vive nas águas portuguesas não é inferior em qualidades, à espécie que se encontra na Espanha, e a outra, cujas excelências são reconhecidas por franceses e ingleses, vive também nas nossas águas.

Mas um outro peixe, igualmente importante sob o ponto de vista comercial, aparece em diversos pontos do norte do nosso país onde lhe não é dada a importância que noutros países lhe consagram.

Talvez mesmo haja alguns *gourmets* portugueses que apreciem as *Anchois*, mas que engeitem o *biqueirão*, tal é o nome popular do peixe a que os franceses dão o nome escrito acima, peixe que a ciência denomina *Engraulis encrasicolus*, e que parece ser muito vulgar na costa de Portugal, pois frequentemente aparece à venda no mercado de Lisboa e sabemos que tem sido colhido em Matosinhos, Aveiro e noutras partes.

Chamamos a atenção de quem ler este escrito para a seguinte carta que em tempos recebemos e que mostra quanto interesse se liga em França aos estudos relativos à pesca, e a determinadas espécies, que são avidamente procuradas, e de

(1) É naturalmente interessante a circunstância de chamarem os espanhóis dois nomes ao mesmo peixe, e dois nomes parecidos com os nomes Biqueirão e anchova que os portugueses dão a uma outra espécie a que adiante nos referimos.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

que os portuguezes poderiam tirar maiores proveitos dos que alcançam actualmente, se se dedicassem com maior cuidado a explorar riquezas de que outros povos sabem aproveitar-se.

MINISTÈRE DE LA MARINE

Service scientifique

des

Pêches Maritimes

RÉPUBLIQUE FRANÇAISE

Laboratoire Arago — Banyuls — s/ — Mer 28 Mai 1909

M. Louis Fage, docteur ès-sciences, Naturaliste du Service des Pêches Maritimes, à Monsieur le Professeur Balthasar Osorio.

Monsieur et très honoré confrère

Je m'occupe en ce moment d'étudier la biologie de l'Anchois (Biqueirão, Engraulis encrassicholus) dont la pêche em Méditerranée est extrêmement importante. Je sais que ce Poisson existe aussi sur la côte du Portugal mais j'ai beaucoup de difficultés pour trouver à ce sujet renseignements précis. Les statistiques des Pêches ne donnent rien de particulier sur l'Anchois. J'ai songé à m'adresser à vous en lisant votre article, sur les Peixes de Matosinhos paru en 1896 et où il est question du Biqueirão.

Les points les plus importants qu'il me serait utile de connaître sont les suivants:

- 1.º La pêche de l'Anchois se fait elle régulièrement sur la côte du Portugal? Quelle est son importance?*
- 2.º Quels sont les ports où elle est surtout pratiquée?*
- 3.º A quelle époque se fait elle?*

Si vous ne pouviez me donner vous même ces renseignements, je vous serais bien reconnaissant de me dire auprès de qui je pourrais les obtenir.

Veuillez m'excuser de la liberté que je prends, et croyez à mes sentiments les plus dévoués.

LOUIS FAGE

Mas deixemos as questões relativas ao biqueirão para nos ocuparmos de outros peixes cuja importância para nós é considerável.

Além do biqueirão aparecem na ria de Aveiro outras espécies apreciadíssimas e entre elas o Robalo, *Labrax lupus*,

PESCAS E PEIXES

Lacep, de que havia tão formosos exemplares no extinto viveiro da Dr. Edmundo Machado, alguns dos quais pertencem actualmente à colecção da capitania do porto de Aveiro. Esta espécie não é defendida ou protegida convenientemente porque segundo a opinião de alguns pescadores que mais duma vez temos ouvido, o robalo é um peixe que vive da beira-mar; arrancando-lhe os seus alimentos habituais, procuram outras paragens com prejuízo dos pescadores.

Devo dizer que as opiniões dos pescadores sobre assuntos piscícolas não devem ser inteiramente postas de parte, mas sim joeiradas para separar o que a sua fantasia ou a sua observação de incorrecta lhe juntou; mas não há dúvida que resultam de factos muitas vezes colhidos, transmitidos de pais a filhos, depurados pelo correr dos tempos e constituem o saber, embora simples, das populações da beira-mar acerca dos seres vivos com que elas travaram conhecimento há muito tempo.

Lacazé-Duthiers, o célebre naturalista a quem a França deve em grande parte a fundação dos seus mais importantes laboratórios de Zoologia marítima, e muitas descobertas importantes da biologia, diz no seu livro *Histoire Naturelle du Corail*, escrito depois das suas notáveis investigações sobre este zoófito no Mediterrâneo, que muitas vezes os pescadores lhe fizeram notar pormenores, particularidades, a respeito dos animais que se tinha proposto estudar, pormenores e particularidades que tinham escapado à sua observação.

Mas voltemos aos peixes da Ria de Aveiro.

Em Aveiro, como em outros tantos pontos de Portugal, pescam-se lampreias pequeníssimas sem vantagem para ninguém porque é mínimo, e nulo talvez o preço de lampreias como aquelas que encontramos no *escasso* proveniente dum lanço de botirão, e que mediam apenas de 0^m,1 a 0^m,15. O peixe grande, adulto, atinge muito mais dum metro e alcança no mercado de Lisboa em média o preço de 1\$000 réis.

Na comissão central de pescarias existia, e talvez ainda exista um frasco que continha exemplares de lampreias que se fossem vendidas a 1\$000 réis, valeriam um conto de réis. O Museu Bocage possui colhidos em várias regiões do país exemplares de lampreias muito pequenas, que foram com prejuízo de muita gente, pescadas muito novas, antes de adquirirem pelo menos o crescimento médio de que são susceptíveis.

Os habitantes de Portugal consomem às vezes numa refeição única os alimentos valiosos que poderiam saciá-los durante muitos meses.

Não nos cançamos em repetir factos que devem condenar-se, e que infelizmente se repetem tanta vez, e a respeito de espécies tão úteis, que não duvidamos alcunhá-los de crimes, que muito desejaríamos que o povo não cometesse, e que talvez a difusão da ciência venha a coarctar.

Diremos talvez, porque um abade que conhecemos em Trás-os-Montes, nos afirmou que empregara a dinamite para alcançar as trutas com que banqueteu uns amigos. As troviscadas, a cal, a coca empregam-se ainda hoje como há quase quatro séculos, quando os legisladores providenciavam para que se não cometessem depradações desta natureza. Mas os rios, ribeiros, represas, por vezes os açudes dos moinhos, continuam a ser atacados até pelas pessoas instruídas mas que não têm escrúpulo em destruir por vezes até a propriedade alheia, para colher peixes grandes e pequenos, os últimos sem valor alimentar algum, e que ninguém aproveita.

Nos rios do norte de Portugal são colhidos pela Primavera com peneiras e outros instrumentos, os *maxões*, *meixões* ou *caçafios*, nomes diferentes por que são conhecidas em diversas localidades as enguias pequenas, a *montée*, como os franceses lhes chamam, quase larvas, medindo às vezes menos de um decímetro de comprimento, que sobem juntas, semelhando às vezes um grosso calabre, do mar para os rios. Mal sabem aqueles que ingerem aos milhares o acepipe feito com os peixes que pouco mais grossura têm que uma haste de pena de galinha, que se repastam com animais, que se crescessem, um deles somente bastaria para uma refeição abundante dum homem.

Não poderíamos deixar de nos referir a esta riqueza tão barbaramente destruída, porque interessa aos habitantes e vizinhos das margens da Ria de Aveiro. Nela se encontram não menos de três espécies de enguias que adiante vão mencionadas, mas possui outras espécies interessantes, valiosas para a alimentação, e que o homem em geral não aproveita por falta de conhecimentos especiais. Por este motivo vamos dar uma breve indicação delas.

Pesca-se na Ria de Aveiro e aparece também noutros pontos da costa de Portugal, um peixe cientificamente denominado *Trachinus vipera* e a que os nossos pescadores chamam *peixe aranha* e os franceses *vive*.

O peixe não é só comestível, mas segundo o que temos lido a seu respeito, parece que é dotado de sabor bastante agradável, mas não aparece nunca à venda nos mercados portugueses.

Motiva esta ausência o receio que os pescadores têm de ferir-se com os espinhos da barbatana dorsal, que são os canais vectores de uma glândula venenosa que existe debaixo

dela. Os espinhos rasgando os tecidos, vasam neles uma substância irritante, venenosa talvez, que produz dores terríveis segundo afirmam os que têm sido feridos; deste facto deriva o ódio que os nossos pescadores têm ao peixe e apenas o vêem nas redes, tiram-o para o esmagarem com pedras, e depois de morto lançam-o ao mar ⁽¹⁾ furiosos, não saciados de vingança.

Os pescadores franceses conhecem o meio de evitar o perigo e limitam-se a cortar com uma tesoura a barbatana; vendem depois o peixe sem resultado mau para ninguém, e auferem um lucro que o pescador português perde por obra da sua ignorância.

A Ria de Aveiro pode dizer-se que é riquíssima, pois além das muitas espécies marítimas que nela entram e que adiante mencionaremos, encontram-se nas suas águas espécies de água doce que são muito apreciadas, e adquirem no mercado preço elevado, sobretudo se são representadas por indivíduos de grandes dimensões que não raramente se colhem. Além do robalo a que já nos referimos, peixe estimado em toda a parte, tem a Ria a solha *Pleuronectes flesus*, L.; quatro espécies de muges ou tainhas, a saber: o *Mugil cephalus*, Cuv. et Val.; *Mugil capito*, Cuv.; *Mugil chelo*, Cuv.; *Mugil auratus*, Risso; e pesca-se também na Ria o sável, a savelha, a dourada, a boga, etc.

Apesar de serem algumas dezenas as espécies que vão mencionadas adiante na lista dos peixes, julgamos ainda assim a sua enumeração incompleta e pensamos que estudos ulteriores deverão crescer, e muito, o número das que indicamos agora.

Mas ponhamos em relevo o valor de outras espécies que visitam a costa de Aveiro e constituem um comércio importante para a cidade e outras povoações da Ria. Referir-me-ei à sardinha ou para dizer mais rigorosamente às *sardinhas*, porque em Aveiro não se colhe apenas uma espécie de sardinha, mas pelo menos duas, e talvez três, e mesmo talvez quatro, e que os naturalistas distinguem muito bem, e que até mesmo diferença e reconhece o povo como distintas, pois a uma das duas que aparecem não chama sardinha, mas *espadim* e *espadilha*; uma outra a terceira é geralmente confundida com o espadim. A quarta tivemos notícia dela por um homem que tem grandes relações com o mar e que negocia em larga escala com sardinhas há muitos anos.

(1) Devo advertir, que são colhidos próximo das costas de Portugal duas espécies de peixes a que os pescadores chamam *peixe aranha*. Pertencem ambas ao mesmo género e cientificamente são denominadas *Trachinus draco*, Cuv. e Val., e *Trachinus vipera*, Cuv. e Val.

Esta informação da existência de uma quarta espécie de sardinha no Oceano Atlântico está, de resto, confirmada pelos livros que tratam de peixes, como por exemplo, a obra de Moreau, citada por mais de uma vez neste escrito. Nós porém ainda a não vimos.

Como todas as questões relativas à sardinha, à sua biologia, alimentação, aparecimento de cardumes, sistemas de pesca, etc., são altamente importantes, porque este peixe serve de alimento a uma quantidade enorme de indivíduos da nossa espécie, e a ela devem a prosperidade e a riqueza um número avultado de povoações, diremos mais circunstanciadamente o que sobre este assunto nos parece que deve interessar.

Entre os peixes que estudei, colhidos na Ria de Aveiro, depararam-se-me duas espécies de sardinha, uma muito comum em toda a costa de Portugal, a *Clupea pilchardus*, Walb. a que chamaremos a sardinha comum, e outra que em Lisboa é geralmente vendida com o nome de petinga, e a que no norte, em Espinho e Matosinhos, por exemplo, ouvi chamar *espadilha*, e *espadim* em Aveiro.

É esta espécie assim vulgarmente chamada distinta da outra, e não a confundem com a vulgar os pescadores, e muito menos os naturalistas, que lhe dão o nome de *Clupea sprattus*, Linn.

Apregoam-se em geral as boas qualidades da sardinha de Espinho e de Aveiro, mas creio que a fama provém do flavo e gosto que tem esta espécie diferente do da outra porque, a outra coisa não há que atribuir-se, pois seria desarrazoado admitir que a circunstância de ser pescada neste ou naquele ponto da costa, em Sezimbra ou em Peniche, dava à sardinha qualidades inferiores à que tem o mesmo peixe colhido mais para o norte.

A fama da sardinha de Espinho provém-lhe de ser outra espécie? Cremos que sim, pois a *espadilha* é frequentemente arrastada àquela praia pelas redes de pesca.

Se a *Clupea sprattus*, Linn. é de tal maneira distinta da sardinha vulgar, que a conhece o povo e lhe dá um nome especial, se uma das suas qualidades organolépticas, o sabor permite diferenciá-la da que é mais comum, é também certo que os caracteres zoológicos que os naturalistas lhe assinalam, a colocam no género *Clupea*, mas formando uma espécie diversa da *C. pilchardus*, Walb.

Em França igualmente o povo a não confunde com a sardinha propriamente dita e chama-lhe *Esprot*, *Melet*, *Haren-*

guet embora nalgumas regiões seja vendida como sardinha (1).

Parecerá talvez que o estudo e discriminação das espécies do género *Clupea* terá interesse meramente científico, mas não é assim, pois pode ter um interesse industrial e comercial.

A *Clupea sprattus*, Linn., *Sprot* dos franceses, petinga, espadilha ou espadim dos portugueses, é, segundo Moreau, comum na Mancha e bastante comum no Oceano Atlântico até à foz do Loire. Ora justamente próximo desta região está situada a cidade de Nantes, cujas sardinhas, como é geralmente sabido, são muito apreciadas. É muito presumível, portanto, que muitos dos peixes vendidos como sardinhas de Nantes sejam as espadilhas.

Entendendo que esta questão não podia deixar de interessar à indústria portuguesa de conservas de peixes, aos donos das fábricas e aos consumidores, que poderiam encontrar no mercado uma conserva, por todas as circunstâncias igual às sardinhas de Nantes, que competiria justamente com ela, visto que tínhamos a matéria-prima, procurei saber qual das duas espécies de sardinhas se a *Clupea sprattus* ou a *Clupea pilchardus*, era empregada nas fábricas francesas. Devo confessar que conhecendo a opinião de Moreau acima citada, sabendo mais que a sardinha chamada de Nantes é em geral uma sardinha pequena (2), antevira a possibilidade de ser ela e não a sardinha propriamente dita, a que os franceses lançam no mercado, em conserva, com o nome de *Sardinha de Nantes*.

Pedi ao nosso cônsul em Paris Sr. Jaime de Segquier para me auxiliar na minha pesquisa. Entendo ser do meu dever dar-lhe nesta página os meus agradecimentos pelo interesse que mostrou em alcançar-me de Nantes os exemplares que lhe pedi. Foi com a maior prontidão e requintada gentileza que S. Ex.^a aquiesceu ao meu desejo, pois era a outra autoridade consular que eu devia dirigir-me.

Recebi de Nantes, enviado pelo Vice-consulado daquela cidade, alguns exemplares de sardinha com a indicação seguinte: *Sardines de Bretagne, type commun*. Examinando-as vi que pertenciam à espécie *Clupea pilchardus*, eram portanto exemplares da sardinha vulgar.

(1) Dans le Calvados, à Arromanches, ce petit poisson est vendu comme étant de la sardine. Moreau, *Hist. nat. des Pois. de la France*, I, III, pág. 488.

(2) A *Clupea sprattus*, segundo Moreau, tem de comprimento máximo 0, m12. Devo dizer que já tenho visto exemplares maiores.

Se é essa a sardinha que empregam os franceses, os nossos industriais têm apenas que atender ao fabrico para lançar no comércio um produto semelhante: mas não fiquei satisfeito com os resultados da minha investigação e vou procurar saber se é essa realmente a sardinha destinada às fábricas.

Devo dizer que conjuntamente com a espadilha aparece nas costas de Portugal uma outra espécie de *Clupea*, a *Clupea latula*, Cuv. et Val que nós encontrámos entre diferentes exemplares de espadilha colhidos em Matosinhos (1).

Não custa admitir que visite a costa do nosso país uma outra espécie de que nos têm falado os pescadores de sardinha, espécie que atinge grandes dimensões, 0^m.3 de comprimento máximo, e que aparece não só no Mediterrâneo mas numa área bastante vasta do Atlântico, se porventura a *Clupea maderensis*, Gunth, e *Clupea aurita*, Gunth, representam uma só espécie.

Ocupando-nos neste escrito especialmente dos peixes da Ria de Aveiro, não desejamos referir-nos mais demoradamente às diferentes questões que envolvem os conhecimentos relativos à sardinha, porque outros problemas aquícolas interessantes exigem que digamos a seu respeito algumas palavras, por exemplo, a respeito dos mexilhões.

O comércio e consumo de mexilhão pode dizer-se que desapareceu de Aveiro, sobretudo se o compararmos com o que foi outrora.

As grandes mexilhoeirias naturais desapareceram, e há pouco tempo pode dizer-se que existiam apenas no enrocamento de algumas obras de defesa, como por exemplo, no paredão da *barra nova*. Não há porém muitos anos que de Aveiro eram exportadas grandes quantidades de mexilhão em conserva, que era muito procurada. Mas não só em Aveiro, por toda a costa de Portugal o aniquilamento das mexilhoeirias naturais é enorme, a destruição dos mexilhões bárbara e condenável.

Enquanto noutros países, como por exemplo em França, os mexilhões são cultivados, isto é, sujeitos a processos especiais que influem no seu desenvolvimento, aquisição de melhores qualidades, sabor mais agradável, aspecto mais atraente, maiores dimensões, etc.; se os sujeitam enfim a processos de cultura, equivalentes aos meios que o homem emprega para

(1) O aparecimento das duas espécies de *Clupea*, *Clupea Sprattus*, Lin, e *Clupea latula*, Gunth, nas costas de Portugal foi indicado por mim. V. J. Sc. Math. Phys. e Nat., 2.ª sér., I, pág. 267.

melhorar a qualidade dos frutos ou a beleza das flores, valorizando por este meio o que a natureza lhe fornece, muitas vezes com abundância é certo, mas de piores qualidades do que as que ele alcança com o seu trabalho, em Portugal, em lugar de cuidados, a obra de devastação tremenda, de terríveis efeitos, pela mão da gente ignara.

Por toda a costa do norte a destruição anual dos mexilhões é incalculável. Não foi a apanha intensiva somente, como por exemplo em Aveiro, que contribuiu para o seu desaparecimento, foi o arrancamento propositado das pedras a que se solda, para o lançar nos campos, como adubo! Não pode calcular-se o número de mexilhões pequenos, em atrasadíssimo desenvolvimento, que são sacrificados pela cobiça e pela ambição, de braço dado com a ignorância.

Se os deixassem crescer, atingir as dimensões que a lei exige para poderem aparecer nos mercados, seriam fartos muitos dos habitantes de Portugal. E lembrarmo-nos que é este muitas vezes o destino, fertilizar as terras, do mais procurado dos moluscos, depois da ostra, não só no nosso país mas em muitos outros, em que não só é defendido pelas leis do Estado e pelos interesses dos cidadãos, mas cultivado, cuidado, com o fim de lhe melhorar qualidades que o tornem apetecido e alimentar!

Aveiro perdeu uma parte da sua riqueza não o defendendo convenientemente; perderá os seus melhores haveres se continuar a pesca desordenada, malfazeja, se consentir no emprego da chincha e do botirão, das redes e dos processos que os governos por mais de uma vez têm condenado ou têm procurado evitar. Não há dúvida que alguns homens sabedores, amigos da sua terra, tão interessante pelas suas indústrias locais, tão laboriosa, e tão linda, têm querido opor-se a uma devastação que vem de longe, mas não sei que mau destino pesa sobre nós; o que é certo é que os nossos maiores bens têm sido aniquilados, e têm ido sucessivamente desaparecendo, como se uma desgraça fosse constantemente invadindo esta boa terra, com a mesma persistência e tenacidade com que as águas do mar por vezes vão submergindo porções de um continente.

Debalde têm procurado alguns opor o seu esforço e vontade à invasão crescente de motivados infortúnios, procurando evitar que a miséria seja contubernal dos lares onde por vezes há míngua de tudo. Ontem, por exemplo, era o desaparecimento do mexilhão em Aveiro, da ostra chamada francesa, uma das melhores, superior à nossa, vulgar outrora na Foz do Alvor (Algarve), e o desaparecimento de determinadas espécies marítimas outrora abundantes. Amanhã o que será?

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Este escrito contém um documento, uma folha do inventário, sem dúvida incompleto, das espécies de peixes que nos visitam ou vivem na Ria de Aveiro; é um elemento para um inquérito que deve fazer-se, não só na Ria, mas a todos os rios, rias e mares de Portugal.

Por ele se ficará conhecendo ao menos o que for desaparecendo, visto que não será já fácil saber quais as espécies que têm desaparecido, quando não sirva para saber quais devem ser as espécies que devemos resguardar e defender.

LISTA DAS ESPÉCIES DE PEIXES DA RIA DE AVEIRO

- 1 — *Gasterosteus brachycentrus*, Cuv. et Val, Gunth. Cat. Fish, t. I, pág. 5, Foz do Vouga.
- 2 — *Gasterosteus spinachia*, Linn., Gunth. Cat. Fish, t. I, Ria de Aveiro.
- 3 — *Labrax lupus*, Cuv. et Val, Gunth. Cat. Fish, t. I, pág. 64, Ria de Aveiro.
- 4 — *Box vulgaris*, Cuv. et Val, Gunth. Cat. Fish, t. I, pág. 418. Exemplares obtidos na Ria de Aveiro. No mercado de Pardelhas e na costa de S. Jacinto.
- 5 — *Box salpa*, Cuv. et Val, Gunth. Cat. Fish, t. I, pág. 420, Ria de Aveiro.
- 6 — *Sargus rondeletii*, Cuv. et Val, Gunth. Cat. Fish, t. I, pág. 440.
- 7 — *Chrysophrys aurata*, Cuv. et Val, Gunth. Cat. Fish, t. I, pág. 484, Ria de Aveiro.
- 8 — *Cottus bubalis*, Enphras. Gunth. Cat. Fish, t. II, pág. 164.
a) Ria de Aveiro, n. vulg. *Roncaz*; b) Enrocamento da Barra de Aveiro, of. pelo Ex.^{mo} Sr. Francisco Regala.
- 9 — *Trigla hirundo*, Bl. Gunth. Cat. Fish, t. II, pág. 202.
- 10 — *Trachinus vipara*, Cuv. et Val, Gunth. Cat. Fish, t. II, pág. 236.
- 11 — *Scomber scomber*, L., Gunth. Cat. Fish, t. II, pág. 357.
- 12 — *Gobius jozo*, L., Gunth. Cat. Fish, t. III, pág. 12. N. vulgar, *Bodião*, Ria de Aveiro.
- 13 — *Gobius paganellus*, L., Gunth. Cat. Fish, t. III, pág. 52, viveiros e mercado de Aveiro.
- 14 — *Gobius minutus*, Cuv. et Val, Hist. Nat. des Poiss., t. XII, pág. 39 — Moreau, Poiss. de la France, t. III, pág. 212. N. vulgar *Caboz*, espécie nova para a fauna de Portugal, Ria de Aveiro.
- 15 — *Callionymus lyra*, L., Gunth. Cat. Fish, t. III, pág. 139, Ria de Aveiro.
- 16 — *Blennius gattorugine*, Brunn, Gunth. Cat. Fish, t. III, pág. 212. N. vulgar *Peixe macaco*. a) Ria de Aveiro; b) Enrocamento da barra de Aveiro, of. pelo Ex.^{mo} Sr. Francisco Regala.
- 17 — *Blennius pholis*, L. Gunth. Cat. Fish, t. III, pág. 226. Enrocamento da barra de Aveiro. Exemplares oferecidos ao Museu Bocage pelo Ex.^{mo} Sr. Francisco Regala.
- 18 — *Atherina presbyter*, Cuv., Gunth. Cat. Fish, t. III, pág. 392, Ilhavo, Ria de Aveiro.
- 19 — *Mugil cephalus*, Cuv., Gunth. Cat. Fish, t. III, pág. 417, Ria de Aveiro (exemplares provenientes do viveiro do Dr. E. Machado e outros provenientes da Raposeira).

PESCAS E PEIXES

- 20 — *Mugil capito*, Cuv., Gunth, Cat. Fish, t. III, pág. 439, Ria de Aveiro.
- 21 — *Mugil auratus*, Risso. Gunth, Cat. Fish, t. III, pág. 442, Ria de Aveiro.
- 22 — *Mugil chelo*, Cuv., Gunth, Cat. Fish, t. III, pág. 451.
- 23 — *Labrus bergyllta*, Ascan, Gunth, Cat. Fish, t. IV, pág. 70. Enrocamento da barra de Aveiro. N. vulgar *Marabota*, of. ao Museu Bocage pelo Ex.^{mo} Sr. Francisco Regala.
- 24 — *Crenilabrus bailonii*, Cuv. et Val. Gunth, Cat. Fish, t. IV, pág. 48. N. vulgar *Marabota*. Pescado pelos botirões.
- 25 — *Coris julis*, Gunth, Cat. Fish, t. IV, Ria de Aveiro.
- 26 — *Gadus luscus*, L., Gunth, Cat. Fish, t. IV, pág. 355, Ria de Aveiro.
- 27 — *Gadus pollachius*, L., Gunth, Cat. Fish, t. IV, pág. 338, Ria de Aveiro.
- 28 — *Motella mustela*, Gunth, Cat. Fish, t. IV, pág. 364. N. vulgar *Peixe pica*, mercado de Pardelhas, *Abroteo*, mercado de Aveiro.
- 29 — *Motella tricirrata*, Nilss, Gunth, Cat. Fish, t. IV, pág. 365. N. vulgar *Larata*. a) Ria de Aveiro; b) 2 exemplares colhidos no enrocamento da barra de Aveiro e of. pelo Ex.^{mo} Sr. Francisco Regala.
- 30 — *Motella maculata*, Risso, Gunth, Cat. Fish, t. IV, pág. 366, barra de Aveiro.
- 31 — *Ammodytes tobianus*, L., Gunth, Cat. Fish, t. IV, pág. 385.
- 32 — *Ammodytes cicerellus*, Rafin, Moreau, *Poiss. de la France*, t. III, pág. 219.
- 33 — *Ammodytes siculus*, Gunth, Cat. Fish, t. IV, pág. 306. Espécie nova para a fauna de Portugal. N. vulgar *Galiota*, mercado de Ilhavo.
- 34 — *Pleuronectes flesus*, L., Gunth, Cat. Fish, t. IV, pág. 450, Ria de Aveiro.
- 35 — *Belone vulgaris*, Gunth, Cat. Fish, t. VI, pág. 254, Ria de Aveiro.
- 36 — *Carassius vulgaris*, Nilsson. Gunth, Cat. Fish, t. VII, pág. 29. N. vulgar *Pimpão*, Aveiro, Cabeço da Capela, Raposeiro.
- 37 — *Barbus bocagei*, Stein, Gunth, Cat. Fish, t. VII, pág. 216, Foz do Vouga.
- 38 — *Leuciscus macrolepidotus*, Steind. Gunth, Cat. Fish, t. VII, pág. 217 — ♀ Com os ovos, Fevereiro, nome vulgar *Ruivaca*. Mercado de Pardelhas, Foz do Vouga.
- 39 — *Engraulis encrasicolus*, L. Gunth, Cat. Fish, t. VII, pág. 385. N. vulgar em Aveiro *Biqueirão*, pescado com os botirões em S. Jacinto.
- 40 — *Clupea sprattus*, L., Gunth, Cat. Fish, t. VII, pág. 419. N. vulgar *Espadim*. Mercado de Pardelhas. Colhido em Março. Em Aveiro tem sido encontrados exemplares desta espécie, excedendo as dimensões indicadas por Moreau.
- 41 — *Clupea alosa*, Cuv., Gunth, Cat. Fish, t. VII, pág. 433, Ria de Aveiro.
- 42 — *Clupea pichardus*, Walb. Gunth, Cat. Fish, t. VII, pág. 439. Mercado de Aveiro.
- 43 — *Clupea finta*, Cuv. Gunth, Cat. Fish, t. VII, pág. 435. N. vulgar *Savelha*. Mercado de Pardelhas.
- 44 — *Anguilla vulgaris*, Turt. Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 28, viveiro do Sr. E. Machado, mercado de Aveiro
- 45 — *Anguilla latirostris*, Risso. Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 32. Viveiro do Dr. E. Machado, Ria de Aveiro.
- 46 — *Anguilla Bibroni*, Kamp. Viveiro do Dr. E. Machado, nome vulgar *Brasino*.
- 47 — *Conger vulgaris*, Cuv., Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 38, barra de Aveiro, Ria de Aveiro (Pardelhas).
- 48 — *Siphonostoma typhle*, Bonap. Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 154. N. vulgar *Peixe-pau*, Ria de Aveiro.
- 49 — *Syngnatus acus*, L., Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 157. N. vulgar *Peixe pau*, Ria de Aveiro

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 50 — *Syngnatus abaster*, Risso, Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 164. Ilhavo.
- 51 — *Hippocampus guttulatus*, Cuv., Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 202, Ria de Aveiro.
- 52 — *Tetrodon lagocephalus*, L., Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 273, Costa de S. Jacinto (colhido nas redes da sardinha). Museu Bocage, of. pelo Ex.^{mo} Sr. Francisco Regala.
- 53 — *Mustellus laevis*, Risso, Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 385.
- 54 — *Raja punctata*, Risso, Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 458. Espécie nova para a fauna de Portugal.
- 55 — *Petromyzon marinus*, L., Gunth, Cat. Fish, t. VIII, pág. 501. Pescada pelos botirões em S. Jacinto. Exemplaes medindo 0^m,24.

CRUSTÁCEOS COLHIDOS NA RIA E NA COSTA DE AVEIRO

- 1 — *Cancer pagurus*, Linn., Bell. British Crustacea, pág. 59. Colhido no enrocamento da barra de Aveiro. Of. ao Museu Bocage pelo Ex.^{mo} Sr. Francisco Regala.
- 2 — *Carcinus moenas*, Penn. Bell. British Crust., pág. 76, enrocamento da barra de Aveiro. Of. pelo Ex.^{mo} Sr. Francisco Regala.
- 3 — *Crangon vulgaris*, Fabr., Bell. British Crust., pág. 256. Exemplaes colhidos com a chincha e botirão na Ria de Aveiro.
- 4 — *Palaemon squilla* L., Bell. British Crust., pág. 305, Ria de Aveiro, colhido com chincha.

Além destes crustáceos que determinámos agora existem na Ria de Aveiro os seguintes:

Pachygrapsus marmoratus, Rondelet; *Palaemon antennarius*, Edw.; *Palaemon varians*, Leach; *Mysis vulgaris*, Tompson; *Siriella frontalis*, Edw. (1).

BALTASAR OSÓRIO

(1855-1926)

*
* * *

Nota da Redacção. — O Dr. Baltasar Osório, de seu nome completo Baltasar Machado da Cunha Osório, nasceu em 5-VIII-1855 e faleceu em 1926.

Tirou em Lisboa o curso de médico-cirurgião, e aqui exerceu esta profissão com muita competência e foi professor substituto da 8.^a cadeira da Escola Politécnica de Lisboa, por decreto de 12-II-1891.

Foi nomeado naturalista adjunto da Secção Zoológica do Museu

(1) Vide *Catálogo dos Crustáceos de Portugal existentes no Museu Nacional de Lisboa*. «Jornal Sc. Math. Ph. e Naturaes». I.

Nacional de Lisboa. Em 1902 passou a exercer interinamente as funções de Director da Secção Zoológica que constitui o Museu Bocage.

Pertenceu a várias Academias científicas (Academia das Ciências de Lisboa, Instituto de Coimbra, Société Zoologique de France). Possui uma vasta bibliografia sobre estudos de peixes e de crustáceos.

O Dr. Baltasar Osório publicou o opúsculo intitulado *Pescas e Peixes — Uma nota relativa à pesca e aos peixes da Ria de Aveiro*, impresso em Lisboa sem data, mas provavelmente por volta do ano de 1911. A edição foi feita pela Sociedade de Geografia de Lisboa.

Reproduzimos atrás este opúsculo, porque interessa muito à vida económica e social, e ainda porque é extremamente raro.

Quando o Dr. Baltasar Osório publicou o dito opúsculo, era Presidente da Secção Zoológica da Sociedade de Geografia de Lisboa.

bibRIA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado do vol. XLI, pág. 316)

N

- 1 **Nicolau Carvalho** — mercador e impressor de livros da Universidade de Coimbra, e aí morador; *natural da quinta da Carvalha, freg. de S. Bartolomeu de Troviscal, Oliveira do Bairro*; filho de *Pero Simões*, lavrador e carpinteiro, e de *Maria João*, naturais respectivamente de Enxofães, freg. de S. Martinho de Murte, Cantanhede, e da freg. de S.^{to} André de Barrô, Agueda; neto paterno de Nicolau Simões e de —, moradores em Enxofães, e materno de *João Jorge* e de *Catarina Pires*, lavradores em Barrô; casado com *Maria Flores*, natural da freg. de S. Bartolomeu de Coimbra, filha de *Gabriel Cristóvão*, alfaiate e mais tarde escrivão do peso, natural de Coimbra, freg. de S. Bartolomeu, e de *Maria Tavares*, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Pampilhosa do Botão, Mealhada, e aí moradores, e mais tarde em Coimbra, neta paterna de *Leonor Luís* e de —, rendeiros, e materna de *Francisco Nunes* e de *Margarida Tavares*, naturais de Coimbra, à excepção do avô materno que nascera em Condeixa, moradores na mesma cidade.

Habilitado para Familiar em 14 de Outubro de 1620.

Nicolau — m. 1, n.º 1

- 2 **Nicolau Duarte Machado** — homem de negócio; natural de Lisboa, freg. de S. Pedro de Alfama, e morador no Rio de Janeiro, filho de *António Rodrigues Machado*, familiar do Dr. Bernardino Gonçalves de Moura e homem de negócio, natural da freg. de S. João Baptista de Tomar, e de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Mariana Duarte, natural da freg. de S. João da Praça de Lisboa, e aí moradores; neto paterno de Diogo Gomes, oficial de serralheiro, e de Isabel Machada, naturais e moradores em Tomar, e materno de João Ferreira, natural de Ramalha, freg. de S. Paio de Sequeiro, Amares, filho de Francisco Gonçalves e de Catarina Ferreira, lavradores, e de Maria Duarte, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Orada, Coimbra; ajustado para casar, em 1716, com Mariana Luís da Costa, natural da freg. de S.^{ta} Cruz do Bispo, Matosinhos, filha de Domingos da Costa, marítimo, natural da freg. de S. Cosme de Gemunde, e de Maria Luís, natural de S.^{ta} Cruz do Bispo, neta paterna de Domingos de Oliveira, natural da freg. de S. Vicente de Louredo, Feira, e de Maria da Costa, natural de Gemunde, canastreiros nessa localidade, e materno de Manuel Gonçalves, natural de Aguiar, S.^{ta} Cruz do Bispo, e de Maria Luís, natural da freg. de S. Mamede de Perafita, Matosinhos.

Carta de Familiar de 4 de Janeiro de 1713.

Nicolau — m. 3, n.º 36

- 3 **Nicolau Fernandes da Maia** — *sargento-mor da vila de Esgueira; natural e morador em Mataduchos, freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro; filho de Sebastião Fernandes, lavrador, natural de Vilar, freg. de Espírito Santo de Aveiro, e de Antónia da Maia, natural de Mataduchos, e aí moradores; neto paterno de Custódio Fernandes, lavrador, e de Lusía Antónia, naturais e moradores em Vilar, e materno de Domingos Fernandes, lavrador, e de Joana Mateus, naturais e moradores em Mataduchos; casado com Francisca Teresa, natural de Esgueira, filha do capitão José Dias Athá e de Maria André, neta paterna de Manuel João Athá, pescador, e aí moradores, e materna de André Duarte, pescador, e de Maria André, todos naturais e moradores em Esgueira. O habilitando teve um filho natural, Nicolau, de Maria Francisca, solteira, natural de Águas Boas, freg. de S. Simão de Oia, Oliveira do Bairro, filha de Manuel Borges, lavrador, natural de Águas Boas, e de Domingas Antónia, natural de Póvoa de Troviscal, freg. de S. Bartolomeu de Troviscal, Oliveira do Bairro, moradores em Águas Boas, neta paterna de Pedro André, e de Maria André, de Águas Boas, e materna de António Jorge e de Isabel João, de Póvoa de Troviscal.*

Carta de Familiar de Junho de 1738.

Nicolau — m. 4, n.º 50

- 4 **Nicolau Ferreira** — alfaiate; natural de Lisboa e aí morador à Mouraria, freg. de N.^a Sr.^a do Socorro; filho de *António Ferreira*, alfaiate, natural de *Macieira*, freg. de *S. Mamede de Travanca, Feira*, e de *Catarina Vicente*, natural da freg. de *S. Miguel de Alfama de Lisboa*, e nela moradores; neto paterno de *Domingos Gonçalves*, natural de *Macieira*, e de *Antónia Jorge*, natural da freg. de *S. Miguel do Souto, Feira*, e materno de *Domingos Fernandes*, tecelão, natural de *Pedra Amassada*, freg. de *S.^{to} Isidro*, termo de *Mafra*, e de *Isabel Martins*, a «Morena», natural da freg. de *S. Pedro de Alfama de Lisboa*, filha de *António Fernandes* e de *Filipa Fernandes*, casado com *Maria Antunes*, natural de Lisboa, filha de *Domingos Rodrigues* e de *Catarina Antunes*, natural da freg. de *S.^{ta} Maria de Loures*, moradores na freg. de *N.^a Sr.^a do Socorro de Lisboa*, neta paterna de *João Rodrigues* e de *Olaia Antunes*, e materna de *António Tristão* e de *Maria Antunes*, naturais e moradores na freg. de *Loures*.

Carta de Familiar de 8 de Maio de 1662.

Nicolau — m. 1, n.º 12

- 5 **Nicolau Godinho da Gama** — natural de *Laveiras*, freg. de *N.^a Sr.^a da Purificação de Oeiras*, e aí morador na quinta do *Jardim*, filho de *Manuel Godinho da Gama*, natural de *Laveiras*, e de *D. Mariana de Marins da Rocha*, natural da freg. de *S.^{to} Antão de Évora*, moradores na quinta do *Jardim*; neto paterno de *João Godinho da Guerra*, Familiar do *S.^{to} Ofício*, natural de *Laveiras*, e de *D. Maria da Luz*, natural de *Algés*, freg. de *S. Romão de Carnaxide*, também moradores na quinta do *Jardim*, e materno do capitão *Nicolau de Morim da Rocha*, natural da cidade de *Nantes, França*, e de *D. Margarida Pinhoa de Oliveira*, natural da vila de *Montemor-o-Novo*, freg. de *S.^{ta} Maria do Bispo*, e aí moradores; ajustado para casar, em 1714, com *D. Micaela Joana da Cunha*, parcionista do *Convento de S.^{ta} Mónica de Lisboa*, natural da mesma cidade, filha de *António da Cunha*, homem de negócio e contratador, Familiar do *S.^{to} Ofício*, natural de *Lameira*, freg. de *S. Bartolomeu do Rego, Basto*, e de *D. Ana Josefa da Fonseca Pinta*, natural de Lisboa, e aí moradores na freg. da *Vitória*, neta paterna de *Pedro Ribeiro da Cunha* e de *Margarida Lopes*, naturais e moradores em *Lameira*, e materno de *António Pinto*, natural da quinta da *Taipa*, freg. de *S.^{to} André de Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis*, e de *Lusia da Silva*, natural da freg. da *Anunciada de Setúbal*, moradores em Lisboa na rua da *Crasta*, freg. de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

N.^a Sr.^a da Conceição, bisneta paterna de Diogo Ribeiro da Cunha, da Lameira, e de Margarida Francisca, de S. Salvador de Ribas, Basto, e de Francisco Coelho e de Senhorinha Lopes, de Lameira, e materna de *João Vaz de Carvalho, morgado de Taipa, da quinta de Taipa*, e de *Ana de Afonseca Pinto, da freg. de S.^{ta} Eulália de Águeda*, e de Manuel Jorge de Carvalho e de Inês Caxo Escobar, da freg. da Anunciada de Setúbal, de novo ajustado para casar, em 1723, com D. Maria Luísa Ferreira, natural da freg. de S. Paulo de Lisboa, e aí moradora, filha do capitão Francisco Nunes da Cruz, natural de Azurara, e de D. Francisca Maria de Matos, natural da freg. de S. Pedro de Barcarena, moradores em Lisboa na freg. de S. Paulo, neta paterna de Agostinho Nunes da Cruz, natural da freg. de S.^{ta} Cruz do Bispo, e de Simoa Pereira Correia, natural de Lisboa, na freg. de S. Paulo, filha de Jerónimo Pereira, de Darque, e de Ana Tomé Correia, de Azurara, e materno do capitão Manuel Ferreira de Matos, natural da freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Lisboa, e de D. Mariana da Luz, natural de Barcarena, e aí moradores, irmã de Inácio Ferreira Santos, clérigo «in-minoribus», habilitado, no Patriarcado de Lisboa, e sobrinha paterna de José Nunes Pereira, habilitado no Bispado do Porto, sendo ainda sua avó paterna irmã de Luís Monteiro, que tinha dois filhos habilitados no Patriarcado de Lisboa, e sua mãe prima de Frei Agostinho Francisco, presbítero do hábito de S. Pedro, habilitado na Sé Oriental e freire professo da Ordem de Cristo e beneficiado da Real Colegiada da Conceição e comissário da mesa da Consciência e Ordens.

Carta de Familiar de 6 de Julho de 1713.

Nicolau — m. 3, n.º 35

- 6 **Nicolau João de Paiva** — tanoeiro; *natural e morador na freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação da vila de Aveiro*; filho de *Manuel João*, tanoeiro, e de *Mariana de Paiva*, naturais e moradores na freg. da Apresentação de Aveiro; neto paterno de *Domingos João*, tanoeiro, natural da vila de Vagos, freg. de Santiago, e de *Domingas André*, natural de Aveiro, freg. da Apresentação, e materno de *Faustino Florim*, alvenel, e de *Maria do Anjo*, naturais de Aveiro e aí moradores na freg. da Apresentação; ajustado para casar, em 1713, com *Maria Josefa*; natural da mesma freg. de Aveiro, filha de *João Soares*, natural da freg. de S. João da Areias, S.^{ta} Comba Dão, e de *Maria Jacinta*, natural de Aveiro, e aí vendeiros de vinhos na freg. da Apresentação, neta paterna de Simão de Moraes e de Suzana Soares,

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

natural e moradores em S. João das Areias, e materna de *António Dias Nabais*, canastreiro, vendeiro de vinhos e estalajadeiro, e de *Maria de Azevedo*, naturais e moradores na freg. da *Apresentação de Aveiro*.

Carta de Familiar de 26 de Maio de 1707.

Nicolau — m. 2, n.º 32

- 7 **Nicolau Ribeiro Picado** — cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão de cavalos no exército de Entre-Douro e Minho; natural da vila de Aveiro; filho de *António Saraiva Picado*, *escrivão da vila de Eixo pelo Estado de Bragança no Almojarifado do mesmo Estado*, e de sua primeira mulher *Inês Ribeira Machada*, naturais de Aveiro, e aí moradores na freg. de S.^{ta} Cruz; neto paterno de *Bartolomeu Afonso Picado*, *rendeiro das rendas das freiras de Jesus na vila de Angeja, procurador do concelho da vila de Aveiro e almotacé*, filho de *João Enes* e de *Filipa Afonso*, naturais da vila de Eixo, freg. de S.^{to} Isidoro, Aveiro, e de *Isabel Dias*, filha de *Francisco Dias* e de *Simoa Lopes*, naturais de Aveiro, e aquela moradora com seu marido em Aveiro, e materno de *Pedro Machado*, oficial de marceneiro, filho de *Pedro Machado*, o «Velho», e de *Isabel Dias*, e de sua primeira mulher *Catarina Gomes*, filha de *Roque Fernandes* e de *Maria André*, todos naturais e moradores em Aveiro, ajustado para casar, em 1673, com *D. Leonarda da Cunha Rebelo*, natural de *Agueda*, freg. de S.^{ta} Eulália, filha de *João Cerveira da Cunha* e de *Brites de Almeida Queimada*, que viviam na lei da Nobreza, naturais da vila de *Agueda*, neta paterna de *Manuel Cerveira da Cunha*, natural da freg. de S.^{to} André de *Esgueira*, Aveiro, e de *Vitória Borges de Figueiredo*, natural de *Agueda*, e aí moradores, e materna de *Sebastião de Pinho* e de *Isabel de Almeida*, também naturais e moradores em *Agueda*.

Carta de Familiar de 15 de Novembro de 1668.

Nicolau — m. 1, n.º 14

- 8 **Nicolau Teixeira Aguiar Figueiredo** — negociante para o Brasil; natural e morador em Lisboa na rua da Confeitaria, freg. de S.^{ta} Maria Madalena; filho de *João Teixeira de Aguiar*, mestre carpinteiro, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de *Freiria*, freg. de S. Salvador de Vila Pouca de Aguiar, e de *Teresa Maria*, natural da freg. de S. Julião de Lisboa, moradores na citada rua da Confeitaria; neto paterno do P.^o *Diogo de Figueiredo*, natural de Vila Real, e de *Maria Teixeira*, solteira, natural de *Freiria*, e aí moradores, e

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

materno de Manuel Rodrigues, mestre esteireiro, natural do Pragal, freg. de S.^{ta} Maria do Castelo, Almada, e de Margarida dos Santos, natural de Lisboa, freg. de S. Julião; bisneto paterno do P.^o Diogo Gomes de Figueiredo, de Vila Real, e de Isabel da Fonseca, de Constantim, Vila Real, e de Filipe Teixeira e de Ana Vaz, de Vila Pouca de Aguiar, e materno de *Domingos Rodrigues, da freg. de S.^{ta} Cruz de Alvarenga, Arouca*, e de Catarina Moneira, de Vale de Mourelos, freg. de N.^a Sr.^a do Monte, Almada, e de *Domingos Rodrigues, filho de Domingos Rodrigues e de Joana Rodrigues, de Cabeçais, freg. de S.^{ta} Maria de Fernedo, Arouca*, e de Madalena Ferreira, da freg. de Santiago de Almada, ajustado para casar, em 1751, com Luísa Caetana Raimundo e Oliveira, natural da freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Lisboa e moradora na rua dos Ourives da Prata, filha de João de Oliveira, natural de Palhais, freg. de N.^a Sr.^a da Graça, Alhos Vedros, e de Antónia Maria Rosa, natural de Lisboa, freg. da Madalena, e aí moradores, neta paterna de António Correia, natural da freg. de Salvador do Mundo da vila de Cima, e de Maria de Oliveira, natural de Palhais, e materna de Manuel Soares Pacheco e de Clara..., naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. Nicolau e S. Julião.

Carta de Familiar de 10 de Outubro de 1745.

Nicolau — m. 4, n.º 53

- 9 P.^o **Nicolau Tolentino de Moraes Sarmento** — prior da igreja do Salvador de Torres Novas, natural da freg. de S. Miguel de Lisboa; filho do capitão António de Moraes Sarmento, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Assunção da vila de Atalaia, e de Mónica dos Anjos, natural da freg. de S. Miguel de Lisboa, e aí moradores; neto paterno de *António de Moraes, natural da vila de Arouca, freg. de S. Bartolomeu*, e de Maria Dias, natural de Atalaia, e aí moradores, e materno de José de Moura, natural da freg. de S. Pedro de Alfama de Lisboa, e de Domingas Rodrigues, natural da freg. de S. Brás de Samouco, Aldeia Galega, irmão de Filipe António de Moraes Sarmento, escrivão da Mesa dos Direitos Reais da Lenha e Carvão das Sete Casas, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Lisboa, e sobrinho materno de António José de Moura, Familiar do S.^{to} Ofício.

Provisão de Notário de 7 de Setembro de 1784 e Provisão de Comissário de 27 de Fevereiro de 1794.

Nicolau — m. 5, n.º 74

- 10 **Nuno de Haro Leitão de Oliveira** — natural e morador na freg. de S.^{ta} Justa de Coimbra, filho de João Carlos de Oliveira, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Isabel Eufrásia de Haro Leitão Soto Maior, naturais e moradores em Coimbra, neto paterno de Afonso José de Oliveira, alcaide dos cárceres do S.^{to} Ofício da Inquisição de Coimbra, e de Teresa Maria da Fonseca, naturais e moradores em Coimbra, e materno de Nuno de Haro Leitão Soto Maior, escrivão proprietário da Provedoria de Coimbra, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Eugénia Maria Leitão de Carvalho, também naturais e moradores em Coimbra; bisneto paterno de Manuel Marques Velho, de Cioga do Monte, e de Maria Teresa, de Coimbra, e de Bernardo da Fonseca, solicitador do S.^{to} Ofício de Coimbra, e de Maria de Almeida, de Penela, e materno de António de Távora Soto Maior, escrivão da Provedoria, Familiar do S.^{to} Ofício, de Tentúgal, e de D. Teresa Maria de Oliveira, de Coimbra, e de *João dos Santos Carvalho*, Familiar do S.^{to} Ofício, e de *D. Francisca da Cruz Leitão Ferreira, de Aveiro* ⁽¹⁾.

Carta de Familiar de 15 de Março de 1813.

Nuno — m. 2, n.º 29

- 11 **Nuno de Haro Leitão Soto Maior** — escrivão proprietário da Provedoria de Coimbra, natural da freg. de Santiago da mesma cidade; filho de António de Távora Soto Maior, escrivão da Provedoria, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Tentúgal, e de D. Teresa Maria de Oliveira, natural de Coimbra, e aí moradores; neto paterno de Francisco de Távora Soto Maior e de D. Ana de Sousa, moradores em Tentúgal, e materno de José de Oliveira, ourives do ouro, Familiar do S.^{to} Ofício, e de Juliana Marques, naturais e moradores em Coimbra; casado com D. Eugénia Maria Leitão de Carvalho, natural da freg. de Santiago de Coimbra, filha de *João dos Santos e Carvalho*, Familiar do S.^{to} Ofício, e de *D. Francisca da Cruz Leitão Ferreira, naturais de Aveiro* e moradores em Coimbra, neta paterna de *Manuel dos Santos* e de *Ana dos Santos*, e materna de *António Leitão*, mercador, Familiar do S.^{to} Ofício, e de *Maria da Cruz, todos naturais e moradores em Aveiro*, bisneta paterna de *André Manuel* e de *Isabel André*, e de *António Dias* e de *Ángela Quaresma*, e materna de *João Leitão*, filho de *Francisco Leitão* e de *Isabel Fernandes*,

⁽¹⁾ Para mais ascendentes ver o Processo de *Nuno de Haro Leitão Soto Maior*.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

e de *Maria João*, filha de *Manuel Fernandes* e de *Maria João*, e de *Mnguel Gonçalves*, filho de *Pedro Gonçalves* e de *Sebastiana Francisca*, todos igualmente naturais e moradores em Aveiro, e de *Ana Ferreira*, natural da freg. de S.^{to} *André de Esgueira*, Aveiro, filha de *Miguel Duarte*, natural de *Sá, Esgueira*, e de *Caetana Francisca*, natural de S. Pedro do Sul, moradores, os últimos em *Sá*.

Carta de Familiar de 21 de Agosto de 1937.

Nuno — m. 1, n.º 23

- 12 **Nuno da Silva Loureiro** — bacharel formado pela Universidade de Coimbra e advogado em Lamego; natural e morador na freg. da Sé de Lamego; filho de Manuel da Assunção da Silva, oficial de sirgheiro, natural da freg. da Sé de Lamego, e de Francisca de Figueiredo Loureiro, natural da freg. de S. Romão de Armamar, moradores em Lamego; neto paterno de Manuel da Silva, mestre de meninas e sineiro da Sé, natural de Lamego, e de sua primeira mulher Antónia Teixeira, natural de Almacave, Lamego, moradora com seu marido em Lamego, filha natural do P.^o André do Bem Teixeira, beneficiado de Almacave, e de Maria de Lemos, e materno de Gaspar de Carvalho e de Dionísia de Almeida, naturais e moradores em Armamar; casado com D. Teresa Tomásia Rosa, natural de Almacave, filha de Manuel da Costa Pinto Zuzarte, escrivão, natural de Almacave, e de D. Rosa Leonarda Teresa Osório, natural de Carosa, freg. de Cambres, moradores em Almacave, neta paterna de *Mateus Dias de Araújo*, oficial de espadeiro, natural de *Berbolga*, freg. de N.^a Sr.^a da *Natividade de Macieira de Cambra*, Vale de Cambra, e de Maria Luísa da Costa, natural de Almacave, e aí moradores, e materna do capitão de cavalos Manuel Osório da Fonseca, natural da freg. de Lobrigos, S.^{ta} Marta de Penaguião, e de D. Serafina da Silva de Figueiredo, natural de Cambres, e aí moradores.

Carta de Familiar de 12 de Setembro de 1770.

Nuno — m. 2, n.º 28

- 13 P.^o **Onofre Ribeiro da Silva** — bacharel em Cânones e prior da igreja de S. Miguel de Recardães, *Águeda*; natural de Mourisca do Vouga, freg. de S. Salvador de Trofa, *Águeda*; filho de *Francisco João*, espingardeiro, natural de *Carvalhosa*, freg. de S. Pedro de Valongo, e de *Maria da Silva*, natural de Mourisca do Vouga, e aí moradores;

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

neto paterno de *Manuel João* e de *Maria João*, naturais e moradores em *Carvalhosa*, e materno de *Manuel Gaspar*, o «*Rasteiro*», natural de *Trofa*, e de *Geralda da Silva*, natural de *Mourisca do Vouga*, e aí moradores.

Provisão de Comissário de 13 de Janeiro de 1772.

Onofre (no último maç. dos *Nunos*) — n.º 1

bibRIA

ÍNDICE

a) ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

- Afonso (Filipa) — Eixo, Aveiro — 7
Almeida (Isabel de) — Águeda — 7
André (Domingas) — Aveiro — 6
André (Isabel) — Aveiro — 11
André (Maria) — Aveiro — 7; Esgueira, Aveiro — 3; Oiã, Oliveira do Bairro — 3
André (Pedro) — Oiã, Oliveira do Bairro — 3
Anjo (Maria do) — Aveiro — 6
Antónia (Domingas) — Oiã, Oliveira do Bairro — 3; Troviscal, Oliveira do Bairro — 3
Antónia (Lusia) — Aveiro — 3
Araújo (Mateus Dias de), oficial espadeiro — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 12
Athá (José Dias), capitão — Esgueira, Aveiro — 3
Athá (Manuel João), pescador — Esgueira, Aveiro — 3
Azevedo (Manuel de) — Aveiro — 6
Borges (Manuel), lavrador — Oiã, Oliveira do Bairro — 3
Carvalho (João dos Santos), Familiar do S.^o Ofício — Aveiro — 10 e 11
Carvalho (João Vaz de), Morgado de Taipa — Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis — 5
Carvalho (Nicolau), mercador e impressor de livros da Universidade de Coimbra — Troviscal, Oliveira do Bairro — 1
Cruz (Maria da) — Aveiro — 11
Cunha (João Cerveira da) — Águeda — 7
Cunha (Manuel Cerveira da) — Águeda — 7; Esgueira, Aveiro — 7
Dias (António) — Aveiro — 11
Dias (Francisco) — Aveiro — 7
Dias (Isabel) — Aveiro — 7
Dias (Marta) — Esgueira, Aveiro — 3
Duarte (André), pescador — Esgueira, Aveiro — 3
Duarte (Miguel) — Esgueira, Aveiro — 11
Enes (João) — Eixo, Aveiro — 7
Fernandes (Custódio), lavrador — Aveiro — 3
Fernandes (Domingos), lavrador — Esgueira, Aveiro — 3
Fernandes (Isabel) — Aveiro — 11
Fernandes (Manuel) — Aveiro — 11
Fernandes (Roque) — Aveiro — 7
Fernandes (Sebastião), lavrador — Aveiro — 3; Esgueira, Aveiro — 3
Ferreira (Ana) — Aveiro — 11; Esgueira, Aveiro — 11
Ferreira (António), alfaiate — Travanca, Feira — 4
Ferreira (D. Francisca da Cruz Leitão) — Aveiro — 10 e 11
Ferreira (Nicolau), alfaiate na Mouraria em Lisboa — 4
Figueiredo (Nicolau Teixeira Agular), negociante para o Brasil — 8
Figueiredo (Vitória Borges de) — Águeda — 7
Florim (Faustino), alvenel — Aveiro — 6
Francisca (Caetana) — Esgueira, Aveiro — 11
Francisca (Maria) — Oiã, Oliveira do Bairro — 3
Francisca (Sebastiana) — Aveiro — 11
Gama (Nicolau Godinho da) — 5
Gaspar (Manuel), o «Rasteiro» — Trofa, Águeda — 13
Gomes (Catarina) — Aveiro — 7

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Gonçalves (Domingos)—Travanca,
Gonçalves (Miguel) — Aveiro — 11
Feira — 4
Gonçalves (Pedro) — Aveiro — 11
- Jacinta (Maria), vendeira de vi-
nhos — Aveiro — 6
- João (Domingos), tanoeiro—Aveiro
— 6; Vagos — 6
- João (Francisco), espingardeiro —
Trofa, Agueda — 13; Valongo,
Agueda — 13
- João (Manuel) — Valongo, Agueda
— 13
- João (Manuel), tanoeiro — Aveiro
— 6
- João (Maria) — Barrô, Agueda—1;
Valongo, Agueda — 13; Aveiro
— 11; Troviscal, Oliveira do
Bairro — 1
- Jorge (Antónia) — Souto, Feira—4;
Travanca, Feira — 4
- Jorge (António) — Troviscal, Oli-
veira do Bairro — 3
- João (Isabel) — Troviscal, Oliveira
do Bairro — 3
- Jorge (João) — Barrô, Agueda — 1
- Josefa (Maria) — Aveiro — 6
- Leitão (António), mercador e Fa-
miliar do S.^{ta} Officio — Aveiro
— 11
- Leitão (Francisco) — Aveiro — 11
- Leitão (João) — Aveiro — 11
- Lopes (Simoa) — Aveiro — 7
- Loureiro (Nuno da Silva)**, bacha-
rel formado pela Universidade
de Coimbra e advogado em La-
mego — 12
- Machada (Inês Ribeira) — Aveiro
— 6
- Machado (Nicolau Duarte)**, ho-
mem de negócio do Rio de Ja-
neiro — 2
- Machado (Pedro), oficial de mar-
ceneiro — Aveiro — 7
- Machado (Pedro), o «Velho» —
Aveiro — 7
- Maia (Antónia da) — Esgueira,
Aveiro — 3
- Maia (Nicolau Fernandes)**, sar-
gento-mor da vila de Esgueira,
Aveiro — 3
- Manuel (André) — Aveiro — 11
- Mateus (Joana) — Esgueira, Aveiro
— 3
- Morais (António de) — Arouca — 9
- Morgado de Taipa — v. Carvalho
(João Vaz de)
- Nabais (António Dias), canastreiro
— Aveiro — 6
- Oliveira (Domingos de)—Louredo,
Feira — 2
- Oliveira (Nuno de Haro Leitão de)**
— 10
- Paiva (Mariana de) — Aveiro — 6
- Paiva (Nicolau João de)**, tanoeiro
— Aveiro — 6
- Picado (António Saraiva), escrivão
e Eixo pelo Estado de Bragança
no seu almoxarifado — Aveiro
— 7
- Picado (Bartolomeu Afonso), ren-
deiro das rendas das freiras de
Jesus na vila de Angeja, Alber-
garia-a-Velha e procurador do
conc. de vila de Aveiro e almo-
tacé — 7; Eixo, Aveiro — 7
- Picado (Nicolau Ribeiro)**, cava-
leiro professo da Ordem de
Cristo e capitão de cavalos do
exército de Entre-Douro e Mi-
nho — Aveiro — 7
- Rinho (Sebastião de) — Agueda—7
- Pinto (Ana de Afonseca) — Agueda
— 5; Macinhata de Seixa, Oli-
veira de Azeméis — 5
- Pinto (António) — Macinhata de
Seixo, Oliveira de Azeméis — 5
- Pires (Catarina) — Barrô, Agueda
— 1
- Quaresma (Ângela) — Aveiro — 11
- Queimada (Brites de Almeida) —
Agueda — 7
- Rebello (D. Leonarda da Cunha) —
Agueda — 7
- Rodrigues (Domingos)—Alvarenga,
Arouca—8; Fervedo, Arouca—8
- Rodrigues (Joana) — Fervedo,
Arouca — 8
- Santos (Ana dos) — Aveiro — 11
- Santos (Manuel dos) — Aveiro—11
- Sarmento (P.^o Nicolau Tolentino
de Moraes)**, prior da igreja de
Salvador de Torres Novas—9
- Silva (Geraldina da)—Trofa, Agueda
— 13
- Silva (Maria da) — Trofa, Agueda
— 13
- Silva (Onofre Ribeiro da)**, bacha-
rel em Cânones e prior da igreja
de S. Miguel de Recardães,
Agueda — 13; Trofa, Agueda—13

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Simões (Pero), lavrador e carpinteiro — Troviscal, Oliveira do Bairro — 1
Soares (João), vendedeiro de vinhos — Aveiro — 6
Soto Maior (Nuno de Haro Lel-

tão), escrivão proprietário da Provedoria de Coimbra — 11

Teresa (Francisca) — Esgueira, Aveiro — 3

b) TOPONÍMICO

AGUEDA

Agueda — Almeida (Isabel de) — 7; Cunha (João Cerveira da) — 7; Cunha (Manuel Cerveira da) — 7; Figueiredo (Vitória Borges da) — 7; Pinho (Sebastião de) — 7; Pinto (Ana da Fonseca) — 5; Quaresma (Brites de Almeida) — 7; Rebelo (D. Leonarda da Cunha) — 7.

Barrô — José (Maria) — 1; Jorge (João) — 1; Pires (Catarina) — 1.

Recardães — **Silva (P.º Onofre Ribeiro da)** bacharel em Cânones e prior da igreja de S. Miguel de — 13.

Trofa — Gaspar (Manuel), o «Rasteiro» — 13; João (Francisco), espingardeiro — 13; Silva (Geraldada) — 13; Silva (Maria da) — 13; **Silva (P.º Onofre Ribeiro da)**, bacharel em Cânones e prior da igreja de S. Miguel de Recardães — 13.

Valongo — João (Francisco), espingardeiro — 13; João (Manuel) — 13; João (Maria) — 13.

ALBERGARIA-A-VELHA

Angeja — Picado (Bartolomeu Afonso), rendeiro de rendas das freiras de Jesus da vila de — e procurador do conc. na vila de Aveiro e almotacé — 7.

AROUCA

Alvarenga — Rodrigues (Domingos) — 8.

Arouca — Morais (António de) — 9.
Fernedo — Rodrigues (Domingos) — 8; Rodrigues (Joana) — 8.

AVEIRO

Aveiro — André (Domingas) — 6; André (Isabel) — 11; André (Maria) — 7; Anjo (Maria do) — 6; Antónia (Luzia) — 3; Azevedo (Maria de) — 6; Carvalho (João

dos Santos), Familiar do S.º Ofício — 10 e 11; Cruz (Maria da) — 11; Dias (António) — 11; Dias (Francisco) — 7; Dias (Isabel) — 7; Fernandes (Custódio), lavrador — 3; Fernandes (Isabel) — 11; Fernandes (Manuel) — 11; Fernandes (Roque) — 7; Fernandes (Sebastião), lavrador — 3; Ferreira (Ana) — 11; Ferreira (D. Francisca da Cruz Leitão) — 10 e 11; Florim (Faustino), alvenel — 6; Francisca (Sebastiana) — 11; Gomes (Catarina) — 7; Gonçalves (Miguel) — 11; Gonçalves (Pedro) — 11; Jacinta (Vitória Maria), vendeira de vinhos — 6; João (Domingos), tanoeiro — 6; João (Manuel), tanoeiro — 6; João (Maria) — 11; Josefa (Maria) — 6; Leitão (António), mercador e Familiar do S.º Ofício — 11; Leitão (Francisco) — 11; Leitão (João) — 11; Lopes (Simoa) — 7; Machado (Inês Ribeira) — 6; Machado (Pedro), oficial de marceneiro — 7; Machado (Pedro), o «Velho» — 7; Manuel (André) — 11; Nabais (António Dias), canasteiro — 6; Paiva (Mariana de) — 6; **Paiva (Nicolau João de)**, tanoeiro — 6; Picado (António Saraiva), escrivão de Eixo pelo Estado de Bragança no seu almoxarifado — 7; Picado (Bartolomeu Afonso), rendeiro das rendas das freiras de Jesus da vila de Angeja e procurador do conc. da vila de — e almotacé — 7; **Picado (Nicolau Ribeiro)**, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão de cavalos no exército de Entre-Douro e Minho — 7; Quaresma (Angela) — 11; Santos (Ana dos) — 11; Santos (Manuel dos) — 11; Soares (João), vendeiro de vinhos — 6.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Eixo — Afonso (Filipa) — 7; Enes (João) — 7; Picado (Bartolomeu Afonso), rendeiro das rendas das freiras de Jesus na vila de Angeja, procurador do conc. na vila de Aveiro e almotacé — 7.

Esgueira — André (Maria) — 3; Athá (José Dias), capitão — 3; Athá (Manuel João), pescador — 3; Cunha (Manuel Cerveira da) — 7; Dias (Marta) — 3; Duarte (André), pescador — 3; Duarte (Miguel) — 11; Fernandes (Domingos), lavrador — 3; Fernandes (Sebastião), lavrador — 3; Ferreira (Ana) — 11; Francisca ((Caetana) — 11; Maia (Antónia da) — 3; **Maia (Nicolau Fernandes da)**, sargento-mor da vila de — 3; Mateus (Joana) — 3; Teresa (Francisca) — 3.

FEIRA

Louredo — Oliveira (Domingos de) — 2.

Souto — Jorge (Antónia) — 4.

Travanca — Ferreira (António), alfaiate — 4; Gonçalves (Domingos) — 4; Jorge (Antónia) — 4.

OLIVEIRA DE AZEMEIS

Macinhata de Seixa — Carvalho (João Vaz de), Morgado de Taipa — 5; Pinto (Ana de Afonseca) — 5; Pinto (António) — 5.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Oiã — André (Maria) — 3; André (Pedro) — 3; Antónia (Domingas) — 3; Borges (Manuel), lavrador — 3; Francisca (Maria) — 3.

Troviscal — Antónia (Domingas) — 3; **Carvalho (Nicolau)**, mercador e impressor de livros da Universidade de Coimbra — 1; João (Maria) — 1; Jorge (António) — 3; João (Isabel) — 3; Simões (Pero), lavrador e carpinteiro — 1.

VAGOS

Vagos — João (Domingos), tanoeiro — 6.

VALE DE CAMBRA

Macieira de Cambra — Araújo (Mateus Dias de), oficial de espadreiro — 12.

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

UA/CE
N.º 957
Data 12/1/1982

OS PRIMEIROS CAMINHOS DE FERRO DE PORTUGAL

AS LINHAS FÉRREAS DO LESTE E DO NORTE

Aos aveirenses

EDUARDO CERQUEIRA

Dr. FRANCISCO FERREIRA NEVES

JOÃO SARABANDO

PRIMEIRAS TENTATIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS DE FERRO EM PORTUGAL

A ideia de instalar os caminhos de ferro em Portugal não nasceu entre nós, e de nós não partiu também a iniciativa para a primeira construção, nem a de tantas outras que se seguiram, triste é confessá-lo. Decorria o ano de 1844 quando o ministro da Fazenda recebeu de seu parente e amigo Benjamim de Oliveira, residente em Londres, uma carta particular a expor as vantagens de uma linha férrea que ligasse as duas principais cidades portuguesas: Lisboa e Porto.

Respondeu-lhe o ministro em 7 de Outubro do mesmo ano, condenando esta directriz, mas defendendo a do Alentejo por Alcácer, «donde se vem a Lisboa por mar». Antes, porém desta carta chegar a Londres, Benjamim de Oliveira concretizava a sua sugestão numa proposta em forma, em 14 do mesmo mês, proposta que se considerou prejudicada pela opinião governamental.

Dois meses depois, um grupo de banqueiros, negociantes e directores de caminhos de ferro ingleses, inspirado no alvitre feito a Benjamim de Oliveira, pelo ministro da Fazenda, enviou de Londres as linhas gerais de um prospecto, depois distribuído em Lisboa, reclamando a construção do caminho de ferro no Sul, a qual, partindo da margem esquerda do Tejo, nas proximidades de Lisboa, passava por Alcácer—vasto celeiro de arroz—

e corria através dos loiros trigais alentejanos para terminar próximo do florido Algarve, rico de lendas e maravilhosas amendoeiras — a caminho de Sevilha.

Se a primeira proposta tinha a condenação ministerial, o plano ventilado no projecto não chegou a despertar qualquer ligeiro interesse.

Mais uma vez um profeta errava na sua terra a predição do futuro. O vento da indiferença envolveu o projecto e, dentro de pouco tempo, nada mais restava que um leve fumo disperso que o solo arrebatou.

Perdeu-se, assim, uma tentativa que a baixa então existente do preço do ferro e a facilidade de reunir capitais no mercado inglês incitavam a amparar e dar-lhe forma, e com ela, uma oportunidade que a nossa indolência desprezou.

A COMPANHIA DAS OBRAS PÚBLICAS DE PORTUGAL

Entretanto, a ditadura de Costa Cabral (1842-1846), ministro do Reino, tentava iludir o desaparecimento das liberdades públicas com a apresentação de grandes projectos, e defendeu a organização de uma poderosa empresa em condições de realizar um vasto plano de obras, o qual viesse, dizia, enriquecer a nossa economia, rasgando estradas, instalando caminhos de ferro e dando ao País enérgico impulso e vida a tantos valores estagnados nas suas fontes de produção.

Houve entre os seus pares largo entusiasmo a secundar o empreendimento, e dentro em pouco, viu-se com assombro a formação da *Companhia das Obras Públicas de Portugal*, com o capital de vinte mil contos.

Nessa época era qualquer coisa de causar espanto tão avultada quantia, o que a fez denominar, naquela crítica irónica tão portuguesa, e quase sempre tão justa, — a *Companhia Monstro*.

A sua existência foi legalizada pelo decreto de 19 de Dezembro de 1844, que aprovou a escritura da fundação e respectivos estatutos, mas o contrato com o Estado, para efectivação das grandes obras, só foi celebrado em 19 de Abril de 1845.

Propunha-se, fundamentalmente, promover o melhoramento das comunicações, construir grandes edifícios públicos e outras obras de não menos vulto, sob a fiscalização do Governo e com a garantia do Estado.

Por Decreto de 8 de Setembro de 1845 a Rainha D. Maria II concedeu ao seu ministro António Bernardo da Costa Cabral o título de Conde de Tomar.

Efémera foi, no entanto, a vida da *Companhia Monstro*. Em menos de dois anos entregava a alma ao diabo e o corpo à vala comum do esquecimento.

O proconsulado restaurador de Costa Cabral terminou em Maio em virtude da revolução *Patuleia* ou da «Maria da Fonte» de 1846, e os seus projectos encarquilharam como balões esvaziados.

Assumiu a presidência do Ministério o duque de Palmela e, depois, o marechal duque de Saldanha.

Faltando à Companhia das Obras Públicas o principal apoio, pretextou uma medida governativa que a prejudicava e resolveu liquidar.

Extinguiu-se o *facho* e com ele morreu o vasto programa de melhoramentos nacionais.

PRIMEIRO DOCUMENTO FERROVIÁRIO PUBLICADO

Como complemento do contrato com a *Companhia das Obras Públicas* foi ainda Costa Cabral que fez publicar em 18 de Outubro de 1845 as «Bases que o Governo de Sua Magestade Fidelíssima oferece para a construção de caminhos de ferro em Portugal por meio de concessão de privilégios».

Este documento é um padrão erguido na história dos caminhos de ferro portugueses e as suas linhas gerais são inspiradas na legislação francesa, a mais próxima e mais fácil de consultar.

Era nestas bases que a *Companhia das Obras Públicas*, única concorrente, devia construir linhas férreas, ficando, no entanto, por estabelecer o estudo das futuras directrizes.

*

Não obstante, levantou-se um clamor de protestos pelo País, como por exemplo, no jornal «O Progresso» (1).

Publicou então um artigo sobre o perigo da invasão de capitais estrangeiros e, entre outros clamores, dizia:

«Não queremos vapores, nem locomotivas, nem wagons, nem bancos: se nos há-de vir tudo isto dos capitais estrangeiros.

Preferimos o caíque, a caleça, o cambista.

Não queremos ser tributários do estrangeiro; se teimamos em trazer capitais para aqui, não hão-de pedir-nos juros, e ainda assim talvez não aceitemos a sua influência dominadora.»

(1) *Jornal do Comércio*, 13 de Abril de 1856, pág. 775.

Da Imprensa e do Parlamento vinham considerações judiciosas, profecias aterradoras quanto à utilidade deste rápido transporte e a afirmação incontestável de que não havia no País viajantes que justificassem a construção de caminhos de ferro.

Sujeitos ponderados e de barbas respeitáveis diziam com gravidade, que o caminho de ferro era luxo e não necessidade, aliás dispensável num país tão pequeno como o nosso...

Outros mais profundos, mais conhecedores da nossa vida económica, erguiam a fronte inspirada e diziam de alto, nas reuniões dos Centros, que Portugal tinha um comércio de trânsito quase nulo. Para quê, então, este desperdício?

Quem nos viria visitar, perdidos como estamos, nos confins ocidentais da Europa? Não! Não era com os seus votos que se alimentavam vaidades: construam-se estradas de bom cascalho, para que as mulas possam correr num chouto certo e cómodo através de Portugal, e teremos cumprido o nosso dever.

Outros ainda, sentindo na garganta as cócegas do nacionalismo, gritavam nos botequins:

«Nada de esbanjamentos! Abaixo os estrangeirismos! Sejamos patriotas! Queremos estradas, utilizemos o que é nosso; o que é português.»

Lá fora, onde chegavam os ecos destes rumores, olhavam-nos num misto de espanto e de receio.

Cá dentro, à desconfiança sempre existente e a este alarido juntou-se a recordação do desabar da *Companhia Monstro*, e o capital assustado, retraiu-se mais uma vez, e prudentemente, voltou às panelas de ferro, não fossem os cofres dos Bancos abrir alguma fenda...

O MOVIMENTO DA REGENERAÇÃO EM 1851

Em 1849 Costa Cabral, agora Conde de Tomar, voltou ao poder como presidente do ministério e ministro do reino. Ele renovou os antigos abusos de poder. Nos princípios do mês de Abril de 1851, o marechal duque de Saldanha saiu de Lisboa para o Porto e aqui organizou uma revolução militar com apoio popular, com o fim de derrubar o Governo de Costa Cabral que seria substituído por outro com novos processos governativos, e que reformasse a Carta Constitucional.

A revolução triunfou no Porto e o marechal Saldanha entrou vitorioso no rio Tejo com uma divisão de sete mil homens que desembarcaram em Lisboa. O Governo de Costa Cabral foi demitido e formou-se outro, em 1 de Maio de 1851, presidido pelo duque de Saldanha e com ministros independentes dos partidos políticos existentes.

O novo ministério entrou em ditadura e convocou novas cortes para reformar a Carta Constitucional. Esta revolução foi chamada *Regeneração*.

Em 12 de Novembro de 1851 realizaram-se as eleições de deputados ao Parlamento, tendo sido eleito por Lisboa o azeiteiro e grande liberal José Estêvão Coelho de Magalhães. A 15 de Dezembro abriu de novo o Parlamento.

O Governo nesta data era constituído pelo Duque de Saldanha — presidente e ministro da guerra; António Maria de Fontes Pereira de Melo — ministro da Fazenda; António Aluísio Jervis de Atouguia — ministro da marinha e dos estrangeiros; Rodrigo da Fonseca Magalhães — ministro do reino e interino da justiça.

O Parlamento colocou-se ao lado do Governo e formou-se assim um novo partido denominado *regenerador*.

José Estêvão, apesar de pertencer ao antigo partido setembrista adversário do partido cartista, passou a apoiar decididamente o novo Governo, pois considerava que a principal missão da actual situação política era a realização de um vasto plano de obras públicas que fizessem progredir o país, tirando-o do atraso material em que se encontrava.

Convém dizer desde já que os trabalhos de Obras Públicas pertenciam ao ministério do Reino.

PRIMEIRA PROPOSTA PARA A CONSTRUÇÃO DA LINHA DO LESTE

A COMISSÃO CONSULTIVA DE CAMINHOS DE FERRO (1851)

Tinham decorrido anos: outros tempos passaram; outras ideias surgiram; novas notícias chegavam do que se fazia no estrangeiro, até que, em 1851, um grupo de capitalistas ingleses, fiado em melhor acolhimento, representado por *Hardy Hislop*, fez ao novo Governo uma proposta para a construção do caminho de ferro de Lisboa à fronteira, próximo de Badajoz — a linha do Leste, a ligar com o projectado caminho de ferro espanhol vindo de Madrid para Badajoz.

Vê-se neste projecto, assim como noutros dispersos, que a peregrina ideia da linha férrea através do Alentejo, prevista

como de bons rendimentos pelo ministro da Fazenda de 1844, não interessava a ninguém.

À todos saltava à vista um outro objectivo mais promettedor e, por ventura, mais civilizador: a ligação internacional Lisboa, Madrid, Paris. A Europa, enfim! E foi realmente sobre este tracto que incidiram os primeiros estudos e foi sobre ele ainda que se fez a primeira construção.

Mas o Governo, recordando talvez, o que se passara anteriormente, não quis arcar com a responsabilidade de emitir opinião sobre a proposta apresentada e entendeu nomear para esse fim, por Portaria de 18 de Julho de 1851, uma *Comissão Consultiva de Caminhos de Ferro*, composta pelos Conselheiros Joaquim Larcher; João Baptista de Almeida Garrett, Barão da Luz, António de Paiva Pereira da Silva e Joaquim Tomás Lobo de Ávila.

Esta comissão foi incumbida do estudo da proposta Hislop, em todas as relações técnicas e económicas.

PROGRAMA PARA O CONCURSO DA CONSTRUÇÃO DA LINHA DO LESTE

Dada a natureza do empreendimento, a comissão foi de parecer que a projectada construção da linha férrea devia ser feita por concurso público.

Efectivamente, o decreto de 6 de Maio de 1852, firmado pelos ministros Rodrigo da Fonseca Magalhães e Fontes Pereira de Melo, aprovava o:

*Programa para concurso de empresas que se propo-
nam construir um caminho de ferro de Lisboa à fronteira
de Espanha.*

Foi este programa o segundo documento que se publicou, relativo a este novo ramo industrial, e o intervalo que o separa do primeiro, serviu para que fossem colhidos outros ensinamentos que a prática lá de fora ensinou a aproveitar.

Outras concessões estipula este documento, diferentes das primeiras, e bem tentadoras, entre as quais: «a garantia do juro de 6 % sobre o capital, 1 % de amortização sobre o capital efectivamente dispendido na construção do caminho de ferro, prémio de 3 % sobre o custo efectivo de cada troço aberto à circulação pública, isenção de direitos alfandegários e concessão de terrenos do Estado, madeiras, materiais de construção existentes nestes terrenos, etc., etc.».

A linha do Leste, de *via única e com a bitola de 1^m,44*, partia de Lisboa até à fronteira de Espanha, ao ponto em que

ligasse com a que de Madrid deveria vir também à fronteira portuguesa.

As expropriações, obras de arte e aterros, seriam desde logo estabelecidos para *via dupla*.

Prevê ainda a construção do seguimento da linha até à cidade do Porto, ou como continuação dos trabalhos, ou num novo concurso público, tendo preferência o primeiro construtor em igualdade de circunstâncias.

A construção da linha era dividida em três secções, sendo a primeira até Santarém, e as duas restantes até à fronteira; mas a concessão incidia de início sobre a primeira secção, ficando a concessão da construção das outras duas dependentes da empresa concessionária ser a mesma da linha de Madrid ou de provar que estava de acordo com ela.

O contrato só poderia ser firmado com uma empresa que provasse estar legalmente constituída.

NOVAS PROPOSTAS

ADJUDICAÇÃO DA CONSTRUÇÃO À COMPANHIA CENTRAL PENINSULAR

Alguns dias depois foram apresentadas mais duas propostas:

Uma, ao ministro de Portugal em Londres, em 13 de Maio de 1852, por Mr. Patrick James Harte, e outra, ao ministro do Reino, em 15 do mesmo mês, por Benjamim de Oliveira, conjuntamente com MORTON PETTO e outros.

Nestas duas propostas os trajectos eram semelhantes ao proposto por Hardy Hislop. A uma e outra foi respondido que as propostas tinham de cingir-se às prescrições do *Programa* de 6 de Maio de 1852.

Harte teve a arte de não mais dar acordo de si, e Benjamim de Oliveira fez uma contra-proposta em 25 de Junho, alterando muito as condições estabelecidas pelo Governo, o que a tornou inaceitável, pois exigia, no artigo 23.º, a hipoteca dos rendimentos das alfândegas de Lisboa e Porto, como garantia do juro de 6 % que o Governo devia pagar.

Mas em Hardy Hislop a construção do caminho de ferro era uma ideia fixa e a 30 de Julho deste ano fez nova proposta em nome da *Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal* de que faziam parte Charles Waning, John Owens, Thomaz Rumball, John David Barri, e James Kitson.

Nesta proposta faziam-se algumas reflexões sobre diversos artigos do *Programa* de 6 de Maio de 1852, mas tudo se conci-

liou, e em 10 de Agosto deste ano foi feita a adjudicação provisória.

Estava finalmente firmado o primeiro contrato para a construção de caminhos de ferro em Portugal que, como diz o decreto da adjudicação, «*o viria ligar com o resto da Europa, da qual se acha quase isolado e fazê-lo participante dos benefícios da moderna civilização, cuja marcha só então poderá acompanhar*».

*

«Não há fome que não dê em fartura» e mais uma vez este adágio se confirmara.

No dia imediato ao da assinatura do contrato recebeu o ministro do Reino outra proposta, ao que parece já ansiada havia muito, do *nuestro hermano* J. Alvaréz y Mendizabal, que se propunha fazer a citada construção, mas «*más facil y una exploración más económica*».

Não quiseram os fados que ficássemos a dever tão grande favor a este prezadíssimo vizinho, pois o ministro respondeu-lhe em 25 de Agosto que «*pessoa que eu mais quisesse distinguir neste negócio não a há; o dever, contudo me tornou impossível a satisfação do meu desejo*».

Mendizabal tinha chegado tarde. O ministro e ele ficaram penalizados, e não se falou mais no assunto.

OSÉ ESTÊVÃO INTERESSA-SE PELA CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DE LISBOA AO PORTO

Nos primeiros meses do ano 1852 José Estêvão preparou um projecto de lei para a construção de um caminho de ferro de Vila Nova da Rainha à cidade do Porto, passando por Aveiro. Apresentou-o ao parlamento na sua sessão de 13 de Julho de 1852, opondo-se assim à forte propaganda que vinha sendo feita a favor da construção do caminho de ferro de Lisboa para a fronteira de Espanha para acesso a Madrid. A linha férrea de Lisboa ao Porto era considerada desnecessária pelo que tinha grande opposição. «Para se ir ao Porto julgava-se ser mais que suficiente uma estrada de primeira ordem» (1).

O projecto de José Estêvão veio a ser rejeitado pelo parlamento, o que muito desgostou este deputado.

Na sessão de 21 de Julho de 1852 pronunciou José Estêvão no parlamento um importante discurso sobre o plano de obras

(1) MARQUES GOMES, *José Estêvão, Apontamentos para a sua biografia*. Porto, 1889, pág. 122.

do governo, declarando que apoiava deliberadamente o ministério Saldanha, «julgando que é um grande serviço que se faz à liberdade, conservando à testa do governo homens moderados, mas liberais, que conservem neste canto da Europa não só o sistema eleitoral, mas ainda um canto onde se acolham os liberais perseguidos na Europa.

E terminou o seu discurso dizendo:

«Fazei tudo quanto a época exige de vós, satisfazei a todas as necessidades públicas, com desassombro, fazei coisas boas e grandes, e com isso não tereis do país senão bênçãos» (1).

Na câmara dos deputados fez-se uma votação contrária ao ministério, e por isso, este dissolveu a câmara no dia 24 de Julho do mesmo ano e declarou-se em ditadura, da qual resultaram grandes melhoramentos materiais.

CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

APROVAÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DE LISBOA AO PORTO

Depois do ano 1850 o País começou a despertar, pois os homens, inspirados numa nova cultura, iam alijando os rotinismos obsoletos que a geração do começo do século XIX ainda mantinha, permitindo-lhes compreender que não era possível singrar no caminho do progresso, nem recuperar o crédito que andava perdido, se a economia nacional, quase entregue ao próprio esforço, não recebesse o indispensável estímulo e auxílio para o seu desenvolvimento.

Congregaram-se para este fim os valores julgados indispensáveis ao início de obra tão necessária e o governo, já sufocado os tumultos cabralinos, e apoiado em novas inteligências, resolveu atacar alguns dos principais problemas, sob a orientação dum novo organismo, para o que criou o *Ministério das Obras Públicas, do Comércio e da Indústria* pelo decreto de 30 de Agosto de 1852, documento assinado pela rainha D. Maria II e referendado pelos ministros *Duque de Saldanha, Rodrigo da Fonseca Magalhães, António Maria de Fontes Pereira de Melo, Visconde de Almeida Garrett e António Jervis de Atouguia*, e na mesma data decretou também a construção do caminho de ferro do Norte, de Lisboa ao Porto.

Embora os seus efeitos não surtiram imediatamente, foi no entanto, a partir desta data, que se desenvolveu mais pro-

(1) *Ob. cit.*, pág. 123.

veitosamente o conjunto de resultados a que estão ligados os vários ramos de comércio, da indústria e das obras públicas, tais como, entre outros, a navegação, as estradas e os caminhos de ferro.

No mesmo dia 30 de Agosto, também por decreto, foi criado o *Conselho de Obras Públicas e Minas*, e outro decreto da mesma data nomeou os seus componentes.

A regulamentação deste Conselho ficou estabelecida pelo Decreto de 30 de Setembro imediato e novamente regulamentada por Decreto de 25 de Novembro de 1853; as suas funções eram meramente consultivas.

Foi já através deste novo organismo que a *Companhia Central Peninsular* assinou em 1 de Dezembro uma convenção na qual ficavam estabelecidas as suas obrigações perante o Governo.

OSÉ ESTÉVÃO LOUVA O GOVERNO POR TER
CRIADO O MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
E DECRETADO A CONSTRUÇÃO
DO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

A criação do ministério das Obras Públicas e a deliberação para se construir o caminho de ferro do Norte deram grande satisfação ao grande tribuno José Estêvão, que, por tais motivos, dispensou altos louvores ao Governo no jornal *Revolução de Setembro*, de 2 de Setembro de 1852, nos seguintes termos:

«As medidas do governo encheram-nos de júbilo. Não podemos dissimulá-lo. Ganhámos anos na carreira da civilização. Destruímos muitos embaraços ao progresso governativo. Proclamaram-se altos princípios de economia e administração. Levantaram-se as balizas para as mais úteis construções.

A criação do novo ministério das obras públicas e indústrias, aplica ao fomento do país os cuidados e o préstimo da autoridade pública. Isto importa a medida do governo, por quanto [o que] existia na administração pública para promover as indústrias ou abrir comunicações era por tal modo desmazelado, rotineiro e burocrático, que quase se podia dizer que aqueles interesses sociais estavam eliminados da gestão governativa, e entregues à sua própria força, escassa as mais das vezes para lhes dar uma existência mesquinha, e quando muito, bastante para as arrastar a esforços inúteis e desconcertos deploráveis.

O caminho de ferro de Lisboa ao Porto é a maior medida que se podia tomar, para imprimir nova vida a esta nação.

Por qualquer aspecto que se olhe aquela obra, a sua importância é incalculável. Desde que dobrámos o Cabo da Boa Esperança, nunca praticámos feito de tamanha transcendência. O caminho de ferro do Porto é o primeiro manifesto de adesão à moderna economia das nações, e uma confissão pública dos erros e desperdícios das nossas antigas descobertas.

Só por esta obra dizemos a nós mesmos e à Europa que a civilização se amolda a todos os espaços, que se aclimata em todas as regiões, que não é a vastidão dos territórios, mas o bom grangeio deles que faz a felicidade dos povos: que andar depressa e barato é trabalhar, ganhar, gozar, polir os costumes, activar as faculdades físicas, prevenir os crimes, ilustrar o entendimento, e aumentar a renda e os consumos de cada indivíduo. Estas vantagens são tão grandes como as verdades donde elas se deduzem. Pronunciá-las oficialmente, e representá-las por factos, é sem dúvida um serviço assinalado.

O caminho de ferro de Lisboa ao Porto é uma óptima especulação. Não comunica duas cidades, nem as povoações que lhe ficam na estrada, comunica todas as províncias de Portugal na linha natural da sua viação.

É a única via transitável para os três milhões de habitantes que tem a nossa terra, e para a maior parte dos produtos que eles trocam uns com os outros. Está no nosso território; não pode portanto ser prejudicado por outras linhas rivais e pelas medidas económicas de governos estrangeiros. Abarca todo o movimento das nossas costas, mandando para viagens de longo curso, e para navios de maior lote, os capitães e os marujos empregados até agora na cabotagem» (1).

A LINHA DO LESTE

O artigo 2.º do programa do concurso de 6 de Maio de 1852 dividiu o traçado do caminho de ferro do Leste — *Lisboa à fronteira de Espanha* — em três secções, sendo a primeira entre Lisboa e Santarém, sobre a qual incidiu o contrato de 10 de Agosto de 1852 com a *Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal*, ficando as duas restantes dependentes do ponto de ligação com a linha espanhola.

O artigo 3.º determinou que a primeira secção devia partir de um ponto na cidade de Lisboa, seguindo pela margem direita do Tejo, e passar próximo da Póvoa, Alverca, Vila Franca de Xira, e Vila Nova. Do estudo deste traçado foi incumbido

(1) MARQUES GOMES, *José Estêvão, Apontamentos para a sua biografia*. Porto, 1889, págs. 123 e 124.

TOMÁS RUMBALL, engenheiro director da *Companhia Central Peninsular*. No seu relatório de 7 de Dezembro de 1852, indicou este engenheiro como ponto de origem da linha um local próximo da Fundição, fazendo-a seguir depois pela margem do rio Tejo até Poço do Bispo, e daqui a Olivais, em direcção a Santarém. Pôs no entanto em relevo numerosas dificuldades no local escolhido em Lisboa, entre as quais sobressaíam as expropriações a fazer em moradias e oficinas parasitárias do rio, como também por cortar a comunicação com o Tejo. Encarava, como de melhor resultado, construir-se a estação principal próximo do Largo do Intendente, um pouco acima da antiga igreja dos Anjos.

Este projecto foi contrariado por um outro apresentado pelo engenheiro DU PRÉ, que defendeu a opinião de que era preferível um lugar próximo do Cais dos Soldados para origem da linha.

*

O Conselho de Obras Públicas e Minas, para responder à consulta feita pelo governo sobre os dois projectos, incumbiu dois dos seus vogais, em 24 de Dezembro do mesmo ano, para os apreciar sobre o terreno.

Foi baseado no relatório que estes engenheiros apresentaram em 9 de Janeiro de 1853, que o Conselho emitiu a opinião, pelo officio de 15 do mesmo mês, «*que, quanto ao traçado de Lisboa a Sacavém (primeiro lanço do projecto) deve o caminho partir do Cais dos Soldados, onde se deverá estabelecer a estação comum para passageiros e para mercadorias, e seguir até Sacavém com as inclinações mais convenientes*».

*

Tomás Rumball insistiu, com novas razões, na estação próxima dos Anjos, e dadas estas dúvidas, foi mandado ouvir o engenheiro Whitte, para se pronunciar também sobre o local a escolher.

Este, no seu relatório de 25 de Janeiro de 1853, corroborou o parecer de Rumball, acrescentando que o Cais dos Soldados mostrava ainda o inconveniente de ser acanhado para um desenvolvimento futuro, como tudo levava a crer que tivesse, e que melhor seria seguir a segunda hipótese, mas mais meia milha para além dos Anjos, já próximo de Arroios, por ser este terreno o de melhor configuração, «*onde um vasto espaço se nos oferece, e as inclinações se tornam mais favoráveis, sendo o movimento de terras desnecessário*».

A ser regeitado este projecto, dizia:—devia então adoptar-se o local de Xabregas, preferível ao da Fundição.

*

De novo, o Conselho de Obras Públicas, pelo officio de 23 de Fevereiro seguinte, reafirmou o voto emitido, alegando ainda, aliás como já o fizera, ser este o traçado mais económico, de acordo com o ponto de vista de DU PRÉ.

O governo, desprezando melhor critério, achou-se justificado com razões de economia e secundou este erro quando aprovou, pela Portaria de 2 de Fevereiro de 1853, a continuação do traçado entre Sacavém e Santana, nem esperando pela decisão do Conselho, que só veio a ser dado no dia 23.

*

É de notar o propósito com que desde então se abandonou a margem do Tejo junto à cidade, consentindo-lhe toda a espécie de construções que inutilizaram a ideia de tornar Lisboa uma das mais belas cidades da Europa, se tivesse sido possível construir uma avenida marginal desde Xabregas a Algés, como convinha à capital dum país de navegadores. Construíram a cidade para o interior, numa fuga precipitada como se o rio os afligisse.

bibRIA

Embora a Companhia Peninsular insistisse com razões judiciosas, em defesa do seu projecto, de nada lhe valeram os seus esforços nem o bom critério. Para que não restassem dúvidas, a Direcção Geral das Obras Públicas officiou em 8 de Março, que as obras tinham de ser iniciadas a partir do Cais dos Soldados.

Mas a Companhia Peninsular não se deu por vencida e instou, então, apontando sempre os inúmeros inconvenientes do Cais dos Soldados, pela construção da estação principal no Cais das Carvoarias, dada a recusa formal de a construir no local apropriado.

Destá vez logrou convencer o Conselho de Obras Públicas, que em reunião de 28 de Abril aprovou o traçado entre os extintos conventos dos Grilos e dos Loios (onde teve lugar a' cerimonia da inauguração) mas ficando para novos estudos a parte entre o Cais das Carvoarias e o convento dos Grilos.

Esta resolução foi comunicada à Companhia Peninsular no dia immediato, pedindo-se neste officio a elaboração do respectivo projecto.

Entregue este com um relatório justificativo de Rumball, foi aprovado pelo officio de 5 de Julho seguinte.

*

No ano immediato, a Portaria de 27 de Abril de 1854 approvou o projecto das estações entre Lisboa e Santarém, embora o da estação desta cidade só fosse aprovado em definitivo pela Portaria de 10 de Fevereiro de 1855, mas só no ano seguinte voltou de novo à discussão o ponto de partida da linha do Leste, e o Parlamento approvou, pela Carta de Lei de 16 de Julho de 1855, que fosse remetida novamente para o Cais dos Soldados, devendo o acréscimo de despesa provocado por esta alteração ser pago pelo crédito que o Governo tinha sobre a Companhia Peninsular.

Volvidos anos, o futuro confirmou que os engenheiros Rumball e Whitte estavam na razão, muito ao contrário do que diziam os técnicos portugueses.

Os trabalhos da construção iniciaram-se em 28 de Abril de 1853 e oficialmente em 7 de Maio deste ano, revestindo-se da maior solenidade, com a assistência da família reinante e elemento official, como é praxe em obras desta grandeza.

A construção foi autorizada pela carta de lei de 16 de Junho de 1853 e em 18 de Agosto do mesmo ano, depois de longas negociações, outra carta de lei, approvou e converteu em lei o contrato de 10 de Agosto de 1852 com a Companhia Peninsular.

TRESPASSE DA COMPANHIA PENINSULAR

Em 17 de Setembro do mesmo ano (1853) foi a Companhia Peninsular dos Caminhos de Ferro de Portugal (trespasada, com título, direitos e obrigações, a um grupo do qual continuou a fazer parte Hardy Hislop, sempre firme nos seus propósitos, como bom inglês; os estatutos da Companhia tinham sido aprovados pelo Decreto de 10 de Maio daquele ano, sendo o regulamento aprovado pelo Decreto de 9 de Setembro de 1854.

O GOVERNO ASSUME A DIRECÇÃO DAS OBRAS

Os trabalhos da construção da linha decorriam com uma lentidão sonolenta, attribuindo-se as culpas umas vezes à má habilitação do pessoal, e outras à falta de materiais. Eram estes os motivos alegados pelos empreiteiros, até que em 8 de Setembro de 1855 resolveram suspender os trabalhos com o falso fundamento de falta de pagamentos.

*

O Governo viu-se forçado a intervir para impor autoridade, e pela Portaria de 6 de Setembro seguinte tomou a direcção das obras. Os empreiteiros Shaw & Warings, tinham sido impostos à Companhia Peninsular pelos accionistas ingleses, com a obrigação de terem a preferênciã na construção da linha de Santarém à fronteira.

Além desta especial posição, tinham ainda um terço das acções, sendo os dois terços restantes divididos em partes iguais pela Companhia Peninsular e pelo Estado Português.

Dada esta situação de serem simultaneamente empreiteiros e patrões, eles fizeram o que entenderam, com grande prejuízo para a Companhia, para o Estado e para o público.

A construção ressentiu-se pela má qualidade dos materiais e pela má execução, mas o director-geral da Companhia, a quem cabia a devida fiscalização, fechava os olhos ou concordava, pois era um individuo imposto pelos empreiteiros.

O contrato era interpretado como lhes convinha e isso permitiu-lhes pedir adeantamentos sobre os trabalhos, que depois se recusavam a pagar, sob variadíssimos pretextos. As exigências aumentavam e o abuso chegou a tomar foros de extorsão.

OS EMPREITEIROS DEIXAM OS TRABALHOS POR CONTRATO COM O GOVERNO

O Governo, inexperiente nestes negócios, via-se em embaraços para encontrar a forma de remediar ou evitar tal escândalo, e como melhor solução, sem dúvida a preferível, firmou com os empreiteiros um contrato em Londres, em 15 de Dezembro de 1855, pelo qual adquiriu as acções que estes possuíam, pelo preço do desembolso efectuado, e fez ainda a aquisição de todo o material já colocado e por colocar. Por este contrato ficaram cancelados todos os contratos que se prendessem com a construção e consequentes compromissos.

Foi talvez caro o preço, mas o governo tinha a justificada ambição de construir a linha, não hesitou para tornar o campo livre.

Depois de assinado o contrato surgiu um sócio empreiteiro a impugnar-lhe a validade por faltar nele a sua assinatura e a exigir por isso uma indemnização de alguns milhares de libras. O governo, para evitar delongas em tribunais, julgou de bom acerto entabular negociações, e pagou por três mil libras a assinatura do reclamante.

CONTRATO COM O «CRÉDIT MOBILIER»

O Governo contratou então em 24 de Dezembro de 1855 o estudo das linhas férreas do Leste e do Norte com uma empresa francesa, o *Crédit Mobilier*, composta de ingleses e franceses, dos quais, os últimos eram administradores de linhas férreas francesas e concessionários da linha espanhola de Valladolid a Burgos.

Estes contratos com os empreiteiros e o *Crédit Mobilier* eram provisórios, e o governo, pela pasta da Fazenda, em 28 de Fevereiro de 1856, submeteu-os juntamente com outras propostas à sanção parlamentar.

A Câmara dos deputados aprovou os contratos, mas a dos Pares do reino fez-lhes largas oposições, principalmente no que se referia aos empreiteiros, exigindo um inquérito rigoroso para que esta câmara ficasse devidamente ilucidada.

QUEDA DO GOVERNO DE SALDANHA EM 1856.
FIM DA «REGENERAÇÃO»

Embora a comissão incumbida do inquérito tivesse reconhecido que o governo procedera sempre correcta e legalmente, isso não impedira que os contratos e as propostas fossem rejeitados, obrigando o governo a pedir a sua demissão no dia 7 de Junho de 1856. Tendo sido nomeado novo ministério presidido pelo marquês de Loulé, com ministros históricos, tinha findado a *Regeneração*.

O contrato com o *Crédit Mobilier* ficou sem efeito, mas quanto ao caso especial dos empreiteiros, foi o governo autorizado pela Carta de Lei de 4 de Junho de 1857, no artigo 3.º, a liquidar todas as contas.

AÇÃO DO ENGENHEIRO WATIER

O *Crédit Mobilier*, embora nada chegasse a fazer em virtude da rescisão forçada pela recusa da Câmara dos Pares, chegou ainda a indicar nos fins do ano de 1855 o engenheiro francês Watier para estudar a construção dos caminhos de ferro portugueses, tendo este feito a sua apresentação em 25 de Janeiro de 1856.

Pouco tempo depois Watier era incumbido, pela Portaria de 7 de Fevereiro do mesmo ano, da direcção dos trabalhos da construção, a fim de que a secção entre Lisboa e o Carregado fosse quanto antes aberta à circulação pública.

Este engenheiro, no relatório que apresentou sobre os estudos feitos, diz que a sua missão deveu-se a: «no mês de Dezembro de 1855, o governo de Portugal, tendo em vista

fazer concessão dos caminhos de ferro a uma empresa, decidiu que se fizessem estudos sérios a fim de fixar as ideias sobre a escolha das directrizes, e sobre a cifra das despesas relativas a estes grandes trabalhos».

Mais adiante, continuou Watier: «Devo fazer menção *muito* explícita de uma circunstância que se apresentou e que me facilitou singularmente o trabalho. Quero falar dos estudos que tinham sido feitos sobre o terreno pelos senhores engenheiros portugueses. Estes estudos se achavam dirigidos precisamente sobre as linhas que eu tinha adoptado definitivamente. Eles não compreendiam toda a extensão destas linhas; contudo pouparam-me um trabalho importante:

Referia-se Watier aos engenheiros portugueses Sousa Brândão e Nunes de Figueiredo.

LINHA DO CARREGADO A ELVAS

Já nesta altura tinha sido apresentado por Rumball o projecto de construção da via férrea até Elvas, saindo esta via férrea sobre uma ponte, em frente ao Carregado, em direcção a Estremoz, Vila Viçosa e Elvas, através do Vale do Sorraia, largamente defendida no seu relatório de Agosto de 1855; e uma outra por Santarém, Abrantes e Portalegre, cujo estudo mais detalhado foi feito pelo engenheiro Nunes de Aguiar, mas o qual Rumball não aconselhava.

DIRECTRIZES PARA A LINHA DO LESTE

O relatório de Watier é um documento muito extenso e não julgamos de maior interesse a sua reprodução, pois basta que dele se tire a conclusão que nos elucide quanto às directrizes desta linha.

Além do projecto Rumball, era opinião dominante em certos meios que a ligação internacional devia ser feita pelo Sul, a partir do Barreiro, até Badajoz; enquanto outros se inclinavam para que ela partisse de Lisboa. A estas juntava-se ainda a *opinião militar* e destas divergências resultava uma indecisão que Watier não podia vencer.

Sobre o assunto dizia este engenheiro:

«As diversas directrizes que se podem assinalar a este último caminho são numerosas, tem havida nisto muita preocupação em Portugal há alguns anos: pessoas inteligentes as têm apreciado e comparado com um verdadeiro conhecimento de causa. Contudo, achei a opinião dos homens esclarecidos ainda bastante indecisa a respeito da escolha definitiva.

Assegura-se que interesses, quer individuais quer municipi-

pais, escondidos, como se costuma dizer, debaixo da aparência do bem geral, contribuem para esta indecisão em certa escala. Devo todavia fazer esta justiça que nunca senti pessoalmente a influência de alguns destes interesses individuais, que são algumas vezes tão poderosos».

Nas conclusões tiradas sobre os estudos feitos no terreno, Watier indica quatro directrizes para o caminho de ferro do Leste.

A primeira, pelo Barreiro, Vendas Novas, Évora e Badajoz, com dois ramais, um para Setúbal e outro para Beja (aliás já prevista na construção da linha do Sul e Sueste), mas cara e difícil de construir em certos pontos.

A segunda, pelo Carregado, Estremoz e Elvas (já estudada por Rumball).

A terceira, por Santarém, Aviz, Estremoz e Elvas.

Finalmente, a última, por Santarém, Abrantes, Crato, Portalegre, Arronches, e Campo Maior.

(Sensivelmente igual ao projecto de Joaquim Nunes de Aguiar).

Esta directriz, dizia, era preferível por ser mais económica que as anteriores e ainda por dela sair a *linha do Norte* no sítio da Atalaia, como também por se prestar à construção de um ramal para Cáceres.

PROLONGAMENTO DO CAMINHO DE FERRO PARA O NORTE SEGUNDO WATIER

Quanto ao prolongamento da linha no sentido do norte (cujo projecto já havia sido estudado por Sousa Brandão no percurso entre Gaia e Coimbra), foram os estudos feitos por Watier e pelo seu ajudante Bouzá.

Sousa Brandão propunha que o caminho de ferro do Norte passasse pela cidade de Aveiro e seu porto: Watier propôs agora levar a linha de Santarém por Tomar a Coimbra e Ovar, e terminá-la na margem esquerda do Douro. Deste modo, Aveiro não ficava integrado na linha do Norte em virtude de esta passar agora (por motivos económicos e técnicos) por Fermentelos, e ficar, portanto, muito afastada do Litoral.

O projecto de Watier foi aprovado, mas sofreu mais tarde importantes alterações, vindo a final o caminho de ferro a passar por Aveiro, conforme exigia José Estêvão com muita razão.

Quanto à ligação da linha com a cidade do Porto, dizia Watier no seu relatório:

«Vê sérias dificuldades na construção e julga mesmo ser difícil optando para que a linha termine na margem esquerda, em Vila Nova de Gaia.»

FIM DAS ACTIVIDADES DA COMPANHIA PENINSULAR
NO CAMINHO DE FERRO DO LESTE

A Companhia Peninsular tinha ficado a braços com dificuldades financeiras, e fez sentir ao governo que não podia comprometer-se a findar os trabalhos no prazo previsto, se não lhe fosse prestado um auxílio. O Governo, no desejo de a auxiliar e de ver aberta, pelo menos, a primeira parte da linha, prometeu, pela Portaria de 30 de Junho de 1856, fazer-lhe um adiantamento.

Efectivamente o Parlamento veio a permitir o cumprimento da promessa, e pela Carta de Lei de 13 de Agosto seguinte, foi o Governo autorizado a adiantar 459 contos sobre a hipoteca de 5104 acções que estavam ainda por passar.

Esta lei prorrogou também o prazo da conclusão dos trabalhos.

*

Desta vez os trabalhos não voltaram a ser interrompidos, e quando o primeiro troço estava quase concluído, o rei D. Pedro V resolveu ir visitar as obras, para o que se organizou um comboio especial em 24 de Agosto de 1856.

O passeio devia efectuar-se até ao Carregado mas, por motivos de ordem técnica, o comboio não passou de Alverca.

INAUGURAÇÃO OFICIAL DO TROÇO
LISBOA-CARREGADO

A inauguração oficial do percurso Lisboa-Carregado, teve lugar em 28 de Outubro de 1856, dia para todos festivo e de grande acontecimento nacional.

Assistiu a família real e muitas e importantes personalidades.

Vencera-se ao fim de três anos a campanha derrotista, cada vez mais acentuada, e atingira-se a primeira etapa no caminho do progresso e da civilização.

O dia da abertura oficial tinha sido fixado pela Portaria de 24 de Outubro de 1856, que estabelecia também o dia 29 para o começo do funcionamento regular da exploração.

O programa da inauguração oficial foi aprovado pela Portaria de 23 do mesmo mês.

*

Como já dissemos, não primaram pela rapidez os trabalhos do primeiro troço, mas tudo indicava que o seu prosseguimento

seria ainda mais lento. Foi pelo menos, esta a conclusão a que chegou a fiscalização do Governo, na vistoria que efectuou no mês de Março de 1857.

O caminho de ferro até Santarém devia ficar concluído em Setembro deste ano, conforme a prorrogação pedida pela Companhia Peninsular, mas dentro deste prazo nem mesmo o segundo troço estaria talvez concluído, devido ao atrazo em que tudo se encontrava com muitas obras por iniciar como ainda pela falta de materiais de construção e reduzido número de locomotivas para remoção de terras dos desaterros feitos e por fazer.

DISSOLUÇÃO DA COMPANHIA PENINSULAR

A Companhia Peninsular tinha feito substituir os empreiteiros ingleses com os quais tinha contratado a continuação dos trabalhos, causa principal dos factos constatados, mas foi de pouca duração esta providência.

O Governo resolveu então procurar quem fosse mais competente e melhores garantias de êxito oferecesse e para isso propôs à Companhia Peninsular a sua dissolução em troca de certas condições que esta aceitou, ao passo que negociava entregar a concessão ao engenheiro inglês MORTON PETTO, pessoa que parecia estar nas condições desejadas.

*

Esta transacção foi levada ao Parlamento, na proposta de Lei de 14 de Abril de 1857; que pedia também a aprovação do contrato provisório com o novo concessionário, firmado em 6 do mesmo mês de Abril.

Efectivamente a Carta de Lei de 4 de Junho seguinte autorizou o Governo a contratar a conclusão do caminho de ferro de Lisboa a Santarém e o seu prolongamento até à cidade do Porto, e a rescindir para isso o contrato de 18 de Agosto de 1853, com indemnização da Companhia Peninsular.

INTERVENÇÃO DO ENGENHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO NOS TRABALHOS

MORTON PETTO NOVO CONCESSIONARIO

A dita rescisão foi decretada em 9 de Julho de 1857, e no mesmo dia, por outro decreto, foi nomeado administrador-geral interino da construção o engenheiro JOÃO CRISÓSTOMO DE ABREU E SOUSA, cujo nome ficou vincado na história dos cami-

nhos de ferro portugueses, e entregou a Morton Petto a conclusão da linha Lisboa a Santarém, e a construção da *linha do Norte*.

O contrato definitivo foi celebrado em 28 de Agosto de 1857 e aprovado e ratificado por Decreto de 29 do mesmo mês.

Pouco antes era posta a concurso, em Espanha, pelo Decreto de 22 de Julho, a construção da linha férrea de Madrid a Badajoz.

MORTON PETTO CONSTRUTOR

Morton Petto passava por ser um construtor de considerado mérito pelos seus trabalhos em montagens idênticas, tanto na Europa como na América, e o governo, pelo crédito merecido, fez-lhe a adjudicação sem a formalidade do concurso, pois esta não produzia resultados apreciáveis e era urgente dar aos trabalhos o impulso devido.

Além destas razões, Morton Petto propunha-se construir a *via dupla* até o norte, tornando mais valiosa esta via de comunicação, e organizar uma empresa com pessoas acreditadas, tanto na indústria como na banca, motivos estes que também pesaram na resolução do Governo.

Dentro do pouco feito e do muito que havia por fazer, receberam as obras novos incrementos e em 30 de Julho de 1857, por Portaria, foi autorizada a abertura do troço entre o Carregado e Virtudes, a partir de 1 de Agosto.

No ano imediato (1858) novos troços foram inaugurados, sendo o primeiro em 1 de Maio, entre Virtudes e a ponte de Santana, autorizado pela Portaria de 29 de Abril; e o segundo, entre a Ponte de Santana e a ponte de Asseca, autorizado pela Portaria de 29 de Junho.

Tinham-se assim construído desde Julho de 1857 a Junho de 1858, sob a direcção de João Crisóstomo, trinta e dois quilómetros de via, além da via dupla, com cerca de doze quilómetros, entre Lisboa e Sacavém, no sítio da Massaroca.

Para tornar mais acessível o embarque em Lisboa, mandou este engenheiro estabelecer carreiras de vapores entré Santa Apolónia e Lisboa, mas o serviço de exploração estava em parte restrito aos passageiros e o seu resultado não era animador.

*

JOÃO CRISÓSTOMO levou o Governo a autorizar a redução das tarifas tanto para passageiros como para mercadorias,

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

inaugurando este novo serviço em 1 de Novembro, por ocasião da abertura da linha à exploração das mercadorias até Ponte da Asseca, conforme foi autorizado pela Portaria de 27 de Outubro.

Todo o percurso desde Lisboa à Ponte de Asseca foi realmente difícil, pois havia por aquela época, entre Lisboa e Virtudes, 41 pontes de reduzido tamanho, 2 pequenos túneis e 184 aquedutos e canos; e entre Virtudes e Asseca, 32 aquedutos e 4 pontes.

Todas estas construções vieram a ser quase totalmente suprimidas com as modificações que lhe foram introduzidas no decorrer do tempo. Começaram então a aparecer os resultados dos maus trabalhos dos empreiteiros Shaw & Warings.

O pessoal, sob a direcção de João Crisóstomo, foi incansável para remediar os erros e as faltas. Recomposta a linha, voltaram-se as atenções para a continuação das obras em direcção a Santarém.

RESCISÃO DO CONTRATO COM MORTON PETTO

MORTON PETTO que se encontrava em Londres em 1858, não conseguiu organizar, dentro do prazo estabelecido, a companhia ou empresa prometida, e o Governo, apesar de todas as razões alegadas, em favor daquele construtor, rescindiu-lhe o contrato pelo Decreto de 6 de Junho de 1859.

NOVO CONCESSIONÁRIO — D. JOSÉ SALAMANCA

O Governo iniciou depois negociações com o empreiteiro espanhol D. JOSÉ SALAMANCA que se propôs construir as linhas do Leste e do Norte, e em 30 de Julho de 1859 o Governo firmou com ele um contrato provisório para a construção e exploração destas linhas, decretando-se no mesmo dia a abertura do concurso público válido por 40 dias, nas condições estabelecidas no mesmo contrato.

Decorrido este prazo e como nenhum outro concorrente se apresentasse no acto da licitação, procedeu-se à assinatura do termo de adjudicação em 12 de Setembro de 1859, e no dia 14 celebrou-se o respectivo contrato.

A COMPANHIA REAL DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES

D. José Salamanca imediatamente iniciou a organização de uma companhia cujos estatutos, reduzidos a escritura

pública em 15 de Dezembro de 1859, foram aprovados pelo Decreto de 22 do mesmo mês e ano.

O contrato e a directriz acabaram por ser aprovados com pequenas modificações, pela carta de lei de 5 de Maio de 1860, data em que se iniciou a concessão por 99 anos cujo prazo terminaria em 5 de Maio de 1959.

Neste contrato de 5 de Maio de 1860 se estabelece que a largura da via seja de 1^m,67 em substituição da usada em Portugal até então de 1^m,44, para a ligar com as linhas espanholas que tinham de bitola 1^m,67.

*

Em 20 de Junho de 1860 foi decretada a constituição legal da *Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses*, que veio a ser mais tarde a maior empresa ferroviária da Península. A sua duração estava fixada pelo tempo da concessão, mas este prazo foi depois alterado nos novos estatutos, e na última reforma, aprovada pelo Decreto n.º 20 692 de 31 de Dezembro de 1931, ficou estabelecido que durará pelo tempo das concessões que lhe foram ou vierem a ser feitas.

OS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA REAL

O mesmo Decreto de 20 de Junho de 1860 aprovou a nomeação dos primeiros 17 administradores da Companhia Real, dos quais três eram portugueses, oito espanhóis, quatro franceses, e dois ingleses.

Em 5 de Setembro seguinte foi aprovada pela Assembleia a entrada de outro administrador espanhol; na Assembleia de 1861 outro da mesma naturalidade; e na de 1864, um outro, português.

CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS

Depois de removidas as dificuldades que os trabalhos anteriores apresentaram e tomadas as providências necessárias para a montagem da linha férrea em via larga, entrou-se francamente na construção, tanto da linha de Leste como da linha do Norte.

A linha do Leste chegou à fronteira espanhola no dia 15 de Setembro de 1863, onde se ligou com a linha espanhola vinda de Madrid para Badajoz.

LINHA DO NORTE

SUA CONSTRUÇÃO DECRETADA
EM 30 DE AGOSTO DE 1852
(ENTRONCAMENTO A CIDADE DO PORTO)

Após o contrato de 10 de Agosto de 1852 para a construção do caminho de ferro do Leste, decretou o Governo, em 30 do mesmo mês, a construção da Linha do Norte, e nomeou pela Portaria de 9 de Novembro seguinte uma comissão para proceder aos respectivos estudos, que foram feitos pelo engenheiro Francisco Maria de Sousa Brandão.

Neste mesmo dia o governo publicou também as «Instruções» para o serviço dessa comissão no estudo da directriz do caminho de ferro do Norte, entre as quais constavam o local da partida «num ponto para cá da foz do rio Zézere, passagem da linha por Coimbra, Aveiro e proximidades das terras mais importantes e o *terminus* na cidade do Porto.

O artigo 3.º do Decreto de 30 de Agosto de 1852 dizia: «O Governo poderá conceder a uma Companhia a feitura e exploração de toda a linha férrea do Norte, se assim lhe parecer mais útil. Nesse caso entrará o Estado com o número de acções correspondentes as que realizar pela conversão do Fundo Especial de Amortização, ordenada por decreto da data de hoje, e as acções pertencentes ao Estado, nesta hipótese, serão depositadas no *Banco de Portugal*, como penhor das obrigações do Tesouro, ainda em virtude do referido decreto».

Dizia o artigo 1.º deste decreto que: «As propriedades nacionais, foros, rendas, pensões e títulos da dívida fundada, que constituíam a dotação do Fundo Especial de Amortização bem como as inscrições que se forem resgatando pela sucção das notas de Banco de Lisboa, ficam pertencendo ao Estado».

*

O efeito que esta determinação causou no *Banco de Lisboa* (hoje de Portugal), e nos seus delegados junto da Comissão de gerência do Fundo Especial de Amortização, criado, salvo o erro, ao redor de 1850, foi de catástrofe iminente.

A Assembleia Geral, convocada extraordinariamente, depois de viva discussão nomeou uma comissão composta da *Mesa* da Assembleia e de representantes da Direcção e accionistas, para redigirem uma representação à rainha D. Maria II, na qual fosse solicitada a régia intervenção para evitar as graves e sérias repercussões que este decreto trazia à vida do Banco e interesses dos accionistas.

A representação, que ocupa umas sete colunas do *Diário do Governo*, foi publicada no n.º 229 de 28 de Setembro de 1852,

juntamente com a Portaria de 27 do mesmo mês, que a indefere.

Os decretos que determinavam a construção dos caminhos de ferro do Leste e do Norte levantaram uma grande oposição a estas duas vias férreas, mencionando-se os inconvenientes e os prejuízos que à economia nacional traziam estas vias, especialmente o caminho de ferro que do Porto vinha entroncar na linha férrea de Lisboa à fronteira de Espanha.

Os ataques não conseguiram impedir que a operação financeira se efectuasse, mas atiraram com o projecto da construção da linha do Norte por alguns anos para as chamadas «intervenções governativas».

*

No ano imediato, 1853, em virtude do contrato de 11 de Maio para a construção da *linha do Leste*, foi o governo autorizado no artigo 1.º da Lei de 17 de Agosto, a «aplicar ao pagamento das prestações correspondentes às acções com que subscreve para a primeira secção do caminho de ferro de Lisboa à fronteira de Espanha, as somas provenientes dos rendimentos que, pelo Decreto de 30 de Agosto de 1852, foram destinadas à construção do caminho de ferro do Norte».

Ficava assim devidamente arrumado o projecto de ligação ferroviária de Lisboa com a cidade do Porto.

Neste ano ainda, na Lei de 18 de Agosto de 1853, que aprova o contrato de 11 de Maio, volta de novo a falar-se na linha do Norte, para determinar que o contrato para a sua construção ficava dependente da aprovação do corpo legislativo.

Não mais se voltou a falar nesta linha férrea, preocupados como todos andavam com a primeira secção da linha do Leste, a não ser a hipótese prevista, nas *condições* da Lei de 18 de Agosto de 1853, de seguir aquela direcção, se o resultado das negociações entre os governos português e espanhol, para ligar na fronteira a linha do Leste, não fossem coroadas de bom êxito.

*
* *

Não estando a Companhia Peninsular em condições de prosseguir os trabalhos depois da inauguração do troço Lisboa-Carregado (28-10-1856), foi, como já dissemos, rescindido o contrato pela Lei de 4 de Junho de 1857, tendo-se feito anteriormente o contrato provisório de 8 de Abril, com MORTON PETTO, também autorizado por aquela lei, para fazer a construção das linhas do Norte e Leste.

O Decreto de 9 de Julho seguinte rescindiu o contrato

com a Companhia Peninsular, e a 8 de Agosto procedeu-se à assinatura do contrato definitivo com MORTON PETTO, aprovado depois pelo Decreto de 29 do mesmo mês.

As obras, quanto à linha do Norte, não chegaram a ser iniciadas, dadas as dificuldades já referidas na linha do Leste, e o governo, depois de várias prorrogações de prazo pedidas pelo construtor, MORTON PETTO, acabou por rescindir o contrato com ele pelo Decreto de 6 de Junho de 1859.

NOVO EMPREITEIRO: D. JOSÉ SALAMANCA
E A COMPANHIA REAL

Celebrou-se então um contrato provisório com o engenheiro espanhol e empreiteiro D. JOSÉ SALAMANCA, em 30 de Julho de 1859, e as linhas do Norte e Leste são postas a concurso por decreto do mesmo dia.

*

Os sucessos que se relacionam com a adjudicação e contrato definitivo, já os expusemos na parte respeitante à linha do Leste.

Lembramos que então foi fundada e organizada a *Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses*.

As concessões feitas a esta empresa para a construção e exploração das duas referidas linhas foram, entre outras, as seguintes:

Exploração por 99 anos, a contar da aprovação do contrato pelas Cortes, cujo prazo terminaria em 5 de Maio de 1959; subsídio de 4500 libras por quilómetro em referência ao caminho de ferro do Norte; isenção de qualquer contribuição predial ou municipal, nos primeiros vinte anos depois do começo das obras, excepto trânsito; isenção de direitos alfandegários para todos os materiais e utensílios, máquinas, combustível, e mais objectos necessários à construção; concessão dos terrenos do Estado que fossem ocupados pelas linhas férreas, e as madeiras que os mesmos contenham; a faculdade de construir todos os ramais que possam alimentar a circulação das linhas concedidas pelo contrato, precedendo o respectivo contrato com o Governo, e sem que este pela construção lhe pague subsídio algum ou lhe garanta qualquer subsídio (art. 33.º); a garantia de não ser feita nenhuma concessão de linha paralela às do Leste e Norte, até 40 quilómetros destas; finalmente, «nenhuma contribuição especial será lançada sobre a linha férrea durante a concessão».

Foi isto que se ofereceu e foi isto que se garantiu por um contrato, mas tempo depois, a Lei de 1872 aboliu os privilé-

gios sobre isenções de impostos, e daí para cá os caminhos de ferro têm pago variadíssimos impostos sobre as receitas do tráfego.

MODIFICAÇÕES NO PROJECTO WATIER

Ao contratar-se a construção da linha do Norte aprovou-se conjuntamente o projecto do engenheiro *Watier*, sem que se tivesse avaliado primeiramente o valor das suas possibilidades pelo que se tornou agora necessário fazer-lhe alterações.

Desde o ponto de partida no lugar da *Ponte de Pedra* ⁽¹⁾ do concelho de Torres Novas, estabelecido no n.º 2 do artigo 1.º do contrato de 5 de Maio de 1863 — hoje *Entroncamento*, cuja ligação com a linha do Leste foi aprovada pelo Parecer de 29 de Dezembro de 1860, até Pombal, a modificação do projecto de *Watier* foi profunda.

Correspondia este trajecto às 1.ª e 2.ª secções, passando a linha por Tomar. A directriz foi alterada, sendo desviada desta cidade em cerca de duas léguas para o ocidente.

Os projectos foram apresentados, respectivamente, em 29 de Setembro e 6 de Novembro de 1860, mas a portaria que os aprovou em 29 de Dezembro seguinte, impôs condições sobre os declives e inclinações da linha, que obrigaram a novos projectos.

O empreiteiro SALAMANCA procurou defender o trabalho apresentado, mas o Governo não se mostrou compassivo, não fazendo sentir ao empreiteiro o apoio com que este contava.

*
* *
*

As influências dos administradores portugueses desenvolvidas a pedido de SALAMANCA pouco resultaram, e em 6 de Maio de 1861, teve que ser entregue o novo projecto da 1.ª secção, entre Ponte da Pedra (*Entroncamento*) e Caxarias, e o da 2.ª secção, entre Caxarias e Pombal, em 15 de Abril.

O estudo destes projectos foi demorado e só obtiveram aprovação pela Portaria de 8 de Julho que anulou, da Portaria de 29 de Dezembro de 1860, a parte substituída por aqueles projectos. Contudo, para ser aceite o desvio da linha, teve o empreiteiro de se comprometer a construir uma estrada

⁽¹⁾ O lugar da Ponte da Pedra era deserto antes da *Construção do Caminho de ferro e da estação*.

entre a linha férrea e a cidade de Tomar, cuja promessa foi aceite na Portaria de 8 de Julho.

O estudo desta estrada foi feito por engenheiros das Obras Públicas e o projecto foi entregue à Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, mas a construção ia sendo adiada sob vários pretextos, até que o Governo, pela Portaria de 16 de Dezembro de 1863, intimou a construção, sob pena de ser feita pelo Governo e a importância gasta deduzida da subvenção que a Companhia tinha a receber.

Entretanto construiu-se a linha férrea, cuja disciplina era cortada várias vezes, por incidentes entre o pessoal, alguns dos quais sangrentos, com perdas de vidas.

TÚNEIS

Pela primeira vez em Portugal se abriam túneis, um na 1.^a secção, o de Chão de Maçãs, e outro na 2.^a secção, o de Albergaria, qualquer deles com mais de 600 metros de comprimento. Não havia entre os operários portugueses gente habilitada para este trabalho, e por isso o empreiteiro contratou pessoal italiano e espanhol, já adestrado nesta espécie de construções.

Nem pela camaradagem nem pelo convívio houve possibilidade de estabelecer entre eles uma política de concórdia, nem mesmo um pacto de não agressão, e as rixas eram constantes, as mais das vezes com o argumento da navalha.

Os ditos túneis foram construídos separadamente da construção das linhas, e só depois se verificou o erro cometido, quando do assentamento, principalmente o de Albergaria, que já não permitia alterar o traçado numa melhor directriz, embora actualmente já tenha sido levada a efeito a construção da 2.^a via.

*

* *

A 3.^a secção, Pombal a Coimbra, também teve a introdução de algumas variantes, procurando-se terreno mais firme que o escolhido por Watier, e para aproximar a linha de Alfarelos, encurtando a distância que havia entre a linha do Norte e o porto da Figueira da Foz. Era já o receio de que este porto viria substituir mais tarde o porto de Lisboa e o projectado porto de Leixões; para a Figueira da Foz se deviam dirigir os produtos do centro do país.

Foi também este receio que levou a construir-se o ramal de Alfarelos, depois de construída a linha da Beira Alta, mas até agora o fundamento não correspondeu aos resultados da prática.

*
* *
*

O projecto das modificações da 3.^a secção de 17 de Abril foi aprovado por Portaria de 8 de Julho de 1861, que aprovou também a primeira parte da 4.^a secção, incluindo a estação em Coimbra, cujo projecto era de 12 de Outubro de 1860.

A 2.^a parte da 4.^a secção, projectada em 3 de Dezembro de 1860, desde Coimbra à Granja, foi aprovada primeiramente pela Portaria de 31 de Janeiro de 1861.

*
* *
*

A 4.^a secção sofreu importantes alterações que desfiguraram por completo o projecto primitivo. A linha férrea foi aproximada de Mogofores, inclinando-se depois sobre Aveiro, pois Watier fazia passar a linha por Fermentelos e Frossos, aproximando-a de Águeda e Albergaria-a-Velha.

A Portaria de 31 de Janeiro de 1861 que aprovou aquele traçado, com passagem por Aveiro, também incluía a aprovação dos primeiros cinco quilómetros da 5.^a secção, do projecto de 3 de Dezembro do ano anterior.

Sobre as dúvidas estabelecidas naquela Portaria à colocação da estação de Coimbra, ponderou a *Companhia Real* a conveniência de que fossem adoptadas as que tinham proposto, entre os quilómetros 8 e 13 da 1.^a parte da secção, e das desvantagens da colocação da estação no local junto à ponte das *Águas da Maia*.

O Governo, pela Portaria de 7 de Setembro de 1861, aprovou a declividade, mas não concordou com a deslocação da estação para outro local.

A segunda parte da 4.^a secção, projectada em 3 de Dezembro de 1860, também teve algumas alterações, aprovadas pela Portaria de 28 de Janeiro de 1862.

*
* *
*

Quanto à 5.^a secção, foi aproveitado o projecto de Sousa Brandão, e as dúvidas suscitadas ou alterações propostas andaram à volta de considerações técnicas.

O primeiro projecto de 14 de Junho de 1860 foi aprovado pela Portaria de 8 de Agosto seguinte, entre os quilómetros 5 e 30.

Até ao quilómetro 5 foi a aprovação incluída na Portaria de 31 de Janeiro de 1861, que aprovou a 2.^a parte da 4.^a secção como já dissemos.

Entre o quilómetro 30 e o quilómetro 50,100 cujo primeiro projecto era de 9 de Novembro de 1860, apresentou a *Companhia Real* algumas modificações, em 29 de Julho de 1861, que foram aprovadas pela Portaria de 7 de Setembro do mesmo ano, quando aprovou também as alterações da 1.^a parte da 4.^a secção.

Esta Portaria mandou modificar a parte restante da 5.^a secção, entre os quilómetros 54,100 (Gaia) e 57,920 (Porto), de forma que a parte sobre o Douro, como o plano em que devia ser assente a estação do Porto, fossem alteados 12^m,50 acima da linha marcada no perfil longitudinal, a que se referia o caderno apresentado em 27 de Novembro de 1860.

Este caderno não incluía o projecto da ponte sobre o rio Douro. A parte final a que se refere a citada Portaria, foi aprovada pela Portaria de 6 de Março de 1862, que estabelece a inclinação da linha dentro e fora da serra do Pilar.

Este túnel que chegou a ser construído com 420 metros, foi depois abandonado e substituído por um outro na mesma serra, mas de menor extensão. Deixemos, porém, o prolongamento da linha até ao Porto, pois muito há a dizer sobre ele, e continuemos o trajecto Entroncamento-Vila Nova de Gaia.

*

As obras de assentamento da via fizeram-se ao mesmo tempo que as da linha do Leste, com o mesmo desejo de lhes pôr termo antes dos cinco anos estabelecidos pelo contrato da construção, entre a *Companhia Real* e o empreiteiro Salamanca para que este pudesse ainda aproveitar alguma coisa com a exploração.

O primeiro troço construído foi entre Gaia e Estarreja, autorizado a abrir à circulação pública pela Portaria de 19 de Novembro de 1862, mas só levada a efeito em 8 de Junho de 1863, depois de aprovado o horário pela Portaria de 27 de Maio anterior.

O segundo e terceiro troços, entre Estarreja e Coimbra (por Aveiro) e Taveiro, foram autorizados a abrir pela Portaria de 24 de Fevereiro de 1864, mas só levada a efeito em 10 de Abril de 1864, depois de aprovados os horários pela Portaria de 31 de Março.

O quarto troço, entre Entroncamento e Soure, foi auto-

rizado a abrir pela Portaria de 10 de Maio de 1866. A exploração iniciou-se em 22 do mesmo mês, depois de aprovados os horários pela Portaria de 17 do mês anterior.

O último troço, entre Taveiro e Soure, foi autorizado a abrir pela Portaria de 7 de Junho de 1864, iniciando-se em 7 de Julho seguinte.

A partir desta data ficou definitivamente ligada a capital do país com Vila Nova de Gaia, a dois passos da cidade do Porto, construindo-se todo este trajecto em cerca de três anos, depois de uma longa espera de dez.

*

Foi a 7 de Julho daquele ano de 1864, que se inauguraram os comboios de longo curso, cujo horário foi aprovado pela Portaria de 1 do mesmo mês.

Partiam de Lisboa dois comboios para Gaia, n.^{os} 2 e 6, respectivamente às 9 horas e 15 minutos e 3 horas e 45 minutos da madrugada; e de Gaia saíam outros dois comboios, n.^{os} 3 e 5, respectivamente às 5 horas e 17 horas e 40 minutos.

Os comboios n.^{os} 1 e 4 eram entre Santarém e Lisboa, partindo daquela cidade às 7 horas e 30 minutos e o de Lisboa às 16 horas e 20 minutos.

Os comboios n.^{os} 5 e 6 eram também correios e só tinham 1.^a e 2.^a classes.

Os percursos eram feitos, nos comboios mistos, em 14 horas, e nos correios em 10 horas e 30 minutos e 9 horas e 15 minutos, entre Lisboa e Gaia e vice-versa.

*

Para a linha do Leste só havia dois comboios os n.^{os} 2 bis e 6 bis de Lisboa para Badajoz; e 3 bis e 5 bis de Badajoz para Lisboa. Os primeiros saíam às 9 horas e 15 minutos e 20 horas e 45 minutos; e os segundos às 6 horas e 30 minutos e 18 horas e 35 minutos. Os percursos faziam-se em qualquer dos sentidos aproximadamente em 12 horas e 9 horas e meia.

(*Continua*)

AMILCAR DE BARROS QUEIROZ

DAS CONFRARIAS NO CONCELHO DA FEIRA

(SÉCULOS XVII A XX)

As confrarias, associações religiosas de fiéis aprovadas pela autoridade eclesiástica, parece já existirem na Igreja no século IX. Destinavam-se à prática de actos de piedade ou caridade e tinham por sede uma igreja ou capela. A sua fundação constituía um acto de jurisdição episcopal inteiramente reservado ao bispo, e já em 1234, no concílio de Arles, se proibiam as que carecessem da sua aprovação.

Nas últimas Constituições do Bispado do Porto de 1687, recomendava-se aos párocos que instituíssem nas suas freguesias a confraria do Santíssimo, desde que houvesse o Senhor Sacramento no sacrário, «não estando só por viático» e também, se possível, as do Nome de Deus, Nossa Senhora e Almas do Purgatório (1).

Para a fundação duma confraria era preciso ter estatutos aprovados pelo Provisor da Diocese, livro de inscrição dos confrades e de receita e despesa.

Nos estatutos declarar-se-ia o dia da festa e o orago da confraria, a forma da eleição dos oficiais, as atribuições de cada um e as obrigações de carácter espiritual da dita confraria.

Defendendo o poder episcopal, Clemente VIII, em 16 de Dezembro de 1604, proibiu, na sequência do dito concílio de Arles, a erecção das confrarias sem licença do bispo; porém, cedo o Estado começou a exigir que também gozassem de personalidade civil, pelo que careciam da sua aprovação.

Os Visitadores, representantes do bispo na visita canónica às freguesias, procuraram fazer cumprir as Constituições da Diocese, expurgando abusos, tomando as contas e aprovando-as.

(1) «Constituições Synodales do Bispado do Porto», Real Colégio da Companhia de Jesus, Coimbra, 1735, livro 4, tit. 13, const. I, pág. 483.

Também a autoridade civil, quando procedia à correição, se sentia na obrigação de tomar as contas, insensibilizada perante as penas canónicas. Exemplificarei com a confraria do Santíssimo Sacramento de Esmoriz (2). Já tendo sido tomadas as contas na Vila da Feira pela autoridade civil, agora foram-no pelo bispo D. João de Sousa, na visitação de 1686 a esta freguesia, quando diz que «as achamos boas, e por tais as aprovamos, e mandamos a todas as justiças ecclesiásticas e seculares mais lhe não tomem as ditas contas visto lhas termos tomadas» (3). Anos depois, em 16 de Junho de 1689, o Dr. Gaspar Harnao Pacheco aprovou as que então lhe diziam respeito: «e mando com penna de excomunhão *ipso facto incorrenda* (sic) a todas as justiças assim ecclesiasticas como seculares mais lhas não tome visto eu lhas haver tomado em acto de vizitação» (4), porém em Outubro de 1690 o Dr. João Barreiros de Carvalho, em correição na vila da Feira, aprovou-as «thé o anno de 1689» (5). A mesma pena de excomunhão cominou o visitador João de Almeida Ribeiro, em 1692; não obstante, o Dr. Manuel Homem Freire, em correição, tomou-as «thé o anno de 1692» (6).

No século XIX, confundiu-se mais ainda a competência do civil e do religioso, chamando o Estado a si a aprovação dos estatutos e das contas e a expurgação dos abusos, enquanto a Igreja silenciou completamente. Assim, por exemplo, no tocante à confraria de Nossa Senhora da Penha de França, de Esmoriz, o Conselho do Distrito de Aveiro, pelo seu acórdão n.º 186 de 8 de Junho de 1861, ordena «que nunca mais se aproveem nas contas desta Confraria despesas de música, fogo, tambores, rozários, andores, arcos e semelhantes, pois serão regeitados em definitiva aprovação [...] sendo somente abonáveis as despesas de uma missa a cantochão pelo número de clérigos strictamente necessários com sermão e cera para o dia das festas [...]» (7), porém a despesa da música aparece aprovada em 1865/66 e bem assim nos anos seguintes (8).

Quanto à confraria do Rosário, também de Esmoriz, a festa

(2) No decorrer deste trabalho, aludir-se-á algumas vezes ao Arquivo Paroquial de Esmoriz, um dos mais ricos em documentação, na região, que pertenceu ao concelho da Feira até 1879.

(3) Arq. Paroq. de Esmoriz — «N.º 2 — Contas da Confraria do Santíssimo Sacramento da freguezia d'Esmoriz, que principiou em 27 de Maio de 1683», fls. 14.

(4) Idem, fls. 24 v.

(5) Idem, fls. 30 v.

(6) Idem fls. 37 e 38 v.

(7) Arq. Paroq. de Esmoriz — «Livro de contas da Penha», fls. 23 v. e segs.

(8) Idem, fls. 39 s 44 v.

de posse da nova mesa, embora de costume imemorial, no dizer do abade Manuel José Alves Rodrigues da Cruz, passou a não ser aprovada pela autoridade civil, por não constar dos estatutos⁽⁹⁾.

Neste clima de asfixia cesaropapista não admira que o Governo Civil de Aveiro tenha em 5 de Março de 1879 dissolvido a Mesa da irmandade do Santíssimo da mesma freguesia, de que era juiz o respectivo abade, Roberto Gonçalves de Sá, e nomeado uma Comissão Administrativa, substituída, por sua vez, seis meses depois, por nova Comissão⁽¹⁰⁾.

Quanto à aprovação das contas, as do Santíssimo Sacramento de Esmoriz, de 1834, foram tomadas em 1836 pelo Administrador da Feira, as de 1835 a 1841, simplesmente pelo Regedor de Esmoriz, e as de 1847 e 48 pelo Governo Civil em 1849, a partir de cuja data não aparecem quaisquer outras aprovações até 1858, final deste livro⁽¹¹⁾.

Com o advento da República, transformaram-se em associações mais assistenciais que religiosas, reduzindo a autoridade civil os encargos pios, constantes dos estatutos, quando muito bem entendia. Se já em 1866 um décimo (às vezes, mais) da receita era consumido pela assistência pública, agora, após a publicação das «Instruções sobre orçamentos de Irmandades, Confrarias, Misericórdias e outros estabelecimentos de assistência e beneficência» de 14 de Abril de 1915 ordenava a Comissão Executiva da Junta Central de Aveiro que, excedendo a receita do orçamento 50\$00, devia incluir-se na despesa 1\$00 para os hospitais de alienados, além de que, em qualquer orçamento devia inscrever-se 10\$00 sobre a receita para a luta anti-tuberculosa e outro tanto para a assistência pública. Anos após, verificamos que estas «Instruções» são executadas com vidro de aumento.

Conclusão: tendo nascido as confrarias à sombra da Igreja, o Estado, como força concorrente, procurou suplantá-la, o que se verificou na aprovação dos estatutos e das contas pelo seu delegado, inclusive pelo regedor, e na redução dos encargos, mormente dos delegados pios, no que houve não poucos atropelos.

Talvez não sejam desprovidas de interesse as notas que se vão seguir, uma vez que na região estudada não faltam

(9) A. P. Esm. — «Registo da receita e despesa da Irmandade de N. Senhora do Rozário d'Esmoriz», fls. 12.

(10) A. P. E. — «Livro de actas das sessões da meza da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Esmoriz de 1866 a 1880», fls. 38 v e 44 v.

(11) A. P. E. — «N.º 1 — Livro de contas, e das eleições da Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia d'Esmoriz que teve principio do anno de 1673», fls. 52, 54 a 64 e 84.

DAS CONFRARIAS NO CONCELHO DA FEIRA

arquivos paroquiais sem quaisquer motivos históricos dos séculos passados.

Como o Administrador do concelho tinha, há pouco mais de cem anos, o encargo de receber as contas das confrarias e de as enviar ao Governo Civil com as suas anotações, para tanto havia necessidade de conhecer pelos estatutos as suas obrigações. Ora a documentação utilizada neste trabalho, constante da correspondência do Administrador com Aveiro mostra o *statu quo* das confrarias do concelho, no princípio da segunda metade do século XIX, relativamente à existência de estatutos. Nada nos diz das que não chegaram até essa época histórica, como também ignora, como é evidente, as que surgiram depois ⁽¹²⁾.

Eis as 29 freguesias que então pertenciam à Feira e as suas confrarias:

Anta: a de Santa Luzia tem estatutos feitos em 28/2/1725; os das Almas foram aprovados pelo Ordinário em 1759.

Argoncilhe: a irmandade das Almas tem Bula Pontifícia de 19/9/1789; a de Santo António tem estatutos feitos em 1834 e a de Santa Isabel tem-nos aprovados pelo Governo em 15/X/1858.

Canedo: a das Almas tem estatutos com aprovação do Provisor em 21/9/1729; a de N. Senhora do Rosário e a do Santíssimo pelo mesmo aprovados, respectivamente em 27 e 29/9/1729; a de N. Senhora da Boa Morte, aprovados pelo Governo em 20/XI/1745.

Duas Igrejas: S. Silvestre tem estatutos, feitos em 1752, e aprovados pelo Provedor da Comarca de Aveiro.

Escapães: sem estatutos a confraria do Santíssimo.

Esmoriz: a do Santíssimo tem-nos aprovados em 10 de Fevereiro de 1644, com adicionamento do Provisor do bispado em 16/3/1846; a de N. Senhora de Penha de França — aprovados em 12/XI/1684; a de N. Senhora do Rosário — aprovados em 4/X/1677; a das Almas — aprovados em 3/4/1735.

Espargo: as confrarias do Santíssimo e de N. Senhora do Rosário não tinham estatutos.

Gião: a do Santíssimo — aprovados pelo Vigário Geral em 1/2/1735.

⁽¹²⁾ Arq. da Câmara Municip. da Vila da Feira — «Copiador de informações particulares». Os ofícios do Administrador vão de Janeiro de 1861 a 23 de Setembro de 1865.

- Lamas*: sem estatutos as do Santíssimo e da Senhora do Rosário.
- Lever*: as do Santíssimo e da Senhora do Rosário, sem estatutos.
- Lobão*: a de S. Sebastião tinha estatutos aprovados pelo Provisor em 12/3/1782. As do Santíssimo, Senhora do Rosário e S. Tiago, sem estatutos.
- Lourosa*: a do Santíssimo — estatutos aprovados pelo Provisor em 29/3/1718; as da Senhora do Rosário, S. Tiago e S. Lourenço, sem estatutos.
- Maceda*: sem estatutos as do Santíssimo e Senhora do Rosário.
- Milheirós de Poiares*: a da Senhora do Carmo — erecta por Bula Pontificia e com estatutos aprovados pelo Provisor em 4/9/1755; a irmandade de S. Sebastião — estatutos aprovados pelo Provisor em 2/2/1840.
- Moselos*: a do Santíssimo e a das Almas — estatutos aprovados pelo Provisor, respectivamente em 6/8/1709 e 30/4/1785; a irmandade de Santa Luzia — estatutos aprovados pelo Provedor da Comarca em 10/6/1823. A confraria da cera — sem estatutos.
- Mosteirô*: as de Santo André e de S. Sebastião — estatutos aprovados pelo Ordinário em 27/9/1694, e a do Santíssimo aprovados pelo Vigário Geral em 19/9/1726.
- Paços de Brandão*: as do Santíssimo e de S. Gonçalo — sem estatutos.
- Paramos*: a da Senhora da Purificação — estatutos aprovados pelo Provisor e Vigário Geral em 10/9/1684; a da Senhora da Guia e a de S. Caetano — aprovados pelo Provisor em 23/10/1696; a do Santíssimo — aprovados pelo Provisor em 23/5/1860.
- Pigeiros*: a de S. Sebastião — aprovados pelo Nuncio Apostólico em 1782. As do Santíssimo e de S. Braz — sem estatutos.
- Romariz*: a das Almas e a da Senhora do Rosário — estatutos aprovados pelo Provisor, respectivamente em 15/9/1746 e 20/5/1748.
- Sanfins*: a do Santíssimo — estatutos feitos em 7 de Abril e pelo Provisor aprovados em 5/8/1736.
- S. João de Ver*: não tinham estatutos as da Senhora das Candeias, Senhora do Rosário, S. Bento, S. Sebastião e S. Braz.
- S. Jorge*: a do Santíssimo — estatutos aprovados pelo Ordinário em 2/4/1729.
- Silvalde*: a da Senhora do Rosário — feitos em 24 de Junho e aprovados em 25/8/1772 pelo Provisor e Vigário Geral; a do Santíssimo — feitos em 6 de Junho e pelo

DAS CONFRARIAS NO CONCELHO DA FEIRA

- mesmo aprovados em 17/9/1790; a das Almas — feitos em 26/4/1786 e pelo mesmo aprovados em 23/9/1790. Não tinham estatutos as do Senhor dos Passos, Senhora da Boa Nova, S. Tiago, Santo António, S. Sebastião e Santa Ana.
- Souto*: a do Santíssimo — aprovados em 20/7/1676; a da Senhora do Rosário — feitos em 19/12/1676; a da Senhora da Conceição — aprovados em 30/7/1677; a de S. Sebastião e S. Miguel — aprovados em 19/9/1677; a da Senhora da Guia — aprovados em 25/9/1677 pelo Provisor, como aliás as mais da paróquia.
- Travanca*: a do Santíssimo — aprovados pelo Provisor e Vigário Geral, em 7/1/1727.
- Vale*: a do Santíssimo — estatutos aprovados pelo Provedor da Comarca em 18/9/1773.
- Vila da Feira*: a do Santíssimo Nome de Jesus feitos os estatutos em 6 de Junho e aprovados em 11/10/1727; a irmandade da Santa Casa da Misericórdia — feitos em 14 de Fevereiro e aprovados por provisão régia em 29/5/1813. Sem estatutos, a da Senhora do Rosário.
- Vila Maior*: a do Santíssimo — feitos em 12 de Junho e aprovados pelo Ordinário em 12/9/1696. As do Divino Espírito Santo, Santíssimo Nome de Jesus, Senhora da Conceição, Santo António e S. Mamede, sem estatutos.

Nestas 29 freguesias sobreditas encontramos um total de 37 confrarias sem estatutos e, apenas, Escapães, Espargo, S. João de Ver, Lamas, Lever, Maceda e Paços de Brandão sem nenhuma confraria aprovada.

Verificamos que à data do Sínodo Diocesano de 1687, Esmoriz, Paramos e Souto eram as únicas que tinham confrarias devidamente legalizadas canonicamente e, por outro lado, poucas foram as erectas até ao final do século XVII: apenas as de Santo André e S. Sebastião, de Mosteirô, em 1694, a de S. Caetano, de Paramos, e a do Santíssimo, de Vila Maior, em 1696.

Reportando-se a correspondência do Administrador da Feira para o Governo Civil de Aveiro, de 19 de Janeiro de 1861 a 1865, achamos nela 14 confrarias, relativas ao século XVII, 28 ao século XVIII e somente 7 ao século XIX, com estatutos aprovados. Em regra, a aprovação foi feita pela autoridade religiosa — apenas cinco foram-no pela civil⁽¹³⁾.

Moselos é a única que nos fala na existência da *confraria*

(13) Ibid.

da *cera*, aliás sem estatutos, assim dita por ter de dar *cera* para os funerais dos irmãos falecidos. Procuremos identificá-la. Folheando o livro das *Visitações de Esmoriz*, vemos que *juís da cera*, *juís da igreja* ou *juís da cruz* são o mesmo cargo, atribuído ao juiz da confraria do subsino⁽¹⁴⁾. Portanto a confraria da *cera* ou subsino eram sinónimos. O mesmo devia suceder em Moselos.

Restam-nos do Subsino de Esmoriz dois livros de contas, pelos quais entrevemos seus costumes. Cada cabeceira pagava por ano um tostão para a confraria e esta, além do mais, comprometia-se a dar a *cera* para o funeral do irmão, a acompanhá-lo, sob a cruz alçada (*sub signum*), levada pelo seu juiz, na companhia dos irmãos, até à sepultura, cuja abertura ou «covagem» se tinha de pagar. Os mortos iam a sepultar numa *tumba* ou *leito dos defuntos*, pertença da confraria. Folheando as suas contas de 1777, encontramos na receita o rendimento dos *tostões*, covagens, *cera* queimada (pingos de *cera*) e *consoda* do rendeiro da freguesia; na despesa, o *aniversário da freguesia* ou Ofício de defuntos pelos irmãos falecidos, *cera*, *consertos* no corpo da igreja e despesa com os *eleitos* (talvez a posse da nova Mesa).

O subsino era governado por um juiz, um procurador e um *escrivão*, escolhidos a votos pelos irmãos. Assim se procedia em Esmoriz, que não noutras regiões da Diocese do Porto⁽¹⁵⁾.

A confraria do subsino terminou em 1838, passando as suas atribuições para a Junta da Paróquia⁽¹⁶⁾. Era esta, agora, que nomeava o juiz e o procurador da igreja.

(14) Na *visitação* de 1684, alude-se ao *juís da cera*; na de 1689, o *visitador* recebeu *queixas* de que o «*juís e procurador da igreja*», quando acabavam o seu ano, entregavam a quem queriam «*a cruz e a cera*»; na de 1697, recebeu o *visitador* a *queixa* de que «os *freguezes* não satisfazião ao *juís da igreja* e *eleitos* com a obrigação costumada de dar cada hum hum *tostão* para os *gastos da igreja, e cera* [...]». Em 1750, mandava o *visitador* ao *juís da cruz* *chumbar e segurar* o *cepo* das *condenações*. Na *visita* de 1715, aludia-se à *cruz* *paroquial*, ao *juís da igreja* e ao *subsino*. Ordenava, então, o Cón. Dr. Dinis da Silva de Faria: «vi que a *manga da cruz* de festa estava muy *desbaratada* e *incapaz* e como no livro do *sucino* *achey depózzito* de vinte e *sette mil reis* mando ao *juís da igreja* *fassa huma manga* nova de *damasco branco* com seus *sebastes vermelhos*, *franjas* e *borlas* de *retrós fino*, o que estará *feito* para *véspora de Natal* [...]». Arq. P. Esm — Livros de *Visitação*.

(15) P.e Agostinho de Azevedo, *A Terra da Maia* (Subsídios para a sua monografia), vol. I, Imprensa Moderna, Porto, 1939, pág. 60.

(16) Na *Maia* «*havia em todas as freguesias a Confraria do Subsino* ou *Leigal*, composta de *juiz*, dois *mordomos*, quatro *homens do Acordo*, um *escrivão* e um *depositário*, *eleitos pelo povo* a votos *juntos da pedra da audiência*, devendo *comparecer todos os irmãos*, sob multa de 50 *reis* para a *cera da Confraria*» *Ibid.*

DAS CONFRARIAS NO CONCELHO DA FEIRA

Pretendendo que as coisas dos leigos fossem por eles administradas, legislou-se nas últimas Constituições Sinodais de 1687 que devia ser eleito um juiz ou procurador, na véspera ou dia de S. João Baptista, conforme o costume. Explicitando suas obrigações: «e ao tal Juiz ou Procurador da Igreja pertence a guarda dos ornamentos, e móveis da fábrica do corpo da Igreja, que forem de obrigação dos fregueses; cobrar as condennações, e multas, que os Párochos fizerem, applicadas pera a ditta fábrica; as esmolas das covagens; dar a execução, e comprimento às obras, e cousas mandadas pelos Visitadores, pertencentes aos fregueses, requerer, que pera isso se fação fintas, sendo necessárias, e cobrálas, e fazer tudo o mais, que segundo o uso, e costume do Bispado pertence a seu officio. E terá livro de receitas, e despesa, em que carregue tudo»⁽¹⁷⁾. São estas as atribuições do Subsino.

Esta confraria da cera de Moselos devia ter estatutos, como as demais. Por não os conhecer nem quaisquer outros, vão aqui em apêndice os de Lagares (Penafiel), a título de curiosidade. Neles se diz não serem já os primeiros que nesta freguesia vigoraram. Vão como o seu escrivão de poucas letras os escreveu⁽¹⁸⁾ e bem podiam intitular-se estatutos da confraria da cera.

bibRIA
P.º AIRES DE AMORIM

⁽¹⁷⁾ «Constit. Synodales do Bispado do Porto», ed. cit., livro III, tít. IX, const. II, págs. 331-332.

⁽¹⁸⁾ Aqui se deixam breves notas sobre a transcrição:

a) Separam-se palavras que no texto estão unidas (*deseu-de seu*) e unem-se outras que nele estão separadas (*mor domo-mordomo*).

b) Não se transcrevem as maiúsculas mediais (*aCordado-acordado*), porém o S é desdobrado, quando está entre vogais (*peSoa-pessoa*), *prezenSa-prezensa*). Quanto ao r duplicado, raro aparece; ordinariamente é empregado o r simples, mesmo quando tem valor forte (*aratel-arrátel*); inicial ou medial, o R maiúsculo é transcrito minúsculo, quando não tem razão de ser (*Rotas, ouveRam-rotas, ouveram*).

c) Usam-se as maiúsculas, apenas no início dos períodos, no nome da divindade, topónimos e nomes próprios.

d) O i/j e o v/u tomam os valores actuais, simplificando-se o texto (*jgreia-igreja; ouue-ouve*).

e) Desdobraram-se as abreviaturas e faz-se a pontuação e acentuação necessárias.

f) Os aditamentos que não pertençam ao texto vão entre []; a reconstituição do texto entre <>.

g) Respeita-se a ortografia do escrivão e em nota vai uma que outra transcrição em linguagem actual, quando necessário à clareza do texto.

h) Acentuam-se as palavras para melhor leitura. Faz-se a pontuação quanto ao essencial.

*
* *

Apêndice

ESTATUTOS DA CONFRARIA
DO SUBSINO DE LAGARES (PENAFIEL) — 1738

A CONFRARIA DELIBERA REFORMAR OS ESTATUTOS

«Aos binte e dois dias do mês de junho do ano do nascimento de nosso Senhor Jazu Cristo de mil e setessentos e trinta e oito anos, em perzensa do reverendo reitor e maior parte dos freigezes desta fregezia de Sam Martinho de Lagares, ce ajuntaram os emleitos e fizeram meza com os estatutos da confraria do Sossino, pera detreminarem algumas dúvidas que emtre algumas couzas avia, e pelo acharem os ditos estatutos em algumas partes incapazes de ce poderem ler e outras folhas rotas pela muita velhice e antegidade dos ditos estatutos, ouveram por vem que ce tresladace o que ce pudece ler e que ce lhe metece de novamente o que necessário fossem (*sic*) em porveito da confraria, e assim o acordarem (*sic*) e o ouberam por acordado em meza e o ouveram por bem os emleitos e juís e procurador no fim destes estatutos assinados, e mandaro fazer est<e> termo por mim, Manoel Pereira, escrivam desta confraria, e eu o fis, em o mesmo dia e ora ed (*sic*) supra. Manoel Pereira.

1.º Cap. [*Dos sufrágios anuais e da eleição dos novos oficiais*]

Primeiramente, em binte e sinco dias do mês de janeiro, em dia da Coversassam⁽¹⁹⁾ de Sam Paulo, nam sendo dia festivo, ce fará hun officio com dés padres, com a esmola de sento e simcoenta reis a cada padre e ao reverendo padre que cantar a missa ce lhe dará sento e setenta reis e de oferta meio testam; e em este tal dia se fará emleissam de novos ofeciais pera servirem aquele perzen<te> ano, pera o que seram obrigados todos os comfrades em o tal dia do officio assestir, pera se <fa>zer a emleissam e acestir na... na porsissam dos defuntos, em que se emlegerà a mais votos da maior parte da fregezia, em prezensa do reverendo reitor, ou quem suas vezes fizer, e emleitos e escrivam e procurador e juís que de prezente servirem. Averá na dita confraria catro emleitos, dois em baixo e dois em sima⁽²⁰⁾, que seram pessoas emtendidas pera

⁽¹⁹⁾ Conversão.⁽²⁰⁾ Divide-se a freguesia em duas partes: a de cima (lugares de Ordins e Ribas) e a de baixo (os restantes lugares).

DAS CONFRARIAS NO CONCELHO DA FEIRA

que possam detreminar entre si algumas dúvidas que pelo descrusso ⁽²¹⁾ do ano podem susseder; averá hum procurador na dita freguezia e hum juís, o quoa se emlegerà adonde o ouver mais capás e averá escrivam nesta comfraria.

2.º Cap. [Do juiz, eleitos, sufrágios e anuais]

O juís será obrigado a mandar arecadar os anais pelos seus mordomos, quada hum na parte que lhe tocar, pera pagamento das obras da igreja e gastos que fizer, do que fará seu rol, pera no dia de contas os emleitos lhe levarem a conta sim mais; o juís mandará fazer hum offissio com dés padres pelos irmãs que naquele ano falecerem, em satisfassam das orassõis às vezes mal rezadas ou esquessidas que quada hum hera obrigado a rezar e neste ce uzará com os reverendos padres e o reverendo reitor como no outro do dia da comfraria, dia de Sam Paulo.

O juís e emleitos nam mandaram quebrar ⁽²²⁾ os anais, menos de trinta reis por cavessa de cada comfrade, que se emtende, os cazados a sessenta reis e os mieiros e cabaneiros a trinta reis, e dahi pera sima poderam botar o que lhe pareser, pera as obras da igreja ou o que necessário for pera porveito da comfraria.

3.º Cap. [Do procurador]

O procurador terá cuidado do que for nessessário na igreja, como hé tanger o sino à missa, às possissõis dos defuntos, barer a igreja, ter cuidado de abrir as portas do adro pera as possissõis e fichá-las, ágoa benta na pia e caldeira, dando-lhe o juís o cântero do dinheiro pera ele, digo, o juís o cântero ou dinheiro pera o comperar e pera tudo o mais que o procurador gastar com as obras da igreja.

4.º Cap. [Dos confrades]

Todos os comfrades, marido e mulher, onde ⁽²³⁾ estar perzentes ao officio e missas e responsos que ham-de fazer pela igreja e adro, no dia da comfraria, e cada hum será obrigado a rezar hum Padre-Nosso pelas almas que cada comfrade hé obrigado, e comessaram pelos defuntos daquele ano; e pera isto apenará ⁽²⁴⁾ o juís hum homem irmam que os nomeie, que será obrigado a obedesser-lhe; e sendo algum irm<am>

⁽²¹⁾ Discurso ou decurso.

⁽²²⁾ Cobrar.

⁽²³⁾ Hão-de.

⁽²⁴⁾ Apenará ou notificará.

auzente, satisfará com esta obrigassam adonde se achar o tal dia, e quem isto não comperir ⁽²⁵⁾ pagará meio arate ⁽²⁶⁾ de cera pera a comfraria; mais rezaram dois Padre-Nos (*sic*) e duas Avé-Marias por hums antepassados por huna (*sic*) pessa que deixaro à comfraria.

5.º Cap. [*Da assistência aos confrades enfermos*]

O juís e mordomos, cada hum pela parte que lhe cabe, terá muito cuidado de saber se há algum irmam impermo que padessa nececidade, e primeiro que tudo lhe fará adeministrar os devinos sacarmentos e paressemdo necessário faram lembransa aos irmãos que o favoresso em sua enfermidade; e, sendo tam pobre que seja necessário acodri-lhe ⁽²⁷⁾ por conta da comfraria, o poderam fazer o juís e emleitos, como lhe parecer.

6.º Cap. [*Dos mordomos*]

Cada hum dos mordomos arrecadará na igreja, coando o juís lhe assinar, as esmolas pera sera e gastos da comfraria que lhe couber, emtregando ao juís com o rol dos que não pagaram, pera os executar com as penas adiante decalradas ⁽²⁸⁾.

7.º Cap. [*Do juíz e eleitos nas Visitações*]

O juís ordenará como se cumpra tudo o que for mandado por vezitassam e com os emleitos fará rol do que cabe a cada pessoa e o dará aos mordomos, pera que cada hun arrecade a parte que lhe couver. Todos os ofeciais e mais confrades obedderam ao juís em tudo o que lhe mandar pera bem da comfraria, comprindo cada hun as couzas que, por rezam de seu ofício, está obrigado.

8.º Cap. [*Dos ofeciais legitimamente impedidos*]

E sendo algum dos ofeciais desta comfraria legitimammete (*sic*) empedido coando suceder alguna (*sic*) obrigassam de seu ofício, o juís ou coalquer dos emleitos, sendo ele empedido, apenará hun dos ofeciais velhos que cervirá o tal cargo, emtanto que o empedimento durar, e assim tamto que for nomeado o juís o noteficará, ou coalquer dos mordomos, nam ce poderá escuzar de servir o dito cargo.

⁽²⁵⁾ Cumprir.

⁽²⁶⁾ Arrátel.

⁽²⁷⁾ Acudir-lhe.

⁽²⁸⁾ Declaradas.

DAS CONFRARIAS NO CONCELHO DA FEIRA

9.º Cap. [Do juiz e mordomos, quando falecer um irmão]

Coanto (*sic*) que falesser algum irmão, o juís hirá a sua caza com a cruz e mandará recado aos mordomos que lebem a sera e assinando-lhe a ora em que ce há-de dar a cepultura, pera cada hun dos mordomos pace o recado aos comfrades irmãos; e se lhe dará por conta da confraria, sendo cabeseira, três coartas de cera e sendo filho família (*sic*), se lhe dará coarta e meia; o juís ou mordomos empenaram⁽²⁹⁾ dois homens que estejam com o corpo do defunto e, sendo de noite, seram catro homêns, ist<o> emtende-ce, cada hun na sua parte e os empenados seram os vezinhos mais chegados.

10.º Cap. [Da sepultura dos estrangeiros e mendigos]

Sendo cazo que nesta fregezia morra alguma pessoa estrangeira ou pobre mindigante, que não haja quem lhe dê hun lamsol pelo amor de Deues⁽³⁰⁾, se lhe dará por conta da confraria e será como que fossem (*sic*) comfrade e ce lhe mandará dizer huna missa por conta da confraria e seram todos os comfrades obrigados acompanhá-lo emthé se dar a sepultura; e não abendo quem lhe aibra a cova pelo amor de Deues o juís empenará dois homêns que lha aibro pelo amor de Deus, e o que a isto faltar pagará meo arate de cera pera a confraria; e o juís dará o rol dos desobedintes (*sic*) ao reverendo párecho ou quem suas vezes fizer, pera ele os exxecutar no primeiro domingo ou dia santo.

11.º Cap. [Da condução do leito dos defuntos]

O mordomo da parte domde for o defunto empenará dois homêns que bam buscar o leito⁽³¹⁾ pera caza do defunto e, não o levando a tempo conveniente, seram comdenados como que o não levassem.

12.º Cap. [Da cera acesa perante o cadáver]

O juís dará dois sírios pera acompanhar o corpo do defunto athé à sepultura e ce assemderá a sera toda ao Beneditos⁽³²⁾ e mais ao levar à sepultura, e querendo tochas pera o officio, as pagaram mais das que fico decalradas. Coalquer comfrade que faltar ou não obedesser a coalquer das couzas sover-

⁽²⁹⁾ *Empenaram* ou notificarão.

⁽³⁰⁾ *Leia-se Deus.*

⁽³¹⁾ As igrejas tinham um leito dos defuntos ou esquife, para os conduzir à sepultura.

⁽³²⁾ O *Benedictus* era cantado, então, após a Elevação.

ditas que lhes (*sic*) está mandado nestes estatutos pagar, por cada vês, meio arate de sera.

13.º Cap. [*Da justificação dos irmãos faltosos*]

E, tendo cauza legítima, será obrigado a fazê-lo saver o juís, no primeiro domingo ou dia santo pr,digo, santo seginte, depois de fazer a dita falta, o quoaal emleito mais velho ou outro em sua auzênsia o ouvirá, e sendo escuza bastante, o poderá assolvê-lo ou moderar-lhe a pena, conforme a calidade de sua cauza, e o que assim nam fizer nam será mais ouvido que ainda que tivece legítimo empedimento.

14.º Cap. [*Do rol dos faltosos*]

Cada mordomo fará rol dos que fizeram falta, cada hum na parte que lhe cabe à porta do defunto, e dará o rol ao juís pera os comdenar ou assolvê-los tendo cauza, com pena de pagar o mordomo meio arátel de sera por cada vês que não sua obrigassam fazer aqui decalrada; e a pessoa que faltar, não tendo verdadeira escuza, pagará outro meio arátel de sera por cada vês que faltar e o reverendo párecho ou quem suas vezes fizer exzecutará as ditas comdenassóis pera a dita comfraria. O juís dará a cada hun dos mordomos o rol das comdenassóis, os quoaais seram obrigados a pedi-las athé o primeiro domingo ou dia santo seginte depois de lhe ser dado o rol e as arcadaram, dentro em quinze dias, que se comtaram, des o primeiro domingo ou dia santo que ce segui (*sic*), dipois de lhe ser dado o dito rol.

15.º Cap. [*Da cobrança das condenações*]

Os mordomos que não tiverem cobrado as comdenassóis de seu rol no tempo dos quinze dias que lhe assina o estatuto, passados eles, no primeiro domingo ou dia santo, daram o rol dos que nam pagaram ao reverendo párecho ou quem suas vezes fizer, requerendo-lhe que os abite⁽³⁾, como fará a todos os que lhes desobedesserem e nam quizerem comperir tudo o que nestes estatutos hé decalrado o e comtheúdo, e o mordomo que faltar em qualquer couza das soverditas pagará as comdenassóis de sua caza.

16.º Cap. [*Da eleição da nova mesa*]

Dipois da emleissam sam (*sic*) feita, aonde semper o reverendo párecho, ou quem suas vezes fizer, perzedirá, com a

(3) Evite.

DAS CONFRARIAS NO CONCELHO DA FEIRA

maior parte da fregezia e emleitos o juís e porcurador, o reverendo párecho, no primei (*sic*) domingo athé o segundo, dará o juramento aos novos emlegidos pera que bem fassam sua obrigassam. O juís e emleitos teram cuidado de pagar as possissõis que se puzerem por devossam e as missas e possissõis da Caresma e as mais que se fizerem, compondo-ce com o reverendo párecho, como lhes paresser.

17.º Cap. [*Dos enterros de crianças*]

E morendo alguma criansa, seram obrigados os do lugar adomde a criança falcer, a hir huma pessoa de quada caza, e onde ouver homem nam se asseitará mulher; e o juís será obrigado assestir com a crus e o mordomo da parte que suceder será obrigado a dar o recado; o não se asseitar mulhres (*sic*) hé por respeito, que às vezes não há quem pege no esquite; e faltando a esta obrigassam, o mordomo tomará conta e dará em rol os que faltarem; pera se lhe exxecutar a comdenassam soverdita.

18.º Cap. [*Da obrigação do juiz nos funerais*]

O juís será obrigado à porta do defunto a saver se estam todas as tochas das mais confrarias que estam obriga (*sic*) a trazer, como hé a confraria do Senhor, catro tochas, e a do Santo Nome dois, (*sic*) e faltando o mordomo que em hece (*sic*) ocaziam for obrigado a trazê-la, nam satisfazendo com sua obrigassam, será incorrido nas mesmas penas, digo, correrá nas mesmas penas en este estatuto decalradas.

19.º Cap. [*Da entrega dos bens da confraria à nova mesa*]

O juís velho com os mordomos em perzensa dos emleitos do seu ano e do reverendo párecho seram obrigados a dar conta com entrega aos ofeciais novos, demtro de quinze dias depois de serem emleitos, emtregando-lhe todas as pessas que lhe foram emtreges e as mais que de novo ce fizerem, dando conta dos remdimentos e despezas que ouve, emtregando o depózito que ouver por hum termo que fará o escrivam da confraria em hum livor ⁽³⁴⁾ que pera hisso averá o que se fará tudo com pena a cada hun de meio arâtel de sera cada vês, como fica dito.

20.º Cap. [*De novos acórdãos*]

Sucedemdo que, por rezam das mudansas do tempo ou por coalquer outra cauza justa, paressa bem ao juís e emleitos, ou

(34) Livro.

seja nessessário fazer algum acórdam de nobo pera bem e porveito da comfraria, querem que o tal acórdam se goarde como coalquer dos estatutos, sendo-lhe primeiro dado autoridade pelo senhor provizor, e assim poderam detreminar coalquer dúvida e fazer tudo o que lhe paresser em porveito da comfraria, sem mais a fregezia ser chamada.

21.º Cap. [*Dos que não queiram entrar para a comfraria*]

E sendo cazo que haja algum pessoa tam nigligemte que viva nesta fregesia e nam queira emterar⁽³⁵⁾ em esta comfraria do Sosino, nem por isso ficará izemta de pagar pera as obras da igreja e Cabido aquilo que lhe tocar, como aos mais freigezes, e a estes tais nigligemtes, sendo cazo que falessam sem serem confrades desta comfraria, não será o juís obrigado a hir com a Crus, nem menos dar-lhe sera alguma, nem menos os freigezes serem obrigados acompanhar as tais pessoas, e não querendo pagar pera as obras da igreja aquilo que orsado lhe for pelo juís e emleitos, o reverendo párecho, ou quem suas vezes fizer, o avitará dos ofíssios devinos emthé pagar.

22.º Cap. [*Dos confrades nos funerais*]

No tocante ao acompanhamento dos defuntos, serem obrigados todos os confrades sem excessam de pessoa alguma a hir huma pessoa de cada caza, e não se asseitará mulher aonde ouber home, por rezam de pegar no leite, e não asseitaram pessoa menos de catroze (*sic*) anos pera baixo, pena de meio ará-tel de sera pera a comfraria e assim a mesma pena a toda a pessoa que faltar à porta do defunto, nam tendo escuza bastante, como atr<ás> fica dito.

23.º Cap. [*Dos três mordomos da sera*]

Averá três mordomos da sera, hum em sima, outro em o destrito da parte de Lagares, outro em Quintandónega e Valverde, outro em as Devezas, Escariz e Castelo, os quoaís serem obedientes ao juís, obedecendo-lhe em seus mandados em porveito da comfraria e o que desobedesser pagará por cada vês meio ará-tel de sera pera a comfraria.

24.º Cap. [*Do enterro e sufrágios pelos estrangeiros e mendigos*]

A folhas três, se fás memsam que sendo cazo que nesta fregezia mora⁽³⁶⁾ alguma pessoa estrangeira ou algum

⁽³⁵⁾ Entrar.

⁽³⁶⁾ Morra.

pover⁽³⁷⁾ mindegante que nam haja quem lhe de um lamsol pelo amor de Deues, se lhe dará por conta da comfraria e será como que fossem (*sic*) comfrade e se lhe mandarà dizer huma missa por conta da comfraria e serem todos os comfrades obrigados acompanhá-lo emthé se dar a sepultura; e não avemdo quem lhe aibra a cova, o juís o mandarà sepultar pelo coveiro à custa da comfraria, o que se fará também com os povres irmãos que não tiverem couza alguma.

25.º Cap. [*Do funeral dos que não queiram ser do Subsino*]

A folhas seis, se fás memsam que haja alguma pessoa tam negligente que viva nesta fregezia não queira emterar nesta comfraria do Sossino, nem por isso ficará izemta de pagar pera as obras da igreja e Cavido aquilo que lhe tocar e repartido for pelos emleitos e juís como aos mais comfrades; e sendo cazo que estes tais negligentes moram sem serem comfrades ou sejam pessoas de Cominhã ou menores pagaram pagarà (*sic*) cada hum pelo sino e cova simco testõis pera a comfraria e abirsi-am⁽³⁸⁾ com o coveiro como lhe paresser e pagaram ao juís todos os gastos que com o emtero destes tais ce fizer.

26.º Cap. [*Da obrigação de pertencer à confraria*]

Seram todos os moradores desta fregezia a andar nesta, digo, seram todos os moradores desta fregezia obrigados a andar nesta comfraria, ou sejam cazados ou solteiros, exseto os filhos ou filhas que estiverem à obidiêmsia de seu pai ou mãi e debaixo do seu poder, que estes tais gozam o serem comfrades por seus pais; e vimdo alguma pessoa pera esta fregezia, nam emtrando pera esta comfraria por liver⁽³⁹⁾ bontade, será notificado pelo mordomo da sera da sua parte adomde susuder assestir as tais pessoas por mandado do juís, o que o mordomo compirrá⁽⁴⁰⁾ debaixo da mesma pena de pagar o meio arátel de sera pera a comfraria.

27.º Cap. [*Dos remissos em entrar para o Subsino*]

E, depois de notificada a pessoa, se dilatar alguns anos ou mezes, dará de emtrada o que os emleitos lhe (*sic*) paresser que hé justo, ou pagando todos os anuais atrazados que estiverem cahidos, sempre dando a emtrada; e emtrando por sua liver vontade, dará de emtrada dés reis por cada hum.

⁽³⁷⁾ Pobre.

⁽³⁸⁾ Haver-se-ão.

⁽³⁹⁾ Livre.

⁽⁴⁰⁾ Cumprirá.

28.º Cap. [Do rol dos faltosos aos funerais]

Nos acompanhamentos dos defuntos, o juís mandarà tomar conta pelos mordomos da sera à porta do defunto, o que eles logo faram e obedesseram ao juís; e nam obedessendo o juís o (*sic*) comdenará em meio arátel de sera por cada vês que desobedesser; e toda a pessoa que faltar sem ter escuza bastante, pagarà meio arátel de sera pera esta comfraria, e o juís darà o rol ao reverendo párecho, ou a quem suas vezes fizer, era os avitar emthé pagarem as ditas comdenassõis.

E por remate destes estatutos lhe foram lidos e publica-dos aos abaixo assinados e os acharam bomus⁽⁴¹⁾ e sertos e assim os quizeram e asseitaram na mesma forma que neles se contem; e por assim ser verdade, mandaro os emleitos e juís e porcurador tresladar os ditos estatutos com a maior parte dos freigezes abaixo assinados; eu os tresladei, a rogo dos emleitos e porcurador, Manoel Ferreira, escrivam desta comfraria, adonde perzente estava o juís abaixo assinado e comigo escrivam desta comfraria assinou. Eu, Manoel Ferreira.

O juís darà o rol das comdenassõis ao reverendo reitor pera as exxecutar, aquelas que júestas⁽⁴²⁾ forem, e não que-rendo pagar, os avitará dos officios devinos emthé pagarem.

Do juís Manoel + Vieira. Manoel Coelho enleito. Do emleito Manoel + de Souza. Do emleito + Damázio Coelho. Domingo de + Souza. Manoel Ferreira. Domingos Soares. De + Manoel de Souza. De Francisco + de Souza. Domingos de + Souza. Luís Pinto +. Do emleito + Manoel de Souza. Do procurador + Manoel António. De Francisco Rodri + ges. Manoel + Ferreira. António Gonsalves. Manoel + de Oliveira. André + de Souza. Juzé + Rodrigues. João + Nogueira. Ma-noel + de Souza. Bernar + do da Rocha. De António + Fran-cisco. Domingos Lopes. João + Vieira⁽⁴³⁾».

⁽⁴¹⁾ Bons.

⁽⁴²⁾ Justas.

⁽⁴³⁾ Arq. Paroq. de Lagares (Penafiel) — «Estatutos da Confraria do Subsino de Lagares».

CONSIDERAÇÕES SUSCITADAS POR DUAS CARTAS INÉDITAS DE MANUEL DE ARRIAGA

COM essa viceira inveterada que nos tenta à imagem global pelas generalizações do mais notório e frequente, que se contenta com os contornos lineares — talvez com similitudes, mas alheios ao pormenor de qualquer, leve ou fundo, significado identificador —, ao satisfazer-mo-nos, assim com as aparências de mais imediata e cómoda evidência, dispensando-nos de prospectar onde o traço periférico se não ajusta a alguma determinante marca nuclear de caracterização individualizadora, que afinal complete, e porventura altere e corrija o nosso juízo fácil e frágil, acabamos por tomar a parte pelo todo.

Com esse sentido, e esse fundamento parcelar se difundiu, sem a análise plurifacetada, e incorrecta pois, por deficiência desprezadora de elementos determinantes, um conceito de Homem Cristo, totalizador, monolítico e consequentemente incompleto e, logo, por isso, inexacto, de um ferino panfletário inclemente, embotado de simpatia humana, cego por gratuitas iras indomináveis, omnincidentes e omnincisivas.

Pelo gosto guloso, pela propensão sádica, pelo imperativo medular irrepriável de ferir indiscriminadamente em todo o círculo de que se tomasse como centro, com a pena acerada e inflexível, mergulhada em tinta corrosiva e tatuante, uma espécie de ferocidade se lhe sobreporia aos dotes de discernimento, aliás de peregrina lucidez, e de objectiva aferição de valias das faces expostas e dos reversos. Sem destrinça, pois, e sem escala.

Ora o retrato que traçamos do veementíssimo fundibulário de «O Povo de Aveiro», por esse apressado modo superficial peca por defeito, e, assim, por exactidão. É indiscutível que batia rijo e forte, até amolgar, não diremos, claro, os crâneos dos adversários ou os ossos que lhes estruturavam os costados

mas as reputações com fragilidades de intrínseca estruturação e com algum mal oculto ponto vulnerável.

Tinha, todavia, com a sua escala de valores — onde contavam muito mais, sem dúvida, do que os níveis de irradiação das reputações sem fundamento inviolável ou por mero lustro reiterada e artificialmente puxado, uma gama de motivos irrefragáveis de apreço, de qualificações com diversas quotas de julgamento, em múltiplos ensejos desapaixonado. De méritos e predicados morais e cívicos, que desejava sem desarmonia inter-negadora. E, paralelos a essa gama, sem nunca abdicar dos seus pendores dominantes para apreciar e criticar com libérrima e inalienável independência, usava de tons e formas diversas.

Ficou famosa aquela mestiçada classificação de homens públicos — dura, mas, digamos, eufemística — de «pulhas de bem» que encarapuçava em algumas das mais conceituadas figuras da Primeira República e dos tempos da propaganda denodada em que ela se forjou. Distinguia-os daqueles a quem applicava o apodo de «pulhas» sem condimento, «tout-court», ou algum sinónimo ou mesmo qualquer neologismo com vigor superlativo. E diferenciava-os não obstante o termo contudente — cujo efeito amortecia, aliás — não por o serem, mas por transigirem com os pulhas, pela brandura, por falta da inflexibilidade que ele adoptava e considerava sem alternativa no civismo de inconcussa integridade.

Não pulhas, afinal, mas com pulhas complacentes, ao invés do procedimento que ele intransigentemente usava, sempre decididamente disposto a condená-los e enfrentá-los, e, só, no meio da roda, a varrer a feira com o varapau ou a funda, em que era exímio — ou mesmo a abatê-los com o florete, em que também não era leigo. Pulhas de bem — juntando dois termos de difícil conúbio, mas com que criava uma designação definidora — pela sua benignidade para com aqueles que ele julgava pulhas imerecedores de indulgência, quanto mais de absolvição, já que os via a tripudiar sobre a Nação apaticamente indiferente ou, acaso, sobre os cofres públicos, que esbanjavam, mesmo sem ser em proveito próprio, já que tinham as fechaduras lassas e as chaves à mão dos audazes com mais vacilantes escrúpulos.

Sabe-se, contudo, de sobejo, como entre os vultos de destaque distinguiu no apreço de predicados, na simpatia, quiçá na estima, para não citar senão os de maior evidência, Latino Coelho, Manuel de Arriaga, António José de Almeida, Basílio Teles e Jacinto Nunes. Ou, na sua cidade natal, Mendes Leite ou Rocha e Cunha, Joaquim de Melo Freitas, Manuel de Melo, o Barão de Cadoro ou Francisco Manuel e Jorge Couceiro da Costa, e os companheiros da mocidade, das folganças ou das tramas políticas mais ou menos clandestinas.

Porque, esse planfletário acerbíssimo que lacerava as carnes e contendia o esqueleto dos antagonistas impiedosamente, quando a mostarda lhe chegava ao nariz, e disseminava germes de malquistações, afoitamente, por toda a rosa dos ventos, sem retraimentos convencionais, criava—como já noutros ensejos apontámos—amizades e dedicações fidelíssimas.

Bastaria, além da romagem dos que a Aveiro, como orago, mentor e inspirador incentivante atraia, dos que ao seu amplíssimo escritório-biblioteca, acolhedor e plácido afluíam ávidos do conversador de dotes excepcionais, de porte e maneiras esmeradas, afável e cortês, sincero até à crueza se lhe fosse necessário, mas cativante, bem humorado, inesgotável de verve e motivos de interlocução—encontrando, assim, a outra fase do jornalista veementemente áspero, bastaria, íamos a dizer, recordar a côrte de admiradores que o acompanhavam nos trajectos entre a estação de S. Bento e a Faculdade de Letras do Porto, nos dias em que ia professar as suas lições de catedrático de História. Algumas vezes, um desses acompanhantes, num ou noutro dos sentidos, foi mesmo o insulado, subtraído ao convívio, Basílio Teles.

E seria de recordar que, simultaneamente com um vitalício culto das árvores e das flores, esse homem com asperezas lacerantes, em contraposição, suportava, com mal disfarçado gosto, as crianças que lhe frequentavam a casa, algumas vezes lhe invadiam o reduto privativo, muralhado de livros, e nem só sem temor mas com a relativa afoiteza brotada de simpatia instintiva.

*
* * *

Estas considerações introdutórias vêm sugeridas por duas cartas inéditas de Manuel de Arriaga, que foi, pela sua generosidade de romântico idealista, pelos puros sentimentos—que naqueles mesmos espécimes epistolográficos manifesta—e pela fidelidade aos princípios apostolizados com a vibração de um poeta não destituído de espírito prático e de capacidades de liderança tribunicia, uma das figuras da Primeira República que disfrutou de mais dilatadas simpatias e estima, e foi o seu primeiro presidente.

Num momento de luta exacerbada contra os republicanos com quem se malaviera, por motivos de cujo fundamento não importa aqui buscar as razões. Homem Cristo, a sofrer na altura os amargores do exílio, com o exagero a que o levava a exaltação, no mais acedo do combate em que se lançara contra os companheiros de ideais, nos princípios ainda infirmes da República—para cuja implantação se esforçara e sem dúvida dera um contributo preliminar—chega a ressalvar apenas

dois dos vultos mais eminentes. Algures⁽¹⁾ considera, com efeito, a Manuel de Arriaga, «o único homem de prestígio moral que, além de Basílio Teles, possui a quadrilha que hoje domina Portugal».

Colega no Directório do Partido Republicano Português — com Teófilo Braga, Azevedo e Silva, Jacinto Nunes, Sebastião de Magalhães Lima e Bernardino Pinheiro — em Arriaga como em Basílio terá Homem Cristo encontrado para além da genérica identidade de princípios, uma frequente concordância de modos de acção e atitudes. E do primeiro, mais clara e pronta do que de nenhum dos demais encontrará uma solidariedade imediata e franca, que se encontra comprovada em diversas cartas, com os textos fac-similados⁽²⁾.

Acrescentaremos a essas, todavia, uma outra, de mais pronta espontaneidade do seu carácter benévolo, que se encontra inédita, e que Manuel de Arriaga se apressou a escrever, prestadio como estava nas suas intenções ser para a esposa do companheiro de lutas injustificadamente envolvido e preso, como responsável do movimento percursor do 31 de Janeiro, por maquinações vindicativas de inimigos, alguns ocultos nos bastidores das tricas políticas.

Essa antecede, aliás, a que escreveria ao próprio Homem Cristo, e na qual, quinze dias após a malograda revolução republicana do Porto, se supõe escusado de afirmar que «no caso de carecer dos meus ofícios de advogado, as ponho desde já incondicionalmente às suas ordens».

E, frisando, de início: «Penalisa-me vel'ô ainda detido e espero lhe farão inteira justiça restituindo-o à liberdade a que tem jus», aludindo à integridade de carácter e ânimo varonil do seu amigo e colega do Directório, refere o facto de «desde que soube da sua prisão (ter escrito) a sua esposa oferecendo-lhe casa para tudo o que lhe puder ser útil».

E nessa primeira das duas cartas que adiante publicamos ressalta, flagrante, um carácter generoso do amigo do seu amigo, que com ele partilha sentimentos e quanto concretamente julgamo-la um documento muito concludente sobre a personalidade do tão justamente conceituado homem público.

A outra carta, para o próprio jornalista, vigorosíssimo e inconfundível, junta a um agradecimento, um desabafo. E este resultante da verificação de uma injusta ignorância ou de uma indiferença displicente pela morte de um bravo e devotado soldado da Liberdade, com esforçados serviços prestados a uma causa de que os amnésicos e ingratos estavam beneficiando.

(1) *Banditismo Político — A Anarchia em Portugal* — Madrid, 1912, pág. 492.

(2) *Banditismo Político*, págs. 491 a 513.



DR. MANUEL DE ARRIAGA

Nesta última, manifesta penhorada gratidão a Homem Cristo, que, num momento doloroso, nem se esquecera dele, seu companheiro de combate pelos ideais republicanos, nem do sogro, venerando ancião cuja morte acabava de verificar-se, o General Roque Francisco Furtado de Melo — «um verdadeiro benemérito da pátria», cujo falecimento, escrevia com evidente desapontamento, «passou quase desapercibido para os que se dizem representantes e apóstolos da democracia». E blasonavam desses títulos, quando a geração que no momento ocupava as posições de relevo, não tinha, repita-se, «conhecimento dos heróis a quem deve a liberdade que disfruta».

E possivelmente porque, nascido em 1800, e, assim morto com propectos noventa e dois anos, a 3 de Novembro de 1892, já praticamente retirado, há alguns lustros, de acção de evidência, embora não de todo inactivo ainda pouco tempo antes, quase ninguém se recordava que havia sido «um militar brioso e valente, com / ... / relevantes serviços à causa da liberdade, pela qual se sacrificou e bateu por várias vezes no campo de batalha» (1).

Roque Machado governou, durante alguns anos, as praças de Elvas e de Valença do Minho, tendo sido o Presidente do Tribunal Superior de Guerra — último cargo que, já em idade avançada, desempenhou.

Ambas essas cartas representam, já que Homem Cristo, a múltiplos títulos ficou indelevelmente gravado na história da sua terra natal — o dela e o seu nome reunindo e confundindo — dois elementos que, mesmo indirectamente, estabelecem uma relação de Manuel de Arriaga com Aveiro.

*
* *
*

Aliás, que saibamos, por um outro elo, desvanecido na memória infirme das gerações que se seguiram, mas que ficou, por dobrada causa, nos anais aveirenses, podemos estabelecer uma ligação, ou pelo menos um contacto do futuro Chefe do Estado Português com a «terra de José Estêvão». E de José Estêvão dizemos na circunstância intencionalmente, como antes poderíamos escrever «a terra de Homem Cristo», porque só a esses dois vultos aveirenses se concedeu o privilégio de lhe conferirem com o seu nome uma designação identificadora generalizada.

Na verdade, Manuel de Arriaga foi um dos oradores da série de conferências (2), promovidas pela Associação Comer-

(1) *O Século*, 12.º ano, n.º 3869, de 4-11-1892. O «Povo de Aveiro» inseriu também, em 6-11-1892, uma notícia necrológica, sucinta.

(2) Os restantes, todos aveirenses, foram os Drs. Jaime de Magalhães Lima, Alberto Souto e Joaquim de Melo Freitas.

cial de Aveiro, e como que para preparar a ambientação adequada, foram preluídas as comemorações festivas, na data exacta, do centenário do nascimento do empolgante tribuno.

Dessa visita, que se prolongaria para além da circunstância que teve na origem, ficou largo rasto na Imprensa local. A estadia de Manuel de Arriaga, nesses tempos em que as deslocções se não comparavam com as de hoje, quer na frequência, quer no conforto, adquiria foros de acontecimento. E, conseqüentemente, os semanários locais, mesmo os que não enfileiravam na parcialidade republicana, deram-lhe relevo excepcional. O «Povo de Aveiro», ao noticiá-la⁽¹⁾, aponta já a figura veneranda e insinuante do apóstolo dos ideais que o periódico ardorosamente difundia «como uma das poucas figuras imaculadas da democracia portuguesa». Homem Cristo, nessa época, andava já a ferro e fogo com vários dos mais salientes corifeus da República — e seus capitais obreiros, em alguns casos concretos.

Aquele famoso hebdomadário releva o caloroso acolhimento que lhe foi dispensado, no Teatro Aveirense e regista que encetou a sua conferência, fluente e de bom recorte peculiar a um orador não só forense e tribunício, mas das assembleias de maiores exigências de estilo, afirmando a funda simpatia que lhe inspirava José Estêvão, «tão nobre pelo espírito de sinceridade que presidiu a toda a sua vida de tribuno e combatente em prol das Liberdades nacionais» — como escrevia aquele singular periódico de doutrina e combate, no seu extenso relato.

Na oração proferida, em que especialmente focou José Estêvão no aspecto de lutador contra a reacção religiosa — e, assim, numa faceta de anti-clericalismo muito ao gosto, ou pelo menos ao hábito, da época, considerou-se, entretanto, numa situação melindrosa, já que, desejando, por um lado, dizer tudo quanto sentia, pretendia, pelo outro, não chocar as opiniões contrárias dos que estivessem a ouvi-lo. Sabia, sem dúvida, que «não tinha na sua frente um auditório inteiramente democrático». Nele se incluíam muitos republicanos, mas se contariam igualmente numerosos monárquicos. Por esse motivo, «sem deixar de expor francamente a verdade, reservava-se para falar no dia seguinte, com mais liberdade, no «Centro Escolar Republicano», onde os seus correligionários poderiam ouvir aquilo que ali deixasse de dizer».

A notícia, no tom próprio do «Povo de Aveiro» que amiudadamente aliava ao violento tom austero, o aspecto de bom humor, anota a presença de muita gente, exteriorizando grande

(1) N.º 1840, de 28-3-1909.

animação, no Teatro Aveirense. Mas não se demite de incluir «a nota caseira», lamentável e faceta: havia «muito boa vontade de ouvir, mas o diabo foi um néné que estava num camarote e desatou a pedir *chucha* com berros de cabritinho sem teta há longas horas». E adiantava no comentário jocosamente castigador: «Vamos apostar em como o nènèzinho não percebeu nada, mesmo nada... da Renascença?». Porque sobre a Reforma e a Renascença, Manuel de Arriaga se havia largamente explanado.

Ora, com efeito, no dia imediato, isto é, a 21 de Março de 1909, com a vinda, e a anuência de Manuel de Arriaga, em aceder ao convite dos seus correligionários e admiradores, o Centro Escolar Republicano, que preparava a sua inauguração oficial festiva, e para tal tinha designada uma comissão, prescinde dessa solenidade. Bastava-lhe o realce que a presença do vulto insigne da propaganda, com uma deferência que é tomada como honrosíssimo motivo de desvanecimento, para suprir, vantajosamente, qualquer cerimónia que consagrasse a abertura do Centro — precisamente ao alto da Rua de José Estêvão. E num prédio que o respectivo proprietário, o governador civil que foi por essas alturas, Casimiro Barreto Ferraz Sachetti ⁽¹⁾, não tivera pejo em alugar para aquela finalidade.

Aquela instituição «festejava a estada em Aveiro do /.../ eminente correligionário Sr. Dr. Manuel de Arriaga, que da melhor boa vontade acedeu à Comissão Instaladora do Centro /.../ para o visitar» ⁽²⁾.

E nessa sessão, que a presença e presidência daquele eminente vulto da democracia tornava histórica, foi por este, como anunciara, traçado o perfil do famoso tribuno aveirense, em ambiente mais em harmonia com os traços mais acentuados que através do seu prisma de apreciação ressaltariam da personalidade de José Estêvão — monárquico, mas que poderia tomar como precursor da República.

A vinda a Aveiro do prestigioso paladino dos ideais democráticos tomou foros de acontecimento no pacato burgo aveirense, muito politizado já então, sem dúvida, e, assim, com assombradas facções partidárias, mas em fase rotineira, em alguns aspectos de um quase imobilismo marasmático, e, assim, de hábitos não só de pautada morigeração, mas pouco menos que inamovidos.

E, aparte as aclamações em que foi, como orador de fundo, entusiasticamente saudado, em repetidas afirmações de proselitismo político e de encómio de predicados intelectuais, morais e cívicos, o futuro Presidente da República, como que

⁽¹⁾ EDUARDO CERQUEIRA — *Notas sobre a implantação da República em Aveiro e seus antecedentes* — Aveiro, 1976, pág. 23.

⁽²⁾ *O Democrata*, n.º 58, de 27-3-1909.

num vaticínio aveirense do seu acesso à suprema magistratura nacional, foi visitado por um corropio de correligionários no Hotel Cisne do Vouga. Aí esteve hospedado durante a sua visita, e aí, nesse mesmo dia 21, a Associação Comercial lhe ofereceu um almoço, com a presença de algumas individualidades de evidência do meio social aveirense.

EDUARDO CERQUEIRA

CARTAS

I

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sn.^{ra}

Penalisado com a violência e injustiças feitas a seu marido, meu presado collega no directorio, e tendo toda a esperança de que os Seus inimigos, dentro e fora dos republicanos não conseguirão os seus mesquinhos intuitos venho respeitosa-mente apresentar a V. Ex.^a as homenagens da minha estima e em nome de minha mulher e em meu nome offerecer-lhe desde ja esta sua casa para tudo em que lhe pudermos ser agradaveis e uteis.

Peço-lhe que não tome este offercimento como mera cortesia mas como a expressão leal e sincera do nosso sentir e desejo.

Se lhe convier instalar-se mesmo nesta sua casa até ao regresso do seu illustre e presado esposo, ella fica desde quarta feira proxima as ordens de V. Ex.^a e não desde o dia de Hoje por ser entrudada, e eu ausentar-me por estes dois dias para Sintra, Hotel Nunes, onde ficarei esperando as ordens de V. Ex.^a de quem me subscrevo com toda a atenção.

respeitador attencioso
e obrigado

L.^a 9-2-91

Manuel d'Arriaga

II

Ex.^{mo} Snr. e meu presado collega
e am.^o

Agradeço-lhe as palavras amigas que se dignou dirigir-me por occasião da morte do meu venerando e jamais esquecido sogro o General Roque F. Furtado de Mello.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Extinguiu-se um verdadeiro benemérito da pátria, mas a geração actual já não tem conhecimento dos heroes a quem deve a liberdade que desfruta!

O seu passamento passou despercebido para os que se dizem representantes e apóstolos da democracia!...

Apreciando sinceramen.^{te} a estima com que V. Ex.^a me distingue subscrevo-me com toda a verdade.

Seu sincero admirador e
e amigo obrigadíssimo

Manuel d'Arriaga

L.^a 30-11-92

bibRIA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado da pág. 80)

P

- 1 P.^o Lic.^o **Pantaleão Afonso Alfena**—reitor da freg. de S. Miguel de Fermelã, Estarreja; natural da freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação da vila de Aveiro; filho de Pantaleão Afonso Alfena, capitão e senhor de navios, natural da freg. de Leça de Matosinhos, e de sua segunda mulher Maria Ribeira Leitoa, natural da freg. de S.^{to} António de Avelãs do Caminho, Anadia, moradores em Aveiro; neto paterno de António Afonso Alfena, capitão e senhor de navios, e de Catarina Pires de Matos, naturais e moradores em Leça, e materno de Pedro de Oliveira, natural da freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro, e de Ângela Leitoa, natural de Avelãs do Caminho, e aí moradores; sobrinho materno de Manuel Ribeiro Leitão, Familiar do S.^{to} Ofício, de Aveiro. O pai do habilitando fora casado primeira vez com Catarina de Figueiredo, filha de Manuel Domingues, mestre piloto, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Aveiro, e de Maria Dias, natural da freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro, moradores em Aveiro, neta paterna de Domingos Martins, homem do mar, natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja, e de Brites Fernandes, natural de Vagos, freg. de Santiago, e materna de André Gonçalves, mestre piloto, e de Filipa Dias, moradores em Aveiro, freg. de S. Gonçalo ⁽¹⁾.

Provisão de Comissário de 29 de Março de 1691.

Pantaleão — m. 1, n.^o 9

⁽¹⁾ Para mais ascendentes ver o Proc. de Manuel Domingues, mestre piloto.

- 2 **Pantaleão Alvares da Silva** — lavrador; *natural da freg. de Santiago de Silvalde, Espinho, e morador na vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão; filho de António Domingues e de Maria Alvares, naturais e moradores em Silvalde, e materno de Domingos Alvares, natural de Perozinho, Vila Nova de Gaia, e de Maria Gonçalves, natural de Silvalde, e aí moradores; irmão de José Alvares da Silva, Familiar do S.^{to} Ofício, igualmente natural de Silvalde e morador no Rio de Janeiro.*

Carta de Familiar de 29 de Agosto de 1734.

Pantaleão — m. 1, n.º 20

- 3 **Pantaleão da Costa Lima** — médico aprovado pela Universidade de Coimbra e dos de partido de S. Mag.^{de}, natural de Vilarinho, freg. de S. Martinho de Aldoar, Porto, morador na cidade do Porto na freg. de S.^{to} Ildefonso; filho de João da Costa, *natural de Albergaria, freg. de S. João de Ver, Feira, e de Inácia da Silva, natural de Aldoar, e aí moradores; neto paterno de Manuel Fernandes, natural de S. João de Ver, e de Catarina Fernandes, natural de Albergaria, e aí moradores, e materna de João António e de Maria Antónia, naturais e moradores em Aldoar; casado com Ana Maria dos Anjos, natural de Passos, Aldoar, filha de João da Costa Correia, natural de Aldeia da Costa, freg. do Sobrado, Valongo, e de Maria de Azevedo, natural de Passos, e aí moradores, neta paterna de João Fernandes e de Domingas Martins, ou Domingas João, naturais e moradores na Aldeia da Costa, e materna de Manuel de Azevedo, natural de Ouro, freg. de S. Martinho de Lordelo do Ouro, e de Ana Antónia, natural de Passos, e aí moradores, irmã de António da Costa Azevedo, Familiar do S.^{to} Ofício, morador em S. João da Foz.*

Carta de Familiar de 8 de Janeiro de 1750.

Pantaleão, m. 1, n.º 22

- 4 **Pantaleão Gomes** — tanoeiro e avaliador do fisco; natural de Vila Nova do Porto (Vila Nova de Gaia), e morador na cidade do Porto, junto ao padrão de S.^{to} Elói; filho de Belchior Gomes, tanoeiro, *natural da freg. de S. Martinho de Moselos, Feira, e de Antónia Francisca, natural de Vila Nova do Porto, e aí moradores; neto paterno de Cristóvão Gomes e de Guiomar Gonçalves, lavradores em Moselos, e materno de António Peres, o «Suquaro», tanoeiro, e de Maria Fernandes, moradores em Vila Nova do Porto;*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

casado com Ana de Sousa, natural do Porto, filha de António de Sousa, mestre de obras, natural da Serra de Sousa, junto de Arrifana de Sousa, e de Luísa Garcês, filha de um abade de Gondelães, irmã do P.^o António de S. Pantaleão, revedor e qualificador do S.^{to} Ofício.

Informação de ser capaz para Familiar de 22 de Outubro de 1625.

Pantaleão — m. 1, n.º 2

- 5 **Pantaleão de Sá Pereira** — homem de negócio; *natural de Loureiro, freg. de Santiago de Silvalde, Espinho*, e morador em Lisboa na rua das Flores; filho de *Manuel de Sá*, sapateiro e lavrador, *natural de Sá, freg. de Santiago de Rio Meão, Feira*, e de *Maria Antónia, natural de Loureiro, e aí moradores*; neto paterno de *José de Sá, natural de Alpossas, Rio Meão*, e de *Catarina de Sá, natural de Sá, e aí lavradores*, e materno de *António Gonçalves, natural de Silvaldinho, Silvalde*, e de *Domingas Fernandes, natural de Loureiro, e aí lavradores*; ajustado para casar, em 1707, com Apolónia Maria do Espírito Santo, natural de Lisboa, freg. de S. Paulo, filha de Bernardo Lanter, mestre poleiro, e de Teresa Maria de Jesus, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. Paulo e de S.^{ta} Maria Madalena, moradores na de S. Paulo, neta paterna de Bernardo Lanter, genovês, natural de Deão, freg. de S.^o António Abade, e de Apolónia João, natural da freg. de S. Paulo de Lisboa, e aí moradores no Cerco do Carvão, e materna de João Rodrigues Picão, mestre alfaiate, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, e de Luzia Dias, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Purificação de Oeiras, moradores na rua do Príncipe em Lisboa.

Carta de Familiar de 22 de Março de 1706.

Pantaleão — m. 1, n.º 15

- 6 **Pascoal Gomes** — *natural de Quintela das Lapas, freg. de Santiago da Mouta, Anadia*, morador em Sotomaior, freg. de S.^{ta} Bárbara, termo de Trancoso; filho de *Luís Gomes, natural da Mouta*, e de *Maria Antónia, natural de Quintela das Lapas, e aí moradores*; neto paterno de *Cristóvão Rodrigues, lavrador*, e de *Águeda Rodrigues, naturais da Vila de Anadia, freg. de S. Paio*, e materno de *Domingos Fernandes, o «Parentão», natural de Quintela das Lapas*, e de *Ana Antónia, natural de Carvalhais, Mouta*; casado com *Joana Maria, natural de Anadia*, filha de *João Álvares, natural de Anadia*, e de *Maria Antónia,*

natural da freg. de S. Paio de Arcos, Anadia, lavradores em Anadia, neta paterna de António Alvares, lavrador, natural de Anadia, e de Isabel Antónia, natural da Quinta da Pedreira, Arcos, e materna de João de Mariz, lavrador, e de Ana Antónia, naturais de Arcos.

Carta de Familiar de 11 de Setembro de 1733.

Pascoal — m. 2, n.º 25

- 7 **Pascoal Nogueira** — doutor em Artes pela Universidade de Coimbra; natural da freg. de S. Martinho da vila de Santarém e morador em Coimbra; filho de Manuel Antunes, natural da freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Alcobertas, Rio Maior, e de Ana Nogueira, natural de Gançaria, freg. de Alcanede, Santarém, moradores em Santarém; neto paterno de António Roque e de Maria Brás, lavradores, naturais e moradores em Alcobertas, e materno de Mateus Luís e de Domingas Luís, lavradores, naturais e moradores em Gançaria; casado com D. Agueda da Silva, natural de Coimbra, filha de Manuel João, com loja de mercador de panos em Coimbra, e de Madalena Jorge, naturais de Coimbra, neta paterna de Domingos João, barqueiro, natural de Cerdeira, freg. de S. Tomé de Trezói, Mortágua, e de *Andreza João, natural de Amoreira, freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro*, filha de António Fernandes, de Sá, Sangalhos, e de *Maria Jorge, de Amoreira*, e materna de Sebastião Jorge, Familiar de S.^{to} Ofício, e de Domingas João, naturais de Coimbra e moradores, com os avós paternos, na mesma cidade.

Carta de Familiar de 14 de Setembro de 1677.

Pascoal — m. 1, n.º 5

- 8 **Pascoal Rodrigues** — sapateiro; natural de Alvorge, Anção, e morador em Coimbra, freg. de Santiago; filho de João Domingues, natural de Fartosa, Rabaçal, e de Maria Ramos, natural de Alvorge, e aí moradores; neto paterno de António Domingues e de Maria João, naturais e moradores em Fartosa, e materno de António Rodrigues e de Domingas Ramos, naturais e moradores em Alvorge, todos lavradores; casado com Teresa de Almeida, natural de Coimbra, filha de António de Almeida e de Maria Francisca, naturais de Coimbra, e aí moradores na freg. de S. Bartolomeu, neta paterna de Manuel Simões, alfaiate, e de Esperança da Cunha, naturais de Farinha Podre (S. Pedro de Alva), e materna de Manuel Francisco,

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

o «Ruivo», esteireiro, natural da freg. de S. Bartolomeu de Coimbra, e de *Margarida João, natural de Casas de Arão, freg. de S. Salvador de Roge, Vale de Cambra*, todos moradores em Coimbra.

Carta de Familiar de 9 de Agosto de 1710.

Pascoal — m. 1, n.º 17.

- 9 **Paulo de Abreu Rosado** — estudante de prima tonsura; natural da freg. de S.^{ta} Catarina do Monte Sinai de Lisboa e morador na rua da Rosa das Partilhas, freg. das Mercês; filho do Dr. Manuel de Abreu Rosado, médico de número dos Cárceres Secretos, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e de *D. Caetana Paula de Sá, natural da freg. de Santiago da Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha*, moradores em Lisboa; neto paterno de António Antunes, natural de Madrupe, freg. de N.^a Sr.^a da Anunciação da Lourinhã, e de Josefa de Abreu, natural da freg. de S. João Baptista de Coruche, moradores em Lisboa, e materno de *Caetano Marques, natural de Fontainhas, freg. de S.^{ta} Marinha de Palmaz, Oliveira de Azéméis*, e de *And.^a Maria*, solteira, natural de *Telhadela, Ribeira de Frágoas*, bisneto paterno de Francisco Dias, de Madrupe, e de Maria Antunes, de Miragaia, freg. de S. Lourenço dos Francos, Lourinhã, e de Manuel de Abreu, de Azervada, termo de Coruche, e de Sebastiana Rosada, da freg. de Santa Ana da Mota, Coruche, e materno de *Pedro Tavares*, de Galegos de Cima, freg. de Ribeiradio, Oliveira de Frades, e de *Maria Marques, das Fontainhas*, e de *Domingos André, de Alviães, Palmaz*, e de *Agueda Martins, de Telhadela*.

Carta de Familiar de 21 de Maio de 1762.

Paulo — m. 8, n.º 121

- 10 **Paulo de Almeida**—cavaleiro fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; natural de Torre de Moncorvo e morador na freg. de S.^{ta} Maria de Arrifana, Feira; filho de Salvador da Costa e de Maria de Almeida, naturais e moradores em Torre de Moncorvo; neto paterno de mestre Francisco de Montalvão, cirurgião, e de Antónia da Costa, e materno do Lic.^o Manuel de Almeida Alexandre, médico, e de Isabel Sobrinha de Mesquita, todos igualmente moradores em Torre de Moncorvo; irmão de António de Almeida, Familiar do S.^{to} Ofício; casado com *Angélica Mascarenhas, natural de Arrifana de S.^{ta} Maria, Feira*, filha de *Francisco*

Borges, natural de Arrifana, e de Ana de Matos, natural da freg. de Santiago de Rio Meão, Feira, moradores em Arrifana, neta paterna de Aleixo Borges, veador do Conde da Feira e escrivão do público, judicial e notas, e de Francisca Mascarenhas, naturais e moradores em Arrifana, e materna de Salvador de Matos, natural de Castanheira de Riba Douro, freg. de S.^{ta} Leocádia, Baião, e de Isabel Soares, da Casa de Tarei, natural de Rio Meão, e aí moradores.

Julgado habilitado para Familiar em 7 de Agosto de 1627.

Paulo — m. 1, n.º 11

- 11 **Paulo Caetano de Amorim** — homem de negócio; natural da vila de Viana, freg. de S.^{ta} Maria Maior e morador em Lisboa na rua Direita de N.^a Sr.^a dos Remédios, freg. de S.^{to} Estêvão de Alfama; filho de Luís de Amorim Soares, natural da freg. de S. Martinho de Aborim, termo de Barcelos, e de Maria da Luz, natural da freg. de S.^{ta} Maria Maior de Viana, e aí moradores; neto paterno de Alexandre de Amorim e de Jerónima Francisca, naturais e moradores em Aborim, e materno de António Peres e de Isabel da Costa, naturais e moradores em Viana; casado primeira vez com Isabel Caetana da Cruz, natural da freg. de S. Mamede de Lisboa, filha de *Dionísio da Costa, natural de Costa, freg. de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Azeméis*, e de Teresa Inácia, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, neta paterna de *Domingos António* e de *Maria Antónia, naturais e moradores em Costa*, e materna de Manuel Ferreira Leal, natural da freg. das Lapas, termo de Torres Novas, e de Maria da Cruz, natural de Oeiras, de quem tivera uma filha, Antónia Maria Caetana Rita; casado segunda vez com D. Margarida Luísa de Sabóia, natural da freg. de S. Miguel de Alfama de Lisboa, filha do capitão de mar-e-guerra Francisco Martins Rosado, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Antónia Florentina da Assunção, naturais e moradores em Alfama, neta paterna de José Martins Rosado, calafate, natural da mesma freguesia, e de Luísa de Almeida, natural da de S.^{to} Estêvão de Alfama, moradores na judiaria, e materna do capitão Francisco Alves Moniz, natural de S. Miguel de Alfama, e de Josefa Maria, natural de S. Pedro de Alfama, bisneta paterna de Pedro Gonçalves, natural de Castelo de Lanhoso, e de Maria Martins, natural de S. Pedro de Alfama, e de José de Almeida, calafate, natural de Almada, e de Ana Fernandes, natural de S.^{to} Estêvão de Alfama, e materna de Luís Alves Moniz, mestre da Ribeira

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

das Naus, natural de Estremoz, e de Mariana da Silva, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Lisboa, e de Dionísio Nunes e de Maria dos Reis, igualmente naturais de S. Pedro de Alfama.

Carta de Familiar de 22 de Março de 1762.

Paulo — m. 8, n.º 122

- 12 **P.º Paulo de Castro Leitão** — *abade da freg. de S.^{ta} Maria de Sever do Vouga*; filho de Lourenço Carrilho e de D. Francisca, moradores em S. João da Pesqueira; neto paterno de Manuel Carrilho e de Isabel Antunes Leitoa, moradores em Fonte Arcada, Sernancelhe, e materno de Diogo Borges de Castro e de Maria Dias, moradores em Riodades, S. João da Pesqueira.

Provisão do Comissário de 6 de Junho de 1632.

Paulo — m. 1, n.º 27

- 13 **P.º Paulo Fernandes Castelo Branco** — *prior da freg. de S. Mamede de Castanheira do Vouga, Agueda*; natural da vila de Avô; filho de António Gonçalves Afonso, escrivão, natural de Galizes, Oliveira do Hospital, e de Ana Violante Bernarda, natural de Avô, e aí moradores; neto paterno de Matias Gonçalves, natural de Avô, e de Teresa Francisca, natural de Galizes, e aí moradores, e materno de Bartolomeu Gonçalves, alfaiate, natural da freg. de S. Bartolomeu da Aldeia dos Dez, Oliveira do Hospital, e de Madalena da Conceição, natural de Avô, e aí moradores.

Provisão do Comissário de 26 de Julho de 1799.

Paulo — m. 9, n.º 137

- 14 **Paulo Dias Ferreira** — homem de negócio; *natural da freg. de S. Tomé de Canelas, Estarreja*, e morador em Lisboa na rua da Calcetaria, freg. de S. Julião; filho de Manuel André e de Maria João, lavradores, naturais e moradores em Canelas, neto paterno de João André, filho de Domingos André, o «Polónio», e de Maria Fernandes, a «Trovoa», naturais e moradores em Canelas, e de Catarina Dias, a «vizinha», moradora em Canelas, filha de Domingos Gonçalves e de Catarina Dias, naturais de Quintela, freg. de S. Pedro de Arcozelo das Maias, Oliveira de Frades, e materno de André João e de Isabel João, lavradores como os avós paternos, naturais e moradores em

Canelas; ajustado para casar, em 1750, com Januária Rosa Peregrina, natural de Lisboa e aí moradora na rua da Calcetaria, filha de José da Silva Azevedo, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e de Josefa Maria Antónia, natural de Malhó, termo de Pernes, moradores na Calcetaria, neta paterna de Domingos da Silva, algibebe, natural de Samora Correia, e de Isabel Carvalha, natural de Vilar, Óbidos, moradores em Lisboa, e materna do capitão Manuel Pegado da Costa e de D. Domingas João, naturais e moradores em Malhó.

Carta de Familiar de 15 de Março de 1749.

Paulo — m. 7, n.º 8

- 15 **Paulo Ferreira** — escrivão do judicial e notas da vila de Mortágua; natural e morador em Vila Nova, freg. de S. Miguel do Sobral, termo de Mortágua, filho de António Ferreira, o «Crespo», natural de Vila Moinhos, Sobral, e de Marta Gomes, natural de Vila Gozendo, Sobral; neto paterno de Manuel Ferreira, carpinteiro, natural do burgo de S.^{ta} Clara, Coimbra, e de Maria Fernandes, natural de Vila Moinhos, e materno de Domingos Rodrigues, natural de Tourigo, freg. de Barreiro, termo de Besteiros, e de Ana Gomes, natural de Vila Gozendo; sobrinho materno de Domingos Rodrigues Balão, Familiar do S.^{to} Ofício; ajustado para casar, em 1731, com Josefa Maria dos Reis, natural de Vila Pouca, freg. de S. Gens de Pala, termo de Mortágua, filha de Hilário Simões Pereira, natural de Vila Pouca, e de *Francisca dos Santos Fragosa*, natural de *Alfeloas*, freg. de S. Paio de Arcos, Anadia, neta paterna de Manuel Simões Pereira, natural de Vila Pouca, e de Antónia Rodrigues, natural do Monte de Lobo, Pala, e materna de *Manuel João*, lavrador, natural de *Alfeloas*, e de *Esperança Rodrigues*, natural de Mogofores.

Carta de Familiar de 20 de Novembro de 1731.

Paulo — m. 6, n.º 94

- 16 **Paulo Francisco** — alfaiate e recoveiro, e ainda com tenda de merceeiro em Coimbra na rua dos Sapateiros; natural de Montarroio, Coimbra; filho de Simão Francisco, alfaiate e porteiro dos Órfãos, natural de Cunhedo, e de *Margarida João*, natural de *Forcada*, freg. de S.^{ta} *Eulália de Aguada de Cima*, *Aguada*, moradores em Montarroio; neto paterno de Pero João e de Catarina João, naturais e moradores na freg. de Oliveira de Cunhedo, Penacova,

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

e materno de *Gonçalo Miguéis* e de *Maria Dias*, moradores em *Forcada*; casado com *Maria da Cruz*, natural de *Coimbra*, filha de *Pero Gonçalves* e de *Maria João*, moradores em *Coimbra* no *Terreiro do Sansão*, neta paterna de *Pero João* e de *Catarina Peres*, naturais e moradores em *Alagoas*, freg. de *Ceira*, e materna de *Simão Afonso* e de *Maria Lourença*, naturais e moradores em *Oveiro*, freg. de *Óvoa*, S.^{ta} *Comba*.

Provisão de *Recoveiro* da *Inquisição* de *Coimbra* de 14 de *Setembro* de 1640.

Paulo — m. 1, n.º 21

- 17 **Paulo José Viegas** — natural e morador na vila de *Oliveira do Hospital*; filho de *Manuel da Costa Nunes*, contratador de solas, natural de *Oliveira do Hospital*, e de *Águeda Viegas*, natural de *Vila Pouca da Beira*, moradores em *Oliveira do Hospital*; neto paterno de *Domingos Nunes*, oficial de ferreiro, filho de *Pedro Nunes* e de *Margarida Francisca*, natural de *Lourosa*, freg. de *S. Pedro*, *Oliveira do Hospital*, e de *Maria Bernardes*, natural de *Oliveira do Hospital*, e aí moradores, e materno de *João Viegas*, lavrador, filho de *Domingos Viegas* e de *Margarida Nunes*, natural de *Galizes*, freg. de *Nogueira do Cravo*, *Oliveira do Hospital*, e de *Maria Nunes*, natural da *Vila de Travanca de Lagos*, moradores em *Vila Pouca da Beira*; ajustado para casar, em 1722, com *Teresa Maria de Almeida*, natural de *Gavinhos de Baixo*, *Oliveira do Hospital*, filha do capitão *Manuel Soares Pereira*, natural de *Gavinhos de Baixo*, e de *Maria de Matos e Almeida*, natural de *Nabais*, freg. de *S. Cosme*, *Gouveia*, neta paterna de *Simão Soares de Paiva*, filho de *João Soares*, e de *Catarina Rodrigues*, naturais da *Vila de Águeda*, freg. de *S.^{ta} Eulália*, e de *Maria Pereira*, natural de *Gavinhos de Baixo*, e aí moradores, e materna de *Fernando Lourenço Caldeira* e de *Luísa Esteves*, naturais e moradores em *Nabais*.

Carta de Familiar de 8 de *Maio* de 1722.

Paulo — m. 5, n.º 81

- 18 **Paulo de Matos Aranha** — natural da freg. de N.^a Sr.^a do *Socorro da Baía*, e aí morador; filho de *João de Matos Aranha*, natural da vila de *Ovar*, freg. de *S. Cristóvão*, e de *Maria de Espinosa*, natural da *Baía*, e aí moradores; neto paterno de *Francisco Saraiva* e de *Beatriz Aranha*, moradores em *Ovar*, e materno de *Bartolomeu Espinosa*, natu-

ral do Porto, e de Margarida de Oliveira, natural da Baía, e aí moradores; irmão de Francisca e de Inácia de Espinosa, casadas respectivamente com João Correia Granja e Jose Manem, Familiares do S.¹⁰ Offício; casado com D. Jacinta Lamego de Brito, natural da freg. de Sergipe do Conde, termo da Baía, filha de Luís Lamego de Brito, natural da vila de Torres Vedras, e de Luísa Pacheco de Castro, natural de Sergipe do Conde, e aí moradores, neta paterna de João Botado de Almeida, e de Ana de Abreu da Silveira, naturais e moradores em Torres Vedras, e materna de Gaspar Pacheco de Castro e de Agueda Moreira, naturais da Baía, prima co-irmã de D. Brites Maria de Lima, mulher de José de Meireles Freire, Familiar do S.¹⁰ Ofício.

1711.

Paulo — m. 9, n.º 140

- 19 **Paulo Moreira** — natural de Corveiros, freg. de S. Salvador de Grijó, Vila Nova de Gaia, e *morador em Vendas de Grijó, freg. de S. Martinho de Argoncilhe, Feira*; filho de Manuel Moreira, rendeiro, e de Catarina de Crasto, naturais e moradores em Corveiros; neto paterno de Belchior Paulo, natural da freg. de S. João de Canelas, Vila Nova de Gaia, e de Isabel Moreira, natural de Corveiros, e aí lavradores, e materno do Lic. P.^o Manuel do Couto, natural e morador em Grijó, e de *Catarina Domingues, a «Faisca», solteira, natural de Libães, freg. de S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura, Feira* (1), *moradora em Corveiros*; casado com *Felícia de Campos, natural de Vendas de Grijó*, filha de *Francisco de Campos*, sangrador, e de *Isabel Rodrigues, naturais de Vendas de Grijó, e aí estalajadeiros*, neta paterna de *Pedro Fernandes, o «Barqueiro», natural de Argoncilhe*, e de *Catarina Gonçalves, natural de S. Pedro de Pedroso*, e materna de *Manuel Rodrigues, natural de Crasto, Pedroso*, e de *Marta Gomes, natural de Vendas de Grijó, todos aí moradores e vendeiros.*

Carta de Familiar de 29 de Agosto de 1724.

Paulo — m. 5, n.º 84

- 20 **Frei Paulo de S. Boaventura** — leitor de Teologia e guardião do Colégio de S. Boaventura da Universidade de Coimbra da Província de Portugal da Regular Observân-

(1) Actualmente da freg. de Sever, Vila Nova de Gaia.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

cia de S. Pedro e S. Francisco; *natural da Póvoa, freg. de S. Salvador de Carregosa, Oliveira de Azeméis*; filho de *André da Silva, natural da Póvoa*, e de *Maria do Couto, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis, lavradores na Póvoa*; neto paterno de *Pedro João, natural da Póvoa*, e de *Francisca da Silva, natural da freg. de S.^{to} Isidoro de Romariz, Feira, lavradores na Póvoa*, e materno de *Baltasar Carvalho, natural de Macieira de Sarnes*, e de *Natária do Couto, natural da freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, moradores em Macieira de Sarnes*.

Provisão de Qualificador de 3 de Setembro de 1697.

Paulo — m. 9, n.º 127

- 21 P.^o Mestre Frei **Paulo da Silva** — religioso dos Eremitas de S.^{to} Agostinho, Provincial da Congregação da Índia Oriental; *natural da freg. de S. Vítor de Braga*; filho de *Pascoal Fernandes, mestre de pedreiro, natural de Ribas, freg. de Santiago de Lobão, Feira*, e de *Catarina Fernandes, natural de Maceda, freg. de S.^{ta} Maria da Campanhã, Porto, moradores em Braga*; neto paterno de *António Francisco, lavrador, natural de Espinheiro, freg. de S. Pedro de Canedo, Feira*, e de *Maria Fernandes, natural de Ribas, e aí moradores*, e materno de *Francisco Gonçalves, natural de Maceda*, e de *Ana Fernandes, natural de Póvoa de Baixo, freg. de S.^{to} Ildefonso do Porto, moradores em Maceda*.

Provisão de Qualificador de 19 de Fevereiro de 1737.

Paulo — m. 61, n.º 105

- 22 **Pedro Afonso de Almeida** — capitão; *natural de Assequins, freg. de S.^{ta} Eulália de Águeda*; filho de *Manuel Afonso, lavrador*, e de *Maria Francisca, naturais e moradores em Assequins*; neto paterno de *Manuel Afonso* e de *Isabel Lopes, também naturais de Assequins e aí lavradores*, e materno de *André Francisco, natural de Oronhe, freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Espinhel, Águeda*, e de *Isabel Fernandes, natural de Assequins*, e igualmente *aí lavradores*; casado com *Madalena Rodrigues, natural de Borralha, Águeda*, filha de *Pedro Francisco, natural da vila de Recardães, freg. de S. Miguel, Águeda*, e de *Maria Tomé, natural da Borralha, e aí lavradores*, neta paterna de *Pedro Francisco Garaião* e de *Joana Simões, lavradores, naturais e moradores em Recardães*, e materna de

Agostinho Tomé, carpinteiro, natural de Assequins, e de Catarina Antónia, natural da Borralha, e aí moradores.
Carta de Familiar de 4 de Maio de 1718.

Pedro — m. 18, n.º 373

- 23 **Pedro de Barros Sobrinho** — *capitão-mor de Tamengos; natural e morador na freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia; filho de Agostinho Jorge Sobrinho, capitão dos coutos de Aguim e Paredes, natural de Pedrulha, freg. de S. Martinho de Casal Comba, Mealhada, e de Bárbara de Barros, natural de Tamengos, e aí moradores; neto paterno de Agostinho Jorge Sobrinho, natural de Pedrulha, e de Brites Gomes, natural de Pedrulha, e de Brites Gomes, natural da vila de Eiras, moradores em Pedrulha, e materno de Francisco Vaz de Barros, natural de Tamengos e de Maria Antónia, natural da Mata, Tamengos, também moradores em Tamengos; casado com D. Helena Cabral Arês, natural de Lavarrabos, freg. de S. João do Campo, Coimbra, já viúva de Simão de Torres, capitão-mor de Adémia, de quem tinha uma filha casada com Luís Mendes Barreto, Familiar do S.^{to} Ofício, filha de António Cabral Arês, natural de Coimbra, e de D. Maria, natural da freg. de Santiago de Eiras, Coimbra, moradores em Lavarrabos, neta paterna de Bernardo Cabral Arês e de Helena Monteiro da Cunha, naturais de Coimbra, e aí moradores, e mais tarde em Lavarrabos, e materna de João Fernandes Sobrinho, natural de Eiras, e de D. Maria, natural de Adémia de Cima, freg. de Trouxemil, Coimbra, moradores em Eiras.*

Carta de Familiar de Fevereiro de 1695.

Pedro — m. 11, n.º 267

- 24 P.^o Lic.^o **Pedro Borges da Costa** — *prior da vila de Carregosa, freg. de S. Salvador, Oliveira de Azeméis; filho de André Borges da Costa, escrivão do Couto de Cambra, e de Maria Soares, moradores na quinta do Outeiro, Armental, freg. de Santiago de Codal, Vale de Cambra; neto paterno de Diogo Varela e de Guiomar Aranha, moradores na quinta da Ínsua, freg. de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Azeméis, e materno de Pero Soares, escrivão do Couto de Cambra, e de Filipa de Pinho, moradores em Carregosa.*

Parecer de poder ser Comissário de 21 de Novembro de 1626.

Pedro — m. 1, n.º 20

- 25 **Pedro Correia** — boticário do Hospital Real de Coimbra e de S.^{to} Ofício da mesma cidade; natural de Aldeia Nova de Teixeira, termo da Guarda; filho de Gonçalo Afonso e de Domingas Rodrigues, moradores em Aldeia Nova de Teixeira; neto paterno de Pero Afonso e de Inês Álvares, naturais e moradores na referida Aldeia Nova, e materno de Rodrigues Fernandes e de Catarina Gomes, moradores na quinta de Água d'Alta, freg. de Santana, termo da Guarda; casado com Maria Nogueira, filha de *Diogo João, natural de Azenha Nova, freg. de N.^a Sr.^a do Ó de Barcouço, Mealhada, e de Maria Manuel, natural da Quinta da Ribeira, freg. de N.^a Sr.^a da Natividade do Luso, Mealhada*, neta paterna de *Sebastião Pais e de Branca Anes, moradores na vila de Matos, Barcouço*, e materna de *Manuel Rodrigues e de Filipa Gonçalves, moradores na quinta da Ribeira*, sobrinho do Lic.^o *Simão Nogueira*, secretário do S.^{to} Ofício da Inquisição de Coimbra.

1624

Pedro — m. 40, n.º 707

- 26 **Pedro Correia** — natural e morador em Verride, Montemor-o-Velho; filho de Sebastião Correia, tratante de rendas, natural da freg. de S.^{to} Estêvão de Castelo Viegas, e de Catarina Simões, natural da freg. de S. Miguel da Ribeira de Rebolim; neto paterno de João Rodrigues, natural de Casal do Borque, freg. de Vilarinho da Lousã, e de Margarida Dias, natural de Castelo Viegas, e aí moradores, e materno de *Simão Afonso, lavrador, natural de Pedrulha, freg. de S. Martinho de Casal Comba, Mealhada*, e de Margarida Afonso, natural de Rebolim; casado com Isabel Rodrigues, natural de Amieira da Barra, freg. de N.^a Sr.^a do Ó de Paião, Figueira da Foz, filha de António Rodrigues e de Catarina Fernandes, lavradores na Amieira da Barra, neta paterna de Afonso Rodrigues, natural de Copeiro, Paião, e de Ana Dias, natural de Regueira de Pontes, Leiria, e materna de João António, natural de Paião, e de Catarina Fernandes, natural de Amieira da Barra, todos lavradores; enviuvando, ajustado para casar, em 1662, com Maria Gaspar Godinha, natural da Vinha da Rainha, termo de Montemor-o-Velho, filha de Gaspar Rodrigues e de Isabel Fernandes, neta paterna de Gaspar Rodrigues e de Joana Domingues, e materna de Domingos Gonçalves e de Isabel Fernandes, todos de Vinha da Rainha.

Carta de Familiar de 26 de Junho de 1649.

Pedro — m. 4, n.º 145

- 27 **Pedro Correia de Lacerda** — fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; natural de Coimbra e morador em Lamego; filho de Bernardo Correia de Lacerda, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Isabel Francisca Zuzarte, moradores em Coimbra; neto paterno de João Correia da Silva, secretário da Universidade de Coimbra, Familiar do S.^{to} Ofício, filho de Bernardo Correia de Lacerda, e de D. Inês de Vilhena, de Lamego, e de D. Mariana Pimenta, filha de Pedro Vaz Cardoso e de Maria de Mesquita, de Valdigem, Lamego, e materno de João Pegado Nogueira, Familiar do S.^{to} Ofício, de Pernes, e de D. Maria Zuzarte; casada com D. Filipa de Lacerda, natural de Lamego, filha de Manuel Mendes d'Eça, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Lamego, e de D. Isabel Maria da Câmara (¹), natural de Viseu, moradores em Lamego, neta paterna de Cristóvão Mendes d'Eça, natural de Lamego, filho de *Cristóvão Barbosa d'Eça, natural da freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro*, que era filho de *António da Silveira d'Eça*, e de *Ana Barbosa, moradores em Esgueira*, e de *Vitória de Figueiredo Borges*, natural de S. Pedro de Molelos, Tondela, e de *Francisco de Gouveia Daltre*, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Besteiros, e de *Isabel Rebelo*, natural de Lamego, e af. moradores, e materna de *Teotónio de Figueiredo de Moraes*, filha de *António de Figueiredo de Moraes*, e de *D. Isabel Ferrão*, de Viseu, e de *D. Maria da Câmara*, filha de *Lucas de Azevedo Coutinho*, de Casteloes, Besteiros, e de *Clara Monteiro*, da quinta de Coseinhos, freg. de S.^{ta} Eulália, Besteiros.

Carta de Familiar de 19 de Agosto de 1711.

Pedro — m. 16, n.º 357

- 28 **Pedro da Costa Moreira** — criado do Príncipe; natural de Lisboa, freg. de S. Paulo, e morador no Paço; filho de José da Costa, natural de Fonte Arcada, e de Isabel Moreira, natural da freg. dos Mártires de Lisboa, e moradores na mesma cidade; neto paterno de Domingos Afonso e de Maria Lourenço, naturais e moradores em Fonte Arcada, e materno de Manuel Vaz e de Leonor Dias, naturais de Vila Viçosa, tendo vindo para a Corte com D. João IV; irmão de Manuel da Costa, também criado do Príncipe, Familiar do S.^{to} Ofício; casado com Paula Maria, natural da freg. de S. Julião de Lisboa, filha de João Rodrigues Chaves, natural de Casas Novas, freg. de

(¹) No Processo de seu marido, *Manuel Mendes d'Eça*, aparece com o nome de Isabel Coutinho.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

S. Vicente de Redondelo, e de Maria das Neves, natural de Lisboa, da rua da Calcetaria, freg. de S. Julião, e aí moradores, neta paterna de Pedro Afonso, natural de Besca (?), freg. de S. Bartolomeu, termo de Montalegre, e de Maria Pires, natural de Casas Novas, e aí moradores, e materna de *António Rodrigues*, filho de *André Afonso*, *naturais de Sande*, freg. de S. Cristóvão de Ovar, e de Joana Rodrigues, irmã da avó paterna, também natural de Casas Novas, irmã do P.^o Manuel Dinis, clérigo do hábito de S. Pedro, e tia dos P.^{es} José Rodrigues, prior encomendado da igreja de S.^{ta} Marinha de Lisboa, e Clemente Rodrigues, igualmente do hábito de S. Pedro.

Carta de Familiar de 5 de Abril de 1709.

Pedro — m. 16, n.º 350

- 29 **Pedro da Costa Neves** — mercador; *natural da vila da Feira*, freg. de S. Nicolau, e morador na cidade da Baía, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição da Praia; filho de *Manuel da Costa*, sapateiro, e de *Mariana Lopes*, *naturais e moradores na Feira*; neto paterno de *Pedro da Costa*, *cozinheiro do Convento do Espírito Santo dos padres Lóios da Feira*, natural da freg. de S. João de Areias, anexa à de S. Salvador de Vilar de Frades, Barcelos, e de *Isabel Francisca*, *natural da Feira*, e aí moradores, e materno de *Domingos Lopes*, *natural da Feira*, e de *Isabel Pinta*, *natural da freg. de S. Mamede de Travanca, Feira*, igualmente *moradores na Feira*, onde eram lavradores; casado com Paula Maria das Neves, natural de Leça, Matozinhos, filha de Manuel Gonçalves Neves, capitão, ou mestre, de navios, natural da freg. de S. Paio de Fão, e de Ana Tomé Quaresma, natural de Leça, e aí moradores, neta paterna de Amaro Gonçalves, pescador, e de Justa Manuel, *naturais e moradores em Fão*, e materna de Tomé Quaresma, homem do mar, natural de Matozinhos, freg. de S. Salvador de Bouças, e de Maria Lopes Alemoa, natural de Leça, e aí moradores.

Carta de Familiar, de 8 de Junho de 1736.

Pedro — m. 22, n.º 447

- 30 **Pedro da Cruz** — escrivão dos órfãos; natural e morador na cidade do Porto na rua das Congostas, freg. da Sé; filho de Domingos Moreira, sapateiro, natural de Lavadouro d'Aquem, freg. de S. Martinho de Fandilhais⁽¹⁾,

(1) Actualmente povoação da freg. de Paços de Gaiolo.

Marco de Canavezes, e de Maria do Anjo, natural do Porto, freg. da Sé, e aí moradores; neto paterno de Domingos Dias, o «caixeiro», e de Catarina Moreira, naturais respectivamente de Lavadouro d'Além e Lavadouro d'Aquém, e materno de Pedro Dias, sapateiro, natural de Mouriz, freg. de Sant'Ana, e de Maria de Brito, natural do Porto, freg. da Sé; ajustado para casar, em 1707, com Mariana Angélica da Cruz, natural e moradora na rua dos Mercadores, freg. de S. Nicolau do Porto, filha de Domingos Ribeiro, natural da Póvoa, freg. de Caramos, e de Apolónia da Silva, natural da freg. de S. Pedro de Avintes, vendedores de açúcar e espécies na rua dos Mercadores, neta paterna de Gaspar Fernandes, natural da Póvoa, e de Maria Ribeiro, natural de Uveiras, e materno de João Gonçalves, o «Baulio», natural de Pouzadela, freg. de S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura, Feira, e de Isabel André, natural de Avintes.

Carta de Familiar de 3 de Agosto de 1709.

Pedro — m. 13, n.º 318

- 31 **Pedro da Cunha Carneiro** — natural e morador na freg. de S. Martinho de Arrifana de Sousa; filho de Francisco da Cunha Carneiro e de Serafina Pinta de Vasconcelos, moradores em Arrifana de Sousa; neto paterno de Pantaleão da Cunha, natural de Arrifana de Sousa, e de Violante Varela, natural da freg. de S. Pedro da Várzea, e materno de Domingos Leite Pereira, natural de Ermígio, Midões, e de Domingas Pinta de Vasconcelos, natural de Avoção, freg. de S. Miguel de Sobrigas; ajustado para casar, em 1696, com D. Joana de Magalhães Teixeira, natural de Assento do Mosteiro, freg. de S. Salvador do Freixo de Baixo, Celorico de Basto, filha de Jerónimo Ribeiro de Magalhães e de Maria Teixeira de Carvalho, moradores em Assento, neta paterna de Domingos Coelho de Magalhães, neta paterna de Domingos Coelho de Magalhães, natural de Quintã, freg. de S.^{ta} Eulália de Constance, e de Antónia Ribeira, natural de Canavezes, moradores em Quintã, e materna de Gonçalo Teixeira de Carvalho, natural de Assento, e de Maria Vieira, natural da Quinta do Paço, freg. de S. Romão de Carvalhosa, moradores em Assento, prima do Dr. António de Magalhães Ferraz e do abade Lucas Teixeira de Carvalho, Comissário do S.^{to} Offício; novamente ajustado para casar, em 1705, com Maria Vieira Barbosa de S. Miguel de Quintela, freg. de S. João de Guilhufe, filha do Dr. Manuel Vieira de Sousa, natural de Ordins, freg. de S. Martinho de Laga-

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

res, e de Clara Barbosa de S. Miguel, natural de Quintela, e aí moradores, neta paterna de António de Sousa, natural de Ordins, e de *Madanela Vieira, natural de Sé, freg. de S. Jorge, Feira*, e materna de Gonçalo Barbosa de S. Miguel, natural de Quintela, e de Maria Jerónima, natural de Bairros, freg. de Paço de Sousa.

Carta de Familiar de 22 de Setembro de 1694.

Pedro — m. 12, n.º 298

- 32 **Pedro Fernandes Aires** — sombreireiro; *natural de Teamonde freg. de S. Salvador de Carregosa, Oliveira de Aze-
méis*; filho de *Pedro Fernandes, natural de Soutelo, freg.
de S.^{ta} Eulália de Chave, Arouca*, e de *Mariana João, natu-
ral de Aliviada, freg. de S. Pedro de Canedo, Feira, lavra-
dores em Teamonde*; neto paterno de *Gonçalo Fernandes*
e de *Isabel Fernandes, lavradores, naturais e moradores*
em *Soutelo*, e materno de *Pedro Domingues* e de *Maria*
Antónia, também lavradores, naturais e moradores em
Aliviada; ajustado para casar, em 1732, com *Maria Tava-
res de Pinho, natural e moradora em Moreira, freg. de*
S. Salvador de Roge, Vale de Cambra, filha de *Francisco*
Tavares Brandão, natural de Moreira, e de *Joana de*
*Pinho, natural de Gemieira, freg. de S.^{to} André de Maci-
nhata de Seixa, Oliveira de Azeméis, lavradores em Mo-
reira*, neta paterna de *Manuel Brandão, natural de Padras-
tos, freg. de N.^a Sr.^a da Natividade de Macieira de Cam-
bra, Vale de Cambra*, filho de *Belchior Brandão* e de
Joana, ou Catarina, de Pinho, e de *Isabel Tavares, natural*
de Moreira, filha de *João Tavares*, sendo estes avós pater-
nos *lavradores em Moreira*, e materna de *Marcos Rodri-
gues da Silva, lavrador, natural de Gemieira*, e de
Mariana de Pinho de Resende, natural de Milheirós, freg.
de S. Miguel de Milheirós de Poiares, Feira.

Carta de Familiar de 7 de Setembro de 1731.

Pedro — m. 20, n.º 416

- 33 **Pedro Fernandes de Aveiro** — piloto de navios da Guiné;
natural da vila de Esgueira, freg. de S.^{to} André, Aveiro,
morador em Lisboa; filho de *Nicolau Afonso que havia*
morrido na barra de Aveiro vindo da Terra Nova, e de
Maria Fernandes, naturais e moradores em Esgueira;
neto paterno de *Afonso Anes* e de *Isabel Fernandes*,
e materno de *Sebastião Pires* e de *Margarida Pires, todas*
igualmente *naturais e moradores em Esgueira*, casado

com Maria Antónia, natural de Vila do Conde, filha de João Pires e de Maria Afonso, neta paterna de Nicolau Pires e de Catarina Anes, e materna de António Afonso e de Maria Gonçalves, todos naturais e moradores em Vila do Conde.

1627

Pedro — m. 41, n.º 750

- 34 **Pedro Fernandes Correia** — mercador de pano de linho; natural de Adães e morador em Contumil, ambos lugares da freg. de S. João do Loureiro, Oliveira de Azeméis; filho de Amaro Jorge, lavrador, natural de Mirões, freg. de S. Pedro de Cesar, Oliveira de Azeméis, e de Maria Fernandes, natural de Adães, e aí moradores; neto paterno de Amaro Jorge, lavrador e correio, e de Catarina Correia, naturais e moradores em Mirões, e materno de Pedro Francisco e de Maria Fernandes, naturais e moradores em Adães; irmão de Marcos Fernandes, mercador, Familiar do S.^{to} Ofício, também natural de Adães.

Falecido antes de lhe ser passada carta de Familiar posteriormente a 1710.

Pedro — m. 19, n.º 389

- 35 **Pedro Ferraz Barreto** — capitão da galé real; natural de Lisboa⁽¹⁾; filho de Manuel Ferraz Barreto e de Isabel de Sampaio Ferreira, naturais e moradores em Lisboa; neto paterno de Pedro Ferraz Barreto e de Isabel Luísa de Figueiredo, naturais de Aveiro, e materno de Pedro Lopes de Sampaio e de Genebra Moreira Pereira, naturais de Lisboa; casado com D. Madalena da Cunha, filha de Manuel da Cunha Castelo Branco, natural de Tomar, e de Ana Nunes Teixeira, natural de Ourém, neta paterna de Diogo Martins Sobreira e de Helena da Cunha Castelo Branco, naturais e moradores em Tomar e materna de Rui Nunes Teixeira e de Margarida Vaz Pereira, naturais e moradores em Ourem.

Carta de Familiar de 5 de Junho de 1644.

Pedro — m. 4, n.º 132

- 36 **Pedro Ferreira** — corretor de número da cidade de Lisboa; natural de Belém, Lisboa, e morador na freg. da

(1) Na diligência em Aveiro o habilitando aparece com o nome de Francisco Barreto de Sampaio, cavaleiro da Ordem de Cristo, almoxarife da pólvora, e o pai natural de Aveiro.

Madalena; filho de Pedro Fernandes, natural da Serra de Pinheiro, termo da Sertã, e de Luzia Lourenço, natural de Carnapete, termo da Sertã, moradores em Belém; neto paterno de João Cristóvão, oficial de sapateiro, e de Maria Fernandes, naturais e moradores na Serra do Pinheiro, e materno de Domingos Lourenço e de Catarina Antónia, lavradores, naturais e moradores em Carnapete; casado com Maria Ferreira de Faria, filha de *Manuel Jorge*, natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão, e de Maria Lopes de Faria, que depois da morte de seu marido casara com Francisco da Cunha, moradores em Lisboa, freg. da Madalena, neta paterna de *António Francisco*, pescador, e de *Isabel Dias*, naturais e moradores em Ovar, e materna de Lourenço Lopes, sapateiro, natural da vila de Tancos, e de Maria de Faria, natural de Peralva, enviuvando, ajustado para casar, em 1663, com Antónia de Jesus, filha de António da Fonseca, natural de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, e de Maria da Fonseca, natural de Lisboa, e aí moradores na freg. de S. Cristóvão, neta paterna de Domingos Durães e de Filipa Vaz, moradores em Lisboa, S. Cristóvão, e materna de Pedro Rodrigues, capitão da armada, morto em terra de mouros, e de Joana Fragosa, moradores em Telheiras, freg. de S. João do Lumiar, termo de Lisboa, irmã de um freire professo do Mosteiro do Sacramento de Lisboa; de novo ajustado para casar, em 1669, com Teresa Maria, viúva de Jaques Anselmo, mercador de maçarica, morador na Ribeira, filha de Francisco Martins, também mercador de maçarica, natural de Carrazedo de Arvão, Vila Pouca de Aguiar, e de Isabel da Silveira, natural de Lisboa, e aí moradores, junto à Misericórdia, neta paterna de João Pires e de Isabel Gonçalves, naturais e moradores em Carrazedo de Arvão, e materna de Mateus de Andrade, andador do Santíssimo Sacramento da Sé de Lisboa, e de Ana da Cruz, moradores em Lisboa, freg. da Sé.

Carta de Familiar de 9 de Agosto de 1661.

Pedro — m. 5, n.º 166

- 37 **Pedro Ferreira Coelho** — natural de Azevedo, freg. de S. Vicente de Pereira, Ovar ⁽¹⁾, morador em Lisboa em casa do Inquisidor D. Manuel Pereira; filho de António Ribeiro, que por várias vezes fora juiz da vila da Feira, e daí natural, e de Catarina Ferreira, também natural da Feira, morador em Azevedo; neto paterno do P.º Jeró-

(1) No processo freg. de S. Vicente, Terra da Feira.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

nimo Ribeiro, natural de Azevedo, e de Cezília Fernandes, natural da freg. de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Azeméis, moradores na terra da Feira, e materno de Pedro Ferreira Coelho, ouvidor da comarca do Condado da Feira, e de Maria de Pinho, filha de Tristão Vaz e de Filipa de Pinho, moradores na vila da Feira.

Informação de poder servir o S.^o Offício de 23 de Novembro de 1617.

Pedro — m. 1, n.º 19

- 38 **Pedro Gonçalves Bacelar** — natural de Redondela, Galiza, e morador na Figueira da Foz; filho de António Gonçalves, natural de S. João de Coucieiro, Vila Verde, e de Isabel de Bacelar, natural de Valença do Minho; neto paterno de António Gonçalves, natural de Cova do Ladrão, junto a Chaves, e de Filipa Mendes, natural de Pombal, e materno de João Vaz e de Isabel Fernandes Bacelar, moradores em Valença; primeira vez casado com Isabel de Basto, filha de António de Basto e de Maria Álvares da Silva; segunda vez casado com *Antónia Cardoso da Silveira, natural da vila de Aveiro, filha de Sebastião da Silveira, tabelião, e de Antónia dos Santos, naturais e moradores em Aveiro, neta paterna de André Dias Caldeira, escudeiro, e de Maria, ou Isabel, Fernandes, e materna de João dos Santos, mercador, e de Maria Cardoso, todos igualmente naturais e moradores em Aveiro.*

Julgado habilitado a 26 de Novembro de 1627.

Pedro — m. 40, n.º 709

- 39 **Pedro Guedes de Miranda** — natural e morador em Lisboa, respectivamente da freg. da Conceição Nova e na de Santiago; filho natural de Luís Guedes de Miranda, senhor de Murça, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Pena de Lisboa e morador na quinta da Bacalhoa, a Arroios, e de Águeda Maria, solteira, natural de Alcaria Ruiva, Mértola, e moradora em Vale de Cavalinhos, Lisboa; neto paterno de João Guedes de Miranda, natural de Lisboa, freg. de S. Pedro de Alfama, e de *D. Francisca de Noronha, natural da vila de Vagos, freg. de Santiago, filha dos Condes de Aveiras, e materno de Miguel Fernandes, natural de S. Pedro de Sólis, Mértola, e de Catarina Luísa, natural de Alcaria Ruiva, moradores, os primeiros em Lisboa e os últimos em Alcaria Ruiva.*

Carta de Familiar de 15 de Março de 1771.

Pedro — m. 35, n.º 609

- 40 **P.º Pedro Henriques de Carvalho** — prior da igreja de S. Pedro de Almuro, Monforte; natural de Vila Boim; filho de Manuel Pires de Carvalho, alfaiate, natural de Pomares, termo de Jarmelo, e de Josefa Inácia, natural da aldeia de S.^{ta} Eulália, termo de Elvas, moradores em Vila Boim; neto paterno de João Pires de Carvalho, alfaiate, e de Clara Gaspar, naturais e moradores em Pomares, e materno de *José Gonçalves* almocreve, *natural de Fagilde, freg. de S. Pedro de Canedo, Feira*, e de Mariana da Apresentação, natural da freg. de S. Vicente, termo de Elvas.

Provisão de Notário de 30 de Agosto de 1785.

Pedro — m. 37, n.º 635

- 41 **Pedro João Soares** — *natural e morador em Vila, freg. de S.^{ta} Cruz de Alvarenga, Arouca*; filho do capitão *David Soares Ferreira Pinto* e de *Francisca Vieira*, *naturais e moradores em Vila*; neto paterno de *António Ferreira Pinto*, pagem de D. Isabel da Silva Montenegro, natural da Casa da Lage, freg. de S.^{to} Isidoro de Ribatãmega, e de *Maria Soares*, vendedora de tabaco, *natural de Quintela de Baixo, Alvarenga*, e materno de *Domingos Rodrigues Tristão*, lavrador, *natural de Vila*, e de *Francisca Vieira*, natural de Lourosa, freg. de S.^{to} Iricio de Nespereira, Sanfins, *moradores em Vila*.

Carta de Familiar de 22 de Novembro de 1753.

Pedro — m. 29, n.º 530

- 42 **Pedro José Pereira de Sousa de Vasconcelos** — bacharel formado em leis; natural e morador em Vila Franca de Xira; filho de José Pereira de Sousa, capitão-mor de Vila Franca de Xira, natural da freg. de S.^{to} Ildefonso do Porto, e de D. Francisca de Vasconcelos Guevara, natural da freg. de N.^a Sr.^a de Marvila de Santarém, moradores em Vila Franca de Xira; neto paterno de Luís Pereira de Sousa, filho de Manuel de Sousa e de Simoa Pereira, da freg. de S.^{to} Ildefonso do Porto, e de *Marta da Silva*, filha de *Francisco Cardoso* e de *Joana da Costa*, da freg. de S. *Martinho de Mozelos, Feira*, e materno de Francisco Carvalho da Silva, filho de Manuel Carvalho da Silva e de Grácia da Conceição, da freg. de Marvila de Santarém, e de Ana de Vasconcelos, filha de Duarte de Sousa de Vasconcelos e de D. Francisca Maria Brandão,

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

da freg. de Santos Velhos de Lisboa; ajustado para casar, já juiz de fora da cidade de Lagos, em 1774, com Isabel Margarida Caetana de Sousa, natural e moradora em Lagos, filha de Belchior da Costa, filho de pais incógnitos, e de Natália de Jesus, moradores em Lagos, neta materna de Vicente Martins e de Maria do Ó, de Faro.

Carta de Familiar de 22 de Novembro de 1765.

Pedro — m. 33, n.º 588

(Continua)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

UA/CC	
N.º	957
Data	12/1 1982

bibRIA

LEÃO TOLSTOI, JAIME DE MAGALHÃES LIMA, WILLIAM B. EDGERTON E O «ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO»

PRELIMINARES

É mal conhecido no nosso País e era até há pouco totalmente ignorado no estrangeiro o escritor aveirense Jaime de Magalhães Lima⁽¹⁾. A única ideia que eventualmente poderá ocorrer às pessoas mais informadas e cultas é a de que se trata de um discípulo e admirador de Leão Tolstói⁽²⁾. Poucos saberão que viajou pela Rússia em 1888, que visitou o autor de *Guerra e Paz* e com ele se correspondeu. Quase ninguém conhece a contribuição precursora e decisiva de Jaime de Magalhães Lima para a divulgação, entre nós, da literatura do século XIX em geral e da obra de Tolstói em particular.

Foi necessário que William B. Edgerton, professor da Universidade norte-americana de Indiana e notável especialista em línguas e literaturas eslavas, visse o nome de Antero de Quental no *Diário* de Tolstói, consultasse uma história de literatura portuguesa, onde viria a descobrir casualmente o nome do nosso compatriota, e escrevesse um artigo sobre Tolstói e Magalhães Lima⁽³⁾, para que o escritor aveirense passasse a ser conhecido no grande círculo internacional dos estudiosos de Leão Tolstói.

Veremos, ao longo deste artigo, como a revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*⁽⁴⁾ serviu de intermediário entre o professor

(1) (1859-1936). Formado em Direito pela Universidade de Coimbra.

(2) (1828-1910).

(3) «Tolstoy and Magalhães Lima», na revista americana *Comparative Literature*, vol. XXVIII, n.º 1 (1976).

(4) Fundada em Aveiro no ano de 1935; o primeiro artigo publicado nesta revista foi escrito por Jaime de Magalhães Lima e intitulado *Fecundidade das Relíquias* (vol. I, 1935).

estadunidense, dum lado, e a cidade de Aveiro e a Família Magalhães Lima, do outro.

*

Jaime de Magalhães Lima entrou em contacto com a obra de Tolstoi pela leitura de *Le Roman russe* de Eugène-Melchior de Vogüé, mas foi a sua viagem de Portugal à Rússia e o encontro em Iasnaia Poliana, no Outono de 1888, com Tolstoi que representaram um marco decisivo nas relações literárias e pessoais entre os dois escritores. Por isso lhes damos particular relevo no desenvolvimento deste trabalho.

A viagem vem descrita nas crónicas publicadas no jornal *A Província* que foram enviadas de bordo do navio Finland, 19 de Setembro, de Estocolmo, 22 de Setembro, e de Copenhague, 26 de Setembro, respectivamente. Estas crónicas e as do resto da viagem pelo norte da Europa e da África deram o livro *Cidades e Paisagens*, editado pela Tipografia de J. da Silva Teixeira, Porto, em 1889.

A visita de Jaime Lima a Tolstoi aparece com mais desenvolvimento em *Cidades e Paisagens* e em *As Doutrinas do Conde Leão Tolstoi*, obra publicada em 1892.

PAISAGEM RUSSA

Vale bem a pena transcrever a bela e sugestiva descrição da *paisagem russa*: — «Deixando Varsóvia, em poucas horas temos a paisagem do norte da Rússia, que durante longas horas e longos dias nos há-de acompanhar com inquebrantável monotonia. O que particularmente a distingue é a frequência do vidoeiro, absorvendo e dominando completamente as restantes árvores, o abeto, a tília, o carvalho, o pinheiro e outras poucas espécies que aparecem raras e por isso não têm valor apreciável. A ramagem pendente e o desbotado das folhas do vidoeiro, ao mesmo tempo que dão à floresta um aspecto compacto, roubam-lhe toda a rutilância das ramagens horizontais e os ângulos e nitidez de linhas próprios das árvores resistentes e firmes como o carvalho, por exemplo. A floresta é ligada e unida, as curvas suaves, nem sombras profundas nem resplendor; entre o claro e escuro, como entre os diferentes tons, as transições são imperceptíveis» (1).

E a descrição continua, mas agora tendo por objecto a própria *terra* e o *homem* que a habita: — «Disse que a paisagem da Rússia se distinguia pela predominância do vidoeiro e não disse talvez a inteira verdade. Superior e porventura influenciando

(1) *Cidades e Paisagens*, págs. 38-39.

muito intimamente na feição estética do arvoredado, está a configuração do terreno, um imenso Alentejo, em planícies infundas, que assim se podem chamar umas depressões tão pequenas que não prejudicam a linha do horizonte. Sobre essa vastidão assentam aldeias, aglomerações de casebres baixos e abafados, construídos de madeira e cobertos de colmo, sem divisões interiores; em cada um há, em regra, um pequeno ponto branco, a chaminé do forno sobre que no inverno dorme toda a família. Ao lado, num pequeno pátio, intransitável de esterco e de lama, estão as cortes dos gados, não mais vastas do que a habitação do dono. Também às vezes falta o forno e então o lavrador e os gados vivem promiscuamente sob o mesmo tecto. Mas, sob esta aparência miserável, existe frequentes vezes o asseio e a ordem e não raro também a abundância» (1).

MOSCOVO

Não se resiste à tentação de apresentar o quadro que *Moscovo* ofereceu aos seus olhos observadores e atentos:—«Por tais caminhos cheguei a Moscovo, cidade tão gabada, sobre que o Oriente tem dispendido tanto ouro como o Ocidente retórica entusiástica. Olhei-a de longe com ansiedade, passei-a, subi ao monte a que Napoleão subiu para a ver antes de a conquistar, mirei-a muito enfim. Pois, de quanto por lá pensei e observei, concluí que para nós, latinos, enamorados da harmonia, da simplicidade, da proporção e da graça, não tem beleza. Interesse e entusiasmo pelas evocações históricas que dela brotam aos cardumes e prende pela estranheza e pelo pitoresco dum mundo novo; mas que seja um prazer estético o que ela nos dá, desconfio. É uma cidade sem plano, sem princípio nem fim, sem um centro de convergência, caprichosa e emaranhada, como a imaginação oriental. Chamo a tudo aquilo bizantino, neste sentido, que, à força de distinguir, confunde e enreda a mais não poder resolver. Cada rua desentranha-se em mil becos e ruas tão grandes ou maiores que a via-mãe; de cada florão de arquitectura rebentam novos florões que se emendam, sobrepõem, sobem, descem, voltam ao ponto de partida para recomeçarem a mesma teia; tais quais as discussões da nossa Câmara dos Deputados. São as imaginações insaciáveis de subtilezas no pensamento, nas artes e em tudo, porque o espírito humano é um para cada povo e para cada época; são a negação da lucidez e da precisão. Com esta concepção da forma estética coincide o brilho anteposto à cor. Indiferente às delicadezas de colorido, o moscovita adora o ouro e as pedrarias: o bronze, a prata e o aço são pouco, é preciso dou-

(1) *Ob. cit.*, págs. 39-40.

rá-los. As igrejas estão recamadas de ouro, nos bazares abundam os bronzes trabalhados no país, mas sempre dourados; o tesouro do palácio imperial não terá maravilhas de Cellini, mas tem ouro e pedras preciosas que bastam a adornar todas as cortes da Europa. Pelos atalhos dessa montanha de riquezas anda uma população mesclada, cossacos e chineses, circasianos e fínios; porque Moscovo, uma terra de comércio, um bazar, um genuíno e simples mercado, tem de notável sobre os seus congéneres do Ocidente e do centro da Europa, ser intercontinental e trazer às suas barracas uma população que dos mais remotos cantos da Europa vai quase a tocar na América. Quase, agora; quem sabe se um dia a tocará de facto, e que medonha convulsão reserva ao mundo esse combate. Dizem ter mil e seiscentas igrejas, e creio ter devoção para edificar outras tantas. Não há casa sem uma imagem de Cristo; nem os restaurantes com frequência muito suspeita lhe escapam. As oferendas não têm número, tudo se faz por milagre. Direi todavia que esta é a maior força daquele povo. Entre Paris, o epicurismo, Berlim, a força, e Moscovo, a religião, eu preferirei a última, porque neste reconhecimento de uma vontade superior, de quem tudo dimana e provém, está o gérmen e o fundamento da paciência, da resignação e da obediência, forças invencíveis que os factos externos deixam intactas e não quebram. É difícil dizer onde termina a fraqueza e onde começa a doçura e a piedade, que dimanam dessa essência, mas é certo que a maior de todas as forças é a força de sofrer. Não há obstáculo mortal para a actividade de quem a possuir, e por isso o russo, apático, sofredor, todo confiado à vontade de Deus, tem sobre todos nós, racionalistas do Ocidente, a maior das vantagens» (1).

MOSCOVO E SÃO PETERSBURGO

Vem a propósito referir o confronto que a pena escorreita e natural do cronista faz entre *Moscovo* e *S. Petersburgo* (2); — «Deixamos em Moscovo uma cidade, produto espontâneo, e portanto característico, do génio dum povo em cujo sangue se amalgamam diferentes raças, e em S. Petersburgo vamos encontrar a capital dum grande império consciente da sua grandeza; a primeira é uma construção histórica, a segunda a revelação do pensamento e dos sonhos dum imperador. A igreja da Assunção, no Kremlin, na sua pequenez, com a profusão dos seus adornos e do seu ouro, é gigante como documento da concepção artística do moscovita; Santo Isac,

(1) *Ob. cit.*, págs. 41-44.

(2) Antiga capital da Rússia dos czares, hoje conhecida por Leninegrado.

de Petersburgo, com os seus monolitos de vinte metros de altura, singela, sóbria e grande, foi traçada por um francês e, se demonstra alguma coisa, é a vitória da arquitectura greco-romana em todo o mundo civilizado. Aquela infinita variedade de formas e de linhas em que se fundiam ou baralhavam a China, a Pérsia, o Oriente e a Itália, perdeu-se nas margens do Neva, entregues à imitação do Ocidente; e enquanto Moscovo parece ter saído da terra como o desenvolvimento natural e fácil dos gérmens que continha, S. Petersburgo mostra uma vontade, um esforço de adaptação a hábitos, costumes e formas estranhas, reflectidamente julgados melhores. É uma cidade afrancesada, como de resto o são todas as cidades modernas. Há muito passou ao domínio da banalidade extasiar-se a gente perante a vastidão de Petersburgo; mas essa vastidão é única no mundo, e por isso não importa repetir o facto, porque vê-la será sempre uma impressão surpreendente. Entre o Neva, abundante e profundo, a espriar-se num amor bárbaro, insaciável de terra, ao fundo dessas planícies infindas povoadas de florestas e aldeias, para encerrar a coroa que liga as neves do Himalaia às neves do Báltico era necessária uma cidade, cuja vastidão eclipsasse todas as capitais do mundo. Ruas, igrejas, palácios, pontes e cais, tudo é duma largueza única. Todavia, através dessa grandeza, que é porventura espontânea, e através da imitação do Ocidente, que é manifestamente pensada e deliberada, transparece certo sabor do torrão, qualquer coisa de bárbaro (1).

VISITA A TOLSTOI

Já é tempo de contar a visita de Jaime Lima a Tolstoi em 16 de Setembro de 1888. Este tinha então 60 anos de idade, e Jaime Lima tinha 29, e preparava o seu casamento. Vamos reproduzir as próprias palavras do visitante.

«Vindo à Rússia, não pude roubar-me o prazer de visitar o conde Tolstoi, o famoso romancista que hoje todo o mundo conhece. Como tantos outros estrangeiros, dirigi-me pois à cidade de Tula e daí a Iasnaia Poliana, propriedade e habitação de Tolstoi.

Em torno deste nome fez-se uma verdadeira lenda que representa o conde como um louco, fazendo sapatos e lavrando as terras. E na verdade tem não sei quê de singular e de poético a sua vida.

Um dia, um conde desse dourado império dos czars vestiu-se de mujiقة e, mais do que simplesmente, pobremente, foi esconder-se na sua aldeia e começou a ceifar o trigo, semear

(1) *Ob. cit.*, págs. 53-55.

o grão e construir a cabana. Tinha tudo o que a vaidade ambiciona, uma fortuna imensa, um nome illustre, uma mulher formosa e, sob traços grosseiros, uma rudeza viril aliada ao encanto dum olhar límpido em que brilhava a doçura que lhe vinha da alma. Sobre tantos dons da natureza e da fortuna tinha ainda um prodigioso talento de artista. Nada lhe faltava para conquistar a lisonja e a veneração do seu tempo, e esse homem, que podia ter uma corte de admiradores e turiferários, tudo deixou pelo trabalho da terra e pela companhia do aldeão, que há pouco ainda era seu escravo.

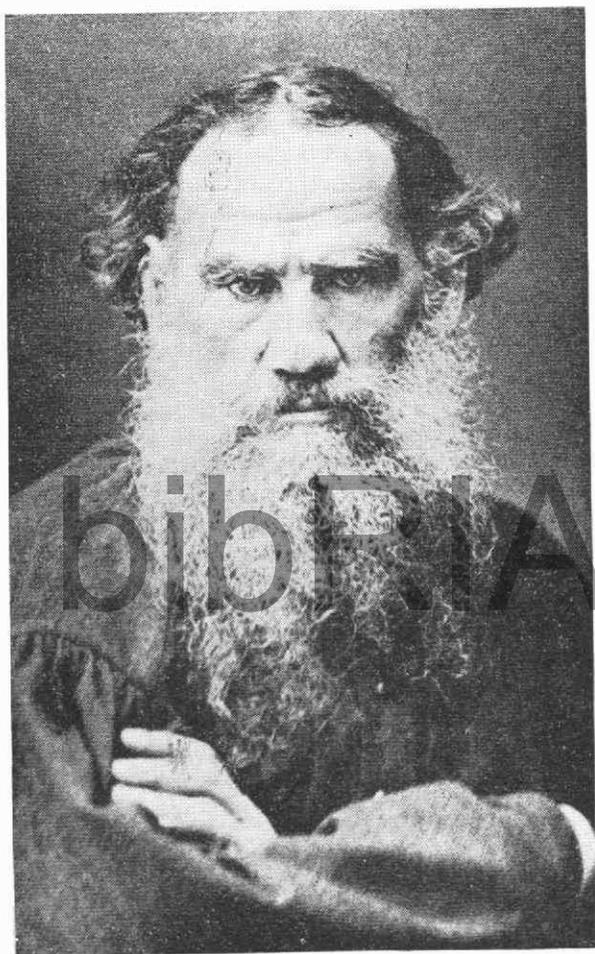
O mundo viu com espanto tamanha abnegação, sorriu, e, sem ousar dizê-lo, chamou-lhe loucura. Não o é; mas uma tal energia em conformar o sentimento e a acção surpreende numa época em que a simplicidade, a modéstia, a religião e o cristianismo, são essências preciosas para uso verbal e devaneios literários apenas. E todavia o proceder de Tolstoi está ainda muito longe do ascetismo de outras eras em que princesas e fidalgos abandonaram família, os palácios e o luxo, trocaram todos os prazeres, os prazeres santos e os prazeres impuros, pelo êxtase divino e pela solidão do claustro.

Vejamos brevemente que ideias e sentimentos levaram o conde ao novo claustro em que se encerrou.

Dizia-me: Não conheço nações, há homens apenas; e a sua lei divina e cristã é a fraternidade. Por aí devemos regular as nossas acções e aferir o seu valor.

Respondi-lhe que não me parecia que o espírito nacional fosse incompatível com a fraternidade. Tomemos um exemplo, a protecção industrial aduaneira, uma consequência do nacionalismo. Destrói a fraternidade? Não; pelo contrário, realisa praticamente uma equitativa distribuição de riqueza entre os diferentes povos e, se não, lembremo-nos dos efeitos da liberdade comercial que seria manifestamente a miséria para uns e a opulência para outros. Concedendo que dos motivos concorrentes da actividade humana, os motivos de ordem moral devem governar os da ordem natural ou física, temos que a fraternidade, o amor, ou como melhor deva dizer-se, carecem de dar aos últimos a satisfação devida para completa realização dos primeiros. E assim é necessário que para os povos haja nações, como para cada família uma casa.

Erro! replica Tolstoi. Para lançar uma pedra sobre determinado ponto carecemos de apontar mais longe, e assim também, para vivermos segundo o cristianismo, precisamos não contar com os motivos de ordem natural. Eles se manifestarão espontaneamente; pensar neles é mal empregar a razão que deve guardar-se para as coisas superiores.



LEÃO TOLSTOI
(1828-1910)

Singular raciocínio, direi eu, que não quer contar com um elemento cuja existência reconhece! Por este caminho vamos ao nihilismo, e Tolstoi era perfeitamente lógico quando acrescentava: Para que servem os governos? Se amanhã Moscovo e Petersburgo desabassem, que importava a esta aldeia? Seria inteira e completamente o que hoje é. E contava-me, como esclarecimento e demonstração, que da Rússia emigram famílias inteiras, e na simples carroça que leva todos os seus bens vão muito longe, à Sibéria e quase à China, fazer as colheitas. Com o produto desse trabalho levantam a casa, estabelecem uma lavoura nesses desertos incultos e são felizes até que o governo os descobre para lhes pedir impostos e os filhos para o exército.

Nova ilusão, a meu ver. Para que esta espécie de nihilismo seja possível são precisas duas condições, terra em extensão superior ao pedido e a simplicidade de costumes do mujique. Desde o momento em que a terra necessite partilha, aí temos inevitavelmente um princípio de governo; e desde que a vida se complique, igualmente aparece a necessidade de uma actividade colectiva, uma força que mantenha a ordem e preste os serviços comuns. Ora pelo que respeita à terra todos sabemos se ela abunda, e pelo que respeita à simplicidade de vida a história e a observação dos instintos naturais são suficientemente claros. O desenvolvimento e complexidade da civilização demonstram historicamente uma tendência irreprimível e, se esta prova não existisse, bastava atender aos apetites e desejos dos mais simples, para descobrirmos um início de evolução para a complexidade. Na choupana do mujique vamos encontrar um mealheiro e estampas coloridas a adornarem as paredes; entre essa choupana e a galeria de quadros do capitalista a relação é manifesta, uma contém o gérmen da outra.

De forma que essa simplicidade, individualmente possível, é colectivamente impossível. O que não importa a negação duma vida mais simples do que a actual, como fim último da civilização; o balanço dos prazeres e penas da plena expansão natural, combinado com os sentimentos piedosos e aspirações cristãs, conduzem a uma redução reflectida das nossas necessidades, mas entre esta e o estado primitivo há uma enorme diferença que devemos ver e pesar; e sendo a simplicidade consciente um produto superior da civilização, seria erro esperá-la do vulgo que para a atingir carece de ser educado. Deste último facto a necessidade de governo e instituições educativas, que não serão portanto um mal e uma desobediência à doutrina cristã, mas sim a condição da sua realização prática.

Como é de uso nesta espécie de palestra viemos de parte a parte a um interrogatório sobre o estado social de Portugal

e da Rússia. Repeti o que disse na minha última carta, que a religião me parecia a maior força do moscovita.

É e não é religioso, respondeu-me o conde. Entre Gogol e Beliensky levantou-se um dia essa questão e estou em dizer que ambos tinham razão. Se julga pelo número das Igrejas e pela sua concorrência, dir-lhe-ei que o russo não é religioso; isto é um hábito, como o álcool ou o chá, sem a maior significação psicológica. Mas acontece que, diferentemente do que sucedeu com a Igreja romana, traduzimos o Evangelho há novecentos anos e as suas máximas divulgaram-se no povo em que ainda agora actua energicamente. Por este lado a Rússia é um país religioso.

Se me é dado acrescentar alguma coisa, direi que o é ainda por outro lado, o fundo fatalista, Deus, Acaso, Providência, negação da previdência e reconhecimento de uma vontade superior incognoscível. O próprio conde Tolstoi representa esta feição. Mostra-a nas suas obras e, conversando comigo sobre estas formas futuras da propriedade, disse singelamente: — Quem pode prever o que acontecerá daqui a vinte anos?

*

Ao ver o entusiasmo com que Tolstoi me mostrava a aldeia e as habitações do mujique, ouvindo falar dos campos e das searas, fazendo a apologia ardente do trabalho braçal como tónico indispensável para o corpo e para o espirito, comparando os actos e as palavras, pareceu-me que os grandes sentimentos que determinaram o seu modo de viver tão anormal, foram o amor da terra e a humildade cristã. Conhecendo profundamente toda a sociedade e a alma humana, só aí encontrou paz e satisfação à sua consciência, e por isso envergonhou o hábito e professou nessa nova religião.

Quisera reproduzir todo o longo discurso de Tolstoi, mas a memória nunca me ajuda e muito menos neste momento, em que a sucessão e diversidade de matérias a contrariam. Ficou-me porém esta impressão — que o pensamento voa mais alto em duas horas de palestra com um homem de génio do que em dois anos de meditação solitária.» (1).

E Jaime Lima descreve a troca de impressões que caracterizou esta visita. O diálogo mostrou mesmo uma discordância de ideias, bem expressiva da diferença das mentalidades que se enfrentavam e que não desmentia a admiração pessoal que o escritor português consagrava ao romancista russo.

(1) *Ob. cit.*, págs. 44-52

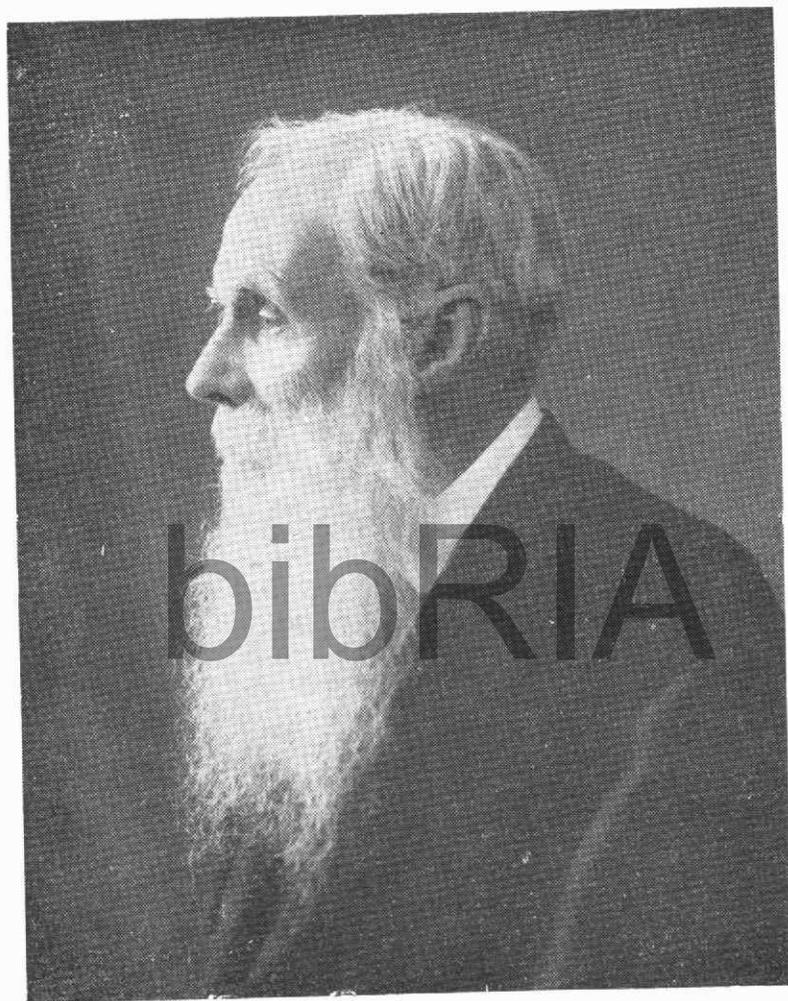
AS DOCTRINAS DE TOLSTOI

Em outra obra — *As Doutrinas do Conde Leão Tolstoi* — Jaime Lima descreve mais um pormenor desta visita que parece merecer uma referência especial: — «Estive na Rússia no Outono de 1888, e, levado por uma viva admiração do romancista, visitei o Conde Leão Tolstoi. Dessa visita, de que em outro lugar dei conta, resultou o presente estudo; pois procurava um romancista e encontrei um filósofo, levemente preocupado de coisas literárias. Para ir a Iasnaia Poliana, habitação de Tolstoi, a dezanove quilómetros de Tula, precisei de ser acompanhado por um intérprete; não conheço a língua russa e por essas terras nenhuma outra se fala. Cheguei cedo, cerca das oito horas da manhã, e em breve, na pequena sala em que se juntavam um divã esfarrapado, instrumentos de lavoura, a tripeça do sapateiro e os retratos de Schopenhauer e da Condessa Tolstoi, nesse canto desordenado, frio e sem arte, em que vagueava um perfume de trabalho e de pobreza, encontrava a figura atlética do Conde. Disse-lhe o que me trazia ali, a admiração das suas obras, e quando prosseguia pedindo-lhe perdão de não ter vindo acompanhado de alguém que me apresentasse, bruscamente, interrompendo-me, perguntou: A sua profissão? — Proprietário e jornalista. — E a deste homem? acrescentou apontando o intérprete. — É meu intérprete. — O que há de melhor, disse severa e duramente, é pedir esmola; ser intérprete já é melhor do que ser proprietário, mas ser proprietário é o que conheço de pior» (1).

UM ESCLARECIMENTO

Na *Advertência* do livro *Cidades e Paisagens*, Jaime Lima, com receio de que a sua discussão com Tolstoi ficasse obscura, dá o seguinte esclarecimento que é fundamental para se compreender o seu tolstoísmo: — «De acordo quanto à medida do progresso, conformes ambos em que devemos aferi-lo pelo alargamento e mais profunda penetração da fraternidade ou do amor nas relações sociais, diferíamos no modo prático da sua realização. Tolstoi conclui pelo nihilismo, pela abolição da propriedade, do Estado, de todos os vínculos e de todas as dependências, entregando os homens somente à sua lei divina ou moral; pede uma dissolução onde eu pediria uma organização, uma ordem, donde derivam a família, a comuna, a propriedade, o Estado, uma subordinação. Histórica e cientificamente está demonstrado que, abolidos esses laços, a sociedade cai na anarquia, na guerra, na livre soberania da luta pela

(1) *Ob. cit.*, págs. 1 e 2.



JAIME DE MAGALHÃES LIMA
(1859-1936)

vida, negação da fraternidade. E não se diga que esta maneira de ver contradiz a igualdade, tendência evolutiva das sociedades arianas, historicamente demonstrada. A igualdade entre os homens, que o cristianismo e a filosofia reconhecem, traduz-se nas instituições políticas numa acessibilidade de estado e de classe e não na abolição de todos os estados sociais e das classes, órgãos da humanidade. Desses órgãos deriva a sua forma e é esta que nos cumpre aperfeiçoar sem a destruímos. De resto, quanto ao modo de viver de Tolstoi, só repetirei que me merece a mais ilimitada admiração. Compreende-se e admira-se o homem entregue sem reservas a uma paixão sublime, despindo-se heroicamente de todo o *snobismo* com que a fraqueza de todos nós condescende e curvando-se sobre o arado; absorvido nesse mistério insondável e fascinante da terra, aureolado da maior de todas as bênçãos divinas — a humildade.» (1)

Como tão claramente se vê nesta transcrição, Jaime Lima tinha por Tolstoi uma *admiração ilimitada*, mas punha grandes reservas ao tolstoísmo, afirmando que, destruída a família, a propriedade e o Estado, «a sociedade cai na anarquia, na guerra, na livre soberania da luta pela vida, negação da fraternidade».

A visita de Jaime Lima a Tolstoi, que àquela hora da manhã ia tomar banho e por isso o recebeu sem qualquer cerimónia, de roupão e toalha ao pescoço (segundo informação pessoal da filha do escritor aveirense, D. Maria do Cardal de Lemos Magalhães Lima), não correu talvez da maneira mais afortunada. Todavia, a admiração de Jaime Lima pelo romancista russo não sofreu a mínima quebra e pode dizer-se que se manteve no mais alto nível até ao fim.

ESCRITOS SOBRE TOLSTOI

Antes de ir à Rússia, Jaime Lima tinha já escrito uma crítica ao livro *O Romance Russo*, de Vogüé, em dois artigos de *A Província* (o primeiro, intitulado *Um livro recente sobre a literatura russa*, vem no n.º 167, ano II, de 26 de Julho de 1886, e o segundo, com o título *Voltando ao ninho*, saiu no n.º 170 do mesmo ano II, de 29 de Julho de 1886); um artigo — *Tem a palavra a Rússia* — sobre a literatura russa e a necessidade de organizar uma biblioteca russa, mesmo em francês (!), com obras de Turguenev, Tolstoi, Dostoievski e outros (*A Pro-*

(1) *Cidades e Paisagens*, págs. XIII a XV.

víncia, n.º 117, ano II, de 24 de Maio de 1886); uma crítica ao romance *Guerra e Paz*, de Tolstoi, sob o título de *1 200 Páginas* (*A Província*, n.º 6, ano III, de 10 de Janeiro de 1887).

Em 15 de Março de 1889 ofereceu um exemplar dos *Sonetos* de Antero e fez acompanhar a oferta de uma carta bem significativa da sua confiança e admiração.

CARTA DE JAIME LIMA A LEÃO TOLSTOI

Por se tratar de um documento público, pois faz parte da documentação do «Museu de Tolstoi» em Moscovo, pelo seu valor intrínseco e ainda por ser uma prova evidente das relações literárias e pessoais entre os dois escritores, publica-se na íntegra a carta de Jaime Lima a Tolstoi (1), datada de 15 de Março de 1889 e escrita de Aveiro:

«Por ocasião da minha visita a sua casa — que ficará como uma das mais doces e encantadoras recordações da minha vida — em Setembro passado, pediu que lhe enviasse os Sonetos do meu amigo Quental e que lesse o seu livro «Religião», comunicando-lhe a seguir o meu parecer sobre ele. Só hoje posso cumprir o primeiro compromisso enviando-lhe a tradução alemã dos Sonetos de Quental. Espero que os possa ler com prazer; estão por ordem cronológica, e verá como o poeta passa, neles, do naturalismo ao pessimismo e daí ao idealismo.

O último soneto é bem a conclusão da sua filosofia e da sua vida. Porque é um dos homens raros que souberam viver como pensavam.

Li a sua «Religião» e voltarei a ler brevemente todas as suas obras traduzidas em francês. Ela (a «Religião») causou-me uma impressão tão profunda que resolvi dedicar-lhe um estudo que deverá ser publicado no próximo verão. Quando o terminar, farei uma tradução em francês (mal, como se vê, mas é a única maneira de me fazer entender por si) e enviá-lha-ei logo após.

Não estamos de acordo em muitos pontos, mas devo confessar-lhe que, há já bastante tempo, muitas vezes com a ajuda dos seus livros, me sinto voltar à religião e à humildade. É possível que as vicissitudes da minha vida tenham contribuído muito para isso; sempre estou convencido de que a vida não tem outra finalidade senão a virtude, e cada dia sinto mais sincero e profundo arrependimento das minhas faltas e dou a maior parte dos meus pensamentos ao amor de Deus.

Mas, pobre de mim! carrega-me nos ombros o peso das

(1) Uma fotocópia desta carta escrita em francês foi-nos gentilmente oferecida por William Edgerton.

ilusões da juventude e, no momento em que pretendo fundar uma família, casar-me e viver finalmente na única atmosfera moral que convém à virtude, sinto-me preso nos laços dum adultério e, entre o dever e a compaixão e o temor dum suicídio, angustio-me na dúvida e na dor. Nas minhas aflições, procuro ansiosamente a luz de Deus e o meu coração espera ainda chegar a ter a consciência em paz.

Mas... eu queria falar de si e falo de mim. Perdôe-me, pois vejo em si alguém a quem eu gostaria muito de fazer a minha confissão.

Envio daqui as minhas saudades a essa terra da Rússia, que talvez venha a ser chamada um dia para pregar o novo cristianismo, e particularmente a si e a todos os seus, cuja hospitalidade continua indelével no meu coração.

Ah! se eu tivesse a felicidade de voltar aí...»

Depois, os estudos sobre a literatura e o pensamento russo, particularmente de Tolstoi, não diminuíram e até aumentaram consideravelmente. Assim, em 1890, publicou na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós, um longo estudo sobre *A filosofia de Tolstoi* (vol. II, págs. 172 e 329); um artigo intitulado *A escola de Barbizon*, em que compara «a popularidade da literatura russa, dos romances de Tolstoi especialmente, e a popularidade da Escola de Barbizon», factos paralelos, como lhes chamou em *As Doutrinas do Conde Leão Tolstoi*, pág. 104 em nota; um comentário à *Sonata a Kreutzer*, de Tolstoi, que intitulou *A vida conjugal* (vol. III).

Estes três estudos, foram compilados num só volume e, precedidos de uma introdução de 55 páginas, deram o livro *As Doutrinas do Conde Leão Tolstoi*, edição da Livraria Internacional de Ernesto Chardron, Porto, 1892.

Este livro foi dedicado a Antero de Quental com estas significativas palavras de homenagem: — «A memória do meu querido Mestre Antero de Quental».

MAIS TRABALHOS DE JAIME LIMA REFERENTES A TOLSTOI

Em 1889, escreveu nas *Notas dum Provinciano* (série I, n.º 3, págs. 96-108) uma crítica séria e profunda ao romance *A Ressurreição*, de Tolstoi.

Os *Contos Populares* de Tolstoi foram traduzidos por Antão de Lencastre, segundo a versão inglesa de L. e A. Maude, em 1915, e o respectivo prefácio é da autoria de Jaime Lima, que aproveitou o ensejo para manifestar, mais uma vez, a sua admiração sem reservas, terminando com estas palavras: — «aqui acontece o que invariavelmente sucede com as obras de Tols-

toi. Lêmo-las e jamais distinguimos o que mais nos interessa e comove, se a beleza externa em que se ostentam e nos deslumbra, se a revelação do nosso renascimento íntimo, a consciência da renovação moral e religiosa que nos insinuam».

Em 1909, traduziu para a nossa língua *O ensino de Jesus*, com o subtítulo *Uma exposição simples por Leão Tolstoi*, da versão inglesa de L. e A. Maude, enriquecendo-o com um prefácio pequeno mas altamente significativo em que designa o pensador russo como «um dos mais extraordinários génios que a humanidade tem produzido».

Em 1910 (25 de Novembro), publicou um longo e comovente artigo no jornal *O Porto*, sobre a morte de Leão Tolstoi.

Em 1928, publicou um artigo na revista *Portucale*, dirigida por Cláudio Basto, sobre o *centenário de Leão Tolstoi*, não deixando passar tal data sem renovar o preito das suas sinceras homenagens.

Um retrato de Tolstoi via-se no seu gabinete (1), entre os grandes mestres que depois do Poverello de Assis mais admirou em vida: Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Antero de Quental.

A sua morte, ocorrida a 25 de Fevereiro de 1936, Jaime Lima tinha em mãos uns sete livros em projecto, alguns dos quais com a redacção do texto já bastante adiantada. Entre estes, uma biografia de Leão Tolstoi, de que existe o original do capítulo I, a que pôs o sugestivo título de *Insinuação da Vida*. De certo, esta obra seria a cúpula do grandioso monumento que Jaime Lima ergueu, paulatinamente, à memória de Tolstoi, a chave de ouro com que fecharia o cântico dos seus mais entusiásticos louvores, mas a morte não o consentiu. Como as Capelas Imperfeitas da Batalha, é possível que já não houvesse abóbada condigna que acrescentasse, fosse o que fosse, à beleza maravilhosa dum edifício levantado com a maior simplicidade e a mais consciente admiração.

*

Na correspondência de Jaime Lima para seu futuro cunhado (2) Luís de Magalhães (3), multiplicam-se as alusões a Tolstoi e ao tolstoísmo. Pela sua sinceridade e despretençiosismo, merecem ser citadas neste estudo, pois confirmam, de modo irrefutável, o pensamento do seu autor.

(1) Este retrato é o que reproduzimos neste estudo.

(2) Luís de Magalhães, filho do tribuno aveirense José Estêvão Coelho de Magalhães, estava casado com D. Maria da Conceição de Lemos Pereira de Lacerda, irmã de D. Maria do Cardal de Lemos Pereira de Lacerda, que viria a casar-se com Jaime Lima. Estas senhoras eram filhas de Francisco de Lemos Ramalho de Azevedo Coutinho, morgado da Casa de Condeixa.

Ainda antes da sua viagem à Rússia, precisamente a 16 de Maio de 1888, escreveu: — «Como acontece, porém, encontrar-me tranquilo quando sobejam motivos de inquietação? O cansaço resultante dum período excessivamente fértil de emoções é talvez uma das causas desta tranquilidade; mas um exame de consciência mais atento leva-me a crer que a sua causa principal é a leitura e meditação das obras de Tolstoi. O perdão, a resignação e a humildade, o espírito cristão numa palavra, são a mais fina essência destes livros e, confesso, vão deixando na minha alma uma impressão indelével. Deixando, não; ressuscitando.»

Pouco depois, o entusiasmo por Tolstoi continua a crescer, como bem se nota por este passo: — «Lê Tolstoi, menino. Não imaginas o bem que me tem feito, como ensina a ser modesto, caridoso, humilde e simples. Entrou no número das grandes influências da minha formação moral, ao lado de Amiel e de Antero. E demais é um homem de génio, Shakespeare, como disse Flaubert, mas com toda a complexidade e extensão do século XIX.»⁽¹⁾

Até parece que Jaime Lima não queria visitar Tolstoi sem conhecer todos os seus livros, tal é a ânsia com que se dá a tais leituras: — «Ontem enviei-te *A Guerra e a Paz*, porque emprestei a D. Luísa⁽²⁾, *Ana Karénine*. Este, principalmente, é que eu desejo que tu leias, e por isso mandar-to-ei logo que o receba. Por agora não te quero dizer nada, a crítica dessa obra genial fica para depois. Actualmente leio Pisemski. Não é para comparar com Tolstoi, mas todavia, sem querer antecipar o meu juízo, posso desde já dizer que tem, como o seu compatriota, uma grande faculdade — a de apresentar os seus *heróis* em toda a sua complexidade, contradizendo-se por actos de bem e de mal, para só no fim lhes classificarmos o carácter moral. O que é bem mais verdadeiro do que a simplicidade francesa que em breves páginas nos revela o carácter.»⁽³⁾

*

No dia seguinte à entrevista com Tolstoi, mandou estas impressões *telegráficas*, que, no entanto, são bem expressivas: — «Ontem visitei o Tolstoi. Magnífica entrevista de duas horas, de que saberás alguma coisa pela *Província* e o resto pelas futuras palestras. Petersburgo uma maravilha.»⁽⁴⁾

Já depois do regresso e parecendo-lhe ver por terra os seus

(1) Carta de 2 de Junho de 1888, de Aveiro.

(2) Trata-se de D. Luísa Leigneck, b'savó dos Srs. Alexandre Mendes Leite de Almeida, oficial do Exército, e João Mendes Leite de Almeida, oficial da Força Aérea.

(3) Carta de 7 de Junho de 1888, de Aveiro.

(4) Carta de 17 de Setembro de 1888, de Petersburgo.

sonhos de casamento, fez esta referência que tem interesse: — «Não vale a pena afligir-me; a minha vida tem ainda muitas soluções. Tenho o monaquismo de Tolstoi, o burel e a charrua, passo do palco à plateia e tenho o cepticismo de Renan, sorrindo sempre até das próprias lágrimas e dos próprios erros.» (1)

Quando, todavia, se começava a sentir outro e entrou no caminho esperançoso do noivado, foi ainda a imagem da Rússia que veio animar a sua conversação e suavizar as suas mágoas: — «contando a minha viagem à Rússia, por que perguntavam, sentia-me eloquente. Durante uma hora, ouvi-me com entusiasmo e surpresa, a expressão fácil, exacta, correcta e a declamação docemente comovida; e falava com entranhada saudade dessa Rússia infinda, do vidoeiro e do mujique, e do povo apático e crente, entregue nas mãos de Deus e do Czar, e dos olhos azuis e brandos vibrando brandamente um amor meigo e sem fim. Recordava factos e, como num sonho, sentia e via.» (2)

Reconhecendo as duras lições da existência e o seu contributo para purificar os sentimentos religiosos, compreendeu melhor o seu mestre russo: — «Para lá chegar (à religião) é preciso pisar o calvário que tenho pisado (...). Foi preciso que o tormento se prolongasse para que pudesse compreender Tolstoi, e quando agora releio *Ana Karénine*, que mar imenso de ideias e sentimentos que há um ano ainda me eram imperfeitamente conhecidos ou totalmente ignorados! Mas agora, com a luz que se fez na minha alma, vou ficar tranqüilo.» (3)

*

Jaime de Magalhães Lima casou afinal em Condeixa, a 23 de Julho de 1889, com a referida D. Maria do Cardal de Lemos Pereira de Lacerda.

*

Encontrando-se em tratamento de águas nas Caldas da Felgueira, nem aí esqueceu as doutrinas de Tolstoi: — «parecem-me estes montes duma beleza acabada (...). Duas horas por dia a cuidar do meu corpo é que contradizem a paisagem e o tolstoísmo que anda sempre comigo.» (4)

*

Após a publicação do seu livro *As Doutrinas do Conde Leão Tolstoi*, refere nestes termos os primeiros comentários rece-

(1) Carta de 1 de Novembro de 1888, de Aveiro.

(2) Carta de 4 de Março de 1889, de Aveiro.

(3) Carta de 6 de Abril de 1889, de Aveiro.

(4) Carta de 27 de Setembro de 1892, de Caldas da Felgueira.

bidos; — «Continuo a ter boas notícias do meu «Tolstoi». O Bruno Carreiro diz-me, em carta recebida hoje, que «há muitos anos não lê um livro que tanta impressão lhe causasse». O Jorge Couceiro disse-me há poucos dias quase a mesma coisa. Dá-me isto contentamento, não por quaisquer motivos de vaidade, mas porque me conveço de que pregar moral não é uma empresa vã. Dá-me contentamento e inquieta-me, porque, convencendo-me da verdade da doutrina, obriga-me a conformar com ela a minha vida e mostra-me quanto esta está longe das minhas aspirações. Afinal o Caramulo e os livros, a vida simples e o apostolado seriam talvez o único modo de encontrar tranquilidade. Mas deixemo-nos de inquietações e lamúrias que estás em dia de festa (!). Demais a alegria é virtude. S. Francisco de Assis, o mestre do nosso mestre, chamou à tristeza «o mal babilónico, uma ferrugem que rói a alma». Atiraremos para longe essa moléstia!» (2)

A comparação entre Tolstoi e S. Francisco, que é sumamente elogiosa para o primeiro, surge mais vezes nesta correspondência cheia de interesse: — «o tolstoísmo apossou-se de mim e, bem ou mal, creio que morrerei com ele. Embora tu atribuas um valor muito relativo à vida individual, eu cada vez me conveço mais de que o maior benefício para o nosso tempo seriam as grandes individualidades cristãs. Um S. Francisco de Assis estava a calhar. Ora o que o tolstoísmo não proíbe é dormir, e estou a cair! Adeus.» (3)

Mais uma e última referência a Tolstoi e a Antero, sempre vivos no pensamento de Jaime Lima: — «O exemplo do pobre Antero abriu-me os olhos; é necessário cultivar as condições de hygiene moral como qualquer coisa fundamental, para não cairmos em desequilíbrio. O tolstoísmo é muito bom e eu ainda não renunciei às minhas ambições de paz, de meditação e de simplicidade; o Caramulo continua a ser aos meus olhos o mais apetecível. Mas o que me faz mal é esta contradição da vida interior e da vida externa. Ora, já que não tenho coragem de modificar a segunda, vamos a ver se da primeira obtenho concessões para uma melhor harmonia.» (4)

É curiosa esta confissão do contraste íntimo e permanente entre a vida interior e a vida externa. Mas, quem, dentre os mortais, a não sentirá, a menos que seja destituído de toda a sensibilidade moral? Se já S. Paulo a notava em si mesmo...

(1) Referência ao aniversário natalício de D. Maria da Conceição, mulher de Luís de Magalhães.

(2) Carta de 10 de Fevereiro de 1893, de Aveiro.

(3) Carta de 15 de Fevereiro de 1893, de Aveiro.

(4) Carta de 14 de Julho de 1893, de Aveiro.

Depois de 1893, tornam-se cada vez mais raras as citações de Tolstoi na correspondência de Jaime Lima para Luís de Magalhães. Outras preocupações, outros assuntos ocuparam o primeiro lugar, mas, como já se disse, Jaime Lima manteve-se fiel à memória de Tolstoi.

WILLIAM B. EDGERTON
E «ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO»

William B. Edgerton é professor de línguas e literaturas eslavas na universidade de Indiana, nos Estados Unidos da América do Norte.

Perito de fama mundial nesse domínio, tem participado regularmente nos congressos internacionais de estudos eslavos e contribuído com trabalhos seus de grande interesse e profundidade. Apresentou teses, designadamente, nos congressos de Sofia, em 1963, de Praga, em 1968, e de Varsóvia, em 1973.

Na vasta cultura de William Edgerton, a obra de Tolstoi ocupa um lugar de especial interesse literário e pesquisa científica. Em princípios de 1971, quando lia a edição jubilar de 1952 das obras do romancista russo, deu com o seguinte apontamento no *Diário*, dia 15 de Março de 1889:

«Levantei-me de novo bastante cedo, trabalhei muito. Li Quental. Excelente. Diz ele ter descoberto que, indiferente a quaisquer provas irrefutáveis (determinismo) de dependência da vida em relação a causas externas, existe sem dúvida a liberdade — mas existe apenas para o santo. Para o santo o mundo deixa de ser uma prisão. Ele (o santo), pelo contrário, torna-se senhor do mundo, porque é o seu supremo intérprete. Só através dele o mundo sabe na verdade por que existe. Ele é o único a realizar o projecto do mundo. Perfeito.» (1)

A referência a Quental e a nota do editor a esclarecer que se tratava de um poeta português levaram William Edgerton a uma sequência de acontecimentos que o próprio narra numa carta escrita ao Dr. Francisco Ferreira Neves no dia 14 de Agosto de 1971. Desta carta redigida em francês, transcrevo e traduzo o que se segue:

«Ao folhear «A Literatura Portuguesa» de Massaud Moisés, descobri por acaso, há alguns meses, que Jaime de Magalhães Lima, escritor português natural de Aveiro, fora profunda-

(1) Cit. in «Tolstoy and Magalhães Lima» de William B. Edgerton, *Comparative Literature*, vol. XXVIII, n.º 1, 1976.

mente influenciado por Leão Tolstoi e chegara mesmo a visitar o grande escritor russo no Outono de 1888, na Rússia. Em toda a volumosa literatura russa sobre Tolstoi, inclusive nos 90 volumes da edição completa das suas obras, cartas, jornais e blocos de notas, não se faz qualquer menção de Magalhães Lima, nem da sua visita a Tolstoi, nem do seu livro sobre Tolstoi «As Doutrinas do Conde Leão Tolstoi». Em resposta à minha carta dirigida ao Museu Tolstoi em Moscovo, onde pedi informações sobre as relações entre Tolstoi e Magalhães Lima, acabo de receber uma carta que Magalhães Lima escreveu de Aveiro a Tolstoi em Março de 1889. Jaime Lima começa por lembrar a Tolstoi que, por ocasião da sua visita em Setembro de 1888, «pedira que lhe enviasse os Sonetos do seu amigo Quental e lesse a «Religião», comunicando-lhe a seguir o que pensava sobre o livro». Juntamente com a carta, que reproduzimos noutro local, Jaime Lima envia a Tolstoi os Sonetos de Antero na bem conhecida tradução alemã de Wilhelm Storck (...).

O director do Museu respondeu-me dizendo que não conseguiu descobrir no Museu nenhuma outra carta, nem qualquer dos seus livros. E isto, apesar da promessa de Jaime Lima de, logo que fosse publicado o seu livro sobre Tolstoi «no próximo verão», «fazer uma tradução em francês (mal, como vê, mas a única maneira de me fazer compreender por si) e enviá-la logo após».

Isto leva-me finalmente à minha pergunta: pode dizer-me onde se encontram presentemente os arquivos de Magalhães Lima? Já que ele nasceu e morreu em Aveiro, pergunto-me se os seus arquivos não se encontram mesmo em Aveiro. Neste caso, durante a minha estada em Portugal, muito queria ter ocasião de ir a Aveiro passar um dia ou dois a examiná-los. Dado o interesse que Tolstoi manifestou pelos Sonetos de Antero de Quental, não posso acreditar que ele não tenha respondido à carta de Magalhães Lima. Espero, pois, que se encontre algures, nos arquivos de Magalhães Lima, ao menos uma carta de Tolstoi que é ainda desconhecida de toda a nossa confraria dos especialistas de Tolstoi.

Devem existir com certeza, em todo o caso, nos seus arquivos muitos materiais úteis para quem, como eu, se interessa pela questão quase inteiramente desprezada, parece, do acolhimento feito em Portugal aos grandes romancistas russos do século XIX — Tolstoi, Dostoievski, Turguenev.

Queria publicar um artigo sobre Magalhães Lima e Tolstoi na continuação das minhas investigações sobre as relações literárias entre a Rússia e o Ocidente e como primeiro passo para um estudo mais desenvolvido do acolhimento dado à literatura russa em Portugal.

Se puder informar-me sobre a actual situação dos arquivos

de Magalhães Lima e a possibilidade de os examinar, ficar-lhe-ei muito reconhecido. Dou-me conta que estas informações poderão já encontrar-se no artigo de Cruz Malpique «Jaime de Magalhães Lima Pensador de raiz poética», que foi publicado no seu «Arquivo do Distrito de Aveiro» em 1965. Infelizmente toda a nossa colecção do «Arquivo» até ao tomo 34, exclusive, perdeu-se há dois anos num desastroso incêndio que destruiu parte da nossa biblioteca universitária. Não tive ainda, portanto, oportunidade de ler o artigo de Cruz Malpique.»

Na resposta a esta carta cheia de interesse e altamente lisonjeira para o «Arquivo do Distrito de Aveiro», o Dr. Francisco Ferreira Neves informou William Edgerton de que seria eu a pessoa mais indicada para lhe fornecer os elementos de que precisava para a elaboração do trabalho sobre Jaime de Magalhães Lima e Leão Tolstoi.

Tempos depois, datada de 3 de Setembro de 1971, recebi uma carta na qual William Edgerton manifestava o seu mais vivo interesse pelas relações literárias entre Jaime Lima e Tolstoi e transmitia a sua tenção de chegar a Aveiro no dia 13 desse mesmo mês para consultar os arquivos de Jaime Lima.

Efectivamente, o ilustre professor americano esteve em Aveiro, de 13 a 16 de Setembro de 1971. Acompanhei-o aos lugares que desejou conhecer, designadamente aos Paços do Concelho, Parque Municipal e à Quinta de S. Francisco, Eixo, onde fomos gentilmente recebidos pela neta do escritor aveirense, D. Maria do Rosário Magalhães Lima Mascarenhas de Almeida Azevedo. Apresentei-o aos Directores do «Arquivo», Dr. Francisco Ferreira Neves e Dr. José Pereira Tavares, e ainda ao Director do «Litoral», Dr. David Cristo. Mostrei-lhe e cedi-lhe uma cópia dos artigos e estudos que mais o poderiam interessar.

William Edgerton viu muito em pouco tempo. Só não teve a felicidade de encontrar nenhuma carta de Tolstoi para Jaime Lima. Disse-lhe que não seria possível, porque eu próprio tinha nessa altura, à minha disposição, a correspondência destinada a Jaime Lima e não havia nela qualquer carta de Tolstoi, e ainda porque a sua viúva, D. Maria do Cardal de Lemos Magalhães Lima, à morte do marido, fez destruir toda a correspondência que tivesse carácter particular e íntimo.

*
* *
*

Tendo regressado aos Estados Unidos, depois de consultar as bibliotecas de Coimbra e do Porto, William Edgerton enviou um pequeno artigo sob o título de «Tolstoi e o aveirense Jaime de Magalhães Lima», que foi publicado pelo «Lito-

ral» de 9 de Outubro de 1971. Transcrevo-o na íntegra porque vale a pena:

«A minha visita a Aveiro, de 13 a 16 de Setembro transacto, foi o resultado directo de um encontro de Jaime de Magalhães Lima com Leão Tolstoi, na Rússia, exactamente 83 anos antes — na manhã de 16 de Setembro de 1888. Até eu ter conhecimento, há cerca de um ano, de tal encontro, ignoravam-no por completo todos os doutos estudiosos e especialistas em literatura russa, tanto como ignoravam o facto de Jaime Lima ter escrito, além de muitos artigos avulsos sobre Leão Tolstoi, um livro inteiramente consagrado a este famoso escritor — assim desempenhando em Portugal, pelos anos 80 da pretérita centúria, importante papel no estímulo do interesse pela literatura russa. Pela minha parte, proponho-me, com antecipado prazer, publicar alguns documentados estudos em que espero resgatar Jaime Lima do injusto esquecimento a que esteve votado fora da sua pátria.

Regressei ao meu país, depois de nove dias em Portugal, com a agradável sensação de que, também eu, à semelhança desses notáveis marinheiros ibéricos de recuados séculos, descobrira um novo mundo — o mundo da literatura e da cultura portuguesas. E, do mesmo modo que os escritores portugueses de 1880 a 1890 são largamente devedores a Jaime de Magalhães Lima pelo conhecimento que ele lhes levou de Tolstoi, Dostoievski e outros grandes romancistas russos do século XIX, também eu próprio estou em dívida para com Jaime Lima, na medida em que foi ele quem me orientou na descoberta de notáveis escritores portugueses, tais como Antero de Quental e Eça de Queirós. Mas também estou em débito — tão agradáveis são para mim as recordações que me ficaram da cidade da Ria — para com todos, sem excepção, que tive a fortuna de encontrar nessa terra hospitaleira, particularmente: Dr. Francisco Ferreira Neves, Director-Editor do «Arquivo do Distrito de Aveiro», o qual com a sua resposta a uma carta que lhe escrevi, abriu o caminho para a minha visita; Monsenhor Aníbal Ramos, que foi ali o meu generoso anfitrião e guia; Drs. José Pereira Tavares e David Cristo; e Senhora de Almeida Azevedo, neta de Jaime de Magalhães Lima, de quem jamais olvidarei a amável recepção por ela dispensada, em Eixo, ao Padre Ramos e a mim, nessa bela herdade familiar que é a «Quinta de São Francisco».

Em carta pessoal de 9 de Outubro de 1971, William B. Edgerton renovou os seus agradecimentos pela hospitalidade e manifestou a sua admiração pela grande quantidade de material que conseguiu reunir durante os nove dias que passou em Portugal.

*
* * *

Em Julho de 1974, William Edgerton tinha concluído o seu trabalho sobre Tolstoi e Magalhães Lima, mas só pôde vê-lo publicado em 1976 na revista *Comparative Literature* sob o título *Tolstoy and Magalhães Lima*.

É um estudo sério e bem documentado de 14 páginas compactas. Começa por citar o passo do *Diário* de Tolstoi referente ao apontamento do dia 15 de Março de 1889 no qual o autor anotou as suas impressões da leitura dos Sonetos de Antero; explica como Tolstoi entrou em contacto com Antero através da visita de Jaime Lima e da oferta da versão alemã dos Sonetos feita pelo escritor aveirense; acentua que este mistério foi posto a claro pela carta que Jaime Lima escreveu a Tolstoi no dia 15 de Março de 1889 e da qual obteve uma cópia do original existente no Museu Tolstoi de Moscovo.

William Edgerton fala depois de Jaime Lima, da sua posição na vida intelectual portuguesa da época, do seu primeiro contacto com a literatura russa do século XIX através do livro de Eugène-Melchior de Vogüé *Le Roman russe*, e do seu contributo decisivo para a divulgação em Portugal dos grandes romancistas russos, particularmente do autor de *Guerra e Paz*.

Neste estudo faz ainda referência a vários artigos e trabalhos de Jaime Lima sobre Tolstoi, refere a viagem à Rússia e a visita à tebaida de Iasnaia Poliana, transcreve e comenta a carta que acompanhou a oferta dos Sonetos de Antero e compara o papel do escritor aveirense em Portugal, no conhecimento e divulgação da literatura russa do século XIX, ao de Paul Bourget em França, Edouard Rod na Suíça, Emília Pardo Bazán em Espanha, William Dean Howells nos Estados Unidos, e ao de numerosos outros escritores do Ocidente na viragem do século XIX, para os quais «Tolstoi e a sua religião e doutrinas morais ofereciam uma saída para o beco sem saída do materialismo, um caminho para redescobrir os valores morais e a dimensão espiritual da vida humana».

Como se ainda fosse pouco, William Edgerton foi mais longe e assemelhou Jaime Lima ao próprio Tolstoi: «Como Tolstoi em Iasnaia Poliana, viveu cerca de meio século na sua quinta perto da cidade de Aveiro, cuidando da família, cultivando o seu jardim e comentando ano após ano, em livros e artigos, uma grande variedade de problemas acerca do bem-estar material e espiritual de Portugal. Como Tolstoi, acreditava na vida em íntima ligação com a natureza, mas, ao contrário do seu anarquista mestre russo, acreditava também

que a civilização requeria boa administração e, coerentemente, representou Aveiro três vezes no Parlamento e serviu uma vez como presidente do município aveirense. A sua quinta na vila de Eixo está situada no que se diz ser a maior colecção de eucaliptos de Portugal, plantada pelas suas próprias mãos como parte do seu legado para o futuro. A propriedade é chamada «Quinta de São Francisco» em homenagem a S. Francisco de Assis, o frade medieval católico que está ao lado do hereje ortodoxo russo como uma das duas dominantes influências espirituais na vida e escritos de Magalhães Lima.»

*
* *
*

Este estudo de William Edgerton causou grande surpresa e encontrou bom acolhimento em muitos países, inclusive na própria União Soviética, onde foi traduzido em russo e tem passado de mão em mão, em forma de manuscrito. Por informação pessoal de William Edgerton, posso mesmo tornar público que o autor deste excelente estudo fora abordado por entidades moscovitas para autorizar a sua publicação no volume anual dedicado a Tolstoi.

Com a publicação deste trabalho, William Edgerton ganhou jus a gratidão dos aveirenses. Espero que possa aumentar ainda mais os seus méritos ao nosso reconhecimento colectivo quando conseguir concretizar o projecto dum estudo mais desenvolvido sobre a divulgação, em Portugal, de Tolstoi e dos outros grandes romancistas russos do século XIX, particularmente Dostoievski e Turguenev.

Aveiro, Junho de 1976

ANÍBAL RAMOS

OS PRIMEIROS CAMINHOS DE FERRO DE PORTUGAL

AS LINHAS FÉRREAS DO LESTE E DO NORTE

(Continuado da pág. 111)

A LIGAÇÃO DE VILA NOVA DE GAIA COM A CIDADE DO PORTO

A ligação com o Porto, segunda cidade do país, foi um trabalho difícil, que deu motivo a vários projectos, dadas as condições do rio Douro, que não permitia as fundações necessárias, obrigando a encontrar uma solução que pusesse de parte aquele obstáculo. Estas dificuldades estavam apontadas como insuperáveis por Watier, que aconselhava que se abandonasse a ideia de transpor o rio naquele local. Mas não só essas dificuldades demoraram a construção, como também as opiniões sobre a melhor passagem a escolher, que eram diversas, além dos embaraços financeiros da empresa e até do próprio Governo.

Foi em 27 de Novembro de 1860 que a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses apresentou o primeiro projecto para terminar a 5.^a secção da linha do Norte, como dissemos, levando a linha ao Aréinho, e daqui a Campanhã, por uma ponte de ferro sobre o rio Douro, cujo projecto ainda não estava elaborado, embora calculada já com a altura de 27 metros.

O Conselho de Obras Públicas, em 28 de Fevereiro de 1861, aprovou-o em princípio, mas foi de parecer que a linha devia seguir para mais 50 metros a montante do local proposto, pelo vale do Rio Tinto, e a ponte elevada a 39^m,50 e collocando-se a estação em melhores condições para dela saírem as linhas do Minho e do Douro. Foi sobre este parecer que se determinaram as condições nas Portarias de 7 de Setembro

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de 1861 e 6 de Março de 1862, a que nos referimos anteriormente.

*

A Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses tinha entregue em 11 de Fevereiro de 1862 o projecto da ponte, e as alterações estabelecidas pela portaria de Março de 1862 obrigavam-na a fazer um aumento de despesa de algumas centenas de contos, pelo que mostrou ao Governo, no officio de 22 de Março seguinte, o seu desacordo na modificação proposta.

O Governo aprovou, na Portaria de 12 de Agosto do mesmo ano, o sistema de construção da ponte, sob determinadas condições, além de que pedia o projecto definitivo da mesma ponte e suas avenidas, para então se pronunciar devidamente.

*

Na fase primitiva, a ponte sobre o Douro devia ser construída com tabuleiros inferiores para serviço do público.

*

Quase dois anos levou o estudo do novo traçado, de harmonia com as disposições da Portaria de 12 de Agosto, e a sua entrega fez-se em 30 de Julho de 1864, deixando o projecto da ponte dependente da aprovação do local em que a mesma devia ficar assente.

O Governo, antes de se pronunciar, quis saber se aquele projecto era uma sugestão ou era definitivo, ao que a Companhia Real respondeu, em 11 de Agosto, tratar-se dum estudo definitivo.

Do estudo resultou a Portaria de 24 de Novembro seguinte, que mandou alterar o traçado proposto, para que a estação no Porto ficasse estabelecida nas proximidades do Campo do Repouso ou das Fontainhas, por considerar Campanhã como lugar impróprio para o futuro movimento e por não poder estabelecer-se uma boa ligação com as linhas do Minho e do Douro.

O empreiteiro SALAMANCA respondeu em 18 de Dezembro que, pelo contrato, não era obrigado a fazer aquelas alterações visto elas aumentarem o percurso da 5.^a secção em cerca de oito quilómetros; mas que faria a construção desde que o Governo fizesse as expropriações por sua conta, antes das obras serem iniciadas e dando-lhe a mesma subvenção que foi estabelecida para os quilómetros já construídos.

Neste officio propunha-se também construir a linha do Porto a Braga e à fronteira de Espanha, com a subvenção de 5400 libras por quilómetro.

O Governo mandou ouvir a Companhia Real sobre esta proposta que, em 29 de Maio de 1865, estabeleceu detalhadamente as condições em que as construções podiam ser feitas.

Destas negociações resultou o contrato de 27 de Novembro seguinte, depois aprovado pela Carta de Lei de 2 de Março de 1866, no qual se fixou a estação no Campo do Cirne ou nas suas imediações.

As expropriações e a construção da estação no Porto ficaram da conta do Governo.

Por este contrato a construção dos segundos tabuleiros ficava adiada para quando se construísse a segunda via e a empresa obrigava-se a construir uma estação exclusivamente destinada a mercadorias, no sítio do Sampaio, ligada à linha do Norte, através de um ramal, em Valadares.

*

Os estudos prosseguiram no desejo de se encontrar uma solução que satisfizesse os interesses do Estado e da Companhia e esta apresentou outros projectos, em 21 e 26 de Maio de 1866, no que dizia respeito ao traçado da linha.

Surgem então claramente as dificuldades financeiras da Companhia Real: impossibilidade de pagar o dividendo às acções; adiamento do pagamento do cupão, que devia efectuar-se em 1 de Julho daquele ano; pedido de auxilio ao Governo; inquérito mandado fazer por este; repressão imediata dos obrigacionistas que ameaçavam proceder judicialmente; pedido da Companhia Real ao Governo, para que este resgatasse as linhas férreas; etc., etc.

O Governo, por seu lado, também se encontrava em situação difficil. As obrigações por ele contraídas não as cumprira e durante dois anos não se falou mais nesta construção.

*

SALAMANCA, em 27 de Novembro de 1868, entendeu reclamar do Governo por não ter ainda feito as expropriações, como devia, importando-se pouco com a situação aflitiva da Companhia Real e do Governo, mas não quis perder a oportunidade de poder reclamar.

Este officio de SALAMANCA deu uma história curiosa: o Governo não lhe respondeu, mas mandou perguntar à Companhia Real se fazia sua a reclamação do empreiteiro. Esta, por seu lado, dizia haver um contrato com obrigações tomadas por ambos, SALAMANCA e Governo, e que portanto não era de estranhar que se dirigissem um ao outro.

O Governo retorque. A Companhia Real idem. E durante

meses andou-se a discutir quem é que podia reclamar. É claro que durante este tempo nunca se falou na construção, que era a única coisa que interessava e sobre a qual o Governo se devia ter pronunciado.

Pretextos para ganhar tempo.

*

Depois deste jogo de «dize tu que direi eu», acabou o Governo por officiar a SALAMANCA, em 28 de Maio de 1869, alegando que ainda não tinha feito as obras por não lhe terem sido entregues os projectos da ponte, e que pela sua parte havia de cumprir o contrato quando os projectos fossem devidamente aprovados.

Ora estava absolutamente assente que o projecto da ponte só podia ser feito depois de marcados os pontos em que ela devia assentar, e esta indicação só podia ser dada pelo Governo.

Pretendia assim alijar com a responsabilidade que lhe cabia, fugindo à solução pedida, e attribuía a outros a causa de não se obter o que era exigido pelas circunstâncias.

SALAMANCA devia sentir-se imensamente divertido por ter ocasião de ser desagradável ao Governo, e por lhe sorrir certa atitude que devia tomar em momento oportuno.

Mas para que o Governo não invocasse o pretexto citado, mandou-lhe entregar em 14 de Julho do mesmo ano (1869) o projecto da ponte, por intermédio dum procurador e advogado.

*

Alguns meses depois aprovaram-se os projectos da 5.^a secção entre Vila Nova de Gaia e o Campo do Cirne, pela Portaria de 8 de Novembro do mesmo ano, e o sistema geral da construção da ponte, por portaria da mesma data. Pouco depois dava-se a guerra franco-prussiana, e mais dois anos decorreram sem melhor resultado que os anteriores.

A Companhia, entretanto, voltava a estudar o traçado num sentido mais económico, cuja solução apresentou em princípio de 1872, mas em 27 de Janeiro exigia o Governo, por portaria, que aquella declarasse quais os motivos que a impediam de ter construído o traçado entre Gaia e o Campo do Cirne.

*

Era a SALAMANCA que a portaria devia ter sido dirigida e foi este o caminho que a Companhia Real lhe deu.

SALAMANCA respondeu *que estava a reunir todos os elementos sobre os precedentes relativos ao assunto e que depois responderia.*

Efectivamente poucos dias depois declarava que a demora havida depois do último contrato com o Governo e dadas as alterações no preço do ferro, o faziam considerar desligado de toda e qualquer obrigação.

Estava no entanto disposto a entregar à Companhia Real os trabalhos por ele feitos, depois do ajustamento das contas em 1865, cuja importância se elevava a dois milhões de francos.

A Companhia, para não se colocar mal perante o Governo, vira-se forçada a comunicar, em ofício de 1 de Junho de 1872, que se dirigira ao empreiteiro geral a fim de ele dar cumprimento às obrigações a que está sujeita pelos contratos em vigor e em virtude do convénio com o mesmo, reconheceu a utilidade de novamente se estudar o traçado da 5.^a secção, para se obter uma solução de forma a salvaguardar os interesses da Companhia e do Estado. Foi então que a Companhia nomeou em 6 de Junho o engenheiro PEDRO INÁCIO LOPES para estudar o projecto definitivo.

Em 30 de Novembro do mesmo ano entregou a Companhia Real uma larga representação na qual pedia que lhe fosse entregue o subsídio de sessenta mil libras que o Governo de 1869 prometera ao abrigo da Lei de 2 de Setembro daquele ano; que se mantivesse a concessão feita no contrato de 27 de Novembro de 1865; que as obras de arte fossem feitas para uma só via; abolição de impostos sobre as mercadorias; e a entrega pelo Governo das quantias que estava autorizado a gastar com o projecto aprovado, obrigando-se a construir o troço final da linha do Norte em dois anos e meio.

Em 31 de Dezembro era entregue o projecto do Seminário, que levava a linha até à rua da Bandeira, em Vila Nova de Gaia, desviando-a aqui, para a esquerda, através de uma funda trincheira, na direcção do rio, em frente do Seminário, ficando a estação em Gondim.

Em 5 de Fevereiro de 1873 apresentou o Ministro das Obras Públicas ao parlamento a proposta de lei que isentava a Companhia Real do imposto de trânsito e autorizava a construção do prolongamento da linha, e em 18 do mesmo mês era dado o parecer pelas comissões da Fazenda e Obras Públicas (1).

Mas o parlamento torpedeou aquelas propostas e aproveitou a oportunidade para agredir a Companhia Real.

(1) Era presidente do ministério Fontes Pereira de Melo e ministro da Fazenda Serpa Pimentel, ambos administradores da Companhia Real, que pediram a demissão destes cargos, por ocasião da discussão da proposta de 5 de Fevereiro.

Os ataques à Companhia Real eram constantes e a possibilidade da aprovação de qualquer lei tornou-se impossível.

Em 6 de Novembro de 1874 aparece aprovado desgarradamente, por portaria, um projecto de 31 de Dezembro de 1861 sobre esta construção, sem se saber porquê nem para quê.

O tempo decorreu à espera de melhores dias, enquanto se procedia à construção da estação do Porto em Campanhã, para serviço das linhas do Minho e Douro. Nesta estação chegaram os trabalhos a ser dirigidos pelo engenheiro Inácio Lopes, mas o Governo mandou entregar a direcção aos engenheiros do Minho e Douro, cujo auto de entrega foi feito em 16 de Maio de 1874, visto a estação ser para serviço daquelas linhas e as despesas correrem inteiramente por conta do Estado.

Finalmente, Serpa Pimentel e António Cardoso Avelino, ministros da Fazenda e Obras Públicas, apresentaram a proposta de lei para a construção da linha, em 16 de Janeiro de 1875, cujo parecer das Comissões foi dado em 25 do mesmo mês, sendo no mesmo dia aprovado na generalidade.

*

No mês seguinte era o Governo autorizado pela carta de lei de 26 de Fevereiro a isentar a Companhia Real durante trinta e seis anos do imposto de trânsito, nas mercadorias de pequena velocidade, nas linhas do Norte e Leste, revertendo para ela a respectiva importância, desde que acordasse nas seguintes bases:

1.º Que o projecto aprovado pela Portaria de 8 de Novembro de 1869 seja substituído por outro que encurte a distância entre as Devezas e a estação término na cidade do Porto;

2.º Que o Estado fique desobrigado de pagar a subvenção correspondente aos quilómetros que forem construídos para acabar a linha e as expropriações a que se obrigara no art. 4.º do contrato de 2 de Março de 1866;

3.º Que a Companhia fique desobrigada de construir o ramal de Valadares, etc.

O contrato definitivo foi celebrado em 6 de Março de 1875, nele constando as cláusulas estabelecidas pelo Governo, e em 8 do mesmo mês decretou-se a isenção do imposto de trânsito, que teve início em 12 de Março e terminou em 12 de Março de 1911.

O projecto de 31 de Dezembro de 1872 chegou a ser aprovado pela Portaria de 6 de Março de 1875 mas foi alterado por outro projecto em 8 daquele mês, depois aprovado pela Portaria de 7 de Junho do mesmo ano, que anulou o da portaria anterior.

Os trabalhos da linha foram começados em 26 de Abril

seguinte, mas não puderam terminar na data prevista, pelo que foi necessário conceder uma prorrogação pela Portaria de 2 de Outubro de 1877.

O concurso para a construção da ponte metálica foi aberto imediatamente e as fundações tiveram início em 5 de Janeiro de 1876. Foi aprovado o projecto do engenheiro francês ALEXANDRE GUSTAVE EIFFEL — mais tarde mundialmente conhecido pela torre de ferro em Paris que tem o seu nome.

A construção da ponte foi feita pela empresa Eiffel sob a direcção deste engenheiro, auxiliado pelos engenheiros Puig e Pedro Inácio Lopes.

O fecho do arco da ponte ficou concluído às 3 horas e 18 minutos da tarde de sexta-feira, dia 28 de Outubro de 1877.

EXPERIÊNCIAS SOBRE A PONTE

No dia seguinte foram carregados na estação do Pinheiro — (Campanhã) 16 vagões com balastro e carris, para experiência dos três primeiros tramos da ponte, do lado do Porto, que se efectuou no domingo 30 pelas 12 horas e 30 minutos, tendo os tramos acusado uma flecha de 18 a 20 milímetros.

As máquinas (locomotivas) que primeiramente entraram na ponte e serviram para as experiências, foram as «Gerez n.º 15» e «Marão n.º 16», mantendo-se a sua permanência durante 2 horas e 10 minutos, seguindo-se depois as máquinas «Estrela n.º 17» e «Tamel n.º 18» noutros ensaios.

Prosseguindo-se nas experiências, procedeu-se à passagem de um comboio sobre a ponte, composto por dois *fourgons* e 16 vagões e com o carregamento, também, de balastro e carris, rebocado pela máquina n.º 126.

Todas estas provas deram os resultados previstos e provaram exuberantemente a solidez da construção e a sua resistência, cujos cálculos atribuem a carga máxima sobre o arco de 1640 toneladas.

A ponte tem o comprimento de 352^m,875 sendo o arco principal de 160 metros, e passa sobre o rio Douro à altura de 61^m,30.

O custo da ponte, segundo o contrato com a casa Eiffel, foi de 233 586\$450 réis, tendo as obras que a Companhia fez por obrigação do mesmo contrato, elevado aquela quantia a 257 679\$749 réis.

*

O custo total da 5.^a secção, Vila Nova de Gaia a Campanhã, foi de 485 169\$263 réis, sendo o orçamento de 491 813\$512.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Estes números constam do relatório do engenheiro Pedro Inácio Lopes.

INAUGURAÇÃO OFICIAL DA PONTE

A abertura de toda a 5.^a secção foi autorizada pela Portaria do dia 2 de Novembro de 1877, a partir de 5 seguinte, mas regularmente a partir do dia 7.

A ponte foi concluída no dia 28 de Outubro de 1877, e a sua inauguração oficial teve lugar no dia 4 de Novembro seguinte, constituindo um grande acontecimento nacional.

Largos festejos foram então realizados, e numerosos foram os convidados da Companhia Real dos Caminhos de Ferro que se deslocaram à cidade do Porto.

Três foram os comboios que passaram sobre a ponte, sendo o primeiro da família reinante, camaristas, corpo diplomático, ministros, administração da Companhia e altos funcionários públicos; o segundo era dos príncipes, autoridades e outras pessoas; e no terceiro vinham a imprensa e cerca de 1200 convidados.

A passagem destes comboios na ponte causou emoção aos muitos milhares de indivíduos que, nas duas margens do rio, assistiram à inauguração da mais bela ponte de caminhos de ferro até então construída e que ainda na actualidade (1976), satisfaz aos fins para que foi construída, e se impõe pela sua elegância e arrojo.

A ponte foi dada a designação de MARIA PIA, nome da rainha esposa do rei D. Luís I.

ÚLTIMAS INFORMAÇÕES

A linha do Norte tem de extensão 229 572 metros, e a sua construção até Vila Nova de Gaia custou 5 602 080\$240 réis, sem inclusão da parte entre Gaia e Campanhã.

AMÍLCAR DE BARROS QUEIROZ

OS PROVIDORES DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

DESDE remotos séculos Aveiro atraíu muitas famílias nobres por virtude dos seus recursos em pescarias e em sal marinho. Outros factos concorreram para a prosperidade da vila de Aveiro a partir do século xv, tais como a construção das suas muralhas e a fundação do mosteiro de Jesus em 1462 para freiras dominicanas que eram na sua quase totalidade provenientes de famílias nobres e ricas, o grande comércio marítimo de Aveiro, e a criação de grande número de cargos públicos.

No século xvi eram já muitas as famílias nobres e ricas residentes em Aveiro. Mas a par dos ricos e abastados havia também pobres e doentes que necessitavam de auxílio e protecção. O que se passava em Aveiro passava-se em outras terras do país. Surgiu então no fim do século xv a ideia da fundação de confrarias de Misericórdia regidas por estatutos e compromissos, para a prática de obras de misericórdia e de caridade. O rei D. Manuel promoveu a criação destas confrarias nas terras mais importantes, principiando por Lisboa.

A confraria da Misericórdia de Aveiro foi fundada no ano de 1499 ou 1500 e estabeleceu-se provisoriamente na capela de Santo Ildefonso da igreja matriz da freguesia de S. Miguel.

Cada confraria de Misericórdia devia possuir uma igreja, um hospital, e instalações administrativas ou *casas do despacho*.

A confraria era formada por certo número de indivíduos, sendo metade formada por nobres e a outra metade por oficiais.

Era governada por uma *Mesa* administrativa constituída por doze confrades ou *irmãos* eleitos anualmente entre todos, no dia 2 de Julho, dia da visitação de Santa Isabel.

A confraria tinha ainda um Provedor da classe da nobreza, eleito também anualmente no dia 2 de Julho, entre todos os confrades.

O hospital era o centro principal das actividades da confraria ou irmandade.

Foi notável a acção dos Provedores da Casa da Misericórdia de Aveiro, principalmente a dos que exerceram as suas funções nos fins do século XVI e primeira metade do século XVII, época em que fizeram erigir a igreja da Misericórdia, segundo debuxo feito pelo arquitecto e engenheiro militar italiano, Filipe Terzi, natural de Bolonha, ao serviço de Portugal desde o ano de 1577 até à sua morte em 1597 (1).

Fizeram construir também no mesmo local o hospital e os edifícios administrativos. Todas estas construções existem ainda hoje.

Os auxílios que a Confraria prestava aos necessitados provinham de esmolas e de rendimentos de bens legados à Misericórdia por benfeitores.

Durante séculos as «Santas Casas de Misericórdia» desempenhavam bem as suas funções, mas nas últimas décadas do actual século (XX), o Estado tem publicado leis de assistência social que fizeram diminuir a acção e prestígio das velhas e úteis Misericórdias.

As Misericórdias portuguesas atravessam presentemente uma grave crise, que tem feito desaparecer já muitas delas.

A Misericórdia de Aveiro foi extinta por total falta de confrades ou associados. O Estado tomou conta do hospital, e como propriedade sua construiu um outro, de grandes dimensões, com a categoria de *hospital distrital* que foi inaugurado em 1976.

Expostos os principais factos relativos à fundação e vida da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, justo é que agora registemos aqui, para a história, os nomes dos seus Provedores. Revela-os o arquivo desta instituição, desde o ano de 1584 até ao de 1974.

No arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro faltam quase todos os livros e documentos das administrações anteriores ao ano de 1584. De data anterior a esta existem apenas o Tombo de 1544, uma provisão do cardeal D. Henrique de 1565 e documentos sobre legados a partir de 1573.

A falta de livros e documentos já se verificou em 1813, quando se fez o inventário geral do dito arquivo. Em virtude disto só se toma conhecimento dos provedores da Misericórdia de Aveiro a partir do ano de 1584. O provedor conhecido mais antigo é Gonçalo Esteves (1584-1585), juiz de fora da vila de Aveiro que aqui se salientou muito nos acontecimentos de 1580, por morte do Cardeal-Rei D. Henrique. Tinha sido

(1) F. Ferreira Neves, *A igreja da Misericórdia de Aveiro*, in «Arq. do Dist. de Aveiro», vol. XXXIII, págs. 3 e 205. Aveiro, 1967.

OS PROVIDORES DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

nomeado juiz de fora em 1579 pela duquesa de Aveiro, D. Madalena, viúva do duque D. João de Lencastre.

O segundo foi Henrique Esteves da Veiga (1585-1586 e 1586-1587), fidalgo da Casa Real, representante da vila de Aveiro nas Cortes de Almeirim, e devotado partidário do rei de Castela, Filipe II, também rei de Portugal.

O último provedor, Egas da Silva Salgueiro terminou o seu mandato em 12 de Julho de 1974.

Apresentamos a seguir a relação dos provedores da Misericórdia de Aveiro desde 1584 até à extinção da Confraria no ano de 1974.

RELAÇÃO DOS PROVIDORES DA CONFRARIA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

	Anos	
1	1584 - 1585	Gonçalo Esteves
2	1585 - 1586	Henrique Esteves da Veiga
3	1586 - 1587	» » » »
4	1587 - 1588	Francisco de Sousa Tavares
5	1588 - 1589	Lopo Álvares Velez
6	1589 - 1590	Miguel Pires Pericão
7	1590 - 1591	» » » »
8	1591 - 1592	Tomé André
9	1592 - 1593	Henrique Esteves da Veiga
10	1593 - 1594	Francisco de Sousa Tavares
11	1594 - 1595	André de Sousa
12	1595 - 1596	» » » »
13	1596 - 1597	Henrique Esteves da Veiga
14	1597 - 1598	Miguel Pires Pericão
15	1598 - 1599	Diogo de Oliveira Rangel
16	1599 - 1600	Pedro de Tavares
17	1600 - 1601	» » » »
18	1601 - 1602	Bernardim de Távora de Sousa Tavares
19	1602 a 1605	Francisco César
20	1605 - 1606	Mateus Castanho de Figueiredo
21	1606 a 1609	Francisco César
22	1609 - 1610	Pedro de Tavares
23	1610 - 1611	Henrique Esteves da Veiga
24	1611 - 1612	Mateus Couceiro
25	1612 - 1613	Francisco Cardoso de Albergaria
26	1613 - 1614	Lourenço da Silva
27	1614 - 1615	Luís Dias Evangelho
28	1615 - 1616	Manuel Pais
29	1616 - 1617	Fr. Gaspar de Couros Camelo Freire
30	1617 - 1618	Miguel Rangel
31	1618 - 1619	António de Almeida Costa
32	1619 - 1620	Dr. Francisco Homem de Azevedo
33	1620 - 1621	Miguel Rangel
34	1621 - 1622	António Álvares Botelho
35	1622 - 1623	André Afonso Migalhas
36	1623 - 1624	Dr. Francisco Homem de Azevedo

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

	Anos	
37	1624 - 1625	Manuel Dias da Costa
38	1625 - 1626	Miguel Rangel
39	1626 - 1627	António Álvares Botelho
40	1627 - 1628	Dr. Francisco Homem de Azevedo
41	1628 - 1629	António de Almeida da Costa
42	1629 - 1630	André Afonso Migalhas
43	1630 - 1631	António Privado de Albergaria
44	1631 - 1632	André Afonso Migalhas
45	1632 - 1633	Miguel Rangel, o Velho
46	1633 - 1634	D. Miguel de Noronha
47	1634 - 1635	Dr. Francisco Homem de Azevedo
48	1635 - 1636	Fernão de Magalhães
49	1636 - 1637	Miguel Correia de Quadros
50	1637 - 1638	Heitor Pereira
51	1638 - 1639	Tomás da Costa Corte Real
52	1639 - 1640	Dionísio de Anreade
53	1640 - 1641	Miguel Rangel, o Novo
54	1641 - 1642	Sebastião Pacheco Varela
55	1642 - 1643	Heitor Pereira
56	1643 - 1644	L. ^{do} Jerónimo Sociro de Albergaria
57	1644 - 1645	Fernão de Magalhães
58	1645 - 1646	L. ^{do} Jerónimo Soares Albergaria
59	1646 - 1647	Miguel Rangel, o Novo
60	1647 - 1648	Francisco de Oliveira
61	1648 - 1649	Dionísio de Anreade
62	1649 - 1650	L. ^{do} Tomé Migalhas Godinho
63	1650 - 1651	Miguel Rangel, o Velho
64	1651 - 1652	Francisco de Oliveira de Eça
65	1652 - 1653	Dr. João Fernão de Carvalho
66	1653 - 1654	» » » »
67	1654 - 1655	Miguel Tenreiro de Almeida
68	1655 - 1656	D. Raimundo de Lencastre, 4. ^o Duque de Aveiro
69	1656 - 1657	Fernão de Magalhães Pereira
70	1657 - 1658	Tomé Migalhas Godinho
71	1658 - 1659	L. ^{do} Padre Afonso de Araújo de Eça
72	1659 - 1660	Estêvão Teixeira Pimentel
73	1660 - 1661	António Rebelo de Campos
74	1661 - 1662	Pedro Lourenço Marreiros
75	1662 - 1663	L. ^{do} Afonso de Azevedo de Eça
76	1663 - 1664	» » » »
77	1664 - 1665	Manuel Privado de Albergaria
78	1665 - 1666	» » » »
79	1666 - 1667	Pedro Marques de Vilar
80	1667 - 1668	Tomé Dias, Capitão
81	1668 - 1669	P. ^e Manuel de Sousa Pacheco
82	1669 - 1670	Dr. Manuel Viegas, l. ^{do}
83	1670 - 1671	Francisco de Oliveira
84	1671 - 1672	» » »
85	1672 - 1673	Manuel Varela Pacheco
86	1673 - 1674	D. fr. Álvaro de S. Boaventura, bispo de Coimbra
87	1674 - 1675	Nicolau Varela Ribeiro Picado
88	1675 - 1676	» » » »
89	1676 - 1677	Manuel Varela Pacheco Ramalho
90	1677 - 1678	Manuel Soares de Albergaria
91	1678 - 1679	Diogo de Oliveira Rangel

OS PROVIDORES DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

	Anos	
92	1679 - 1680	L. ^{do} Manuel de Sousa Pacheco
93	1680 - 1681	Gonçalo de Sousa e Menezes
94	1681 - 1682	Francisco Pereira de Eça
95	1682 - 1683	Francisco Leão Lobo
96	1683 - 1684	Manuel da Fonseca Vasconcelos
97	1684 - 1685	Miguel Rangel de Quadros
98	1685 - 1686	Giraldo Pacheco Mascarenhas
99	1686 - 1687	Jorge Botelho de Eça
100	1687 - 1688	André da Costa Bombarda
101	1688 - 1689	Vicente Mascarenhas de Eça
102	1689 - 1690	Jorge Botelho de Eça
103	1690 - 1691	Dr. João Barreiros de Quadros
104	1691 - 1692	João da Silva Varela
105	1692 - 1693	Manuel de Magalhães Castelo Branco
106	1693 - 1694	Miguel Rangel de Quadros
107	1694 - 1695	» » » »
108	1695 - 1696	Manuel Jorge da Costa
109	1696 - 1697	Manuel de Sousa Ribeiro
110	1697 - 1698	» » » »
111	1698 - 1699	Eusébio Ribeiro da Silveira
112	1699 - 1700	José Falcão de Figueiredo
113	1700 - 1701	Miguel Vieira Guedes
114	1701 - 1702	André da Costa Bombarda
115	1702 - 1703	» » » »
116	1703 - 1704	Miguel Rangel de Quadros
117	1704 - 1705	Manuel Jorge da Costa
118	1705 - 1706	» » » »
119	1706 - 1707	Francisco de Albuquerque e Brito
120	1707 - 1708	Miguel Rangel de Quadros
121	1708 - 1709	Dr. Manuel Rodrigues de Figueiredo
122	1709 - 1710	Miguel Vieira Guedes
123	1710 - 1711	Francisco Cardoso Loureiro Coelho de Vasconcelos
124	1711 - 1712	Luís Marques Romano
125	1712 a 1715	D. António de Vasconcelos e Sousa, bispo de Coimbra
126	1715 - 1716	Dr. João da Silva Rodarde
127	1716 - 1717	Diogo da Silva Varela
128	1717 - 1718	Dr. Manuel Cerpins de Carvalho
129	1718 - 1719	» » » »
130	1719 - 1720	Martim da Costa Leitão
131	1720 - 1721	» » » »
132	1721 - 1722	Francisco da Costa Bombarda Saraiva
133	1722 - 1723	Francisco de Albuquerque e Brito
134	1723 - 1724	Diogo da Silva Varela
135	1724 - 1725	Dr. Francisco Alexandrino
136	1725 - 1726	João Correia de Macedo
137	1726 - 1727	Simão Pedro da Costa e Távora
138	1727 - 1728	Faustino de Bastos Monteiro
139	1728 - 1729	Francisco Teixeira Pimentel
140	1729 - 1730	André Botelho de Eça Teles
141	1730 - 1731	Diogo Luís Perestrelo Rangel de Quadros e Veiga
142	1731 - 1732	Manuel de Sousa Ribeiro da Silveira
143	1732 a 1743	D. Gabriel de Lencastre, duque de Aveiro
144	1743 - 1744	João de Sousa Ribeiro da Silveira
145	1744 - 1745	João Egas de Bulhões e Sousa
146	1745 - 1746	» » » »

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

	Anos	
147	1746 - 1747	Simão Pedro da Costa e Távora
148	1747 - 1748	Joaquim António Rangel Varela e Faro
149	1748 - 1749	Luís Manuel de Sousa Brandão
150	1749 - 1750	Dr. João António da Silva Medela
151	1750 - 1751	Manuel de Sousa Ribeiro da Silveira
152	1751 - 1752	João Egas de Bulhões e Sousa
153	1752 - 1753	» » » » » » » »
154	1753 - 1754	Diogo Luís Rangel Perestrelo
155	1754 - 1755	Miguel Patrício Rangel de Quadros
156	1755 - 1756	Aleixo Ribeiro da Silveira
157	1756 - 1757	João António Rangel
158	1757 - 1758	José Barreto Ferraz
159	1758 - 1759	Francisco António Camelo Falcão Pereira da Silva
160	1759 - 1760	Aleixo Ribeiro da Silveira
161	1760 - 1761	Francisco António Camelo Falcão Pereira da Silva
162	1761 - 1762	» » » » » » » »
163	1762 - 1763	Miguel Patrício Cabral Rangel de Quadros
164	1763 - 1764	Mateus da Silveira Cardoso
165	1764 - 1765	Dr. João da Fonseca da Cruz
166	1765 - 1766	João Egas de Bulhões e Sousa
167	1766 - 1767	Dr. Manuel de Freitas Rodrigues
168	1767 - 1768	Mateus da Silveira Cardoso
169	1768 - 1769	» » » » » » » »
170	1769 - 1770	João de Figueiredo de Almeida
171	1770 - 1771	Dr. João da Fonseca da Cruz
172	1771 - 1772	Dr. Miguel Rodrigues de Figueiredo, vigário de freg. do Espírito Santo
173	1772 - 1773	Mateus da Silveira Cardoso
174	1773 - 1774	António Migueis Carelas
175	1774 - 1775	P. ^e José Dias dos Santos
176	1775 a 1799	D. António Freire Gameiro de Sousa, 1. ^o bispo de Aveiro
177	1799 - 1800	Dr. José Pedro Leite
178	1800 - 1801	Dr. Manuel Joaquim de Azevedo
179	1801 - 1802	Clemente Ferreira França
180	1802 - 1803	Francisco Luís Gomes Mascarenhas
181	1803 - 1804	» » » » » » » »
182	1804 - 1805	» » » » » » » »
183	1805 - 1806	João Baptista de Castro
184	1806 - 1807	» » » » » » » »
185	1807 - 1808	Bernardo Barreto Feio
186	1808 - 1809	» » » » » » » »
187	1809 - 1810	Dr. Bernardino António Sobral Tavares
188	1810 a 1819	Francisco Luís Gomes Mascarenhas
189	1819 - 1820	Dr. José António Leão
190	1820 - 1821	Miguel Joaquim Pereira da Silva
191	1821 - 1822	» » » » » » » »
192	1822 - 1823	Dr. José Pereira da Cunha
193	1823 - 1824	» » » » » » » »
194	1824 - 1825	Dr. Manuel Rodrigues Tavares de Araújo Taborda.
195	1825 - 1826	P. ^e Manuel da Silva Campos
196	1826 - 1827	Dr. Jerónimo José Sanhudo
197	1827 - 1828	Dr. Francisco Tomé Marques Gomes
198	1828 - 1829	Dr. Joaquim Timóteo de Sousa da Silveira
199	1829 - 1830	P. ^e João Ferreira Vidal
200	1830 - 1831	Gabriel Lopes de Moraes Mariz Balacó

OS PROVEDORES DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

	Anos	
201	1831 a 1834	Bento José Mendes Guimarães
202	1834 - 1835	José António Barbosa
203	1835 - 1836	Dr. Joaquim António Plácido
204	1836 - 1837	» » » »
205	1837 a 1840	Dr. Luís dos Santos Regala
206	1840 a 1843	Dr. Francisco Tomé Marques Gomes
207	1843 - 1844	Dr. Luís dos Santos Regala
208	1844 - 1845	Custódio Duarte Silva
209	1845 - 1846	António Teixeira Ponce de Leão
210	1846 - 1847	Serafim António de Castro
211	1847 a 1851	António de Sá Barreto de Eça Figueira Noronha
212	1851 - 1852	António da Silva Paiva
213	1852 a 1862	Dr. Francisco Tomé Marques Gomes
214	1862 - 1863	Dr. Manuel José Mendes Leite
215	1863 a 1875	Dr. Francisco Tomé Marques Gomes
216	1875 a 1877	Dr. Agostinho Fernandes Milício
217	1877 - 1878	Dr. Manuel José Mendes Leite
218	1878 - 1879	José Antunes de Azevedo
219	1879 a 1883	Agostinho Duarte Pinheiro e Silva
220	1883 a 1888	José Ferreira da Cunha e Sousa
221	1888 - 1889	António José Rodrigues Soares
222	1889 a 1893	Dr. Manuel Gonçalves de Figueiredo
223	1893 a 1895	Eng.º Gustavo Ferreira Pinto Basto
224	1895 a 1901	Carlos da Silva Melo Guimarães (Visconde da Silva Melo)
225	1901 a 1913	Dr. Jaime de Magalhães Lima
226	1913 a 1915	Eduardo Augusto Vieira
227	1915 -	Dr. P.º António Fernandes Duarte Silva
228	1915 a 1943	Dr. Lourenço Simões Peixinho
229	1943 - 1944	Ricardo Pereira Campos
230	1944 a 1949	Dr. Fernando Calisto Moreira
231	1949 a 1954	Egas da Silva Salgueiro
232	1954 a 1958	Dr. Fernando Calisto Moreira
233	1958 - 1959	Eng.º Alberto Branco Lopes
234	1959 a 1961	João Nunes da Rocha
235	1961 a 1964	Eng.º Manuel Simões Pontes
236	1964 a 1974	Egas da Silva Salgueiro

NOTAS BIOGRÁFICAS E GENEALÓGICAS
DE ALGUNS PROVEDORES

4 — *Francisco de Sousa Tavares* pertencia à nobre família dos Tavares que tinha vindo de Portalegre para Aveiro nos princípios do século XVI. Foi 3.º senhor da vila de Mira e senhor da dízima nova do pescado de Aveiro e de Esgueira em regime de morgado.

Morava no paço dos Tavares, junto à «porta da vila» de Aveiro. Casou em primeiras núpcias com D. Joana da Silva e tiveram D. Joana de Távora que casou com Manuel Correia Baharem. Casou em segundas núpcias com D. Joana de Távora

filha de Bernardim de Távora, reposteiro-mór, e de D. Luísa de Alcáçova.

Do 2.º matrimónio teve muitos filhos, entre os quais Pedro de Tavares, seu herdeiro.

Francisco de Sousa Tavares desempenhou altos cargos políticos. Era padroeiro da igreja do convento de Jesus, de Aveiro, e por isso foi sepultado com sua segunda mulher na capela-mor desta igreja, tendo ele falecido em Agosto de 1596.

11 — *André de Sousa* era filho do fidalgo Álvaro de Sousa da illustre Casa de Sousa, que nos meados do século XVI se estabeleceu na vila de Aveiro com sua mulher D. Filipa de Ataíde e filhos. André de Sousa era prior de Ois e Requeixo. Os seus sucessores fizeram construir em Aveiro, junto à muralha e no interior um bom paço para suas moradias. Neste paço viveram os descendentes de Álvaro de Sousa, tendo estes chegado a adquirir o título de condes de Miranda (do Corvo). O 3.º conde de Miranda foi Henrique de Sousa casado com D. Maria de Vilhena, os quais, tendo estado algum tempo em Madrid, regressaram a Aveiro, e aqui viveram muitos anos até que foram para o Porto onde ele foi governador da Relação.

24 — *Mateus Couceiro*. Pertencia à antiga família Couceiro, cujo solar era no lugar de Vilarinho, e que já em 1588 andava na governança da vila de Aveiro.

26 — *Lourenço da Silva* era fidalgo da Casa Real, e foi 13.º Regedor das Justiças (Casa da Suplicação).

30 — *Miguel Rangel*, filho de António Rangel de Quadros e Veiga, e de D. Ana da Veiga Cardoso de Albergaria.

31 — *António de Almeida Costa*, fidalgo da Casa Real, tenente-general da cavalaria da Beira, que governou a Praça de Almeida.

49 — *Miguel Correia de Quadros*, nasceu em Aveiro a 29 de Setembro de 1592, filho de António Rangel e de sua mulher D. Catarina Correia da Veiga Henriques de Quadros.

Foi juiz proprietário da Alfândega de Aveiro como seu pai, avô e bisavô.

Casou com D. Luísa de Almeida da Costa, filha de Manuel Jorge da Costa, e de D. Jerónima de Almeida Costa, e tiveram alguns filhos.

50 — *Heitor Pereira*, cavaleiro fidalgo do conde da Feira, morador em Aveiro, filho de Aleixo do Avelar de Oliveira, e de sua mulher Isabel Pinto Ferreira. Era parente do conde da Feira D. Manuel.

72 — *Estêvão Teixeira Pimentel*, cavaleiro fidalgo, Juiz Executor dos Direitos Reais da vila de Aveiro.

85 — *Manuel Varela Pacheco*, mestre de campo de volantes da comarca de Esgueira. Casado com D. Bárbara Pereira dos Serafins.

87 — *Nicolau Varela Ribeiro Picado*, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão de cavalos no exército de Entre Douro e Minho; natural da vila de Aveiro; filho de António Saraiva Picado, escrivão da vila de Eixo pelo Estado de Bragança no Almojarifado do mesmo Estado, e de sua primeira mulher Inês Ribeiro Machada, naturais de Aveiro e aqui moradores na freguesia da Vera Cruz.

99 — *Jorge Botelho de Eça*, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício; natural da vila de Manteigas. Filho de João de Eça Teles, natural da Covilhã, e de sua mulher Amélia Botelho de Proença, natural de Manteigas.

Teve brasão de armas passado a 25 de Janeiro de 1688. Construiu uma magestosa casa brazonada na rua do mosteiro de Jesus de Aveiro, e junto a este mosteiro. Esta casa ainda existe na actualidade em bom estado de conservação.

Foi escrivão da Câmara de Aveiro.

Jorge Botelho de Eça casou em 2.^a núpcias, com D. Josefa da Costa de Castelo Branco e tiveram André Botelho de Eça Teles.

100 — *André da Costa Bombarda*, filho de João Gomes Bombarda e de Isabel da Costa Pacheco. Casou com Francisca Ribeiro da Silveira, filha de Manuel Ribeiro de Oliveira Barreto.

108 — *Manuel Jorge da Costa*, filho de Simão da Costa e Almeida e de Maria Saraiva de Carvalho. Casou 2.^a vez com D. Joana de Távora de Azevedo Monteiro, natural de Ponte de Águeda, termo de Recardães.

137 — *Simão Pedro da Costa e Távora*, filho de Manuel Jorge da Costa, o novo, e de sua mulher D. Joana de Távora e Azevedo Monteiro, natural de Ponte de Águeda.

Casou com D. Brites Isabel Varela Rangel de Quadros e Veiga.

Simão Pedro faleceu a 18 de Fevereiro de 1756.

140 — *André Botelho de Eça Teles*, era filho de *Jorge Botelho de Eça Teles* e de sua 2.^a mulher D. Josefa da Costa de Castelo Branco.

Casou com sua prima *D. Joana Amélia de Novais*, já viúva de João Soares Girão Henriques.

Deste casamento não houve geração.

Do casamento de *D. Joana Aurélia de Novais* com João Soares Girão nasceu *D. Caetana Bernardina Teles de Novais*.

Esta casou com Jacinto da Costa Mascarenhas, capitão-mor de Recardães, e tiveram sete filhos entre os quais *D. Joana Felipa Teles de Novais*. *D. Caetana Bernardina* era, portanto, neta de *D. Joana Aurélia*.

André Botelho de Eça Teles, tendo ficado viúvo de *D. Joana Aurélia*, casou com *D. Joana Filipe Teles de Novais*, c. g.

Foi proprietário do cargo de escrivão da Câmara de Aveiro.

141 — *Diogo Luís Perestrela Rangel de Quadros*, casou em Torres Novas em 18 de Outubro de 1722 com *D. Catarina Maria Inácia Mascarenhas e Silva*, filha de João de Mesquita da Silva e Avilez e de sua mulher *D. Joana Maria Luzia Mascarenhas Pereira*.

149 — *Luís Manuel de Sousa Brandão* era filho de Manuel de Sousa Ribeiro que casou no Porto com *D. Teresa Vicência Maria Brandão*.

Casou com *D. Jacinta Joana de Albuquerque de Brito* e Pina, filha e herdeira de Francisco de Albuquerque de Pina e Brito e de *D. Francisca de Almeida de Figueiredo Cardoso de Menezes*.

155 — *Miguel Patrício Cabral*, filho de Manuel de Castanheira Cabral de Moura e Horta, da vila de Góis, e de sua mulher *D. Maria Custódia Rangel de Quadros*. Faleceu a 19 de Agosto de 1789, com 76 anos.

158 — *José Barreto Ferraz* — Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Vejamos a sua ascendência e descendência.

Maria Ferraz Barreto casou em Aveiro com Jorge Fernandes, o canhoto, e dele teve: António Barreto, filho segundo, que casou com Filipa de Ataíde, filha herdeira de Tomé de Oliveira da Silva, senhor do *Praço da Granja* em Aveiro, freguesia da Vera Cruz, e de sua mulher *D. Antónia de Vasconcelos*. Além de outros filhos, tiveram: Francisco Barreto, que casou com sua parente Margarida Saraiva Coutinho, e tiveram *D. Catarina Saraiva Coutinho*, que casou com Francisco Marques Romano, dos quais nasceu Luís Marques Romano que casou com *D. Micaela Maria de Lima Pimentel*, e foram os pais de JOSÉ BARRETO FERRAZ. Este foi neto materno de Pedro Tavares Pacheco e de Maria de Lima Pimentel, e foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e Provedor da Misericórdia de Aveiro durante o ano de 1757-1758.

*

JOSÉ BARRETO FERRAZ casou com D. Maria Josefa de Vasconcelos, natural de Verdemilho, freguesia de S. Pedro das Aradas, filha do bacharel Faustino de Bastos Monteiro, do Desembargo do Paço, Familiar do Santo Officio, e de D. Joana Travassos de Vasconcelos, moradores na freguesia da Vera Cruz, Aveiro.

*

Do casamento de José Barreto Ferraz nasceram os filhos:

1 — Januário Barreto Ferraz que casou em 1774 com uma assafata mas não teve descendência.

Faleceu no ano de 1790 em Aveiro, no seu solar da rua do Vento. A sua enorme fortuna foi herdada por seu irmão Casimiro Barreto.

2. ANTÓNIO BARRETO FERRAZ DE VASCONCELOS, corregedor com D. Angélica Margarida Pereira da Silva Medela, e tiveram:

1. JOSÉ BARRETO FERRAZ DE VASCONCELOS que andava a estudar na Universidade de Coimbra em 1797, era Provedor de Tomar em 1815 e faleceu sem geração.

2. Dr. Casimiro Barreto Ferraz de Vasconcelos, que casou em 1816, que herdou a importante casa de seu irmão José Barreto. Casou com uma filha herdeira do Desembargador Bernardo Xavier Barbosa Sachetti. Tomou parte notável na revolução liberal de 1820, e foi agraciado com o título de 1.º Visconde da Granja.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

SANTA MARIA DO VALE DA VILA DA FEIRA

EM meados do século XVIII, o erudito e infatigável Padre Luís Cardoso, da Congregação do Oratório de Lisboa, conseguiu autorização da «Secretaria do Grande e Respeitável Sebastião José de Carvalho e Melo» para que todos os Párcos do Reino enviassem novas memórias descritivas das suas freguesias.

Conseguiu, deste modo, organizar o *Dicionário Geográfico do «Reino de Portugal»*, que se compõe de quarenta e três volumes manuscritos.

Desta notabilíssima obra copiámos a notícia que aqui se publica na íntegra, referente a S.^{ta} Maria do Vale no século XVIII, e que é interessantíssima pelos numerosos pormenores que contém.

Alfredo Gonçalves de Azevedo

FREGUESIA DE SANTA MARIA DO VALE

1 — Enquanto ao primeiro interrogatório respondo que esta igreja da Santa Maria do Valle fica em a Província da Beira Baixa comarca de Esgueira Bispado do Porto, e pella forma da vezita fica na comarca da villa da Feira termo da mesma villa, e Bispado do Porto.

2 — E emquanto ao segundo interrogatório respondo, que fica esta igreja de Santa Maria do Valle, em as terras do Condado da Feira que oje ha senhorio dellas o Senhor Infante Dom Pedro que Deus guarde.

3 — Emquanto ao terceiro interrogatório tem esta jgreja sento, e setenta e nove fogos, e vezinhos, ou pessoas, seis centos, e vinte e sinco.

4 — Emquanto ao coarto interrogatório está a dita jgreja situada em hum valle e se descobre della a cerra da Carvalhosa, que fica distante della meia legoa.

5 — Emquanto a este interrogatório nam tenho que responder porque nam tem termo seu he o termo da villa da Feira.

6 — Emquanto a este interrogatório respondo que a Paroquia esta no meio da freguezia, e tem quinze lugares a dita freguezia, e sam os seguintes:

- o lugar de Pessegueiro
- o lugar de Costa mã
- o lugar do Valle
- o lugar da Marmorinha
- o lugar da Fontella
- o lugar da Penna
- o lugar das Carvalhas
- o lugar de Santa Christina
- o lugar da Povia
- o lugar de Cedofeita
- o lugar da Ponte
- o lugar da Oliveira
- o lugar da Reguenga
- o lugar de Arilhe
- o lugar de Louredinho

25 — Nem tambem a este porque nada disso ha nesta freguesia.

26 — Nam tambem tenho que responder a este nam tambem ao vigessimo setimo artigo do interrogatorio nem tambem do primeiro artigo do segundo interrogatorio, nem tambem dos mais nem dos artigos do terceiro interrogatorio porque nada disso ha na minha freguezia, e os Reverendos Parochos que tiverem alguma couza desses interrogatórios nas suas freguesias poderam dar emformaçam de tudo na forma dos mesmos interrogatórios, nesta freguezia nam ha mais que se possa descrever, e tudo o que vai rellatado vai na forma dos mesmos interrogatórios que vam juntos a que me reporto, Santa Maria do Valle oje sinco de Abril de mil e sete centos, e cincoenta e oito annos.

O Reitor *António José Baptista Ramalho*

Torre do Tombo
Tomo 38 — Fol. 431

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado da pág. 160)

P

- 43 **Pedro José Ruela** — *natural e morador em Esteiro, freg. de S. Mateus de Bunheiro, Murtosa; filho de António Fernandes Ruela, natural de Esteiro, e de Maria Fernandes, natural da freg. de S.^{ta} Maria da Murtosa, moradores em Esteiro; neto paterno de Pascoal Nunes e de sua terceira mulher Madalena Fernandes Ruela, naturais e moradores em Bunheiro, sendo ele já viúvo de Maria da Silva, filha de Domingos Rodrigues e de Maria da Silva, e de Teodósia Mateus, filha de João André e de Madalena Mateus, todos igualmente de Bunheiro, e materno de Domingos Fernandes e de Domingas Fernandes, naturais e moradores na Murtosa; bisneto paterno de Manuel Nunes e de Isabel Amador, e de António Fernandes e de Maria Lopes, de Bunheiro, e materno de Manuel Fernandes e de Domingas Fernandes, e de Manuel João e de Domingas Fernandes, da Murtosa.*

Carta de Familiar de 11 de Outubro de 1809.

Pedro — m. 2, n.º 65

- 44 **Lic.º Pedro José dos Santos** — *advogado da Relação do Porto; natural da mesma cidade e aí morador na rua Chã, freg. da Sé; filho de Francisco de Oliveira, porteiro da Relação do Porto, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Purificação de Vila Chã, Vale de Cambra, e de Teresa de Oliveira, natural da freg. de S. Nicolau do Porto e moradores na citada rua Chã; neto paterno de António Nunes, natural de Algeriz, freg. de N.^a Sr.^a da Natividade de Macieira de*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Cambra, Vale de Cambra, e de Maria de Oliveira, natural de Moradal, Vila Chã, e aí lavradores, e materno de Lourenço Pereira, o «Bugio», natural da rua da Banharia, freg. da Sé do Porto, e de sua segunda mulher Maria Álvares, natural da freg. de S. Mamede de Roriz, moradores no Porto, sendo a primeira mulher do avô materno, Isabel de Barros, natural de Vila Flor. O habilitando teve uma filha natural, Bernarda Antónia de Oliveira, natural do Porto, e de Maria de Oliveira, solteira, natural de Arrifana do Sousa, filha de Manuel Leal e de Jerónima da Rocha, moradores em Arrifana do Sousa.

Carta de Familiar de 3 de Setembro de 1770.

Pedro — m. 35, n.º 606

- 45 **Pedro José de Seabra** — ourives da prata; natural da freg. de S. Lourenço de Carnide, termo de Lisboa, e morador na rua dos Calafates, freg. da Encarnação de Lisboa; filho de *José de Seabra, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Conceição de Mogofores, Anadia*, e de *Maria Antunes, natural de Carnide, e aí moradores*; neto paterno de *João de Seabra, natural de Mogofores*, e de *Catarina Rodrigues, natural da freg. da Madalena de Montemor-o-Velho, moradores em Mogofores*, e materno de *João Esteves, natural da freg. de Santíssimo Nome de Jesus de Odivelas*, e de *Ana Antunes, natural da freg. da Misericórdia de Belas, moradores em Carnide*; irmão de *João de Seabra Esteves, ourives da prata, Familiar do S.º Ofício*; ajustado para casar, em 1768, com *Teresa Leonarda de Jesus, natural e moradora na freg. de N.ª Sr.ª do Monte de Caparica, Almada, filha de Estêvão Gomes e de Vitória Maria, moradores na Caparica, neta paterna de Domingos Gomes, filho de João Dias e de Domingas da Silva, e de Maria das Neves, e materna de António da Luz e de Maria dos Santos, filha de Pedro Rodrigues e de Antónia dos Santos, naturais e moradores em Caparica.*

Carta de Familiar de 12 de Março de 1762.

Pedro — m. 32, n.º 570

- 46 **Pedro Lourenço** — lavrador; *natural e morador em Saima, freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia*; filho de *Pedro Francisco, natural de Sangalhos*, e de *Maria Simões, natural de Giesta, freg. de S. Simão de Oiã, Oliveira do Bairro, moradores em Saima*; neto paterno de *Lourenço Francisco*, e de *Vicência Francisca, naturais e moradores em Sangalhos*, e materno de *Simão Francisco, natural de Giesta*, e de *Maria de Bastos, natural da Piedade, freg. de*

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

N.^a Sr.^a da Assunção de Espinhel, Agueda, moradores em Giesta, todos lavradores.

Carta de Familiar de 15 de Maio de 1705.

Pedro — m. 14, n.^o 320

- 47 P.^o **Pedro Lourenço de Vilas Boas** — vigário colado da igreja de S.^{to} Estêvão de Jacuipe, arcebispado da Baía; natural da freg. de N.^a Sr.^a da Purificação de S.^{to} Amaro, Baía; filho de António Francisco Vilas Boas e de Antónia Maria de Jesus, naturais e moradores em S.^{to} Amaro; neto paterno de *Diogo Francisco Vilas Boas, natural da freg. de S. Salvador de Carregosa, Oliveira de Azeméis*, e de Maria Ramos das Neves, natural de S.^{to} Amaro, e aí moradores, e materno de Manuel de Oliveira de Almeida e de Maria da Encarnação, também naturais e moradores em S.^{to} Amaro.

Provisão de Commissário de 18 de Maio de 1790.

Pedro — m. 38, n.^o 646

- 48 **Pedro Manuel de Sousa Brandão de Albuquerque**—*natural e morador na cidade de Aveiro*; filho de Luís Manuel de Sousa Brandão, Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e D. Jacinta Joana de Albuquerque de Pina e Brito, natural da freg. da Vera Cruz de Aveiro, moradores na mesma cidade; neto paterno de Manuel de Sousa Ribeiro da Silveira, natural da freg. de S. Salvador de Ilhavo, e de D. Teresa Vicência Maria Brandão, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e aí moradores, e materno de Francisco de Albuquerque de Pina e Brito, natural de Aveiro, e de D. Francisca de Almeida e Figueiredo, natural da freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro, morador em Aveiro; bisneto paterno de Manuel de Sousa Ribeiro, natural da freg. de S. Miguel de Aveiro, e de Maria de Oliveira da Fonseca, natural de Ilhavo, e aí moradores, e de Luís Freire de Sá, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, natural da freg. de S. João Baptista de Vila do Conde, e de D. Lourença Brandão, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e aí moradores, e materno de Alvaro de Albuquerque e Brito, e de D. Luísa Pacheco, naturais e moradores em Aveiro, e de Sebastião de Almeida Carvalho, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Maria da Cunha da Silveira, naturais e moradores em Esgueira; sobrinho materno de Alvaro de Albuquerque de Pina e Brito, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Luísa Francisca de Albuquerque da Silveira, casada com Sebastião de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Almeida Pinto, Familiar do S.^{to} Ofício, *ambos naturais de Aveiro.*

Carta de Familiar de 9 de Agosto de 1760.

Pedro — m. 34, n.º 596

- 49 **P.º Pedro de Mariz** — bacharel formado nos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra; natural da mesma cidade; filho de António de Mariz, impressor da Universidade de Coimbra, natural de Coimbra, e de Isabel João, moradores nesta cidade; neto paterno de Francisco Anes, natural da Serra de Besteiros, e de sua segunda mulher *Inês Caldeira, natural da freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia*, moradores em Coimbra, e materno de João Álvares, natural de Salgueiro, Águeda, e de Medeia Gil, natural de Poiares; sobrinho materno do Dr. Cristóvão João, Deputado do S.^{to} Ofício.

Provisão de Procurador dos presos em Lisboa de 25 de Setembro de 1612.

Pedro — m. 41, n.º 724

- 50 **Pedro Mendes** — cirurgião; *natural de Amiães, freg. de S.^{to} Estêvão do Couto de Esteves, Sever do Vouga*; filho de *Domingos Mendes, natural de Amiães*, e de *Águeda João, natural da freg. de S. Simão de Arões, Vale de Cambra, lavradores em Amiães*; neto paterno de *Pedro Mendes* e de *Francisca Fernandes, naturais e moradores em Amiães*, e materno de *João Pedro* e de *Maria Fernandes, naturais e moradores em Arões*, todos lavradores; casado com *Francisca da Silva, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Águeda*, filha de *Domingos Pereira*, vendedor de pregos e ferragens, *natural de Giesteira, Águeda*, e de *Maria da Silva, natural de Águeda*, e *ai moradores*, neta paterna de *Manuel Fernandes, natural de Raivo, Águeda*, e de *Antónia Gonçalves, natural de Giesteira*, e *ai lavradores*, e materno de *Domingos Fernandes*, vendeiro de vinhos e azeites, e de *Brites Francisca*, padeira, *naturais e moradores em Águeda.*

Carta de Familiar de 11 de Junho de 1695.

Pedro — m. 11, n.º 271

- 51 **Pedro de Miranda** — mercador em Coimbra; natural de Chapinha, termo de Miranda do Corvo; filho de Rodrigo Fernandes e de Antónia Dias, naturais e moradores em Chapinha; neto paterno de Rodrigo Álvares e de Francisca Fernandes e materno de Manuel Brás e de Isabel Dias, todos de Chapinha; casado com Ana Simões, natural de

Coimbra, filha de *Estêvão João*, natural de *Monte Provo*, freg. de N.^a Sr.^a da *Natividade do Luso*, Mealhada, e de *Ana Simões*, natural de *Barrô*, Luso, estalajadeiros em Coimbra, ao fundo da rua Direita, neta paterna de *Estêvão João* e de *Isabel André*, moradores em *Monte Novo*, e materna de *Simão Fernandes*, surrador, e de *Domingas João*, moradores em *Barrô*.

Carta de Familiar de 25 de Maio de 1651.

Pedro — m. 4, n.º 150

- 52 **Pedro Neto da Gran** — soldado que ia partir, como voluntário, para o Estado da Índia; natural de Coimbra, freg. da Sé; filho do Dr. António Simões da Silva, lente de Medicina na Universidade de Coimbra, Familiar do S.^{to} Ofício, natural do Areeiro, freg. de S.^{to} António dos Olivais de Coimbra, e de D. Paula Neta da Gran, natural da freg. de S.^{ta} Maria da Graça de Setúbal; neto paterno de Manuel Simões, natural do Areeiro, e de *Isabel Fernandes*, natural da freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia, moradores no Areeiro, e materno de Pedro Neto da Gran, natural de Setúbal, e de Apolónia Nunes, natural de Porto de Mós, moradores em Setúbal.

Carta de Familiar de 23 de Março de 1728.

Pedro — m. 19, n.º 399

- 53 **Pedro Nunes** — mestre sapateiro, natural de vila de Carvalho, Penacova, e morador em Coimbra na rua do Norte, freg. da Sé; filho de Manuel Nunes, natural de Capitorno, Carvalho, e de *Isabel Rodrigues*, natural de Freixéal, freg. de Santiago da Mouta, Anadia; neto paterno de Manuel Nunes e de Sebastiana Ribeira, moradores em Capitorno, e materno de *João Rodrigues*, sapateiro, e de *Madalena Simões*, moradores em Freixéal; casado com Josefa Joana de Sousa, natural de Coimbra, filha de Manuel Ferreira, Joana de Sousa, natural de Coimbra, filha de Manuel Ferreira, natural de Esculca, freg. da Sé de Viseu, e de Maria de Sousa, natural de Coimbra, freg. do Salvador, neta paterna de Manuel Rodrigues, natural de Esculca, e de Maria Ferreira, natural da freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Moure, moradores em Esculca, e materna de *André de Sousa*, natural de Talhadas, freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra, e de Isabel Rodrigues, natural da freg. de Pombeiro, moradores em Coimbra.

Carta de Familiar de 3 de Março de 1733.

Pedro — m. 21, n.º 433

- 54 **Pedro Nunes da Fonseca** — negociante; natural da freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Passê, Recôncavo da cidade da Baía, morador no Arraial de Tairaras, Capitania de Goiás; filho de António Nunes da Fonseca e de Clara, Maria da Encarnação, naturais e moradores em Passê; neto paterno de Manuel Fernandes da Costa e de Luísa Nunes, naturais e moradores em Passê, e materno de *João Correia de Araújo, natural de Fontainhas, freg. de S. João Baptista de Raiva, Castelo de Paiva*, e de Francisco Nunes, também natural de Passê, e aí moradores.

Carta de Familiar de 9 de Dezembro de 1797.

Pedro — m. 38, n.º 652

- 55 **Pedro Nunes de Matos**—sangrador dos cárceres da Inquisição de Évora; natural da mesma cidade, e aí morador na rua dos Mercadores; filho de António Nunes, sangrador, Familiar do S.^{to} Ofício, e de Luzia Nunes, naturais de Montemor-o-Novo, moradores em Évora na rua dos Mercadores; neto paterno de Filipe Nunes e de Apolónia Rodrigues, e materno de Manuel Dias e de Maria Nunes, naturais e moradores em Montemor-o-Novo; viúvo de Isabel Cortês; ajustado para casar, em 1670, com Filipa Moniz, natural de Évora, filha do Dr. Ascenso Lopes Moniz, médico da Inquisição que fora casado da primeira vez com Agueda Godinha, e de sua segunda mulher Mariana, ou Joana, Ribeira, naturais e moradores em Évora, neta paterna de António Lopes, filho de Baltasar Moniz e de Inocência Lopes, de Estremoz, e de Filipa Rodrigues, filha de Brás Fernandes e de Isabel Vieira, de Évora, e materna de António Ribeiro, cantor da Sé de Évora, e daí natural, filho de Baltasar Fernandes, de Cabeceiras de Basto, e de Margarida Ribeira, de Évora, e de Maria Coelho, também natural de Évora, filha de João Dias, lavrador, de S.^{ta} Suzana, e de Maria Brás, de Évora; novamente ajustado para casar, em 1671, com Polónia de Freitas, natural e moradora em Évora na rua do Tinhoso, filha de António de Freitas e de Catarina Rosa, igualmente naturais de Évora e moradores na mesma rua do Tinhoso, neta paterna de António de Freitas, natural de Vila Viçosa, e de Inês Martins Malheta, e materna de Manuel Coelho e de Maria Rosa, todos naturais e moradores em Évora, sendo os primeiros na referida rua do Tinhoso; mais uma vez ajustado para casar, em 1672, com Mariana Pereira, moradora em Lisboa, filha de Domingos Ferreira Nunes, sirgheiro, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Penela, e de Maria Pereira, natural de Lisboa, e aí mora-

dores na Rua Nova, neta paterna de Francisco Fernandes, filho de Sebastião Fernandes e de Maria Fernandes, de Castainço, e de Catarina Francisca, filha de António Francisco, ambos de Penela, e de Maria Francisca, de Penedono, e materna de *Pedro Nunes*, violeiro, filho de *Domingos Gonçalves*, o «Carola», e de *Antónia Jorge*, de *Macieira de Aquém*, freg. de *S. Mamede de Travanca, Feira*, e de *Margarida Pereira*, natural de *Macieira de Além, Travanca*, moradora com seu marido em Lisboa na rua dos Escudeiros, filha de *Manuel Pereira*, de *Macieira de Aquém* e de *Maria Vicente*, de *S. Quitino*, termo de Lisboa.

Carta de Familiar de 5 de Fevereiro de 1669.

Pedro — m. 6, n.º 182

- 56 **Pedro Nunes de Sousa** — natural de *Vila Verde*, freg. de *Santiago de Lourosa, Feira*, morador na cidade da Baía, freg. da Sé; filho de *Manuel André*, natural de *Vila Verde*, e de *Catarina Fernandes*, natural de *Souto Redondo*, freg. de *S. João de Ver, Feira*, lavradores em *Vila Verde*; neto paterno de *Gaspar André* e de *Margarida Fernandes*, lavradores, naturais e moradores em *Vila Verde*, e materno de *Pedro Fernandes* e de *Francisca Nunes*, lavradores, naturais e moradores em *Souto Redondo*; casado com *Madalena da Silva*, natural da Baía, filha de *João Ferreira Neves* e de *Maria da Silva*, naturais e moradores na freg. da Sé da Baía, neta paterna de *Bernardo Ferreira*, pedreiro, e de *Ángela de Serqueiros*, naturais da freg. de *S.ª Maria Maior de Viana*, e materna de *Manuel Fernandes Moreira* e de *Sebastiana Lopes da Silva*, naturais da Baía, onde todos eram moradores.

Carta de Familiar de 12 de Março de 1708.

Pedro — m. 15, n.º 342

- 57 **Pedro de Oliveira**, natural e morador na quinta de *S.ª Marinha do Couto de Sandim*, termo de Barcelos; filho de *Manuel Peres de Oliveira* e de *Catarina Fernandes*, moradores na quinta de *S.ª Marinha*; neto paterno de *Gonçalo Peres* e de *Francisca Pires*, moradores na freg. de *S. Pedro de Riba d'Ave, Barcelos*, e materno de *Gonçalo Gonçalves* e de *Catarina Fernandes*, moradores no Couto de Landim; casado com *Paula Rodrigues*, natural de Braga, filha de *Francisco Rodrigues* e de *Ana Rodrigues*, moradores em Braga na rua dos Chãos, neta paterna de *António Rodrigues* e de *Maria Gonçalves*, moradores na

rua dos Chãos, em Braga, e materna do P.^o Frutuoso Rodrigues, abade de S. Pedro do Bairro, termo de Barcelos, e de Ana Antónia, solteira, igualmente moradora na rua dos Chãos; enviuvando, ajustado para casar, em 1665, com Ana Machada, natural e moradora em S. Tomé de Negrelos, S.^{to} Tirso, filha de *André Machado, natural da freg. de S. Pedro de Cesar, Oliveira de Aze-méis*, e de Isabel Martins, natural de Negrelos, e aí moradores, neta paterna de *Jorge Fernandes* e de *Cecília Lopes, naturais e moradores em Cesar*, e materna de Pedro Martins e de Maria Martins, da freg. de S. Pedro de Roriz, S.^{to} Tirso.

Carta de Familiar de 20 de Setembro de 1645.

Pedro — m. 4, n.º 130

- 58 **Pedro de Oliveira** — confeitreiro; natural da Povoação, freg. de S. Jorge de Goivães, Vila Pouca de Aguiar, e morador em Lisboa na rua da Confeitaria; filho de Tomé Lourenço, natural da Povoação, e de Maria Gonçalves, natural da freg. do Salvador de Telões, termo de Vila Pouca; lavradores em Povoação; neto paterno de Lourenço Anes, natural de Goivães, e de Francisca Dias, natural de S.^{ta} Marta, termo de Vila Pouca, lavradores na Povoação, e materno de Pedro Gonçalves e de Ana Martins, naturais de Telões, e aí lavradores; casado com Maria de Oliveira, natural de Lisboa, freg. da Sé, filha de *Jerónimo de Oliveira*, alfaiate, *natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, e de Maria Ribeira, natural de Lisboa, freg. da Sé, moradores na mesma freguesia por detrás de S.^{to} António, neta paterna de *Jerónimo de Oliveira*, alfaiate, e de *Maria André, naturais e moradores na vila da Feira*, e materna de Manuel Cordeiro, escrivão de S.^{ta} Casa da Misericórdia, filho de André Fernandes e de Guiomar Cordeiro, de Évora, e de Catarina Ribeira, filha de António Ribeiro e de Maria Alves, do Casal de Campas, freg. de S. Veríssimo de Lagares, termo de Guimarães.

Carta de Familiar de 23 de Janeiro de 1675.

Pedro — m. 6, n.º 194

- 59 **Pedro de Oliveira** — mercador; *natural da Vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão*, e morador em Portalegre; filho de *António de Carvalho*, lavrador, e de *Isabel André, naturais e moradores em Ovar*; neto paterno de *André de Oli-*

veira, pescador, e de *Isabel Rodrigues*, e materno de *Sebastião Dias*, lavrador, e de *Grácia André*, todos igualmente *naturais e moradores em Ovar*; casado com Ana Pereira de Garro, natural de Portalegre, filha de Francisco Dias Garro, sirgheiro, e de Maria Dias Pereira, naturais e moradores em Portalegre, neta paterna de Francisco Garro, picheleiro, natural de Portalegre, e de Violante Dias, natural de Coimbra, moradores em Portalegre, e materna de Salvador Dias Pinheiro, feirante, natural de Castelo de Vide, e de Maria Pereira, natural de Portalegre, moradores em Castelo de Vide.

Negada a Carta por se provar ter a mulher do habilitando parte mourisca e mulata, em 7 de Agosto de 1671.

Pedro — m. 6, n.º 184

- 60 **Pedro Pais Botelho de Mendonça** — natural de Coimbra e morador na freg. de *S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia*; filho do Dr. Diogo Pais e de Jerónima Perestrela, naturais e moradores em Coimbra; neto paterno de Gaspar da Cunha e de Grácia Fialha, naturais e moradores em Coimbra, e materno de Simão Botelho, natural de Soure, e de Isabel Perestrela, natural de Coimbra, e aí moradores; casado com *D. Maria de Carvalho, natural de Vila Nova de Monsarros*, filha de *António de Carvalho*, e de *Antónia de Sousa, moradores em Vila Nova de Monsarros*.

1627.

Pedro — m. 1, n.º 14

- 61 **P.º Pedro Paulo da Silveira** — clérigo do hábito de S. Pedro; natural e morador em Mafra, freg. de S.º André; filho de André da Silveira, pagador-geral nas Obras Reais, natural de Mafra, e de Josefa da Piedade, natural da freg. de S.º Isidoro, termo de Mafra; neto paterno de *André da Silveira, natural da freg. de S. Salvador de Ilhavo*, e de Ana Antunes, natural de Mafra, e aí moradores, e materno de João Álvares, natural de S.º Isidoro, e de Maria Vicente, natural de N.ª Sr.ª da Oliveira, moradores em S.º Isidoro; irmão de Francisco da Silveira, administrador dos bois nas Obras Reais de Mafra, Familiar do S.º Ofício.

Provisão de Notário de 25 de Maio de 1735.

Pedro — m. 22, n.º 443

- 62 **Pedro Pedrossem** — natural e morador na cidade do Porto; filho de Vicente Pedro, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, e de D. Brízida Maria da Silva, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, moradores no Porto; neto paterno de Pedro Pedrossem, natural de Hamburgo, e de Luísa Piper, natural do Porto, e aí moradores, e materno de Francisco Correia da Silva, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, cavaleiro da Ordem de Cristo, escrivão proprietário das Três Ordens Militares, natural de Lisboa, e de sua terceira mulher D. Catarina Piper, natural do Porto, moradores em Lisboa na rua do Loreto; primo paterno de D. Joana Vanzeler, casada com Jorge Luís Teixeira de Carvalho, Familiar do S.^{to} Ofício; ajustado para casar, em 1746, com D. Ana Maria Micaela e Fraga, natural de Miragaia, Porto, filha de Domingos Gonçalves Fraga, homem de negócio, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Teixugueiras, freg. de S.^{to} André de Rio Douro, Cabeceiras de Basto, e de sua segunda mulher Ângela Micaela, natural de Guimarães, moradores em Miragaia, neta paterna de António Gonçalves Fraga, natural de Teixugueiras, e de Maria João, natural de Reboreda, freg. de S.^{ta} Maria de Salta, Montalegre, moradores em Teixugueiras, e materna de António Cardoso e de Maria Francisca, naturais e moradores em Guimarães, bisneta paterna de André Gonçalves e de Maria Gonçalves, de Teixugueiras, e de Sebastião João Dourado e de Ana Estácia, de Reboreda, e materna de João Gaspar e de Domingas Gonçalves da freg. de N.^a Sr.^a da Oliveira de Guimarães, e de João Gonçalves e de Maria Manuel, da freg. de S. Pedro de Canedo, Feira.

Julgado habilitado em 1735.

Pedro — m. 22, n.º 445

- 63 **Pedro Pereira** — mercador na Rua Nova dos Ferros, freg. de S. Julião de Lisboa, loja que fora de seu tio *Manuel Pereira Rebelo*, Familiar do S.^{to} Ofício; *natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão*; filho de *André Francisco Pereira*, mercador de sal, e de *Maria de Oliveira*, naturais e moradores em Ovar; neto paterno de *Domingos Jorge*, mercador de sal, e de *Maria Fernandes*, e materno de *Domingos Fernandes*, pescador, e de *Maria Jorge*, todos igualmente naturais e moradores em Ovar; ajustado para casar, em 1692, com Mariana Teresa, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, filha de João Soares Consciência e de Bárbara Soares, moradores na Rua Nova dos Ferros, neta paterna de Barnabé Soares e de Maria Maciel Cons-

ciência, naturais de Viana, e materna de João Rodrigues, fundidor de cobre em Lisboa, natural da freg. de S. João Baptista de Rio Caldo, Terras do Bouro, filho de Maria Vaz, e de Ana Antunes, natural da freg. de N.^a Sr.^a do Amparo de Benfica, filha de António Dias Moreno e de Maria Pedrosa, moradores na Caldeiraria Velha, sobrinha paterna de António Soares Consciência, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de 28 de Agosto de 1688.

Pedro — m. 9, n.º 245

- 64 Lic.^o P.^o **Pedro Pinto Cabral** — *abade da freg. de S. Cipriano de Paços de Brandão, Feira; natural da freg. de S.^{ta} Clara do Torrão, Entre Ambos-os-Rios; filho de João Pinto Cabral, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Vitória do Porto, e aí moradores; neto paterno de António Pinto, cordoeiro, e de Maria Duarte, naturais da freg. de S.^{to} Ildefonso do Porto e moradores nessa cidade na Cordoaria, e materno de António Jorge e de Francisca Antónia, naturais e moradores em S.^{ta} Clara do Torrão.*

Provisão do Comissário de 6 de Dezembro de 1678.

Pedro — m. 8, n.º 220

- 65 **Pedro Pinto da Silva** — *natural da Rua, freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, morador na freg. de S.^{ta} Eulália de Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis; filho de Domingos Pinto da Silva, lavrador, natural de Sobreda, freg. de S. Pedro de Canedo, Feira, e de Jerónima de Pinho, natural de Rua, e aí moradores; neto paterno de Francisco António e de Antónia Pinta, moradores em Sobreda, e materno de Francisco Dias e de Jerónima de Pinho, moradores em Oliveira de Azeméis, todos lavradores; casado com Maria Valente, natural de Macieira de Sarnes, filha de Salvador Carvalho e de Antónia Valente, moradores em Macieira de Sarnes, neta paterna de Salvador Carvalho, natural de Macieira de Sarnes, e de Isabel Fernandes, natural da freg. de S. Miguel de Milheirós de Poiares, Feira, e materna de Diogo Valente e de Maria Fernandes, moradores na freg. de S. Cristóvão de Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis, todos igualmente lavradores.*

Carta de Familiar de 13 de Outubro de 1672.

Pedro — m. 6, n.º 189

- 66 **Pedro Ribeiro da Fonseca** — negociante; natural e morador na freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia; filho de João Ribeiro da Fonseca, homem de negócio, Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de S. Cipriano de Refontoura, Felgueiras, e de Maria Joana de Jesus, natural de Vila Nova de Gaia, e aí moradores; neto paterno de João Ribeiro Pereira, natural de Refontoura, e de *Antónia da Fonseca, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis*, moradores em Refontoura, e materno de António Francisco de Oliveira, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Oliveira do Douro, e de Maurícia de S.^{ta} Rosa, natural de Vila Nova de Gaia, e aí moradores; bisneto paterno de José Ribeiro, natural de Refontoura, e de Antónia Ribeira, natural de Airão, Guimarães, e de *Domingos Gomes*, natural da freg. de S.^{ta} Eufémia de Agilde, Celorico, e de *Mariana da Fonseca, natural de Macieira de Sarnes*, e materno de Manuel Fernandes e de Maria Francisca, naturais de Oliveira do Douro, e de *Manuel da Costa Pinheiro, natural de Casaldelo, freg. de S. João da Madeira*, e de Maria João, natural da freg. de S. Mamede de Valongo, Porto; casado com Maria Margarida, natural de Vila Nova de Gaia, filha de Domingos Marques, natural da Guarda, e de Custódia Maria de Jesus, natural de Vila Nova de Gaia, e aí moradores, neta paterna de Manuel Fernandes Paulo e de Leonarda Maria, naturais e moradores na Guarda, e materna de António Gomes, natural de Oliveira do Douro, e de Maria de Jesus, natural de Vila Nova de Gaia, e aí moradores.

Carta de Familiar de 4 de Maio de 1805.

Pedro — m. 38, n.º 656

- 67 Lic.º **Pedro Ribeiro de Oliveira** — natural e morador na vila de Aveiro; filho de *Mateus Fernandes de Oliveira, escrivão da provedoria da comarca*, e de *Ana Ribeira, naturais e moradores em Aveiro*; neto paterno de *Jorge Fernandes, o «Geta»*, mercador com loja de panos, natural de Penela, e de *Isabel de Oliveira, natural de Aveiro, e aí moradores*, e materno de *Gaspar Dias Ribeiro* e de *Antónia Ribeira, também naturais e moradores em Aveiro*; casado com *D. Luísa da Gama, natural de Aveiro, filha de António da Maia, natural de Aveiro, e de D. Maria de Andrade, natural de Leiria, que assistiam no serviço de D. Brites de Lara, moradores em Aveiro, neta paterna de António da Maia, e de Maria Dias, naturais e moradores em Esgueira, freg. de S.^{to} André, Aveiro, tendo residido alguns anos em Aveiro, e materna de António Mon-*

teiro e de Maria de Andrade, naturais e moradores em Leiria.

Carta de Familiar de 18 de Janeiro de 1677.

Pedro — m. 7, n.º 204

- 68 **Pedro Rodrigues** — ourives do ouro; *natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Agueda*, morador em Coimbra na rua do Coruche, freg. de Santiago; filho de *António Pires*, ferreiro, e de *Isabel Fernandes*, *naturais de Agueda, e aí moradores na rua da Fonte*; neto paterno de *António Pires*, natural de Coimbra, e de *Isabel Antónia*, *natural de Agueda, e aí moradores*, e materno de *Pedro Fernandes* e de *Isabel Fernandes*, tia paterna de *Manuel Rodrigues*, Familiar do S.^{to} Ofício, *morador em Aveiro, naturais e também moradores em Agueda*; casado com *Maria Gomes* de Oliveira, natural de Coimbra, filha de *Manuel de Oliveira*, ourives do ouro, *natural de Aveiro, freg. de S. Miguel*, e de *Ângela Gomes*, natural de Coimbra, irmã de *Manuel Rodrigues*, ourives e mercador, Familiar do S.^{to} Ofício, *morador em Aveiro*, moradores em Coimbra na rua do Coruche, neta paterna de *Pedro Gonçalves*, calafate, e de *Sebastiana Francisca*, *moradores em Aveiro na rua do Alboi, freg. de S. Miguel*, e materna de *Domingos Rodrigues*, ourives do ouro, *natural de Agueda*, e de *Maria Gomes*, natural de Coimbra, e aí moradores na freg. de Santiago.

Carta de Familiar de 28 de Novembro de 1658.

Pedro — m. 5, n.º 156

- 69 **Pedro Sanches Farinha** — escrivão do Paço; natural de Lisboa, freg. dos Santos Reis do Campo Grande; filho de *António Sanches Farinha*, escrivão do Paço, natural de Lisboa, e de *D. Antónia de Almada*, natural de S. João da Talha, morador em Lisboa ao Boi Formoso, neto paterno de *Pedro Sanches Farinha*, o «Velho», escrivão do Paço e secretário de justiça, natural de Lisboa, e de *D. Helena Henriques*, flamenga ou descendente de flamengos, e materno de *Gonçalo Coelho Castelo*, almoxarife de S. Lázaro, e de *D. Guiomar de Almada*, naturais de Lisboa; casado com *D. Luísa de Baena*, natural da Índia, filha do Lic.^o Bento de Baena Sanches, desembargador na Índia, irmão do Des.^{or} João Sanches de Baena, pai de *Pedro Alves Sanches*, vereador e Familiar do S.^{to} Ofício, e de *D. Maria Machada*, natural da Índia, neta paterna de

Pedro Álvares Sanches e de D. Maria de Baena, e materna de Rui Machado Barbosa, desembargador na Índia, filho de Teodósio Machado Rebelo e de Maria de Pinto Barbosa, todos de Viana, e de Guiomar da Costa, natural de Goa, filha de *Jorge Nunes* e de *Margarida da Costa*, naturais de Aveiro.

Carta de Familiar de 25 de Setembro de 1663.

Pedro — m. 5, n.º 172

- 70 **Frei Pedro de S. Tomás** — religioso da Ordem dos Pregadores, doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, lente no Real Colégio da mesma Universidade; natural de Resende; filho do Dr. Domingos de Siqueira e Resende, médico, natural da freg. de N.ª Sr.ª de Carquere, e de D. Mariana Botelho, natural de Resende, e aí moradores; neto paterno de Manuel de Resende e de Maria Pinta, respectivamente naturais de S. Romão e de Carquere, e aí moradores, e materno de *Gonçalo Fernandes*, natural de Assilhó, freg. de S.ª Cruz de Albergaria-a-Velha, e de Maria Botelha, natural do Resende, e aí moradores.

Provisão de Qualificador de 4 de Fevereiro de 1724.

Pedro — m. 2, n.º 74

- 71 **Lic.º P.º Pedro da Silva** — da Companhia de Jesus e cónego da Sé de Leiria; natural da vila de Aveiro; filho de *António André*, tanoeiro, e de *Isabel João de Crasto*, os «Parronos», naturais de Aveiro e aí moradores ao Pelourinho, na rua da Rainha; neto paterno de *João Pires*, tanoeiro, e de *Maria Dias*, e materno de *Domingos João Otá* e de *Antónia Fernandes*, naturais e moradores em Aveiro; sobrinho materno de *Manuel Domingues Otá*, de Aveiro, preso pelo S.º Ofício por «dizer algumas cousas mal soantes», tendo saído em acto público de fé.

Julgado incapaz do cargo de Comissário por pouco honesto, com conversações de portas adentro, pouco talento, juízo, segredo e mais requisitos necessários ao referido cargo, em 12 de Maio de 1676.

Pedro — m. 7, n.º 200

- 72 **Pedro da Silva Cunha** — natural da freg. de S. Julião de Lisboa e morador na de N.ª Sr.ª do Socorro; filho de

Domingos da Cunha, algibebe, natural de Badim, freg. de S. João de Arnoia, Celorico de Basto, e de sua segunda mulher Maria da Silva, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Misericórdia de Belas, já viúvo de Margarida de Azevedo, moradores em Lisboa na Calcetaria, freg. de S. Julião; neto paterno de Sebastião Francisco e de Isabel Francisca, naturais e moradores em Badim, onde eram lavradores, e materno de João Ribeiro, natural de Roda, freg. de S.^{ta} Eufémia de Prazins, e de Maria da Silva, natural de Belas, e aí moradores; casado com D. Francisca Xavier de Almeida, natural da freg. de N.^a Sr.^a dos Anjos de Lisboa, filha de José de Almeida, alfaiate, natural da freg. do Socorro, e de Maria das Virtudes, natural da freg. de S. Silvestre de Unhos, moradores na calçada de S.^{to} André de Lisboa, neta paterna de Manuel de Freitas, pintor de louça, natural da mesma cidade, freg. de S.^{ta} Engrácia, e de *Arcângela de Almeida, a «Marquesa», natural da freg. de S.^{to} António de Avelãs do Caminho, Anadia*, moradores em Lisboa, e materna de Cristóvão da Fonseca e de Maria de Andrade, naturais e moradores em Unhos, sobrinho materno dos P.^{es} António Vaz de Andrade e de Sebastião de Andrade.

Carta de Familiar de 19 de Dezembro de 1752.

Pedro — m. 29, n.º 521

- 73 B.^o **Pedro da Silva e Lemos** — cavaleiro professo da Ordem de Cristo; natural de Lisboa, e aí morador ao Arco do Ouro, freg. de N.^a Sr.^a dos Mártires; filho de Francisco da Silva Torres, natural de Vermoeiro, freg. de S. Pedro de Azeira, termo de Torres Vedras, e de Arcângela de Lemos, natural da freg. do Salvador de Santarém, morador em Lisboa, à fundição dos sinos, freg. dos Mártires; neto paterno de Domingos Duarte, natural de Sobral, termo de Torres Vedras, e de Mariana da Silva, natural de Vermoeiro, e aí moradores, e materno de Gaspar Dias, o que erradamente fora declarado, pois o avô era Pedro Fernandes, e de Ana Duarte, naturais da freg. de S. Tomé de Lamas, termo de Cadaval, moradores em Santarém; casado com D. Maria Velosa da Costa, filha do capitão Diogo Pinto de Almeida, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, natural de Lisboa, e de D. Isabel Maria da Costa, natural de Mazagão, moradores em Lisboa às Cruzes da Sé, neta paterna de *Manuel Pinto, natural de Águeda, freg. de S.^{ta} Eulália*, e de Catarina de Almeida, natural de Almada, moradores em Lisboa, e materna de Lázaro Pires, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e de

D. Maria Velosa da Costa, naturais e moradores na Praça de Mazagão.

Negada por não estar em termo para Familiar, em virtude do avô materno do habilitando não ser o que fora indicado, em 1718.

Pedro — m. 38, n.º 671

- 74 **Pedro da Silveira** (1) — natural de Molelos (2), freg. de S.^{ta} Eulália de Besteiros, Tondela, *morador na vila de Aveiro*; filho de Filipe Malheiro e de Polónia da Silveira, naturais e moradores em Molelos; neto paterno de Vasco Rodrigues Malheiro e de Maria Rodrigues, naturais de Mesão Frio e moradores em Freixedo, e materno de *Manuel Botelho da Silveira*, filho de *António Rodrigues, escrivão dos órfãos na vila de Esgueira, e daí naturais*, e de Mécia Pereira, natural de Molelos, e aí moradores; sobrinho materno de António da Silveira, Familiar do S.^{lo} Ofício; casado com *Antónia de Araújo, natural da freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia*, filha de *Afonso de Araújo* e de *Leonor Cardoso, moradores em Aveiro*, neta paterna de *Pedro Álvares, natural de Avelãs de Cima*, e materna de *Gaspar Dias*, filho de *Leonor Anes, a «Gaga»*, e de *Antónia Cardoso*, filha de *Fernão Pires Cardoso* e de *Catarina Nunes, todos de Aveiro*.

Julgado habilitado para Escrivão Visitador das Naus do Reino em 12 de Março de 1619.

Pedro — m. 41, n.º 735

- 75 **Pedro de Sousa de Castelo Branco** — natural de Lisboa e morador em Leiria; filho de José de Sousa de Castelo Branco e de D. Isabel Soares de Albergaria, moradores em Lisboa; irmão do Bispo de Elvas D. João de Sousa de Castelo Branco; casado com D. Helena Mafalda Vicência de Castelo Branco, filha do Dr. António Vaz de Castelo Branco, doutor na Faculdade de Leis pela Universidade de Coimbra, natural de Leiria, e de D. Maria Clara Pereira de Vasconcelos, natural de S. Pedro do Sul; neta paterna de António Vaz de Castelo Branco e de D. Luísa de Ataíde, de Leiria, e materna de Diogo de Almeida de Azevedo, de S. Pedro do Sul, filho de Manuel de Almeida e Azevedo, de S. Pedro do Sul, e de Maria Pereira, de Viseu, e de D. Helena do Amaral, de Vouzela, filha de *Manuel Rebelo*

(1) Já anteriormente, 1614, se habilitara para Familiar—m. 1, n.º 23.

(2) Actualmente freguesia sob a invocação de S. Pedro.

do Amaral, da freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra, e de D. Natália Soares de Albergaria, de Vouzela.
Carta de Familiar de 23 de Outubro de 1719.

Pedro — m. 18, n.º 380

- 76 **Pedro Tavares da Cruz** — praticante no Tribunal dos Contos do Reino; natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e morador na Confeitaria, freg. de S. Julião; filho de *Sebastião Tavares, natural de Portela, freg. de S. João Baptista de Rocas do Vouga, Sever do Vouga*, e de Mariana da Cruz, natural de Lisboa, freg. de Santiago, moradores na Confeitaria; neto paterno de *Manuel João*, lavrador, filho de *João Baptista, o «velho», naturais de Portela*, e de *Maria Fernandes, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Sever do Vouga, moradores em Portela*, e materno de Manuel da Cruz, filho de Domingos Fernandes, o «Sete Cabeças», natural da freg. de N.^a Sr.^a dos Olivais, e de Domingas Martins de Miranda, filha de Joana André e de Luís Fernandes, natural da freg. de S.^{to} Estêvão de Alfama; o pai do habilitando era primo co-irmão de *Manuel Tavares, Familiar do S.^{to} Officio, natural da Portela* e morador na Confeitaria, filho de *João Baptista da Portela*, irmão do avô paterno do habilitando, e a sua avó materna era prima co-irmã de Luís Gonçalves e de Antónia Fernandes, irmã da citada Joana André, pais do Dr. António Pires, Familiar do S.^{to} Officio e médico da Inquisição, e do Dr. Agostinho Nunes, também Familiar; casado durante a habilitação com Maria Josefa Vilela, filha de Pedro Vilela, mercador de livros, Familiar do S.^{to} Officio, e de Maria da Encarnação, neta paterna de João Francisco e de Maria Barrosa, moradores em Vilela, freg. de S.^{to} André do Rio Douro, Cabeceiras de Basto, e materna de Cristóvão da Silva, natural de Almargem do Bispo, e de Maria Dias, natural de Colares.

Carta de Familiar de 24 de Abril de 1709.

Pedro — m. 16, n.º 351

- 77 **Pedro de Vasconcelos Cirne** — natural da quinta da Moimenta, freg. de S. Paio de Fornos, Castelo de Paiva, e morador na quinta das Lagartas, freg. de S.^{ta} Maria de Sardoura, Castelo de Paiva; filho de António de Góis e Vasconcelos Portugal, natural da Casa do Bairro em Corvelo, freg. de Santiago da Capela, Penafiel, e de D. Josefa Maria Joana, natural da rua de Belmonte, freg. de N.^a Sr.^a da Vitória do Porto, e aí então moradores; neto

paterno de *Rodrigo de Vasconcelos Portugal, natural da quinta do Catapeixe, freg. de S.^{ta} Maria do Sobrado, Castelo de Paiva*, e de Isabel Pinto, solteira, natural da Casa do Bairral, e materno de Pedro Ribeiro Porto, homem de negócio, natural de Bom Nome, freg. de S. Miguel de Entre-ambas-as Aves, e de sua primeira mulher Mariana Soares, natural da Praça da Figueira, freg. de S. Nicolau do Porto, moradores nessa cidade na rua de Belmonte; casado com *D. Antónia Tomásia de Magalhães*, natural da quinta da Agrela, freg. de S. Pedro de Abragão, Porto Carreiro, filha de João de Campos Novais e Guimarães, homem de negócio, natural da freg. de S. Vicente de Passos, termo de Guimarães, e de Mariana de Freitas da Fonseca e Brito, natural da quinta da Agrela, e aí moradores, neta paterna de Pedro de Campos Novais e Magalhães, homem de negócio, natural da quinta da Eiradonega, freg. de Morcira do Rei, termo de Guimarães, e de Maria Cardosa, solteira, natural de Passos, respectivamente moradores na rua das Lages do Toural, freg. de de S. Sebastião, extra-muros de Guimarães, e em Passos, e materna de João da Afonseca Soares e Brito, natural da quinta da Agrela, e de Catarina de Freitas Pereira, natural da referida rua das Lages do Toural, moradores na quinta da Agrela, prima materna de Antónia Caetana, casada com Manuel de Seabra Cardoso de Miranda, homem de negócio, Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de S. Cristóvão de Nogueira.

Carta de Familiar de 22 de Março de 1743.

Pedro — m. 24, n.º 474

- 78 **B.^o Pedro Vaz de Azevedo Morilhas** — natural da vila de Caminha e morador em Ponte, freg. de S. Miguel de Recardães, Agueda; filho de Miguel Gonçalves Pereira, homem marítimo, e de Inês Vaz de Azevedo, naturais e moradores em Caminha; neto paterno de Pedro Gonçalves Seixas, homem marítimo, e de Maria Alvares Vaz, e materno de António Simões Tinoco, também homem marítimo, e de Clara Vaz, todos naturais e moradores em Caminha; primo paterno de *José Luís Vaz Morilhas*, Familiar do S.^{to} Ofício, de Agueda, filho do Dr. Lourenço Gonçalves Vaz Morilhas, irmão de seu pai; casado com *Filipa de Almeida e Silva, natural da Ponte*, filha do capitão João Tavares da Silva, natural da freg. de S. Miguel de Travassô, Agueda, e de *Maria de Almeida, natural da Ponte*, e aí moradores, neta paterna do capitão João Tavares da Silva e de *Maria de Castro, moradores em Travassô*,

e materno de *António da Rocha* e de *Maria de Almeida*, naturais e moradores em *Recardães*, prima de *Caetana Tavares*, de *Travassô*, filha do capitão *Belchior Tavares da Silva*, irmão de seu pai, casada com *Brás Pinheiro da Rocha*, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de *Aguieira*, freg. de *S. Pedro de Valongo*, *Ageda*.

Carta de Familiar de 15 de Novembro de 1729.

Pedro — m. 20, n.º 406

- 79 **Pedro Vicente da Silva** — antigo abridor ao buril, guarrições de espadas e tauriá-las, e então contratador de escravos e de mercearia; natural de Lisboa, freg. de *S. Nicolau*, e morador na *Cordoaria Velha*, freg. de *N.ª Sr.ª dos Mártires*; filho de *João Vicente*, dourador, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de *Archeiro*, freg. de *S. Domingos de Rana*, *Canais*, e de *Sebastiana da Silva* natural de Lisboa, e aí moradores na rua dos *Douradores*; neto paterno de *Jorge Vicente*, filho de *João Brás* e de *Maria Vicente*, e de *Domingas Vicente*, filha de *Francisco Jorge* e de *Domingas Vicente*, de *S. Domingos de Rana*, e materno de *Sebastião da Silva*, filho de *João Fernandes* e de *Catarina Esteves*, e de *Luísa da Silva*, filha de *Amaro Pires* e de *Maria Gonçalves*, de Lisboa; casado com *Maria Cordeira*, natural da freg. de *S.ª Justa* de Lisboa, filha de *João Rodrigues*, sangrador e cirurgião do Hospital Real, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de *Vila Chã*, freg. de *S. Bartolomeu*, *Pombal*, e de *Antónia Cordeira*, natural de Lisboa, e aí moradores na *Caldeiraria Velha*, neta paterna de *Guilherme João*, filho de *João Mateus* e de *Isabel Martins*, de *Vale de Milho*, *Abiul*, *Pombal*, e de *Ana Rosa*, moradora com seu marido em *Vila Chã*, filha de *Manuel Rodrigues* e de *Antónia Fernandes*, de *Vila Chã*, e materna de *Manuel Moreira*, sangrador do Hospital Real, filho de *Francisco Pires* e de *Catarina Lopes*, de *Assequins*, freg. de *S.ª Eulália de Ageda*, e de *Inácia Cordeira*, moradora com seu marido em Lisboa, ao *Boi Formoso*, freg. do *Socorro*, filha de *Lucas de Canécia*, espadeiro, de *Toledo*, e de *Isabel Cordeira*, moradores na *Sombreiraria*, à entrada do beco do *Silvestre*.

Carta de Familiar de 31 de Outubro de 1691.

Pedro — m. 12, n.º 279

- 80 **Pedro Vicente Velho** — confeitoiro; natural da *Vila de Tancos*, freg. de *N.ª Sr.ª da Conceição*, e morador em casa de seu tio *António Vicente da Mata*, confeitoiro,

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

junto a Ver-o-Peso, freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Lisboa; filho de Pedro Anes Velho e de Ana da Conceição, naturais e moradores em Tancos; neto paterno de André Esteves Velho e de Ana Dias, e materno de Francisco Vicente, calafate, e de Ana Lopes, tendeira, todos naturais e moradores em Tancos; ajustado para casar, em 1709, com Luísa Maria da Assunção, natural do Pragal, termo da vila de Almada, freg. de N.^a Sr.^{ta} do Castelo, filha de António Ferreira e de Lourença Rodrigues, naturais e moradores no Pragal, neta paterna de Sebastião Ferreira, natural de Serdedelo, termo de Guimarães, e de Leonor Pereira, natural de Sezimbra, moradores no Pragal, e materna de *Francisco Rodrigues, natural de Carreiros, freg. de S.^{ta} Cruz de Alvarenga, Arouca*, filho de António Rodrigues, o «Balona», e de Catarina Rodrigues, também de Carreiros, e de Paula Simões, natural de Pragal, e aí moradores.

Carta de Familiar de 18 de Abril de 1707.

Pedro — m. 15, n.º 335

- 81 Dr. **Pedro Viegas de Novais Ferraz** — alcaide-mór da vila de Redondos⁽¹⁾, desembargador da Casa da Suplicação e lente de leis na Universidade de Coimbra; natural da vila de Tentúgal, freg. de N.^a Sr.^a da Assunção, Montemor-o-Velho; filho de João Viegas de Novais, alcaide-mor de Redondos, natural de Tentúgal, e de D. Isabel Antónia Couceiro de Azambuja Ferraz, natural da freg. de S. Bartolomeu de Coimbra, moradores em Tentúgal; neto paterno de Pedro Viegas de Novais, alcaide-mor de Redondos natural de Torre de Moncorvo, e de *D. Filipa da Rocha Teixeira, natural da vila de Vagos, freg. de Santiago*, moradores em Tentúgal, e materno de Francisco Ferraz Velho de Azambuja e de D. Antónia da Costa Soares, naturais e moradores em Coimbra, sobrinha materna de Álvaro Ferraz Velho de Azambuja, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de 4 de Junho de 1765.

Pedro — m. 33, n.º 583

- 82 **Plácido Soares Coelho** — natural e morador na vila de Soure; filho de Manuel Soares Coelho, natural de Soure, e de D. Micaela Josefa de Andrade, natural da Granja do

(1) Actualmente povoação da freg. de Alhadass, Figueira da Foz.

Ulmeiro; neto paterno de Sebastião Soares Coelho e de Natália de Matos Castelo Branco, naturais e moradores em Soure, e materno do sargento-mor Manuel Ferreira Canais, natural de Figueiró do Campo, e de D. Francisca Josefa de Andrade, natural da vila de Pereiro, moradores na Granja do Ulmeiro; ajustado para casar, em 1725, com Ana Maria de Castelo Branco, natural e moradora em Soure, filha de *Luis Manhos de Abreu, natural da freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia*, e de Maria Pereira Pinto, natural de Soure, e aí moradores, neta paterna de *João Manhos de Abreu, natural de Soure*, e de *D. Mariana de Azevedo Coelho, natural de Tamengos, e aí moradores*, e materna de Manuel Pinto e de Maria Pereira, naturais e moradores em Soure.

Carta de Familiar de 16 de Fevereiro de 1725.

Plácido — m. 1, n.º 4

bibRIA

ÍNDICES

a) ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

- Abreu (João Manhos de) — Tamen-
gos, Anadia — 82
Abreu (Luís Manhos de) — Tamen-
gos, Anadia — 82.
Afonso (André) — Ovar — 28
Afonso (Manuel), lavrador — Águeda
— 22
Afonso (Nicolau) — Esgueira, Aveiro
— 33
Afonso (Simão), lavrador — Casal
Comba, Mealhada — 26
Aires (Pedro Fernandes), sombrei-
reiro-Carregosa, Oliveira de Aze-
méis — 32
**Albuquerque (Pedro Manuel de Sousa
Brandão de)** — Aveiro — 48
Alfena (Pantaleão Afonso), capitão
e senhor de navios — Aveiro — 1
Alfena (P.º Lic.º Pantaleão Afonso),
reitor da freg. de S. Miguel de
Fermelã — Aveiro — 1; Fermelã,
Estarreja — 1
Almeida (Arcângela de), a «Mar-
quesa» — Avelãs do Caminho,
Anadia — 72.
Almeida (Maria de) — Recardães,
Águeda — 78
Almeida (Paulo de), cavaleiro fi-
dalgo da Casa de S. Mag. —
Arrifana, Feira — 10
Almeida (Pedro Afonso de), capitão
— Águeda — 22
Álvares (António), lavrador — Ana-
dia — 6
Álvares (Domingos) — Silvado, Es-
pinho — 2
Álvares (João) — Águeda — 49
Álvares (João), lavrador — Anadia
— 6
Álvares (Maria) — Silvalde, Espinho
— 2
Álvares (Maria), lavradora — Sil-
valde, Espinho — 2
Álvares (Pedro) — Avelãs de Cima,
Anadia — 74
Amador (Isabel) — Bunheiro, Mur-
tosa — 43
Amaral (Manuel Rebelo do) — Cas-
telões, Vale de Cambra — 75
Amorim (Paulo Caetano), homem
de negócio em Lisboa — 11
Andrade (D. Maria de) — Aveiro
— 67
André (António), o «Parrono», ta-
noeiro — Aveiro — 71
André (Domingos) — Ribeiro de Frá-
goas, Albergaria-a-Velha — 9; Pal-
maz, Oliveira de Azeméis — 9
André (Domingos), o «Polónio» —
Canelas, Estarreja — 14
André (Gaspar), lavrador — Lou-
rosa, Feira — 56
André (Grácia) — Ovar — 59
André (Isabel) — Luso, Mealhada
— 51; Ovar — 59
André (João) — Bunheiro, Murtosa
— 43
André (João), lavrador — Canelas,
Estarreja — 14
André (Manuel), lavrador — Cane-
las, Estarreja — 14; Lourosa,
Feira — 56
André (Maria) — Feira — 58
Anes (Afonso) — Esgueira, Aveiro
— 33
Anes (Branca) — Barcouço, Mea-
lhada — 25
Anes (Leonor), a «Gaga» — Aveiro
— 74
Antónia (Ana) — Arcos, Anadia — 6;
Monte, Anadia — 6
Antónia (Catarina) — Águeda — 22

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Antónia (Isabel) — Águeda — 68;
Anadia — 6; Arcos, Anadia — 6
- Antónia (Maria) — Mouta, Anadia — 6; Tamengos, Anadia — 23; Silvalde, Espinho — 5; Cucujães, Oliveira de Azeméis — 11
- António (Maria), lavrador — Anadia — 6; Arcos, Anadia — 6; Canedo, Feira — 32
- António (Domingos) — Cucujães, Oliveira de Azeméis — 11
- António (Francisco), lavrador — Canedo, Feira — 55
- Aranha (Beatriz) — Ovar — 18
- Aranha (Guiomar) — Cucujães, Oliveira de Azeméis — 24
- Aranha (João de Matos) — Ovar — 18
- Aranha (Paulo de Matos)** — 18
- Araújo (Antónia de) — Avelãs de Cima, Anadia — 4
- Araújo (João Correia de) — Raiva, Castelo de Paiva — 54
- Aveiro (Pedro Fernandes de)**, piloto dos navios da Guiné — Esgueira, Aveiro — 33
- Bacelar (Pedro Gonçalves)** — 38
- Baptista (João), o «Velho» — Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 76
- Barbosa (Ana) — Esgueira, Aveiro — 27
- Barreto (Pedro Ferraz) — Aveiro — 35
- Barreto (Pedro Ferraz)**, capitão de galé real — 35
- Barros (Francisco Vaz de) — Tamengos, Anadia — 23
- Bastos (Maria de), lavradora — Espinhel, Águeda — 46; Oiã, Oliveira do Bairro — 46
- Borges (Aleixo), veador do Conde da Feira e escrivão do público e judicial e notas — Arrifana, Feira — 10
- Borges (Francisco) — Arrifana, Feira — 10
- Brandão (Belchior) — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 32
- Brandão (Francisco Tavares), lavrador — Roge, Vale de Cambra — 32
- Brandão (Luís Manuel de Sousa), Familiar de S.^o Offício — Aveiro — 48
- Brandão (Manuel), lavrador; Macieira de Cambra, Vale de Cambra; Roge, Vale de Cambra — 32
- Brito (Álvaro de Albuquerque e) — Aveiro — 48
- Brito (Álvaro de Albuquerque de Pina e), Familiar do S.^o Offício — Aveiro — 48
- Brito (Francisco de Albuquerque de Pina e) — Aveiro — 48
- Brito (D. Jacinta Joana de Albuquerque de Pina e) — Aveiro — 48
- Cabral (L.^o P.^e Pedro Pinto)**, abade da freg. de S. Cipriano de Paços de Brandão, Feira — 64
- Caldeira (André Dias), escudeiro — Aveiro — 38
- Caldeira (Inês) Avelãs de Cima, Anadia — 49
- Campos (Felicja de) — Argoncilhe, Feira — 19
- Campos (Francisco de), sangrador — Argoncilhe, Feira — 19
- Cardosa (Antónia) — Aveiro — 74
- Cardosa (Leonor) — Avelãs de Cima, Anadia — 74; Aveiro — 74
- Cardosa (Maria) — Aveiro — 38
- Cardoso (Fernão Pires) — Aveiro — 74
- Cardoso (Francisco) — Moselos, Feira — 42
- Carneiro (Pedro da Cunha)** — 31
- Carvalho (António de) — Vila Nova de Monsarros, Anadia — 60
- Carvalho (António de), lavrador — Ovar — 59
- Carvalho (Baltasar) — Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 20
- Carvalho (D. Maria de) — Vila Nova de Monsarros, Anadia — 60
- Carvalho (P.^e Pedro Henriques de)**, prior da igreja de S. Pedro de Almuro, Monforte — 40
- Carvalho (Salvador), lavrador — Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 65
- Carvalho (Sebastião de Almeida), Familiar de S.^o Offício — Esgueira, Aveiro — 48
- Castelo Branco (P.^e Paulo Fernandes)**, prior da freg. de S. Mamede de Castanheira do Vouga, Águeda — 13
- Castelo Branco (Pedro de Sousa de)** — 75
- Cirne (Pedro de Vasconcelos)** — Fornos, Castelo de Paiva — 77; Sardoura, Santa Maria, Castelo de Paiva — 77
- Coelho (Mariana de Azevedo) — Tamengos, Anadia — 82
- Coelho (Pedro Ferreira)** — S. Vicente de Pereira, Ovar — 37
- Coelho (Pedro Ferreira), ouvidor da comarca do Condado da Feira — 37

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Coelho (Plácido Soares)** — 82
 Condes de Aveiras — Vagos — 39
Correia (Catarina) — Cesar, Oliveira de Azeméis — 34
Correia (Pedro) — 26
Correia (Pedro), boticário do Hospital Real de Coimbra e do S.º Ofício da mesma cidade — 25
Correia (Pedro Fernandes), mercador de pano de linho — Loureiro, Oliveira de Azeméis — 34
Costa (André Borges da), escrivão do Couto de Cambra, Vale de Cambra — 24; Codal, Vale de Cambra — 24
Costa (Dionísio da) — Cucujães, Oliveira de Azeméis — 11
Costa (Joana) — Moselos, Feira — 42
Costa (João da) — S. João de Ver, Feira — 3
Costa (Manuel da), sapateiro — Feira — 28
Costa (Margarida da) — Aveiro — 69
Costa (Pedro da), cozinheiro do Convento do Espírito Santo dos padres loios da Feira — 29
Costa (P.º Lic.º Pedro Borges da) — prior da freg. da Carregosa, Oliveira de Azeméis — 24
Couto (Maria do), lavradora — Carregosa, Oliveira de Azeméis — 20; Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 20
Couto (Natária do) — Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 20; Oliveira de Azeméis — 20
Craсто (Isabel João do), a «Parrona» — Aveiro 71
Cruz (Pedro da), escrivão dos Órfãos no Porto — 30
Cruz (Pedro Tavares da), praticante do Tribunal dos Contos do Reino — 76
Cunha (Pedro da Silva) — 72
Dias (Catarina), a «Vizinhas», lavradora — Canelas, Estarreja — 14
Dias (Filipa) — Aveiro — 1
Dias (Francisco) — Oliveira de Azeméis — 65
Dias (Gaspar) — Aveiro — 74
Dias (Isabel) — Ovar — 36
Dias (Maria) — Aguada de Cima, Águeda — 16; Aveiro — 1; 67 e 71; Esgueira, Aveiro — 1 e 67
Dias (Sebastião), lavrador — Ovar — 59
Domingues (António) — Silvalde, Espinho — 2
Domingues (António), lavrador, — Silvalde, Espinho — 2
Domingues (Catarina), a «Faisca» — Nogueira da Regedoura, Feira — 19
Domingues (Manuel), mestre piloto e Familiar do S.º Ofício — Aveiro — 1
Domingues (Pedro), lavrador — Canelado, Feira — 32
Eça (António Silveira d') — Esgueira, Aveiro — 27
Eça (Cristóvão Barbosa d') — Esgueira, Aveiro — 27
Farinha (Pedro Sanches) — escrivão do Paço — 69
Fernandes (Antónia) — Aveiro — 71
Fernandes (António) — Sangalhos, Anadia — 7; Bunheiro, Murtosa — 43; Oliveira do Bairro — 7
Fernandes (Brites) — Aveiro — 1; Vagos — 1
Fernandes (Catarina) — Lourosa, Feira — 3 e 56; S. João de Ver, Feira — 3 e 56
Fernandes (Cesília) — Feira — 37; Cucujães, Oliveira de Azeméis — 37
Fernandes (Domingas) — Murtosa — 43
Fernandes (Domingas), lavradora — Silvalde, Espinho — 5
Fernandes (Domingas) — Murtosa — 43
Fernandes (Domingos), o «Parentão» Mouta, Anadia — 6
Fernandes (Domingos), pescador — Ovar — 63
Fernandes (Domingos), vendeiro de vinhos e azeites — Águeda — 50
Fernandes (Francisca), lavradora — Couto de Esteves, Sever do Vouga — 50
Fernandes (Gonçalo) — Albergaria-a-Velha — 70
Fernandes (Gonçalo), lavrador — Chave, Arouca — 32
Fernandes (Isabel) — Águeda — 68; Vila Nova de Monsarros, Anadia — 52; Esgueira, Aveiro — 33
Fernandes (Isabel), lavradora — Águeda — 22; Chave, Arouca — 32; Milheiró de Poiares, Feira — 65; Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 65
Fernandes (Jorge) — Cesar, Oliveira de Azeméis — 57

- Fernandes (Jorge), o «Geta», mercador de panos — Aveiro — 67
- Fernandes (Manuel) — S. João de Ver, Feira — 3; Murtosa — 43
- Fernandes (Manuel), lavrador — Águeda — B. Águeda — 50
- Fernandes (Marcos), mercador e Familiar do S.º Offício — Loureiro, Oliveira de Azeméis — 34
- Fernandes (Margarida), lavradora — Lourosa, Feira — 56
- Fernandes (Maria) — Esgueira, Aveiro — 33; Lobão, Feira — 21; Bunheiro, Murtosa — 43; Murtosa — 43; Loureiro, Oliveira de Azeméis — 34; Ovar — 63; Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 46; Sever do Vouga — 46
- Fernandes (Maria, ou Isabel) — Aveiro — 38
- Fernandes (Maria), a «Trova» — Canelas, Estarreja — 14
- Fernandes (Maria), lavradora — Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis — 65; Arões, Vale de Cambra — 50
- Fernandes (Pascoal), mestre de pedraria — Sobas, Feira — 21
- Fernandes (Pedro) — Águeda — 68
- Fernandes (Pedro), o «Barqueiro» — Argoncilhe, Feira — 19
- Fernandes (Pedro), lavrador — Chave, Arouca — 32; S. João de Ver, Feira — 56; Carregosa, Oliveira de Azeméis — 32
- Fernandes (Simas), surrador — Luso Mealhada — 51
- Ferraz (Dr. Pedro Viegas de Novais)**, alcaide-mor da vila de Redondos, Figueira da Foz — 81
- Ferreira (Catarina) — Feira — 37; S. Vicente de Pereira, Ovar — 37
- Ferreira (Paulo)**, escrivão do judicial e notas na vila de Mortágua — 15
- Ferreira (Paulo Dias)**, homem de negócio em Lisboa — Canelas, Estarreja — 14
- Ferreira (Pedro)**, corrector do número da cidade de Lisboa — 36
- Figueiredo (Catarina de) — Aveiro — 1
- Figueiredo (D. Francisca de Almeida e) — Aveiro — 48; Esgueira, Aveiro — 48
- Figueiredo (Isabel Luísa de) — Aveiro — 35
- Fonseca (António de) — Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 66
- Fonseca (Maria de Oliveira da) — Ílhavo — 48
- Fonseca (Mariana da) — Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 66
- Fonseca (Pedro Nunes da)**, negociante no Arraial de Tairaras, cap.ª de Goiás — 54
- Fonseca (Pedro Ribeiro da)**, negociante em Vila Nova de Gaia — 66
- Fragosa (Francisca dos Santos) — Arcos, Anadia — 15
- Francisca (Brites), padeira — Águeda — 50
- Francisca (Isabel) — Feira — 29
- Francisca (Maria) — Águeda — 22
- Francisca (Sebastiana) — Aveiro — 68
- Francisca (Vicência), lavradora — Sangalhos, Anadia — 46
- Francisco (André), lavrador — Águeda — 22; Espinhel, Águeda — 22
- Francisco (António), lavrador — Canelado, Feira — 21; Lobão, Feira — 21
- Francisco (António), pescador — Ovar — 36
- Francisco (Lourenço), lavrador — Sangalhos, Anadia — 46
- Francisco (Paulo)**, alfaiate e recoveiro, com tenda de merceiro em Coimbra — 16
- Francisco (Pedro) — Loureiro, Oliveira de Azeméis — 34
- Francisco (Pedro), lavrador — Águeda — 22; Recardães, Águeda — 22; Sangalhos, Anadia — 16
- Francisco (Simão), lavrador — Oiã, Oliveira do Bairro — 46
- Gama (D. Luísa da) — Aveiro — 67
- Garaião (Pedro Francisco), lavrador — Recardães, Águeda — 22
- Gomes (Belchior), tanoeiro — Mouselos, Feira — 4
- Gomes (Brites) — Casal Comba, Mealhada — 23
- Gomes (Cristóvão), lavrador — Mouselos, Feira — 4
- Gomes (Domingos) — Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 66
- Gomes (Luís) — Mouta, Anadia — 6
- Gomes (Mareta) — Argoncilhe, Feira — 19
- Gomes (Pantaleão)**, tanoeiro e avaliador do fisco no Porto — 4
- Gomes (Pascoal)** — Mouta, Anadia — 6
- Gonçalves (André), mestre piloto — Aveiro — 1

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Gonçalves (António), lavrador — Águeda — 50
- Gonçalves (António), lavrador — Silvalde, Espinho — 5
- Gonçalves (Catarina), vendeira — Argoncilhe, Feira — 19
- Gonçalves (Domingos), o «Carola» — Travanca Feira — 55
- Gonçalves (Filipa) — Luso, Mealhada — 25
- Gonçalves (Guiomar), lavradora — Moselos, Feira — 4
- Gonçalves (João) — Canedo, Feira — 62
- Gonçalves (João) o «Baulio», Nogueira da Regedoura, Feira — 30
- Gonçalves (José), almocreve — Canedo, Feira — 40
- Gonçalves (Maria) — Silvalde, Espinho — 2
- Gonçalves (Pedro), calafate — Aveiro — 68
- Gran (Pedro Neto da)**, soldado que ia como voluntário para a Índia — 52
- Joana (D. Josefa Maria) — Fornos, Castelo de Paiva — 77
- João (Águeda), lavradora — Couto de Esteves, Sever do Vouga — 50; Arões, Vale de Cambra — 50
- João (André), lavrador — Canelas, Estarreja — 14
- João (Andresa) — Oliveira do Bairro — 7
- João (Diogo) — Barcouço, Mealhada — 25
- João (Domingas) — Luso, Mealhada — 51
- João (Domingos), barqueiro — Sangalhos, Anadia — 7
- João (Estêvão), estalajadeiro em Coimbra — Luso, Mealhada — 51
- João (Isabel), lavradora — Canelas, Estarreja — 14
- João (Manuel) — Murtosa — 43
- João (Manuel), lavrador — Arcos, Anadia — 15; Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 76; Sever do Vouga — 76
- João (Margarida) — Aguada de Cima — Águeda — 16; Roge, Vale de Cambra — 8
- João (Maria), lavradora — Canelas, Estarreja — 14
- João (Mariana), lavradora — Canedo Feira — 32; Carregosa, Oliveira de Azeméis — 32
- João (Pedro), lavrador — Carregosa, Oliveira de Azeméis — 20
- Jorge (Amaro), lavrador — Cesar, Oliveira de Azeméis — 34; Loureiro, Oliveira de Azeméis — 34
- Jorge (Amaro), lavrador e Correio — Cesar, Oliveira de Azeméis — 34
- Jorge (Antónia) — Travanca, Feira — 55
- Jorge (Domingos), mercador de sal — Ovar — 63
- Jorge (Manuel) — Ovar — 36
- Jorge (Maria) — Oliveira do Bairro — 7; Ovar — 63
- Lacerda (Pedro Correia de)**, fidalgo da Casa de S. M. — 27
- Leitão (Manuel Ribeiro), Familiar de S.^{to} Ofício — Aveiro — 1
- Leitão (P.^e Paulo de Castro)**, abade da freg. de S.^{ta} Maria de Sever do Vouga — 12
- Leitoa (Ángela) — Avelãs do Caminho, Anadia — 1
- Leitoa (Maria Ribeira) — Avelãs do Caminho, Anadia — 1; Aveiro — 1
- Lemos (B.^{el} Pedro da Silva)**, cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 73
- Lima (Pantaleão da Costa)**, médico aprovado pela Universidade de Coimbra e dos do partido de S. Mag. — 3
- Lopes (Catarina) — Águeda — 79
- Lopes (Cecília) — Cesar, Oliveira de Azeméis — 57
- Lopes (Domingos), lavrador — Feira — 29
- Lopes (Isabel), lavradora — Águeda — 22
- Lopes (Maria) — Bunheiro, Murtosa — 43
- Lopes (Mariana) — Feira — 29
- Lourenço (Pedro)**, lavrador — Sangalhos, Anadia — 46
- Machado (André) — Cesar, Oliveira de Azeméis — 57
- Magalhães (D. Antónia Tomásia de) — Sardoura (S.^{ta} Maria), Castelo de Paiva — 77
- Maia (António) — Esgueira, Aveiro — 67; Aveiro — 67
- Manuel (Maria) — Canedo, Feira — 62; Luso — Mealhada — 25
- Marques (Caetano) — Palmaz, Oliveira de Azeméis — 9
- Marques (Maria) — Palmaz, Oliveira de Azeméis — 9
- Martins (Águeda) — Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha — 9

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Martins (Domingos), homem do mar — Aveiro — 1; Salreu, Estarreja — 1
- Maria (Ana) — Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha — 9
- Maria (Joana) — Anadia — 6
- Mariz (João de), lavrador — Arcos Anadia — 6
- Mariz (P.^e Pedro de)**, B.^{el} formado nos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra — 49
- Mascarenhas (Angélica) — Arrifana, Feira — 10
- Mascarenhas (Francisca) — Arrifana, Feira — 10
- Mateus (Madalena) — Bunheiro, Murtosa — 43
- Mateus (Teodósia) — Bunheiro, Murtosa — 43
- Matos (Ana de) — Arrifana, Feira — 10; Rio Meão, Feira — 10
- Matos (Pedro Nunes)**, sangrador dos Cárceres da Inq. de Évora — 55
- Matos (Salvador de) — Rio Meão, Feira — 10
- Mendes (Domingos), lavrador — Couto de Esteves, Sever do Vouga — 50
- Mendes (Pedro)**, cirurgião — Couto de Esteves, Sever do Vouga — 50
- Mendes (Pedro), lavrador — Couto de Esteves, Sever do Vouga — 50
- Mendonça (Pedro Pais Botelho de)** — Vila Nova de Monsarros, Anadia — 60
- Miguéis (Gonçalo) — Aguada de Cima Agueda — 16
- Miranda (Pedro de)**, mercador em Coimbra — 51
- Miranda (Pedro Guedes de)** — 39
- Moreira (Manuel), sangrador do Hospital Real — Agueda — 79
- Moreira (Paulo)** — Argoncilhe, Feira — 19
- Moreira (Pedro da Costa)**, criado do Príncipe — 28
- Morilhas (José Luís Vaz), Familiar do S.^{to} Ofício — Agueda — 78
- Morilhas (B.^{el} Pedro Vaz de Azevedo)** — Ricardães, Agueda — 78
- Neves (Pedro da Costa)**, mercador na Baía — Feira — 29
- Nogueira (Pascoal)**, doutor em Artes pela Universidade de Coimbra — 7
- Nogueira (Lic.^o Simão), secretário do S.^{to} Ofício da Inq. de Coimbra — Mealhada — 25
- Noronha (D. Francisca de) — Vagos — 39
- Nunes (António), lavrador — Maieira de Cambra, Vale de Cambra — 44; Vila Chã, Vale de Cambra — 44
- Nunes (Catarina) — Aveiro — 74
- Nunes (Francisco), lavrador — S. João de Ver, Feira — 56
- Nunes (Jorge) — Aveiro — 69
- Nunes (Manuel) — Bunheiro, Murtosa — 43
- Nunes (Pascoal) — Bunheiro, Murtosa — 43
- Nunes (Pedro)**, mestre sapateiro em Coimbra — 53
- Oliveira (André), pescador — Ovar — 59
- Oliveira (Francisco de), porteiro da Relação do Porto — Vila Chã, Vale de Cambra — 44
- Oliveira (Isabel de) — Aveiro — 64
- Oliveira (Jerónimo de), alfaiate — Feira — 58
- Oliveira (Manuel de), ourives do ouro em Coimbra — Aveiro — 68
- Oliveira (Maria de) — Ovar — 63
- Oliveira (Maria de), lavradora — Vila Chã, Vale de Cambra — 44
- Oliveira (Mateus Fernandes de), escrivão da Provedoria da Com.^{ea} de Aveiro — 67
- Oliveira (Pedro de)** — 57
- Oliveira (Pedro de) — Avelãs do Caminho, Anadia — 1; Oliveira do Bairro — 1
- Oliveira (Pedro de)**, confeiteiro em Lisboa — 58
- Oliveira (Pedro de)**, mercador em Portalegre — Ovar — 59
- Oliveira (Lic.^o Pedro Ribeiro de)** — Aveiro — 67
- Otá (Domingos João) — Aveiro — 71
- Otá (Manuel Domingos de) — Aveiro — 71
- Pacheco (D. Luísa) — Aveiro — 48
- Pais (Sebastião) — Barcouço, Mealhada — 25
- Paiva (Simão Soares de) — Agueda — 17
- Pedro (João), lavrador — Arões, Vale de Cambra — 50
- Pedrossen (Pedro)** — 62
- Pereira (André Francisco), mercador de sal — Ovar — 63
- Pereira (Domingos), vendedor de pregos e ferragens — Agueda — 50
- Pereira (Manuel) — Travanca, Feira, — 55

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Pereira (Pantaleão de Sá)**, homem de negócio em Lisboa — Silvalde, Espinho — 5
- Pereira (Pedro)**, mercador em Lisboa — Ovar — 63
- Pinheiro (Manuel da Costa)** — S. João da Madeira — 66
- Pinho (Filipe de)** — Feira — 37; Carregosa, Oliveira de Azeméis — 24
- Pinho (Jerónimo de)** — Oliveira de Azeméis — 65
- Pinho (Jerónima de)**, lavradora — Oliveira de Azeméis — 55
- Pinho (Joana ou Catarina de)** — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 32
- Pinho (Joana de)**, lavradora — Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis — 32; Roge, Vale de Cambra — 32
- Pinho (Maria de)** — Feira — 37
- Pinho (Maria Tavares de)** — Roge, Vale de Cambra — 32
- Pinta (Antónia)**, lavradora — Canelo, Feira — 65
- Pinto (António Ferreira)**, pagem de D. Isabel da Silva Montenegro — Alvarenga — Arouca — 41
- Pinto (David Soares Ferreira)**, capitão — Alvarenga — Arouca — 41
- Pinto (Isabel)**, lavradora — Feira — 29; Travanca, Feira — 29
- Pinto (Manuel)** — Águeda — 73
- Pires (António)**, ferreiro — Águeda — 68
- Pires (Francisco)** — Águeda — 79
- Pires (João)**, tanoeiro — Aveiro — 71
- Pires (Margarida)** — Esgueira, Aveiro — 33
- Portela (João Baptista da)** — Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 76
- Portugal (António Góis e Vasconcelos)** — Fornos, Castelo de Paiva — 77
- Portugal (Rodrigo de Vasconcelos)** — Sobrado, Castelo de Paiva — 77
- Rebello (Manuel Pereira)**, mercador e Familiar do S.^{to} Offício — Ovar — 63
- Resende (Mariana de Pinho de)** — Milheirós de Poiares, Feira — 32; Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis — 32
- Ribeira (Ana)** — Aveiro — 67
- Ribeira (Antónia)** — Aveiro — 67
- Ribeiro (António)**, juiz de Vila da Feira — 3; S. Vicente de Pereira, Ovar — 37
- Ribeiro (Gaspar Dias)** — Aveiro — 67
- Ribeiro (P.^e Jerónimo)** — S. Vicente de Pereira, Ovar — 37
- Ribeiro (Manuel de Sousa)** — Aveiro — 49; Ilhavo — 48
- Rocha (António da)** — Recardães, Águeda — 78
- Rocha (Brás Pinheiro da)**, Familiar do S.^{to} Offício — Valongo, Águeda — 78
- Rodrigues (Águeda)** — Anadia — 6; Mouta, Anadia — 6
- Rodrigues (António)** — Ovar — 28
- Rodrigues (António)**, o «Balona» — Alvarenga, Arouca — 80
- Rodrigues (António)**, escrivão dos orfãos de Vila de Esgueira, Aveiro — 74
- Rodrigues (Catarina)** — Águeda — 17; Mogofores, Anadia — 45; Alvarenga, Arouca — 80
- Rodrigues (Cristóvão)**, lavrador — Anadia — 6; Mouta, Anadia — 6
- Rodrigues (Domingos)** — Bunheiro, Murtosa — 43
- Rodrigues (Domingos)**, ourives do ouro em Coimbra — Águeda — 68
- Rodrigues (Esperança)** — Arcos, Anadia — 15
- Rodrigues (Francisco)** — Alvarenga, Arouca — 80
- Rodrigues (Isabel)** — Mouta, Anadia — 53; Ovar — 59
- Rodrigues (Isabel)**, estalajadeira — Argoncilhe, Feira — 19
- Rodrigues (João)**, sapateiro — Mouta, Anadia — 53
- Rodrigues (Madalena)** — Águeda — 22
- Rodrigues (Manuel)** — Luso, Mealhada — 25
- Rodrigues (Manuel)**, Familiar do S.^{to} Offício — Águeda — 68; Aveiro — 68
- Rodrigues (Manuel)**, Familiar do S.^{to} Offício, ourives e mercador em Aveiro — 68
- Rodrigues (Manuel)**, vendeiro — Argoncilhe, Feira — 19
- Rodrigues (Pascoal)**, sapateiro em Coimbra — 8
- Rodrigues (Pedro)**, ourives do ouro em Coimbra — Águeda — 68
- Rosado (Paulo de Abreu)**, estudante em prima tonsura — 9
- Ruela (António Fernandes)** — Bunheiro, Murtosa — 43
- Ruela (Madalena Fernandes)** — Bunheiro — Murtosa — 43
- Ruela (Pedro José)** — Bunheiro, Murtosa — 43

- Sá (D. Caetana Paula de) — Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha — 9
- Sá (Catarina de), lavradora — Rio Meão, Feira — 5
- Sá (José de), lavrador — Rio Meão, Feira — 5
- Sá (Manuel de), sapateiro e lavrador — Silvalde, Espinho — 5; Rio Meão, Feira — 5
- Santos (António dos) — Aveiro — 38
- Santos (João dos), mercador — Aveiro — 38
- Santos (Lic.º José dos)**, advogado da Relação do Porto — 44
- S. Boaventura (Frei Paulo de)**, leitor de Teologia e guardião do Colégio de S. Boaventura da Univ. de Coimbra da Prov.^a de Portugal da Regular Observância de S. Pedro e S. Francisco — Carregosa, Oliveira de Azeméis — 20
- S. Tomás (Frei Pedro de)**, religioso da Ordem dos Pregadores, Doutor em Teologia pela Univ. de Coimbra e lente no Real Colégio do mesma Univ. — 70
- Saraiva (Francisco) — Ovar — 18
- Seabra (João) — Mogofores, Anadia — 46
- Seabra (José) — Mogofores, Anadia — 45
- Seabra (Pedro José de)**, ourives da praceta em Lisboa — 45
- Silva (André), lavrador — Carregosa, Oliveira de Azeméis — 20
- Silva (Belchior Tavares da), capitão — Travassô — Águeda — 78
- Silva (Domingos Pinto de), lavrador — Canedo, Feira — 65; Oliveira de Azeméis — 65
- Silva (Filipa de Almeida da) — Recardães, Águeda — 78
- Silva (Francisca da) — Águeda — 50
- Silva (Francisco da), lavrador — Romariz, Feira — 20; Carregosa, Oliveira de Azeméis — 20
- Silva (João Tavares da), capitão — Recardães, Águeda — 78; Travassô, Águeda — 78
- Silva (José Alvares da), Familiar do S.^{to} Offício — Silvalde, Espinho — 2
- Silva (Marcos Rodrigues da), lavrador — Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis — 32
- Silva (Maria da) — Águeda — 50; Bunheiro, Murtosa — 43
- Silva (Maria da) — Moselos, Feira, — 42
- Silva (Pantaleão Alvares da)**, lavrador — Silvalde, Espinho — 2; Ovar — 2
- Silva (P.^o Mestre Frei Paulo da)**, religioso dos Ermitas de S.^{to} Agostinho, Provincial da Congregação da Índia Oriental — 21
- Silva (Lic.º P.^o Pedro da)**, da Companhia de Jesus, Cónego da Sé de Leiria — Aveiro — 71
- Silva (Pedro Pinto da)** — Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 65; Oliveira de Azeméis — 65
- Silva (Pedro Vicente da)**, antigo abridor do buril, guarnição de espadas e tauxiá-las, e então contratador de escravos e de mercearia — 79
- Silveira (André) — Ílhavo — 61
- Silveira (António Cardoso da) — Aveiro — 38
- Silveira (D. Luísa Francisca de Albuquerque da) — Aveiro — 48
- Silveira (Manuel Botelho da) — Esgueira, Aveiro — 74
- Silveira (Manuel de Sousa Ribeiro da) — Ílhavo — 48
- Silveira (D. Maria da Cunha da) — Esgueira — Aveiro — 48
- Silveira (Pedro da)** — Aveiro — 74
- Silveira (P.^o Pedro Paulo da)**, clérigo do hábito de S. Pedro — 61
- Silveira (Sebastião da), tabelião — Aveiro — 38
- Simão (Ana), estalajadeira em Coimbra — Luso, Mealhada — 51
- Simão (Joana), lavradora — Recardães, Águeda — 22
- Simões (Madalena) — Mouta, Anadia — 53
- Simões (Maria), lavradora — Sangalhos, Anadia — 46; Oiã, Oliveira do Bairro — 46
- Soares (Isabel) — Rio Meão, Feira — 10
- Soares (João) — Águeda — 17
- Soares (Maria) — Codal, Vale de Cambra — 24
- Soares (Maria), vendedora do tabaco — Alvarenga, Arouca — 41
- Soares (Pedro), escrivão do Couto de Cambra, Vale de Cambra — 24; Carregosa, Oliveira do Azeméis — 24
- Soares (Pedro João)** — Alvarenga, Arouca — 41
- Sobrinho (Agostinho Jorge), capitão dos Coutos de Aguium e Paredes — Tamengos, Anadia — 23; Casal Comba, Mealhada — 23

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Sobrinho (Pedro de Barros)**, capitão-mor de Tamengos, Anadia — 23
 Sousa (André de) — Castelões, Vale de Cambra — 53
 Sousa (Antónia de) — Vila Nova de Monsarros, Anadia — 60
- Tavares (Caetana) — Travassô, Águeda — 78
 Tavares (Isabel), lavradora — Roge, Vale de Cambra — 32
 Tavares (João) — Roge, Vale de Cambra — 32
 Tavares (Manuel), Familiar do S.^{to} Ofício — Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 76
 Tavares (Pedro) — Palmaz, Oliveira de Azeméis — 9
 Tavares (Sebastião) — Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 76
 Teixeira (D. Filipe da Rocha) — Vagos — 81
 Tomé (Agostinho), carpinteiro — Águeda — 22
 Tomé (Maria), lavradora — Águeda — 22
 Tristão (Domingos Rodrigues), lavrador — Alvarenga, Arouca — 41
- Valente (Antónia), lavradora — Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 65
 Valente (Diogo), lavrador — Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis — 65
 Valente (Maria) — Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 65
 Varela (Diogo) — Cucujães, Oliveira de Azeméis — 24
Vasconcelos (Pedro José Pereira de Sousa de), B.^{el} formado em Leis — 42
 Vaz (Tristão) — Feira — 37
Velho (Pedro Vicente), confeiteiro em Lisboa — 80
 Vicente (Maria) — Travanca, Feira — 55
 Vieira (Francisca) — Alvarenga, Arouca — 41
 Vieira (Madalena) — S. Jorge, Feira — 31
Viegas (Paulo José) — 17
 Vilas Boas (Diogo Francisco) — Carregosa, Oliveira de Azeméis — 47
 Vilas Boas (P.^e Pedro Lourenço) — vigário colado da igreja de S.^{to} Estevão de Jacupei, Baía — 47

biblioteca

b) TOPONÍMICO

ÁGUEDA

- Águada de Cima* — Dias (Maria) — 16; João (Margarida) — 16; Miguelis (Gonçalo) — 16
Águada — Afonso (Manuel), lavrador — 22; **Almeida (Pedro Afonso de)**, capitão — 22; Álvares (João) — 49; Antónia (Catarina) — 22; Antónia (Isabel) — 68; Fernandes (Domingos), vendeiro de vinhos e azeites — 50; Fernandes (Isabel) — 68; Fernandes (Isabel), lavradora — 22; Fernandes (Manuel), lavrador — 50; Fernandes (Pedro) — 68; Francisca (Brites), padeira — 50; Francisca (Maria) — 12; Francisco (André), lavrador — 22; Francisco (Pedro), lavrador — 22; Gonçalves (Antónia), lavradora — 50; Lopes (Catarina) — 79; Lopes (Isabel), lavradora — 22; Moreira (Manuel), sangrador do Hospital Real — 79; Morilhas (José Luís Vaz), Familiar do S.^{to} Ofício — 78; Paiva (Simão Soares de) — 17; Pereira

- (Domingos), vendedor de pregos e ferragens — 50; Pinto (Manuel) — 73; Pires (António), ferreiro — 68; Pires (Francisco) — 79; Rodrigues (Catarina) — 17; Rodrigues (Domingos), ourives do ouro em Coimbra — 68; Rodrigues (Madalena) — 22; Rodrigues (Manuel) Familiar do S.^{to} Ofício — 68; **Rodrigues (Pedro)**, ourives do ouro em Coimbra — 68; Silva (Francisco da) — 50; Silva (Maria da) — 50; Soares (João) — 17; Tomé (Agostinho), carpinteiro — 22; Tomé (Maria), lavradora — 22
Castanheira do Vouga — **Castelo Branco (P.^e Paulo Fernandes)**, prior da freg. de S. Mamede da — 13
Espinhel — Bastos (Maria de), lavradora — 46; Francisco (André), lavrador — 22
Recardães — Almeida (Maria de) — 78; Francisco (Pedro), lavrador — 22; Garaião (Pedro Francisco), lavrador — 22; **Morilhas (B.^{el} Pe-**

dro de Azevedo — 78; Rocha (António da) — 78; Silva (Filipa de Almeida e) — 78; Silva (João Tavares da), capitão — 78; Simões (Joana), lavradora — 22
Travassó — Castro (Maria de) — 78; Silva (Belchior Tavares da), capitão — 78; Silva (João Tavares da), capitão — 78; Tavares (Caetana) — 78

ALBERGARIA-A-VELHA

Albergaria-a-Velha — Fernandes (Gonçalo) — 70; **Ribeira de Frágoas** — André (Domingos) — 9; Maria (Ana) — 9; Martins (Águeda) — 9; Sá (D. Caetana Paula de) — 9

ANADIA

Anadia — Álvares (António), lavrador — 6; Álvares (João), lavrador — 6; Antónia (Isabel) — 6 Antónia (Maria), lavradora — 6; Maria (Joana) — 6; Rodrigues (Águeda) — 6; Rodrigues (Cristóvão), lavrador — 6

Arcos — Antónia (Ana) — 6; Antónia (Isabel) — 6; Antónia (Maria), lavradora — 6; Fragosa (Francisca dos Santos) — 15; João (Manuel), lavrador — 15; Mariz (João de), lavrador — 6; Rodrigues (Esperança) — 15

Avelãs do Caminho — Almeida (Arcângela de), a «Marquesa» — 72; Leitoa (Angela) — 1; Leitoa (Maria Ribeira) — 1; Oliveira (Pedro) — 1

Avelãs de Cima — Álvares (Pedro) — 74; Araújo (Afonso de) — 74; Araújo (Antónia) — 74; Caldeira (Inês) — 49; Cardoso (Leonor) — 74

Mogofores — Rodrigues (Catarina) — 45; Seabra (João de) — 45; Seabra (José de) — 45

Mouta — Antónia (Ana) — 6; Antónia (Maria) — 6; Fernandes (Domingos), o «Parentão» — 6; Gomes (Luís) — 6; Gomes (Pascoal) — 6; Rodrigues (Águeda) — 6; Rodrigues (Cristóvão), lavrador — 6; Rodrigues (Isabel) — 53; Rodrigues (João), sapateiro — 53; Simões (Madalena) — 53

Sangalhos — Fernandes (António) — 7; Francisca (Vicência), lavradora — 46; Francisco (Lourenço), lavrador — 46; Francisco (Pedro),

lavrador — 46; João (Domingos), barqueiro — 7; **Lourenço (Pedro)**, lavrador — 46; Simões (Maria), lavradora — 46

Tamengos — Abreu (João Manhos de) — 82; Abreu (Luís Manhos de) — 82; Antónia (Maria) — 23; Barros (Bárbara de) — 23; Barros (Francisco Vaz de) — 23; Coelho (Mariana de Azevedo) — 82; Sobrinho (Agostinho Jorge), capitão dos Coutos de Aguium e Paredes) — 23 **Sobrinho (Pedro de Barros)** capitão-mór de — 23

Vila Nova de Monsarros — Carvalho (Antónia de) — 60; Carvalho (D. Maria de) — 60; Fernandes (Isabel) — 52; Mendonça (**Pedro Pais Botelho de**) — 60; Sousa (Antónia de) — 60

AROUCA

Alvarenga — Pinto (António Ferreira), pagem de D. Isabel da Silva Montenegro — 41; Pinto (David Soares Ferreira), capitão — 41 Rodrigues (António), o «Balma» — 80; Rodrigues (Catarino) — 80; Rodrigues (Francisco) — 80; Soares (Maria), vendedora do tabaco — 41; **Soares (Pedro João)** — 41; Tristão (Domingos Rodrigues), lavrador — 41; Vieira (Francisca) — 41

Chave — Fernandes (Gonçalo), lavrador — 32; Fernandes (Isabel), lavradora — 32; Fernandes (Pedro), lavrador — 32

AVEIRO

Aveiro — Alfena (Pantaleão Afonso), capitão e senhor de navios — 1; **Afonso (P.^e Lic.^o Pantaleão Afonso)**, reitor da freg. de S. Miguel de Fernelã — 1; **Albuquerque (Pedro Manuel de Sousa Brandão de)** — 48; Andrade (D. Maria de) — 67; André (António), o «Parrono», tanoeiro — 71; Anes (Leonor), a «Gaga» — 74; Araújo (Afonso) — 74; Barreto (Pedro Ferraz) — 35; Brandão (Luís Manuel de Sousa), Familiar do S.^{to} Offício — 48; Brito (Álvaro de Albuquerque e) — 48; Brito (Álvaro de Albuquerque de Pina e), Familiar do S.^{to} Offício — 48; Pinto (Francisco de Albuquerque de Pina e) — 48; Caldeira (D. Jacinta Joana de Albuquerque de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Pina e) — 48; Caldeira (André Dias), escudeiro — 38; Cardoso (Antónia) — 74; Cardoso (Leonor) — 74; Cardoso (Maria) — 38; Cardoso (Fernão Pires) — 74; Costa (Margarida da) — 69; Crasto (Isabel João), a «Parrona» — 71; Dias (Filipa) — 1; Dias (Gaspar) — 74; Dias (Maria) — 1, 67 e 71; Domingues (Manuel), mestre piloto e Familiar do S.^{to} Offício — 1; Leitão (Manuel Ribeiro), Familiar do S.^{to} Offício — 1; Leitoa (Maria Ribeiro) — 1; Maria (Antónia da) — 1; Martins (Domingos), homem do mar — 1; Nunes (Catarina) — 74; Nunes (Jorge) — 69; Oliveira (Isabel de) — 67; Oliveira (Manuel de), ourives do ouro em Coimbra — 68; Oliveira (Mateus Fernandes de), escrivão do Prov. da Com. de — 67; **Oliveira (Lic.^o Pedro Ribeiro de)** — 67; Otá (Domingos João) — 71; Otá (Manuel Domingues de) — 71; Fernandes (Antónia) — 71; Fernandes (Brites) — 1; Fernandes (Jorge), o «Geta», mercador de panos em — 67; Fernandes (Maria, ou Isabel) — 38; Figueiredo (Catarina de) — 1; Figueiredo (D. Francisca de Almeida) — 48; Figueiredo (Isabel Luísa de) — 35; Francisca (Sebastiana) — 68; Gama (D. Luísa da) — 67; Gonçalves (André), mestre piloto — 1; Gonçalves (Pedro), calafate — 68; Pacheco (D. Luísa) — 48; Pires (João), tanoeiro — 71; Ribeiro (Ana) — 67; Ribeiro (Antónia) — 67; Ribeiro (Gaspar Dias) — 67; Ribeiro (Manuel de Sousa) — 48; Rodrigues (Manuel), Familiar do S.^{to} Offício — 68; Rodrigues (Manuel), ourives e mercador em — Familiar do S.^{to} Offício — 68; Santos (Antónia dos) — 38; Santos (João dos), mercador — 38; **Silva (Lic.^o P.^e Pedro da)**, da Comp.^a de Jesus e Cónego da Sé de Leiria — 71; Silveira (Antónia Cardoso da) — 38; Silveira (D. Luísa Francisca de Albuquerque da) — 48; **Silveira (Pedro da)** — 74; Silveira (Sebastião da), tabelião — 38

Esgueira — Afonso (Nicolau) — 33; Anes (Afonso) — 33; **Aveiro (Pedro Fernandes de)**, piloto dos navios da Guiné — 33; Barbosa

(Ana) — 27; Carvalho (Sebastião de Almeida), Familiar do S.^{to} Offício — 48; Dias (Maria) — 1 e 67; Eça (António da Silveira d') — 27; Eça (Cristóvão Barbosa d') — 27; Fernandes (Isabel) — 33; Fernandes (Maria) — 33; Figueiredo (D. Francisca de Almeida e) — 48; Maia (António da) — 67; Pires (Margarida) — 33; Pires (Sebastião) — 33; Rodrigues (António), escrivão dos orfãos na vila de — 74; Silveira) Manuel Botelho da) — 74; Silveira (D. Maria da Cunha da) — 48

CASTELO DE PAIVA

Fornos — **Cirne (Pedro de Vasconcelos)** — 77; Joana (D. Josefa Maria) — 77; Portugal (António Góis e Vasconcelos) — 77

Raiva — Araújo (João Correia de) — 54

Sardoura (S.^{ta} Maria) — **Cirne (Pedro de Vasconcelos)** — 77; Magalhães (D. Antónia Tomázia de) — 77

Sobrado — Portugal (Rodrigo de Vasconcelos) — 77

ESPINHO

Silvalde — Álvares (Domingos) — 2; Álvares (Maria) — 2; Álvares (Maria), lavradora — 2; Antónia (Maria) — 5; Domingues (António) — 2; Domingues (António), lavrador — 2; Fernandes (Domingues), lavrador — 5; Gonçalves (António), lavrador — 5; Gonçalves (Maria) — 2; **Pereira (Pantaleão de Sá)**, homem de negócio em Lisboa — 5; Sá (Manuel de), sapateiro — 5; Silva (José Álvares de), Familiar de S.^{to} Offício — 2; **Silva (Pantaleão Álvares da)**, lavrador — 2

ESTARREJA

Canelas — André (Domingos), o «Polónio» — 14; André (João), lavrador — 14; André (Manuel), lavrador — 14; Dias (Catarina), a «Vizinha», lavradora — 14; Fernandes (Maria), a «Trovoa» — 14; **Ferreira (Paulo Dias)**, homem de negócio em Lisboa — 14; João (André), lavrador — 14; João (Isabel), lavradora — 14; João (Maria), lavradora — 14

Fermelã — **Alfena (P.^e Lic.^o Pantaleão Afonso)**, reitor da freg. de S. Miguel de — 1
Sabreu — **Martins (Domingos)**, homem do mar — 1

FEIRA

Argoncilhe — **Campos (Felicja de)** — 19; **Campos (Francisco de)**, sangrador e estalajadeiro — 19; **Fernandes (Pedro)**, o «Barqueiro», vendeiro — 19; **Gomes (Marta)** — 19; **Gonçalves (Catarina)**, vendeira — 19; **Moreira (Paulo)** — 19; **Rodrigues (Isabel)** estalajadeira — 19; **Rodrigues (Manuel)**, vendeiro — 19
Arrifana — **Almeida (Paulo de)**, cavaleiro fidalgo da Casa de S. Mag. — 10; **Borges (Aleixo)**, veador do Conde da Feira e escrivão do público, judicial e notas — 10; **Borges (Francisco)** — 10; **Mascarenhas (Angélica)** — 10; **Mascarenhas (Francisca)** — 10; **Matos (Ana de)** — 10
Canedo — **Antónia (Maria)**, lavradora — 32; **António (Francisco)**, lavrador — 65; **Domingos (Pedro)**, lavrador — 32; **Francisco (António)**, lavrador — 21; **Gonçalves (João)** — 62; **Gonçalves (José)**, almocreve — 40; **João (Mariana)** lavradora — 82; **Manuel (Maria)** — 62; **Pinta (Antónia)**, lavradora — 65; **Silva (Domingos Pinto da)**, lavrador — 65
Feira — **André (Maria)** — 58; **Coelho (Pedro Ferreira)**, ouvidor da com. do Condado da — 37; **Costa (Manuel da)**, sapateiro — 29; **Costa (Pedro da)**, cozinheiro do Convento do Espírito Santo dos padres loios da — 29; **Fernandes (Cesília)** — 37; **Ferreira (Catarina)** — 37; **Francisca (Isabel)** — 29; **Lopes (Domingos)**, lavrador — 29; **Lopes (Mariana)** — 29; **Neves (Pedro da Costa)**, mercador na Baía — 29; **Oliveira (Jerónimo de)**, alfaiate — 58; **Pinho (Filipa de)** — 37; **Pinho (Marta de)** — 37; **Pinto (Isabel)**, lavrador — 29; **Ribeiro (António)**, juiz de vila da — 37; **Vaz (Tristão)** — 37
Lobão — **Fernandes (Maria)** — 21;

Fernandes (Pascoal), mestre de padaria — 21; **Francisco (António)**, lavrador — 21
Lourosa — **André (Gaspar)**, lavrador — 56; **André (Manuel)**, lavrador — 56; **Fernandes (Catarina)** — 3 e 56; **Fernandes (Margarida)**, lavradora — 56; **Sousa (Pedro Nunes de)** — 56
Milheirós de Poiães — **Fernandes (Isabel)**, lavradora — 65; **Resende (Mariana de Pinho de)** — 32
Moselos — **Cardoso (Francisco)** — 42; **Costa (Joana da)** — 42; **Gomes (Belchior)**, tanoeiro — 4; **Gomes (Cristóvão)**, lavrador — 4; **Gonçalves (Guimar)**, lavradora — 4; **Silva (Marta da)** — 42
Nogueira da Regedoura ()* — **Domingues (Catarina)**, a «Faisca» — 19; **Gonçalves (João)**, o «Baulio» — 30
Paços de Brandão — **Cabral (Lic.^o P.^e Pedro Pinto)**, abade da freg. de S. Cipriano — 64
Rio Meão — **Matos (Ana de)** — 10; **Matos (Salvador de)** — 10; **Sá (Catarina de)**, lavradora — 5; **Sá (José de)**, lavrador — 5; **Sá (Manuel de)**, sapateiro e lavrador — 5; **Soares (Isabel)** — 10
Romariz — **Silva (Francisco da)**, lavrador — 20
S. João de Vaz — **Costa (João da)** — 3; **Fernandes (Catarina)** — 3 e 56; **Fernandes (Manuel)** — 3; **Fernandes (Pedro)**, lavrador — 56
Nunes (Francisca), lavradora — 56
S. Jorge — **Vieira (Madalena)** — 31
Travanca — **Gonçalves (Domingos)**, o «Carola» — 55; **Jorge (Antónia)** — 55; **Pereira (Manuel)** — 55; **Pinto (Isabel)**, lavradora — 29; **Vicente (Maria)** — 55

ÍLHAVO

Ílhavo — **Fonseca (Maria de Oliveira da)** — 48; **Ribeiro (Manuel de Sousa)** — 48; **Silveira (André da)** — 61; **Silveira (Manuel de Sousa Ribeiro da)** — 48

MEALHADA

Barcouço — **Anes (Branca)** — 25; **João (Diogo)** — 25; **Pais (Sebastião)** — 25
Casal Comba — **Afonso (Simão)**, lavrador — 26; **Gomes (Brites)** —

(*) Actualmente da freg. de Sever, Vila Nova de Gaia.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

23; Sobrinho (Agostinho Jorge), capitão dos coutos de Aguim e Paredes — 23
Luso — André (Isabel) — 51; Fernandes (Simão), surrador — 51; Gonçalves (Filipe) — 25; João (Domingas) — 51; João (Estêvão), estalajadeiro em Coimbra — 51; Manuel (Maria) — 25; Rodrigues (Manuel) — 25; Simões (Ana), estalajadeira em Coimbra — 51
Mealhada — Nogueira (Lic.º Simão), secretário do S.º Ofício da Inq. de Coimbra — 25

MURTOSA

Bunheiro — Amador (Isabel) — 43; André (João) — 43; Fernandes (António) — 43; Fernandes (Maria) — 43; Lopes (Maria) — 43; Mateus (Madalena) — 43; Mateus (Teodósia) — 43; Nunes (Manuel) — 43; Nunes (Pascoal) — 43; Rodrigues (Domingos) — 43; Paula (António Fernandes) — 43; Ruela (Madalena Fernandes) — 43; **Ruela (Pedro José)** — 43; Silva (Maria da) — 43
Murtosa — Fernandes (Domingas) — 43; Fernandes (Domingos) — 43; Fernandes (Manuel) — 43; Fernandes (Maria) — 43; João (Manuel) — 43

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Carregosa — Aires (**Pedro Fernandes**), sombreireiro — 32; **Costa (P.º Lic.º Pedro Borges da)**, prior da igreja da — 24; Couto (Maria do), lavradora — 20; Fernandes (Pedro), lavrador — 32; João (Mariana), lavrador — 32; João (Pedro), lavrador — 20; Pinho (Filipe de) — 24; **S. Boaventura (Frei Paulo de)**, leitor de Teologia e guardião do Colégio de S. Boaventura da Univ. de Coimbra, da Prov. de Portugal da Regular Observância de S. Pedro e S. Francisco — 20; Silva (André), lavrador — 20; Silva (Francisca da), lavradora — 20; Soares (Pedro), escrívão do Couto de Cambra — 24; Vilas Boas (Diogo Francisco) — 47
Cesar — Correia (Catarina) — 34; Fernandes (Jorge) — 57; Jorge (Amaro), lavrador — 34; Jorge (Amaro), lavrador e correio — 34;

Lopes (Cecília) — 57; Machado (André) — 57
Cucujães — Antónia (Maria) — 11; António (Domingos) — 11; Aranha (Guiomar) — 24; Costa (Dionísio da) — 11; Fernandes (Cesília) — 37; Varela (Diogo) — 24
Loureiro — **Correia (Pedro Fernandes)**, mercador de pano de linho — 34; Fernandes (Marcos), mercador e Familiar do S.º Ofício — 34; Fernandes (Maria) — 34; Francisco (Pedro) — 34; Jorge (Amaro), lavrador — 34
Macieira de Sarnes — Carvalho (Baltasar) — 20; Carvalho (Salvador), lavrador — 65; Couto (Maria do), lavradora — 20; Couto (Natária do) — 20; Fernandes (Isabel), lavradora — 65; Fonseca (António da) — 66; Fonseca (Mariana da) — 66; Gomes (Domingos) — 66; **Silva (Pedro Pinto da)** — 65; Valente (Antónia), lavradora — 65; Valente (Maria) — 55
Macinhata de Seixa — Pinho (Joana de), lavradora — 32; Resende (Mariana de Pinho de) — 32; Silva (Marcos Rodrigues da), lavrador — 32
Nogueira do Cravo — Fernandes (Maria), lavradora — 65; Valente (Diogo), lavrador — 65
Oliveira de Azeméis — Couto (Natária do) — 20; Dias (Francisco), lavrador — 65; Pinho (Jerónima de) — 65; Pinho (Jerónima de), lavradora — 65; Silva (Domingos Pinto da), lavrador — 65; **Silva (Pedro Pinto da)** — 65
Palmas — André (Domingos) — 9; Marques (Caetano) — 9; Marques (Maria) — 9; Tavares (Pedro) — 9

OLIVEIRA DO BAIRRO

Oiã — Bastos (Maria de), lavradora — 46; Francisco (Simão), lavrador — 46; Simão (Maria), lavradora — 46
Oliveira do Bairro — Fernandes (António) — 7; João (Andresa) — 7; Jorge (Maria) — 7; Oliveira (Pedro) — 1

OVAR

Ovar — Afonso (André) — 28; André (Gracia) — 59; André (Isabel) — 59; Aranha (Beatriz) — 18; Aranha (João de Matos) — 18; Carvalho (António de), lavrador

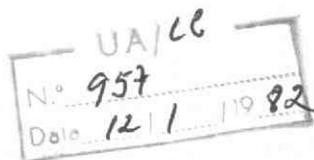
ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 59; Dias (Isabel) — 36; Dias (Sebastião), lavrador — 59; Fernandes (Domingos), pescador — 63; Fernandes (Maria) — 63; Francisco (António), pescador — 36; Jorge (Domingos), mercador de sal — 63; Jorge (Manuel) — 36; Jorge (Maria) — 63; Oliveira (André), pescador — 59; Oliveira (Maria de) — 63; **Oliveira (Pedro de)**, mercador em Portalegre — 59; Pereira (André Francisco), mercador de sal — 63; **Pereira (Pedro)**, mercador em Lisboa — 63; Rebelo (Manuel Pereira), mercador e Familiar do S.^{to} Offício — 63; Rodrigues (António) — 28; Rodrigues (Isabel) — 59; Saraiva (Francisco) — 18; **Silva (Pantaleão Alvares da)**, lavrador — 2
- S. *Vicente de Pereira* — **Coelho (Pedro Ferreira)** — 37; Ferreira (Catarina) — 37; Ribeiro (António), juiz da vila da Feira — 37; Ribeiro (P.^e Jerónimo) — 37
- S. JOÃO DA MADEIRA
S. *João da Madeira* — Pinheiro (Manuel da Costa) — 66
- SEVER DO VOUGA
Couto de Esteves — Fernandes (Francisca), lavradora — 50; João (Águeda), lavradora — 50; Mendes (Domingos), lavrador — 50; **Mendes (Pedro)**, cirurgião — 50; Mendes (Pedro), lavrador — 50
Rocas do Vouga — Baptista (João), o «Velho» — 76; Fernandes (Maria) — 76; João (Manuel), lavrador — 76; Portela (João Baptista de) — 76; Tavares (Manuel), Familiar do S.^{to} Offício — 76; Tavares (Sebastião) — 76
- Sever do Vouga* — Fernandes (Maria) — 76; João (Manuel), lavrador — 76; **Leitão (P.^e Paulo de Castro)**, abade da freg. de S.^{ta} Maria de — 12
- VAGOS
Vagos — Condes de Aveiras — 39; Fernandes (Brites) — 1; Noronha (D. Francisca de) — 39; Teixeira (D. Filipa da Rocha) — 81
- VALE DE CAMBRA
Arões — João (Águeda), lavradora — 50; Fernandes (Maria), lavradora — 50; Pedro (João), lavrador — 50
Castelões — Amaral (Manuel Rebelo do) — 75; Sousa (André de) — 63
Codal — Costa (André Borges da), escrivão do Couto de Cambra — 24; Soares (Maria) — 24
Roge — Brandão (Francisco Tavares), lavrador — 32; Brandão (Manuel), lavrador — 32; João (Margarida) — 8; Pinho (Joana de), lavradora — 32; Pinho (Maria Tavares de) — 32; Tavares (Isabel), lavradora — 32; Tavares (João) — 32
Macreira de Cambra — Brandão (Belchior) — 32; Brandão (Manuel), lavrador — 32; Nunes (António), lavrador — 44; Pinho (Joana, ou Catarina de) — 32
Vale de Cambra — Costa (André Borges de), escrivão do Couto de Cambra — 24; Soares (Pedro), escrivão do Couto de Cambra — 24
Vila Chã — Nunes (António), lavrador — 44; Oliveira (Francisco de), porteiro da Relação do Porto — 44; Oliveira (Maria), lavradora — 44

(Continua)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.^o Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo



O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

R

- 1 **Rafael da Costa** — oficial de canasteiro; natural de Lisboa e aí morador na rua dos Canastras, freg. da Sé; filho de *Domingos Gonçalves*, oficial de canasteiro, *natural da freg. de S. Martinho de Argoncilhe, Feira*, e de *Francisca da Costa*, natural da freg. de S.^{ta} Clara do Torrão, Marco de Canaveses, moradores na referida rua dos Canastras; neto paterno de *João Gonçalves* e de *Margarida Coelho*, *lavradores em Argoncilhe*, e materno de *Simão Martins* e de *Maria Álvares*, *lavradores no Torrão*; irmão de *Manuel da Costa*, homem da vara do meirinho da Inquisição de Lisboa; viúvo de *Josefa de Araújo*, natural da freg. de S. José de Lisboa, filha de *André Fernandes*, o «Ruivo», alfaiate e criado das freiras da Anunciada, natural de S.^{ta} Marta do Bouro, e de *Maria Gonçalves*, a «Morte», tendeira no Bairro de S. José, neta paterna de *Aleixo Fernandes* e de *Isabel Gonçalves* moradores em S.^{ta} Marta do Bouro, e materna de *Pedro Gonçalves* e de *Isabel Gonçalves*, irmã de *Bernarda Ferreira*, casada com *Francisco Pereira*, Familiar do S.^o Ofício. O habilitando tinha uma filha, de sua mulher, *Maria da Costa da Paz*, natural de Lisboa.
1685.

Rafael — m. 1, n.º 15

- 2 **Rafael Gomes de Basto** — mercador; *natural de Merlães, freg. de S. João Baptista de Cepelos, Vale de Cambra*, e morador em Lisboa; filho de *António de Bastos* e de *Maria Coelho*, *lavradores em Merlães, donde*

eram naturais; neto paterno de *Manuel João* e de *Isabel Gomes*, e materno de *João Coelho* e de *Maria Fernandes*, igualmente lavradores, *naturais e moradores em Merlães*; sobrinho paterno de *Manuel Gomes dos Reis*, Familiar do S.^{to} Officio e tesoureiro do Fisco da cidade de Évora; ajustado para casar, em 1761, com *Alexandrina Antónia de Jesus*, natural e moradora em Évora, filha de *Sebastião Rodrigues Lobo*, natural da freg. de S. Miguel de Maxede, e de *Antónia Fragosa dos Santos*, natural da vila de Ferreira, neta paterna de *Domingos Lopes* e de *Ana Rodrigues*, naturais de Redondo, e materna de *Domingos Fragoso* e de *Maria da Conceição*, naturais de Ferreira, irmã do P.^o *Joaquim José Lobo*, presbítero de hábito de S. Pedro, natural e morador em Évora.

Carta de Familiar de 20 de Fevereiro de 1761.

Rafael — m. 1, n.^o 12

- 3 **Rafael Pires Pardino** — cavaleiro do Hábito de Santiago; natural e morador em Lisboa na freg. de S.^{to} Estêvão de Alfama; filho de *Francisco Pires*, capitão, cavaleiro professo de Santiago e piloto-mor da carreira da Índia, natural da freg. de S.^{to} *André de Esgueira, Aveiro*, e de *Maria Gonçalves*, natural da freg. de S.^{ta} Engrácia de Lisboa, moradores no Postigo da Pólvora, freg. de S.^{to} Estêvão; neto paterno de *Manuel Mateus*, o «Mole», filho de *Pedro Mateus* e de *Maria Estêves*, naturais e moradores em Esgueira, e de *Maria Francisca*, natural da freg. de N.^a S.^a das Neves de Angeja, Albergaria-a-Velha, filha de *Francisco Pires* e de *Isabel Mateus*, naturais e moradores em Angeja, e materno de *Miguel Gonçalves*, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Engrácia, filha de *Miguel Gonçalves*, natural de Beco, termo de Esgueira⁽¹⁾, e de *Maria Dias*, a «Galega», moradores na freg. de S.^{ta} Engrácia, e de *Maria Dias*, a «Pardinha», natural de Lisboa, freg. de S.^{to} Estêvão, filha de *Manuel Dias*, o «Pardinho», e de *Bárbara Lopes*, naturais de Angeja.

Carta de Familiar de 20 de Dezembro de 1700.

Rafael — m. 1, n.^o 4

- 4 **D. Raimundo de Alencastre, Duque de Aveiro**, filho de D. Jorge de Alencastre, Duque de Torres Novas, natural

(1) Actualmente da freg. de Macinhata do Vouga, Agueda.

de Azeitão, e de D. Ana Maria Manrique de Lara, natural de Castela; neto paterno de *D. Álvaro de Almeida, Duque de Aveiro*, e de D. Juliana de Alencastre, e materno de D. Bernardo de Cardenas, Duque de Maqueda, e de D. Luísa Manrique de Lara e Cunha, Duquesa de Nágera.
Carta de Familiar de 18 de Janeiro de 1657.

Raimundo — m. 1, n.º 13

- 5 **Raimundo Pereira Teles** — natural da quinta do Pereiro, termo da vila de Serpins, freg. de N.ª S.ª do Socorro; filho do Lic.º *Bernardo Pereira Teles, natural de Alvarenga, freg. de S.ª Cruz, Arouca*, e de Paula Josefa Borges, natural da quinta do Pereiro, e aí moradores; neto paterno do P.º *Francisco Pereira Teles, reitor da freg. de Alvarenga, e dela natural*, e de *Maria de Almeida*, solteira, natural de Lourosa, freg. de S.ª Marinha de Nespereira, Serpins, e materno de António Borges de Medeiros, natural da citada quinta, e de Maria das Neves, natural de Trobulhão, Serpins; ajustado para casar, em 1743, com Teresa Micaela Teodora, natural do Sobral, freg. de N.ª S.ª da Assunção de Ceira, filha de Matias Francisco, natural do Sobral, e de Jerónima dos Santos, natural de Ceira; neta paterna de António Francisco e de Maria José, e materna de António Simões e de Maria Francisca todos de Ceira.

Carta de Familiar de 19 de Novembro de 1726.

Raimundo — m. 1, n.º 2

- 6 **Rodrigo Alves Vieira** — natural e morador em Vilarinho, freg. de S.ª Maria de Melres, Penafiel; filho de João Vieira Bernardes, natural de Paço de Sousa, e de Ana Alves, natural de Melres e aí moradores; neto paterno de Bento Vieira Duarte, natural de Paço de Sousa, e de Helena Pais, natural de Fonte Arcada, moradores em Paço de Sousa e materno de Manuel Alves Vieira e de Maria da Cunha Cruz, naturais e moradores em Melres; ajustado para casar, em 1807, com *Luísa da Rocha, natural de Estivada* (1), freg. de S.ª Eulália de Pedorido, Castelo de Paiva, moradora em Melres, filha de António Dias, natural, da freg. de Pedorido, e de Angélica da Rocha, natural de Melres, neta paterna de António de Azevedo

(1) Actualmente do conc.º de Gondomar.

e de *Isabel Gomes*, naturais de Vilarinho, e materna de Manuel da Rocha e de Maria Vieira, naturais de Sobreiro, Melres.

Carta de Familiar de 30 de Março de 1803.

Rodrigo — 5, n.º 78

- 7 **Rodrigo de Oliveira da Fonseca** — Juiz dos órfãos; natural e morador em Torres Vedras; filho de António de Oliveira da Fonseca, juiz dos órfãos em Torres Vedras, e daí natural, e de D. Antónia de Figueiredo da Cunha, também natural de Torres Vedras, onde eram moradores; neto paterno de Rodrigo de Oliveira da Fonseca, natural de Torres Vedras, e de D. Helena da Cunha, natural da freg. de S.^{ta} Catarina de Monte Sinai de Lisboa, moradores na referida vila de Torres, e materno de António Madeira da Cunha, juiz dos órfãos e comendador da Ordem de Santiago, e de D. Mariana de Sequeira, naturais de Lisboa e moradores em Torres Vedras; seu pai era sobrinho, pelo lado materno de D. Frei Tomé de Faria, Bispo de Tânger, e de D. Helena da Cunha, casada com Manuel Soares de Barros, Familiar do S.^{to} Offício, casado com Antónia de Lemos Botelho, filha de Francisco Botelho de Lemos e de D. Filipa da Cunha Soares, naturais e moradores em Torres Vedras, neta paterna de António Gomes Monteiro, natural da Quinta dos Freixoeiros, de Torres, e de D. Antónia de Lemos Botelho, natural da mesma vila, onde residiam, e materna de *Rodrigo da Cunha Soares, natural da Quinta da Graciosa, freg. de S. João do Loureiro, Oliveira de Azeméis*, e de Maria Francisca de Brito, natural de Torres, e igualmente aí moradores.

Carta de Familiar de 27 de Maio de 1686.

Rodrigo — m. 1, n.º 18.

- 8 **Romualdo de Almeida e Silveira** — Cavaleiro professo da Ordem de Cristo; *natural de Oliveirinha freg. de S.^{to} António, Aveiro, e morador na sua quinta de Oliveirinha*; filho de *Bento de Almeida Cabral*, natural de Coimbra, freg. da Sé, e de *D. Joana de Almeida e Figueiredo, natural de Esgueira, freg. de S.^{to} André, Aveiro*; neto paterno do Lic.^o Luís Cordeiro Matoso, filho de Gaspar Cordeiro e de Ana Matoso, de Espinhal, Penela, e de Antónia Soares, moradora com seu marido em Coimbra, na rua das Covas, freg. da Sé, filha de António Lourenço

e de Luísa Gomes, da freg. da Sé de Coimbra, e materno de *Sebastião de Almeida Carvalho*, juiz dos órfãos em *Esgueira*, natural de Moimenta da Beira, filho de Rui Vaz Pinto de Figueiredo, homem nobre, natural de Milreu, freg. da Corredoura, por sua vez filho de Lourenço Cardoso de Meneses, homem nobre, de Milreu, e de Violante de Figueiredo, de Sernancelhe, e de Brites Morgado de Almeida, por sua vez filha de Sebastião de Almeida Carvalho, homem nobre de Moimenta, e de Brites Morgado, da vila da Cucanha, e irmã de Gabriel de Almeida, Bispo do Funchal, e de *Maria da Cunha da Silveira*, natural de *Esgueira*, e aí moradora com seu marido, filha de *Nicolau da Silveira Bulhão*, filho por sua vez de *Álvaro de Egas Bulhão* e de *Isabel de Oliveira*, e de *D. Maria Madalena de Araújo*, filha por sua vez de *Pedro Godinho Barbosa*, juiz dos órfãos da vila de *Esgueira* e de *Petronilha Baptista*, todos de *Esgueira*, e irmã de *Brites Godinho*, mãe de *Agostinho Coelho de Figueiredo*, Familiar do S.^{to} Ofício; o pai do habilitando foi casado, antes ou depois do casamento com sua mãe, com *Isabel da Silva*, filha de *João Tenreiro* e de *Catarina da Silva*, de *Oliveirinha*, neta paterna de *António Delgado* e de *Isabel Francisca*, de *Aveiro*, e materna de *Sebastião da Silva*, e de *Isabel Vieira*, da *Granja*, freg. de *S. Paio de Requeixo*, *Aveiro*; ajustado para casar em 1727, com *D. Joana Inácia Coronel*, natural de Lisboa, filha do Des.^o *João Coronel*, Superintendente de *Tomar*, natural de Lisboa, e de *D. Josefa Crispina de Vasconcelos*, natural de Lisboa, freg. da *Encarnação*, e aí moradores; neta paterna do capitão de mar-e-guerra *Estêvão Coronel*, natural de *Salamô*, França, e de *D. Maria de Jesus*, natural de Lisboa, freg. de *N.ª S.ª da Encarnação do Alecrim*, e materna de *Manuel de Lima* e de *D. Maria Pereira de Vasconcelos*, e sobrinha paterna de *D. Maria Francisca Eugénia Coronel*, casada com *Jorge de Oliveira*, mãe de *Manuel Jorge Coronel*, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de 25 de Junho de 1726.

Romualdo — m. 1, n.º 1

- 9 **Roque da Costa e Silva** — médico de partido de *S. Mag.^{de}* pela Universidade de Coimbra; natural da vila de *Esgueira*, freg. de *S.^{to} André*, *Aveiro*, e morador em Lisboa no Lagar do Sebo, freg. de *S.^{ta} Justa*; filho de *António da Silva*, médico, natural da freg. de *Santiago da Mouta*, *Anadia*, e de *Jerónima da Costa*, natural de Coimbra, freg. do *Salvador*; neto paterno de *Mateus*

Simões e de Ana Gomes, naturais e moradores na Mouta, e materno de Domingos Rodrigues Pereira, cirurgião, natural de Tarei, freg. de S. Mamede de Travanca, Feira, e de Cecília da Costa, natural de Coimbra, freg. do Salvador, moradores na Couraça dos Apóstolos; sobrinho paterno do P.^o Manuel de Almeida, prior da Mouta; casado com Isabel da Encarnação, natural de Coimbra, freg. de S. Pedro, filha de Pascoal Gomes e de Maria Ferreira, naturais de Treixomil e moradores em Coimbra na rua Larga, freg. de S. Pedro, neta paterna de Simão Gomes e de Maria Simões, e materna de André João e de Catarina Ferreira, todos naturais e moradores em Treixomil, Coimbra.

Carta de Familiar de 19 de Dezembro de 1415.

Roque — 1, n.^o 18

- 10 **Roque Gonçalves da Rocha** — natural de Lisboa, freg. de Santos-o-Velho; filho de Domingos Gonçalves da Rocha natural da freg. de S. Mamede de Perafita, aldeia do Teixeira, junto a Leça, e de Francisca Antónia, natural de Lisboa, freg. de Santos-o-Velho, aí moradores; neto paterno de Sebastião Gonçalves e de Ana Gonçalves, naturais e moradores em Perafita, e materno de Tomé Gonçalves de Azevedo, filho de Manuel Gonçalves de Passos, natural de Lordelo do Ouro, e de Maria Mateus, natural da citada freg. de Santos, e aí moradores; casado com D. Mariana Pereira, natural de Lisboa, freg. de S.^{to} Estêvão, filha de João Cardoso Pereira e de Maria Gonçalves, naturais de Lisboa, respectivamente da freg. de S. Miguel e de S.^{to} Estêvão, neta paterna de António Dias, natural da freg. de S. Miguel e de Maria Pereira, natural de S.^{to} Estêvão, e materna de *André Fernandes*, filho de *Baltasar Miguéis Sampainho* e de *Maria Fernandes, naturais da freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha*, e de Marta Gonçalves, filha de Manuel Fernandes e de Ana Gonçalves, naturais de Vila Pouca de Guizande, Barcelos.

Já Familiar em 9 de Maio de 1696.

Roque — 1, n.^o 11

- 11 **Roque de Macedo Pereira e Sampaio** — natural e morador em Verride, freg. de N.^a S.^a da Conceição, Montemor-o-Velho; filho do des.^{or} António de Macedo Pereira, ouvidor da Com.^{ca} de Avis, e então corregedor do crime

da Relação do Porto, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Verride, e de *Sebastiana da Silva, natural de Aveiro*; neto paterno do capitão de Auxiliares *Manuel Colaço de Macedo, natural de Sá, freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro*, filho ilegítimo de *Simão Praceira, ou Trancoso*, marítimo, e de *Maria Antónia, natural de Sá*, que fora abandonada pelo dito marítimo, e de *Ursula Coutinho, natural do Burgo de S.^{ta} Clara, Coimbra*, moradora com seu marido na sua Quinta de Verride, filha de *Matias do Couto, natural do Couto da Ermida, freg. de S. Salvador de Ilhavo*, e de *Maria de Bairros, natural de Almalaguez, freg. de Santiago, Coimbra*, moradora no Burgo de S.^{ta} Clara, e materna de *António André Parrono* e de *Isabel João, naturais e moradores em Aveiro*; o pai do habilitando casou segunda vez com *D. Catarina de Sampaio Borges, natural de Estremoz*, tendo estado mais tarde, em 1677, ajustado para casar com *D. Micaela Maria da Silveira Brandoa, natural e moradora na quinta de Cima da Vila, freg. de Castelões de Rasorinhos, S.^{ta} Cruz de Riba Tâmega* (1); o habilitando teve uma filha, *Maria*, recolhida no Convento de Sendelgas, de *Maria Rodrigues, a «Ruiva», de Verride*, casada mais tarde com *Ambrósio da Costa, filha de Francisco Rodrigues, o «Ruiyo», e de Maria Luís, também de Verride*; já casado em 1698, com *D. Bernarda Vitória da Costa Pereira, filha de Bernardo Amado Pereira, natural de Coimbra, Familiar do S.^{to} Ofício* e de *D. Ana Josefa da Costa, natural de Setúbal, neta paterna de Francisco Amado Varela de Macedo e de D. Mariana Pereira Rangel, moradores em Coimbra*, e materna de *Baltasar de Orta e Carvalho e de D. Inês de Carvalho, moradores em Setúbal*.

Já Familiar em 23 de Dezembro de 1699.

Roque — 1, n.º 15

- 12 **Rui Martins Pinheiro** — *escrivão; morador na vila de Aveiro; filho de António Pinheiro, tabelião do público em Verdemilho, natural de Aveiro, e de Jerónima de Mariz, natural da freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia, moradores em Verdemilho, freg. de S. Pedro de Fins de Aradas, Aveiro; neto paterno de João Pires, tabelião e escrivão em Aveiro, e de Margarida Pereira, moradores em Aveiro, e materno de Pedro Álvares e de Maria*

(1) V.^a Habilitação de António de Macedo Pereira.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Mariz, moradores em Avelãs de Cima; casado com Isabel do Rego, natural de Aveiro, filha de Fernão André Migalhas, tabelião em Aveiro, e de Joana do Rego, neta paterna de André Afonso Migalhas e de Isabel Fernandes, e materna de Pedro de Gouveia e de Ana Cerveira, todos naturais e moradores em Aveiro.

Informações de poder servir o cargo de Familiar em 18 de Março de 1600.

Rui — 1, n.º 4

- 13 **Rui de Moura Manuel** ⁽¹⁾ — morador em Aveiro e Governador da mesma vila e comarca de Esgueira; filho de Lopo Álvaro de Moura, natural de Moura, e de D. Maria de Castro, natural de Alcáçovas; neto paterno de João Álvares de Moura, naturais de Moura, e de D. Helena da Silveira, natural de Serpa, e materno de D. Rodrigo Manuel e de D. Filipa de Castro, moradores em Alcáçovas; irmão de Manuel de Moura, natural de Serpa, Deputado do S.^{to} Ofício, e sobrinho materno do P.^e Mestre Frei Álvaro de Castro, Deputado do S.^{to} Ofício; casado com D. Luísa Maria de Távora, filha de António Correia Baharém e de D. Antónia de Vilhena, neta paterna de Simão Correia Baharém, filho de António Correia Baharém e de D. Isabel de Castro, e de D. Paula de Meneses, filha de Sebastião Luís e de Leonor Francisca de Rebelo, e materna de António Correia Baharém e de D. Maria de Vilhena ⁽²⁾, natural de Aveiro, respectivamente filhos de Manuel Correia de Meneses Baharém e de D. Joana de Távora, e de Manuel Luís e de D. Antónia de Vilhena, sobrinha de Francisco Correia Baharém, freire capucho, Frei Francisco de Monte Alverne, Deputado do S.^{to} Ofício, todos moradores em Lisboa.

Carta de Familiar de 18 de Fevereiro de 1664.

Rui — 1, n.º 15

- 14 **Rui de Sousa da Silva** — moço fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; natural e morador em Guimarães; filho de Francisco de Sousa da Silva, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Guimarães, e de D. Gabriela Antónia de Sá e Melo,

⁽¹⁾ Numa das Diligências dá-se-lhe o nome de Rodrigo.

⁽²⁾ Na habitação de Jerónimo Correia Baharém, aparecia como filha dos pais de seu marido, declarando-se não ser conhecida em Aveiro.

natural de Vouzela, moradores em Guimarães; neto paterno de Rui de Sousa da Silva, natural de Guimarães, e de D. Helena de Seabra, natural do Porto, e materno de Manuel de Sousa e Almeida, natural de Vouzela, e de D. Violante de Sá e Melo, natural da Anadia, freg. de S. Paio de Arcos; o habilitando teve um filho natural, João, de Luísa de Oliveira, solteira, natural e moradora no Campo da Feira, freg. de S. Sebastião de Guimarães, filha de Bartolomeu de Oliveira, penteceiro, natural do Fato, freg. de N.^a S.^a da Oliveira de Guimarães, e de Maria Mendes, natural de Cimo da Vila, freg. de S. Cristóvão de Avação; ajustado para casar, em 1701, com D. Isabel Francisca Marinho de Libera, natural e moradora na Quinta do Vale da Cunha, Ancede, filha de Jerónimo Brandão da Silva, natural do Porto, e de D. Petronilha Maria de Andrade Lemos, natural de Pontevedra, Galiza, neta paterna de Miguel Brandão da Silva e de D. Isabel Madureira, moradores no Porto, e materna de Pedro Marinho de Lobera, Senhor da Casa da Serra, e de Benedicta de Andrade Sotomaior, Senhora de Quiro, moradores em Ponte Vedra, irmã de D. Antónia Bernardina, casada com António de Sousa da Silva, Familiar do S.^{to} Officio.

Já Familiar em 24 de Outubro de 1697.

Rui — m. I, n.º 18

LETRA R

ÍNDICES

a) ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

- Alencastre (D. Raimundo de)**, Duque de Aveiro — Aveiro — 4
- Almeida (D. Álvaro de)**, Duque de Aveiro — Aveiro — 4
- Almeida (P.^e Manuel de)**, prior da Mouta, Anadia — 9
- Almeida (Maria de)** — Alvarenga, Arouca — 5
- Álvares (Pedro)** — Avelãs de Cima, Anadia — 12
- Antónia (Maria)** — Esgueira, Aveiro — 11
- Araújo (D. Maria Madalena de)** — Esgueira, Aveiro — 8
- Azevedo (António de)** — Pedorido, Castelo de Paiva — 6
- Baptista (Petronilha)** — Esgueira, Aveiro — 8.
- Barbosa (Pedro Godinho)**, juiz dos órfãos da vila de Esgueira, Aveiro — 8
- Basto (Rafael Gomes de)** — Cepelos, Vale de Cambra — 5
- Bastos (António de)**, lavrador — Cepelos, Vale de Cambra — 2
- Bulhão (Álvaro de Egas)** — Esgueira, Aveiro — 8
- Bulhão (Nicolau da Silveira)** — Esgueira, Aveiro — 8
- Cabral (Bento de Almeida)** — Oliveirinha, Aveiro — 8
- Carvalho (Sebastião de Almeida)**, juiz dos órfãos em Esgueira, Aveiro — 8
- Cerveira (Ana)** — Aveiro — 12
- Coelha (Margarida)**, lavradora — Argoncilhe, Feira — 1
- Coelha (Maria)**, lavradora — Cepelos, Vale de Cambra — 2
- Coelho (João)**, lavrador — Cepelos, Vale de Cambra — 2
- Costa (Jerónima da)** — Esgueira, Aveiro — 9
- Costa (Rafael da)** — oficial de canastreiro — 1
- Conto (Matias)** — Ílhavo — 11
- Delgado (António)** — Oliverinha, Aveiro — 8
- Dias (António)** — Pedorido, Castelo de Paiva — 6.
- Dias (Manuel)**, o «Pardinho» — Angeja, Albergaria-a-Velha — 3
- Duque de Aveiro, D. Álvaro de Almeida** — Aveiro — 4
- Duque de Aveiro, D. Raimundo de Alencastre** — Aveiro — 4
- Esteves (Maria)** — Esgueira, Aveiro — 3
- Fernanda (Isabel)** — Aveiro — 12
- Fernandes (André)** — S. João de Loure, Albergaria-a-Velha — 10
- Fernandes (Maria)** — S. João de Loure, Albergaria-a-Velha — 10
- Fernandes (Maria)**, lavradora — Cepelos, Vale de Cambra — 2
- Figueiredo (D. Joana de Almeida e)** — Esgueira, Aveiro — 8; Oliveirinha — Aveiro — 8
- Fonseca (Rodrigo de Oliveira)**, juiz dos órfãos em Torres Vedras — 7
- Francisca (Isabel)** — Aveiro — 8; Oliveirinha, Aveiro — 8

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Francisca (Maria) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 3; Esgueira, Aveiro — 3
- Godinho (Brites) — Esgueira, Aveiro — 8
- Gomes (Ana) — Mouta, Anadia — 9
- Gomes (Isabel) — Pedorido, Castelo de Paiva — 6
- Gomes (Isabel), lavradora — Cepelos, Vale de Cambra — 2
- Gonçalves (Domingos), oficial de canastreiro — Argoncilhe, Feira — 1
- Gonçalves (João), lavrador — Argoncilhe, Feira — 1
- Gonçalves (Miguel) — Macinhata do Vouga, Águeda — 3
- Gouveia (Pedro de) — Aveiro — 12
- João (Isabel) — Aveiro — 11
- João (Manuel), lavrador — Cepelos, Vale de Cambra — 2
- Lopes (Bárbara) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 3
- Macedo (Manuel Colaço de), capitão de auxiliares — Esgueira, Aveiro — 11
- Manuel (Rui de Moura)**, governador da vila de Aveiro e com.^{da} de Esgueira — Aveiro — 13, Esgueira, Aveiro — 13
- Mariz (Jerónima de) — Avelãs de Cima, Anadia — 12, Aradas, Aveiro — 12
- Mariz (Maria de) — Avelãs de Cima, Anadia — 12
- Mateus (Isabel) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 3
- Mateus (Manuel), o «Mole» — Esgueira, Aveiro — 3
- Mateus (Pedro) — Esgueira, Aveiro — 3
- Melo (D. Violante de Sá e) — Arcos, Anadia — 14
- Migalhas (André Afonso) — Aveiro — 12
- Migalhas (Fernão André), tabelião em Aveiro — 12
- Oliveira (Isabel) — Esgueira, Aveiro — 8
- Pardinho (Rafael Pires)**, cavaleiro do hábito de Santiago — 3
- Parrono (António André) — Aveiro — 11
- Pereira (Domingos Rodrigues), cirurgião — Travanca, Feira — 9
- Pereira (Margarida) — Aveiro — 12
- Pinheiro (António), tabelião do público em Verdemilho — Arada, Aveiro — 12, Aveiro — 12
- Pinheiro (Rui Martins)**, escrivão — Aveiro — 12
- Pires (Francisco) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 3
- Pires (Francisco), capitão, cavaleiro professo de Santiago e piloto-mor da carreira da Índia — Esgueira, Aveiro — 3
- Pires (João), tabelião e escrivão em Aveiro — 12
- Praceiro, ou Trancoso (Simão), marítimo — Esgueira, Aveiro — 11
- Rego (Isabel do) — Aveiro — 12
- Rego (Joana do) — Aveiro — 12
- Rocha (Angélica da) — Pedorido, Castelo de Paiva — 6
- Rocha (Luísa da) — Pedorido, Castelo de Paiva — 6
- Rocha (Roque Gonçalves da)** — 10
- Sampainho (Baltasar Miguéis) — S. João de Loure, Albergaria-a-Velha — 10
- Sampaio (Roque de Macedo Pereira e)** — 11
- Silva (António da), médico — Mouta, Anadia — 9; Esgueira, Aveiro — 9
- Silva (Catarina da) — Oliverinha, Aveiro — 8
- Silva (Isabel da) — Oliveirinha, Aveiro — 8
- Silva (Roque da Costa e)**, médico do partido de S. Mag. pela Universidade de Coimbra — Esgueira, Aveiro — 9
- Silva (Rui de Sousa da)**, moço fidalgo da Casa de S. Mag. — 14
- Silva (Sebastiana da) — Aveiro — 11
- Silva (Sebastião da) — Oliverinha, Aveiro — 8, Requeixo, Aveiro — 8
- Silveira (Maria da Cunha da) — Esgueira, Aveiro — 8
- Silveira (Romualdo de Almeida e)**, cavaleiro professo da Ordem de Cristo — Oliveirinha, Aveiro — 8
- Simões (Mateus) — Mouta, Anadia — 9
- Soares (Rodrigo da Cunha) — Loureiro, Oliveira de Azeméis — 7
- Teles (Lic.^o Bernardo Pereira) — Alvarenga, Arouca — 5
- Teles (P.^e Francisco Pereira), reitor

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| da freg. de Alvarenga, Arouca — 5
Teles (Raimundo Pereira) — 5
Tenreiro (João) — Oliveirinha, Aveiro — 8 | Vieira (Isabel) — Oliveirinha, Aveiro — 8; Requeixo, Aveiro — 8
Vieira (Rodrigo Alves) — 6
Vilhena (D. Maria de) — Aveiro — 13 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

b) TOPONÍMICO

ÁGUEDA

Macinhata do Vouga — Gonçalves (Miguel) — 3

ALBERGARIA-A-VELHA

Angeja — Dias (Manuel), o «Pardinho» — 3; Francisca (Maria) — 3; Lopes (Bárbara) — 3; Mateus (Isabel) — 3; Pires (Francisco) — 3
S. João de Loure — Fernandes (André) — 10; Fernandes (Maria) — 10; Sampainho (Baltasar Miguéis) — 10

ANADIA

Arcos — Melo (D. Violante de Sá e) — 14
Avelãs de Cima — Álvares (Pedro) — 12; Mariz (Jerónima de) — 12; Mariz (Maria de) — 12
Mouta — Almeida (P.^e Manuel de) prior da... — 9; Gomes (Ana) — 9; Silva (António da), médico — 9; Simões (Mateus) — 9

AROUCA

Alvarenga — Almeida (Maria de) — 5; Teles (Lic.^o Bernardo Pereira) — 5; Teles (P.^e Francisco Pereira), reitor da freg. de... — 5

AVEIRO

Arada — Mariz (Jerónima de) — 12; Pinheiro (António), tabelião do público em Verdemilho — 12
Aveiro — Almeida (D. Álvaro de), Duque de Aveiro — 4; Cerqueira (Ana) — 12; Delgado (António) — 8; Duque de Aveiro, D. Álvaro de Almeida — 4; Fernanda (Isabel) — 12; Francisca (Isabel) — 8; Gouveia (Pedro de) — 12; João (Isabel) — 11; **Manuel (Rui de Moura)**, governador da vila de... e com.^{ca} de Esgueira — 13; Migalhas (André Afonso) — 12; Migalhas (Fernão André), tabelião em... — 12; Parrono (António An-

dré) — 11; Pereira (Margarida) — 12; Pinheiro (António), tabelião do público em Verdemilho — 12; **Pinheiro (Rui Martins)**, escrivão — 12; Pires (João), tabelião e escrivão em... — 12; Rego (Isabel do) — 12; Rego (Joana de) — 12; Silva (Sebastiana da) — 11; Vilhena (D. Maria de) — 13
Esgueira — Antónia (Maria) — 11; Araújo (D. Maria Madalena de) — 8; Baptista (Petronilha) — 8; Barbosa (Pedro Godinho), juiz dos órfãos da vila de... — 8; Bulhão (Álvaro de Egas) — 8; Bulhão (Nicolau da Silveira) — 8; Carvalho (Sebastião de Almeida), juiz dos órfãos em... — 8; Costa (Jerónimo da) — 9; Esteves (Maria) — 3; Figueiredo (D. Joana de Almeida e) — 8; Francisca (Maria) — 3; Godinho (Brites) — 8; Macedo (Manuel Colaço de), capitão de auxiliares — 11; **Manuel (Rui de Moura)**, governador da vila de Aveiro e com.^{ca} de... — 13; Mateus (Manuel), o «Mole» — 3; Mateus (Pedro) — 3; Oliveira (Isabel de) — 8; Pires (Francisco), capitão, cavaleiro professo de Santiago e piloto-mor da carreira da Índia — 3; Praceiro, ou Trancoso (Simão), marítimo — 11; Silva (António da), médico — 9; **Silva (Roque da Costa e)**, médico do partido de S. Mag. pela Universidade de Coimbra — 9; Silveira (Maria da Cunha da) — 8
Oliveirinha — Cabral (Bento de Almeida) — 8; Delgado (António) — 8; Figueiredo (D. Joana de Almeida e) — 8; Francisca (Isabel) — 8; Silva (Catarina da) — 8; Silva (Isabel da) — 8; Silva (Sebastião da) — 8; **Silveira (Romualdo de Almeida e)**, cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 8; Tenreiro (João) — 8; Vieira (Isabel) — 8

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Requeixo—Silva (Sebastião da)—8;
Vieira (Isabel)—8

CASTELO DE PAIVA

Pedorido—Rocha (Angélica da)—6;
Azevedo (António de)—6; Dias
(António)—6; Gomes (Isabel)—6;
Rocha (Luísa da)—6

FEIRA

Argoncilhe—Coelha (Margarida), la-
vradora—1; Gonçalves (Domingos),
oficial de canastreiro—1;
Gonçalves (João), lavrador—1
Travanca—Pereira (Domingos Ro-
drigues), cirurgião—9

ÍLHAVO

Ílhavo—Couto (Matias)—11

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Louveiro—Soares (Rodrigo da Cu-
nha)—7

VALE DE CAMBRA

Cepelos—**Basto (Rafael Gomes de)**,
mercador—2; Bastos (António
de), lavrador—1; Coelha (Maria),
lavradora—2; Coelho (João), la-
vrador—2; Fernandes (Maria),
lavradora—2; Gomes (Isabel),
lavradora—2; João (Manuel), la-
vrador—2

bibRIA

S

- 1 **Salvador da Cruz Nogueira** — natural e morador em Lisboa na freg. de S. Nicolau; filho de Salvador da Cruz, sapateiro, natural do Campo Grande, freg. dos Santos Reis, e de Maria de Sousa, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, moradores na rua dos Escudeiros; neto paterno de Francisco Nogueira, natural do Lumiar, freg. de S. João Baptista, e de Joana Luis, natural do Campo Grande, e aí moradores, e materno de *Silvestre João, natural de Oronhe, freg. de N.ª S.ª da Assunção de Espinhel, Agueda*, e de Domingas Francisca, natural de Palma, freg. de S. Sebastião da Pedreira, moradores em Lisboa, na Ferraria, freg. de S. Julião.

Carta de Familiar de 10 de Setembro de 1694.

Salvador — m. 1, n.º 14

- 2 **Salvador da Cruz Silva** — homem de negócio; natural de Vaqueiros, freg. do Espírito Santo, termo de Santarém, e morador em Lisboa na rua dos Carapuceiros; filho de Manuel da Silva, sapateiro, e de Isabel da Cruz, moradores em Vaqueiros; neto paterno de Salvador da Nobre, lavrador, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Casevel, termo de Santarém, e de Jerónima da Silva, natural de Vaqueiros, e aí moradores, e materno de Lucas João, cereeiro, natural de Lisboa, freg. de Santos-o-Velho, e de Maria Antunes, natural de Casevel; casado com Luísa Maria dos Prazeres, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, filha de *Manuel Coelho*, barbeiro, *natural da freg. de S.^{to} Isidoro de vila de Eixo, Aveiro*, e de Catarina Rodrigues, natural da vila de Penela, freg. de S. Miguel, neta paterna

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

de *João da Cunha*, lavrador, e de *Maria Coelho*, naturais e moradores em Eixo, e materna de Domingos Fernandes, sapateiro, natural do Casal do Melhorado, Penela, e de Isabel Fernandes, natural de Penela, e aí moradores.
Carta de Familiar de 2 de Abril de 1708.

Salvador — m. 2, n.º 19

- 3 **Salvador Francisco Xavier** — jardineiro da Casa Real; natural de Almeir, freg. de S. Miguel de Travassô Agueda, e morador na sua Quinta da Carreira dos Cavalos, junto ao Hospício dos Padres Antoninos, freg. dos Anjos de Lisboa; filho de *Manuel João*, o «Duque», barbeiro, natural de Calvães, freg. de S.^{ta} Marinha de Alquerubim, Albergaria-a-Velha; e de *Domingas Francisca*, natural de Pardos, Alquerubim, moradores em Almeir; neto paterno de *Manuel João*, o «Duque», natural da freg. de S. João de Loure, Albergaria-a-Velha, e de *Maria João*, a «Matas», natural de Calvães, e aí taberneiros, e materno de *Francisco João*, pedreiro, natural de Paus, Alquerubim, e de *Maria Fernandes*, a «Urbana», natural da freg. de N.^a S.^a do Loreto, Sever do Vouga, moradores em Pardos; casado com *Teresa Joana de Jesus*, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Veade, Celorico de Basto, filha de *Cacetano Álvares de Carvalho*, lavrador, natural de Fumil, Veade, e de *Joana da Silva*, solteira, natural da freg. de S. Salvador de Vilhó, Vila Real, neta paterna de *Francisco Carvalho*, lavrador, natural da freg. de S.^{to} André de Molares, Celorico de Basto, e de *Maria Álvares*, natural de Veade, e aí moradores, e materna de *Domingos de Mesquita*, lavrador, natural de Paixão, freg. de S. Pedro de Britelo, Celorico de Basto, e de *Senhorinha Gonçalves*, solteira, natural de Mosqueiros, Britelo.
Carta de Familiar de 5 de Novembro de 1756.

Salvador — m. 3, n.º 38

- 4 **Salvador José dos Reis e Vasconcelos** — Cavaleiro professo da Ordem de Cristo; natural e morador em Rua, freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis em casa de seu tio o Sargento-mor *Domingos Dias dos Reis e Vasconcelos*, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.^{to} Ofício; filho do capitão *Salvador dos Reis e Vasconcelos*, natural de Rua, e de *D. Isabel Soares da Silva*, natural de Silvares, freg. de S.^{to} André de Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis, moradores em Rua; neto paterno do capitão *Domingos Dias dos Reis*, filho de

Salvador Dias dos Reis e de Margarida Jorge, e de Inocência Gomes de Pinho, filha de Domingos Gomes e de Isabel de Figueiredo, todos de Rua, e materno de Manuel Alvares, filho de André Alvares e de Maria Heitor, de Macinhata de Seixa, e de Isabel Fernandes da Silva, filha de Manuel Fernandes e de Juliana da Silva, de Silvares; ajustado para casar, em 1728, com D. Isabel Teresa Maria Soares, filha do Dr. Mateus Afonso Soares, Desembargador da Relação do Porto e Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de Santiago de Beduído, Estarreja, e de D. Josefa da Costa, natural do Porto, neta paterna do Lic. Mateus Afonso, também natural de Estarreja, e de Maria Soares de Pinho, natural de Rua, e materna do Lic.^o António Gomes da Costa, natural de Vila do Conde, e de Francisca Marques, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, bisneta paterna de Mateus Afonso, o «Velho», natural de Estarreja, e de Antónia Marques, natural de Santiago, Beduído, lavradores em Estarreja, e de António Soares Homem, mercador e Familiar do S.^{to} Ofício, e de Inocência de Pinho, de Oliveira de Azeméis ⁽¹⁾, e materna de António João, natural da freg. de S. Pedro de Formariz, e de Andreza João, natural de Vila do Conde, e de Francisco Vaz, natural da freg. de Mouriz, e de Isabel Marques, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, sobrinha materna do Dr. Manuel Gomes da Costa, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de 10 de Abril de 1425.

Salvador — m. 2, n.º 27

- 5 **Salvador de Matos Soares** — *morador no Castelo da vila da Feira; filho de Teodósio de Matos e de Brites de Almeida, naturais da Quinta do Rio Meão, freg. de Santiago, Feira; neto paterno de Salvador de Matos, e de Isabel Soares, da vila da Feira, e materno de João Nunes Cardoso e de António Soares, da Quinta de S. João da Madeira, freg. de S. João Baptista; casado com Mariana da Fonseca, natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão, filha de Francisco Botelho e de Brites Aranha, moradores em Ovar, neta paterna de Manuel Pais de Abreu e de Maria Soares, da Feira, e materna de João de Pinho e de Maria da Fonseca, de Ovar.*

Carta de Familiar de 28 de Janeiro de 1636.

Salvador — m. 1, n.º 10

⁽¹⁾ Para mais ascendentes v. Proc. de Mateus Afonso — Mateus — m. 2, n.º 34.

- 6 **Frei Salvador de Oliveira** — religioso de S. Francisco da Província da Soledade, nela Leitor de Artes e Teologia Especulativa, tendo lido Artes no *Colégio de S.^{to} António de Aveiro*, e Teologia Especulativa no *Colégio de S.^{to} António de Arrifana de Sousa*, e então morador no *Conventual Colégio de S. Fructuoso de Braga*; *natural de Rua, freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis*; filho de *João da Silva Dias*, mercador de panos, e de *Joana da Silva*, *naturais e moradores em Oliveira de Azeméis*; neto paterno de *Salvador Dias*, também *natural de Oliveira de Azeméis*, e de *Catarina da Silva*, *natural da freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra*, e materno de *Paulo Pinheiro* e de *Maria Francisca*, *naturais de Oliveira de Azeméis, onde todos eram moradores.*

Provisão de Qualificador de 10 de Junho de 1758.

Salvador — m. 2, n.º 38

- 7 **Salvador da Rocha Pereira** — recebedor do Fisco em Lisboa; natural da freg. de S. Nicolau do Porto e morador em Lisboa; filho de *Sebastião Gonçalves*, *natural de Reguenga, freg. de S.^{to} Isidoro de Romariz, Feira*, e de *Brites Manuel* natural da freg. da Sé do Porto, da rua dos Cutileiros, e moradores na mesma cidade na rua das Congostas; neto paterno de *Gonçalo Anes*, *natural de Reguenga*, e de *Maria Anes*, *natural do S.^{to} Ovaia, freg. de S. Vicente de Louredo, Feira, lavradores em Reguenga*, e materno de *Francisco Manuel*, natural de Valpedre, junto a Amarante, e de *Maria Pires*, natural do Porto, freg. de Cedofeita; bisneto paterno de *João Martins* e de *Catarina Anes*, e materno de *João Domingues* e de *Beatriz Aires* de Cedofeita; casado com *Filipa de Oliveira*, moça de servir de *D. Brites Soeiro*, natural de Lisboa, filha de *Isabel Dias*, desconhecendo-se o nome do pai, pois parecia que ambos haviam ido para a Índia.

1626

Salvador — m. 1, n.º 9

- 8 **Salvador da Silva** — natural e morador na freg. de *Santiago de Codal, Vale de Cambra*; filho de *Manuel Francisco*, contratador de lãs e fazendas, *natural de Codal*, e de *Mariana da Silva*, *natural da freg. de S. João Baptista de Vila Cova de Perinho, Vale de Cambra, moradores em Codal*; neto paterno de *António Francisco*, *natural de Codal*, e de *Leonor João*, *natural de Vermoim, freg. de S. Pedro de Ossela, Oliveira de Azeméis, lavradores em Codal*, e materno de *Domingos Silvestre*, *natural*

da freg. de S.^{to} Isidoro de Romariz, Feira, e de Maria João, natural de Vila Cova de Perinho e aí lavradores; ajustado para casar, em 1778, com Mariana Luísa Gomes, natural do Cimo da Vila, freg. de N.^a S.^a da Conceição de Rossas, Arouca, filha de Manuel Gomes, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Tropeço, Arouca, e de Josefa Maria de Jesus, natural da freg. de S. Salvador da Várzea, Arouca, lavradores, neta paterna de João Gonçalves e de Francisca Gomes, de Tropeço, e materna de Manuel Brandão e de Maria de Almeida, da Várzea.

Carta de Familiar de 5 de Dezembro de 1770.

Salvador — m. 3, n.º 45

- 9 **Salvador Tavares de Carvalho** — alferes; natural e morador em Vila Fria, freg. de S. João Baptista da Silva Escura, Sever do Vouga; filho de João Carvalho de Pinho, natural de Vila Fria, e de Maria Tavares, natural de Romezal, Silva Escura, moradores em Vila Fria; neto paterno de Manuel de Carvalho, natural de Terças, freg. de S.^{ta} Eulália de Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeiméis, e de Maria, solteira, natural de Vila Fria, moradores respectivamente em Sequeiros, Silva Escura, e Vila Fria, e materno de Simão Tavares, natural de Romezal, e de Domingos da Silva, natural de Presas, Silva Escura, moradores em Romezal; casado com Maria Antónia Tavares da Silva da Conceição, natural de Presas, filha de Manuel Tavares da Silva, natural da freg. de S. Miguel de Travassô, Águeda, e de Maria Tavares da Silva, natural de Presas, e aí moradores, neta paterna do capitão João Tavares da Silva, natural de Vale do Neto, Silva Escura, e de Maria de Castro, natural de Travassô e aí moradores, e materna do capitão João Tavares da Silva⁽¹⁾, natural de Presas, e de Maria da Fonseca, natural de Sequeiros, Silva Escura, moradores em Presas, irmã do B.^{el} Joaquim Tavares da Silva, Familiar do S.^{to} Ofício.
- Carta de Familiar de 20 de Julho de 1744.

Salvador — m. 2, n.º 33

- 10 **Sebastião de Almeida de Carvalho** — juiz dos órfãos da vila de Esgueira, e aí morador; natural de Moimenta da Beira, freg. de S. João Baptista; filho de Rui Vaz Pinto

(¹) Para mais ascendentes destes avós v. Proc. de Manuel de Almeida Santos Brandão — Manuel — m. 147, n.º 1488.

de Figueiredo, homem nobre, natural de Milreu, freg. de Caria, Sernancelhe, e de Brites Morgado de Almeida, natural de Moimenta da Beira, e aí moradores; neto paterno de Lourenço Cardoso de Meneses, homem nobre, natural de Milreu, e de Violante de Figueiredo, natural de Sernancelhe, freg. de S. João Baptista, moradores em Milreu, e materno de Sebastião de Almeida de Carvalho, homem nobre, natural de Moimenta da Beira, e de Brites Morgado, natural de Aranha, Tarouca; sobrinho materno de D. Gabriel de Almeida, Bispo do Funchal e revedor do S.^{to} Ofício; casado com *Maria da Cunha da Silveira, natural de Esgueira, freg. de S.^{to} André, Aveiro*, filha de *Nicolau da Silveira Bulhão* e de *Maria Madalena de Araújo, naturais e moradores em Esgueira*; neta paterna de *Alvaro de Egas Bulhão* e de *Isabel de Oliveira, naturais e moradores em Esgueira*, e materna de *Pedro Godinho Barbosa, juiz dos órfãos de Esgueira*, e de *Petronilha Baptista, igualmente naturais e moradores em Esgueira*, sobrinha materna de *Brites Godinha*, casada com *Matias Coelho de Figueiredo*, mãe de *Agostinho Coelho de Figueiredo*, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de 3 de Abril de 1683.

Sebastião — m. 4, n.º 49

- 11 **P.^o Sebastião de Almeida e Carvalho** — *natural e morador em Tabueira, freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro*; filho de *Sebastião de Almeida e Carvalho*, natural da freg. de S. João Baptista de Moimenta da Beira, e de *D. Maria de Oliveira*, natural de Ourentã, termo de Cantanhede, *moradores em Tabueira*; neto paterno de Sebastião de Almeida e Carvalho, natural de Moimenta, e de Brites Morgado, natural da vila de Ucanha, moradores em Moimenta, e materno de Francisco Rodrigues, natural da freg. de S.^{ta} Justa de Coimbra, e de Isabel João, natural de Ourentã, e aí moradores. Mais tarde, já vigário da igreja S. Julião de Cacia, Aveiro, foi-lhe dada Provisão de Comissário do S.^{to} Ofício, datada de 4 de Junho de 1693.

Carta de Familiar de 19 de Setembro de 1684.

Sebastião — m. 4, n.º 9 e m. 6, n.º 118

- 12 **Sebastião de Almeida Pinto** — natural e morador em Moimenta da Beira; filho de José Vaz Pinto de Almeida, natural de Moimenta, e de Mariana Pereira da Costa,

natural de Trancoso; neto paterno de Rodrigo Vaz Pinto, natural de Mileu, Caria, e de Brites Morgado, natural de Moimenta, e aí moradores, e materno de António da Costa, natural da Guarda, e de Maria Pereira, natural de Trancoso, e aí moradores; sobrinho paterno de Sebastião de Almeida Carvalho, Familiar do S.^{to} Ofício; sobrinho paterno de *Sebastião de Almeida de Carvalho*, Familiar do S.^{to} Ofício, *morador na vila de Esgueira*, Aveiro⁽¹⁾; o habilitando teve uma filha ilegítima, Sebastiana, natural e moradora em Moimenta, filha de Francisca de Brito, solteira, também de Moimenta, e neta materna de Francisco Rodrigues, o «Guerra», natural de Abuaças, freg. de Oliveirinha, Ferreira de Tendais, e de Brites de Brito de Afonseca, natural de Almeida; ajustado para casar, em 1719, com *D. Luísa Francisca de Albuquerque da Silveira, natural de Aveiro*, filha de *Francisco de Albuquerque e Brito, natural de Aveiro*, e de *D. Francisca de Almeida Figueiredo, natural da vila de Esgueira, freg. de S.^{to} André*, neta paterna de *Alvaro de Albuquerque e Brito*, natural de Nespereira de Gouveia, e de *D. Luísa Pacheco, natural de Aveiro, e aí moradores*, e materna de *Sebastião de Almeida Carvalho, natural de Moimenta*, e de *D. Maria da Cunha da Silveira, natural de Esgueira e aí moradores*; novamente ajustado para casar, em 1723, com *D. Maria Josefa de Azevedo*, filha de Manuel de Almeida Azevedo, Familiar do S.^{to} Ofício, e de Filipa Teresa Teixeira, natural de Ucanha, Couto de S.^{ta} Maria de Salzedas, neta paterna de João de Almeida e Azevedo e de Maria de Carvalho e Mesquita, e materna de Pedro Saraiva Pinto e de Maria de Pinhel Teixeira, moradores em Ucanha.

Carta de Familiar de 4 de Janeiro de 1719.

Sebastião — m. 8, n.º 153

- 13 **Sebastião Botelho da Fonseca** — Capitão-mor da vila de Mondim de Basto; natural de Trancoso; filho de Belchior Botelho da Fonseca, natural de Mondim de Basto, e de Luísa Rebelo Cardoso, natural de Trancoso, e aí moradores; neto paterno de Jorge Botelho de Sequeira e de Maria de Proença da Fonseca, naturais e moradores em Mondim de Basto, e materno de Sebastião Cardoso Ribeiro, natural, de Falachos, Trancoso, e de Violante Pinto da Fonseca, natural de Travanca, e aí

(1) No proc. deste o pai, avô paterno do habilitando, tem o nome de Rui Vaz Pinto de Figueiredo.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

moradores; já casado, em 1677, com D. Maria Jacinta Coutinho, natural de Lamego, filha de Simão Cardoso Coutinho, natural de Lamego, e de *Maria Rebelo de Almeida, natural de Agueda, freg. de S.^{ta} Eulália*, moradores em Lamego, neta paterna de Silvestre Mourão Coutinho e de Maria Cabral de Gouveia, naturais e moradores em Lamego, e materna de *Sebastião de Pinho Rebelo* e de *Isabel de Almeida de Sequeira, naturais e moradores em Agueda*.

Carta de Familiar de 16 de Abril de 1676.

Sebastião — m. 4, n.º 85

- 14 **Sebastião de Carvalho e Melo** — natural e morador em Lisboa; filho do Des.^{or} da Casa da Suplicação Sebastião de Carvalho, natural de Lisboa, ou de S. João da Pesqueira, e de D. Luísa de Melo, natural de Lisboa, e aí moradores; neto paterno do Des.^{or} Sebastião de Carvalho, Desembargador do Paço, natural de Sernancelhe, e de D. Maria de Braga de Figueiredo, natural de S. João da Pesqueira, e materno do Des.^{or} *Gaspar Leitão Coelho de Melo, natural de Gaiate, freg. de S. Miguel de Milheirós de Poiães, Feira*, e de D. Joana de Mesquita, natural de Lisboa, sobrinho paterno do Dr. Frei Jorge de Carvalho, religioso da Ordem de S. Bento, Qualificador do S.^{to} Offício, e sobrinho materno de Jorge de Azevedo de Mesquita; ajustado para casar, em 1674, com D. Leonor Maria de Ataíde, filha de Gonçalo da Costa Coutinho, natural de Lisboa, freg. da Trindade, e de D. Isabel de Ataíde, natural de Coimbra, da rua das Fangas, neta paterna de Gaspar da Costa, natural de Sernancelhe, e de D. Leonor Ramalho de Vilhena, natural da ilha de S. Miguel, e materna de D. João de Ataíde, natural da Quinta do Barbosa, Barcelos, e de D. Catarina de Sá, natural da rua das Fangas de Coimbra.

Carta de Familiar de 9 de Março de 1669.

Sebastião — m. 3, n.º 71

- 15 **Sebastião de Castro de Lemos** — Fidalgo da Casa de S. Mag.^{de} e alcaide-mor da Vila do Conde; natural da freg. de S. Cipriano de Vila Nova de Cerveira e *morador na vila de Aveiro*; filho de António Carlos de Castro, Fidalgo, da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e coronel de Cavalaria no Regimento de Alcântara; natural de Lisboa, freg. do Alecrim, e de D. Joana Luísa de Meneses e Noronha, natural da vila de Trofa, freg. de

S. Salvador, Agueda; neto paterno de Sebastião de Castro Caldas, do Conselho de El-Rei, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e comendador de S.^{ta} Maria da Covilhã, e de D. Antónia Tomásia Bárbara de Miranda, e materno de *Bernardo de Carvalho de Lemos, Senhor das Vilas de Trofa e Alfarela*, Fidalgo da Casa Real, e de *Maria Madalena de Sousa e Meneses, moradores em Trofa*; irmão do D. Bernardo de Castro de Lemos, Fidalgo, da Casa Real, Opositor às Cadeiras de Cânones na Universidade de Coimbra e Deputado do S.^{to} Ofício; sobrinho paterno do Dr. Fernando José de Castro, Deputado do S.^{to} Ofício e lente de Véspera de Leis, e materno de Xavier Francisco de Sousa e Lemos, Familiar do do S.^{to} Ofício; casado com *D. Maria Madalena de Magalhães e Meneses, natural da quinta do Covo, freg. de Villa Chã de S. Roque, Oliveira de Azeméis*, (1) filha de *Fernando de Magalhães e Meneses*, Fidalgo da Casa de S. Mad.^{de} e Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Familiar do S.^{to} Ofício, *natural da quinta do Covo*, e de *D. Luísa Joana de Sousa e Meneses, da vila de Trofa*, neta paterna de *António de Magalhães de Meneses, natural da referida quinta*, e de *D. Angela Barbosa*, natural da vila de Viana, freg. matriz, e materna de *Bernardo de Carvalho de Lemos* e de *D. Maria Madalena de Sousa e Meneses, Senhores da vila de Trofa, e a^{os} moradores*, bisneta paterna de *Gaspar de Sampaio Ribeiro*, natural da Várzea, freg. de Santão, Felgueiras, e de *D. Antónia de Meneses*, natural da quinta da Torre, freg. de S. Salvador de Vila Cova, e de Manuel Tinoco Barbosa, natural de Viana, e de D. Antónia do Rego, também de Viana, e materno de *Jerónimo de Carvalho e Vasconcelos* e de *D. Jerónima de Lemos, da vila de Trofa*, e de Manuel de Sousa e Meneses, da Casa de Penteceiros, freg. de Estorãos, irmão de Garcia de Sousa de Meneses, Deputado do S.^{to} Ofício, e de D. Margarida de Sousa de Vasconcelos, da Casa de Figueiredo das Donas, Vouzela.

Carta de Familiar de 7 de Setembro de 1752.

Sebastião — m. 12, n.º 206

- 16 **Sebastião da Costa Banhos** — homem de negócio; natural do Porto, dos Cobertos dos Banhos, freg. de S. Nicolau, e morador na cidade da Baía; filho de Domingos da Costa, carpinteiro de casas, natural do Porto, e de Isa-

(1) Então pertencia à vila de Feira, termo.

bel Francisca, também natural do Porto, da rua da Ferraria de Baixo, e moradores no Coberto dos Banhos; neto paterno de *Bartolomeu da Costa* e de *Maria Gonçalves, naturais da freg. de S. Miguel do Bairro, Castelo de Paiva*, e materno de Belchior Gonçalves, ferreiro, natural da freg. de S. Martinho de Recezinhos, Penafiel, e de Benta Francisca, natural de Sande, freg. de Santiago, Sandim; casado, em 1699, com Maria Pereira, filha de António de Aragão Pereira e de Úrsula Correia, moradores em Iguapé, freg. de Santiago, Baía, neta paterna de Diogo de Araújo Pereira, natural da ilha da Madeira, e de Isabel de Aragão, e materno de Manuel Correia da Costa, natural de Serpa e de Ângela de Campos, também moradores em Iguapé.

Já Familiar em 5 de Setembro de 1698.

Sebastião — m. 5, n.º 111

- 17 **Sebastião Dias** — mercador em Coimbra; *natural da freg. de S. Vicente de Vacariça, Mealhada*, e morador defronte do Hospital, na praça de Coimbra; filho de António Dias, *vereador do Couto de Vacariça* e mordomo do S. Sacramento, e de Isabel João, *naturais e moradores em Vacariça*, onde eram lavradores; neto paterno de Pedro Lourenço, *vereador do mesmo Couto*, e de Maria Dias, lavradores, e materno de João Tristão, moleiro e juiz ordinário e orfãos em Vacariça, e de Maria Anes, *moradores em Vacariça*; casado com Maria Fernandes, natural de Coimbra, filha de João Gonçalves, ferrador, natural de Marmeleira, Souselas, e de Isabel Fernandes Chamorra, *natural de Aveiro*, moradores em Coimbra, neta paterna de Jorge Gonçalves e de Inácia Dias, moradores em Marmeleira, e materna de Manuel Fernandes e de Genebra Lopes, *moradores na vila de Aveiro na rua Direita à porta da vila*.

Parecer de estar habilitado para Familiar de 24 de Setembro de 1621.

Sebastião — m. 1, n.º 24

- 18 **Sebastião Dias Pinheiro** — barbeiro e sangrador; natural de Pinheiro de Lafões, freg. de S.^{ta} Maria, Oliveira de Frades, morador em Coimbra; filho de Domingos Dias, lavrador, e de Maria Francisca, *naturais e moradores em Pinheiro de Lafões*; neto paterno de Diogo Fernandes, lavrador, e de Catarina Fernandes, e materno de António

João; lavrador, e de Isabel Francisca, também de Pinheiro de Lafões; primo paterno de Valentim Luís da Fonseca, Familiar do S.^{to} Ofício; casado com Maria da Assunção, natural de Coimbra, filha de *Domingos de Moura, natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, e de Maria do Espírito Santo, natural de Coimbra, e aí moradores, neta paterna de *Domingos de Moura* e de *Antónia Rodrigues, da vila da Feira*, e materna de Manuel Francisco, o «Diabo», filho de Bartolomeu Francisco e de Andresa Luís, de S. Martinho do Bispo, Coimbra, e de Maria Gomes, filha de Manuel Fernandes, de Celas, Coimbra, e de Madalena Gomes, de Santiago de Eiras, Coimbra, sobrinha materna de Francisco de Sousa, barbeiro e sangrador, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de Junho de 1692.

Sebastião — m. 6, n.º 126

- 19 **P.º Sebastião Dinis da Fonseca** — *prior da freg. de Santiago do Codal, Vale de Cambra*; natural de Lamego, filho de Álvaro Moniz, escultor, natural da vila de Pombeiro, junto a Guimarães, e de Grácia Ribeiro, natural de Lamego, e aí moradores; neto paterno de António Dinis e de Maria Sampaio, lavradores, naturais e moradores em Pombeiro, e materno de Cristóvão Ribeiro, merceeiro, natural de Samedães, junto a Lamego, e de Maria Nunes, natural de Lamego, e aí moradores.

Provisão de Comissário de 26 de Março de 1691.

Sebastião — m. 6, n.º 126.

- 20 **Sebastião Ferreira** — mercador de retrós; natural de Penedono e morador em Lisboa na Rua Nova; filho de Pedro Afonso e de Isabel João, moradores em Cartainço, termo do Penedono; neto paterno de Luís Eanes e de Brites Afonso, e materno de João Pires e de Francisca Rodrigues; casado com Luísa Baptista, natural de Lisboa, filha de Diogo Gonçalves, sapateiro, e de Maria Tavares, moradores em Lisboa, neta paterna de *Diogo Gonçalves, natural da freg. de S. Salvador do Burgo, Arouca*, e de Mécia Brás, natural do Lumiar, termo de Lisboa, e materna de Luís Nunes e de Francisca Tavares, naturais de Santarém, e aí moradores na rua de S.^{to} Ildefonso.

Dado por habilitado em 24 de Março de 1647.

Sebastião — m. 2, n.º 54

- 21 **Sebastião Lopes Barroso de Sousa** — proprietário dos officios de *escrivão do público judicial, Câmara e almotaçaria e órfãos do Couto de Vacariça, freg. de S. Vicente, Mealhada*; natural da Mealhada e morador no Porto; filho de *Sebastião Lopes Barroso de Sousa, escrivão do público judicial, Câmara, almotaçaria e órfãos de Vacariça* e de *Mariana de Abrantes, naturais e moradores na Mealhada*; neto paterno do capitão *Cristóvão Lopes, natural de S.^{ta} Cristina, Vacariça*, e de *D. Maria de Sousa, natural da Mealhada, e aí moradores*, e materno de *Manuel Abrantes, alveitar e ferrador*, e de *Maria da Conceição, naturais e moradores na Mealhada*.

Carta de Familiar de 27 de Janeiro de 1753.

Sebastião — m. 13, n.º 207

- 22 P.^o **Sebastião Loução Fontoura** — prior da igreja parochial de *S. Vicente da Branca, Albergaria-a-Velha*; filho de *Salvador Pires, natural de Redondela, termo de Chaves*, e de *Beatriz Rodrigues, natural de Chaves*; neto paterno de *António Pires* e de *Constança Álvares, naturais e moradores em Redondelo*, e materno de *Sebastião Loução Fontoura* e de *Maria Alves Coelho, naturais e moradores em Chaves*.

Provisão de Comissário de 17 de Junho de 1664.

Sebastião — m. 2, n.º 70

- 23 **Sebastião de Macedo Pinheiro** — natural e morador na vila de *Águeda, freg. de S.^{ta} Eulália*; filho de *Tomé Pinheiro* e de *Isabel de Macedo, naturais e moradores em Águeda*; neto paterno de *Fernão Luís* e de *Maria Martins*, e materno de *Jorge Pinto* e de *Isabel de Macedo, igualmente da vila de Águeda*; casado com *Maria Pinheiro* filha de *Francisco Simões* e de *Maria Pinheiro*, neta paterna de *Simão Fernandes* e de *Branca Martins, todos de Águeda*.

Carta de Familiar de 7 de Maio de 1638.

Sebastião — m. 2, n.º 44

- 24 **Sebastião Marques da Silva** — mestre tanoeiro; natural da freg. de *S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia*, e aí morador; filho de *Manuel Marques da Silva, mestre tanoeiro, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Cortegaça, Ovar*, e de *Maria da Silva, natural de Belece, freg. de S. Miguel do*

Mato, Arouca, moradores na rua de Baixo de Vila Nova de Gaia; neto paterno de *Manuel de Magalhães*, filho de *Domingos João*, naturais da freg. de *S. Pedro de Maceda, Ovar*, e de *Isabel Marques da Silva*, filha de *Mateus Marques*, naturais de *Cortegaça*, e aí lavradores, e materno de *Agostinho da Rocha*, natural de *Belece*, e de *Domingas Francisca* natural de *Covelos*, freg. de *S. Miguel do Mato*, lavradores em *Belece*; casado com *Margarida Josefa* de *Oliveira*, natural de Vila Nova de Gaia, filha de *Domingos Alves de Oliveira*, tanoeiro, Familiar do S.^{to} Ofício, e de *Apolónia Carneiro*, naturais e moradores em Vila Nova de Gaia, neta paterna de *José de Almeida* e de *Maria de Sousa*, e materna de *Filipe Carneiro* e de *Paula Pereira*, todos naturais de Vila Nova de Gaia, à excepção da avó materna nascida na freg. de *S. Félix da Marinha*, Vila Nova de Gaia, moradores nessa vila, irmã de *António Dias* de *Carvalho*, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de 20 de Abril de 1752.

Sebastião — m. 12, n.^o 200

- 25 **Sebastião Martins de Oliveira** — homem de negócio na cidade da Baía; natural de *Vergaço*, freg. de *S. Mamede de Cibões*, *Terras do Bouro*; filho de *António Martins*, natural de *Vergaço*, e de *Isabel Afonso*, natural de *Cutelo*, *Cibões*, moradores em *Vergaço*; neto paterno de *Sebastião Afonso* e de *Domingas Martins*, naturais e moradores em *Vergaço* e materno de *Brás Afonso*, natural de *Cutelo*, e de *Maria Francisca*, natural de *S. Vicente de Germil*, *Ponte de Barca*, moradores em *Cutelo*; já casado, em 1729, com *Francisca Jacinta de Castro*, natural de *Setúbal*, filha de *Manuel Nunes de Castro*, oficial de alfaiate, e de *Luísa Maria*, naturais e moradores em *Setúbal*, neta paterna de *Manuel Nunes*, trabalhador, filho de *Manuel Nunes* e de *Maria Simão*, da freg. de *S. Salvador da vila de Ílhavo*, e de *Maria Quaresma*, filha de *Domingos Quaresma* e tia de *Lourenço Gomes*, oficial-maior da Secretaria de Estado e Familiar do S.^{to} Ofício, da freg. da *Anunciada* de *Setúbal*, e materna de *Antão da Paz*, filho de *Manuel Gomes da Costa*, fazendeiro, e de *Maria da Assunção*, de *Loures*, e de *Maria Marques*, da *Lourinhã*.
- Carta de Familiar de 21 de Junho de 1740.

Sebastião — m. 10, n.^o 180

- 26 **Sebastião de Oliveira** — mestre sapateiro; natural de *Celas*, *Coimbra*, e morador na mesma cidade; filho de

Francisco Pires e de Maria Fernandes, moradores em Celas, e mais tarde em Coimbra, no patio de Santa Ana, servindo as freiras do Convento da mesma invocação; neto paterno de Domingos Pires e de Ana Francisca, de Vilarinho de Eiras, e materno de Mateus Fernandes e de Domingas Francisca, de Celas; casado, segunda vez, com Isabel do Desterro, natural da freg. de S. Mateus do Botão, Coimbra, filha de Francisco de Araújo, natural do Botão, e de *Maria da Costa, natural de Aveiro*, neta paterna de Estêvão de Araújo, e de Catarina Antunes, do Botão, e materno de *Roque da Costa*, almocreve, que era casado com Maria Mateus, *de Aveiro*, e de *Simoa Gonçalves*, natural de S. João da Pesqueira. O habilitando fora primeira vez casado com Maria de Brito, criada do Mosteiro de Celas, filha de Baltasar João e de Catarina Lopes, moradores em Ceira, donde a filha era natural, neta paterna de João Vaz e de Catarina Luís, do Casal do Nogueiral, freg. de Santiago de Almalaguez, Coimbra, e materna de Lopo Cristóvão, sapateiro, e de Isabel Fernandes, de Ceira.

Carta de Familiar de 15 de Janeiro de 1644.

Sebastião — m. 2, n.º 47

- 27 **Sebastião Pereira Pimentel** — natural de Lisboa; filho do Dr. João Pereira Pimentel, natural de Coimbra, e de D. Mariana de Meneses, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Marinha; neto paterno do Dr. Sebastião Antunes Pereira, natural de Penedono, e de Maria Pimentel, natural de Coimbra e materno do capitão *António da Fonseca Pimentel, natural da vila de Aveiro*, e de Maria de Miranda Peixoto, natural de Lisboa, freg. de S. Vicente de Fora.

As diligências haviam sido feitas para seu irmão Feliciano Pereira, que fora admitido pelo Tribunal do S.^{to} Offício para ser Familiar, mas como fora mandado sair do Reino com ordens de não voltar a ele, o habilitando pediu para continuarem em seu nome para que não ficasse com o labéu de não ter limpeza de sangue.

Carta de Familiar de 17 de Dezembro de 1685.

Sebastião — m. 4, n.º 93

- 28 **Sebastião Pinheiro da Silva** — comendador da Ordem de Santiago, *Alcaide-mor de Aveiro*, Provedor e Executor das Dízimas devidas à Fazenda Real; natural de Lisboa,

freg. do Loreto, e então morador em Valverde, freg. de S.^{1.ª} Justa; filho de António Pegado Carneiro, Provedor das Dízimas devidas à Fazenda Real, e de Maria de Vilalobos, naturais de Lisboa, e aí moradores na freg. do Loreto; neto paterno de António Carneiro, cavaleiro do hábito de Cristo, e de Isabel Pegado, naturais de Lisboa, e aí moradores por detrás de S. Domingos, freg. de N.^ª S.^ª do Socorro, e materno de Sebastião Pinheiro Coelho, natural de Évora, e de Isabel de Lemos, natural de Lisboa, e aí moradores na freg. do Loreto; casado com D. Isabel Furtado de Mendonça, filha de Francisco de Carvalhais e Padilha, natural de Guimarães, e de D. Sebastiana de Mendonça, natural de Santarém, neta paterna de Diogo de Carvalhais e de Ana Ribeiro de Padilha, naturais e moradores em Guimarães, e materna de Manuel da Costa Corte Real, natural, de Santarém, e de D. Isabel de Mendonça, natural de Lisboa, irmã de Heitor Furtado de Mendonça, Ministro do S.^{1.º} Ofício.

Informação negativa de 1671.

Sebastião — m. 3, n.º 77

29

Sebastião Pinto Lobato — estudante da Universidade de Coimbra; natural da freg. da Sé do Funchal, ilha da Madeira; filho de Sebastião Pinto Lobato, natural de Alhandra, e de Inácia Maria de Oliveira, natural da freg. de N.^ª S.^ª do Monte da Madeira, moradores na mesma ilha; neto paterno de Manuel Antunes de Oliveira e de Catarina da Madre de Deus, naturais e moradores em Alhandra, e materno de Inácio Gomes Romão, o «Cabo Verde», natural da freg. de S.^{1.º} António, e de Domingos Pimenta, natural de N.^ª S.^ª do Monte, ambos da Madeira, e aí moradores; ajustado para casar, já médico em Lisboa, com Felícia Geralda Rosa das Mercês, natural da freg. de S.^{1.ª} Maria Maior do Calhau, Madeira, e baptizado em Lisboa na freg. de N.^ª S.^ª dos Mártires, onde residia então, filha de Caetano da Costa Silva, homem de negócio, natural de Lisboa, dos Poiais de S. Bento, freg. dos Mártires, e de Catarina Rosa dos Anjos, natural da freg. de N.^ª S.^ª da Encarnação, moradores em Terreirinho de S.^{1.ª} Catarina, neta paterna de *Manuel da Costa*, alfaiate, *natural da Portela, freg. de Santiago de Lobão, Feira*, e de Domingos da Silva, natural de Lisboa, freg. dos Mártires, e aí moradores, e materna de Mateus Dias de Oliveira, natural da freg. de S.^{1.ª} Maria da Oliveira de Guimarães, e de Joana Baptista, natural de Enxara do Bispo, moradores em Lisboa, sobrinha materna de Frei

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Serafim dos Anjos, religioso arrábido, e prima paterna de Frei Remualdo de Sant'Ana, carmelita descalço.

Carta de Familiar de 24 de Abril de 1742.

Sebastião — m. 11, n.º 186

- 30 **Sebastião Rodrigues Pereira** — bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones da Universidade de Coimbra e advogado nos auditórios da mesma cidade; natural e morador em Coimbra; filho de António Fernandes Garrido, natural de Coimbra, e de *Maria Francisca, natural de Brunhido, freg. de S. Pedro de Valongo, Agueda*, moradores em Coselhas, extra-muros de Coimbra; neto paterno de António Fernandes, hortelão, natural de Coimbra, e de *Domingas Dias, natural de Canelas, freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia*, moradores na mesma cidade, e materno de *Dionis Francisco*, natural de Pindelo, freg. de Ribeiradio, e de *Maria João, natural de Brunhido, e aí moradores*; casado com Rosa Maria de Jesus, filha de António Lopes, *naturais da vila de Aveiro, freg. do Espírito Santo*, e de Maria dos Reis, natural de Coimbra, e aí moradores na freg. de S.^{ta} Justa, neta paterna de *Gaspar André* e de *Maria Lopes, naturais e moradores na mesma freguesia de Aveiro*, e materna de Manuel João e de Marta Isabel, moradores em Coimbra, freg. de S. Bartolomeu.

Carta de Familiar de 2 de Abril de 1705.

Sebastião — m. 7, n.º 135

- 31 **Sebastião de Sá e Melo** — professo da Ordem de Avis, clérigo de ordens sacras e licenciado por exame privado na Faculdade de Cânones; *natural da vila de Anadia, freg. de S. Paio de Arcos*, e morador em Coimbra; filho de *Lourenço Aires de Sá e Melo*, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Casainho, e de *D. Maria Inês de Sá e Melo*, irmã de Manuel de Sá Pereira, Familiar do S.^{to} Ofício, *moradores na Anadia*; neto paterno de Aires de Sá e Melo e de D. Isabel de Melo, e materno de João Pereira de Sá, Familiar do S.^{to} Ofício, e de D. Joana de Sá de Meneses, irmã de *Aires de Sá e Melo*, Fidalgo da Casa Real e igualmente Familiar do S.^{to} Ofício, *natural da Anadia*.

Provisão de Deputado da Inq. de Coimbra de 16 de Agosto de 1742.

Sebastião — m. 11, n.º 187

- 32 P.^o Frei **Sebastião de S. Paulo** — religioso da Província de S.^{to} António, lente de Artes e Teologia no Colégio de S.^{to} António da Pedreira na Universidade de Coimbra, antigo *guardião do Convento de Serém, freg. de S. Cris-tóvão de Macinhata do Vouga, Agueda*; natural de S. Pedro do Sul; filho de Francisco do Amaral Prego, cirurgião, natural de Santar, e de Joana de Brito, natural de S. Pedro do Sul, e aí moradores; neto paterno de Pedro do Amaral, o «Velho», barbeiro, natural de Rebor-dinho, e de Ana Lopes, natural de Viseu, moradores em Santar, e materno de Belchior Rodrigues, natural de Pindelo, S. Pedro do Sul, e de Maria dos Reis, natural de Viseu, moradores em S. Pedro do Sul.

Provisão de Qualificador de 8 de Outubro de 1685.

Sebastião — m. 14, n.º 243

- 33 P.^o **Sebastião Tavares** — prior da igreja de N.^a S.^a da Purificação da Vila Chã, Vale de Cambra; natural de Eiriz, freg. de S. Salvador do Burgo, Arouca; filho de Gonçalo Teixeira Correia Tavares, homem nobre, e de Maria Tavares, moradores em Eiriz; neto paterno de André Fernandes, homem nobre, e de Catarina Vieira, e materno de Jerónimo Tavares e de Jerónima de Pinho, da Barroca, freg. de N.^a S.^a da Conceição de Rossas, Arouca.

Provisão de Comissário de 22 de Junho de 1654.

Sebastião — m. 2, n.º 55

- 34 **Sebastião Tavares Guerra** — homem de negócio; natural e morador em Lisboa na freg. de S. Julião; filho de Domingos Tavares Guerra, mercador de mercearia na rua da Confeitaria, freg. de S. Julião, e Familiar do S.^{to} Ofí-cio, natural de Vila Nova, freg. de S.^{ta} Cruz de Alvarenga, Arouca, e de Catarina Maria do Nascimento, natural da freg. de S. Nicolau de Lisboa, moradores na Confeita-ria; neto paterno de António Tavares, natural de Vila Nova, filho de Antonio Gonçalves e de Isabel Tavares, de Trancoso, e de Domingos Fernandes, também natural de Vila Nova, filha de Pedro Fernandes e de Isabel Gonçal-ves, de Vila Galega, todos lavradores em Vila Nova e materno de João Baptista, dourador, natural de S.^{to} Antão do Tojal, filho de Domingos Jorge, natural do Murtal, Tojal, e de Maria Domingues, natural de Labagueira, freg. de S. Domingos de Alfândega da Fé, e de Fran-

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

cisca de Oliveira, natural da freg. de S. Pedro, termo de Óbidos, morador com seu marido em Lisboa na rua das Esteiras, freg. de S. Nicolau, filha de António da Horta e de Maria Álvares, da freg. de S. Pedro.

Carta de Familiar de Abril de 1746.

Sebastião — m. 12, n.º 192

- 35 **Dr. Severino Rodrigues Condelo** ⁽¹⁾ — cavaleiro professo da Ordem de Cristo, natural e morador na vila de Coruche; filho de *António Rodrigues Condelo, natural do Vale de Ilhavo, freg. de S. Salvador de Ilhavo* e de Maria da Silva, natural de Coruche, e aí lavradores; neto paterno de *Domingos André Condelo* e de *Isabel Antónia, naturais de Vale de Ilhavo, e aí lavradores*, e materno de Manuel da Silva Mesquita, natural de Coruche, e de Mariana de Araújo, natural de Benavente, lavradores em Coruche.

Carta de Familiar de 28 de Junho de 1743.

Severino — m. 1, n.º 2

- 36 **Silvério José da Cunha Dias Morgado** — natural e morador na freg. da Granja de Alpriate, Vila Franca de Xira; filho de Agostinho da Cunha Bota Morgado, natural da Granja de Alpriate e de Eugénia Teresa Xavier, natural da Vila de Castanheira; neto paterno de António da Cunha, tanoeiro, natural da Granja de Alpriate, e de Isabel dos Anjos, natural de Ponte de Lousa, Loures, e materno de Sebastião Rodrigues e de Catarina Pereira, naturais de Castanheira; ajustado para casar, em 1760, com Maria Joaquina de Brito, natural da freg. de S.^{ta} Justa de Lisboa, filha de Luís da Silva Beltrão, tenente do regimento do coronel Marquês do Lourçal, natural de Loures, freg. de S.^{ta} Maria, e de Bebiana Maria da Conceição, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, moradores na Quinta da Granja do Monteiro-mor do Reino, freg. de S.^{ta} Iria, neta paterna de José da Silva, mestre sapateiro, natural de Lisboa, Basilica de S.^{ta} Maria, filho de Domingos Álvares e de Catarina Dias, e de Teresa de Jesus, natural de Loures, filha de Manuel Lourenço e de Maria Francisca, e materna de *Francisco Marques*, mestre latoeiro, natural de Oronhe, freg. de N.^a S.^a da Assunção

(¹) Em partes da habilitação aparece com o nome de Zeferino.

de *Espinhel*, *Águeda*, filha de *Francisca André* e de *Luísa Ferreira*, também de *Oronhe*, e de *Isabel Maria*, natural de *Percena*, freg. de *S. Pedro de Barcarena*, filha de *Domingos Dias* e de *Maria da Silva*.

Carta de Familiar de 6 de Dezembro de 1757.

Silvério — m. 1, n.º 4

- 37 **P.º Silvério Pereira Teles** — bacharel formado na Universidade de Coimbra, reitor da igreja de S.^{ta} Maria da Vila de Tondela; natural e morador na mesma vila; filho de *Bernardo Pereira Teles*, natural da freg. de S.^{ta} Cruz de *Alvarenga*, e de D. Maria de Figueiredo Soares, natural de Tondela, e aí moradores; neto paterno de *Manuel Soares Mendes*, filho de *Pedro Soares* e de *Beatriz Mendes* e de *Ângela Teles*, todos pessoas nobres e naturais e moradores em *Alvarenga*, e materno de *Manuel Coelho Soares* e de *Isabel de Figueiredo*, naturais e moradores em Tondela; irmão de D. Helena Caetano Pereira, casada com *Caetano Luís de Barros Monteiro*, Familiar do S.^{to} Ofício.

Provisão de Comissário de 23 de Novembro de 1726.

Silvério — m. 1, n.º 2

- 38 **Simão do Amaral Osório** — natural e morador na Quinta de *Almeidinha*, freg. de *S. Julião* da vila de *Mangualde*; filho do Lic.º *Manuel Osório do Amaral*, natural de *Abrunhosa de Tavares*, freg. de *S. Cecília*, e de *Mariana Teixeira*, natural de *Pinso*, freg. de *S. Sebastião*, moradores na Quinta de *Almeidinha*; neto paterno do Dr. *Simão do Amaral Osório*, natural da referida quinta, e de *Maria Ribeira*, natural de *Frexiosa*, e materno de *Domingos Teixeira de Almeida*, natural da Quinta do *Outeiro de Baixo*, freg. de S.^{to} *André*, *Ferreira de Aves*, e de D. *Filipa Teixeira*, natural da Vila de *Armamar*, freg. de *S. Miguel*; ajustado para casar, em 1716, com D. *Felícia Osório Cabral de Castro* natural da Quinta de *Esporões*, freg. de *S. Genísio de Ínsua*, filha de *João de Barros de Brito*, natural da Quinta de *Esporões*, e de D. *Maria Osório Cabral*, natural de *Celorigo da Beira*, neta paterna de *Manuel de Barros de Figueiredo*, natural da referida Quinta, e de sua segunda mulher D. *Luísa de Brito*, natural da vila de *Aveiro*, freg. de *S. Miguel*, filha de *António Alves Botelho* e de *Francisca de Seixas*, moradores em *Aveiro*, e materna de *João Osório Cabral*, natural de *Celo-*

rico da Beira, e de D. Felícia Pereira de Sampaio, natural de Pinhel, sobrinha paterna de *D. Luísa de Albuquerque, religiosa do Convento de Jesus de Aveiro.*

Carta de Familiar de 12 de Dezembro de 1711.

Simão — m. 6. n.º 103

- 39 **Simão Fernandes** — barbeiro; morador em Lisboa ao Pelourinho Velho; filho de Gaspar Dias, natural do Bombarral, e de Guiomar Fernandes, natural da Lourinhã, e aí moradores; neto paterno de Gaspar Dias e de Leonor Fernandes, naturais e moradores no Bombarral, e materno de Diogo Fernandes e de Margarida Dias, naturais e moradores na Lourinhã; casado com Isabel Maria, natural de Lisboa, freg. de N.ª S.ª da Conceição, filha de Martim Fernandes, livreiro, natural da Arruda, e de Maria Manuel, natural do Seixal, moradores em Lisboa na Gibitaria Velha, neta paterna de Afonso Álvares e de Isabel Martins, naturais e moradores na Arruda, e materno de *João de Aveiro, natural do Carvalhal, de um lugar chamado Delegaria, junto do con.º da Feira, e de Catarina Álvares, natural de Alverca, moradores no Seixal.*

Parecer positivo de 22 de Agosto de 1609.

Simão — m. 1, n.º 12

- 40 P.º Frei **Simão do Loreto** — religioso agostinho descalço e lente de Teologia no Convento do Monte Olivete, extramuros da cidade de Lisboa; natural da freg. da Conceição do Zambujal; filho de José Francisco, natural de Bordalo, freg. de S. João de S.ª Cruz de Coimbra, e de Maria Simões, natural de Condeixa-a-Nova, freg. de S.ª Cristina, moradores no Zambujal; neto paterno de Manuel João, o «Queira», filho de Manuel João e de Domingas Francisca, da freg. de S. Martinho do Bispo, e de Catarina Francisca, a «Queira», moradora com seu marido em Bordalo, filha de Manuel Gonçalves e de Catarina Francisca, de Regasa, freg. da Sé de Coimbra, e materno de *António da Silva, filho de António Manuel, o «Marioto» e de Maria Manuel, a «Mariota», de Vila Fria, freg. de S. João Baptista da Silva Escura, Sever do Vouga, e de Maria Simões, a «Rata»; moradora com seu marido em Condeixa-a-Nova, filha de Manuel Francisco, o «Rato», e de Catarina Simões, a «Ventura», de Condeixa-a-Nova.*

Provisão de Qualificador de 23 de Abril de 1754.

Simão — m. 5, n.º 103

- 41 Lic.º **Simão Martins de Abreu** — *prior da igreja de N.ª S.ª do Ó de Barcouço, Mealhada*; natural de Valesim, freg. de N.ª S.ª do Rosário, Seia; filho de Simão Martins e de Margarida Mendes, naturais e moradores em Valesim; neto paterno de António Martins e de Maria Gil, naturais e moradores em Valesim, e materno de António Mendes, natural de S. Romão e de Ana Fernandes, natural de Valesim, e aí moradores.

Provisão do Comissário de 3 de Janeiro de 1687.

Simão — m. 3, n.º 73

- 42 **Simão de Melo de Sampaio Pereira** — fidalgo da Casa Real e cavaleiro professô da Ordem de Cristo; *natural e morador na freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia*; filho de *António Luís de Melo e Sampaio, natural da Quinta da Graciosa, freg. de S. Paio dos Arcos, Anadia* ⁽¹⁾, e de *D. Micaela de Sampaio*, natural de Viseu, moradores em *Avelãs de Cima*; neto paterno de *Francisco de Melo Sampaio*, natural da freg. de S. Sebastião de Ramirão, Fornos de Algodres, e de *D. Maria de Miranda Pereira, natural de Avelãs de Cima, e aí moradores*, e materna de António Vicoso de Veiga e de D. Catarina de Sampaio, naturais e moradores em Viseu; irmão de Lourenço Berardo de Melo, Deputado do S.º Ofício da Inquisição de Coimbra.

Carta de Familiar de 17 de Fevereiro de 1730.

Simão — m. 7, n.º 121

- 43 **Simão Nogueira** — notário da Inquisição de Coimbra; *natural da freg. de N.ª S.ª do Ó de Barcouço, Mealhada*; filho de *Manuel Rodrigues* e de *Filipa Gonçalves, moradores em Barcouço*; neto paterno de *Rodrigo Anes da Azenha*, e materno de *Gonçalo Fernandes, o «Rato»*, e de *Ana Afonso, de Matos, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia*.

Achado capaz a 10 de Abril de 1593.

Simão — m. 1, n.º 3

- 44 Lic.º **Simão Nogueira** — beneficiado da igreja de Santiago de Coimbra; natural da mesma cidade, e aí mora-

⁽¹⁾ No Proc. do outro seu filho aparece como *natural de Avelãs de Cima*.

dor na rua Direita; filho de António Francisco, cereeiro e Familiar do S.^{to} Ofício, e de Madalena Quaresma, natural de Coimbra, e aí moradores igualmente na rua Direita; neto paterno de *Francisco Manuel*, lavrador, irmão de *Simão Nogueira*, notário da Inquisição de Coimbra, naturais de *Barcouço*, freg. de N.^a S.^a do Ó, *Mealhada*, filhos de *Manuel Rodrigues* e de *Filipa Gonçalves*, e netos de *Rodrigo Anes de Azenha*, e de *Gonçalo Fernandes*, o «Rato», e de *Ana Afonso*, de *Matos*, freg. de S. Lourenço do Bairro, *Anadia*, e de *Maria Fernandes*, moradora com seu marido em *Cavaleiros*, *Barcouço*, filha de *Fernão Pires* e de *Ana Afonso*, moradores em *Ferraria*, *Barcouço*, e materno de *Rafael Vaz*, filho de *Francisco Vaz* e de *Joana Marques*, e de *Antónia Quaresma*, filha de *Manuel Fernandes*, o «Gaio», e de *Inês Fernandes*, de *Castelo Viegas*.

Provisão de Notário da Inquisição de 1 de Fevereiro de 1658.

Simão — m. 2, n.º 49

- 45 **Simão Nunes** — natural de *Amoreira da Gândara*, *Anadia*, e morador em *Estremoz*; filho de *Simão Afonso*, lavrador, natural da *Póvoa da Amoreira da Gândara*, e de *Catarina Pires*, natural de *Paraimo*, freg. de S. Silvestre de *Sangalhos*, *Anadia*, moradores em *Gândara*; neto paterno de *Afonso Vicente*, de *Amoreira*, e materno de *Pedro Afonso* e de *Leonor Dias*, de *Paraimo*; casado com *Antónia de Andrade*, natural de *Alvorge*, *Ancião*, filha de *Sebastião Esteves* e de *Catarina Fernandes*, e neta de *Martim Fernandes* e de *Maria Fernandes Gomes*.

1589

Simão — m. 1, n.º 2

- 46 **Simão Rebelo Leite** — proprietário do ofício de escrivão dos juízos do Cível da cidade de Lisboa; natural e morador em Lisboa na rua dos Canos; filho de *João Rebelo Leite*, proprietário do ofício de escrivão dos juízos do Cível de Lisboa, natural da vila de *Cabeceiras de Basto*, freg. de S. Pedro de Alvite, e de *Luísa Pereira da Cunha*, natural de Lisboa, freg. dos *Mártires*, moradores na *Cordoaria Velha*; neto paterno de *Domingos Rebelo Cardoso* e de *Margarida Ferreira de Araújo*, naturais e moradores em *Cabeceiras de Basto*, e materno de *António Moiro*, igualmente proprietário do ofício de escrivão dos juízos do Cível de Lisboa, natural de *Sapataria*, *Sobral de Monte Agraço*, e de *Vitória Pereira*, natural da vila de *Arruda*,

moradores em Lisboa; casado com Ana Maria de Mesquita, natural de Lisboa, filha de Luís Nunes da Serra, Familiar do S.^{to} Ofício e proprietário do ofício de juiz da Balança da Casa das Carnes, natural de Lisboa, e de Brites da Costa de Mesquita, natural de Lisboa, neta paterna de Francisco Soares Zagal, filho de Gaspar Dias Zagal e de Catarina de Sena, de Azeitão, e de Agostinha de Montemor, filha de Luís Nunes Serra, cavaleiro do hábito de Cristo e Desembargador dos Armazéns do Reino, e de Luísa de Salinas, de Lisboa, e materno de Sebastião Fernandes da Costa, lapidário de diamantes, filho de *Pedro Fernandes, o «Galé»*, emprazador de sedas e taberneiro, e de *Apolónia Fernandes*, o primeiro de Lisboa, e os *dois restantes da freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis*, e de Ana de Mesquita, de Lisboa, filha de Rodolfo Estaquemão, alemão, e de Maria Luís de Mesquita, de Lisboa.

Carta de Familiar de 21 de Março de 1667.

Simão — m. 2, n.º 58

- 47 **Simão Ribeiro Riba** — homem de negócio no Recife de Pernambuco; natural da freg. de S. Miguel de Vila Franca termo de Barcelos; filho de Miguel Ribeiro e de Justa Ribeiro, naturais e moradores em Vila Franca; neto paterno de Domingos Ribeiro e de Ana Gonçalves, e materno de Simão Ribeiro e de Maria Ribeiro, todos igualmente naturais e moradores em Vila Franca; ajustado para casar, em 1704, com D. Clara Gomes de Figueiredo, natural da freg. do Espírito Santo do Recife, filha do sargento-mor Miguel Correia Gomes, natural do Porto, da rua dos Banhos, freg. de S. Nicolau, e de D. Catarina Gomes de Figueiredo, natural do Recife, e aí moradores, neta paterna de *Miguel Correia Gomes*, alfaiate, natural de *Midões*, freg. de S. João Baptista da Raiva, Castelo de Paiva, e de Ana Gomes natural de Oliveira, freg. de S.^{ta} Olaia, Porto, moradores na rua dos Banhos, e materna do alferes Pantaleão Fernandes de Figueiredo, natural do Porto, da rua das Congostas, e de Maria Gomes, natural de Pedras, freg. de N.^a S.^a da Conceição de Serinhaem, Pernambuco, moradores no Recife, prima paterna de Francisco Correia Gomes, Familiar do S.^{to} Ofício, filha de André Duarte, torneiro, e de Sebastiana Correia, moradores no Porto.

Carta de Familiar de 29 de Outubro de 1700.

Simão — m. 4, n.º 86

- 48 Lic.^o **Simão Ribeiro Riba** — sacerdote do hábito de S. Pedro; natural do Recife de Pernambuco; filho de Simão Ribeiro Riba, Comissário-Geral, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de S. Miguel de Vila Franca, termo de Barcelos, e de D. Clara Gomes de Figueiredo, natural da freg. do Espírito Santo do Recife, e aí moradores; neto paterno de Miguel Ribeiro, filho de Domingos Ribeiro e de Ana Gonçalves, e de Justa Ribeiro, filha de Simão Ribeiro e do Maria Ribeira, todos naturais e moradores em Vila Franca, e materno do sargento-mor Miguel Correia Gomes, natural do Porto, da rua dos Banhos, freg. de S. Nicolau, filho de *Miguel Correia Gomes*, alfaiate, natural de *Midões*, freg. de S. João Baptista da Raiva, Castelo de Paiva, e de Ana Gomes natural de Oliveira, freg. de S.^{ta} Olaia, Porto, moradores na rua dos Banhos, e de Catarina Gomes de Figueiredo, natural do Recife, e aí moradora com seu marido, filha do alferes Pantaleão Fernandes de Figueiredo, natural do Porto, da rua das Congostas, e de Maria Gomes, natural de Pedras, freg. de N.^a S.^a da Conceição de Serinhaem, Pernambuco, moradores no Recife.

Provisão de Comissário de 14 de Novembro de 1747.

bibRIA
Simão — m. 9, n.^o 147

- 49 B.^{el} **Simão Rodrigues de Carvalho Barjona** — advogado nos auditórios de Coimbra; natural da freg. de S. João de Almedina de Coimbra e morador na mesma cidade; filho de Mateus Rodrigues de Carvalho, mercador de sola, natural de Lousa, termo de Castelo Branco, e de Maria de Sousa, natural de Algaça, freg. de S.^{ta} Maria de Arrifana de Poiães, moradores em Coimbra; neto paterno de Marcos Vaz, filho de Barnabé Vaz e de Maria da Costa, moradores em Lousa, e daí naturais, ou de Adouro Calvo e Semide, Gulfar, e de Mécia Rodrigues, e materno de Hilário João e de Antónia Francisca, de Algaça; casado, em 1769, com Josefa Maria Joaquina, natural da freg. de S.^{ta} Justa de Coimbra, filha do alferes António Álvares e de Maria Duarte, naturais e moradores em Coimbra, na referida freg. de S.^{ta} Justa, neta paterna de Manuel Álvares, pintor de louça e de Domingas Simões naturais e moradores na freg. de S. João de S.^{ta} Cruz da mesma cidade, e materna de *André Duarte*, alquilador, natural da freg. de S.^{to} António de Oliveirinha, Aveiro, filho de *Tomé André* e de *Isabel de Oliveira*, da mesma freg. de Oliveirinha, e de Isabel Luís, natural de Besteiro,

Arrifana de Poiares, filha de Manuel Luís e de Francisca Luís, também de Besteiro, sobrinha materna de Margarida Duarte, mulher do Dr. Luís Caetano Machado, médico, habilitado para o S.^{to} Officio; casado segunda vez, em 1771, com Maria de Almeida, natural de Penacova, freg. de N.^a S.^a da Assunção, filha de João de Almeida e de Inês Maria Cabral, neta paterna de Manuel Simões do Amaral e de Maria de Almeida, e materna de Manuel de Castro e de Ana Cabral, todos igualmente de Penacova.

Carta de Familiar de 14 de Novembro de 1772.

Simão — m. 11, n.º 172

- 50 **Simão da Silva Guimarães** — homem de negócio; natural da freg. de S. Vicente de Oleiros, Guimarães, e morador na cidade do Rio de Janeiro, freg. de N.^a S.^a da Candelária, em 1748; filho de Francisco da Silva, natural de Oleiros, e de Mariana Ferreira, natural da freg. de S. João de Airão, Guimarães, moradores em Oleiros; neto paterno de José da Silva, natural da freg. de S. Mamede de Vermil, e de Isabelinha Rodrigues, natural da freg. de S. João de Brito, ambos do conc.^o de Guimarães, e materno de Domingos Francisco, natural de Airão, e de Catarina Rodrigues, naturais da freg. de Moreira, Guimarães; casado, então morador na Praça de Nova Colónia em 1750, com Teresa de Figueiredo, filha de *Tomé de Figueiredo, natural da freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro*, e de Mariana de Jesus, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, neta paterna de *Tomé de Figueiredo* e de *Maria da Cruz, naturais e moradores em Esgueira*, e materna de Tomé Gonçalves Ribeiro, natural da freg. de Telões, Guimarães e de Maria do Ó, natural da freg. de S. Julião de Lisboa, e aí moradores.

Carta de Familiar de 14 de Outubro de 1755.

Simão — m. 10, n.º 158

- 51 **P.^o Simão de Sousa Leal** — clérigo do hábito de S. Pedro, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra e *reitor da igreja paroquial de S.^{ta} Eulália de Pedorido, Castelo de Paiva*; natural da freg. de Arrifana de Sousa, Penafiel; filho de André Ribeiro, mercador de panos, natural da freg. de N.^a S.^a da Oliveira de Guimarães, Familiar do S.^{to} Officio, e de Helena Leal de Sousa, natural de Arrifana de Sousa, e aí moradores; neto

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

paterno do P.^o Jerónimo Martins, vigário de S. Romão de Rendufe, filho de Francisco Martins e de Ana Gonçalves, de N.^a S.^a da Oliveira, e de Maria Ribeira, filha de Lourenço Gil e de Francisca Nogueira, de Sub-Nogueira, freg. de S. Romão de Arões, Fafe, e materno de Gaspar de Sousa, filho de Francisco António e de Margarida Silvestre, da freg. de Parada de Todia, Paredes, e de Maria Leal, filha de Gaspar Gonçalves e de Maria Leal, da Arrifana, de Sousa.

Provisão do Comissário de 12 de Julho de 1731.

Simão — m. 1, n.º 126

- 52 **Simão Tavares** — confeiteiro; *natural de Sendinha, freg. de S. João Baptista de Rocas do Vouga, e morador em Lisboa na rua da Confeitaria, freg. de S. Julião; filho de António André, lavrador, natural de Rocas da Igreja (¹), Rocas do Vouga; e de Águeda Tavares, natural de Sendinha e aí moradores; neto paterno de André Dias, lavrador, natural de Rocas da Igreja, e de Domingos Manuel natural de Cercal, freg. de S. Simão de Arões, Vale de Cambra, moradores em Rocas da Igreja, e materno de Melchior Dias Machado, lavrador, natural de Armental, freg. de Santiago do Codal, Vale de Cambra, e de Maria Tavares, natural da freg. de S. João Baptista de Silva Escura, Sever do Vouga, moradores em Sendinha; casado em 1712 com Maria de Andrade, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, filha de Manuel de Andrade, alfaiate, natural de Torres Vedras, freg. de N.^a S.^a da Assunção, e de Antónia da Silva, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Justa, moradores na Rua Nova, neta paterna de Manuel de Andrade, alfaiate, e de Isabel da Costa, naturais e moradores em Torres Vedras, e materna de Pedro Fernandes, marinheiro, natural da freg. de S. João da Foz, e de Isabel França, natural da freg. de S. Pedro da Ericeira, moradores em Lisboa na rua de S. Pedro Martir, freg. de S.^{ta} Justa.*

Falecido antes de terminarem as diligências para Familiar, cerca de 1712.

Simão — m. 11, n.º 185

(¹) Actualmente não existe este lugar, mas há duas Igrejas, uma em Sever e outra em Pessegueiro.

LETRA S

ÍNDICES

a) ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

- Abrantes (Manuel de), alveitar e fer-
rador — Mealhada — 21
- Abrantes (Mariana de) — Mealhada
— 21
- Abreu (Manuel Pais de) — Feira — 5
- Abreu (Lic.^o Simão Martins de)**, prior
da igreja de N.^a Sr.^a do Ó de
Barcouço, Mealhada — 41
- Afonso (Ana) — Barcouço, Mealhada
— 44; S. Lourenço do Bairro, Ana-
dia — 43 e 44
- Afonso (Lic.^o Mateus) — Santiago de
Beduído, Estarreja — 4
- Afonso (Mateus), o «Velho», lavra-
dor — Santiago de Beduído, Es-
tarreja — 4
- Afonso (Pero) — Sangalhos, Anadia
— 45
- Afonso (Simão), lavrador — Amo-
reira da Gândara, Anadia — 45
- Albuquerque (D. Luísa de), religiosa
do Convento de Jesus de Aveiro
— 38
- Almeida (Brites de) — Rio Meão,
Feira — 5
- Almeida (Maria de) — Várzea, Arouca
— 8
- Almeida (Maria Rebelo de) — Águeda
— 13
- Álvares (André) — Macinhata de
Seixa, Oliveira de Azeméis — 4
- Álvares (Manuel) — Macinhata de
Seixa, Oliveira de Azeméis — 4
- André (António) — Rocas do Vouga,
Sever do Vouga — 52
- André (Francisco) — Espinhel,
Águeda — 36
- André (Gaspar) — Aveiro — 30
- André (Tomé) — Oliveirinha, Aveiro
— 49
- Anes (Gonçalo) — Romariz, Feira
— 7
- Anes (Maria) — Louredo, Feira — 7;
Romariz, Feira — 7; Vacariça,
Mealhada — 17
- Antónia (Isabel), lavradora — Ílhavo
— 35
- Aranha (Brites) — Ovar — 5
- Araújo (Maria Madalena) — Es-
gueira, Aveiro — 10
- Aveiro (João de) — Feira — 39
- Azenha (Rodrigo Anes da) — S. Lou-
renço do Bairro, Anadia — 43
e 44
- Banhos (Sebastião da Costa)**, homem
de negócio na Bafa — 16
- Baptista (Patronilha) — Esgueira,
Aveiro — 10
- Barbosa (D. Ângela) — Vila Chã de
S. Roque, Oliveira de Azeméis —
15
- Barbosa (Pedro Godinho), juiz dos
órfãos de Esgueira, Aveiro — 10
- Barjona (B.^{el} Simão Rodrigues de
Carvalho)**, advogado nos auditó-
rios de Coimbra — 49
- Barroso (Cristóvão Lopes), capitão
— Mealhada — 21; Vacariça, Mea-
lhada — 21
- Botelho (António Alves) — Aveiro
— 38
- Botelho (Francisco) — Ovar — 5
- Brandão (Manuel) — Várzea, Arouca
— 8
- Brito (Álvaro de Albuquerque) —
Aveiro — 12
- Brito (Francisco de Albuquerque e)
— Aveiro — 12
- Brito (D. Luísa de) — Aveiro — 38

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Bulhão (Álvaro de Egas) — Esgueira, Aveiro — 10
- Bulhão (Nicolau da Silveira) — Esgueira, Aveiro — 10
- Cardoso (João Nunes) — S. João da Madeira — 5
- Carvalho (Manuel de) — Macieira de Sarnes, Oliveira de Azeméis — 9; Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Carvalho (Salvador Tavares de)**, alferes — Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Carvalho (Sebastião de Almeida) — Esgueira, Aveiro — 12
- Carvalho (Sebastião de Almeida), Familiar do S.^{to} Offício — Esgueira, Aveiro — 12
- Carvalho (Sebastião de Almeida de)**, juiz dos órfãos de Esgueira, Aveiro — 10
- Carvalho (Sebastião de Almeida e) — Esgueira, Aveiro — 11
- Carvalho (P.^o Sebastião de Almeida e)**, vigário da igreja de S. Julião de Cacia, Aveiro — 11; Esgueira, Aveiro — 11
- Castro (Maria) — Travassô, Águeda — 9
- Chamorro (Isabel Fernandes) — Aveiro — 17
- Coelho (Manuel), barbeiro — Eixo, Aveiro — 2
- Coelho (Maria) — Eixo, Aveiro — 2
- Conceição (Maria) — Mealhada — 21
- Conceição (Maria Antónia Tavares da Silva da) — Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Condelo (António Rodrigues), lavrador — Ílhavo — 35
- Condelo (Domingos André), lavrador — Ílhavo — 35
- Condelo (Dr. Severino Rodrigues)**, cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 35
- Costa (Bartolomeu da) — Bairros, Castelo de Paiva — 16
- Costa (Manuel da) — Lobão, Feira — 29
- Costa (Maria da) — Aveiro — 26
- Costa (Roque da), almocreve — Aveiro — 26
- Cruz (Maria da) — Esgueira, Aveiro — 50
- Cunha (João da), lavrador — Eixo, Aveiro — 2
- Dias (André), lavrador — Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 52
- Dias (António), vereador do Couto de... e lavrador — Vacariça, Mealhada — 17
- Dias (Domingos) — Avelãs de Cima, Anadia — 30
- Dias (João da Silva), mercador de panos — Oliveira de Azeméis — 6
- Dias (Leonor) — Sangalhos, Anadia — 45
- Dias (Maria), lavradora — Vacariça, Mealhada — 17
- Dias (Salvador) — Oliveira de Azeméis — 6
- Dias (Sebastião)**, mercador em Coimbra — Vacariça, Mealhada — 17
- Duarte (André), alquilador — Oliveirinha, Aveiro — 49
- Fernandes (André), homem nobre — Rossas, Arouca — 33
- Fernandes (Apolónia) — Oliveira de Azeméis — 46
- Fernandes (Domingos), lavrador — Alvarenga, Arouca — 34
- Fernandes (Gonçalo), o «Rato» — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 43 e 44
- Fernandes (Manuel) — Aveiro — 17; Macinhata de Seica, Oliveira de Azeméis — 4
- Fernandes (Maria) — Barcouço, Mealhada — 44
- Fernandes (Maria), a «Urbana» — Alquerubim, Albergaria-a-Velha — 3; Sever do Vouga — 3
- Fernandes (Pedro), lavrador — Alvarenga, Arouca — 34
- Fernandes (Pedro), o «Galés», emprazador de sedas e taberneiro — Oliveira de Azeméis — 46
- Fernandes (Simão) — Águeda — 23
- Fernandes (Simão)**, barbeiro em Lisboa — 39
- Ferreira (Luísa) — Espinhel, Águeda — 36
- Ferreira (Sebastião)**, mercador de retoses em Lisboa — 20
- Figueiredo (D. Francisca de Almeida) — Aveiro — 12; Esgueira, Aveiro — 12
- Figueiredo (Isabel de) — Oliveira de Azeméis — 4
- Figueiredo (Tomé de) — Esgueira, Aveiro — 50
- Fonseca (Maria da) — Ovar — 5; Sever do Vouga — 9
- Fonseca (Mariana da) — 5
- Fonseca (Sebastião Botelho da)**, capitão-mor da vila de Mondim de Basto — 13

- Fonseca (P.^o Sebastião Dinis da)**, prior da freg. de Santiago de Codal, Vale de Cambra — 19
- Fontoura (P.^o Sebastião Loução)**, prior da igreja de S. Vicente, Branca, Albergaria-a-Velha — 22
- Francisca (Domingas)** — Travassô, Águeda — 3; Alquerubim, Albergaria-a-Velha — 3; S. Miguel do Mato, Arouca — 24
- Francisca (Maria)** — Valongo, Águeda — 30; Oliveira de Azeméis — 6
- Francisco (António)**, lavrador — Codal, Vale de Cambra — 8
- Francisco (Dinis)** — Valongo, Águeda — 30
- Francisco (Manuel)**, contratador de lãs e fazendas — Codal, Vale de Cambra — 8
- Godinha (Brites)** — Esgueira, Aveiro — 10
- Gomes (Domingos)** — Oliveira de Azeméis — 4
- Gomes (Francisca)** — Tropeço, Arouca — 8
- Gomes (Manuel)**, lavrador — Rossas, Arouca — 8; Tropeço, Arouca — 8
- Gomes (Mariana Luisa)** — Rossas, Arouca — 8
- Gomes (Miguel Correia)**, alfaiate — Raiva, Castelo de Paiva — 47 e 48
- Gonçalves (Martins)**, lavrador — Alvarenga, Arouca — 34
- Gonçalves (Diago)** — Burgo, Arouca — 20
- Gonçalves (Filipa)** — Barcouço, Mealhada — 43 e 44; S. Lourenço do Bairro, Anadia — 43 e 44
- Gonçalves (Isabel)**, lavradora — Alvarenga, Arouca — 34
- Gonçalves (João)** — Tropeço, Arouca — 8
- Gonçalves (Maria)** — Bairros, Castelo de Paiva — 16
- Gonçalves (Sebastião)** — Romariz, Feira — 7
- Gonçalves (Simoa)** — Aveiro — 26
- Guimarães (Simão da Silva)**, homem de negócio no Rio de Janeiro — 50
- Guerra (Domingos Tavares)**, mercador de mercearia em Lisboa na rua da Confeitaria — Alvarenga, Arouca — 34
- Guerra (Sebastião Tavares)**, homem de negócio — 34
- Heitor (Maria)** — Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis — 4
- Homem (António Soares)**, mercador e Familiar do S.^{to} Offício — Oliveira de Azeméis — 4
- Jesus (Josefa Maria)**, lavradora — Rossas, Arouca — 8; Várzea, Arouca — 8
- João (Domingos)** — Macedo, Ovar — 14
- João (Francisco)**, pedreiro — Alquerubim, Albergaria-a-Velha — 3
- João (Isabel)**, lavradora — Vacariça, Mealhada — 17
- João (Leonor)**, lavradora — Ossela, Oliveira de Azeméis — 8; Codal, Vale de Cambra — 8
- João (Manuel)**, o «Duques», barbeiro — Travassô, Águeda — 3; Alquerubim, Albergaria-a-Velha — 3
- João (Manuel)**, o «Duques», taberneiro — Alquerubim, Albergaria-a-Velha — 3; S. João de Loure, Albergaria-a-Velha — 3
- João (Maria)** — Valongo, Águeda — 30
- João (Maria)**, lavradora — Vila Cova do Perrinho, Vale de Cambra — 8
- João (Maria)**, a «Matas», taberneira — Alquerubim, Albergaria-a-Velha — 3
- João (Silvestre)** — Espinhel, Águeda — 1
- Jorge (Margarida)** — Oliveira de Azeméis — 4
- Leal (P.^o Simão de Sousa)**, clérigo do hábito de S. Pedro, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra e reitor da igreja de S.^{ta} Eulália de Pedrido, Castelo de Paiva — 51
- Leite (Simão Rebelo)**, proprietário do officio de escrivão dos juízos do Cível da cidade de Lisboa — 46
- Lemos (Bernardo de Carvalho de)**, Senhor de vila de Trofa, Águeda — 15
- Lemos (Bernardo de Carvalho de)**, Senhor das vilas de... e Alfarela — Trofa, Águeda — 15
- Lemos (D. Jerónima de)** — Trofa, Alfarela — 15
- Lemos (Sebastião de Castro de)**, fidalgo da Casa de S. Mag. e alcaide-mor de Vila do Conde — Aveiro — 15
- Lobato (Sebastião Pinto)**, estudante da Universidade de Coimbra — 29
- Lopes (António)** — Aveiro — 30
- Lopes (Genebra)** — Aveiro — 17

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Lopes (Maria) — Aveiro — 30
- Loreto (P.^o Frei Simão do)**, religioso agostinho descalço, lente de Teologia no Convento do Monte Olivete — 40
- Lourenço (Pedro) — vereador do Couto de... e lavrador — Vaca-riça, Mealhada — 17
- Luís (Fernão) — Águeda — 23
- Macedo (Isabel de) — Águeda — 23
- Machado (Melchior Dias), lavrador — Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 53; Codal, Vale de Cambra — 52
- Magalhães (Manuel de), lavrador — Maceda, Ovar — 24
- Mannel (António), o «Marioto» — Silva Escura, Sever do Vouga — 40
- Manuel (Domingos) — Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 52; Arões, Vale de Cambra — 52
- Manuel (Francisco), lavrador — Barcouço, Mealhada — 44
- Manuel (Maria), a «Mariota» — Silva Escura, Sever do Vouga — 40
- Maria, solteira — Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Marques (Antónia), lavradora — Santiago de Beduido, Estarreja — 4
- Marques (Francisco), mestre latoeiro — Espinhel, Águeda — 36
- Marques (Mateus) — Cortegaça, Ovar — 24
- Martins (Branca) — Águeda — 23
- Martins (Maria) — Águeda — 23
- Matos (Salvador de) — Rio Meão, Feira — 5
- Matos (Teodósio de) — Rio Meão, Feira — 5
- Melo (Aires de Sá e), fidalgo da Casa Real — Arcos, Anadia — 31
- Melo (Des.^o Gaspar Leitão Coelho de) — Milheirós de Poiares, Feira — 14
- Melo (Lourenço Aires de Sá e), Familiar do S.^{to} Ofício — Arcos, Anadia — 31
- Melo (D. M. Inês de Sá e) — Arcos, Anadia — 31
- Melo (Sebastião de Carvalho e)** — 14
- Melo (Sebastião de Sá e)**, professo da Ordem de Avis, clérigo de ordens sacras e licenciado por exame privado na Faculdade de Cânones — Arcos, Anadia — 31
- Mendes (Beatriz), pessoa nobre — Alvarenga, Arouca — 37
- Mendes (Manuel Soares), pessoa nobre — Alvarenga, Arouca — 37
- Meneses (D. Antónia de) — Trofa, Águeda — 15
- Meneses (António de Magalhães de) — Vila Chã de S. Roque, Oliveira de Azeméis — 15
- Meneses (Fernando de Magalhães e), fidalgo da Casa de S. Mag. e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e Familiar — Vila Chã de S. Roque, Oliveira de Azeméis — 15
- Meneses (D. Luísa Joana de Sousa e) — Trofa, Águeda — 15; Vila Chã de S. Roque, Oliveira de Azeméis — 15
- Meneses (D. Maria Madalena de Magalhães e) — Vila Chã de S. Roque, Oliveira de Azeméis — 15
- Meneses (D. Maria Madalena de Sousa e) — Trofa, Águeda — 15
- Morgado (Silvério José da Cunha Dias)** — 36
- Moura (Domingos de) — Feira — 18
- Nogueira (Salvador da Cruz)** — 1
- Nogueira (Lic.^o Simão)**, beneficiado da igreja de Santiago de Coimbra — 44
- Nogueira (Simão)**, notário da Inquisição de Coimbra — Barcouço, Mealhada — 43 e 44
- Noronha (D. Joana Luísa de Meneses e) — Trofa, Águeda — 15
- Nunes (Manuel) — Ílhavo — 25
- Nunes (Manuel), homem de trabalho — Ílhavo — 25
- Nunes (Simão)** — Amoreira da Gândara, Anadia — 45
- Oliveira (Isabel de) — Espinheira, Aveiro — 10; Oliveirinha, Aveiro — 49
- Oliveira (D. Maria de) — Esgueira, Aveiro — 11
- Oliveira (Frei Salvador de)**, religioso de S. Francisco da Província da Soledade e leitor de Artes e Teologia Especulativa no Colégio de S.^{to} António de Aveiro — 6; Oliveira de Azeméis — 6
- Oliveira (Sebastião Martins de)**, homem de negócio na Baía — 25
- Oliveira (Sebastião de), mestre sapa-teiro — 26
- Osório (Simão do Amaral)** — 38
- Pacheca (D. Luísa) — Aveiro — 12
- Pereira (D. Maria de Miranda) — Avelãs de Cima, Anadia — 42

- Pereira (Salvador da Rocha)**, recbedor do Fisco em Lisboa — 7
- Pereira (Sebastião Rodrigues)**, bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones da Universidade de Coimbra e advogado nos auditórios de Coimbra — 30
- Pereira (Simão de Melo de Sampaio)**, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo — Avelãs de Cima, Anadia — 42
- Pimenta (António de Afonseca) — Aveiro — 27
- Pinatel (Sebastião Pereira)** — 27
- Pinheiro (Maria) — Águeda — 23
- Pinheiro (Paulo) — Oliveira de Azeméis — 6
- Pinheiro (Sebastião Dias)**, barbeiro e sangrador em Coimbra — 28
- Pinheiro (Sebastião de Macedo)** — Águeda — 23
- Pinheiro (Tomé) — Águeda — 23
- Pinho (Inocência Gomes de) — Oliveira de Azeméis — 4
- Pinho (Inocência de) — Oliveira de Azeméis — 4
- Pinho (Jerónimo de) — Rossas, Arouca — 33
- Pinho (João de) — Ovar — 5
- Pinho (João Carvalho de) — Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Pinho (Maria Soares de) — Santiago de Beduído, Estarreja — 4; Oliveira de Azeméis — 4
- Pinto (Jorge) — Águeda — 23
- Pinto (Sebastião de Almeida)** — 12
- Pires (Catarina) — Amoreira da Gândara, Anadia — 45; Sangalhos, Anadia — 45
- Pires (Fernão) — Barcouço, Mealhada — 44
- Rebello (Sebastião de Pinho) — Águeda — 13
- Reis (Domingos Dias dos), capitão — Oliveira de Azeméis — 4
- Reis (Salvados Dias dos) — Oliveira de Azeméis — 4
- Riba (Simão Ribeiro)**, homem de negócio — 47
- Riba (Lic.º Simão Ribeiro)**, sacerdote do hábito de S. Pedro — 48
- Ribeiro (Gaspar de Sampaio) — Trofa, Águeda — 15
- Rocha (Agostinho da), lavrador — S. Miguel de Mato, Arouca — 24
- Rodrigues (António) — Feira — 18
- Rodrigues (Manuel) — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 43 e 44; Barcouço, Mealhada — 43 e 44
- Sampaio (António Luís de Melo e) — Arcos, Anadia — 42; Avelãs de Cima, Anadia — 42
- Sampaio (Francisco de Melo) — Avelãs de Cima, Anadia — 42
- Sampaio (D. Micaela de) — Avelãs de Cima, Anadia — 42
- S. Paulo (P.º Frei Sebastião de)**, religioso da Província de S.º António, lente de Artes e Teologia no Colégio de S.º António da Pedreira na Universidade de Coimbra e antigo guardião do Convento de Serém — Macinhata do Vouga, Águeda — 32
- Seixas (Francisca de) — Aveiro — 38
- Sequeira (Isabel de Almeida de) — Águeda — 31
- Silva (António da) — Silva Escura, Sever do Vouga — 40
- Silva (Catarina da) — Oliveira de Azeméis — 6; Castelões, Vale de Cambra — 6
- Silva (Domigos da) — Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Silva (Isabel Fernandes da) — Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis — 4
- Silva (Isabel Marques da), lavradora — Cortegaça, Ovar — 24
- Silva (D. Isabel Soares da) — Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis — 4; Oliveira de Azeméis — 4
- Silva (Joana da) — Oliveira de Azeméis — 6
- Silva (João Tavares da), capitão — Travassô, Águeda — 9; Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Silva (B.º Joaquim Tavares da), Familiar do S.º Offício — Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Silva (Juliana da) — Macinhata de Seixa, Oliveira de Azeméis — 4
- Silva (Manuel Marques da), mestre tanoeiro — Cortegaça, Ovar — 24
- Silva (Manuel Tavares da) — Travassô, Águeda — 9; Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Silva (Maria da) — S. Miguel de Matos, Arouca — 24
- Silva (Maria Tavares da) — Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Silva (Mariana da) — Codal, Vale de Cambra — 8; Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra — 8
- Silva (Salvador)** — Codal, Vale de Cambra — 8
- Silva (Salvador da Cruz)**, homem de negócio em Lisboa — 2

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Silva (Sebastião Marques da)**, mestre tanoeiro — 24
- Silva (Sebastião Pinheiro da)**, comendador da Ordem de Santiago, alcaide-mor em..., provedor e executor das Dízimas devidas à Fazenda Real — Aveiro — 28
- Silveira (D. Luísa Francisca de Albuquerque da) — Aveiro — 12
- Silveira (D. Maria da Cunha da) — Esgueira, Aveiro — 10 e 12
- Silvestre (Domingos), lavrador — Romariz, Feira — 8; Vila Cova do Perrinho, Vale de Cambra — 8
- Simão (Maria) — Ílhavo — 25
- Simão (Francisco) — Águeda — 23
- Soares (Antónia) — S. João da Madeira — 5
- Soares (Isabel) — Rio Meão, Feira — 5
- Soares (Maria) — Feira — 5
- Soares (Dr. Mateus Afonso), Des.^{or} da Relação do Porto e Familiar do S.^{to} Ofício — Santiago de Be-duído, Estarreja — 4
- Soares (Pedro), homem nobre — Alvarenga, Arouca — 37
- Soares (Salvador de Matos)** — Feira — 5
- Sousa (D. Maria de) — Mealhada — 21
- Sousa (Sebastião Lopes Barroso de), escrivão do público judicial, Câmara, almotaçaria e órfãos da Vacariça, Mealhada — 21
- Sousa (Sebastião Lopes Barroso de)**, proprietário dos officios de escrivão do público judicial, Câmara, almotaçaria e órfãos do Couto de Vacariça, Mealhada — 21
- Tavares (Águeda) — Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 52
- Tavares (António), lavrador — Alvarenga, Arouca — 34
- Tavares (Gonçalo Teixeira Correia), homem nobre — Burgo, Arouca — 33
- Tavares (Isabel), lavradora — Alvarenga, Arouca — 34
- Tavares (Jerónimo) — Rossas, Arouca — 33
- Tavares (Maria) — Burgo, Arouca — 33; Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 52; Silva Escura, Sever do Vouga — 9 e 52
- Tavares (P.^e Sebastião)**, prior da igreja de N.^a Sr.^a da Purificação da Vila Chã, Vale de Cambra — Burgo, Arouca — 33; Vila Chã, Vale de Cambra — 33
- Tavares (Simão) — Silva Escura, Sever do Vouga — 9
- Tavares (Simão)**, confeiteiro em Lisboa — Rocas do Vouga, Sever do Vouga — 52
- Teles (Ángela), pessoa nobre — Alvarenga, Arouca — 37
- Teles (Bernardo Pereira), pessoa nobre — Alvarenga, Arouca — 37
- Teles (P.^e Silvério Pereira)**, B.^{el} formado na Universidade de Coimbra e reitor da igreja de S.^{ta} Maria de Tondela — 37
- Tristão (João), juiz ordinário e órfãos da Vacariça, Mealhada — 17
- Vasconcelos (Domingos Dias dos Reis e), sargento-mor, cavalleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.^{to} Ofício — Oliveira de Azeméis — 4
- Vasconcelos (Jerónimo Carvalho e) — Trofa, Águeda — 15
- Vasconcelos (Salvador José dos Reis e)**, cavalleiro professo da Ordem de Cristo — Oliveira de Azeméis — 4
- Vasconcelos (Salvador dos Reis e) — Oliveira de Azeméis — 4
- Vicente (Afonso) — Amoreira da Gândara, Anadia — 45
- Vieira (Catarina) — Rossas, Arouca — 33
- Xavier (Salvador Francisco)**, jardineiro da Casa Real — Travassô, Águeda — 3

b) TOPONÍMICO

ÁGUEDA

Águeda — Almeida (Maria Rebelo de) — 13; Fernandes (Simão) — 23; Luís (Fernão) — 23; Macedo (Isabel de) — 23; Martins (Branca) —

23; Martins (Maria) — 23; Pinheira (Maria) — 23; **Pinheiro (Sebastião de Macedo)** — 23; Pinheiro (Tomé) — 23; Pinto (Jorge) — 23; Rebelo (Sebastião de Pinho) — 13;

Sequeira (Isabel de Almeida de) — 13; Simões (Francisco) — 23
Espinhel — André (Francisco) — 36; Ferreira (Luísa) — 36; João (Silvestre) — 1; Marques (Francisco), mestre latoeiro — 36
Macinhata do Vouga — S. Paulo (P.^e Frei Sebastião de), religioso da Província de S.^{to} António, lente de Artes e Teologia no Colégio de S.^{to} António da Pedreira na Universidade de Coimbra, antigo guardião do Convento de Serém — 32
Travassô — Castro (Maria de) — 9; Francisca (Domingas) — 3; João (Manuel), o «Duque», barbeiro — 3; Silva (João Tavares da), capitão — 9; Silva (Manuel Tavares da) — 9; **Xavier (Salvador Francisco)**, jardineiro da Casa Real — 3
Trofa — Lemos (Bernardo de Carvalho de), Senhor da vila de... — 15; Lemos (Bernardo de Carvalho de), Senhor das vilas de... e Alfarela — 15; Lemos (D. Jerónima de) — 15; Meneses (D. Antónia de) — 15; Meneses (D. Luísa Joana de Sousa) — 15; Meneses (D. Maria Madalena de Sousa e) — 15; Noronha (D. Joana Luísa de Meneses e) — 15; Ribeiro (Gaspar de Sampaio) — 15; Vasconcelos (Jerónimo de Carvalho e) — 15
Valongo — Francisco (Maria) — 30; Francisco (Dionis) — 30; João (Maria) — 30

ALBERGARIA-A-VELHA

Alquerubim — Fernandes (Maria), a «Urbana» — 3; Francisca (Domingas) — 3; João (Francisco), pedreiro — 3; João (Manuel), o «Duque», barbeiro — 3; João (Manuel), o «Duque», taberneiro — 3; João (Maria), a «Matas», taberneira — 3
Branca — **Fontoura (P.^e Sebastião Louças)**, prior da igreja de S. Vicente da... — 22
S. João de Loure — João (Manuel), o «Duque», taberneiro — 3
Amoreira da Gândara — Afonso (Simão), lavrador — 45; **Nunes (Simão)** — 45; Pires (Catarina) — 45; Vicente (Afonso) — 45

ANADIA

Arcos — Melo (Aires de Sá e), fidalgo da Casa Real — 31; Melo (Lou-

renço Aires de Sá e), Familiar do S.^{to} Offício — 31; Melo (D. M. Inês de Sá e) — 31; **Melo (Sebastião de Sá e)**, professo da Ordem de Avis, clérigo de ordens sacras e licenciado por exame privado na Faculdade de Cânones — 31; Sampaio (António Luís de Melo e) — 42

Avelãs de Cima — Dias Domingas) — 30; Pereira (D. Maria de Miranda) — 42; **Pereira (Simão de Melo de Sampaio)**, fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 42; Sampaio (António Luís de Melo e) — 42; Sampaio (Francisco de Melo) — 42; Sampaio (D. Micaela de) — 42

Sangalhos — Afonso (Pero) — 45; Dias (Leonor) — 45; Pires (Catarina) — 45

S. Lourenço do Bairro — Afonso (Ana) — 43 e 44; Azenha (Rodrigo Anes da) — 43 e 44; Fernandes (Gonçalo), o «Rato» — 43 e 44; Gonçalves (Filipa) — 43 e 44; Rodrigues (Manuel) — 43 e 44

AROUCA

Alvarenga — Fernandes (Domingos), lavrador — 34; Fernandes (Pedro), lavrador — 34; Gonçalves (António), lavrador — 34; Gonçalves (Isabel), lavradora — 34; Guerra (Domingos Tavares), mercador de mercearia em Lisboa na rua da Confeitaria e Familiar do S.^{to} Offício — 34; Mendes (Beatriz), pessoa nobre — 37; Mendes (Manuel Soares), pessoa nobre — 37; Soares (Pedro), homem nobre — 37; Tavares (António), lavrador — 34; Tavares (Isabel), lavradora — 34; Teles (Ângela), pessoa nobre — 37; Teles (Bernardo Pereira), pessoa nobre — 37

Burgo — Gonçalves (Diogo) — 20; Tavares (Gonçalo Teixeira Correia), homem nobre — Arouca, Burgo — 33; Tavares (Maria) — Arouca, Burgo — 33; **Tavares (P.^e Sebastião)**, prior da igreja de N.^a S.^a da Purificação da Vila Chã, Vale de Cambra — 33

Rossas — Fernandes (André), homem nobre — 33; Gomes (Manuel), lavrador — 8; Gomes (Mariana Luísa) — 8; Jesus (Josefa Maria de), lavradora — 8; Pinho (Jerónima de) — 33; Tavares (Je-

rónimo) — 33; Vieira (Catarina) — 33

S. Miguel do Mato — Francisca (Domingas) — 24; Rocha (Agostinho da), lavrador — 24; Silva (Maria da) — 24

Tropeço — Gomes (Francisco) — 8; Gomes (Manuel), lavrador — 8; Gonçalves (João) — 8

Várzea — Almeida (Maria de) — 2; Brandão (Manuel) — 8; Jesus (Josefa Maria de), lavradora — 8

AVEIRO

Aveiro — Albuquerque (D. Luísa de), religiosa do Convento de Jesus de... — 38; André (Gaspar) — 30; Botelho (António Alves) — 38; Brito (Álvaro de Albuquerque e) — 12; Brito (Francisco de Albuquerque e) — 12; Brito (D. Luísa de) — 38; Chamorra (Isabel Fernandes) — 17; Costa (Maria da) — 26; Costa (Roque da), almocreve — 26; Fernandes (Manuel) — 17; Figueiredo (D. Francisco de Almeida) — 12; Gonçalves (Simoa) — 26; Lemos (Sebastião de Castro de), figallo da Casa de S. Maj. e alcaide-mor da Vila do Conde — 15; Lopes (António) — 30; Lopes (Genebra) — 17; Lopes (Maria) — 31; **Oliveira (Frei Salvador de)**, religioso de S. Francisco na Província de Soledade e leitor de Artes e Teologia Especulativa no Colégio de S.^{to} António de... — 6; Pacheco (D. Luísa) — 12; Pimenta (António d'Alfonseca) — 27; Seixas (Francisco de) — 38; **Silva (Sebastião Pinheiro da)**, comendador da Ordem de Santiago, alcaide-mor de..., provedor e executor das Dízimas devidas à Fazenda Real — 28; Silveira (D. Luísa Francisca de Albuquerque da) — 12

Cacia — **Carvalho (P.^e Sebastião de Almeida e)**, vigário da igreja de S. Julião de... — 11

Eixo — Coelho (Manuel), barbeiro — 2; Coelho (Maria) — 2; Cunha (João da), lavrador — 2

Esgueira — Araújo (Maria Madalena) — 10; Baptista (Patronilha) — 10; Barbosa (Pedro Godinho), juiz dos órfãos de... — 10; Bulhão (Álvaro de Egas) — 10; Bulhão (Nicolau da Silveira) — 10; Carvalho (Sebastião de Almeida)

— 12; Carvalho (Sebastião de Almeida), Familiar do S.^{to} Offício — 12; **Carvalho (Sebastião de Almeida de)**, juiz dos órfãos da vila de... — 10; Carvalho (Sebastião de Almeida e) — 11; **Carvalho (P.^e Sebastião de Almeida e)**, vigário da igreja de S. Julião de Cacia — 11; Cruz (Maria da) — 50; Figueiredo (D. Francisca de Almeida) — 12; Figueiredo (Tomé de) — 50; Godinha (Brites) — 10; Oliveira (Isabel de) — 10; Oliveira (D. Maria de) — 11; Silveira (D. Maria da Cunha da) — 10 e 12

Oliveirinha — André (Tomé) — 49; Duarte (André), alquilador — 49; Oliveira (Isabel de) — 49

CASTELO DE PAIVA

Bairros — Costa (Bartolomeu da) — 16; Gonçalves (Maria) — 16

Pedorido — **Leal (P.^e Simão de Sousa)**, clérigo do hábito de S. Pedro, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra e reitor da igreja de S.^{ta} Eulália de... — 51

Raiva — Gomes (Miguel Correia), alcaide — 47 e 48

ESTARREJA

Santiago de Beduido — Afonso (Lic.^o Mateus) — 4; Afonso (Mateus), o «Velho», lavrador — 4; Marques (Antónia), lavradora — 4; Pinho (Maria Soares de) — 4; Soares (Dr. Mateus Afonso), desembargador da Relação do Porto e Familiar do S.^{to} Offício — 4

FEIRA

Feira — Abreu (Manuel Pais de) — 5; Aveiro (João de) — 39; Moura (Domingos de) — 18; Rodrigues (António) — 18; Soares (Mário) — 5; **Soares (Salvador de Matos)** — 5

Lobão — Costa (Manuel da) — 29

Louredo — Anes (Maria) — 4

Milheirós de Poiars — Melo (Des.^{or} Gaspar Leitão Coelho de) — 14

Rio Meão — Almeida (Brites de) — 5; Matos (Salvador de) — 5; Matos (Teodósio de) — 5; Soares (Isabel) — 5

Romariz — Anes (Gonçalo) — 7; Anes (Maria) — 7; Gonçalves (Sebastião) — 7; Silvestre (Domingos), lavrador — 8

ÍLHAVO

Ílhavo — Antónia (Isabel), lavradora — 35; Condelo (António Rodrigues), lavrador — 35; Condelo (Domingos André) — 35; Nunes (Manuel) — 25; Nunes (Manuel), homem de trabalho — 25; Simão (Maria) — 25

MEALHADA

Barcouço — **Abreu (Lic.º Simão Martins de)**, prior da igreja de N.ª S.ª do Ó de... — 41; Afonso (Ana) — 44; Fernandes (Maria) — 44; Gonçalves (Filipa) — 43 e 44; Manuel (Francisco), lavrador — 44; **Nogueira (Simão)**, notário da Inq. de Coimbra — 43; Pires (Fernão) — 44; Rodrigues (Manuel) — 43 e 44

Mealhada — Abrantes (Manuel de), alveitar e ferrador — 21; Abrantes (Mariana de) — 21; Barroso (Cristóvão Lopes), capitão — 21; Conceição (Maria) — 21; Sousa (D. Maria de) — 21; Sousa (Sebastião Lopes Barroso de), escrivão do público judicial, Câmara, almotaçaria e órfãos da Vacariça — 21; **Sousa (Sebastião Lopes Barroso de)**, proprietário dos officios de escrivão do público judicial, Câmara almotaçaria e órfãos do Couto de Vacariça — 21

Vacariça — Anes (Maria) — 17; Barroso (Cristóvão Lopes), capitão — 21; Dias (António), vereador do Couto de... e lavrador — 17; Dias (Maria), lavradora — 17; **Dias (Sebastião)**, mercador em Coimbra — 17; João (Isabel), lavradora — 17; Lourenço (Pedro), vereador do Couto de..., lavrador — 17; Sousa (Sebastião Lopes Barroso de), escrivão do público judicial, Câmara, almotaçaria e órfãos da... — 21; **Sousa (Sebastião Lopes Barroso de)**, proprietário dos officios de escrivão do público judicial, Câmara, almotaçaria e órfãos do Couto de... — 21; Tristão (João), juiz ordinário e órfãos em... — 17

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Macieira de Sarnes — Carvalho (Manuel de) — 9

Macinhata de Seixa — Álvares (André) — 4; Álvares (Manuel) — 4; Fernandes (Manuel) — 4; Heitor (Maria) — 4; Silva (Isabel Fer-

nandes da) — 4; Silva (D. Isabel Soares da) — 4; Silva (Juliana da) — 4

Oliveira de Azeméis — Dias (João da Silva), mercador de panos — 6; Dias (Salvador) — 6; Fernandes (Apelónia) — 46; Fernandes (Pedro), o «Galé», emprazador de sedas e taberneiro — 46; Figueiredo (Isabel de) — 4; Francisco (Maria) — 6; Gomes (Domingos) — 4; Homem (António Soares), mercador e Familiar do S.º Officio — 4; Jorge (Margarida) — 4; **Oliveira (Frei Salvador de)**, religioso de S. Francisco da Província da Soledade e leitor de Artes e Teologia Especulativa no Colégio de S.º António de Aveiro — 6; Pinheiro (Paulo) — 6; Pinho (Inocência Gomes de) — 4; Pinho (Inocência de) — 4; Pinho (Maria Soares de) — 4; Reis (Domingos Dias dos), capitão — 4; Reis (Salvador Dias dos) — 4; Silva (Catarina da) — 6; Silva (D. Isabel Soares da) — 4; Silva (Joana de) — 6; Vasconcelos (Domingos Dias dos Reis e), sargento-mor, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.º Officio — 4; **Vasconcelos (Salvador José dos Reis e)**, cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 4; Vasconcelos (Salvador dos Reis e), capitão — 4

Ossela — João (Leonor), lavradora — 8

Vila Chã de S. Roque — Barbosa (D. Ângela) — 15; Meneses (António de Magalhães de) — 15; Meneses (Fernando de Magalhães e), fidalgo da Casa de S. Mag. e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Familiar do S.º Officio — 15; Meneses (D. Luísa Joana de Sousa e) — 15; Meneses (D. Maria Madalena de Magalhães e) — 15

OVAR

Cortegaça — Marques (Mateus) — 14; Silva (Isabel Marques da), lavradora — 24; Silva (Manuel Marques da), mestre tanoeiro — 24

Maceda — João (Domingos) — 24; Magalhães (Manuel de), lavrador — 24

Ovar — Aranha (Brites) — 5; Botelho (Francisco) — 5; Fonseca (Maria da) — 5; Fonseca (Mariana da) — 5; Pinho (João de) — 5

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

S. JOÃO DA MADEIRA

S. *João da Madeira* — Cardoso (João Nunes) — 5; Soares (António) — 5

SEVER DO VOUGA

Rocas do Vouga — André (António) — 52; Dias (André), lavrador — 52; Machado (Melchior Dias), lavrador — 52; Manuel (Domingos) — 52; Tavares (Águeda) — 52; Tavares (Maria) — 52; **Tavares (Simão)**, confeiteiro em Lisboa — 52

Sever do Vouga — Fernandes (Maria), a «Urbana» — 3

Silva Escura — Carvalho (Manuel de) — 9; **Carvalho (Salvador Tavares de)**, alferes — 9; Conceição (Maria Antónia Tavares da Silva da) — 9; Fonseca (Maria da) — 9; Manuel (António), o «Marioto» — 40; Manuel (Maria), a «Mariota» — 40; Maria, solteira — 9; Pinho (João Carvalho de) — 9; Silva (António da) — 40; Silva (Domingos da) — 9; Silva (João Tava-

res da), capitão — 9; Silva (B.^o Joaquim Tavares da), Familiar do S.^o Ofício — 9; Silva (Manuel Tavares da) — 9; Silva (Maria Tavares da) — 9; Tavares (Maria) — 9 e 52; Tavares (Simão) — 9

VALE DE CAMBRA

Arões — Manuel (Domingos) — 52

Castelões — Silva (Catarina da) — 6

Codal — **Fonseca (P.^e Sebastião Dinis da)**, prior da freg. de Santiago de — 19; Francisco (António), lavrador — 8; Francisco (Manuel), contratador de lãs e fazendas — 8; João (Leonor), lavradora — 8; Machado (Melchior Dias), lavrador — 52; Silva (Mariana da) — 8; **Siiva (Salvador da)** — 8

Vila Chã — **Tavares (P.^e Sebastião)**, prior da igreja de N.^a S.^a da Purificação da... — 33

Vila Cova de Perrinho — João (Maria), lavrador — 8; Silva (Mariana da) — 8; Silvestre (Domingos), lavrador — 8

bibRIA

T

- 1 P.^o **Teodoro de Amorim** — licenciado em Artes pela Universidade de Évora e bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones da Universidade de Coimbra; natural da freg. de S. Nicolau da cidade do Porto e *prior* das igrejas paroquiais de N.^a S.^a de Ó de Barcouço, Mealhada, e de S. João Evangelista da vila de Matos, Coimbra; filho de Teodoro de Amorim, homem de negócio e Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Viana, e de Feliciano Micaela dos Reis, natural do Porto, e aí moradores no Terreiro, freg. de S. Nicolau; neto paterno de António Francisco, natural da freg. de S. João dos Longos Vales, termo de Monção, e de Maria de Amorim, natural de Viana, e materno de João Pereira Cação, ourives e Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Aveiro, freg. de S. Gonçalo, e de Bárbara Antónia dos Reis, natural de Leça, Matosinhos; bisneto paterno de João Francisco e de Isabel Gonçalves, de S. João de Longos Vales, e de Gaspar de Amorim, de S.^{ta} Maria de Távora, termo de Arcos, e de Maria Martins, de Abelheira, arrabalde de Viana; e materno de Manuel Dias Cação, de Aveiro, filho de Baltasar Dias Cação, de S. Miguel de Milheirós de Poiares, Feira, e de Maria Manuel, de Aveiro, e de Luísa Dias, filha de João Dias e de Ana Pires do Paço, de Matosinhos, e de Marcos Gonçalves, filho de Domingos Gonçalves e de Maria Gonçalves, e de Maria dos Reis, filha de Domingos Afonso dos Reis e de Leonor Pires, todos de Leça, Matosinhos; irmão de Luís de Amorim, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.^{to} Ofício.

Provisão de Comissário de 11 de Agosto de 1741.

Teodoro — m. 1, n.º 9

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- 2 Lic.^o **Teodoro Mendes Portugal** — bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones e *prior da freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro*; natural da Covilhã; filho do Des.^{or} Domingos Antunes Portugal, juiz de fora na Covilhã, e de sua primeira mulher D. Isabel Taborda, naturais de Penamacor; neto paterno de Marcos Mendes Portugal e de Violante Dias da Costa, naturais de Penamacor, e materno de Salvador Taborda, natural de Vale dos Prazeres, Fundão, e de Isabel de Elvas, natural de Penamacor.

Provisão do Comissário de 10 de Novembro de 1676.

Teodoro — m. 1, n.º 1

- 3 P.^o Mestre Frei **Teodoro Pinheiro** — lente de prima de Teologia no Convento de S. Domingos de Évora; *natural de Águeda, freg. de S.^{ta} Eulália*; filho de *Pedro Duarte Pinheiro* e de *Isabel Rodrigues, naturais e moradores em Águeda*; neto paterno de *Pedro Duarte, natural de Mourisca do Vouga, freg. de S. Salvador de Trofa, Águeda*, e de *Isabel Pinheiro, natural de Águeda, e aí moradores*, e materno de *Pedro Fernandes, natural de Folgorosa, freg. de S. Mamede de Castanheira do Vouga, Águeda*, e de *Maria Rodrigues, natural de Águeda e igualmente aí moradores*.

Falecido antes de se lhe ser passada Provisão de Qualificador — 1676.

Teodoro — m. 1, n.º 11

- 4 **Teotónio Monteiro da Rocha** — mercador na cidade da Baía, freg. de N.^a S.^a da Conceição da Praia; natural de Fontes, freg. de S. Mamede de Serzedelo, Vila Nova de Gaia; filho de *António de Castro Pereira, natural da freg. de S. Cipriano de Paços de Brandão, Feira*, e de *Catarina Monteiro da Rocha, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia, moradores em Fontes*; neto paterno de *João Lopes* e de *Maria de Castro, naturais e moradores em Paços de Brandão*, e materno de *Domingos Monteiro* e de *Maria da Rocha, naturais e moradores em Vila Nova de Gaia*; casado com *Maria Vieira de Lima, natural de Recôncavo da cidade da Baía, freg. de N.^a S.^a da Purificação*, filha de *Manuel Vieira Lobato, natural de Souto Meão, freg. de S. Salvador de Castelões de Cepeda*, e de *Maria Lobata, natural de S. Francisco de Sergipe, Baía*, neta paterna de *Gaspar Vieira* e de *Maria Lobata, da Vargem, freg. de S. Pedro de Castelões*, e materna de

Luís Lopes, da freg. de S.^{ta} Marinha de Arcozelo, Ponte de Lima e de Maria de Castro, de S. Francisco de Ser-gipe.

Carta de Familiar de 5 de Março de 1717.

Teotónio — m. 1, n.º 11

- 5 **Teotónio da Silva Lisboa** — mercador com loja de retrós ao Pelourinho; natural de Lisboa, da rua Direita de S. Tomé, e aí morador; filho de Pascoal da Silva, oficial de pedreiro e irmão congregado da Irmandade de N.^a Sr.^a da Doutrina, natural da freg. de S. João da Talha, e de Mariana de Jesus, natural da freg. de N.^a S.^a dos Anjos de Lisboa, moradores na rua Direita de S. Tomé; neto paterno de Manuel da Silva, o «Varatojo», natural da freg. de N.^a S.^a da Purificação de Barcelos, e de Natália da Costa, natural de Samora Correia, moradores em S. João da Talha, e materno de Manuel Francisco, filho de Brás Francisco e de Maria Lopes, da freg. de S.^{ta} Maria de Sobreposta, Couto de Pedralva, e de Domingas Pedrosa, natural da freg. de S.^{to} Estêvão de Lisboa, e moradora com seu marido na rua Direita de S. Tomé; irmão de P.^o Frei Gregório das Chagas, religioso agostinho descalço, sub-prior do Convento de N.^a S.^a da Piedade de Santarém, e primo co-irmão do P.^o José da Silva sacerdote do hábito de S. Pedro, provedor do hospital de Castanheira; ajustado para casar, em 1761, com Joana de Vale e Aguiar, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Maria Madalena, moradora por detrás da mesma igreja, junto à calçada do Correio, filha de *Manuel Pereira*, mestre marceneiro, e irmão congregado da Irmandade de N.^a S.^a da Doutrina, natural da freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, e de Josefa Maria, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, neta paterna de *João Pereira* e de *Ana João*, naturais e moradores em Oliveira de Azeméis, e materna de João Rodrigues, sombreireiro, natural da freg. de S. Salvador do Bombarral, e de Josefa Pereira, natural da freg. de S. Julião de Lisboa, moradores na rua dos Fornos.

Carta de Familiar de 12 de Março de 1746.

Teotónio — m. 2, n.º 19

- 6 **Teotónio de Vasconcelos Portugal** — natural da quinta de Terçosa, freg. de N.^a S.^a da Conceição de Rossas, Arouca, e morador na quinta de Cata Peixe, freg. de S.^{ta} Maria do Sobrado, Castelo de Paiva; filho de Fran-

cisco Tavares, capitão-mor de Arouca, natural de Terçoso, e de Francisca Isabel da Cunha, natural de Cata Peixe; neto paterno de Francisco Tavares de Pinho, mercador e Familiar do S.^{to} Ofício, natural do Terçoso, e de Maria Vieira, natural de Cela, Arouca, moradores em Terçoso, e materno de Alexandre de Vasconcelos Cirne, vereador no Porto, e de D. Paula de Caminha, naturais e moradores em Cata Peixe, sobrinho dos P.^{es} Sebastião Tavares e João Teixeira Tavares, Comissários do S.^{to} Ofício, e de António Tavares, Familiar do S.^{to} Ofício, e primo de Jacinto de Quadros, também Familiar; ajustado para casar, em 1709, com Bernarda Botelho de Almeida, natural do Porto, freg. da Sé, filha de Bento da Costa Pinho e de Catarina Botelho Salgado, naturais de Lamego, freg. da Sé, neta paterna de Manuel da Costa de Almeida e de Maria Ramos da Fonseca, naturais e moradores na freg. da Sé de Lamego, e materna de Gaspar Rodrigues Salgado, também natural de Lamego, freg. da Sé, e de Maria Vaz Cardoso, natural de Vilarinho, Lamego, moradores na freg. da Sé; ajustado de novo para casar, em 1717, com D. Joana de Lacerda Pereira, natural de Oliveira de Azeméis, freg. de S. Miguel, filha de João Correia Pereira, natural de Baçar, freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra, e de D. Mariana dos Reis, natural de Oliveira de Azeméis, e aí moradores, e de D. Catarina do Amaral, natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Águeda, moradores em Baçar, e materna de Salvador Dias dos Reis, natural de Oliveira de Azeméis, e de Margarida João, natural da freg. de S. Pedro de Ossela, Oliveira de Azeméis, moradores na referida vila.

Carta de Familiar de 2 de Outubro de 1691.

Teotónio — m. 1, n.^o 2

- 7 P.^o D. Tomás Caetano do Bem — clérigo regular da Casa de N.^a S.^a da Divina Providência e lente da Sagrada Teologia; natural de Lisboa, freg. da Sé; filho do B.^o Agostinho do Bem Ferreira, natural da freg. de S. Martinho de Maçôres, junto a Torre do Moncorvo, e de D. Antónia Maria dos Santos, natural de Lisboa; neto paterno de Apolinário Francisco, oficial de ferreiro, natural de Maçôres, e de Catarina Esteves, natural da freg. de S. João Baptista da Torre do Moncorvo, moradores em Maçôres, e materno do capitão de mar-e-guerra Manuel da Fonseca, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, natural da freg. de N.^a S.^a da Apresentação de Aveiro, filho de Pascoal Francisco e de Antónia de Oliveira, moradores

em Aveiro, e de D. Antónia dos Santos, natural de Lisboa, freg. da Conceição Velha, moradores na mesma cidade. Provisão de Qualificador de 30 de Março de 1751.

Tomás — m. 6, n.º 94

- 8 **Tomás Francisco** — recoveiro; natural e morador em Coimbra, freg. de Santiago; filho de *António Rodrigues, natural de Quintela, freg. de Santiago da Mouta, Anadia*, e de *Leonor Francisca, natural de Vidouro, freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia*, moradores na freg. de Santiago de Coimbra; neto paterno de *Pedro Morato* e de *Brites Rodrigues, lavradores em Mouta*, e materno de *Bastião Francisco* e de *Catarina Domingues, lavradores em Vidoeiro*; casado com Margarida Fernandes, filha de Simão Pires, sapateiro, natural de Gondelim, freg. de Penacova, e de Maria Simões, natural de Sobral, freg. de Carvalho, Penacova, e aí moradores, neta paterna de Gaspar Martins e de Maria Pires, lavradores em Gondelim, e materno de Simão Jorge e de Margarida Fernandes, lavradores em Soalhal.

Provisão de Porteiro do Fisco de Coimbra de 1639.

Tomás — m. 1, n.º 6

- 9 P.º **Tomás de Freitas de Almeida Aguiar** — prior da igreja de Seixo, Sernancelhe; *natural da quinta de Rolães, freg. de S. Nicolau da vila da Feira*; filho de *Francisco Xavier de Freitas e Almeida* e de *D. Bernarda Francisca de Freitas, moradores em Rolães*; neto paterno de Luís de Almeida Godinho de Aguiar e de Joana de Freitas de Almeida, do Porto, e materno do Dr. *José de Freitas de Aguiar* e de *D. Marta Ferreira Tavares, da quinta de Rolães*; irmão de *João de Freitas*, professo da Ordem de Cristo, cavaleiro fidalgo da Casa Real e *administrador do morgado e capela de S. José da vila da Feira*.

Provisão de Deputado de 29 de Julho de 1783.

Tomás — m. 7, n.º 102

- 10 P.º **Tomás Gomes da Costa** — sacerdote do hábito de S. Pedro e abade da igreja de S. Mateus de Sobreiro, termo de Vinhais; natural da freg. de S.º Estêvão de Alfama de Lisboa; filho de *João Gomes da Costa, natural de Vale Grande, freg. de S.ª Eulália de Aguada de Cima, Agueda*, e de Maria Luís, natural da freg. de S.º Estêvão

de Alfama, e aí moradores; neto paterno de *Pedro Gomes da Costa, natural do Vale Grande*, e de *Maria Antónia, natural da Borralha, freg. de S.^{ta} Eulália de Águeda, moradores em Vale Grande*, e materna de *Sebastião Tomás, natural da freg. de S.^{to} Isidoro de Eixo, Aveiro*, e de *Catarina Luís, natural de Lisboa, freg. de S.^{to} Estevão de Alfama, e aí moradores*; irmão de *Tomásia da Assunção, casada com Francisco Fernandes, homem de negócio e Familiar do S.^{to} Ofício*

Provisão de Comissário de 23 de Setembro de 1727.

Tomás — m. n.º 41

- 11 **Tomás Jerónimo Bernardes** — mestre cereeiro; natural de Lisboa, freg. de N.^a S.^a dos Anjos; filho de António Fernandes, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Loures, e de Mariana Rosa, natural da freg. dos Anjos, e aí moradores; neto paterno de *Manuel Gonçalves, mestre alfaiate, natural de S.^{ta} Cristina de Mansores, Arouca*, e de Domingos Bernardes, natural de Loures, e aí moradores, e materno de Manuel Ferreira, mestre carpinteiro, natural de Bandalhoeira, freg. de S. Pedro de Azueira, Mafra, e de Josefa de Jesus, natural da freg. dos Anjos.

Carta de Familiar de 20 de Março de 1749.

Tomás — m. 5, n.º 71

- 12 Lic.^o **Tomás de Matos Girão** — Juiz de fora de Amarante; *natural da vila de Aveiro*; filho de *Manuel de Matos Girão, antigo mercador de cabedais e então escrivão do público em Aveiro*, e de *Maria da Silva de Matos, naturais e moradores nessa então vila*; neto paterno do P.^o *Manuel de Matos Girão, ecónomo da igreja de S. Miguel de Aveiro*, e de *Catarina Ribeiro*, e materno de *Gonçalo da Silva*, que fora sapateiro e mais tarde soldado, enforcado em virtude de se haver revoltado em Lisboa parte da guarnição da sua nau, que pertencia à armada que ia a Cádiz, e de *Maria Manuel, todos igualmente naturais e moradores na referida vila*.

Carta de Familiar de 27 de Agosto de 1689.

Tomás — m. 1, n.º 13

- 13 **Tomás Nogueira** — natural e morador na vila da Chamusca, freg. de S. Brás; filho de António Nogueira Gueixo, negociante de sardinha e pescado e então com loja de vinhos e azeites, natural da Chamusca, e de *Ana Maria, natural de Lombo Travesso, freg. de Santiago da vila de*

Vagos, moradores na Chamusca; neto paterno de Vicente Ferreira, barbeiro, natural da Chamusca e de Maria Nogueira, natural do Sardoal, moradores na Chamusca, e materno de *Manuel João*, o «*Panasco*», e de *Isabel*, ou *Maria Tomé*, lavradores em *Lombo Travesso*, donde eram naturais; sobrinho paterno de Josefa Nogueira, mãe de António Francisco do Vale e avó paterna de José António do Vale, Familiares do S.^{to} Ofício; casado com Luísa Teodora, natural da Chamusca, filha de Manuel Martins Sequeira, Meirinho do Paúl da Rainha, e de Ana Francisca Morcego, naturais e moradores na Chamusca, neta paterna de Pedro Martins, natural de Cadafais, termo da vila de Góis, e de Luísa de Sequeira, lavradores, e materna de Vicente Jorge e de Maria Francisca Morcego, também lavradores, os três últimos naturais da Chamusca, onde todos eram moradores.

Carta de Familiar de 10 de Setembro de 1770.

Tomás — m. 7, n.º 97

- 14 **Frei Tomás Pereira** — religioso da Ordem de Cristo, prior do seu Colégio de Coimbra, mestre jubilado na Sagrada Teologia e Doutor e Opositor às cadeiras da Universidade; natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão; filho de Domingos Gomes de Campos, mercador de panos e com capela de música, Familiar do S.^{to} Ofício, e de *Teresa Pereira*, naturais e moradores em Ovar; neto paterno de *Domingos Gomes de Campos* e de *Isabel Francisca de Oliveira*, naturais e moradores em Ovar, e materno de *António Francisco Ramos*, natural de *Cassemes*, freg. de S. Vicente de Pereira, Ovar, e de *Maria Pereira*, também naturais de Ovar, e aí moradora com seu marido; bisneto paterno de *Gonçalo Gomes*, de *Macedo*, e de *Maria Fernandes*, e de *António Fernandes da Praça* e de *Catarina Francisca*, todos de Ovar, e materno de *Fructuoso Francisco Ramos*, de *Azuado*, S. Vicente de Pereira, e de *Maria Fernandes*, de *Cassemes*, e de *João Pereira do Rio* e de *Isabel de Oliveira*, igualmente de Ovar, sobrinho materno do *Dr. Fernando Pereira de Campos* e de *D. Tomé Pereira Ramos*, Familiares do S.^{to} Ofício.

Provisão de Qualificador de 11 de Novembro de 1745.

Tomás — m. 6, n.º 90

- 15 **Tomás da Rocha** — mercador na Rua Nova; natural de Lisboa, freg. de S. Paulo, e morador na rua dos Ourives

do Ouro, freg. de S. Julião; filho de *Salvador Gonçalves da Rocha*, natural da freg. de N.^a S.^a da Apresentação da vila de Aveiro, e de Iria Maria da Rocha, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, moradores na rua dos Ourives do Ouro; neto paterno de *Manuel Gonçalves*, mareante, cativo dos mouros, onde morreu, e de *Ana Fernandes*, naturais e moradores em Aveiro, e materno de *Manuel Jácome da Rocha*, mercador na Rua Nova, e de *Francisca Monteiro Vieira* natural de Lisboa, respectivamente das freg. de N.^a S.^a da Encarnação (antiga do Alecrim), e de S. Paulo; irmão de *Marçal da Rocha*, mercador na Rua Nova e Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de 30 de Março de 1730.

Tomás — m. 3, n.^o 43

- 16 **Tomás da Rocha Martins** — lavrador; natural da vila de Vagos, freg. de Santiago; filho de *João de Amorim*, natural de Torrão, freg. de S.^{ta} Maria de Távora, Arcos e de *Clara da Rocha*, natural de Vagos, e aí lavradores; neto paterno de *João Gomes*, lavrador, e de *Domingas de Amorim*, naturais e moradores no Torrão, e materno de *Domingos Martins* o «Pirrê», lavrador, e de *Ana da Rocha*, a «Meca», naturais e moradores em Vagos; ajustado para casar, em 1774, com *Francisca da Rocha*, natural e moradora em Vagos, filha de *José da Rocha*, alferes, e de *Rosa Francisca*, naturais e moradores em Vagos, neta paterna de *Salvador Rocha* e de *Maria João*, e materno de *Baltasar da Rocha* e de *Maria Francisca*, também naturais e moradores em Vagos, bisneta paterna de *Pedro Manuel Galego*, filho de *Manuel António* e de *Maria Tomé*, e de *Madalena João*, filha de *Manuel António Caiado*, por sua vez filho de *Manuel António Moleiro*, e de *Maria Francisca*, e de *Madalena João*, e de *António Manuel Murgo*, por sua vez filho de *Manuel Gaspar* e de *Isabel Fernandes Lucas*, e de *Maria João* filha de *João André Cebolas*, e de *Isabel da Rocha*, todos igualmente naturais e moradores em Vagos, bisneta materna de *António da Rocha*, o «Paredo», filho de *Manuel da Rocha Padrão* e de *Maria Antónia*, e de *Maria da Rocha*, filha de *Manuel da Costa* e de *Maria da Rocha*, e de *Sebastião Francisco*, o «Coronel», filho de *António Francisco Coronel* e de *Domingos França*, e de *Maria Domingues*, filha de *Manuel Francisco*, o «Largo», e de *Maria Domingues*, a «Velha», todos também naturais e moradores em Vagos, prima pelo lado de seu pai do P.^o *Manuel Peixoto*, filho de *Mariana Fernandes*, e de *Maria João*, viúva de Lou-

renço da Costa, mãe do P.^o *José António da Rocha*, e pelo lado da sua mãe de Frei *Manuel da Cruz Mendes*, vigário de freg. da *Vera Cruz de Aveiro*, filho de *Teresa Maria Carvalho*, também *naturais de Vagos*.

Carta de Familiar de 10 de Setembro de 1773.

Tomás — m. 7, n.^o 99

- 17 **Tomás da Rocha Pinto** — homem de negócio; natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e aí morador na rua de Cima da Lada; filho de Manuel da Rocha Pinto, tanoeiro, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia, e de Catarina da Conceição, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e aí moradores; neto paterno de *Francisco da Rocha*, torneiro, *natural de Cabeçais*, freg. de S.^{ta} *Maria de Fermedo*, *Arouca*, e de *Ângela Pinta*, natural de Vila Nova de Gaia, e aí moradores, e materno de Bartolomeu Gonçalves, marcante, natural da freg. de S. João da Foz, e de *Maria da Conceição*, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, aí moradores; ajustado para casar, em 1752, com *Marcelina Maria de S. José de Abreu*, natural e moradora na referida freg. de S. Nicolau, filha de Miguel de Figueiredo Abreu, natural da freg. de S. Silvestre de Ribeirão, Barcelos, e de *Joana Maria da Encarnação*, natural, da mesma freg. de S. Nicolau, neta paterna de *António de Figueiredo*, natural da freg. de Barrozas, termo de Guimarães, e de *Ventura da Costa*, natural de Requião e aí moradores, e materna de *Francisco Mendes da Costa*, natural da freg. de S. Martinho de Escariz, Vila Verde, e de *Helena de Cruz Pinta*, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, e aí moradores.

Carta de Familiar de 2 de Dezembro de 1748.

Tomás — m. 5, n.^o 70

- 18 P.^o **Tomás de Santiago** — sacerdote do hábito de S. Pedro; *natural e morador na vila de Aveiro*; filho de *Manuel de Santiago*, *natural de Aveiro*, e de *Ana Nunes*, natural de Lisboa, *moradores em Aveiro*; neto paterno de *Manuel de Santiago*, Familiar do S.^{to} Ofício, e de *Margarida André Matosa*, *naturais e moradores na mesma vila de Aveiro*, e materno de *Gonçalo Nunes* e de *Maria Nogueira*, *naturais e moradores em Lisboa*.

Para o mesmo cargo, Comissário do S.^{to} Ofício, não fora achado capaz, por andar tangendo baixão, instrumento musical, em «Capelas», o habilitando P.^o *Francisco de Oliveira Jácome*, também *natural de Aveiro*, filho de

António de Oliveira e de Ana da Fonseca, neto paterno de Pedro Gonçalves e de Sebastiana Francisca, e materno de Manuel Jácome da Fonseca e de Antónia Simões, todos naturais e moradores em Aveiro.

Provisão de Comissário de 7 de Fevereiro de 1686.

Tomás — m. 1, n.º 12

- 19 **Tomás da Silva Tavares** — mercador; natural da cidade do Porto e aí morador na rua dos Mercadores; filho de *Marcos Tavares, sombreireiro, natural de Pintalhos, freg. de N.ª S.ª da Natividade de Macieira de Cambra, Vale de Cambra, e de Ana da Silva, natural da citada rua dos Mercadores, e aí moradores; neto paterno de João Fernandes, lavrador, natural de Pintalhos, e de Isabel Tavares, natural da freg. de S. João de Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra, moradores em Pintalhos, e materno de António Rodrigues, agulheiro, natural de Almedinha, freg. de S. Salvador de Figueiras, Lousada, e de Catarina da Silva, filha de João Gonçalves e de Margarida Fernandes, lavradores, naturais da Aldeia da Raposa, freg. de S. Pedro de Pedroso, moradora com seu marido, no Porto, na rua dos Mercadores; ajustado para casar, em 1715, com Rosa Maria, natural e moradora em Miragaia, extramuros da cidade do Porto, em casa do seu tio Manuel de Barros, mercador de vinhos, filha de Rafael Correia, cirurgião, natural de Vila Nova de Famalicão, e de Helena da Cruz, natural da freg. de S. Pedro de Miragaia, neta paterna de Francisco Correia, natural de Segres, freg. de S.ª Maria do Couto de Landim, e de Isabel Francisca, natural de Pizão de Baixo, freg. de S. Pedro de Esmoriz, ambas freg.ªs do conc.º de Vila Nova de Famalicão, e materna de Silvestre Luís, natural da vila de Óbidos, freg. de S.ª Maria Madalena, e de Antónia da Costa, natural de Miragaia.*

Carta de Familiar de 14 de Setembro de 1713.

Tomás — m. 3, n.º 34

- 20 **Tomás de Sousa Machado** — cavaleiro professo da Ordem de Cristo; natural e morador no Porto; filho de Manuel de Sousa Machado e de Maria da Conceição, naturais do Porto, respectivamente das freg.ªs da Sé e de S. Nicolau, moradores na mesma cidade; neto paterno de André Gonçalves, natural de Cristelos, Lousada, e de Maria de Sousa, natural da freg. de S.ª Eulália do Banho, S.ª Cruz de Tâmega, e materno de António João, natural da Vila

Cova, freg. de S. Miguel de Junqueira, Vale de Cambra, e morador, quando solteiro, na freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra, e de Francisca Moreira, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, todos moradores no Porto, os últimos na rua das Congostas; irmão do P.^o Frei José de Sousa, religioso do Carmo Calçado e Qualificador do S.^{to} Ofício, e sobrinho materno do P.^o Mestre Frei António de Almeida, religioso da Ordem de S. Domingos, também Qualificador do S.^{to} Ofício; casado com D. Francisca Clara Maria de Sousa, natural da freg. de S. Pedro de Miragaia, extra-muros da cidade do Porto, filha de Pedro Dutra, natural da freg. de N.^a S.^a da Ajuda, termo da vila da Horta, Faial, e de Maria Cameira, natural de Miragaia, e aí moradores, neta paterna de António Pires Alvernão e de Bárbara Sarmento, naturais e moradores em N.^a S.^a da Ajuda, e materna de Gonçalo de Pontes, natural de Campanhã de Baixo, freg. de N.^a S.^a da Campanhã, termo do Porto, e de Maria dos Santos, natural de Miragaia, e aí moradores.

Carta de Familiar de 8 de Maio de 1722.

Tomás — m. 3, n.º 39

- 21 **Tomé André Refugo** — homem de negócio e lavrador de de farinhas; *natural da freg. de Vera Cruz de Aveiro e morador no sítio da Caiãba, freg. de N.^a S.^a da Assunção da vila de Camamu, Ceará; filha de João André Refugo, marnoto e lavrador, natural da rua do Vento, freg. da Vera Cruz, e de Sebastiana da Maia Amorosa, natural da freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro, moradores na referida freg. da Vera Cruz; neto paterno de Tomé André Refugo, marnoto, e de Maria dos Santos Roseira, naturais e moradores na citada rua do Vento, e materno de João da Maia, pescador, e de Andreza Martins, naturais e moradores em Esgueira; casado com Maria de França, natural de Caiãba, filha de Domingos Francisco Guimarães, o «Tecelão», natural da freg. de S.^{ta} Maria dos Anjos, Guimarães, e de Maria de França, naturais de Caiãba, e aí moradores, neta paterna de Domingos Francisco e de Domingas Francisca, naturais e moradores em Anfias, e materna de Gaspar Pires e de Isabel de França, naturais e moradores em Caiãba.*

Julgado habilitado em 18 de Janeiro de 1753.

Tomé — m. 5, n.º 67

- 22 **Tomé Antunes Moreira** — capitão da ordenança de Vila Viçosa; natural e morador na freg. de S. Bartolomeu

da mesma vila; filho de Luís Antunes Moreira, letrado, advogado e procurador do Fisco, e de Isabel Vicência Garcia, naturais e moradores em Vila Viçosa; neto paterno de Luís Antunes Moreira, boticário, e de Maria Gomes Sameiro, e materno de Francisco Garcia, capitão da Ordenança e vereador da Vila Viçosa, e de Maria da Conceição, todos naturais e moradores na referida vila; sobrinha paterna de João Antunes Moreira, Familiar do S.^{to} Ofício; ajustado para casar, em 1770, com Maria Joaquina Pimenta e Veiga, natural e moradora na vila de Redondo filha de *António Nunes da Costa*, negociante, natural da freg. de S.^{to} Isidoro da vila de Eixo, Aveiro, e de Isabel Nunes Pimenta, natural de Redondo, e aí moradores, neta paterna de *Manuel Domingues* e de *Maria Nunes*, lavradores, naturais e moradores em Eixo, e materno de Manuel Rodrigues Fortes, moleiro e de Francisca Dias, naturais e moradores em Redondo; de novo ajustado para casar, em 1781, com D. Luísa Dorotheia de Brites, natural de Vila Viçosa, e aí moradora, filha de Diogo Brás da Silva, capitão de auxiliares de Vila Viçosa, natural de Idanha-a-Nova, e de D. Catarina Josefa dos Santos, natural de Lisboa, freg. de S.^{to} Estêvão de Alfama, neta paterna de Manuel Brás da Silva, natural de Monforte, termo de Castelo Branco, e de Isabel Fernandes Marta, natural de Ladoeiro, e materna de *Manuel João*, o «Babalhado», natural da freg. de N.^a S.^a das Neves, Albergaria-a-Velha, e de Vicência de Jesus, natural da citada freg. de S.^{to} Estêvão.

Carta de Familiar de 11 de Junho de 1765.

Tomé — m. 6, n.^o 79

- 23 **Tomé de Campos Negrão** — natural de Lisboa e aí morador na Cordoaria Velha, freg. de N.^a S.^a dos Mártires; filho de Tomé Gonçalves Negrão e de Josefa Maria, naturais de Lisboa, freg. dos Santos Reis do Campo Grande, e moradores na Cordoaria Velha; neto paterno de Tomé Gonçalves, natural da freg. de S. Miguel de Caparrosa, Tondela, e de Maria Francisca, a «Viseu», natural da freg. dos Santos Reis de Campo Grande, e materno de *António Francisco*, o «Veneno», natural de Vouga, freg. de S.^{ta} Maria de Lamas, Águeda, e de Domingas da Fonseca também natural da freg. dos Santos Reis e todos moradores na mesma freguesia; sobrinho materno de Ana Maria, mulher de Manuel Mendes, Familiar do S.^{to} Ofício.
Carta de Familiar de 20 de Novembro de 1745.

Tomé — m. 4, n.^o 59

- 24 **Tomé Coelho Ferreira** — mestre pintor; *natural de vila da Feira*, freg. de S. Nicolau, e morador na cidade do Porto, na praça da Ribeira; filho de *António Coelho*, ferreiro, *natural de Vila Boa, Feira*, e de *Maria Gomes*, *natural da vila da Feira*, e aí moradores; neto paterno de *Domingos Luís*, lavrador, *natural de Tarei*, freg. de S. Mamede de Travanca, Feira, e de *Domingas Antónia*, *natural de Miogo*, freg. de S.^{ta} Eulália de Sanguedo, Feira, moradores em Vila Boa, e materno de *Manuel Ferreira*, ferreiro, *natural da vila de Ovar*, freg. de S. Cristóvão, e de *Maria Gomes*, *natural da vila da Feira*, e aí moradores; casado com *Maria Pinto de Gois*, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, filha de *António Colaço de Góis*, natural de Antemil, freg. de Santiago de Piães, Sinfães, e de *Domingas Pinto*, natural de Casais, freg. de S.^{ta} Maria de Tarouquela, Sinfães, rendeiros, moradores na praça da Ribeira do Porto, neta paterna de *Domingos Colaço*, natural de Mourilhe, freg. de S. Cristóvão de Nogueira, e de *Domingas de Góis*, natural de Antemil, e aí lavradores, e materna de *Francisco Pinto*, pedreiro, natural de Campo, freg. de S.^{ta} Marinha de Penalonga e de *Domingas Francisca*, natural de Casais e aí lavradores.

Carta de Familiar de 5 de Junho de 1693.

Tomé — m. 2, n.º 26

- 25 **Tomé Dias** — capitão de Ordenanças; *natural da vila e freg. de S. Mamede de Castanheira do Vouga, Águeda*; filho de *Manuel Dias*, lavrador, *natural de Castanheira do Vouga*, e de *Sebastiana Manuel*, *natural de Avelal, Castanheira do Vouga*, moradores na citada vila; neto paterno de *João Dias*, lavrador, natural de Daires, freg. de S. João do Monte, Tondela, e de *Maria Nunes*, *natural de Castanheira do Vouga e aí moradores*, e materno de *Manuel Dias*, lavrador, *natural de Avelal de Baixo*, e de *Isabel Jorge*, *natural da Talhada, Castanheira do Vouga*; viúvo de *Sebastiana de Almeida*, *natural de Maçadas, Castanheira do Vouga*, filha de *Domingos João*, lavrador, *natural de Castanheira do Vouga*, e de *Sebastiana de Almeida*, *natural de Maçadas*, e aí moradores, neta paterna de *Manuel Domingues* e de *Isabel João*, também *naturais de Castanheira do Vouga*, e aí moradores e materna de *Manuel Álvares*, lavrador, *natural de Maçadas*, e de *Maria de Almeida*, *natural de Castanheira do Vouga*, moradores em Maçadas; casado segunda vez com *Ana Domingues*, *natural de Castanheira do Vouga*, filha do capitão *Francisco Domingues de Almeida*, igual-

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

mente natural de Castanheira do Vouga, e de Maria Domingues, natural de Gistolinha, freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Agadão, Águeda, moradores em Castanheira do Vouga, neta paterna de Manuel Domingues, lavrador, e de Maria de Almeida, também naturais e moradores em Castanheira do Vouga, e materno de André Domingues, lavrador, natural de Belazaima, freg. de S. Pedro, Águeda, e de Maria Simões, natural de Gistolinha e aí moradores.

Carta de Familiar de 6 de Março de 1737.

Tomé — m. 3, n.º 47

- 26 P.^o Frei Tomé de Gouveia e Sequeira — professo da Ordem de S. Bento de Avís e prior da Colegiada de S. Miguel, matriz de Aveiro; natural de Folgosa do Salvador⁽¹⁾, freg. de Santiago de Oliveirinha, Seia; filho de João Álvares Brandão e de Maria Rodrigues, lavradores, naturais e moradores em Folgosa; neto paterno de Mateus João e Paula de Gouveia, e materno de Simão Rodrigues e de Cristina de Sequeira, todos igualmente naturais e moradores em Folgosa.

Para o mesmo cargo, Commissário do S.^o Ofício, não fora achado capaz o habilitando P.^o Manuel Dias de Arouca, bacharel formado na Sagrada Teologia, natural de Aveiro, freg. de N.^o S.^o da Apresentação; filho de João de Arouca e de Antónia Dias, moradores em Aveiro, neto paterno de João de Arouca, natural da freg. de S.^o André de Esgueira, Aveiro, e de Ângela Vaz, natural de Corga, termo de Penalva de Aíva, e materno de Sebastião Lopes e de Isabel Dias, moradores em Aveiro.

Provisão de Commissário de 31 de Outubro de 1687.

Tomé — m. 2, n.º 41

- 27 Tomé José Vieira — homem de negócio; natural do Porto, da rua da Ponte Nova, freg. da Sé, e aí morador em casa de seu tio Pedro Rosário Ribeiro; filho de Agostinho Maurício, natural da freg. da Sé do Porto, que por ser filho de pais incógnitos, fora criado na freg. de S. João de Ver, Feira, e de Teresa Maria de Jesus, natural de Nojões, freg. de S.^{ta} Marinha do Real, Castelo de Paiva, moradores na referida rua da Ponte Nova; neto

(1) Actualmente é freguesia com o orago de Santiago.

materno de *Domingos Vieira, natural de Sequeirô, Real,*
e de *Maria Alves, natural de Nojões e aí moradores.*

Carta de Familiar de 15 de Abril de 1768.

Tomé — m. 6, n.º 82

- 28 **Frei Tomé de Macedo** — da Ordem de S. Domingos na
Província da Índia; *natural da vila de Agueda, freg. de*
S.ª Eulália; filho de *João Pinto Pinheiro* e de *Maria*
Pinheiro, naturais e moradores em Agueda; neto paterno
de *Tomé Pinheiro, natural de Agueda,* e de *Isabel de*
Macedo, natural de Maçadas, freg. de S. Mamede de Cas-
tanhreira do Vouga, Agueda, moradores em Agueda, e
materno de *Pedro Duarte Ferreira, natural de Mourisca*
do Vouga, freg. de S. Salvador de Trofa, Agueda, e de
Isabel Pinheiro, natural de Agueda, e aí moradores;
irmão do P.º Mestre *Frei Jorge Pinheiro,* Deputado do
S.º Officio.

Carta de Deputado de 7 de Abril de 1665 e de Inqui-
ridor de 10 do mesmo mês e ano.

Tomé — m. 6, n.º 89

- 29 **Tomé Mendes** — natural da freg. de S.ª Susana de Cara-
pinheira, Montemor-o-Velho, morador na vila de Can-
tanhede, freg. de S. Pedro; filho de *João Rodrigues Vagos,*
natural de Vagos, freg. de Santiago, e de *Maria Susana,*
natural da Carapinheira, e aí vendedores de peixe; neto
paterno de *Diogo Francisco,* lavrador, e de *Maria Rodri-*
gues, naturais e moradores em Vagos, e materno de
Domingos Mendes e de *Maria Rodrigues, naturais e*
moradores em Carapinheira; casado com *Teresa das*
Neves, natural de Cantanhede, filha de Francisco Fer-
reira, sapateiro, e de *Joana das Neves, naturais e mora-*
dores em Cantanhede, neta paterna de Manuel Ferreira,
sapateiro, e de *Josefa Gomes,* e materno de *João Ribeiro*
pedreiro, e de *Maria das Neves,* todos igualmente
naturais e moradores em Cantanhede; enviuvando, ajustado
para casar, em 1766, com *Rita Maria de Jesus,* filha
de *Manuel Francisco Cacha* e de *Isabel Francisca,* neta
paterna de *Manuel Francisco Mosca* e de *Maria Francisca*
Cacha, e materna de *Manuel Francisco Pequeno* e de
Madalena Francisca, todos igualmente naturais e mora-
dores em Cantanhede.

Carta de Familiar de 11 de Janeiro de 1765.

Tomé — m. 6, n.º 77

- 30 **Tomé das Neves Colaço** — ourives do ouro; *natural da freg. de N.ª S.ª das Neves de Angeja, Albergaria-a-Velha, e morador junto do pátio da capela fronteira à Igreja Patriarcal de Lisboa; filho de André das Neves, que ensinava meninos, e de Maria Dias, naturais e moradores em Angeja; neto paterno de Manuel das Neves, o «Boca», e de Maria Luís, e materna de Domingos Dias, o «Marquês», lavrador, filho de André Gonçalves, o «Marquês», e de Maria a «Grande», e de Maria Simão, filha de Manuel Jorge e de Maria Simão, todos igualmente naturais e moradores em Angeja; sobrinho paterno de António das Neves Colaço, Familiar do S.º Ofício; casado com Maria Teresa, natural de Lisboa, freg. de S. José, filha de António Gomes, mestre carpinteiro na Casa das Obras de S. Mag.^{de}, natural da freg. de S. Lucas de Freiria termo de Torres Vedras, de Maria da Conceição, natural da freg. de S.ª Maria Madalena do Turcifal, moradores em Lisboa, neta paterna de Mateus Gomes, lavrador, e de Maria Francisca, naturais e moradores em Freiria, e materna de António de Faria, cereeiro, natural da freg. de N.ª S.ª do Pópulo das Caldas da Rainha, e de Isabel Simões, natural do Turcifal, e aí moradores.*

Carta de Familiar de 22 de Fevereiro de 1737.

Tomé — m. 3, n.º 48

- 31 **Tomé de Oliveira** — *natural da freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro e morador na vila de Taveiro, freg. de S. Lourenço; filho de Fulgêncio de Oliveira e de Ana Ferreira, naturais e moradores em Oliveira do Bairro; neto paterno de Diogo Fernandes e de Antónia de Oliveira, e materno de Tomás Ferreira, naturais de Oliveira do Bairro e de Ana Rodrigues, natural de Cercoza, freg. de Campia, Vouzela, moradores em Oliveira do Bairro; viúvo de Teresa Leonor; ajustado para casar, em 1772, com Teresa Alves de Jesus, natural e moradora em Taveiro, filha de António Gomes Torres e de Ana Alves do Sacramento, neta paterna de António Jorge Torres e de Margarida da Cruz, e materna de João Rodrigues Neves, o «Ceroula», e de Ana Alves Regueira, todos naturais e moradores em Taveiro.*

Carta de Familiar de 2 de Março de 1771.

Tomé — m. 6, n.º 83

- 32 **Tomé Pereira Ramos** — formado em Cânones pela Universidade de Coimbra; natural de Cassemes, freg. de

S. Vicente de Pereira, Ovar; filho de *António Francisco, Ramos*, contratador de sal e vinhos, *natural de Cassemes*, e de *Maria Pereira, natural de Ovar, freg. de S. Cristóvão, e aí moradores*; neto paterno de *Frutuoso Francisco*, contratador de arcos para pipas, e de *Maria Fernandes, naturais e moradores em Cassemes*, e materno de *João Pereira*, contratador de sal, e de *Isabel de Oliveira, naturais e moradores em Ovar*; ajustado para casar, em 1705, com *Ana Eugénia dos Santos, natural da freg. de Santiago de Rio Meão, Feira*, filha de *Nicolau Luís dos Santos*, *natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia*, e de *Apolónia de Sá, natural de Rio Meão, e aí moradores*, neta paterna de *António Luís, lavrador*, e de *Eugénia dos Santos, das Azenhas, Vila Nova de Gaia*, e materna de *João de Sá, mercador de panos*, e de *Maria Fernandes, naturais e moradores em Rio Meão*.

Carta de Familiar de 13 de Novembro de 1704.

Tomé — m. 2, n.º 31

- 33 Lic.º P.º **Tomé de Pinho da Maia** — *natural da freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro*; filho de *António André*, e de *Anã da Maia, naturais e moradores em Esgueira*; neto paterno de *André Anes, rodeiro*, e de *Margarida Pires*, e materno de *Henrique da Maia*, e de *Mécia de Pinho, todos igualmente naturais e moradores em Esgueira*

1621.

Tomé — m. 1, n.º 6

- 34 Frei **Tomé da Ressureição** — leitor de Prima e guardião do Colégio de S. Boaventura de Coimbra; *natural de Lisboa, freg. de S. Pedro de Alfama*; filho de *Francisco da Silva, ferrador*, e de *Maria da Costa, naturais de Lisboa, freg. da Sé*; neto paterno de *Alvaro Rodrigues, soldado da guarda de S. Mag.^{do}*, filho de *António Ribeiro* e de *Maria Rodrigues, naturais de Lisboa*, e de *Francisca da Silva, vendedeira de fruta na Ribeira, moradora com seu marido na citada freg. da Sé*, filha de *João da Silva* e de *Maria de Oliveira, naturais da freg. de Santiago de Lourosa, Feira*, e materno de *Pedro André*, oficial de canastreiro, filho de *Brás André* e de *Ângelo Fernandes, naturais da freg. de S. Mamede de Guizande, Feira*, e de *Ana da Costa, moradora com seu marido em Lisboa, para onde tinham vindo de tenra idade, na rua dos Canastras, freg. da Sé*, filha de *Agostinho Rodrigues* e de *Isabel*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Gonçalves, naturais da freg. de S. Jorge, Arcos de Valdevez.

Provisão de Qualificador de 30 de Janeiro de 1709.

Tomé — m. 2, n.º 40

- 35 **Tomé Rodrigues Homem** — morador em Lisboa; filho de Cosme João Homem e de Maria Tomé, naturais e moradores em Moçâmedes, freg. de S. Miguel do Mato, Vouzela; neto paterno de João Afonso do Casal e de Maria Afonso, e materno de Tomé Fernandes e de Maria Fernandes, todos de Moçâmedes; casado com *Jerónima Pimentel, natural de Aveiro*, filha de *Tomé Dias*, marinheiro, e de *Maria Vicente*, neta paterna de *Pero Esteves*, ferrador, e de *Maria Dias*, e materna de *João Martins*, oleiro, e de *Maria Vicente*, todos naturais e moradores em Aveiro, residindo os últimos no adro de S. Miguel.

1621.

Tomé — m. 1, n.º 2

bibRIA

LETRA T

ÍNDICES

a) ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

- Aguiar (Dr. José de Freitas de) — Feira — 7
- Aguiar (P.^e Tomás de Freitas de Almeida)**, prior da igreja de Seixo, Sernancelhe — Feira — 9
- Almeida (Francisco Domingues de), capitão — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
- Almeida (Francisco Xavier de Freitas e) — Feira — 9
- Almeida (Maria de) — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
- Almeida (Sebastiana de) — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
- Alvares (Manuel), lavrador — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
- Alves (Maria) — Real, Castelo de Paiva — 27
- Amaral (D. Catarina do) — Águeda — 6; Castelões, Vale de Cambra — 6
- Amorim (João de), lavrador — Vagos — 16
- Amorim (P.^e Teodoro de)**, licenciado em Artes pela Universidade de Évora e bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones da Universidade de Coimbra, prior das igrejas paroquiais de N.^a Sr.^a do Ó de... e de S. João Evangelista de Vila de Matos — Barcouço, Mealhada — 1
- Amorosa (Sebastiana da Maia) — Aveiro — 23; Esgueira, Aveiro — 21
- André (António) — Esgueira, Aveiro — 33
- André (Brás) — Guisande, Feira — 34
- André (Pedro), oficial de canasteiro — Guisande, Feira — 34
- Anes (André), rodeiro — Esgueira, Aveiro — 33
- Antónia (Domingas) — Feira — 24; Sanguedo, Feira — 24
- Antónia (Maria) — Águeda — 10; Aguada de Cima, Águeda — 10; Vagos — 16
- António (Manuel) — Vagos — 16
- Arouca (João de) — Aveiro — 26; Esgueira, Aveiro — 26
- Arouca (P.^e Manuel Dias de), bacharel formado na Sagrada Teologia — Aveiro — 26
- Bem (P.^e D. Tomás Caetano do)**, clérigo regular da Casa de N.^a Sr.^a da Divina Providência e lente da Sagrada Teologia — 7
- Bernardes (Tomás Jenónimo)**, mestre cereeiro — 11
- Cação (Baltasar Dias) — Aveiro — 1; Milheirós de Poiares, Feira — 1
- Cação (João Pereira), ourives e Familiar do S.^{to} Offício — Aveiro — 1
- Cação (Manuel Dias) — Aveiro — 1
- Caiado (Manuel António) — Vagos — 16
- Caminha (D. Francisca Isabel de) — Rossas, Arouca — 6; Sobrado, Castelo de Paiva — 6
- Caminha (D. Paula de) — Sobrado, Castelo de Paiva — 6
- Campos (Domingos Gomes de) — Ovar — 14
- Campos (Domingos Gomes de), mercador de panos e com capela de músico, Familiar do S.^{to} Offício — Ovar — 14

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Campos (Dr. Fernando Pereira de), Familiar do S.^{to} Officio — Ovar — 14
- Carvalho (Teresa Maria de) — Vagos — 16
- Castro (Maria de) — Paços de Brandão, Feira — 4
- Cebolas (João André) — Vagos — 16
- Cirne (Alexandre de Vasconcelos), vereador no Porto—Sobrado, Castelo de Paiva — 6
- Coelho (António), Ferreiro — Feira — 24
- Colaço (António das Neves), Familiar do S.^{to} Officio — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30
- Colaço (Tomé das Neves)**, ourives de ouro — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30
- Coronel (António Francisco) — Vagos — 16
- Costa (António Nunes da), negociante — Eixo, Aveiro — 22
- Costa (João Gomes da) — Aguada de Cima, Águeda — 10
- Costa (Lourenço da) — Vagos — 16
- Costa (Pedro Gomes da) — Aguada de Cima, Águeda — 10
- Costa (P.^e Tomás Gomes da)**, sacerdote do hábito de S. Pedro e abade da igreja de S. Matheus de Sobreiró, Vinhais — 10
- Dias (Antónia) — Aveiro — 26
- Dias (Domingos), o «Marquês», lavrador — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30
- Dias (Isabel) — Aveiro — 26
- Dias (João), lavrador — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
- Dias (Manuel), lavrador — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
- Dias (Maria) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30, Aveiro — 25
- Dias (Tomé)**, capitão de ordenanças — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
- Dias (Tomé), marinheiro — Aveiro — 35
- Domingues (Ana) — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
- Domingues (André), lavrador — Agadão, Águeda — 25; Belazaima Águeda — 25
- Domingues (Catarina), lavradora — Sangalhos, Anadia — 8
- Domingues (Manuel) — Castanheira do Vouga, Águeda — 25; Eixo, Aveiro — 22
- Domingues (Manuel), lavrador — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
- Domingues (Maria) — Agadão, Águeda — 25; Vagos — 16
- Domingues (Maria), a «Velha» — Vagos — 16
- Duarte (Pedro) — Águeda — 3; Trofa, Águeda — 3
- Esteves (Pedro), ferrador — Aveiro — 35
- Fernandes (Ana) — Aveiro — 15
- Fernandes (Ângela) — Guisande, Feira — 34
- Fernandes (Diogo) — Oliveira do Bairro — 31
- Fernandes (João), lavrador — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 19
- Fernandes (Maria) — Rio Meão, Feira — 32; Ovar — 14; S. Vicente de Pereira, Ovar — 14 e 32
- Fernandes (Mariana) — Vagos — 16
- Fernandes (Pedro) — Águeda — 3; Castanheira do Vouga, Águeda — 3
- Ferreira (Ana) — Oliveira do Bairro — 31
- Ferreira (Manuel), ferreiro — Feira — 24, Ovar — 24
- Ferreira (Pedro Duarte) — Águeda — 28; Trofa, Águeda — 28
- Ferreira (Tomás) — Oliveira do Bairro — 31
- Ferreira (Tomé Coelho)**, mestre pintor — Feira — 24
- Fonseca (Manuel da), cavaleiro professo da Ordem de Cristo — Aveiro — 7
- Fonseca (Domingas) — Vagos — 16
- Francisca (Catarina) — Ovar — 14
- Francisca (Leonor) — Sangalhos, Anadia — 8
- Francisca (Maria) — Vagos — 16
- Francisca (Rosa) — Vagos — 16
- Francisco (António), o «Veneno» — Lamas do Vouga, Águeda — 23
- Francisco (Bastião), lavrador — Sangalhos, Anadia — 8
- Francisco (Diogo), lavrador — Vagos — 29
- Francisco (Frutuoso), contratador de arcos para pipas — S. Vicente de Pereira, Ovar — 32
- Francisco (Manuel), o «Largo» — Vagos — 16
- Francisco (Pascoal) — Aveiro — 7
- Francisco (Sebastião), o «Coronel» — Vagos — 16

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Francisco (Tomás)**, recoveiro — 8
 Freitas (D. Bernarda Francisca de) — Feira — 9
 Freitas (João de), professo da Ordem de Cristo, cavaleiro fidalgo da Casa Real e administrador do Morgado e capela de S. José da vila de Feira — 9
- Galego (Pedro Manuel) — Vagos — 16
 Gaspar (Manuel) — Vagos — 16
 Girão (Manuel de Matos), antigo mercador de cabedais e contas escrivão do público em Aveiro — 12
 Girão (P.^e Manuel de Matos), ecónomo da igreja de S. Miguel de Aveiro — 12
Girão (Lic.^o Tomás de Matos), juiz de fora em Amarante — Aveiro — 12
 Gomes (Gonçalo) — Maceda, Ovar — 14; Ovar — 14
 Gomes (Maria) — Feira — 24
 Gomes (Mariana) — Feira — 24
 Gonçalves (André), o «Marquês» — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30
 Gonçalves (Manuel), mareante — Aveiro — 15
 Gonçalves (Manuel), mestre alfaiate — Mansores, Arouca — 11
- Homem (Tomé Rodrigues)** — 35
- Jesus (Teresa Maria de) — Real, Castelo de Paiva — 27
 João (Ana) — Oliveira de Azeméis — 5
 João (António) — Castelões, Vale de Cambra — 20; Junqueira, Vale de Cambra — 20
 João (Domingos), lavrador — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
 João (Isabel) — Castanheira do Vouga — Águeda — 25
 João (Madalena) — Vagos — 16
 João (Manuel), o «Babalhado» — Angeja, Albergaria-a-Velha — 22
 João (Manuel), o «Panasco», lavrador — Vagos — 13
 João (Maria) — Vagos — 16
 Jorge (Isabel) — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
 Jorge (Manuel) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30
 Jorge (Margarida) — Oliveira de Azeméis — 6; Ossela, Oliveira de Azeméis — 6
- Lisboa (Teotónio da Silva)**, mercador com loja de retrós ao Pelourinho — 5
 Lopes (João) — Paços de Brandão, Feira — 4
 Lopes (Sebastião) — Aveiro — 26
 Lucas (Isabel Fernandes) — Vagos — 16
 Luís (Domingos), lavrador — Feira — 24; Travanca, Feira — 24
 Luís (Maria) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30
- Macedo (Isabel de) — Águeda — 28; Castanheira do Vouga, Águeda — 28
Macedo (Frei Tomé de), da Ordem de S. Domingos na Província da Índia — Águeda — 28
Machado (Tomás de Sousa), cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 20
 Maia (Ana da) — Esgueira, Aveiro — 33
 Maia (Henrique da) — Esgueira, Aveiro — 33
 Maia (João), pescador — Esgueira, Aveiro — 21
Maia (Lic.^o P.^o Tomé de Pinho da) — Esgueira, Aveiro — 33
 Manuel (Maria) — Aveiro — 1 e 12
 Manuel (Sebastiana) — Castanheira do Vouga, Águeda — 25
 Maria, a «Grande» — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30
 Maria (Ana) — Vagos — 13
 Martins (Andresa) — Esgueira, Aveiro — 21
 Martins (Domingos), o «Pirrê», lavrador — Vagos — 16
 Martins (João), oleiro — Aveiro — 35
Martins (Tomás da Rocha), lavrador — Vagos — 16
 Matos (Maria da Silva de) — Aveiro — 12
 Matosa (Margarida André) — Aveiro — 18
 Maurício (Agostinho) — S. João de Ver, Feira — 27
 Mendes (Frei Manuel da Cruz), vigário da igreja de Vera Cruz de Aveiro — 16; Vagos — 16
Mendes (Tomé) — 29
 Moleiro (Manuel António) — Vagos — 16
 Morato (Pedro), lavrador — Mouta, Anadia — 8
Moreira (Tomé Antunes), capitão da ordenança de Vila Viçosa — 22

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Murgo (António Manuel) — Vagos — 16
- Negrão (Tomé de Campos)** — 23
- Neves (André das), mestre de meninos — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30
- Neves (Manuel das), o «Boca» — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30
- Nogueira (Tomás)** — 13
- Nunes (Ana) — Aveiro — 18
- Nunes (Maria) — Castanheira do Vouga, Águeda—23; Eixo, Aveiro — 22
- Oliveira (António de) — Aveiro — 7; Oliveira do Bairro — 31
- Oliveira (Fulgêncio de) — Oliveira do Bairro — 31
- Oliveira (Isabel de) — Ovar — 14 e 32
- Oliveira (Isabel Francisco de) — Ovar — 14
- Oliveira (Maria de) — Lourosa, Feira — 34
- Oliveira (Tomé de)** — Oliveira do Bairro — 31
- Padrão (Manuel da Rocha) — Vagos — 16
- Peixoto (P.^e Manuel) — Vagos — 16
- Pereira (António de Castro) — Paços de Brandão, Feira — 4
- Pereira (D. Joana de Lacerda) — Oliveira de Azeméis — 6
- Pereira (João) — Oliveira de Azeméis — 5
- Pereira (João), contratador de sal — Ovar — 32
- Pereira (João Correia) — Oliveira de Azeméis — 6; Castelões, Vale de Cambra — 6
- Pereira (Manuel), mestre marceneiro e irmão congregado da Irm.^{da} de N.^a Sr.^a da Doutrina — Oliveira de Azeméis — 5
- Pereira (Maria) — Ovar — 14 e 32; S. Vidente de Pereira, Ovar — 32
- Pereira (Teresa) — Ovar — 14
- Pereira (Frei Tomás)**, religioso da Ordem de Cristo, prior no seu Colégio de Coimbra, mestre jubulado na Sagrada Teologia e nele Doutor, e opositor às cadeiras da Universidade — Ovar — 14
- Pimentel (Jerónimo) — Aveiro — 35
- Pinheira (Isabel) — Águeda—3 e 38
- Pinheira (Maria) — Águeda — 28
- Pinheiro (João Pinto) — Águeda — 28
- Pinheiro (P.^e Mestre Frei Jorge), Deputado do S.^{to} Officio — Águeda — 28
- Pinheiro (Pedro Duarte) — Águeda — 3
- Pinheiro (P.^e Mestre Frei Teodoro)**, lente de prima de Teologia no Convento de S. Domingos de Évora — Águeda — 3
- Pinheiro (Tomé) — Águeda — 28
- Pinho (Francisco Tavares de), mercador e Familiar do S.^{to} Officio — Rossas, Arouca — 6
- Pinto (Tomás da Rocha)**, homem de negócio no Porto — 17
- Pires (Margarida) — Esgueira, Aveiro — 33
- Portugal (Lic.^o Teodoro Mendes)**, bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones e prior da freg. de S. Miguel de Oliveira do Bairro — 2
- Portugal (Teotónio de Vasconcelos)** — Rossas, Arouca — 6; Sobrado, Castelo de Paiva — 6
- Praça (António Fernandes da) — Ovar — 14
- Ramos (António Francisco) — Ovar — 14; S. Vicente de Pereira, Ovar — 14
- Ramos (António Francisco), contratador de sal e vinhos — S. Viente de Pereira, Ovar — 32
- Ramos (Frutuoso Francisco) — S. Vicente de Pereira, Ovar — 14
- Ramos (Dr. Tomé Pereira), Familiar do S.^{to} Officio — Ovar — 14
- Ramos (Tomé Pereira)**, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra — S. Vicente de Pereira, Ovar — 32
- Refrego (João André), marnoto e lavrador — Aveiro — 21
- Refugio (Tomé André)**, homem de negócio e lavrador de farinhas — Aveiro — 21
- Refugio (Tomé André), marnoto — Aveiro — 21
- Reis (D. Mariana dos) — Oliveira de Azeméis — 6
- Reis (Salvador Dias dos) — Oliveira de Azeméis — 6
- Ressurreição (Frei Tomé da)**, leitor de Prima e guardião do Colégio de S. Boaventura de Coimbra—34
- Ribeiro (Catarina) — Aveiro — 12
- Rio (João Pereira do) — Ovar — 14
- Rocha (Ana da), a «Meca» — Vagos — 16

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Rocha (António da), o «Pareda» — Vagos — 16
- Rocha (Baltasar da) — Vagos — 16
- Rocha (Clara da), lavradora — Vagos — 16
- Rocha (Francisca da) — Vagos — 16
- Rocha (Francisco da), tanoeiro — Fervedo, Arouca — 17
- Rocha (Isabel da) — Vagos — 16
- Rocha (José da), alferes — Vagos — 16
- Rocha (P.^e José António da) — Vagos — 16
- Rocha (Maria) — Vagos — 16
- Rocha (Salvador da) — Vagos — 16
- Rocha (Salvador Gonçalves da) — Aveiro — 15
- Rocha (Teotónio Monteiro da)**, mercador na cidade da Baía — 4
- Rocha (Tomás da)**, mercador em Lisboa na Rua Nova — 15
- Rodrigues (Ana) — Oliveira do Bairro — 31
- Rodrigues (António) — Mouta, Anadia — 8
- Rodrigues (Brites), lavradora — Monta, Anadia — 8
- Rodrigues (Isabel) — Águeda — 3
- Rodrigues (Maria) — Águeda — 3; Vagos — 29
- Roseira (Maria dos Santos) — Aveiro — 21
- Sá (João de), mercador de panos — Rio Meão, Feira — 32
- Sá (Apolónio de) — Rio Meão, Feira — 32
- Santiago (Manuel de) — Aveiro — 18
- Santiago (Manuel de), Familiar do S.^{to} Offício — 18
- Santiago (P.^e Tomás de)**, sacerdote do hábito de S. Pedro — Aveiro — 18
- Santos (Ana Eugénia dos) — Rio Meão, Feira — 32
- Santos (Nicolau Luís) — Rio Meão, Feira — 32
- Sequeira (P.^e Frei Tomé de Gouveia e)**, professo da Ordem de S. Bento de Avis e prior da Colegiada de S. Miguel da Matris de Aveiro — 26
- Silva (João da) — Lourosa, Feira — 34
- Silva (Francisca da), vendedeira de fruta na Ribeira — Lourosa, Feira — 34
- Silva (Gonçalo da), sapateiro e mais tarde soldado de uma nau da Armada — Aveiro — 12
- Simão (Maria) — Angeja, Albergaria-a-Velha — 30
- Simões (Maria) — Agadão, Águeda — 25
- Tavares (António), Familiar do S.^{to} Offício — Rossas, Arouca — 6
- Tavares (Francisco), capitão-mor de Arouca — 6; Rossas, Arouca — 6
- Tavares (Isabel) — Macieira de Cambra, Vale de Cambra — 19; Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra — 19
- Tavares (P.^e João Teixeira), Comissário do S.^{to} Offício — Rossas, Arouca — 6
- Tavares (Marcos), sombreireiro — Macieira de Cambra — Vale de Cambra — 19
- Tavares (D. Marta Ferreira) — Feira — 9
- Tavares (P.^e Sebastião), Comissário do S.^{to} Offício — Rossas, Arouca — 6
- Tomás (Sebastião) — Eixo, Aveiro — 10
- Tavares (Tomás da Silva)**, mercador no Porto — 19
- Tomé (Isabel, ou Maria), lavradora — Vagos — 13
- Tomé (Maria) — Vagos — 16
- Vagos (João Rodrigues) — Vagos — 29
- Vicente (Maria) — Aveiro — 35
- Vieira (Domingos) — Real, Castelo de Paiva — 27
- Vieira (Maria) — Arouca — 6, Rossas, Arouca — 6
- Vieira (Tomé José)**, homem de negócio — 27

b) TOPONÍMICO

ÁGUEDA

Agadão — Domingues (André), lavrador — 25; Domingues (Maria) — 25; Simões (Maria) — 25

Aguada de Cima — Antónia (Maria) — 10; Costa (João Gomes da) — 10; Costa (Pedro Gomes da) — 10

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Águeda — Amaral (D. Catarina do) — 6; Antónia (Maria) — 11; Duarte (Pedro) — 3; Fernandes (Pedro) — 3; Ferreira (Pedro Duarte) — 28; Macedo (Isabel de) — 28; **Macedo (Frei Tomé de)**, da Ordem de S. Domingos na Província da Índia — 28; Pinheiro (Isabel) — 3 e 38; Pinheiro (Maria) — 28; Pinheiro (João Pinto) — 28; Pinheiro (P.^e Mestre Frei Jorge), Deputado do S.^{to} Offício — 28; Pinheiro (Pedro Duarte) — 3; **Pinheiro (P.^e Mestre Frei Teodoro)**, lente de prima de Teologia no Convento de S. Domingos de Évora — 3; Pinheiro (Tomé) — 28; Rodrigues (Isabel) — 3; Rodrigues (Maria) — 3

Belazaima — Domingues (André), lavrador — 25

Castanheira do Vouga — Almeida (Francisco Domingues de), capitão — 25; Almeida (Maria de) — 25; Almeida (Sebastiana de) — 25; Alvares (Manuel), lavrador — 25; Dias (João), lavrador — 25; Dias (Manuel), lavrador — 25; **Dias (Tomé)**, capitão de ordenanças — 25; Domingues (Ana) — 25; Domingues (Manuel) — 25; Domingues (Manuel), lavrador — 25; Domingues (Maria) — 25; Fernandes (Pedro) — 3; João (Domingues), lavrador — 25; João (Isabel) — 25; Jorge (Isabel) — 25; Macedo (Isabel de) — 28; Manuel (Sebastiana) — 25; Nunes (Maria) — 25

Lamas do Vouga — Francisco (António), o «Veneno» — 23

Trofa — Duarte (Pedro) — 3; Ferreira (Pedro Duarte) — 28

ALBERGARIA-A-VELHA

Angeja — Colaço (António das Neves), Familiar do S.^{to} Offício — 30; **Colaço (Tomé das Neves)**, ourives do ouro — 30; Dias (Domingos), o «Marquês», lavrador — 30; Dias (Maria) — 30; Gonçalves (André), o «Marquês» — 30; João (Manuel), o «Babalhado» — 22; Jorge (Manuel) — 30; Luís (Maria) — 30; Maria, a «Grande» — 30; Neves (André das), mestre de menores — 30; Neves (Manuel das), o «Boca» — 30; Simão (Maria) — 30

ANADIA

Moula — Morato (Pedro), lavrador — 8; Rodrigues (António) — 8; Rodrigues (Brites), lavradora — 8; *Sangalhos* — Domingues (Catarina), lavradora — 8; Francisca (Leonor) — 8; Francisco (Bastião), lavrador — 8

AROUCA

Arouca — Tavares (Francisco), capitão-mor de — 6; Vieira (Maria) — 6

Fermado — Rocha (Francisco da), tanociro — 17

Mansores — Gonçalves (Manuel), mestre alfaiate — 11

Rossas — Caminha (D. Francisca Isabel de) — 6; Pinho (Francisco Tavares de), mercador e Familiar do S.^{to} Offício — 6; **Portugal (Teotónio de Vasconcelos)**, Familiar do S.^{to} Offício — 6; Tavares (Francisco), capitão-mor de Arouca — 6; Tavares (P.^e João Teixeira), Comissário do S.^{to} Offício — 6; Tavares (P.^e Sebastião), Comissário do S.^{to} Offício — 6; Vieira (Maria)

AVEIRO

Aveiro — Amorosa (Sebastiana da Maia) — 21; Arouca (João de) — 26; Arouca (P.^e Manuel Dias de), bacharel formado na Sagrada Teologia — 26; Cação (Baltasar dias) — 1; Cação (João Pereira), ourives e Familiar do S.^{to} Offício — 1; Cação (Manuel Dias) — 1; Dias (António) — 26; Dias (Isabel) — 26; Dias (Maria) — 35; Dias (Tomé), marinheiro — 35; Esteves (Pedro), ferrador — 35; Fernandes (Ana) — 15; Fonseca (Manuel da), cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 7; Francisco (Pascoal) — 7; Girão (Manuel de Matos), antigo mercador de cabeçais e então escrivão do publico em... — 12; Girão (P.^e Manuel de Matos), ecónomo da igreja de S. Miguel de... — 12; **Girão (Lic.^o Tomás de Matos)**, juiz de fora em Amarante — 12; Gonçalves (Manuel), mareante — 15; Lopes (Sebastião) — 26; Manuel (Maria) — 1 e 2; Martins (João), oleiro — 35; Matos (Maria da Silva de) — 12; Matosa (Margarida André) — 18; Mendes (Frei Manuel da

- Cruz), vigário da igreja da Vera Cruz de... — 16; Nunes (Ana) — 18; Oliveira (António de) — 7; Pimentel (Jerónimo) — 35; Refugio (João André), marnoto e lavrador — 21; **Refugio (Tomé André)**, homem de negócio e lavrador de farinhas — 21; Refugio (Tomé André), marnoto — 21; Ribeira (Catarina) — 12; Rocha (Salvador Gonçalves da) — 15; Roseira (Manuel dos Santos) — 21; Santiago (Manuel de) — 18; Santiago (Manuel de), Familiar do S.^{to} Offício — 18; **Santiago (P.^e Tomás de)**, sacerdote do hábito de S. Pedro — 18; **Sequeira (P.^e Frei Tomé de Gouveia e)**, professo da Ordem de S. Bento de Avis e prior da Colegiada de S. Miguel da Matris de... — 26; Silva (Gonçalo da), sapateiro e mais tarde soldado de uma nau da Armada — 12; Vicente (Maria) — 35
- Eixo** — Costa (António Nunes da), negociante — 22; Domingues (Manuel) — 22; Nunes (Maria) — 22; Tomás (Sebastião) — 10
- Esgueira** — Amorosa (Sebastiana da Maia) — 21; André (António) — 33; Anes (André), rodeiro — 33; Arouca (João de) — 26; Maia (Ana da) — 33; Maia (Henrique da) — 33; Maia (João da), pescador — 21; **Maia (Lic.^o P.^e Tomé de Pinho da)** — 33; Martins (Andreza) — 21; Pinho (Mécia de) — 33; Pires (Margarida) — 33
- CASTELO DE PAIVA**
Real — Alves (Maria) — 27; Jesus (Teresa Maria de) — 27; Vieira (Domingos) — 27
Sobrado — Caminha (D. Francisca Isabel de) — 6; Caminha (D. Paula de) — 6; Cirne (Alexandre de Vasconcelos), vereador no Porto — 6; **Portugal (Teotónio de Vasconcelos)** — 6
- FEIRA**
Feira — Aguiar (Dr. José de Freitas de) — 9; **Aguiar (P.^e Tomás de Freitas de Almeida)**, prior da igreja do Seixo, Sernancelhe — 9; Almeida (Francisco Xavier de Freitas e) — 9; Antónia (Domingas) — 24; Coelho (António), ferreiro — 24; Ferreira (Manuel), ferreiro — 24; **Ferreira (Tomé Coelho)**, mestre pintor — 24; Freitas (D. Bernardo Francisco de) — 9; Freitas (João de), professo da Ordem de Cristo, cavaleiro fidalgo da Casa Real e administrador do Morgado e capela de S. José da vila de... — 9; Gomes (Maria) — 24; Gomes (Indiana) — 24; Luis (Domingos), lavrador — 24; Tavares (D. Maria Ferreira) — 9
Guizandé — André (Brás) — 34; André (Pedro), oficial de canasteiro — 34; Fernandes (Ângelo) — 34
Lourosa — Oliveira (Maria) — 34; Silva (Francisca da), vendedeira de frutas na Ribeira — 34; Silva (João da) — 34
Milheirós de Poiares — Cação (Baltasar Dias) — 1
Paços de Brandão — Castro (Maria de) — 4; Lopes (João) — 4; Pereira (António de Castro) — 4
Rio Meão — Fernandes (Maria) — 32; Sá (Apolónio de) — 32; Sá (João de), mercador de povos — 32; Santos (Ana Eugénia dos) — Santos (Nicolau Luís) — 32
Sanguedo — António (Domingos) — 24
S. João de Ver — Mauricio (Agostinho) — 27
Travanca — Luís (Domingos), lavrador — 24
- MEALHADA**
Barcouço — **Amorim (P.^e Teodoro de)**, licenciado em Artes pela Universidade de Évora e bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones da Universidade de Coimbra, prior das igrejas paroquiais de N.^{sa} Sr.^a do Ó de ... e de S. João Evangelista de Vila de Matos — 1
- OLIVEIRA DE AZEMÉIS**
Oliveira de Azeméis — João (Ana) — 5; Jorge (Margarida) — 6; Pereira (D. Joana de Lacerda) — 6; Pereira (João) — 5; Pereira (João Correia) — 6; Pereira (Manuel), mestre marceneiro e irmão congregado da Irm.^{da} de N.^{sa} Sr.^a da Doutrina — 5; Reis (D. Mariana dos) — 6; Reis (Salvador Dias dos) — 6
Ossela — Jorge (Margarida) — 6
- OLIVEIRA DO BAIRRO**
Oliveira do Bairro — Fernandes (Diogo) — 31; Ferreira (Ana) — 31; Ferreira (Tomás) — 31; Oliveira (António de) — 31; Oliveira (Fulgêncio de) — 31; **Oliveira**

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Tomé de) — 31; **Portugal (Lic.º Teodoro Mendes)**, bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones e prior da freg. de S. Miguel de... — 2; Rodrigues (Ana) — 31

OVAR

Maceda — Gomes (Gonçalo) — 14
Ovar — Campos (Domingos Gomes de) — 14; Campos (Domingos Gomes de), mercador de panos e com capela de música, Familiar do S.º Officio — 14; Campos (Dr. Fernando Pereira de), Familiar do S.º Officio — 14; Fernandes (Maria) — 14; Ferreira (Manuel), ferreiro — 24; Francisco (Catarino) — 14; Gomes (Gonçalo) — 14; Oliveira (Isabel de) — 14 e 32; Oliveira (Isabel Francisca de) — 14; Pereira (João), contratador de sal — 32; Pereira (Maria) — 14 e 32; Pereira (Teresa) — 14; **Pereira (Frei Tomás)**, religioso da Ordem de Cristo, prior do seu colégio de Coimbra, mestre jubilado na Sagrada Teologia e nele Doutor e Opositor às Cadeiras da Universidade — 14; Praça (António Fernandes da) — 14; Ramos (António) — 14; Ramos (Dr. Tomé Pereira), Familiar do S.º Officio — 14; Rio (João Pereira do) — 14
 S. *Vicente de Pereira* — Fernandes (Maria) — 14 e 32; Francisco (Frutuoso), contratador de arcos para pipas — 32; Pereira (Maria) — 32; Ramos (António Francisco) — 14; Ramos (António Francisco), contratador de sal e vinhos — 32; Ramos (Frutuoso Francisco) — 14; **Ramos (Tomé Pereira)**, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra — 32

VAGOS

Vagos — Amorim (João de) — 16; António (Maria) — 16; António (Manuel) — 16; Caiado (Manuel)

António) — 16; Carvalho (Teresa Maria de) — 16; Cebolas (João André) — 16; Coronel (António Francisco) — 16; Costa (Lourenço da) — 16; Domingues (Maria) — 16; Domingues (Maria), a «Velha» — 16; Fernandes (Mariana) — 16; França (Domingos) — 16; Francisca (Maria) — 16; Francisca (Rosa) — 16; Francisco (Diogo), lavrador — 29; Francisco (Manuel), o «Largo» — 16; Francisco (Sebastião), o «Coronel» — 16; Galego (Pedro Manuel) — 16; Gaspar (Manuel) — 16; João (Madalena) — 16; João (Manuel), o «Panasco», lavrador — 13; João (Maria) — 16; Lucas (Isabel Fernandes) — 16; Maria (Ana) — 13; Martins (Domingos), o «Pirrê», lavrador — 16; **Martins (Tomás da Rocha)**, lavrador — 16; Moleiro (Manuel António) — 16; Murgo (António Manuel) — 16; Padrão (Manuel da Rocha) — 16; Peixoto (P.º Manuel) — 16; Rocha (António da), o «Parede» — 16; Rocha (Baltasar da) — 16; Rocha (Clara da), lavradora — 16; Rocha (Francisca da) — 16; Rocha (Isabel da) — 16; Rocha (José da), alferes — 16; Rocha (P.º José António da) — 16; Rocha (Maria) — 16; Rocha (Salvador da) — 16; Rodrigues (Maria) — 29; Tomé (Isabel, ou Maria), lavradora — 13; Tomé (Maria) — 16; Vagos (João Rodrigues) — 29

VALE DE CAMBRA

Castelões — Amaral (D. Catarina do) — 6; João (António) — 20; Pereira (João Correia) — 6
Junqueira — João (António) — 21
Macieira de Cambra — Fernandes (João), lavrador — 19; Tavares (Isabel) — 19; Tavares (Marcos), sombreireiro — 19
Vila Cova de Perrinho — Tavares (Isabel) — 19

V e X

- 1 **Valentim de Oliveira** — boticário de S. Mag.^{de} na cidade de Évora; natural da freg. de S. Miguel de Alfama de Lisboa; filho de *António de Oliveira*, mareante da carreira da Índia e então mercador de bacalhau com armazém debaixo das casas do Conde de Portalegre, *natural da vila de Angeja, freg. de N.ª S.ª das Neves, Albergaria-a-Velha*, e de Isabel do Vale, natural da freg. de S.^{ta} Cristina de Mentrestido, Vila Nova da Cerveira, moradores na freg. de S. Miguel de Alfama; neto paterno de *António Lopes, o «Bogalho»*, e de *Isabel Lopes, a «Locaravelha»*, *naturais e moradores em Angeja*, e materno de João do Vale e de Maria Lourenço, *naturais e moradores em Mentrestido*; casado com Maria André Freire, viúva de Diogo Ramalho, boticário em Évora e Familiar do S.^{to} Ofício, filha de António Rodrigues, mestre sapateiro, e de Maria Mestra, de Vila Viçosa, neta paterna de Beatriz Vaz, e materna de André Mestre e de Mor Fernandes; enviando, ajustado para casar em 1656 com Cristina Ferreira, filha de Luís Duarte, carpinteiro, natural do Gradil, termo de Torres Vedras, e de Maria Ferreira, natural de Lisboa, neta paterna de Álvaro Duarte e de Briolanja Tomé, *naturais e moradores no Gradil*, e materna de Manuel Alves, carpinteiro, natural do Gradil, e de Cristina Ferreira, natural de Associera, termo de Torres Vedras, *moradores em Lisboa na rua das Salgadeiras, freg. do Loreto*.

Carta de Familiar de 5 de Julho de 1650.

Valentim — m. 1, n.º 5

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- 2 **Valério Antunes** — natural da freg. de S.^{to} Tirso de Paramos, Espinho, e morador na vila de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda; filho de António João e de Maria João, lavradores em Paramos; neto paterno de João Anes e de Isabel Afonso, lavradores em Espinho, freg. de N.^o S.^a da Ajuda, e materno de Pedro Anes e de Maria Anriques, lavradores em Paramos; casado com Maria de Almeida, natural de Arrancada, filha de Fernão Luís, natural da freg. de S. João Baptista da Silva Escura, Sever do Vouga, e de Jerónima de Almeida, natural de Arrancada, e aí moradores, neta paterna de João Luís, lavrador e mercador de pano de linho, e de Margarida Fernandes, moradores em Silva Escura, e materna de Manuel Martins, sapateiro e curtidor, filho de Manuel Martins, o «Velho», e de Maria Gonçalves, e de Joana de Almeida, todos moradores em Arrancada.

Habilitado para Familiar em 14 de Novembro de 1619.

Valério — m. 1, n.^o 1

- 3 P.^o Mestre Frei **Valério da Purificação** — religioso de S. Francisco da Província da Madre de Deus no Estado da Índia e regente dos estudos nela; natural de Serém, freg. de S. Cristóvão de Macinhata do Vouga, Águeda, e morador em Goa; filho de Agostinho João, alfaiate, natural do Carvalhal, Macinhata do Vouga e de Ana Gomes, natural de Serém, e aí moradores; neto paterno de Manuel João e de Isabel Gaspar, naturais e moradores em Carvalhal, e materno de Manuel Gomes, estudante, natural de Macinhata, e de Maria Lopes, solteira, natural de Serém, e aí moradores.

Provisão de Deputado da Inquisição de Goa de 3 de Março de 1754 e de 8 de Março de 1763.

Valério — m. 1, n.^o 19

- 4 **Valério Ramos da Cruz** — capitão da nau S.^{ta} Cruz; natural e morador em Leça, freg. de S. Miguel da Palmeira; filho de Francisco da Cruz, marítimo, e de Bárbara Ramos de Pina, naturais de Leça, e ele então morador no Rio de Janeiro; neto paterno de António Gonçalves e de Maria Gonçalves, moradores em Leça, e materno de Domingos de Pina Ramos, oficial de calafate, natural da freg. de S. Bartolomeu de Arouca, e de Antónia Jorge, natural de Leça, e aí moradores, casado, com Mariana da Costa, natural da Pica, freg. de S. Bartolomeu de S. Gens

de Montelongo, filha de Francisco da Costa, natural de Vilar de Viando, freg. de S. Cristóvão de Mondim de Basto, e de Maria Gonçalves, natural da Pica, e aí moradores, neta paterna de Baltasar Pires e de António Gaspar, naturais e moradores em Vilar de Viando, e materna de Paulo Durães, natural da freg. de S. Bartolomeu do Rego, e de Maria Gonçalves, natural da Pica, e aí moradores, irmã do Lic.^o António da Costa Pinheiro, reitor da igreja de S. Miguel da Palmeira e Comissário do S.^{to} Offício.

Carta de Familiar de 3 de Junho de 1700.

Valério — m. 1, n.º 5

- 5 **Valério Soares** — fabricante de retroses; *natural da freg. de S. Miguel do Souto* (¹), *Feira*, e morador no Porto na rua da Banharia, freg. da Sé; filho de *Domingos Henriques*, canastreiro, *natural do Merujal, Lobão*, e de *Maria Henriques*, tecedeira, *natural da Igreja, Lobão*, moradores em Souto; neto paterno de *Domingos Ferreira* e de *Domingas Henriques*, vendedores de carne de vaca em Merujal, e materno de *Domingos Soares*, *natural da freg. de S. Pedro de Canedo, Feira*, e de *Isabel Francisca*, natural da Igreja, e aí vendedores de vinho, pão e azeite; casado com *Catarina Pereira*, natural da rua da Banharia, filha de *Gaspar Vieira*, violeiro, natural de Vila Verde, freg. de S. Salvador de Tuías, e de *Mariana Pereira*, natural da rua da Banharia, e aí moradores, neta paterna de *Gaspar Mendes* e de *Isabel do Couto*, lavradores em Vila Verde e materna de *Jerónimo Pereira*, cutileiro, e de *Isabel Mendes*, também moradores na rua da Banharia.

Carta de Familiar de 30 de Janeiro de 1716.

Valério — m. 1, n.º 9

- 6 **Vasco de Almeida Teles** — homem nobre e principal, natural e morador na sua quinta do Valgode em Vouzela; filho de *Pantaleão Homem Teles*, natural da citada quinta, e de *D. Ana de Almeida*, natural de Coimbra, moradores na citada quinta; neto paterno de *Heitor Homem Teles*, desembargador de S. Mag.^{de}, e de *D. Isabel Saraiva*, moradores na mesma quinta, e materno do *P.^o António Fernandes de Almeida*, que servira nos luga-

(¹) Então lugar da freg. de Santiago do Lobão, Feira.

res de letras e depois de enviuar se fizera padre, e de Cecília Ribeiro de Cáceres, moradores em Coimbra, que por sua vez eram filhos respectivamente do P.^o Lopo de Almeida, cónego da Sé de Coimbra, e de Margarida de Parada, do Sardoal, e de Vasco Fernandes Ribeiro e de Inês Monteiro, de Coimbra; casado com *D. Joana Carreira, natural de Aveiro, filha de António Carreira, escrivão da Provedoria da comarca de Esgueira, e de Cecília Barbosa, moradores em Aveiro e Esgueira, neta paterna de Luís Cabreira e de Margarida Coelha, de Esgueira, e materna de André Barbosa e de Isabel de Almeida, da Terra da Feira.*

1625.

Vasco — m. 1, n.º 1

- 7 **Vasco Franco Figueiroa** — natural de Lisboa; filho de Gaspar Pinheiro de Matos e de Ângela de Figueiroa, naturais de Lisboa, respectivamente das freg.^{as} de S.^{ta} Catarina do Monte Sinai e de S.^{ta} Engrácia; neto paterno de Sebastião Pinheiro e de Maria de Matos e materno de Bernardo Franco de Sandrouz e de Maria Pegada da Gama, naturais de Lisboa, freg. de S.^{ta} Catarina e de S.^{ta} Engrácia; viúvo de *D. Mariana de Almeida, natural da vila de Aveiro, filha de Rafael de Almeida Alcoforado, natural de Aveiro, e de Catarina Brandoa da Silva, natural do Porto, ou arredores, moradores em Aveiro, neta paterna de Mateus da Fonseca, médico, natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja, e de Isabel de Almeida Bocarra, natural de Aveiro, e aí moradores, e materna de Sebastião da Silva e de Ana da Fonseca, moradores no Porto, sobrinha materna de D. Maria da Fonseca, avó de Manuel Pereira de Berredo, natural da Feira, Familiar do S.^{to} Ofício.*

Carta de Familiar de 27 de Maio de 1676.

Vasco — m. 1, n.º 55

- 6 **Ventura de Bastos Coelho** — *escrivão dos Órfãos na vila de Aveiro; natural da praça da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão; filho de Manuel de Bastos, alfaiate, natural da freg. de S. Salvador da Carregosa, Oliveira de Azeméis, e de Catarina Francisca, natural da praça de Ovar, e aí moradores; neto paterno de Francisco de Bastos, natural da Carregosa, e de Maria Antónia, natural da freg. de S. Pedro de Canedo, Feira, e materno de António Queimado, chameleiro, natural de Arrifaninha, freg. de S. Nicolau da vila da Feira, filho de António Queimado,*

vulgarmente chamado *Pedro Lucas*, natural da Índia, e de *Catarina Francisca*, natural de Ovar, e aí moradores; casado com *Josefa Maria de Oliveira*, natural de Ovar, filha de *Tomé de Oliveira*, pintor, e de *Bernarda Rodrigues*, naturais e moradores em Ovar, neta paterna de *Manuel André Gato*, mercador de vinhos, e de *Maria de Oliveira*, e materno de *António Rodrigues do Rio* e de *Antónia Lopes*, lavradores, todos igualmente naturais e moradores em Ovar. O habilitando teve uma filha, *Maria*, natural de Aveiro, de *Páscoa João*, também natural e moradora em Aveiro, na rua de S. Sebastião, filha de *António Correia*, natural do Picoto, freg. de S. Pedro de Cesar, Oliveira de Azeméis, que fora alfaiate no Alentejo e picadeiro da Inquisição de Coimbra, onde conduzia o peixe, e que, voltando para Aveiro, fora preso para a Relação do Porto, filho de *João Martins* e de *Luzia Correia*, lavradores no Picoto, e de *Maria João*, natural de Choça, freg. de Santiago de Vagos.

Negada a aprovação, por seu avô materno ser mulato, em 12 de Julho de 1725.

Ventura — m. 1, n.º 5

- 9 **Vicente de Araújo Silva** — capitão, administrador do trem e fortificação de S. Mag.^{de}; natural da freg. de S.^{ta} Maria de Bagunte, Vila do Conde, e morador na cidade do Rio de Janeiro; filho de António da Silva, natural da freg. de N.^a S.^a da Benedita, Coutos de Alcobaca, e de Ana de Araújo, natural de Bagunte, e aí moradores; neto paterno de João Marques, lavrador, filho de Marcos Coelho e de Maria Fernandes, de Riba Fria, Benedita, e de Catarina Marques, filha de Domingos Marques e de Catarina Francisca, de Chamiço, Benedita, e materno de Matias Fernandes, natural de Corvos, Bagunte, e de Isabel de Araújo, natural da freg. de Santiago de Macieira de Rates, lavradores em Bagunte; casado com Maria das Neves e Silva, natural da freg. da Sé do Rio de Janeiro, filha de *Domingos Ribeiro da Silva*, negociante, natural de Curval, freg. de S. Paio de Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis, e de *Mónica Pereira do Espírito Santo*, natural do Rio de Janeiro, e aí moradores, neta paterna de *Domingos Ribeiro*, o «Velho», natural de Pinheiro da Bemposta, e de *Maria da Silva*, filha de *Manuel da Silva* e de *Maria da Silva*, lavradores, de Curval, e materna de *Silvestre Pereira* de Macedo, o «Mal penteado» filho de *Domingos Pires* e de *Maria*, ou *Madalena*, Pires, da freg. de S.^{ta} Maria de Castro Laboreiro, e de *Isabel Antunes*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

da Cruz, natural do Rio de Janeiro, freg. de Campo Grande, onde eram lavradores.

Carta de Familiar de 22 de Março de 1713.

Vicente — m. 5, n.º 78

- 10 **Vicente Borges Pinheiro** — capitão; natural da freg. da Sé da cidade do Porto e morador no Reino de Angola; filho de *Baltasar Pinheiro*, sapateiro, natural de *Espinheira*, freg. de *Santiago de Lourosa*, Feira, e de *Rafaela de Oliveira*, natural do Porto, e aí moradores na rua das Congostas; neto paterno de *Baltasar Pinheiro*, que fora degradado para o Brasil por fazer uma carta de alforria a um negro, e de *Isabel Gomes*, naturais de *Espinheira*, e aí lavradores, e materna de *Pedro de Oliveira*, surrador, e de *Marinho Borges*, naturais do Porto, e aí moradores na rua das Congostas.

Carta de Familiar de 17 de Janeiro de 1667.

Vicente — m. 1, n.º 16

- 11 **Frei Vicente das Chagas** — religioso de S. Francisco da Província de Portugal; natural de Lisboa, freg. de S. Julião, e morador no seu Convento de S. Francisco de Coimbra onde era lente de Véspera de Teologia; filho de *Francisco Rodrigues de Oliveira*, natural de *Ovar da Ribeira*, freg. de *S. Cristóvão de Ovar*, e de *Maria Francisca*, natural de Lisboa, das Fangas da Farinha, freg. de S. Julião, moradores na rua da Calcetaria, freg. de S. Julião; neto paterno de *Gonçalo Rodrigues* e de *Maria de Oliveira*, naturais de *Ovar da Ribeira*, e aí lavradores, e materno de *Gonçalo Francisco*, mercador de madeiras, natural da freg. de S. Pedro da Vila Fresquinha, termo de Barcelos, e de *Constança Gonçalves*, natural da freg. de S. Pedro de Fins de Parada, Coura, moradores em Lisboa nas Fangas da Farinha, e mais tarde no Cais do Carvão, freg. de S.^{1.ª} Engrácia.

Provisão de Qualificador de 23 de Setembro de 1682.

Vicente — m. 2, n.º 40

- 12 **Vicente da Costa Cordeiro** — homem de negócio; natural de Viana e morador na Baía de Todos-os-Santos, cidade do Salvador; filho de *João da Costa Cordeiro* e de *Maria Antunes Madris*, naturais e moradores em Viana, fazendo ele viagens para o Brasil; neto paterno de *Pedro Gon-*

çalves, carpinteiro, natural de Jolda, termo de Arcos, e de Maria da Costa, e materno de Baltasar Antunes Madris, que fazia viagens para o Brasil, e de Margarida Anes da Mota, os três naturais de Viana, onde todos residiam; casado com Joana Cardoso de Vasconcelos, natural de Passê, freg. de N.^a S.^a do Socorro, Baía, filha do capitão *Manuel de Almeida, natural de Agueda, freg. de S.^{ta} Eulália*, e de Filipa Pinheiro, natural de Passê e aí moradores, neta paterna de *Francisco de Almeida*, mercador, e de *Maria de Morais, naturais e moradores em Agueda*, e materna de Atanásio Delgado, curraleiro de seu padraсто António Furtado, filho de Luís Álvares Delgado e de Catarina Cardoso, natural da capitania de Sergipe, e de Maria Pinheiro, natural de Peticabo, moradores em Passê.

Carta de Familiar de 14 de Janeiro de 1688.

Vicente — m. 1, n.º 31

- 13 **Vicente Ferreira** — *natural da freg. de S.^{ta} Cruz de Albergaria-a-Velha, e aí moradores; filho de João Gonçalves, natural de Albergaria-a-Velha, e de Lourença João, natural de Sobreiro, Albergaria-a-Velha, lavradores em Albergaria; neto paterno de Miguel Gonçalves e de Maria João, também naturais de Albergaria-a-Velha, e aí lavradores, e materno de Miguel João, filho de Manuel João e de Ana Martins, e de Domingas Rodrigues, filha de Domingos Jorge e de Domingas Rodrigues, de Sobreiro, onde os avós eram lavradores; casado com Dionísia Josefa Alves Ferreira, natural de Albergaria, filha de Matias Alves e de Ana André, naturais de Albergaria-a-Velha, e aí lavradores, neta paterna de Domingos Alves, natural de Albergaria-a-Nova, freg. de S. Vicente da Branca, e de Antónia Ferreira, natural de Albergaria, e também aí lavradores, e materna de Manuel Rodrigues Branco, filho de António Rodrigues Branco, e de Marta André, e de Sebastiana André, filha de André Fernandes e de Isabel André, naturais de Albergaria-a-Velha, e aí lavradores.*

Carta de Familiar de 22 de Agosto de 1745.

Vicente — m. 4, n.º 65

- 14 **Vicente Ferreira** — com loja de sacos à Portagem em Lisboa; daí natural, freg. de S.^{ta} Maria Madalena; filho de Ventura Rodrigues Montarroio, feitor do Paço da Madeira, e de Maria Teresa, naturais da citada freg. da

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Madalena, e moradores ao Postigo; neto paterno de Manuel Nunes Coelho, sapateiro, natural da freg. de S. Silvestre de Unhos, e de Petronila Maria, natural da freg. da Madalena, e aí moradores, e materno de *Martinho Fernandes*, espadeiro, natural da vila de Trofa, freg. de S. Salvador, Águeda, e de Isabel de Jesus, natural da Venda da Costa, freg. de N.^a S.^a da Conceição de Rio Maior, moradores em Lisboa, à Portagem.

Carta de Familiar de 18 de Março de 1755.

Vicente — m. 5, n.º 82

- 15 **Vicente Ferreira de Avelar** — capitão e escrivão do Tesouro; natural da freg. de N.^a S.^a da Anunciada da Lourinhã e morador em Lisboa na rua dos Galegos, ao Carmo, freg. do Santíssimo Sacramento; filho de *Domingos João*, natural da freg. de S.^{ta} Eulália do Vale Maior, *Albergaria-a-Velha*, e de Maria da Assunção, natural da Lourinhã, e aí moradores; neto paterno de *Silvestre Domingos*, filho de *Domingos António*, e de *Catarina João*, do Vale Maior de S.^{to} António, Vale Maior, e de *Madalena Domingues*, filha de *Domingos Simão* e de *Maria Antónia*, do Vale Maior, onde os avós eram lavradores, e materno de João Rodrigues, trabalhador, filho de *Domingos Rodrigues*, e de *Simoa Francisca*, da Lourinhã, e de *Violante de Avelar*, filha de *Miguel Lopes* e de *Maria de Avelar*, da freg. de S. Leonardo de Atouguia da Baleia, sendo os avós moradores na Lourinhã; casado com *Antónia Maria Teresa de Lima*, natural da freg. do Sacramento de Lisboa, filha de *Manuel Ferreira*, pedreiro, natural de Arcena, freg. de S. Pedro de Alverca, e de *Josefa Maria*, natural da mesma freg. de Lisboa, e aí moradores, neta paterna de João Ferreira, lavrador, filho de *Bernardo João* e de *Filipa Ferreira*, de Alverca, e de sua segunda mulher *Maria Pedrosa*, filha de João Lopes e de *Maria Pedrosa*, da freg. de Santiago dos Velhos, Arruda dos Vinhos, sendo os avós moradores em Alverca, e materna de *Pascoal da Silva*, pedreiro, filho de *Jorge Dias* e de *Maria Gomes*, de Barbas de Porco, Aldeia Galega de Merceana, e de sua segunda mulher *Natália Teixeira*, natural da freg. de S.^{ta} Justa de Lisboa, filha de *António Teixeira*, e de *Isabel Coelho*, moradores a Valverde, sendo os avós moradores em Lisboa, freg. do Sacramento, irmã do P.^o Frei José Malaquias, lente de Teologia no convento de S. Domingos de Lisboa.

Carta de Familiar de 27 de Agosto de 1748.

Vicente — m. 4, n.º 69

- 16 **Vicente de Freitas da Rocha** — natural do Porto, freg. da Sé, e aí morador à porta de S. Domingos; filho de Gaspar da Rocha Cardoso, homem de negócio, e de Mariana de Freitas, naturais e moradores na citada freg. da Sé; neto paterno de António Gonçalves, natural de Portelinha, freg. de S. Lourenço de Gulães, termo de Guimarães, e de Catarina da Rocha, natural de Vila do Conde, filha de Pedro Gonçalves, o «Bitanco», e de Madalena, e materno de *Domingos de Freitas, natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, e de Maria Nogueira, natural do Porto, freg. de S. Nicolau; irmão de José de Freitas da Rocha, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.^{to} Offício.

Carta de Familiar de 13 de Novembro de 1733.

Vicente — m. 3, n.º 53

- 17 **Frei Vicente Ferrer** — da Ordem dos Pregadores, leitor de Filosofia e Teologia no Convento de S. Domingos de Lisboa; natural da freg. do Santos-o-Velho da mesma cidade; filho de *António Rodrigues Lucas*, cavaleiro professo da Ordem de Santiago, *natural da freg. de S. Cristóvão da vila de Ovar*, e de Joana Paulina Teodora, natural da citada freg. de Santos-o-Velho e moradores na rua da Esperança; neto paterno de *José Rodrigues Lucas* e de *Josefa Maria*, naturais e moradores em Ovar, e materno de *António Fernandes*, piloto da Índia, filho de *Manuel Jorge* e de *Maria Fernandes da freg. de S.^{ta} Maria da Murtosa*, e de Simoa dos Santos, já viúva de Manuel Fernandes, falecido em Moçambique, natural da freg. de Santos-o-Velho, e aí moradores.

Provisão de Qualificador de 18 de Março de 1777.

Vicente — m. 2, n.º 42

- 18 **Vicente Joaquim Rodrigues Pontes** — cavaleiro professo da Ordem de Cristo; natural da freg. de N.^a S.^a da Candelária da cidade do Rio de Janeiro e morador em Lisboa, em casa de seu pai, na rua da Inquisição; filho de Manuel Rodrigues Pontes, Familiar do S.^{to} Offício, natural do Porto, freg. de S.^{to} Ildefonso, e de D. Ana Maria de Jesus, natural do Rio de Janeiro, freg. da Candelária; neto paterno de António Rodrigues e de Bárbara de Jesus Dias, naturais e moradores no Porto, freg. de S.^{to} Ildefonso, e materno de *João Dias de Faria*, mestre marceineiro, *natural da freg. de S. Martinho de Cucujães, Oli-*

veira de Azeméis, e de Ana da Silva, natural da freg. de Candelária do Rio de Janeiro, e aí moradores; bisneto paterno de Mateus Rodrigues, natural da freg. de S. Martinho da Gândara, termo de Ponte de Lima, e de Maria Vieira, natural do Outeiro, freg. de Cedofeita, e de Francisco Rodrigues Pontes, natural da freg. de S.^{to} André de Barcelinhos, Barcelos, e de Maria do Ó, natural de Cedofeita, e materno de *António da Silva* e de *Francisca Manuel*, naturais de Cucujães, e de Manuel Dias de Carvalho, natural do Porto, freg. de S.^{to} Ildefonso, e de Catarina da Silva, natural do Rio de Janeiro, freg. da Candelária; sobrinho materno de Francisca da Silva, casada com João Baptista Ferreira, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de 10 de Outubro de 1760.

Vicente — m. 5, n.º 86

- 19 **Vicente José Pessoa** — bacharel formado em Cânones; natural e morador em Coimbra; filho de José da Silva Henriques, bacharel formado em Cânones, advogado nos auditórios de Coimbra e procurador dos cárceres da Inquisição da mesma cidade, Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de S. João de Almedina de Coimbra, e de Angélica Maria Pessoa de Andrade, natural da freg. de S. Pedro de Coimbra, moradores na rua de Almedina; neto paterno de José Henriques, natural da freg. de S.^{to} André de Poiães, e de Madalena da Silva, natural da freg. de S. Mateus de Friumes, e materno de Manuel da Costa de Andrade, natural de freg. de S. Pedro de Coimbra, e de Leocádia Maria Pessoa de Andrade, natural de Podentes; bisneto paterno de João de Henriques, natural da freg. de S. Miguel de Poiães, e de *Isabel de Almeida natural de Arrancada*, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda, e de João Henriques, também natural de Poiães, e de Ana Francisca, natural de Friumes, e materno de João da Costa de Andrade, natural da freg. de S. Pedro de Coimbra, e do capitão Manuel de Andrade e de Joana da Costa, natural de Podentes; sua mãe era sobrinha paterna da mulher do Dr. Manuel de Almeida, que, depois de enviuar fora prior da igreja do Salvador de Coimbra, e materna de B.^{el} Diogo de Andrade, procurador dos cárceres do S.^{to} Ofício; ajustado para casar, em 1782, com D. Teresa Delfina Cândida Freire da Silva, natural de Perasalves, freg. de N.^a S.^a do Ó de Reveles, filha de B.^{el} José António da Costa Guardado e Silva, natural de Perasalves, e de D. Joana Teresa Angélica, natural da vila de

Ancião, moradores em Perasalves, neta paterna de Manuel Rodrigues da Costa e de Josefa Maria, de Perasalves, e materna de Manuel Freire de Matos e de Apolónia Teresa, de Ancião.

Carta de Familiar de 22 de Maio de 1781.

Vicente — m. 8, n.º 113

- 20 **Vicente Luís de Miranda** — homem de negócio e então escrivão de uma das rendas da Casa de Bragança; natural da freg. de S. Dionísio de Vila Real e morador em Cima do muro da cidade do Porto; filho de João Pereira de Miranda, músico, natural da freg. de S. Dionísio, e de Luísa Maria Monteiro, natural da freg. de Santiago da Torre do Pinhão, Sabrosa, moradores em Vila Real; neto paterno de Manuel Pereira de Miranda, oficial de ourives, natural de freg. de S. Pedro de Vila Real, e de Isidora Pinto, natural da citada freg. de S. Dionísio, e aí moradores, e materno de Francisco Monteiro, natural de Souto de Escorão, Torre do Pinhão, e de Maria Fernandes, mulher solteira, natural da Torre do Pinhão; casado com Ana Luísa Duarte, natural da freg. de Salvador de Matosinhos, filha de Amaro Duarte, carpinteiro de navios, natural de Gatões, freg. de S. Martinho de Guifões, Matosinhos, e de Joana Luísa Ribeiro, natural de Matosinhos, e aí moradores, neta paterna de Clemente Duarte, natural de Esposende, freg. de Santiago de Custóias, e de Francisca Antónia, natural de Gatões e aí lavradores, e materna de António Ribeiro, marítimo, filho de Manuel Ribeiro e de Luísa dos Reis, de Matosinhos, e de *Madalena Rodrigues, natural de Sedouros, freg. de S. Mateus de Bunheiro, Murtosa*, moradora com seu marido em Matosinhos, filha de *António Rodrigues, natural de Sedouros*, e de *Antónia Marques, natural da freg. de S.ª Maria da Murtosa, e aí lavradores*.

Carta de Familiar de 10 de Maio de 1768.

Vicente — m. 7, n.º 103

- 21 Lic.º **Vicente Nunes** — bacharel formado pela Faculdade dos Sagrados Cânones, reitor da igreja de S. Pedro de Freixo de Numão e capelão de S. Mag.^{de} na Universidade de Coimbra; natural de Lisboa; filho de *Mateus Dias*, marítimo, *natural da vila de Angeja, freg. de N.ª S.ª das Neves, Albergaria-a-Velha*, e de Maria Fernandes, natural de Lisboa, e aí moradores; neto paterno de *Fernão Dias*

e de Filipa Nunes, lavradores, *naturais e moradores em Angeja*, e materno de *Antão Fernandes, alfaiate, natural da freg. de Santiago de Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha*, e de *Isabel João, natural da freg. de S. Tomé de Canelas, Estarreja* (1), havendo sido moradores não só em Lisboa, como também em *Ribeira de Frágoas e Canelas*.

Foram mandadas suspender as diligências por a mãe do habilitando estar então a vender peixe na Ribeira, a 9 de Janeiro de 1664.

Vicente — m. 1, n.º 17

- 22 **Vicente Tomás de Lima** — alferes da Ordenança; natural de Telheiras, freg. de S. João Baptista do Lumiar, filho de *António Tomás da Silva, natural da freg. de N.ª S.ª da Assunção de Espinhel, Águeda*, e de *Catarina Maria, natural de Telheiras*, e aí moradores; neto paterno de *Manuel Rodrigues Lima, natural de Ponte de Lima*, e de *Sebastiana Maria, natural de Espinhel e aí moradores*, e materno de José Francisco, fazendeiro, natural do Lumiar, e de *Josefa Maria, natural da Portela, freg. de S. Bartolomeu da Charneca, termo de Lisboa, moradores em Telheiras*.

Carta de Familiar de 19 de Junho de 1771.

Vicente — m. 8, n.º 108

- 23 **P.º Vítor de Figueiredo** — bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, e abade da igreja de S. Mamede de Coronado, S.º Tirso; *natural da vila de Aveiro, freg. de S. Miguel*; filho de *José de Figueiredo, ourives da prata*, e de *Maria da Esperança, naturais de Aveiro*, respectivamente *das freg. da Vera Cruz e do Espírito Santo, e moradores na de S. Miguel*; neto paterno de *Custódio de Figueiredo, sapateiro, natural da freg. da Vera Cruz*, filho de *Pedro Afonso, natural da freg. de Santiago de Campia*, e de *Maria Figueiredo, natural da freg. da Vera Cruz*, e de *Maria dos Santos, natural da freg. de S. Pedro de Lemede, Cantanhede*, filha de *Diogo Fernandes, natural de Lemede*, e de *Maria Nunes, natural da freg. de S. Miguel*, e materna de *Gonçalo Dias, pasteleiro, natural da freg. de N.ª S.ª da Apresentação de*

(1) Então Canelas pertencia à freg. de S. Miguel de Fermelã, Estarreja.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Aveiro, e de Maria Quaresma, natural da freg. do Espirito Santo; sobrinho paterno do P.^o Manuel de Figueiredo, Secretário do S.^{to} Ofício.

Provisão de Comissário de Janeiro de 1741.

Vítor — m. 1, n.^o 1

- 24 **Xavier António de Aguiar** — cirurgião; natural de Coimbra; filho de Luís António de Aguiar, natural de Ferreirim, Fonte Arcada, e de *Maria de S. José, natural de S. Mateus da Bairrada, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia, moradores na freg. de Santiago de Coimbra; neto paterno de Pedro Martins de Aguiar, cirurgião, e de Maria da Abrunhosa, naturais e moradores em Ferreirim, e materno de António Dias Matoso, trabalhador, natural de Mata, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia, e de Maria Francisca, a «Lameirinha», natural de S. Mateus da Bairrada, e aí moradores; casado com Teresa Angélica, natural de Coimbra, filha de João Ribeiro dos Santos, mercador, natural de Ceição, freg. de S. Martinho de Medelo, Fafe, e de Maria Ribeira, natural da freg. de N.^a S.^a da Conceição de Ourenã, Cantanhede, moradores em Coimbra, neta paterna de António Simões e de Mariana Ribeira, lavradores em Ceição, e materna de Alexandre Rodrigues, sapateiro, e de Paula Ribeira, moradores em Ourenã.*

Carta de Familiar de 20 de Junho de 1786.

Xavier — m. 1, n.^o 4

- 25 **Xavier Francisco de Sousa e Lemos** — *natural da vila de Trofa, freg. de S. Salvador, Agueda, e morador na cidade de Viseu; filho de Bernardo de Carvalho e Lemos e de D. Maria Madalena de Sousa e Meneses, Senhores de Trofa e aí moradores; neto paterno de Jerónimo de Carvalho e Vasconcelos e de D. Jerónima de Lemos, Senhores da vila de Trofa, e materno de Manuel de Sousa e Meneses, da Casa de Pentieiros, freg. de Estorãos, Ponte de Lima, irmão de Garcia de Sousa e Meneses, Deputado do S.^{to} Ofício, e de D. Margarida de Sousa e Vasconcelos, da Casa de Figueiredo das Donas, Vouzela; sobrinho materno de Luísa Joana de Sousa e Meneses, viúva de Fernando de Magalhães e Meneses, da Casa do Covo, Familiar do S.^{to} Ofício; casado com D. Tomásia Margarida de Sousa, natural da freg. de S. João Baptista de Bordonhos, Lafões, filha de Diogo Lopes de Sousa, fidalgo cavaleiro*

professo da Ordem de Cristo, natural de Bordonhos, e de D. Maria de Castelo Branco, moradores em Bordonhos, neta paterna de Fradique Lopes de Sousa, natural de S. Salvador de Ladário, Satão, filho de Diogo Lopes de Sousa, natural de Vouzela, e de D. Eufémia Pereira, natural de Ladário, e de D. Isabel de Azeredo, natural de Mesão Frio, filha de Francisco de Moura Coutinho, natural da freg. de S.^{ta} Maria do Zézere, e de D. Damásia de Azeredo, natural de Mesão Frio, e materna de João de Almeida Castelo Branco e de D. Joana Sampaio do Amaral, sobrinha materna de Manuel de Almeida Castelo Branco, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta de Familiar de Março de 1734.

Xavier — m. 1, n.º 1

bibRIA

ÍNDICES

a) ANTROPONÍMICO

(PELO ÚLTIMO APELIDO)

- Afonso (Isabel), lavradora — Espinho — 2
 Afonso (Pedro) — Aveiro — 23
 Aguiar (Xavier António de), cirurgião — 24
 Alcolorado (Rafael de Almeida) — Aveiro — 7
 Almeida (Francisco de), mercador — 12
 Almeida (Isabel de) — Valongo, Águeda — 19; Feira — 6
 Almeida (Jerónima de) — Valongo, Águeda — 2
 Almeida (Joana de) — Valongo, Águeda — 2
 Almeida (Manuel de), capitão — Águeda — 12
 Almeida (Maria de) — Valongo, Águeda — 2
 Almeida (D. Mariana de) — Aveiro — 7
 Álvares (Domingos), lavrador — Albergaria-a-Velha — 13; Branca, Albergaria-a-Velha — 13
 Álvares (Matias), lavrador — Albergaria-a-Velha — 13
 André (Ana), lavradora — Albergaria-a-Velha — 13
 André (Isabel) — Albergaria-a-Velha — 13
 André (Marta) — Albergaria-a-Velha — 13
 André (Sebastiana), lavradora — Albergaria-a-Velha — 13
 Anes (João), lavrador — Espinho — 2
 Anes (Pedro), lavrador — Paramos, Espinho — 2
 Antónia (Maria) — Vale Maior, Albergaria-a-Velha — 15; Canedo, Feira — 8; Carregosa, Oliveira de Azeméis — 8
 António (Domingos) — Vale Maior, Albergaria-a-Velha — 15
 Antunes (Valério) — Valongo, Águeda — 2; Paramos, Espinho — 2
 Avelar (Vicente Ferreira de), capitão e escrivão do Tesouro em Lisboa — 15
 Barbosa (André) — Feira — 6
 Barbosa (Cecília) — Esgueira, Aveiro — 8
 Bastos (Francisco de) — Carregosa, Oliveira de Azeméis — 8
 Bastos (Manuel de), alfaiate — Carregosa, Oliveira de Azeméis — 8; Ovar — 8
 Berredo (Manuel Pereira), Familiar do S.^{to} Offício — Feira — 7
 Bocarra (Isabel de Almeida) — Aveiro — 7
 Branco (António Rodrigues) — Albergaria-a-Velha — 13
 Branco (Manuel Rodrigues), lavrador — Albergaria-a-Velha — 13
 Cabreira (António), escrivão da Provedoria e Comarca de Esgueira, Aveiro — 6
 Cabreira (D. Joana) — Aveiro — 6
 Cabreira (Luís) — Esgueira, Aveiro — 6
 Chagas (Frei Vicente das), religioso de S. Francisco da Província de

- Portugal e lente de Véspera e Teologia no Convento de S. Francisco de Coimbra — 11
- Coelha (Margarida) — Esgueira, Aveiro — 6
- Coelho (Ventura de Bastos)**, escrivão dos Órfãos na vila de Aveiro — 8; Ovar — 8
- Cordeiro (Vicente da Costa)**, homem de negócio — 12
- Correia (António), alfaiate e picadeiro da Inq. de Coimbra—Aveiro — 8; Cesar, Oliveira de Azeméis — 8
- Correia (Luzia), lavradora — Cesar, Oliveira de Azeméis — 8
- Cruz (Valério Ramos da)**, capitão da nau S.^{ta} Cruz — 4
- Dias (Fernão), lavrador — Angeja, Albergaria-a-Velha — 21
- Dias (Gonçalo), pasteleiro — Aveiro — 23
- Dias (Mateus), marítimo — Angeja, Albergaria-a-Velha — 21
- Domingues (Madalena), lavradora — Vale Maior, Albergaria-a-Velha — 15
- Domingues (Silvestre), lavrador — Vale Maior, Albergaria-a-Velha — 15
- Esperança (Maria da) — Aveiro — 23
- Faria (João Dias), mestre marceneiro — Cucujães, Oliveira de Azeméis — 18
- Fernandes (André) — Albergaria-a-Velha — 13
- Fernandes (Antão), alfaiate — Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha — 21
- Fernandes (António), piloto da Índia — Murtosa — 17
- Fernandes (Margarida) — Silva Escura, Sever do Vouga — 2
- Fernandes (Maria) — Murtosa — 17
- Fernandes (Martinho), espadeiro — Trofa, Águeda — 14
- Ferreira (Antónia), lavradora — Albergaria-a-Velha — 13
- Ferreira (Dionísia Josefa Álvares) — Albergaria-a-Velha — 13
- Ferreira (Domingos), vendedor de carne de vaca — Lobão, Feira — 5
- Ferreira (Vicente)** — Albergaria-a-Velha — 13
- Ferreira (Vicente)**, com loja de sacos em Lisboa, à Portagem — 14
- Ferrer (Frei Vicente)**, da Ordem dos Pregadores, leitor de Filosofia e Teologia na Convento de S. Domingos de Lisboa — 17
- Figueiredo (Custódio de), sapateiro — Aveiro — 23
- Figueiredo (José de), ourives da prata — Aveiro — 23
- Figueiredo (P.^e Manuel de), Secretário do S.^{to} Offício — Aveiro — 23
- Figueiredo (Maria de) — Aveiro — 23
- Figueiredo (P.^e Vítor de)**, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra e abade colado da igreja de S. Mamede do Coronado, S.^{to} Tirso — Aveiro — 23
- Figueiroa (Vasco Franco)** — 7
- Fonseca (Mateus da), médico — Aveiro — 7; Salreu, Estarreja — 7
- Francisca (Catarina) — Ovar — 8
- Francisca (Isabel), vendedora de vinho, pão e azeite — Lobão, Feira — 5
- Francisca (Maria), a «Lameirinha» — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 24
- Freitas (Domingos de) — Feira — 16
- Gaspar (Isabel) — Macinhata do Vouga, Águeda — 3
- Gato (Manuel André), mercador de vinhos — Ovar — 8
- Gomes (Ana) — Macinhata do Vouga, Águeda — 3
- Gomes (Isabel) — Lourosa, Feira — 10
- Gomes (Manuel), estudante — Macinhata do Vouga, Águeda — 3
- Gonçalves (João), lavrador — Albergaria-a-Velha — 13
- Gonçalves (Maria) — Valongo, Águeda — 2
- Gonçalves (Miguel), lavrador — Albergaria-a-Velha — 13
- Henriques (Domingas), vendedora de carne de vaca — Lobão, Feira — 5
- Henriques (Domingos), canastreiro — Lobão, Feira — 5; Souto, Feira — 5
- Henriques (Maria), lavradora — Paramos, Espinho — 2
- Henriques (Maria), tecedeira — Lobão, Feira — 5; Souto, Feira — 5
- João (Agostinho), alfaiate — Macinhata do Vouga, Águeda — 3
- João (António), lavrador — Espinho — 2; Paramos, Espinho — 2

- João (Catarina) — Vale Maior, Albergaria-a-Velha — 15
 João (Domingos) — Vale Maior, Albergaria-a-Velha — 15
 João (Isabel) — Cancelas, Estarreja — 21
 João (Lourença), lavradora — Albergaria-a-Velha — 13
 João (Manuel) — Macinhata do Vouga, Águeda — 3; Albergaria-a-Velha — 13
 João (Maria) — Aveiro — 8; Vagos — 8
 João (Maria), lavradora — Albergaria-a-Velha — 13; Paramos, Espinho — 2
 João (Miguel), lavrador — Albergaria-a-Velha — 13
 João (Páscoa) — Aveiro — 8
 Jorge (Domingos) — Albergaria a-Velha — 13
 Jorge (Manuel) — Murtosa — 17
 Lemos (Bernardo de Carvalho e), Senhor de Trofa, Águeda — 25
Lemos (Francisco de Sousa e) — Trofa, Águeda — 25
 Lemos (D. Jerónima de) — Trofa, Águeda — 25
 Lima (António Tomás de) — Espinho, Águeda — 22
 Lima (Manuel Rodrigues) — Espinho, Águeda — 22
Lima (Vicente Tomás de), alferes da Ordenança
 Lopes (Antónia), lavradora — Ovar — 8
 Lopes (António), o «Bogalho» — Angeja, Albergaria-a-Velha — 1
 Lopes (Isabel), a «Locaravelha» — Angeja, Albergaria-a-Velha — 1
 Lopes (Maria) — Macinhata do Vouga, Águeda — 3
 Lucas (António Rodrigues), cavaleiro professo da Ordem de Cristo — Ovar — 17
 Lucas (José Rodrigues) — Ovar — 17
 Luís (Fernão) — Valongo, Águeda — 2; Silva Escura, Sever do Vouga — 2
 Luís (João), lavrador e mercador do pano de linho — Silva Escura, Sever do Vouga — 2
 Manuel (Francisca) — Cucujães, Oliveira de Azeméis — 18
 Marques (Antónia), lavradora — Bundeiro, Murtosa — 20
 Maria (Josefa) — Ovar — 17
 Maria (Sebastiana) — Espinho, Águeda — 22
 Martins (Ana) — Albergaria-a-Velha — 13
 Martins (João), lavrador — Cesar, Oliveira de Azeméis — 8
 Martins (Manuel), o «Velho» — Valongo, Águeda — 2
 Martins (Manuel), sapateiro e curtidor — Valongo, Águeda — 2
 Matoso (António Dias), trabalhador — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 24; Tamengos, Anadia — 24
 Meneses (D. Maria Madalena de Sousa e), Senhora de Trofa, Águeda — 25
Miranda (Vicente Luís de), homem de negócio e então escrivão de uma das rendas da Casa de Bragança — 20
 Morais (Maria de) — Águeda — 12
 Nunes (Filipa), lavradora — Angeja, Albergaria-a-Velha — 21
 Nunes (Maria) — Aveiro — 23
Nunes (Lic. Vicente), bacharel formado pela Faculdade dos Sagrados Cânones, reitor da igreja de São Pedro de Freixo de Numão e capelão de S. Mag.^{ne} na Universidade de Coimbra — 21
 Oliveira (António de), mareante da carreira da Índia e mercador de bacalhau — Angeja, Albergaria-a-Velha — 1
 Oliveira (Francisco Rodrigues de) — Ovar — 11
 Oliveira (Josefa Maria de) — Ovar — 8
 Oliveira (Maria de) — Ovar — 8
 Oliveira (Maria de), lavradora — Ovar — 11
 Oliveira (Tomé, de), pintor — Ovar — 8
Oliveira (Valentim de), boticário de S. Mag.^{ne} em Évora — 1
Pessoa (Vicente José), bacharel formado em Cânones — 19
 Pinheiro (Baltasar) — Lourosa, Feira — 10
 Pinheiro (Baltasar), sapateiro — Lourosa, Feira — 10
Pinheiro (Vicente Borges), capitão — 10
Pontes (Vicente Joaquim Rodrigues), cavaleiro professo da Ordem de Cristo — 18
Purificação (P.^e Mestre Frei Valério da), religioso de S. Francisco da

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- Província de Madre de Deus no Estado da Índia e aí regente de estudo — Macinhata do Vouga, Águeda — 3
- Quaresma (Maria) — Aveiro — 23
- Queimado (António), charameleiro — 8; Ovar — 8
- Queimado (António), chamado o Pedro Lucas — Feira — 8
- Ramos (Domingos de Pina), oficial de calafate — Arouca — 4
- Ribeiro (Domingos), o «Velho» — Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis — 9
- Rio (Agostinho Rodrigues do), lavrador — Ovar — 8
- Rocha (Vicente de Freitas da)** — 16
- Rodrigues (António), lavrador — Bunheiro, Murtosa — 20
- Rodrigues (Bernarda) — Ovar — 8
- Rodrigues (Domingas) — Albergaria-a-Velha — 13
- Rodrigues (Domingas), lavradora — Albergaria-a-Velha — 13
- Rodrigues (Gonçalo), lavrador — Ovar — 11
- Rodrigues (Madalena) — Bunheiro, Murtosa — 20
- Santos (Maria dos) — Aveiro — 23
- S. José (Maria de) — S. Lourenço do Bairro, Anadia — 24
- Silva (António da) — Cucujães, Oliveira de Azeméis — 18
- Silva (Catarina Brandoa da) — Aveiro — 7
- Silva (Domingos Ribeiro da), negociante — Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis — 9
- Silva (Manuel da), lavrador — Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis — 9
- Silva (Maria da) — Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis — 9
- Silva (Maria da), lavradora — Pinheiro da Bemposta, Oliveira de Azeméis — 9
- Silva (Vicente de Araújo)**, capitão, administrador do Trem da Fortificação de S. Mag.^oe na cidade do Rio de Janeiro — 9
- Simão (Domingos) — Vale Maior, Albergaria-a-Velha — 15
- Soares (Domingos), vendedor de vinho, pão e azeite — Canedo, Feira — 5; Lobão, Feira — 5
- Soares (Valério)**, fabricante de retrezes — Souto, Feira — 5
- Teles (Vasco de Almeida)**, homem nobre e principal — 6
- Vasconcelos (Jerónimo de Carvalho e), Senhor de Trofa, Águeda — 25

b) TOPONÍMICO

ÁGUEDA

- Águeda — Almeida (Francisco de), mercador — 12; Almeida (Manuel de), capitão — 12; Morais (Maria de) — 12
- Espinhel* — Lima (António Tomás de) — 12; Lima (Manuel Rodrigues) — 22; Maria (Sebastiana) — 22
- Macinhata do Vouga* — Gaspar (Isabel) — 3; Gomes (Ana) — 3; Gomes (Manuel), estudante — 3; João (Agostinho), alfaiate — 3; João (Manuel) — 3; Lopes (Maria) — 3; **Purificação (P.^e Mestre Frei Valério da)**, religioso de S. Francisco da Província da Madre de Deus no Estado da Índia e aí regente de estudos — 3
- Trofa* — Fernandes (Martinho), es-

- padeiro — 14; Lemos (Bernardo de Carvalho e), Senhor de... — 5; **Lemos (Francisco de Sousa e)** — 25; Lemos (D. Jerónimo de) — 25; Meneses (D. Maria Madalena de Sousa e), Senhora de... — 25; Vasconcelos (Jerónimo de Carvalho e), Senhora de... — 25
- Valongo* — Almeida (Isabel de) — 19; Almeida (Jerónimo de) — 2; Almeida (Joana de) — 2; Almeida (Maria de) — 2; **Antunes (Valério)** — 2; Gonçalves (Maria) — 2; Luís (Fernão) — 2; Martins (Manuel), o «Velho» — 2; Martins (Manuel), sapateiro e curtidor — 2

ALBERGARIA-A-VELHA

- Albergaria-a-Velha* — Álvares (Domingos), lavrador — 13; Álvares

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- (Matias), lavrador — 13; André (Ana), lavradora — 13; André (Isabel) — 13; André (Marta) — 13; André (Sebastiana), lavradora — 13; Branco (António Rodrigues) — 13; Branco (Manuel Rodrigues), lavrador — 13; Fernandes (André) — 13; Ferreira (Antónia), lavradora — 13; Ferreira (Dionísia Josefa Álvares) — 13; **Ferreira (Vicente)** — 13; Gonçalves (João), lavrador — 13; Gonçalves (Miguel), lavrador — 13; João (Lourença), lavradora — 13; João (Manuel) — 13; João (Maria), lavradora — 13; João (Miguel), lavrador — 13; Jorge (Domingos) — 13; Martins (Ana) — 13; Rodrigues (Domingos) — 13; Rodrigues (Domingas), lavradora — 13
- Angeja* — Dias (Fernão), lavrador — 21; Dias (Mateus), marítimo — 21; Lopes (António), o «Bogalho» — 1; Lopes (Isabel) a «Locarvelha» — 1; Nunes (Filipa), lavradora — 21; Oliveira (António de), mareante da carreira da Índia e mercador de bacalhau — 1
- Branca* — Álvares (Domingos), lavrador — 13
- Ribeira de Fráguas* — Fernandes (António), alfaiate — 21
- Vale Maior* — Antónia (Maria) — 15; António (Domingos) — 15; Domingues (Madalena), lavradora — 15; Domingues (Silvestre), lavrador — 15; João (Catarina) — 15; João (Domingos) — 15; Simão (Domingos) — 15
- ANADIA**
S. Lourenço do Bairro — Francisca (Maria), a «Lameirinha» — 24; Matoso (António Dias), trabalhador — 24; S. José (Maria de) — 24
Tamengos — Matoso (António Dias) — 24
- AROUCA**
Arouca — Ramos (Domingos de Pina), oficial de calafate — 4
- AVEIRO**
Aveiro — Afonso (Pedro) — 23; Alcoforado (Rafael de Almeida) — 7; Almeida (D. Mariana de) — 7; Bocarra (Isabel de Almeida) — 7; Cabreira (D. Joana) — 6; **Coelho (Ventura de Bastos)**, escrivão dos Órfãos na vila de... — 8; Correia (António), alfaiate e picadeiro da Inq. de Coimbra — 8; Dias (Gonçalo), pasteleiro — 23; Esperança (Maria da) — 23; Figueiredo (Custódio de), sapateiro — 23; Figueiredo (José de), ourives da prata — 23; Figueiredo (P.^o Manuel de), Secretário do S.^{to} Officio — 23; Figueiredo (Maria de) — 23; **Figueiredo (P.^o Vitor de)**, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra e abade colado da igreja de S. Mamede do Coronado, S.^{to} Tirso — 23; Fonseca (Martins da), médico — 7; João (Maria) — 8; João (Páscoa) — 8; Nunes (Maria) — 23; Quaresma (Maria) — 23; Santos (Maria dos) — 23; Silva (Catarina Brandoa da) — 7
- Esgueira* — Barbosa (Cecília) — 6; Cabreira (António), escrivão da Provedoria e Com.^a de... — 6; Cabreira (Luís) — 6; Coelha (Margarida) — 6
- ESPINHO**
Espinho — Afonso (Isabel), lavradora — 2; Anes (João), lavrador — 2; João (António), lavrador — 2
Paramos — Anes (Pedro), lavrador — 2; **Antunes (Valério)** — 2; Henriques (Maria), lavradora — 2; João (António), lavrador — 2; João (Maria), lavradora — 2
- ESTARREJA**
Canelas — João (Isabel) — 21
Salreu — Fonseca (Mateus da), médico — 7
- FEIRA**
Canedo — António (Maria) — 8; Soares (Domingos), vendedores de vinho, pão e azeite — 5
Feira — Almeida (Isabel de) — 6; Barbosa (André) — 6; Berredo (Manuel Pereira), Familiar do S.^{to} Officio — 7; Freitas (Domingos de) — 16; Queimado (António), chameleiro — 8; Queimado (António), chamado o Pedro Lucas — 8
Lobão — Ferreira (Domingos), vendedor de carne de vaca — 5; Francisca (Isabel), vendedora de vinho, pão e azeite — 5; Henriques (Domingas), vendedora de carne de vaca — 5; Henriques (Domingos), canasteiro — 5; Henriques (Ma-

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

ria), tecedeira — 5; Soares (Domingos), vendedor de vinho, pão e azeite — 5
Lourosa — Pinheiro (Baltasar) — 10; Pinheiro (Baltasar), sapateiro — 10; Gomes (Isabel) — 10
Souto — Henriques (Domingos), canastreiro — 5; Henriques (Maria), tecedeira — 5; Soares (Valério), fabricante de retrozes — 5

MURTOSA

Bunheiro — Marques (Antónia), lavradora — 20; Rodrigues (António), lavrador — 20; Rodrigues (Madalena) — 20
Murtosa — Fernandes (António), piloto da Índia — 17; Fernandes (Maria) — 17; Jorge (Manuel) — 17

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Carregosa — Antónia (Maria) — 8; Basto (Francisco de) — 8; Bastos (Manuel de), alfaiate — 8
Cesar — Correia (António), alfaiate e picadeiro da Inq. de Coimbra — 8; Correia (Luzia), lavradora — 8; Martins (João), lavrador — 8
Cucujães — Faria (João Dias), mestre marceneiro — 18; Manuel (Francisca) — 18; Silva (António da) — 18
Pinheiro da Bemposta — Ribeiro (Domingos), o «Velho» — 9; Silva (Domingos Ribeiro da), negociante

— 9; Silva (Manuel da), lavrador — 9; Silva (Maria da) — 9; Silva (Maria da), lavradora — 9

OVAR

Ovar — Bastos (Manuel de), alfaiate — 8; Coelho (Ventura de Bastos), escrivão dos Órfãos na vila de Aveiro — 8; Francisca (Catarina) — 8; Gato (Manuel André), mercador de vinhos — 8; Lopes (Antónia), lavradora — 8; Lucas (António Rodrigues), cavaleiro professor da Ordem de Cristo — 17; Lucas (José Rodrigues) — 17; Maria (Josefa) — 17; Oliveira (Francisco Rodrigues de) — 11; Oliveira (Josefa Maria de) — 8; Oliveira (Maria de) — 8; Oliveira (Maria de), lavradora — 11; Oliveira (Tomé de), pintor — 8; Queimado (António), chameleiro — 8; Rio (António Rodrigues do), lavrador — 8; Rodrigues (Bernarda) — 8; Rodrigues (Gonçalo), lavrador — 11

SEVER DO VOUGA

Silva Escuro — Fernandes (Margarida) — 2; Luís (Fernão) — 2; Luís (João), lavrador e mercador de pano de linho — 2

VAGOS

Vagos — João (Maria) — 8

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

CONSIDERAÇÕES SUSCITADAS POR UMA CARTA DE ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO

A OS mais antigos leitores desta quadrigenária revista — *Arquivo do Distrito de Aveiro* —, e mesmo a outros que por necessidade de rebuscar na inquirição do passado aveirense ou mesmo que se imiscuem tão-só por aprazimento, ou natural propensão de mergulhar nas raízes, e, assim, em alicerces históricos e de evolução urbanística de confiável solidez — pois, para todos aqueles que se debruçam, prescrutadores, sobre o que Aveiro foi antes de chegar ao que é, não aparece como novo ou estranho o nome de JOSÉ FERREIRA DA CUNHA E SOUSA.

Na verdade, nesta revista se transferiram à divulgadora letra de forma algumas dezenas de suas laudas de feição memorialística⁽¹⁾ sobre Aveiro, a partir do primeiro quartel do Século XIX e por aí adiante até já entrado o primeiro decénio deste a que estamos assistindo ao último, de inquietações, de sempre insatisfeita sofreguidão e celeridade. E, porque, irresistivelmente, não poderia omitir, e embrechar nas suas memorações, alguns factos mais próximos do seu projecto óbito de quase centenário, em 1912.

Mais com um propósito de prestar um contributo e um testemunho pessoais, resultantes da observação directa ao longo de quase dez decénios de evolução urbanística — para o tempo de rudimentares e rotineiras perspectivas materiais, com proporções consideradas impressionantes — e de reminiscências dela conservadas, o meticoloso, metódico, anotador do dia a dia, deixou elementos de informação muito úteis aos

(1) «Memória de Aveiro do Século XIX», in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VI, 1940, pág. 83.

estudiosos de hoje. Em certos aspectos, porque mais do que qualquer outro forneceu o pormenor exacto que desfaz as dúvidas ou as hesitações, pode mesmo considerar-se imprescindível para o conhecimento do que nos parecerá hoje uma transformação, de quase um século, demasiado ronqueira, da urbe aveirense, que agora nas últimas dezenas de anos mudou muito mais pronunciadamente de aspecto e cresceu consideravelmente de área e de população.

Ele, aliás, propunha-se expressamente — e afirma-o na «Espécie de Prefácio» com que abre o seu prestimoso trabalho — roteiro de retrospectiva octocentista — «dar à nova geração uma ideia do que era Aveiro no primeiro quartel do século passado, e até 1834, e dos muitos e importantes melhoramentos materiais, tanto na cidade como nos subúrbios», e efectuados especialmente na segunda metade do mesmo século. Ou antes, a partir dos anos quarenta dessa centúria, a partir dos primeiros passos dados, pela Municipalidade desde que nela, com um primeiro ainda tívio impulso, ocupou a presidência Domingos dos Santos Barbosa Maia, que ficou memorável, e memorado como patrono de uma rua cidadina, sob o nome mais corrente de Domingos Carrancho.

A publicação da Memória a que vimos aludindo ficou a dever-se — e foi esse um dos múltiplos serviços inestimáveis que tem prestado à cultura aveirense — ao Sr. Dr. Francisco Ferreira Neves, o mais esforçado dos criadores e animadores desta revista, repositório riquíssimo e padrão marcante da historiografia aveirense, que precede o trabalho divulgado de um desvendador escorço biográfico, com os passos capitais da vida tão prolongada e laboriosa de José Ferreira da Cunha e Sousa.

Pessoa de evidência não só em Ílhavo, onde nasceu a 5 de Abril de 1813, e em Aveiro, onde exerceu funções de Secretário-Geral do Governo Civil, durante vários anos, a partir de 1858 — e anteriormente, no degrau burocrático anterior já estivera durante quase dois decénios — e estabeleceu residência. Manteve, aliás o domicílio em Aveiro, depois de se haver aposentado, aos sessenta e quatro anos, e nele viria a falecer, a menos de meio ano de completar o centenário. Precisamente a 18 de Novembro de 1912.

Ao que parece, beneficiando de uma qualquer disposição legal então vigente, e porque desde 1865 exerceu o cargo de

governador civil, sucessivamente e quase sem solução de continuidade, em Faro, Viseu, Leiria e Santarém, e se encontrava a desempenhar esse cargo na altura em que cessou a actividade ao serviço público, aposentou-se mesmo como governador civil.

O facto toma hoje um aspecto insólito. Somente acontece haver no momento actual, em circunstâncias afins, mais do que um antigo ministro aposentado exactamente nessa categoria da hierarquia estatal.

Esta grada individualidade da sociedade aveirense de uma grande parcela do Século XIX, veneranda figura que ultrapassou, como vimos, a primeira década da centúria presente, foi ao longo da sua estirada vida um coleccionador de toda a sorte de documentos dos casos em que interferiu, por onde quer que as funções o levassem, mas um bibliófilo, um homem com bagagem cultural, um leitor de várias matérias de saber.

A sua livraria pessoal, enriquecida por seu filho Alexandre, viria a constituir, por aquisição da Câmara Municipal, já nos inícios do segundo quartel de novecentos, o núcleo inicial da Biblioteca Municipal de Aveiro — a que depois se deu, bem avisadamente, como patrono Aires Barbosa, o notável humanista aveirense do século de quinhentos.

Mas, se, enquanto à sua intervenção na vida pública conservava metodicamente, para qualquer eventualidade futura notas e documentos numerosos, originais ou em exactas cópias, na vida particular procedia de maneira similar, habilitando-se a memorar, com precisão, quaisquer factos de ordem pessoal ou familiar ou acontecimentos merecedores de não passarem ao limbo do esquecimento. E, assim, nos almanaques que da sua biblioteca pessoal viriam a transitar para a municipal, e que abrangem, modestos graficamente embora mas não despidiendos, uma longa série de anos, surgem, aqui ou além, anotações. Algumas, como a data em que o metuculoso anotador tomou um laxante ou foi levado à cama por quaisquer manifestações gripais, ou o registo de algum baptizado ou casamento de pessoas, já agora falecidas há mais ou menos longo tempo, e sem deixarem rastro. Ora, a par dessas, do apontamento de dias de mais acentuada intempérie, de cheias ou de efemérides régias ou da família real, fixam-se, com escrupulosa exactidão de data grandes acontecimentos, inaugurações de melhoramentos locais e de âmbito nacional, comemorações e registo de óbitos de personalidades com maior evidência social ou mais chegado parentesco. E sempre em sintéticos termos, como mera recordatória que apenas pretendiam, numa letra miúda, bem desenhada e certa, infelizmente com tinta que nem sempre primava pela indelebilidade.

*
* *
*

Este homem efectivamente útil, com uma larga experiência acumulada na vida pública e desde muito novo no trato do semelhante na luta esforçada e pertinaz pela vida — já que após a Revolução do 16 de Maio de 1828, preso o pai pelos miguelistas e caída a família em ruína, teve de abandonar o propósito de tirar o curso jurídico, para prover à subsistência da família privada de chefe — possuía comprovados e consabidos predicados. MARQUES GOMES na larga nota biográfica que lhe consagra no *Campeão das Províncias* na altura em que esse ilustre ilhavense, filho e neto de aveirenses de condição e ele próprio com muito mais tempo passado em Aveiro do que na vila natal, com a autoridade que lhe conferia um convívio assíduo apontava-lhe traços muito dignos de apreço e de simpatia. E, assim, o dizia aquele aveirógrafo tão atento ao passado da sua terra, que devotada e incansavelmente estudou e serviu, como ao que, nos mais pequenos pormenores podia registar, do seu próprio tempo: «Encanecido no serviço público, rodeado de affectos, respeitado e querido por todos /.../, com uma existência honrada e muitas vezes trabalhosa e difícil.

Individualidade prestante, com uma larga experiência acumulada a que os governos recorriam quase ininterruptamente para acção pública — foi governador civil de diversos distritos (Viseu, em 1868 e 1870), Leiria (1868 e 1870), Coimbra (1869), Santarém (1871), Portalegre (1877) — como que constituía uma reserva para ocorrer com mais seguro êxito a qualquer eventualidade mais delicada e momentosa.

*
* *
*

ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO, o famoso «Sampaio da Revolução», numa altura em que sobre ele, ministro do Reino do Governo de raiz setembrista no poder, impendiam as responsabilidades da política, em especial as do nível dos distritos administrativos, recorre mais uma vez, numa emergência com que se via a braços à reconhecida ponderação, à clarividência e tacto, e à capacidade e lisura de Ferreira da Cunha — já então conselheiro, pois recebera a carta que lhe outorgava essa prerrogativa em 7 de Setembro de 1871.

Seis anos quase exactos sobre essa data, SAMPAIO vai arrancá-lo, creio que de Portalegre para o governo civil de Faro. Escreve-lhe, asseverando-lhe que por pouco tempo embora

e para exercer funções fáceis; mesmo para quem não possuísse os predicados do convidado, pedindo-lhe que, para assentarem pormenores, passasse pelo Ministério.

Mas confiava plenamente em que assentisse ao convite, esperando que a resposta fosse dada com a própria presença no gabinete do ministro.

Aliás, podia, como RODRIGUES SAMPAIO lhe inculcava na mesma carta, — que a seguir transcrevemos integralmente — deixar a família em Aveiro. Com efeito, à sua residência aveirense regressou, nela permanecendo ainda à volta de trinta e três anos, menos de três meses depois de ser empossado na última das magistraturas de feição distrital que lhe foi confiada. E, como com licença legal prolongasse a qualidade de governador civil, como tal viria a aposentar-se em meados de Janeiro de 1879, e deste modo se compreendendo que com a categoria de governador civil, como atrás referimos, exactamente.

*
* *
*

Ora, por natural associação de ideias, surge aqui o ensejo de recordar que aquele jornalista notável — que, segundo um dia declarou no parlamento, mais prezava essa qualidade que a de ministro ou mesmo de presidente do governo — essa eminente personalidade que, como alguém escreveu, «às qualidades de jornalista insigne, escritor brilhante, lutador ardoroso, juntava as de bondade, honradez, simplicidade e espírito de justiça assinaláveis — não tendo ligação propriamente com Aveiro, a teve, estrita e determinante no seu currículo político e social com as duas mais eminentes figuras aveirenses do liberalismo — JOSÉ ESTÊVÃO e MENDES LEITE.

Efectivamente esse renomado jornalista, porventura o mais notável e intrépido do seu tempo, o polemista veemente — a que, como também escrevera Ramalho Ortigão, o panfleitário de *As Farpas*, «o exercício da escrita desempenhava», pois «de todo o seu rancor fazia tinta, e jamais houve ódio que lhe subisse do bico da pena para dentro» — a que uma situação política eminentemente repressiva levou à clandestinidade e à publicação escondida de *O Espectro*; entrou para a redacção da *Revolução de Setembro*, onde se celebrou, no ano imediato (1841) ao da fundação daquele diário pelos dois mencionados aveirenses.

JOSÉ ESTÊVÃO tivera ocasião de lhe apreciar os predicados na *Vedeta da Liberdade*, no Porto. E nunca mais perdeu de vista o promissor jornalista. Assim, convidou-o para seu auxiliar no corpo redactorial da *Revolução*, onde — como

EDUARDO COELHO o futuro fundador do *Diário de Notícias* fora encarregado pelo tribuno de «encher o chouriço», ou seja de aprovisionar o jornal dos pequenos *fait-divers* — passou a desempenhar as ainda modestas funções de noticiarista. E percebendo os também modestos honorários de dezanove mil e duzentos reis mensais.

«Os artigos políticos, esses segundo assevera Marques Gomes num artigo que, com a sua peculiar segurança de erudição, consagra ao assunto ⁽¹⁾ — eram escritos por José Estêvão e Mendes Leite; que eram também os proprietários do jornal, e, na falta de qualquer dos dois, por José Alexandre de Campos, seu colega da Câmara dos Deputados».

*

Ora nesse ano, o famoso parlamentar aveirense José Estêvão fora, em princípios de Agosto, efectuar um tratamento termal nas Caldas da Rainha. Suspendera, pois, a sua missão de fundista. E tanto mais que sendo o mais activo e influente inspirador do quotidiano, que, em especial, por traduzir a sua opinião e dos seus correligionários, adquirira extensa audiência nos meios políticos — na maior parte das noites, findo algum espectáculo de ópera, ou qualquer encontro ou serão com os seus parciais ou de sua predilecção de amador de uma extensa gama de prazeres da vida, ditava o artigo de Fundo.

Ditava, disse, porque o empolgante orador não escrevia, já pela sua propensão de consabida espontaneidade oral e torrencial fluência, já porque, com a mais gatafunhada letra, se tornava extremamente difícil discernir quanto, nervosíssima e pressurosamente, garatujava, quando não era mesmo charadisticamente indecifrável, para o próprio autor.

*

Na mesma ocasião, MENDES LEITE ausentava-se amiudadamente para o Estoril, a satisfazer exigências dos hábitos contraídos no litoral aveirense, de banhos do mar. Não podia, pois cumprir a sua quota parte da absorvente missão de redactor político de um órgão partidário, e muito menos suprir a falta imprevista dos mais frequentes artigos do fraternal companheiro de luta. José Alexandre de Campos tinha, assim, que os substituir aos dois, praticamente sem interrupção.

(1) *Jornal do Comércio*, n.º 14226, de 22-9-1901.

Ora este último — com certo pendor temperamental para os ócios bem fruídos e, na altura, tendo ganho indiscutível direito a uma folga, em 15 de Agosto, aproveitando-se de uma vinda de Mendes Leite a Lisboa, deu-se feriado a si próprio.

Mendes Leite, a seu turno, confiado na assiduidade do amigo, apenas por volta das duas horas da madrugada, cansado e a cabecear de sono, passara, por mecânico hábito inverterado, pela redacção, foi ansiosamente abordado por José Bernardino de Abreu Gouveia — proprietário da tipografia onde se imprimia, na altura, a *Revolução* e que superintendia na elaboração do jornal — e que lhe reclamava, com imediata urgência, o artigo principal, imprescindível, para a manutenção dos créditos do prestigiado matutino e decoroso cumprimento estrito das normas jornalísticas da época.

O coproprietário do jornal, pleno conhecedor do que, na circunstância, da sua experiência e qualificação de articulista se requeria, dispunha-se já a vencer todas as inibições, a fadiga e a desatenção dos acontecimentos lhe criavam e a fazer o esforço que os sobrepujasse. Sentava-se já à secretária e lançava mão da pena para rapidamente redigir o indispensável artigo. Como que, providencialmente, todavia, nesse momento de angústia, tímida, insegura do acolhimento que a sua ousada intromissão suscitasse, ouviu-se a voz salvadora de Sampaio. Acabara, declarou hesitante, de escrever umas dezenas de linhas sobre um tema, de momentoso interesse ao que lhe parecia, e, afinal muito palpitante, para correligionários e até para as de opinião diversa. Talvez, acrescentaria na sua modéstia de «caloiro», à falta de artigo mais autorizado e de pena mais apurada, pudesse ocasionalmente servir para o *fundo* do dia seguinte, cuja falta estava causando tão agudas apreensões.

MENDES LEITE, como se uma «alma nova» lhe nascesse, mal ouviu aludir ao tema e ao modo como era desenvolvido. Dispensou-se porém de ler, ou ouvir ler o artigo que no momento mais azado surgira para o safar de uma dificuldade. «Abraçou Sampaio como um salvador e, aliviado, saiu logo, recomendando a José Bernardino que o mandasse compor».

Desse modo casual, como tantas vezes sucede em emergências, que proporcionam revelações relevantes, a *Revolução de Setembro* publicou, em 16 de Agosto de 1841, o primeiro artigo político — aliás partilhando, em perfeita identidade, a orientação doutrinária e de combate dos dois prestigiosos mentores do influente diário — de ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO, estreante que pouco tardaria a disfrutar de muito saliente evidência. E de tão extensa nomeada, que a breve trecho, por antonomásia se tornaria conhecido e famoso como «Sampaio da Revolução».

*
* *
*

Concluindo a notícia que topo e com a qual me abono, do mencionado e quase inexaurível aveirógrafo, sobre este decisivo episódio da vida daquele que se afirmaria o mais insigne plumitivo—para empregar um termo muito em voga na época—observou-se que o artigo do ainda desconhecido jornalista que ensaiava o primeiro voo para além do raio das suas apagadas tarefas de noticiarista, teve um amplo eco. Chegou mesmo a ser transcrito, na edição de dois dias depois, pelo jornal fielmente legitimista, *Portugal Velho*, o mesmo que JOSÉ ESTÊVÃO, dando uma edificante demonstração de tolerância, um dia defendeu, cintilante e eficazmente, na barra do tribunal.

Teve mesmo esse evidenciador artigo de estreia, notório êxito. Assim, também «José Estêvão, reconhecendo que o mesmo não era nem de Mendes Leite nem de José Alexandre de Campos — conta-o ainda Marques Gomes — perguntou logo, das Caldas, quem era o seu autor. Sabendo-o, escreveu a Sampaio, dando-lhe os parabéns e o título de coronel, por que desde então o trataram, e pedindo-lhe, ao mesmo tempo, que escrevesse sempre que pudesse».

E a informação a que nos vimos arrimando completa-se, acrescentando ainda um pormenor: «Regressando a Lisboa, José Estêvão nomeou Sampaio redactor político do seu jornal e elevou-lhe o ordenado a sessenta mil reis mensais».

Promovido a «coronel» por distinção e de um pulo avançado, a partir de um posto subalterno — e não mais porque do título de general ainda José Estêvão não via motivo para abdicar — viu também por um golpe da fartura mais que triplicar os honorários.

Ocupando a partir do prestígio, que então foi ganhando progressivamente, posições da mais alta hierarquia, esse democrata medular, vigoroso e escorreito, vigoroso artista da palavra escrita, generoso e desapegado de interesses materiais, viria a morrer tão pobre como limpo.

*
* *
*

RAMALHO (1) via nesse hercúleo jornalista e homem público, do mesmo passo, «a força nobilitadora de um grande talento literário, a honestidade de uma convicção, o exemplo vivo do desinteresse mais perfeito, da abnegação mais absoluta e da

(1) *As Farpas*, vol. III, pág. 260.

mais generosa e alegre bondade a que pode chegar um carácter».

Pois uma personalidade desta estirpe se ficou, porventura, devendo a revelação ao acaso de um manuscrito, e ao dom de argúcia na busca e escolha dos colaboradores de José Estêvão. E também um mero acaso me trouxe às mãos entre o remanescente de um espólio documental desfeito quase a esmo, a carta que a ele e ao destinatário — ilhavense de nascimento, aveirense de ascendência e adopção — me proporcionou o ensejo de rememorar.

EDUARDO CERQUEIRA

*
* *
*

Meu caro Sr. José Ferreira da Cunha

Tenho um serviço a pedir-lhe. É o de ir por algum tempo para Faro, pouco tempo, e não mais do que 13 de Outubro.

V. Ex.^a virá por aqui e eu lhe abonarei as despezas da jornada. Deixe a família em Aveiro porque a ausencia é por pouco tempo.

A razão da urgencia é porque o Rego não pode exercer o cargo de secretário d'igo de governador civil sendo secretario geral pois deve exercer o cargo do Ministério publico, e ha talvez inconveniente por circumstancias especiais de servir de governador civil e conselheiro de distrito.

As funções que V. Ex.^a tem de exercer são faceis. O secretario geral tem o fio da questão eleitoral e pode-o desenvolver sem V. Ex.^a ter trabalho. Emfim, a esse respeito aqui fallaremos.

Mas é o que eu desejo comunicar-lhe e espero que a resposta a esta seja a sua própria presença.

Lisboa 1 de
Sbro de 1878

Sou de V. Ex.^a
am^o e cr.^o obrig.^o
A. R. Sampaio

FESTEJOS EM AVEIRO EM LOUVOR DE SÃO JOÃO DA CRUZ, NO ANO DE 1727

ACÇÃO DA «ACADEMIA DOS AQUILINOS»

A O consultarmos na Biblioteca Municipal do Porto o volume da *Gazeta de Lisboa* dos anos de 1726-1727, deparamos na página 390 com um artigo datado de 4 de Novembro de 1727 no qual se descrevem os grandiosos festejos que tiveram lugar na vila de Aveiro nos dias 14 a 28 de Outubro do mesmo ano de 1727 em louvor de S. João da Cruz e para celebrar a sua canonização ocorrida em 1726.

Estes festejos realizaram-se nos dois Conventos de Carmelitas Descalços, um de freiras e outro de frades, que havia em Aveiro e também nas ruas e praças públicas desta Vila. Neles colaboraram o Clero, a Nobreza e o Povo de Aveiro e de outras localidades, e ainda a «Academia dos Aquilinos», instituição cultural fundada em Aveiro no ano de 1723 e talvez ainda desconhecida nos nossos dias. Desta Academia faziam parte os mais ilustrados homens de Aveiro que quiseram com um certame poético-sacro abrilhantar esta festa em honra do poeta místico do século XVI que foi São João da Cruz.

Oriundo de Espanha, nasceu este santo perto de Ávila em 1542 e morreu no ano de 1591. Entrou aos vinte anos de idade para a Ordem Carmelita em Medina, tendo aí estudado Humanidades e professado em 1564. Por influência de Santa Tereza de Ávila, reformadora da Ordem do Carmo, procedeu à reforma carmelitana e fundou o primeiro Convento de Carmelitas Descalços.

Conhecemos a cidade de Aveiro e alguma coisa da sua

história. Aí vivemos e fomos, por nomeação ministerial, o primeiro Director do Arquivo Distrital de Aveiro.

Por isso entendemos que este artigo em causa interessa à história de Aveiro. Nele mencionam-se costumes, recursos e instituições culturais de Aveiro na época a que se reporta. E assim convém reproduzi-lo nesta prestigiosa revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*, como a seguir se verifica.

Porto, Novembro de 1976

MARIA CAMILA LUMIAR RAMOS

*

* *

ARTIGO TRANSCRITO

«Aveiro 4 de Novembro de 1727

Esta vila que sempre teve numa particular devoção a S. João da Cruz, desde o tempo da sua Beatificação, e tem em si dois Conventos da sua Ordem, se empenhou agora em o celebrar canonizado, com distinto obséquio na qualidade, e extensão dos festejos; concorrendo para os fazer mais plausíveis não só o Clero e Comunidades, mas ainda a Nobreza. Principiaram estes no dia 14 de Outubro com dois Tríduos, um na igreja dos Padres Carmelitas Descalços, outro no das religiosas do mesmo hábito iluminando-se nas noites destes seis dias ambos os Conventos, e à sua imitação a Vila toda com inumeráveis luminárias, e fogos exquisitos, que formaram uma magnifica e alegre perspectiva. Na tarde do dia 19 em que os Tríduos se acabaram, se fez uma notável Procissão de Triunfo, composta de 16 Andores, dez figuras a cavalo e vinte a pé, tudo acomodado a vários actos e virtudes do Santo, e em último lugar um carro triunfal, em que se representava o seu glorioso trânsito, assistido de várias figuras de Anjos, com instrumentos, suntuosamente vestidos, e adornados de jóias de grande preço como as mais figuras.

Nos dias 20, 21, 22 entrou a Academia dos Aquilinos (erigida nesta Vila no ano de 1723) a celebrar na Igreja do Carmo o seu Certame poético-sacro, que tinha publicado alguns meses antes, em louvor do mesmo Santo; e foi sem dúvida um célebre Tríduo Literário, em que os engenhos assim naturais, como forasteiros, desempenharam nobremente os assuntos em aplauso do Santo, admitindo-se neste acto quatro idiomas para as composições poéticas, e em cada uma houve seu Orador, todos Académicos.

Dispôs o auditório com uma breve e elegante Oração na língua portugueza Francisco Teixeira Pimentel, Secretário da Academia; seguiu-se a orar na Língua Latina o Doutor Brás Luís de Abreu; na Portugueza João Egas de Bulhões e Sousa; na Castellhana Francisco de Pina de Melo; e na Francesa Diogo Luís Perestrello Rangel de Quadros.

Houve dez assuntos diferentes, fundados nas acções do Santo e para cada um primeiro e segundo prémio, que se distribuíram por três Juizes aos autores das obras, que se julgaram mais beneméritas, as quais se ficam copiando com as outras para se dar ao prelo. Em todas

estas funções se ouviu na igreja e no claustro do Mosteiro a harmonia de três coros de músicos escolhidos, que concorreram de várias partes.

Nos dias 23, 24 e 25 se deputaram para todo o género de cavalarias, como escaramuças carreiras, canas, alcanzinas, lanças e sortilha, com vários prémios. Nos dias 26 e 27 houve combate de touros; e finalmente no de 28 se representou uma Comédia intitulada *La mejor Luz del Carmelo*, que compôs em louvor do mesmo Santo José da Mota da Silva, um dos três Juizes do Certame. Toda esta festividade se fez com majestosa pompa, e universal admiração dos povos, que concorreram das terras circunvizinhas».

bibRIA

AO CONCLUIR QUARENTA E DOIS ANOS — ALGUMAS NOTAS BIOGRÁFICAS DOS FUNDADORES DO «ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO»

HÁ mais de um «carro de anos» — para nos servirmos da expressão popular que designa os quatro decénios cumpridos — foi fundada esta revista de estudos *Arquivo do Distrito de Aveiro*, por António Gomes da Rocha Madahil, Francisco Ferreira Neves e José Pereira Tavares. E apetece utilizar aquela expressão já que, autónoma, com independência nos temas, no modo de os tratar, e na indiscriminação dos nomes que subscreveram trabalhos, os mais diversificados. O *Arquivo*, exumador e marco histórico da cultura aveirense, iniciou a sua publicação no primeiro trimestre de 1935, vencendo sem desalentos os maus prenúncios que a sua fundação suscitou, e os escolhos que uma continuada tarefa desta feição naturalmente encontra, nesta já longa caminhada de quarenta e dois anos (1935-1976).

*

Pelos seus próprios meios e trilhando a rota desde o início traçada para propugnar pela valorização do património cultural e económico do distrito de Aveiro, teve sempre em atenção o facto de esta circunscrição administrativa ser bastante rica de elementos do passado e no presente, e ser uma unidade conglomeradora de aspectos e características com múltiplas gamas de diversidade que a tornaram como que uma súpula e uma

concentração das virtualidades do país em que se integra, não obstante a sua individualização singularíssima.

*

* *

Lançada com entusiasmo confiante, que nenhum cepticismo arrefeceu, e com simultânea e paralela ponderação das viabilidades de êxito e sobrevivência, foi acolhida com uma simpatia incentivante que desbordou os limites distritais.

Não lhe foram regateados os aplausos estimuladores de uma predisposição de prosseguimento. E os colaboradores, nados ou radicados nesta região, túrgida de capacidades e criatividade, que tem Aveiro como capital administrativa, ou afluídos de outros pontos do país — e alguns com qualificação de âmbito nacional — asseguraram-lhe, com bom quilate evidenciado, a subsistência, neste já longo período de esforços ininterrompidos. E, exumando documentos, divulgando informações inéditas, proporciona novos elementos, instrumentos de conhecimento e pistas para investigar e esclarecer o passado, consciencializar o presente e firmar com maior solidez, a construção do futuro.

Ora se, indubitavelmente, nos seus quarenta e dois volumes — tão altamente cotados, com tão copioso, variado e opulento recheio — esta revista tornou-se o mais rico e mesmo indispensável acervo de estudos sobre o distrito de Aveiro — sem termo de comparação, dizemo-lo afoitamente, pois o temos como um facto de tão flagrante evidência que julgamos não destoar que uma pena da «casa» o refira. Esse honroso atributo deve-se, primordial e efectivamente, aos fundadores. Fundadores e também fraternos directores de sete lustros de inteiro entendimento cooperante, de coesa, afectuosa e edificante unidade tripartida.

*

Esses beneméritos fundadores, a quem a Câmara Municipal de Aveiro galardoou, reconhecendo a valia exemplar dos serviços por eles prestados nesta revista, pelo mérito dos seus próprios trabalhos, nela devotadamente insertos, e pela atracção de valores intelectuais que conseguiram associar a essa prestantíssima obra cultural, foram — sabe-se, mas queremos repeti-lo nesta oportunidade — António Gomes da Rocha Madahil, Francisco Ferreira Neves e José Pereira Tavares.

Em 30 de Dezembro de 1959, a Câmara Municipal de Aveiro, aprovando por unanimidade uma expressiva proposta para esse efeito esmeradamente redigida pelo então presidente da edilidade, Dr. Alberto Souto — relevantemente qualificado para avaliar do préstimo, projecção e perduradoura valia dos serviços prestados a Aveiro —, distinguiu os três criadores desta revista com a «medalha de prata da Cidade de Aveiro».

A Câmara enaltecia e preiteava assim os trabalhadores que com ela e dentro dela haviam efectivado, prestigiando o distrito de Aveiro e a sua cidade capital; precisamente ao encerrar e como que a coroar o ano, em que esta singular cidade, que vinha a reassumir uma nova fase de progresso, celebrava o assumir dessa categoria, e digamos que inspirada e inspiradoramente, nesse ano jubilar do milenário alavariense (1959), reconhecendo e saldando com a mais exacta oportunidade, uma dívida de preito e gratidão.

*
* *
*

Decorridos mais dezassete anos, o *Arquivo do Distrito de Aveiro* completa agora (1976) quarenta e dois anos de existência laboriosa e prestadia. Quase redobram os motivos que creditam a revista no reconhecimento aveirense e no dos seus leitores iniludivelmente apetentes da substância que lhes propicia, e inalteradamente fiéis.

*

Essa já estirada vida, de transparentes proveitos, honra irrefutavelmente Aveiro e o seu distrito. E essa prolongada subsistência, com um indeclinado espírito de servir, isenta e desinteressadamente, e a preocupação de manter a qualidade verificada e estimada, honrando o próprio país, impõe que na própria revista que criaram e sustentaram, fiquem exaradas para exacta e conveniente informação futura, algumas notas biográficas, breves mas suficientes, dos fundadores.

*

Esses elementos curriculares — afirma-o com inteiro à-vontade, um cooperador que um dia teve a honrosa incumbência de canhestramente ocupar a vaga que resultou do falecimento de Rocha Madahil, em 1969, e que no cotejo do sucessor mais lhe faz avultar o merecimento —, a cuja figura já o «Arquivo» prestou sentido preito de saudade e admiração — impõe-se que na própria revista fiquem insertos para satisfação de curiosidade e necessidades porvindouras.

Nem faria sentido que entre tantos nomes realçados num largo conjunto de umas treze mil páginas de texto, alguma vez, num futuro próximo ou distante — porque esta revista permanecerá como, até hoje, o mais abundantemente rico elemento de consulta sobre Aveiro — alguém encontrasse essa lacuna, carecida de fundamentação e desculpa.

Daremos, pois, a seguir, as indispensáveis, objectivas, notas biográficas dos três edificadores desta obra que projecta Aveiro no futuro, voltando-se predilectamente para os tempos pretéritos desta região.

*

António Gomes da Rocha Madahil — Nasceu na vila de Ilhavo, distrito de Aveiro, a 10 de Dezembro de 1893, e faleceu na cidade de Lisboa, a 27 de Junho de 1969.

Frequentou o Liceu Nacional de Aveiro e o Liceu José Falcão em Coimbra. Fez o curso de Direito e estudos de Filologia Românica, na Universidade de Coimbra.

Exerceu os cargos de: 1.º conservador da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, de 1927 a 1932; 1.º conservador do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, de 1932 a 1953; Director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, de 1953 a 1961.

Foi encarregado dos trabalhos práticos de investigação histórica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, estabelecido pelo Dec. n.º 18003, de 25 de Fevereiro de 1930, e conservador-adjunto do Museu Machado de Castro, de Coimbra.

Foi também equiparado a Bolseiro do Instituto de Alta Cultura em 1958, para colaborar como Paleógrafo e Diplomata, na Comissão das Comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique, e exerceu o cargo de Director do Museu Municipal de Ilhavo (Etnografia Marítima) que fundou em 1937.

Academias científicas — Foi sócio da Academia Nacional de Belas-Artes, Instituto de Coimbra, Instituto de Arqueologia, História e Etnografia, Sociedade de Geografia de Lisboa, Academia Portuguesa de Ex-Libris, e de várias Academias científicas estrangeiras.

Rocha Madahil publicou muitos trabalhos de investigação histórica, e muitos documentos de grande importância, entre os quais:

«Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Santa Joana (do século xv)», edição de Francisco Ferreira Neves, 1939.

«Livro Verde da Universidade de Coimbra» (cartulário do século xv), Coimbra, 1940.

«Livro das vidas dos Bispos de Coimbra, escrito no século xvi pelo cónego Pedro Álvares Nogueira», Coimbra, 1942.

Milenário de Aveiro — Colectânea de Documentos Históricos, vol. I (959-1516), 1959; vol. II (1581 a 1792), 1968.

«O Cartulário Seiscentista da Mitra de Braga», 1968.

«Ílhavo no Século XVIII», 1937.

«O Foral Manuelino de Ílhavo», 1939.

«Estação Luso-romana do Cabeço do Vouga», 1941.

«Alguns Aspectos do Trajo Popular na Beira Litoral», 1971.

«Iconografia da Infanta Santa Joana», 1957.

*

Francisco Ferreira Neves — Nasceu na cidade de Aveiro, freguesia da Vera-Cruz, a 24 de Dezembro de 1892. Fez o Curso Geral dos Liceus no Liceu de Aveiro (1905-1910); e o Curso Complementar de Ciências no Liceu José Falcão, de Coimbra (1910-1912).

Em seguida, na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra tirou a licenciatura em Ciências Matemáticas (1912-1916). Tendo resolvido seguir a carreira do Magistério Lical das Matemáticas, tirou o curso da Escola Normal Superior da referida Universidade (1916-1918).

No ano lectivo 1918-1919, foi professor provisório no Liceu Nacional de Aveiro. Depois mediante concurso, foi nomeado professor efectivo do Liceu de Viana do Castelo, e aqui leccionou durante dois anos — 1919-1920 e 1920-1921.

Em 1921 foi nomeado professor efectivo do Liceu de Aveiro, e nesta situação se manteve ininterruptamente até à sua aposentação, no mês de Setembro de 1961.

Publicou os seguintes trabalhos:

A Matemática no Ensino Secundário, Dissertação para o Exame de Estado, Coimbra, 1918.

Várias obras de Matemática sobre *Aritmética*, *Algebra*, *Geometria* e *Trigonometria* para o ensino nos Liceus, aprovadas oficialmente e cada obra com várias edições.

E também, entre outras:

O III Congresso Regional das Beiras, Aveiro, 1928;

A Casa e Ducado de Aveiro. Sua origem, evolução e extinção, Aveiro, 1972;

O primeiro processo para a Beatificação e Canonização da Princesa Santa Joana, filha do rei D. Afonso v, Aveiro, 1958;

O processo informativo 1687 para a beatificação e canonização da Princesa Santa Joana filha do rei D. Afonso V. Aveiro, 1959.

Origem e Etimologia de Aveiro, Aveiro, 1936;

Vida e Testamento do Humanista Aires Barbosa (séc. XVI), Aveiro, 1948;

A Formação do Distrito Administrativo de Aveiro, 1969;

As supostas Cortes de Lamego, D. Afonso Henriques 1.º Rei de Portugal, Aveiro, 1973;

Livro dos Acordos da Câmara de Aveiro de 1580 — Subsídio para o estudo da vida municipal e nacional portuguesa no século XVI, Aveiro, 1971;

A Confraria dos Pescadores e Mareantes de Aveiro (1200-1855), Aveiro, 1973;

Desde 1935 tem sido colaborador assíduo da revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

É sócio do Instituto de Coimbra.

Actualmente é o director do «Arquivo do Distrito de Aveiro».

Durante alguns anos foi Presidente substituto da Junta Autónoma do porto de Aveiro.

bibRIA

José Pereira Tavares nasceu no Pinheiro da Bemposta, concelho de Oliveira de Azeméis, no dia 30 de Janeiro de 1887.

Por dificuldade de preparação, somente em 1901 foi fazer exame de instrução primária ao Liceu de Aveiro; mas só em 1902 se matriculou no 1.º ano do mesmo Liceu.

Depois de aprovado no 5.º ano (1907), frequentou o 6.º e 7.º anos de Ciências no Liceu de Alexandre Herculano; mas, resolvendo ingressar na carreira do magistério liceal, fez em 1910 exame do 7.º ano de Letras no Porto.

Tirado o Curso Superior de Letras (1915), foi em Janeiro de 1916 nomeado professor agregado do Liceu de Viseu, onde esteve até 31 de Outubro daquele ano. A partir de 1 de Novembro, passou a exercer o ensino como agregado, no Liceu de Aveiro.

Foi nomeado professor efectivo do Liceu de Angra do Heroísmo em 31 de Março de 1917; no dia 17 de Agosto do mesmo ano, do Liceu de Portalegre; e no dia 17 de Outubro, fez permuta com dois colegas e foi colocado no Liceu de Aveiro. Em Janeiro de 1926, foi nomeado Reitor efectivo, e nessa situação esteve até Julho de 1931, em que pediu a exoneração do cargo.

Em Outubro de 1940, foi convidado pelo ministro Mário

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Figueiredo a exercer o mesmo cargo, o qual veio a ocupar ininterruptamente até atingir o limite de idade em 1957.

Principais trabalhos:

O Ensino do Português nos Liceus (1914); *O Culto de Camões e a Interpretação de «Os Lusíadas» nos Liceus* (1915); *Gil Vicente e a Origem do Teatro Português* (1921); *O Poeta Melodino* (1921); *Selecta de Trechos Arcaicos e Medievais* (1932); *História da Língua Portuguesa* (1923); *Eglogas de Rodrigues Lobo* (1928); *Ortografia Portuguesa* (1928); *Cinquenta Fábulas de Fedro* (1929); *Livro de Leitura* (1.^a e 2.^a classe), (1921); *Selecta Literária* (3.^a, 4.^a e 5.^a classe) 1932; *Método Elementar de Latim* (1935); *Gramática Elementar de Português* (1937); *História do Liceu de Aveiro* (1937); *Como se devem ler os Clássicos* (1941); *O Crime do Padre Amaro* (1943).

Colaboração na revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

Em 1919-1920, organizou o primeiro grupo cénico de alunos e alunas do Liceu de Aveiro. O primeiro espectáculo, precedido duma palestra sobre «Gil Vicente e a Origem do Teatro Português», foi constituído pelo «Monólogo do Vaqueiro», e Exortação da Guerra», de Gil Vicente; 3.^a jornada do «Fidalgo Aprendiz», de D. Francisco Manuel de Melo e uma comédia ligeira.

É presentemente director-adjunto do *Arquivo do Distrito de Aveiro*.

Aveiro, Dezembro de 1976

EDUARDO CERQUEIRA

BIBLIOGRAFIA

O *ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Alfa. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1972-1973. N.ºs 18/19 — Marília — S. P. Brasil.

Aveiro e o seu distrito. Publicação semestral da Junta Distrital de Aveiro. N.ºs 21 e 22. Aveiro, 1976.

Biblos. Revista da Faculdade de Letras de Coimbra. Vol. LI. Coimbra, 1975.

Estudos Históricos. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. N.ºs 13, 14 e 15. Marília — S. P. Brasil, 1975.

Ora & Labora. Revista litúrgica beneditina. Ano XXI, n.º 4 de 1975; ano XXII, n.ºs 1 a 3 de 1976. Mosteiro de Singeverga, Koriz (Santo Tirso).

Revista de Guimarães. Publicação da Sociedade Martins Sarmento. Vol. LXXV de 1975; Vol. LXXVI de 1976. Guimarães.

Revista de História. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e Sociedade de Estudos Históricos. N.º 102 de 1976, n.ºs 105 e 106 de 1976. São Paulo — Brasil.

*

Publicações do Museu Nacional da Ciência e da Arte — *Egas Moniz. Primeiro centenário, 1874-1974*. N.º 4. Coimbra, MCMLXXIV.

Diputacion Provincial de Barcelona — *Anuario de la Biblioteca de Cataluña y de las populares y especiales de Barcelona* — 1974. Barcelona, 1975.

— — *Catálogo de la Produccion Editorial Barcelonesa, 1974-1975*. Barcelona, 1976.

JOÃO GONÇALVES GASPAR, *Lima Vidal no seu tempo (1874-1958)*. Vols. I, II, III. Edição da Junta Distrital de Aveiro, 1974.

PIERRE VALIÈRE, *Le voyage de Magellan raconté par un homme qui fut en sa compagnie*. Édition critique, traduction et commentaire du texte manuscrit recueilli par FERNANDO OLIVEIRA. Préface de PAUL TEYSSIER. Centro Cultural Português. Fundação Calouste Gulbenkian. Paris, 1976.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN — *IV Relatório do Presidente JOSÉ DE AZEREDO PERDIGÃO*, 1 de Janeiro de 1972 — 31 de Dezembro de 1974. Lisboa, 1976.

Bartholomaeus de Martyribus, O. P.

(1514-1590)

OPERA OMNIA

I. CATECISMO OU DOCTRINA CRISTÃ, ed. Fátima, 1962, xxxii + 376 pp.

II—VII. THEOLOGICA SCRIPTA:

1. ANNOTATIONES IN 1^{AM} PARTEM SUMMAE THEOLOGIAE, ed. 1977, xx + 360 + 442 pp.
 2. ANNOTATIONES SUPER 2^{AM}—2^{AE}, ed. 1973, xxxviii + 612 pp.
 3. ANNOTATA IN 2^{AM}—2^{AE}, qq. 1-63
 4. ANNOTATA IN 2^{AM}—2^{AE}, qq. 64-154
 5. SCRIPTA SUPER 4^{UM} SENTENTIARUM
 6. SCRIPTA SUPER 4^{UM} SENTENTIARUM
- } ed. 1974, xlviii + 1384 pp.
} ed. 1975, xliv + 1480 pp.

Cura et studio

P. Fr. Raul de Almeida Rolo, O. P.

BRACARAE

ALZIRA TEIXEIRA LEITE MOREIRA, *Inventário do Fundo Geral do Erário Régio*, Lisboa, xxiii + 177 + 4 pp.

Paciente e criteriosamente concebido e coordenado, este trabalho metuculoso e revelador reveste-se, na exaustiva inventariação que compreende e desvenda, de muito interesse para quem, por necessidade ou predilecção de estudo de temas desta feição pode, por esta segura via, encontrar elementos quer para estudos de concretas finalidades úteis, quer pelo gosto, e propensão de cultivar desinteressados temas de carácter histórico.

A autora com um sentido de profissionalismo que não se compadece com as meras tarefas requeridas pela estrita função burocrática, confinada, introvertida no ambiente do ofício, exerce o cargo de Primeiro Bibliotecário Arquivista do Tribunal de Contas, e desempenha-o impondo-lhe uma projecção e uma vida que transpõe o âmbito físico da instituição que serve. Digamos que, «sem conta» de tempo e de dispêndio de esforço suplementar, se entregou à meritória tarefa de propiciar ao conhecimento público — através dos dois mil exemplares da obra — o grande acervo de documentos cujo conhecimento pormenorizado estava fora do alcance, e era em pormenor ignorado, daqueles que, de alguma forma, com eles tenham interesse em se abonar.

Com uma introdução, que abre um rasgado e claro itinerário, desde a instituição no consulado pombalino do Erário Régio, e da sua concentradora função «extractora», específica na orgânica da administração estatal, a obra, com cerca de duas centenas de páginas, «inventaria» 5369 espécies — as quais se passa, assim, a saber não apenas que existem, mas onde se encontram e eventualmente podem ser aproveitadas para consulta e propiciação de dados precisos (na exactidão e para suprir qualquer necessidade probatória).

E, a par do que especificadamente concerne à Tesouraria-Mor e, assim, Central — insere, porque à documentação desta se adstringem e complementam, a alusão discriminada do que se conserva no aludido arquivo, respei-

BIBLIOGRAFIA

tante às Contadorias Gerais da Corte e da Província da Estremadura (Cidade de Lisboa e seu termo, e restante área desta circunscrição administrativa) e ainda referentes aos departamentos congêneres das Províncias do Reino, das Ilhas dos Açores e da Madeira, e ainda do Brasil, da África Oriental e da Ásia Portuguesa, então, como é consabido, integradas no domínio português.

Um índice onomástico, geográfico e ideográfico facilita o manuseio da prestimosa publicação, a qual ainda num rol bibliográfico encaminha quem intentar desenvolver alguma particularidade apontada, ou afim.

Pelo que toca a Aveiro verifica-se, além de menções à *Casa de Aveiro* (896-897, p. 27) e ao Duque de Aveiro, o justificado D. José de Mascarenhas, com cuja condenação à pena capital a aludida «Casa» foi extinta (899, p. 27), a referência a quatro volumes, que abrangem os anos de 1762 a 1783, do «registro dos rendimentos do almoxarifado e Alfândega do Sal de Aveiro» (3513-3516, p. 99). E estes, especialmente para o estudo da economia aveirense, então com base na indústria salicícola, não pode deixar de ter interesse para algum aveirógrafo que sobre esse tema se debruce.

E. C.

bibRIA

UA / SD
957 / fg
Date 03 JUN 1987

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

	Págs.
AMORIM (P. ^o Aires de)	
— <i>Das confrarias no concelho da Feira</i>	112
AZEVEDO (Alfredo Gonçalves de)	
— <i>Santa Maria do Vale da Vila da Feira</i>	204
CERQUEIRA (Eduardo)	
— <i>Inconvenientes de uma aparente incongruência — o aveirense lugar de Sá, no concelho de Ílhavo até 1835.</i>	40
— <i>Considerações suscitadas por duas cartas inéditas de Manuel de Arriaga</i>	129
— <i>Considerações suscitadas por uma carta de António Rodrigues Sampaio</i>	336
— <i>Ao concluir quarenta e dois anos — algumas notas biográficas dos fundadores do «Arquivo do Distrito de Aveiro»</i>	348
FABIÃO (Luís Crespo)	
— <i>Alguns dados sobre o contributo de Aveiro para o comércio marítimo de importação entre a Zelândia holandesa e a península ibérica nos meados do século XVI (1543-44) [...]</i>	24
FERREIRA NEVES (Francisco)	
— <i>Os provedores da Misericórdia de Aveiro.</i>	193
LIMA (Jorge Hugo Pires de)	
— <i>Distrito (C) de Aveiro nas habilitações do Santo Officio.</i> 68, 139, 206 e	241
OSÓRIO (Baltasar)	
— <i>Pescas e peixes. Uma nota relativa à pesca e aos peixes da Ria de Aveiro</i>	50
QUEIROZ (Amílcar de Barros)	
— <i>Os primeiros caminhos de ferro de Portugal.</i> 81 e	185
RAMOS (Aníbal)	
— <i>Cartas de Antero de Quental a Jaime de Magalhães Lima, segundo o texto original</i>	3
— <i>Leão Tolstoi, Jaime de Magalhães Lima, William B. Edgerton e o «Arquivo do Distrito de Aveiro»</i>	161
RAMOS (Maria Camila Lumiar)	
— <i>Festejos em Aveiro em louvor de São João da Cruz, no ano de 1727</i>	345
REDACÇÃO	
— <i>Bibliografia</i>	355

FIM DO VOLUME XLII

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECTOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DIRECTORES-ADJUNTOS

JOSÉ PEREIRA TAVARES

EDUARDO ALA CERQUEIRA

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES

FRANCISCO FERREIRA NEVES

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

ANIBAL RAMOS. *Cartas de Antero de Quental a Jaime de Magalhães Lima, segundo o texto original.*

LUIS CRESPO FABIÃO. *Alguns dados sobre o contributo de Aveiro para o comércio marítimo de importação entre a Zelândia holandesa e a península ibérica nos meados do século XVI (1548-44) [...].*

EDUARDO CERQUEIRA. *Inconvenientes de uma aparente incongruência—o aveirense lugar de Sá, no concelho de Ilhavo até 1835.*

BALTAZAR OSÓRIO. *Pescas e peizes. Uma nota relativa à pesca e aos peizes da Ria de Aveiro.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA. *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 150\$00
NÚMERO AVULSO 40\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Cale da Vila — Gafanha da Nazaré

Telefone 24578

End. Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «**ANTÓNIO PASCOAL**»

Navio Motor — «**RAINHA SANTA**»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «**DULCINHA**» e *Arrastão* — «**TIMANEL**»

Oficinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau**

na Gafanha — Telefone 22243

Oficina de Serralharia

- - - **Mecânica** - - -

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES
MOAGENS

Reparações de máquinas e motores

Agente dos motores **PETTER, LOMBARDYNE**
e tractores **DAVID BROWN**

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esqueira)

AVEIRO

TELEFONE 22683 P.P.C.

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDIÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas/
adutoras

redes de distribuição de
águas e de saneamento

aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou
peça a peça, a partir de
desenhos ou de modelos

orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE

ALBERGARIA-A-VELHA

TELEFS. 5 22 06/7

TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA

R. DOS CORREIROS, 40, 2.º-ESQ.

TELEFS. 32 13 63/4 • LISBOA-2

TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone - 23826

Telegramas - **Testa**

Apartado 30

RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2

AVEIRO

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS

Telefones 23111/2/3

AVEIRO



PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE



- Produtores de óleo de fígados de bacalhau,
medicinal e industrial
- Instalações de secagem e conservação de
bacalhau na Gafanha — AVEIRO
- Produtores de conservas de sardinha
e atum nas marcas

AVEIRO

RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram
um lugar de relevo nos mercados
nacional e estrangeiro

FÁBRICAS ALELUIA



AZULEJOS,

LOUÇAS

SANITÁRIAS,

DECORATIVAS

E DOMÉSTICAS



FÁBRICA ALELUIA

FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

VITA-SAL

PARA BOA COZINHA

UM

SAL DE QUALIDADE

bibRIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.^{DA}

ESTRADA NOVA DO CANAL—AVEIRO

TELEFONE 2 44 30

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA



Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

→ AVEIRO ←

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 22015 — 22016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

R i a

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TUMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO
bibRIA

N.º 166

Abril, Maio e Junho

AVEIRO

1976

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADANIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECTOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DIRECTORES-ADJUNTOS

JOSÉ PEREIRA TAVARES

EDUARDO ALA CERQUEIRA

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES

FRANCISCO FERREIRA NEVES

JOSÉ PEREIRA TAVARES

ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

AMILCAR DE BAIROS QUEIROZ *Os primeiros caminhos de ferro de Portugal.*

P.º AIRES DE AMORIM, *Das confrarias no concelho da Feira.*

EDUARDO CERQUEIRA, *Considerações suscita-*

das por duas cartas inéditas de Manuel de Arriaga.

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 150\$00

NÚMERO AVULSO 40\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Cale da Vila — Gafanha da Nazaré

Telefone 24578

End. Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

Filial em **Matosinhos** — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e Arrastão — «TIMANEL»

Officinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau**

na Gafanha — Telefone 22243

Oficina de Serralharia

- - - Mecânica - - -

◆
MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES
MOAGENS

◆
Reparações de máquinas e motores

●●●●●●●●●●
●●●●●●●●●●
Agente dos motores PETTER, LOMBARDYNE
e tractores DAVID BROWN

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

AVEIRO

TELEFONE 22683 P.P.C.

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDIÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas
adutoras

redes de distribuição de
águas e de saneamento

aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou
peça a peça, a partir de
desenhos ou de modelos

orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE

ALBERGARIA-A-VELHA

TELEFS. 5 22 06/7

TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA

R. DOS CORREIROS, 40, 2.º ESQ.

TELEFS. 32 13 63/4 LISBOA 2

TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone - 23826

Telegramas - **Testa**

Apartado 30



RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2

AVEIRO

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End telegráf. SALGUEIROS

Telefones 23111/2/3

AVEIRO



PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

biblioteca

— Produtores de óleo de fígados de bacalhau,
medicinal e industrial

— Instalações de secagem e conservação de
bacalhau na Gafanha — AVEIRO

— Produtores de conservas de sardinha
e atum nas marcas

AVEIRO

RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram
um lugar de relevo nos mercados
nacional e estrangeiro

FÁBRICAS

ALELUIA



AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

— Produtores de óleo de fígados de bacalhau,

medicinal industrial

— Instalações de secagem e conservação de

bacalhau na Gafanha — AVEIRO

— Fábrica Aleluia

FÁBRICA GERCAR

AVEIRO

TELEFONE 22061/2/3

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram

AVEIRO

nacional e estrangeiro

LABORATÓRIO
DE ANÁLISES
GENÉRICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

PARA BOA COZINHA

UM

SAL DE QUALIDADE

bib. RIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.ª

ESTRADA NOVA DO CANAL — AVEIRO

TELEFONE 24430

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA



Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEFONE 23965

ESTRADA NOVA DO CANAL - AVEIRO

AVEIRO

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa.

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 22015 — 22016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 167

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1976

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECTOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DIRECTORES-ADJUNTOS

JOSÉ PEREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXENHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

ANÍBAL RAMOS, *Leão Tolstoi, Jaime de Magalhães Lima, William B. Edgerton e o «Arquivo do Distrito de Aveiro».*
AMILCAR DE BARROS QUEIROZ *Os primeiros caminhos de ferro de Portugal.*

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *Os provedores da Misericórdia de Aveiro.*
ALFREDO GONÇALVES DE AZEVEDO, *Santa Maria do Vale da Vila da Feira.*
JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 150\$00
NÚMERO AVULSO 40\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Cale da Vila — Gafanha da Nazaré

Telefone 24578

End. Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e Arrastão — «TIMANEL»

Oficinas Mecânicas e Secadouro de Bacalhau

na Gafanha — Telefone 22243

Oficina de Serralharia

- - - Mecânica - - -

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

MOAGENS

bibRIA

Reparações de máquinas e motores

oooooooooooo
oooooooooooo

Agente dos motores **PETTER, LOMBARDYNE**
e tractores **DAVID BROWN**

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

AVEIRO

TELEFONE 22683 P.P.C.

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDAÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas
adutoras

redes de distribuição de
águas e de saneamento

aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas

artigos para construção civil

fundação em séries ou
peça a peça, a partir de
desenhos ou de modelos

orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE

ALBERGARIA-A-VELHA

TELEFS. 5 22 06/7

TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA

R. DOS CORREIROS, 40, 2.º-ESQ

TELEFS. 32 13 63/4 • LISBOA-2

TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone - 23826

Telegramas - **Testa**

Apartado 30



.....
RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2

AVEIRO

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS

Telefones 23111/2/3

AVEIRO



PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

bibRIA



- Produtores de óleo de fígados de bacalhau,
medicinal e industrial
- Instalações de secagem e conservação de
bacalhau na Gafanha — AVEIRO
- Produtores de conservas de sardinha
e atum nas marcas

AVEIRO

RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram
um lugar de relevo nos mercados
nacional e estrangeiro

FÁBRICAS ALELUIA

■

AZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

■

FÁBRICA ALELUIA
FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

VITA-SAL

PARA BOA COZINHA

UM

SAL DE QUALIDADE

bibRIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.^{DA}

ESTRADA NOVA DO CANAL—AVEIRO

TELEFONE 24430

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA



Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

AVEIRO

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa.

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peça o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peça os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peça os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livreria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 22015 - 22016 - Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

84475
ARQVIVO

DO DISTRITO DE

AVEIRO

bibRIA

N.º 168

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1976

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECTOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DIRECTORES-ADJUNTOS

JOSÉ PEREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*
EDUARDO CERQUEIRA, *Considerações suscitadas por uma carta de António Rodrigues Sampaio.*
EDUARDO CERQUEIRA, *Ao concluir quarenta e dois anos — algumas notas biográficas dos*

fundadores do «Arquivo do Distrito de Aveiro».

MARIA CAMILA LUMIAR RAMOS, *Festejos em Aveiro em louvor de São João da Cruz, no ano de 1727.*

REDACÇÃO, Bibliografia.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL . . . 150\$00
NÚMERO AVULSO . . . 40\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Cale da Vila — Gafanha da Nazaré

Telefone 24578

End. Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e Arrastão — «TIMANEL»

Oficinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau**

na Gafanha — Telefone 22243

Oficina de Serralharia

- - - Mecânica - - -

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,

MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

MOAGENS

bibRIA

Reparações de máquinas e motores

Agente dos motores **PETTER, LOMBARDYNE**
e tractores **DAVID BROWN**

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

AVEIRO

TELEPHONE 22683 P.P.C.

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

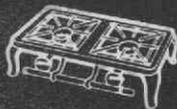
*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca **Beimar**

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIROA



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDIÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas
adutoras

redes de distribuição de
águas e de saneamento

aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou
peça a peça, a partir de
desenhos ou de modelos

orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE

ALBERGARIA-A-VELHA

TELEFS. 5 22.06/7

TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA

R. DOS CORREIROS, 40, 2.º-ESQ.

TELEFS. 32 13 63/4 • LISBOA 2

TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone - 23826

Telegramas - **Testa**

Apartado 30



RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2

AVEIRO